RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Município da Figueira da Foz

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA | A GERÊNCIA DE 2012 ..... *6*
Nota Explicativa 9

I – ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO 10

ADMINISTRAÇÃO 11
1 | ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL *12*
2 | CÂMARA MUNICIPAL *13*
2.1 | Actividades Desenvolvidas pela Câmara Municipal 14
3 | ASSEMBLEIA MUNICIPAL *16*
4 | FREGUESIAS *18*

II – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS 21

1 | RECURSOS HUMANOS *22*
2 | EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS *23*
2.1 | Evolução dos Recursos Humanos em Função da Quantidade e Tipo de Relação Jurídica de Emprego 23
2.2 | Evolução dos Recursos Humanos em função do grupo de pessoal e carreira 25
3 | ESTRATIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS *27*
3.1 | Estratificação em função do sexo e da idade 27
3.2 | Estratificação em função das habilitações literárias * 28
4 | TAXA DE SINDICALIZAÇÃO *29*
4.1 | Sindicalização por entidade 29
5 | EMPREGO, RECRUTAMENTO E MOBILIDADE *30*
5.1 | Ofertas Públicas de Emprego 30
6 | APOSENTAÇÕES *31*
7 | ESTÁGIOS *32*
7.1 | Curriculares 32
7.2 | Programa de Estágios Profissionais na Administração Local - PEPAL 32
8 | CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO - CEI (IEFP) *34*
9 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL *35*
10 | ABSENTISMO *39*
10.1 | Assiduidade / Absentismo (dias) 39
11 | HIGIENE, SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO *40*
11.1 | Acidentes 40
11.2 | Medicina do Trabalho 42
11.3 | Medicina Curativa 42
12 | TRABALHO EXTRAORDINÁRIO *43*

III – GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2012 46

INTRODUÇÃO *47*
1 | FUNÇÕES GERAIS *48*
1.1 | Serviços Gerais da Administração Pública 48
1.2 | Segurança e Ordem Pública 48
2 | FUNÇÕES SOCIAIS *49*
2.1 | Educação 49
2.2 | Saúde 49
2.3 | Acção Social 50
2.4 | Habitação e Serviços Colectivos 50
2.5 | Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos 51
3 | FUNÇÕES ECONÓMICAS *52*
3.1 | Indústria e Energia 52

3.2 | Transportes e Comunicações 52
3.3 | Comércio e Turismo 52
4 | OUTRAS FUNÇÕES 53
4.1 | Transferências entre Administrações 53
1 | FUNÇÕES GERAIS 54
1.1 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 55
1.1.1 | Administração Geral 55
1.2 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA 57
1.2.1 | Protecção Civil e Luta Contra Incêndios 57
2 | FUNÇÕES SOCIAIS 65
2.1 | EDUCAÇÃO 66
2.1.1 | Reorganização da Rede Escolar 67
2.1.2 | Educação Pré-Escolar 67
2.1.3 | 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) 72
2.2 | SAÚDE 95
2.3 | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL 105
Acção Social 105
2.4 | HABITAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS 125
2.4.1 | Habitação 125
2.4.2 | Ordenamento do Território 127
2.4.3 | Saneamento 136
2.4.4 | Resíduos 137
2.4.4.1 | Resíduos Sólidos 137
2.4.5 | Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza 142
2.4.5 | Ambiente 149
2.4.6 | Praias 150
2.4.7 | Outras Iniciativas Ambientais 151
2.5 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS 155
2.5.1.| Cultura 155
2.5.1.1 | Museu Municipal Santos Rocha 156
2.5.1.2 | Exposições Temporárias 163
2.5.1.3 | Núcleo Museológico do Mar - NMM 168
Fonte: Estatística da Divisão de Cultura, 2012 169
2.5.1.4 | Núcleo Museológico do Sal | Salina do Corredor da Cobra | Armazém de Sal |Revitalização do Salgado 171
2.5.1.5 | Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás 174
2.5.1.6 | Arquivo Fotográfico 188
2.5.1.7 | Arquivo Histórico Municipal 189
2.5.1.8 | Auditório Municipal (AM) 192
2.5.1.9 | Centro de Artes e Espectáculos (CAE) 193
2.5.1.10 | Desenvolvimento da Cultura e Valorização do Património Cultural 206
2.5.1.11 | Gestão de Património Cultural 212
2.5.2 | Desporto e Lazer 229
3 | FUNÇÕES ECONÓMICAS 245
3.1 | INDÚSTRIA E ENERGIA 246
3.2 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 250
3.2.1 | Transportes Rodoviários 250
3.3 | COMÉRCIO E TURISMO 252
3.3.1 | Mercados e Feiras 252
3.3.2 | Turismo 252
3.4 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES 254
3.4.1 | Juntas de Freguesia 254
3.5 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS 255

3.5.1 | Políticas de Incentivo ao Investimento 255
4 | DIVERSOS NÃO ESPECIFICADOS 256
4.1 | ARQUITECTURA / ENGENHARIA / DESENHO 257
4.2 | OBRAS DE CONSERVAÇÃO GERAL DA REDE VIÁRIA POR FREGUESIAS | ADMINISTRAÇÃO DIRECTA 263

IV – EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL DA AUTARQUIA 272

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 273
INTRODUÇÃO 274
1 | O ORÇAMENTO MUNICIPAL 275
1.1 | Modificações ao Orçamento Inicial 275
1.2 | Movimentos de Tesouraria da Gerência de 2011 281
1.3 | Orçamento da Receita 283
1.3.1 | Estrutura e Evolução 283
1.3.2 | Execução Orçamental 292
1.4 | Orçamento da Despesa 296
1.4.1 | Estrutura e Evolução 296
1.4.2 | Estrutura e Evolução, por Orgânica 304
1.4.3 | Execução Orçamental 306
1.4.4 | Fases da Despesa e Responsabilidades Transitadas 310
2 | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS 312
2.1 Transferências Efectuadas para as Freguesias 312
2.2 | Transferências Efectuadas para os Agrupamentos de Escolas 314
2.3 | Transferências Efectuadas para Instituições sem Fins Lucrativos 314
2.4 | Subsídios Atribuídos às Entidades Empresariais Municipais 318
3 | EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS 319
3.1 | Evolução da Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazos 319
3.2 | Estrutura da Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazos 322
4 | ANÁLISE DOS RÁCIOS ORÇAMENTAIS 325

V – EXECUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 326

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 327
1 | ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO 328
1.1 | Estrutura e Evolução do Imobilizado Bruto 332
1.2 | Dívidas de Terceiros de Curto Prazo 332
1.3 | Disponibilidades 333
1.4 | Acréscimos e Diferimentos – Acréscimos de Proveitos 333
1.5 | Acréscimos e Diferimentos – Custos Diferidos 334
1.6 | Passivo 334
1.7 | Acréscimos e Diferimentos – Acréscimos de Custos 337
1.8 | Acréscimos e Diferimentos – Proveitos Diferidos 337
2 | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 339
2.1 | Custos 339
2.2 | Proveitos 342
3 | RESULTADOS 344

VI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 345

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 346
BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXOS 347
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – ANO DE 2012 353

VII – DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO 371

ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO 372

1 | EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO *373*
2 | EXECUÇÃO DA RECEITA *375*
3 | REALIZAÇÃO DA DESPESA *378*
4 | ENDIVIDAMENTO *380*
Dívida Financeira 380
Endividamento Líquido 381
Endividamento de Curto Prazo 382
5 | PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO *384*
6 | RECURSOS HUMANOS *385*
7 | CONCLUSÃO *389*
Dívida Financeira de Médio e Longo Prazo 389
Endividamento Líquido 389
Endividamento de Curto Prazo 389
Prazo Médio de Pagamento 390
Recursos Humanos 390

VIII – CONTABILIDADE DE CUSTOS 391

ENQUADRAMENTO *392*
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES – ANO 2012 ..... *394*
ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES *397*
COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS POR FUNÇÕES DO ANO 2011 E 2012 ..... *398*

IX – CONTAS CONSOLIDADAS DO GRUPO MUNICIPAL 401

RELATÓRIO CONSOLIDADO 402
INTRODUÇÃO *403*
1 | Entidades incluídas no Perímetro de Consolidação *404*
2 | Síntese da Actividade Consolidada do Exercício *405*
2.1 | Análise do Balanço Consolidado 405
2.2 | Indicadores do Balanço Consolidado 406
3 | Análise da Demonstração de Resultados Consolidada *407*
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 412
INTRODUÇÃO *413*

X – BALANÇO SOCIAL 418

"Diante das diversas possibilidades, cabe-nos escolher. Algumas escolhas são mais fáceis e outras mais arriscadas. As escolhas aparentemente menos comprometedoras são mais simples do que as que requerem esforço e sacrifício."

Zigmunt Bauman, *La Repubblica, Nov. 2012*

Nos últimos anos, as economias europeia e portuguesa caracterizaram-se por uma acentuada quebra de crescimento económico cuja taxa se aproxima dos -10% (preços constantes) contabilizada desde 2009, pontuada por défices na conta do estado (9,1% em 2011) e consequente acumulação de dívida pública, a qual passou de 87% do PIB em 2009 para 123% em 2012. Esta situação tem vindo a repercutir-se no nível de vida das populações e agrava-se com crescentes taxas de desemprego, bem como com a dificuldade que os jovens sentem em inserir-se no mercado de trabalho (taxa de desemprego de 22% em 2011).

Em 2010,a realidade financeira dos concelhos demonstrava que, de acordo com o *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses*, as receitas correntes cobradas dos municípios tinham estabilizado, sobretudo graças à subida na cobrança de IMI, ao passo que as receitas de capital baixavam 17%. A Figueira da Foz aparecia em 34º lugar no ranking do maior aumento de receita obtida por aquele imposto. No entanto, apesar de, logo no ano referido os resultados económicos terem baixado 1.2 milhões de euros, o nosso município era ainda o 14º do país com menores resultados económicos e, embora a liquidez tivesse subido 1,6%, era o 12º concelho do país onde este indicador aparecia como pior. Não obstante, baixou-se o endividamento líquido, o índice do valor das dívidas a fornecedores e, este foi um dos 58 concelhos que amortizaram a totalidade dos empréstimos de curto prazo, verdadeiro entorpecimento da máquina municipal e da sua capacidade de acção e substancialmente prejudicial ao tecido económico local.

Este foi o resultado do oportuno e atempado **Plano de Saneamento Financeiro** (P.S.F.) que impôs o compromisso de sanear as finanças municipais e exigiu a orçamentação de despesa, tomando em conta apenas os valores que fossem compatíveis com o nível de receitas obtidas, por forma a evitar a assunção de novas despesas ou novos investimentos, que o nível de actividade autárquica esperada não podia comportar.

Assim, após dois orçamentos de **contenção**, apresentados em 2010 e 2011, em 2012 foi aprovado um orçamento de **convergência** e, para 2013, um orçamento de **prudência**. De

convergência por se aproximar financeiramente da realidade municipal e do P.S.F., uma vez que este teve por base estudos de 2010 e carecia de ajustamentos.

Ciente das dificuldades e dos fortes constrangimentos que condicionavam as suas opções e a sua actividade, o executivo não descurou alcançar **objectivos de desenvolvimento possíveis,** que permitissem a dinamização da sociedade local e regional e o fizesse duma forma estruturante.

Aos serviços municipais foram imputados **princípios orientadores** de qualidade e eficácia, consubstanciados numa cultura de serviço à população, de respeito pela legalidade e pela igualdade de tratamento de todos os cidadãos, seus direitos e interesses legalmente protegidos, de racionalidade da gestão, induzida pela produtividade e pela desburocratização, e pela implementação constante de uma administração aberta que permitisse a participação dos munícipes.

Já em 2013, o Município aprovou em Assembleia Municipal a sua **estrutura orgânica** publicada no DR, nº 11, 2ª série de 16/01/2013 segundo um **modelo de estrutura hierarquizada, constituída por uma estrutura nuclear e uma estrutura flexível**. Esta estrutura compreende duas unidades orgânicas nucleares sob a forma de departamento, dez unidades orgânicas flexíveis e os Serviços Municipalizados de Turismo e Desenvolvimento.

O Município manteve esforços no sentido de continuar a prestar serviços de qualidade à população residente e visitante, em áreas tão diversas como a Educação e o Desporto, a Cultura, o Ambiente e a Energia, a Saúde, Acção Social e Habitação, com intervenções também na área do planeamento estratégico urbano e do ordenamento do território, assim como na economia local, onde se inclui a atratividade turística.

Destaque-se, na **Educação**, a Construção do Centro Escolar de São Julião-Tavarede, um investimento de 3,9 milhões de euros, a elaboração de um Guia de Procedimentos para Intervenções em Estabelecimentos de Educação, os trabalhos de elaboração do Projecto Educativo Local e a adesão ao projecto da Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar.

Na **Saúde,** menção ao Programa "Figueira, Cidade Saudável" e a celebração dos contratos para construção das unidades de saúde de Alhadas e Lavos.

Na **Acção Social** a implementação da estratégia para integração de pessoas sem-abrigo e a prossecução do trabalho do Gabinete de Inserção Profissional que atendeu mais de 3 mil desempregados. Nesta área, considera-se importante a fixação de tarifários especiais do consumo de água, um social e outro para famílias numerosas.

Na **Cultura** prosseguiu-se o projecto "Figueira, Cidade Criativa", com a realização do evento "Criativa 2012", a residência da Orquestra Nacional de Jovens e outras residências artísticas e de criação, as alterações de formas expositivas no Museu municipal e o desenvolvimento do projecto da Escola de Artes do CAE.

No **Ambiente e Energia** ressaltam a requalificação dos espaços verdes, a promoção de arborização, o projecto das hortas urbanas e da horta pedagógica e as campanhas sistemáticas de educação ambiental, onde ressalta o "CulturEco", com actividades múltiplas. Na energia, emerge o Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública que permitiu finalmente que a renda paga pela EDP fosse superior à facturação dos consumos de energia e a modernização do parque de luminárias.

Merece relevo em matéria de **intervenção urbana** a campanha de reabilitação urbana em curso, o concurso de ideias para o Bairro Novo, em conjunto com a CIP e a ACIFF, a continuação da intervenção no mercado municipal, na zona ribeirinha e na envolvente do forte de Stª Catarina. A avaliação de imóveis em colaboração com a administração central ocupou grande parte da administração urbana.

A **revisão do contrato de concessão das águas** e saneamento trouxe uma significativa justiça para o sistema e para o seu reequilíbrio financeiro.

A **planificação estratégica** merece menção pela aprovação dos novos Regulamentos, do Urbanismo e dos Resíduos e Limpeza Urbana, bem como pelos contributos dados à administração central e regional na revisão do POOC e do PROTC, assim como a elaboração das Cartas Arqueológica e do Património, o Plano Estratégico, em fase de conclusão, os trabalhos para a Agenda 21 Local, o Plano de Valorização Turística da Morraceira e o Atlas Ambiental.

Ao nível da **Economia**, pontue-se as múltiplas intervenções na área das vias de comunicações e transportes, sobretudo nas áreas das freguesias extra-urbanas, a extinção da empresa ParaIndustria e a continuação dada ao desenvolvimento do projecto Cencyl.

De uma forma genérica é possível afirmar que, apesar do contexto económico-financeiro e das múltiplas necessidades que se impõem satisfazer, não foram contornadas as escolhas mais equilibradas, nem as que implicam esforço e sacrifício, quer da parte de quem executa opções políticas, quer de quem é por ela visado. Umas e outras, acreditamos, suscitam sempre novas oportunidades.

O Executivo Municipal

Figueira da Foz, 15 de Abril de 2013

NOTA PRÉVIA

O presente documento de prestação de contas divide-se em dez capítulos.
Em primeiro lugar apresenta-se o reporte da actividade autárquica do ano de 2012. No entanto, e utilizando uma abordagem dinâmica, tentou-se analisar os três anos que este executivo leva no desempenho das suas funções. Optou-se assim e, sempre que possível, fazer uma análise comparada ao longo de 2010, 2011 e 2012, uma vez que o presente documento de prestação de contas, será o último da responsabilidade do actual Executivo, eleito em 2009. Tratando-se de um relatório de gestão, chamamos à atenção que este inter-relaciona a actividade autárquica com os indicadores financeiros necessários ao entendimento das opções políticas e de gestão, tentando sempre de alguma forma "humanizá-lo" com imagens, gráficos e até citações. Resta ainda referir que este relatório foi elaborado tendo por base os relatórios de actividades apresentados pelas diversas unidades orgânicas que constituem a estrutura do Município.

Adoptou-se como forma de organizar a informação e por coerência com os documentos previsionais apresentados e aprovados, Orçamento e Grandes Opções do Plano, uma subdivisão da actividade autárquica pelas suas quatro funções, gerais, sociais, económicas e outras. Esta informação destaca também, a execução financeira **apenas** das acções mais relevantes do plano plurianual de investimento e da despesa corrente, utilizando o valor da facturação de 2012, não obstante a informação financeira, que carece de consulta obrigatória, ser apresentada nos capítulos seguintes com todo o rigor contabilístico. Pretendeu-se, para uma melhor visualização da actividade desenvolvida, destacar algumas das mais importantes despesas incorridas ao longo do ano.
No segundo capítulo apresenta-se a informação orçamental, evolução da política orçamental, seguida da análise da situação económica e financeira da autarquia e terminando com a proposta de aplicação de resultados.
Segue-se um capítulo com a informação patrimonial, Balanço e Demonstração de Resultados e respectivos anexos, sendo o último destes e tal como a Lei estipula, a demonstração do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Segue-se depois o capitulo que apresenta a contabilidade de custos e imediatamente a seguir outro onde são apresentadas as Contas Consolidadas do Grupo Municipal. Encerra-se o presente relatório com o balanço social

Maria Isabel Maranha Nunes Tiago Cardoso

(Vereadora Executiva com competência delegadas na área financeira, patrimonial e administrativa)

1 | ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município assenta em duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

Estrutura Política

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal com funções de natureza essencialmente deliberativa e fiscalizadora da actividade da Câmara Municipal.
A Assembleia Municipal é constituída por 45 membros, dos quais 27 são eleitos directamente como deputados municipais e 18 por inerência, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta.

2 | CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal da Figueira da Foz é constituída por 9 membros, 1 Presidente e 8 Vereadores, a quem compete, num quadro de delegações e subdelegações previamente estabelecidas, a responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a actividade dos serviços municipais.

O **Executivo Municipal tomou posse a de 30 de Outubro de 2009**, representando o Partido Socialista, eleito por sufrágio universal e directo, encontrando-se actualmente no exercício do terceiro ano de mandato.

No seio deste órgão destaca-se o mecanismo de delegações e subdelegações de competências nos Vereadores Executivos, constituindo um órgão colectivo que tem a seu cargo a supervisão directa das actividades desenvolvidas a nível dos serviços municipais e até à referida data foi constituído por:

PRESIDENTE

João Albino Rainho Ataíde das Neves

Despacho n.º 18-PR/2010 de 09 de Novembro

- Planeamento Estratégico e Ordenamento do Território
- Desenvolvimento Municipal Desenvolvimento Económico e Projectos Estruturantes
- Sector Empresarial Municipal
- Projectos e Obras Municipais
- Recursos Humanos
- Assuntos Jurídicos e de Contratação Pública
- Protecção Civil e Bombeiros
- Relações Institucionais e Comunicação
- Auditoria

VEREADORES COM FUNÇÕES EXECUTIVAS

Carlos Ângelo Ferreira Monteiro

Despacho n.º 18-PR/2010 de 09 de Novembro

- Coadjuvação nos Projectos e Obras Municipais
- Trânsito e Viação
- Educação e Formação Profissional
- Juventude e Desporto
- Acção Social e Saúde
- Habitação
- Mercados e Feiras

Despacho 19 PR/2009 de 11 de Novembro

- Designado Vice-Presidente

Maria Isabel Maranha Nunes Tiago Cardoso

Despacho n.º 18-PR/2010 de 09 *de Novembro*

- Gestão Administrativa e Património
- Gestão Financeira e Orçamento
- Modernização Administrativa
- Serviço de Informática e TIC

António Joaquim Ribeiro da Silva Tavares

Despacho n.º 18-PR/2010 de 09 *de Novembro*

- Urbanismo
- Toponímia
- Ambiente
- Cultura
- Cemitérios

VEREADORES NÃO EXECUTIVOS

Partido Social Democrata

Luís Miguel Pereira de Almeida

Maria Teresa de Figueiredo Viana Machado

Ana Lúcia São Marcos Coelho Rolo *(a)*

Movimento Figueira 100%

Daniel Martins dos Santos

Ilda Manuela D'Oliveira Duarte Gomes Simões *(b)*

(a) Tomou posse em 04 de Dezembro de 2012, em consequência da renúncia de João Armando Pereira Gonçalves;

(b) Tomou posse em 17 de Janeiro de 2012, em substituição de Vítor Manuel Silva Coelho, por ter renunciado o mandato em 19 de Dezembro de 2011.

2.1 | ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA CÂMARA MUNICIPAL

No cumprimento desta competência funcional, foram realizadas vinte e três reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias da Câmara, sendo que duas apenas tiveram como finalidade dar conhecimento do estado do processo de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira e uma reunião do Conselho Municipal de Segurança.

As reuniões ordinárias obedeceram a um calendário pré-estabelecido, com excepção das alterações que foram sido feitas ao longo do ano e que foram publicitadas por Edital no site da Figueira Digital, depois do devido conhecimento pelos membros do órgão executivo.

Assim, no período em apreço, foram agendados, para apreciação da Câmara Municipal, um total de **oitocentos e oitenta e quatro (884)** assuntos.

Foram aprovados da seguinte forma, os assuntos presentes em reunião de Câmara e efectivamente votados, incluindo extra-agenda:

DELIBERAÇÕES	2012
Aprovadas por unanimidade	818
Aprovadas por maioria	35
Aprovadas em minuta	473
Para conhecimento	160
A submeter à Assembleia Municipal	76

Foram ainda realizadas dezanove intervenções do público e enviados à Assembleia Municipal setenta e seis (76) deliberações.

3 | ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS DIRECTAMENTE

a 11/10/2009

Partido Socialista

João Paulo Correia Rodrigues
Manuel Simões Mota
Adelino da Costa Pinto
Maria dos Prazeres Alves de F. de Mendanha e Albergaria
Fortunato Carlos Alves da Costa
Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia
Marina Resende Gomes da Silva
António Manuel Pereira Simões
Mafalda Sofia Mendes Azenha
Luís Nuno de Almeida e Castro
Sara dos Santos Ribeiro Marques (a)
Rui Manuel Ramos Carvalho (b)

(a) Tomou posse como membro efectivo da Assembleia Municipal em 28 de Dezembro de 2012, na sequência da comunicação de renúncia ao mandato de Anabela Almeida Mendes e Gaspar
(b) Tomou posse em 08 de Outubro de 2012, substituindo Tiago Gomes Teodósio Castelo Branco, cujo mandato se encontra suspenso desde 23 de Agosto de 2012 e enquanto durarem as funções de Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente.

Partido Social Democrata

Vítor Frederico da Silva Figueiredo Pais (Presidente)
António Azenha Gomes (1º Secretário)
Ana Elisabete Laborda Oliveira (2ª Secretária)
Lídio Manuel Coelho de Neto Lopes
Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa
António Francisco Guerra Padrão
David Manuel Fajardo Azenha
Maria Margarida de Oliveira Monteiro Fontoura
Manuel António Fernandes Domingues

Movimento Figueira 100%

José António Nogueira dos Santos
António Jorge Rodrigues Pedrosa
Isabel Maria de Oliveira F. G. Coimbra Barriga

Paulo Filipe dos Santos Gonçalves (a)
Elisa Maria Coimbra Matos

(a) Tomou posse em 29 de Setembro de 2011, na sequência do pedido de renúncia ao cargo formulado por Carlos Alberto Pais dos Santos.

Coligação Democrática Unitária

Nelson César Fernandes

Bloco de Esquerda

João Paulo Águas Tomé Ferreira dos Santos

DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS POR INERÊNCIA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA

Partido Socialista

Borda do Campo – **José António Carvalho Gaspar**
Brenha – **Fausto Fernando Santos Loureiro**
Buarcos – **José Manuel Matias Tavares**
Paião – **João Paulo Gonçalves Pinto**
Marinha das Ondas – **Manuel da Conceição Rodrigues Nada**
S. Julião – **Fernando Góis Moço**
Tavarede – **Vítor Manuel dos Santos Madaleno**
Vila Verde – **João Filipe Carronda da Silva Antunes**

Partido Social Democrata

Alhadas – **Jorge Manuel da Rocha Oliveira**
Alqueidão – **Maria Caeiro Marques Simão**
Bom Sucesso – **Dário Figueiredo Acúrsio**
Ferreira-a-Nova – **Euclides Pagaimo de Jesus Frade**
Maiorca – **Filipe Humberto Mateus Dias**
Moinhos da Gândara – **Paulo Manuel Rodrigues Querido**
Quiaios - **Carlos Manuel da Silva Rabadão**
Santana – **Fernanda do Rosário Oliveira**

Independentes

Lavos – **José Elísio Ferreira de Oliveira**
S. Pedro – **Carlos Manuel Azevedo Simão**

Freguesia de Alhadas

Presidente – **Jorge Manuel Rocha Oliveira**

Secretário – **Adosinda Olímpia Freitas Gil**

Tesoureiro – **Raul Manuel Pucarinho Dias**

Freguesia do Alqueidão

Presidente – **Maria Caeiro Marques Simão**

Secretário – **António Augusto do Vale Pimentel**

Tesoureiro – **José Garcia Ervedeira**

Freguesia do Bom Sucesso

Presidente – **Dário Figueiredo Acúrsio**

Secretário – **Isabel César Pereira**

Tesoureiro – **Mário Fajardo Acúrsio**

Freguesia de Borda do Campo

Presidente – **José António Carvalho Gaspar**

Secretário – **Sandra Isabel Simões Fernandes**

Tesoureiro – **José Manuel Neves Pereira**

Freguesia de Brenha

Presidente – **Fausto Fernando Santos Loureiro**

Secretário – **Pedro José Correia da Cruz**

Tesoureiro – **Nuno Alexandre Namora de Lemos**

Freguesia de Buarcos

Presidente – **José Manuel Matias Tavares**

Secretário – **Rui André Pinto Duarte**

Tesoureiro – **António Manuel Faim Cardoso**

Vogal – **Rosa Maria Catulo Mafra Iglésias**

Vogal – **António Ceia Lima**

Freguesia de Ferreira-a-Nova

Presidente – **Euclides Pagaimo de Jesus Frade**

Secretário – **Adélia Maria Ramos Batata**

Tesoureiro – **Vítor Fernando Pereira Caceiro**

Freguesia de Lavos

Presidente – **José Elísio Ferreira de Oliveira**

Secretário – **Sandra Isabel Mesquita dos Santos Ferreira**

Tesoureiro – **António José Gaspar Pereira**

Freguesia de Maiorca

Presidente – **Filipe Humberto Mateus Dias**

Secretário – **Maria Isabel Pinto Garcia**

Tesoureiro – **António José Dias Sousa**

Freguesia de Marinha das Ondas

Presidente – **Manuel da Conceição Rodrigues Nada**

Secretário – **Paula Alexandra Gonçalves dos Ramos**

Tesoureiro – **José Alberto Jordão Susana**

Freguesia de Moinhos da Gândara

Presidente – **Paulo Manuel Querido Rodrigues**

Secretário – **José Augusto Simões Oliveira**

Tesoureiro – **José Manuel Gonçalves Azenha**

Freguesia de Paião

Presidente – **João Paulo Gonçalves Pinto**

Secretário – **Adriano João Martins Alves**

Tesoureiro – **José dos Santos Freitas Simão**

Freguesia de Quiaios

Presidente – **Carlos Manuel da Silva Rabadão**

Secretário – **Fernando Bento Balsas**

Tesoureira – **Gina Maria da Conceição Lourenço**

Freguesia de Santana

Presidente – **Fernanda do Rosário Oliveira**

Secretário – **Afonso Parreira Matias**

Tesoureiro – **José Carlos Grou Pereira**

Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz

Presidente – **Fernando Góis Moço**

Secretário – **Herculano Ramos Rocha**

Tesoureiro – **Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares**

Vogal – **Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra**

Vogal – **Natália Sofia Fernandes Oliveira**

Freguesia de S. Pedro

Presidente – **Carlos Manuel Azevedo Simão**

Secretário – **António Manuel dos Santos Salgueiro**

Tesoureiro – **Francisco José Cordeiro Curado**

Freguesia de Tavarede

Presidente – **Vítor Manuel dos Santos Madaleno**

Secretário – **Fernando Manuel Neves Rodrigues**

Tesoureiro – **Maria João Soares Coimbra**

Vogal – **Rui Miguel Jordão de Jesus Bronze**

Vogal – **João Duarte Pedrosa Mendes**

Freguesia de Vila Verde

Presidente – **João Filipe Carronda da Silva**

Secretário – **Maria de Fátima Silva Teixeira Alemão**

Tesoureiro – **José António Costa Gaspar**

1 | RECURSOS HUMANOS

"Podem tirar-me as minhas fábricas, queimar os meus prédios, mas, se me derem o meu pessoal, eu construirei, outra vez, todos os meus negócios."

Henry Ford

A capacidade de prosseguir os objectivos de qualquer organização, depende directamente da capacidade dos seus recursos humanos. A forma como estes se organizam no desenvolvimento das suas competências e, fundamentalmente, as capacidades e formação que detêm, são factores determinantes para acrescentarem valor à instituição. Tal como em anos anteriores o presente Relatório, encerra os acontecimentos mais relevantes na área da Gestão de Recursos Humanos em 2012 no Município.

O ano de 2012 foi marcado pela de descida do número de efectivos, este comportamento é resultado de um tendência que se vem verificando de anos anteriores, devido à não substituição da maior parte dos funcionários que se têm aposentaram ao longo dos anos e, 2012 não foi excepção. Para colmatar esta saída de efectivos a substituição realizou-se com recurso a trabalhadores que já ocupam postos de trabalho no Mapa de Pessoal, com as necessárias reafectações internas entre serviços, evitando-se assim o recurso à contratação externa.

No ano de 2012 foram abertos dois procedimentos concursais para celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e determinável.

2 | EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Apresentamos em seguida as tabelas e diversos indicadores que de forma objectiva, permitem conhecer e avaliar a evolução dos recursos humanos do Município da Figueira da Foz.

2.1 | EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DA QUANTIDADE E TIPO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO

Em 31 de Dezembro de 2012 o número total de trabalhadores em **efectividade de funções** no Município era de **497**.

Em 31 de Dezembro de 2012, o número de trabalhadores da autarquia ascendia ao total de 501 trabalhadores (quatrocentos e noventa e quatro com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado e sete com contratos a termo), este total inclui ainda onze trabalhadores que a esta data se encontram ausentes do Município por motivo de mobilidade e comissão de serviço.

Estes trabalhadores ausentes em regime de mobilidade/comissão de serviço (11) nove estão cedidos ao abrigo do interesse público: Em Empresas Municipais – seis (quatro na Figueira Domus e dois na Figueira Grande Turismo); noutras Instituições – três e dois em comissão de serviço noutros organismos.

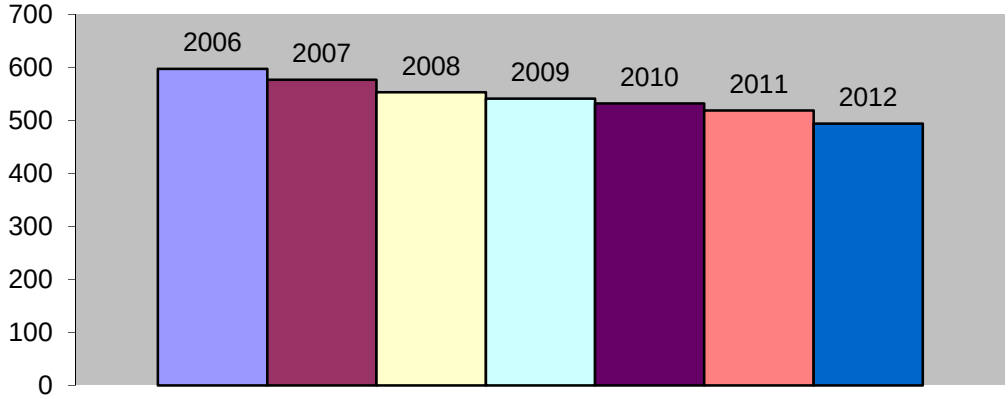
Se não contarmos com estes onze trabalhadores em regime de mobilidade/comissão de serviço atingimos um número de efectivos de 490. No entanto a este número há que referir que se encontram no Município em efectividade de funções mais sete recursos provenientes de outros organismos em Comissão de Serviço: um comandante dos Bombeiros Municipais, um Chefe de Gabinete, três Directores de Departamento e dois Chefes de Divisão. Assim temos em efectividade de funções, isto é, remunerados pelo Município, 497 efectivos e em regime de avença dezassete, o que perfaz um total de 514. Não se inclui neste balanço social os eleitos locais.

Continuou a verificar-se uma tendência de descida do número de trabalhadores que se deveu essencialmente à aposentação dos trabalhadores e à caducidade de contratos a termo como podemos observar no quadro I.

QUADRO I						
Ano	Existências no Quadro	Contratos a Termo	Total	Prestação de Serviços		Total
				Avença	Tarefa	
2006	**597**	**56**	**653**	**13**	**30**	**696**
2007	**577**	**39**	**616**	**11**	**40**	**667**
2008	**553***	**61**	**614**	**12**	**0**	**626**
2009	**541**	**43**	**584**	**11**	**0**	**595**
2010	**532***	**46**	**578**	**10**	**0**	**588**
2011	**519**	**14**	**533**	**9**	**0**	**551**
2012	494	7	501	16	0	517

*Nota: Referente ao ano de 2008 e 2010 - *Este valor é referente aos lugares providos no quadro do Município. Estão incluídas todas as situações de mobilidade e comissões de serviço noutra entidade. Não estão incluídas 2 comissões de serviço externas (1 quadro de comando e 1 chefia de divisão)*

GRÀFICO I
Evolução do nº de efectivos do mapa de pessoal



Calculando a taxa de redução dos efectivos, tomando como base o ano de 2009 (inicio do mandato Novembro de 2009), **esta foi de 2% em 2010, 4% em 2011 e 9% em 2012.**

2.2 | EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM FUNÇÃO DO GRUPO DE PESSOAL E CARREIRA

(Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFPTI) e apenas no que diz respeito aos funcionários com nomeação definitiva)

Da observação do quadro abaixo, e tendo como referencia o ano de 2009, podemos destacar algumas observações: a diminuição do número de dirigentes, o aumento de efectivos com qualificações superiores (aumento dos técnicos superiores), a diminuição de coordenadores técnicos (antigas chefias administrativas), a grande diminuição dos trabalhadores com baixas qualificações (assistentes operacionais) e a manutenção ao nível de efectivos de carreiras especiais como é o caso dos bombeiros, fiscais e informáticos.

QUADRO II						
Grupo de Pessoal		2008	2009	2010	2011	2012
		quadro	CTFPTI	CTFPTI	CTFPTI	CTFPTI
Dirigentes	Dirigentes	20*	19*	9*	14	15
Técnico Superior	Técnico Superior	60	63	76	74	74
Técnico		4				
Chefia Administrativas	Coordenador Técnico	11		11	9	9
			12			
Tesoureiro		1				
Técnico Profissional	Assistente Técnico	49**	127	126	124	121
Administrativo		84				
Encarregados e Chefia de Pessoal Operário e Auxiliar	Encarregado Operacional	18	13	9	11	10
Auxiliar	Assistente Operacional	171***		237		207
Operário		66****	245		219	
Apoio Educativo		14				
Bombeiros	Bombeiros	33	34	33	32	31
Informática	Informática	12	12	12	12	12
	Fiscais		10	10	10	10
TOTAL		534	535	523	505	489

Nota: *Esta tabela demonstra os activos existentes no Mapa de Pessoal do Município, não estando incluídas as situações de mobilidade e Comissões de Serviço noutras entidades.*

** Inclui o Comandante dos Bombeiros Municipais.*

***Não inclui 6 Assistentes de Acção educativa, as quais estão na linha "Apoio Educativo", juntamente com outras 8 Auxiliares de Acção Educativa.*

****Não inclui 8 Auxiliares de Acção Educativa (os quais estão na linha "Apoio Educativo"), e oito encarregados de pessoal Auxiliar (os quais estão na linha "Encarregados de Chefia de Pessoal Operário e Auxiliar)".*

*****Não inclui 10 Encarregados (os quais estão na linha "Encarregados de Chefia de Pessoal Operário e Auxiliar)".*

Estes factos permitem-nos concluir fazendo que se por um lado o Município detém pessoal mais especializado, por outro ao nível de actividades meramente operacionais a redução substantiva põem em causa algumas das atribuições municipais nestas áreas específicas, designadamente no tratamento do espaço público.

3 | ESTRATIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

3.1 | ESTRATIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DO SEXO E DA IDADE

Observando o quadro III, temos 55,94% de homens e 44,06% de mulheres, verificamos que continua a existir um grande equilíbrio da "mão-de-obra" relativamente ao número de efectivos em função do sexo.

QUADRO III						
Escalões	MF	%	M	%	F	%
Idade inferior ou igual a 25 anos	1	0,2	1	0,4	0	0,0
Entre 25 e 29 anos	8	1,6	7	2,5	1	0,5
Entre 30 e 34 anos	30	6,0	19	6,8	11	5,0
Entre 35 e 39 anos	67	13,5	26	9,4	41	18,7
Entre 40 e 44 anos	64	12,9	35	12,6	29	13,2
Entre 45 e 49 anos	93	18,7	46	16,6	47	21,5
Entre 50 e 54 anos	111	22,3	64	23,0	47	21,5
Entre 55 e 59 anos	90	18,1	63	22,7	27	12,3
Idade maior ou igual a 60 anos	33	6,6	17	6,1	16	7,3
Total	497	100	278	100	219	100

Nota-se uma idade média "muito madura" com cerca de 65% dos efectivos a terem uma idade igual ou superior a 45 anos e, ao contrário, a existirem apenas 1,81% de trabalhadores abaixo dos 30 anos de idade.

Estes dados são preocupantes sob o ponto de vista da evolução dos recursos humanos. Por razões já referidas anteriormente, não tem havido praticamente novas contratações sobretudo de jovens profissionais, tornando o universo de trabalhadores cada vez mais envelhecido, o que poderá provocar no futuro dificuldades à organização, designadamente no que concerne à introdução de novas tecnologias e métodos de trabalho e, poderá conduzir a um inevitável aumento do absentismo (por doença e outros).

Face ao exposto e conjugando como o novo regime que define as aposentações, não poderemos esperar medidas para inflectir esta tendência.

Porém, tal como vimos referindo, em anos anteriores existem algumas medidas que poderão minimizar os efeitos da idade e que poderão contribuir para a existência de melhor "qualidade de vida no posto de trabalho" que tentamos aplicar como:

- Desenvolvimento de Políticas que afinem estratégias de gestão de idade e de investimento nos recursos humanos, com vista a promover a adaptabilidade e flexibilidade não só dos trabalhadores mais velhos como também do seu local de trabalho.
- Concepção e experimentação de modalidades de trabalho alternativas, com vista a melhorar a qualidade de trabalho para os trabalhadores mais velhos e a retirar partido das suas competências e experiência.
- Concepção e experimentação de outras formas na área da formação dos trabalhadores mais velhos, de modo a conseguir a melhoria das respectivas competências e qualificações.
- Sensibilização dos trabalhadores mais velhos e tentativa de modificação das suas atitudes e comportamentos com vista ao aproveitamento do seu potencial e manutenção do seu nível de desempenho.

3.2 | ESTRATIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DAS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS *

A distribuição dos trabalhadores pelos níveis de habilitações literárias foi efectuada a partir das habilitações declaradas e provadas por cada um dos trabalhadores do Município, não sendo aqui visíveis as habilitações entretanto obtidas por trabalhadores que não comunicaram esse facto à DRH.

QUADRO IV						
Escalões	MF	%	M	%	F	%
Menos de 4 anos de escolaridade	2	0,4	2	0,7	0	0,0
4 anos de escolaridade (4ª classe)	84	16,9	70	25,2	14	6,4
6 anos de escolaridade(ciclo prep.)	63	12,7	53	19,1	10	4,6
9 anos de escolaridade	101	20,3	60	21,6	41	18,7
11 anos de escolaridade	25	5,0	12	4,3	13	5,9
12 anos de escolaridade	102	20,5	40	14,4	62	28,3
Bacharelato	4	0,8	0	0,0	4	1,8
Licenciatura	108	21,7	37	13,3	71	32,4
Mestrado	8	1,6	4	1,4	4	1,8
Doutoramento	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	497	100	278	100	219	100

Da análise deste quadro verificamos, devido a algumas aposentações de pessoal com baixo grau de instrução e também devido às Novas Oportunidades, que se regista uma notável melhoria do número médio de anos de escolaridade do pessoal da autarquia. Com efeito, agora só cerca de 30% do total de trabalhadores tem menos de 9 anos de escolaridade. Entre o 9º e o 12º ano estão cerca de 45% dos trabalhadores, tendo os restantes um curso superior.

4 | TAXA DE SINDICALIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2012, com base apenas nos descontos directamente efectuados nos vencimentos, existiam 278 trabalhadores sindicalizados e associados o que corresponde a uma taxa de 55,94% do universo dos 497 trabalhadores. No ano anterior esta taxa situou-se em 58,53%, esta variação deveu-se ao número de aposentações de trabalhadores.

QUADRO V	
TOTAIS	2010
N.º Efectivos (Quadro + Contratos)	497
Efectivos Sindicalizados	278
Taxa de Sindicalização	55,94%

4.1 | SINDICALIZAÇÃO POR ENTIDADE

Quanto à vinculação dos trabalhadores por entidade sindical apresentam-se no quadro VI

QUADRO VI		
Sindicato	N.º	%
SINTAP	80	27,9
STAL	162	56,5
Sindicato Trabalhadores Função Pública Centro	8	2,8
Sindicato dos Bombeiros Profissionais	21	7,3
Sindicato dos quadros Técnicos do Estado	1	0,4
Associação Nacional de Bombeiros	6	2,1
Associação Téc. Adm. Municipais	9	3,1
Total	287	100

5 | EMPREGO, RECRUTAMENTO E MOBILIDADE

5.1 | OFERTAS PÚBLICAS DE EMPREGO

Os concursos com provimento em 2012 foram nas áreas de Planeamento e de Canalizador.

QUADRO VII					
Grupos de Pessoal	Concursos abertos em 2012 para CTFP por tempo indeterminado	Nª de postos de trabalho	Trabalhadores Contratados	Mobilidade Geral	
				Cedência de Interesse público	Licença s/ vencimento
Técnico Superior	**1**	**1**	**1**	**0**	**0**
Assistente Operacional	**1**	**1**	**1**	**0**	**2**
Total	**2**	**2**	**2**	**0**	**2**

Outras

O recrutamento ocorreu nas áreas de Gestão de Empresas, Engenharia Geográfica, Auxiliares de Acção Educativa e Sapadores Florestais e ainda estão a decorrer, embora em avançado grau de maturidade.

QUADRO VIII			
Grupos de Pessoal	Concursos abertos em 2012 para CTFP por tempo indeterminado	Nª de postos de trabalho	Trabalhadores Contratados
Técnico Superior	**2**	**2**	**0**
Assistente Operacional	**2**	**10**	**0**
Total	**4**	**12**	**0**

6 | APOSENTAÇÕES

Ao nível de aposentações verificou-se igual número ao do ano anterior, conforme se pode observar no quadro IX.

QUADRO IX				
Grupo Profissional	2009	2010	2011	2012
Técnico Superior	**1**	**1**	**1**	**2**
Coordenador Técnico	**0**	**0**	**1**	**0**
Assistente Técnico	**4**	**3**	**1**	**3**
Encarregado Operacional	**2**	**2**	**0**	**0**
Assistente Operacional	**10**	**13**	**14**	**13**
Fiscal Municipal	**1**	**0**	**0**	**0**
Bombeiros	**0**	**0**	**2**	**1**
TOTAL	**18**	**19**	**19**	**19**

Ocorreu ainda uma redução no número de trabalhadores por motivo de um falecimento.

7 | ESTÁGIOS

Numa óptica de partilha de saberes que visam a integração de jovens em contextos de trabalho na Administração Local e promovendo uma forte articulação entre as instituições de ensino e o Município, apresentam-se de seguida as actividades de estágios levadas a cabo no ano de 2012.

7.1 | CURRICULARES

O acolhimento de jovens em contexto de trabalho, sem qualquer custo para o Município permitiu-nos acolher um total de 31 estagiários, em diferentes áreas, como se pode observar no quadro X.

QUADRO X	
Estágios Curriculares Área	Quantidade
Topografia e Cadastro	**1**
Estudos Artísticos	**1**
Informática	**3**
Técnico Gestão	**2**
Desporto e Bem Estar	**2**
Mestrado Marketing e comunicação	**1**
Sociologia	**1**
Turismo, Lazer e Património	**2**
Ecologia e Gestão Ambiental	**1**
Técnicos de Protecção Civil	**15**
Técnico de Comunicação e Relações Públicas	**1**
História da Arte, Patrim. e Turismo Cultural	**1**
TOTAL	**31**

7.2 | PROGRAMA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - PEPAL

Pela primeira vez, em 2012, o Município acolheu jovens licenciados ao abrigo deste programa, neste caso suportando uma parte do custo. Salientamos que grande parte destes licenciados se integraram plenamente no contexto de trabalho e, caso não houvesse constrangimentos legais, a sua permanência ao serviço do Município traria uma importante renovação de recursos humanos.

Durante o ano de 2012 terminaram, com sucesso, os 9 estágios PEPAL que tinham iniciado em 2011 e que se elencam na tabela abaixo apresentada.

Estágios PEPAL	Nº
Direito	1
Gestão de Empresas	2
Engenharia Civil	1
Engenharia Geográfica	1
Ciências da Comunicação	1
Antropologia	1
Turismo, Lazer e Património	1
Geografia	15
Total	**25**

8 | CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO - CEI (IEFP)

Relativamente aos Contratos Emprego Inserção (antigos Acordos de Actividade Ocupacional ou POC´s), continuamos a recorrer a esta medida, para colmatar necessidade prementes uma vez não ser possível por imposição legal o recrutamento de trabalhadores para necessidades permanentes.

O valor apresentado no quadro XI é referente a 31 de Dezembro de 2012.

QUADRO XI	
Unidade Orgânica	**Nº de CEI'S**
Divisão Educação e Acção Social	**18**
Divisão da Cultura	**5**
Divisão Gestão Administrativa e Património	**10**
DMPOSM	**15**
SITIC	**1**
Total	**49**

9 | *FORMAÇÃO PROFISSIONAL*

Em 2012 foi dada continuidade às acções do projecto da Comunidade Intermunicipal de Baixo Mondego, referentes à candidatura realizada em 2010, na Tipologia de Intervenção 3.4 (Qualificação dos profissionais da Administração Pública Local) financiadas no âmbito do POPH.

A formação CIM-BM, coordenada pela Fundação CEFA, teve início em Julho de 2011, estando previsto que se prolongue até 2013.

Tem-se verificado alguma instabilidade no calendário das acções que por insuficiência de formandos quer por falta de adesão ao projecto por parte de alguns Municípios, o que inviabilizou muitas das acções. Estas, sendo financiadas, exigem um número mínimo de Formandos para a sua realização.

Tal não foi o caso do Município da Figueira da Foz, como pode ser constatado nos números que adiante são mencionados.

Devido à sua especificidade, esta formação apresenta-se no quadro XIII totalizando, em 2012, 61 acções (1.147 horas de formação), nas quais houve 323 participações de formandos do Município da Figueira da Foz.

QUADRO XII - FORMAÇÃO CIM-BM (Financiamento POPH)				
Nome da Acção		N.º de Acções	N.º de Horas	N.º de Formandos
1	"Gestão de Avaliação e Desempenho"	1	21	11
2	"Férias, Faltas e Licenças"	2	21	7
3	"Licenciamento Zero"	3	7	21
4	"SIG"	1	35	6
5	"Procedimentos Concursais"	1	21	5
6	"Comunicação e Redes: Configuração"	1	21	7
7	"Regime Jurídico de Urbanização e Edificação"	1	14	4
8	"Empreitadas de Obras Públicas"	2	21	10
9	"Regime Jurídico da Atividade Industrial"	1	14	6
10	"Urbanização e Edificação"	1	21	3
11	"Relacionamento Interpessoal"	1	21	1
12	"Base de Dados – *Access*"	1	28	4
13	"Higiene e Segurança no Trabalho"	1	21	4
14	"Compreender o Novo Acordo Ortográfico"	3	28	36
15	"Fotografia e Multimédia"	1	14	15
16	"Entrevista de Avaliação de Competências"	1	14	5
17	"SCA – Sist. de Contabilidade Autárquica – Receita e Despesa"	2	28	7

18	"Código dos Contratos Públicos"	2	21	18
19	"Excel Avançado"	1	49	9
20	"*Marketing* Público"	1	35	2
21	"Técnicas de Arquivo e Novas T.I.C."	1	28	9
22	"Contra Ordenações"	1	14	9
23	"Código do Procedimento Administrativo"	1	21	1
24	"A Lei dos Compromissos"	2	14	20
25	"GES – Sistema de Gestão de *Stocks*"	1	14	3
26	"SCA – Sist. de Contabilidade Autárquica – Prestação de Contas"	1	14	4
27	"Gestão de Recursos Humanos"	1	28	13
28	"Comunicação, Informação e Atendimento"	1	21	1
29	"ArcGis 10"	1	28	2
30	"SAD – Sistema de Avaliação e Desempenho"	1	14	4
31	"O Contrato de Empreitada de Obras Públicas"	1	21	1
32	"Gestão do Tempo"	1	21	5
33	"SCA – Sist. de Contabil. Autárquica – Contabilidade de Custos"	1	14	3
34	"Administração de Redes, Sistemas"	1	28	7
35	"RCTFP"	1	21	2
36	"CAM – Certificação de Motoristas de Veículos Pesados de Mercadorias/Passageiros"	1	35	5
37	"SGD – Sistema de Gestão Documental"	1	28	1
38	"SCA – Sist. de Contabilidade Autárquica – Docum. Previsionais"	1	14	4
39	"*Balanced Scorecard* na Administração Local"	1	21	1
40	"Instrumentos de Gestão do Território"	1	21	6
41	"*Autocad* Avançado"	1	49	3
42	"Inglês para atendimento – avançado"	1	35	5
43	"Coordenação de Segurança em Obras"	1	35	2
44	"Organização dos Serviços das Autarquias Locais"	1	7	3
45	"Lei das Finanças Locais"	1	21	12
46	"Gestão e Desenvolvimento de Competências"	1	21	2
47	"Ética e Deontologia Profissional do Serviço Público"	1	21	1
48	"Metodologias de Análise e Reengenharia de Processos"	1	21	1
49	"Gestão Documental"	1	21	5
50	"Técnicas de Análise e Resolução de Problemas"	1	21	1
51	"Formação Complementar de Motoristas – T. C. de Crianças"	2	20	6
	TOTAL	61	1.147	323

À semelhança do que já tinha sucedido em 2011, as acções tiveram lugar nas instalações disponibilizadas por diversos Municípios integrantes da CIM-BM, incluindo a Figueira da Foz, bem como nas próprias instalações da Fundação CEFA.

A **formação dada internamente** no quadro XIII é descrita, no âmbito de uma candidatura (P.O.P.H.) da Divisão de Educação e Acção Social e Saúde deste Município, subordinada ao tema "Igualdade de Género".

QUADRO XIII - FORMAÇÃO INTERNA				
Nome da Acção		N.º de Acções	N.º de Horas	N.º de Formandos
1	"Igualdade de Género"	3	54	40
TOTAL		3	54	40

Realizaram-se 3 acções (54 horas) que abrangeram 34 presenças de trabalhadores do Município e ainda 2 trabalhadores com Contrato de Emprego de Inserção (CEI) e 4 trabalhadores de outras entidades.

No que respeita a **formação externa** apresenta-se no quadro XIV, realizada por solicitação de diversos Serviços, tiveram lugar 26 acções, num total de 258,5 horas de formação, nas quais se verificaram 69 participações de trabalhadores do Município.

QUADRO XIV - FORMAÇÃO EXTERNA				
Nome da Acção		N.º de Acções	N.º de Horas	N.º de Formandos
1	Seminário "Imposto sobre o Património (IMI e IMT) e IRS"	1	3,5	8
2	Sessão de Análise e Debate "A Prestação de Contas no SIIAL"	1	6	5
3	"Riscos Naturais em Portugal"	1	35	2
4	"Planeamento de Emergência – *nível I*"	1	30	2
5	"Formação e Formação IMI"	1	7	2
6	"SAD – Prestação de Contas ao T. C. por via eletrónica"	1	2,5	2
7	"A Consolidação de Contas nos Municípios"	1	14	4
8	Seminário "O IVA nas Autarquias"	1	3	6
9	Conferência "Compras Públicas"	1	7	2
10	"Planeamento de Emergência – *nível II*"	1	25	2
11	Colóquio "Vírus de *Schmallemberg*"	1	2,5	1
12	"SGP – Balanço Social e SIIAL"	1	14	1
13	"Registo de Cidadãos Comunitários"	1	7	2
14	"Lei dos Compromissos: análise e aplicação da Lei n.º 8/2012 – Adm. Local"	1	7	4
15	"Gestão dos DMM's e Validação de Certificados "	1	7	1
16	Ação de Divulgação sobre "SIRJUE"	1	7	4

17	**"A Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso"**	**2**	**7**	**4**
18	**"Igualdade de Género para Profissionais da CPCJ"**	**1**	**18**	**1**
19	**Seminário "Guia Orientador – Revisão do PDM"**	**1**	**7**	**2**
20	**Seminário "PAEL – Programa de Apoio à Economia Local"**	**1**	**7**	**3**
21	**"Empreender Já"**	**1**	**12**	**1**
22	**Congresso Internacional "O Tráfico de Seres Humanos em Portugal e no Mundo"**	**1**	**10,5**	**3**
23	**"Estatuto do Pessoal Dirigente"**	**1**	**7**	**2**
24	**"Elaboração do PPI e Orçamento Municipal para 2013: as implicações na LCPA"**	**1**	**7**	**3**
25	**"Rede Intermunicipal de Apoio ao Consumidor"**	**1**	**5,5**	**2**
	TOTAIS	**26**	**258,5**	**69**

Foram ainda realizadas em regime de **autoformação** 9 inscrições de trabalhadores deste Município. Nas oito acções de formação frequentadas (258 horas), ministradas por diversas entidades. Apresentam-se sumariamente no quadro XV.

QUADRO XV - AUTOFORMAÇÃO				
	Nome da Acção	**N.º de Acções**	**N.º de Horas**	**N.º de Formandos**
1	***Workshop* "*Inventories and Courtly Spaces*"**	**1**	**7**	**1**
2	**"Riscos Naturais em Portugal"**	**1**	**35**	**1**
3	**"Planeamento de Emergência – *nível I*"**	**1**	**30**	**1**
4	**"Planeamento de Emergência – *nível II*"**	**1**	**25**	**1**
5	**"Especialização em Contratação Pública das Autarquias Locais"**	**1**	**140**	**1**
6	**V Seminário Anual "SOS Azulejo 2012"**	**1**	**7**	**1**
7	**"Serviços Educativos nas Organizações Culturais"**	**1**	**14**	**3**
	TOTAL	**7**	**258**	**9**

10 | ABSENTISMO

10.1 | ASSIDUIDADE / ABSENTISMO (DIAS)

Apreciando o quadro XVI, retira-se que o **principal motivo** da ausência dos trabalhadores, à semelhança dos anos anteriores, continua a ser o motivo de **doença**, notando-se uma ligeira subida, em relação ao ano anterior. Este factor doença é complementado no ponto seguinte pela informação sobre acidentes em serviço.

QUADRO XVI					
Tipo	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**
Doença	**11.183**	**10.032,50 b)**	**9283 b)**	**7.212 b)**	**8.205,50 b)**
Acid. Serviço	**468**	**822**	**690**	**476**	**709**
Injustificadas	**83**	**40**	**55**	**22**	**47**
Casamento	**84**	**32**	**86**	**87**	**90**
Maternidade	**1.159**	**742**	**883 c)**	**730**	**504**
Gravidez de Risco	**256**	**313**	**48**	**115**	**172**
Trab. Estudante	**311**	**263**	**210**	**98**	**112**
Falecimento Familiar	**196**	**136**	**132**	**134**	**137**
Suspensão	**0**	**43**	**117**	**218**	**-**
Greve	**189**	**74**	**402**	**116**	**132**
Perda de vencimento	**131**	**-**	**-**	**-**	**-**
Actividade sindical	**103**	**110**	**89**	**99,5**	**310**
Outras *a)*	**79,5**	**122,5**	**95**	**29,5**	**14,5**
Total	**13.986,50**	**12.730**	**12.090**	**9.337**	**10,433**

Observações: **Unidade :dias**

a) Inclui faltas por obrigações legais, consultas pré–natais, provas para concurso e doação de sangue, socorrismo.

b) Inclui faltas para assistência a familiares.

c) Inclui licença parental inicial 120 ou 150 partilhada, licença parental inicial 150 dias, licença parental inicial SS 150.

Justifica-se também parte do absentismo pelo facto de quem "Aguarda aposentação", são trabalhadores que em regra permanecem numa situação de doença prolongada até a deliberação da CGA e consequente aposentação dos mesmos.

Reforça-se, contudo, o papel da Junta Médica da CMFF, como elemento de acompanhamento e auxilio a situações mais graves dos trabalhadores.

11.1 | ACIDENTES

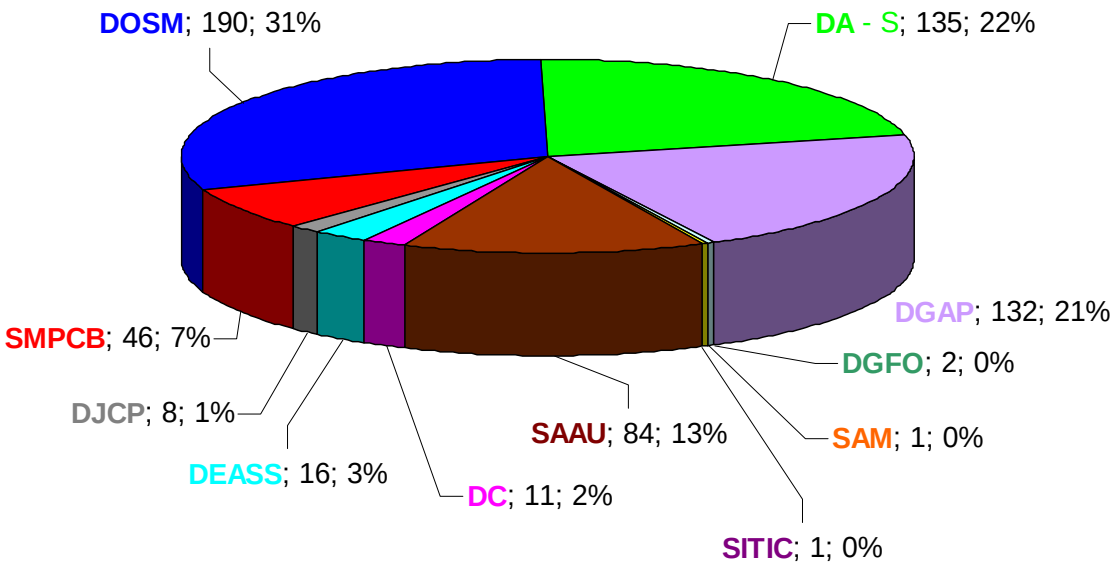
Durante o ano de 2012, no que respeita a **acidentes em serviço**, foram lavradas trinta e três participações à Seguradora, menos uma do que em 2011. Destas, uma dizia respeito a uma trabalhadora proveniente do I.E.F.P (CEI) (portanto não pertencente ao quadro do Município) e outra tratou-se de uma "recaída" dum já acidente ocorrido em 2011.

Em termos de **absentismo global** por acidente em serviço, em **2011** registaram-se 476 dias de ausência, dos quais 120 transitados de 2010 pois eram relativos a acidentes ocorridos nesse ano e 79 dias derivados de acidentes *in itinere* (quatro acidentes, dos quais dois de viação), restando 277 dias de ausência. Excluindo ainda 15 dias referentes a acidentes sem "baixa", relativamente aos quais é usual considerar perdido o dia do acidente (considerando-se "incidente"), obtém-se um total de 262 dias de ausência devida a Incapacidade Temporária Absoluta (I.T.A.) por motivo de acidente em serviço no local de trabalho.

Em 2012 o total de dias de ausência foi de 709. Neste valor estão incluídos, para além de 13 dias de **"recaída**", 74 dias de ITA por acidente ocorrido antes de 2012. Estão ainda 78 dias por acidentes *in itinere* (três acidentes, dos quais dois de viação – 67 dias de ITA). Resta, para os acidentes em serviço ocorridos no local de trabalho, um total de 534 dias de I.T.A. e 10 dias de "incidentes".

GRÁFICO II

Absentismo por Acidente em Serviço / 2012



Não se verificou variação significativa no número de participações, mas uma acentuada subida no número de dias de incapacidade pelo facto dos acidentes ocorridos terem sido de maior gravidade. De referir que no ano de 2012, com Incapacidade Temporária absoluta (ITA) dos 534 dias mencionados, 131 dizem respeito a quatro acidentes com trabalhadores das actividades auxiliares (DMAF). Para além disso tivemos mais de nove trabalhadores com ITA por períodos superiores a 30 dias.

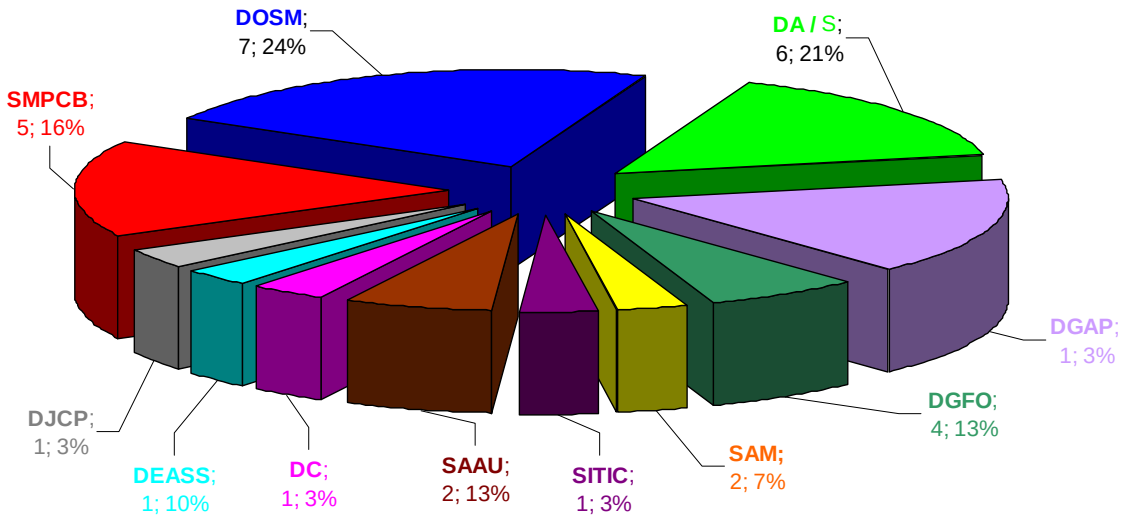
Como vai sendo habitual, o maior número de ocorrências deveu-se a «*quedas ao mesmo nível*» (13) e a «*maus jeitos*» e «*movimentos em falso*» (6). Em 2012, ao contrário do que era habitual, mas que já no ano anterior se tinham verificado. Ocorreram também seis acidentes derivados a "contacto com objectos".

Em termos de absentismo por doença natural, verificou-se uma inversão na tendência que vinha a registar-se desde 2008, com um aumento de faltas em relação a 2011.
De referir que, enquanto em Junho de 2011 se tinha registado o valor de ausências por doença mais baixo desde que é realizado este estudo, em Julho de 2012 pode observar-se o "pico" do passado ano.
Também, observando a linha de tendência de 2012, se constata que o absentismo tende a diminuir ao longo do ano, pese embora, como foi referido, a linha de tendência esteja colocada a um nível mais alto que a de 2011, dado que o absentismo por doença vinha decrescendo.

Apresentamos de seguida alguns gráficos que ilustram o absentismo por acidentes em serviço:

GRÁFICO III

DISTRIBUIÇÃO DE ACIDENTES EM SERVIÇO POR SECTOR / 2012



Verifica-se neste gráfico que o Departamento de Obras (DOSM) é onde se verificam mais acidentes em sérvio, seguindo-se a Divisão de Ambiente (espaços verdes e higiene), Protecção Civil e DGAP (onde estão afectos o pessoal de limpeza geral).

11.2 | MEDICINA DO TRABALHO

No ano de 2012 foram reatados os procedimentos relativos à Medicina da Trabalho, os quais são constituídos por três valências: Análises Clínicas, que incluíram a análise ao PSA para os indivíduos do sexo masculino com 45 anos ou idade superior em 31.12.2012, consulta de Enfermagem do Trabalho e consulta do Médico do Trabalho.

Como não podia deixar de ser, este serviço abrangeu todos os trabalhadores do Município, independentemente do seu vínculo, e prolongou-se, pelo atraso no início das consultas, em virtude da demora na celebração dos contratos dos profissionais envolvidos, até Fevereiro de 2013.

Foram sujeitos às consultas 505 Trabalhadores, tendo sido diagnosticadas alterações de saúde em 54 casos. Foi entendimento da equipa serem enviados para o Serviço de Medicina Curativa (a seguir referido neste Relatório), onde foram seguidos e, em grande parte dos casos controlados.

Complementarmente a estes procedimentos, foi solicitado, merecendo resposta positiva, a deslocação de uma viatura para realizar microrradiografias aos Trabalhadores do Município, já que este serviço até 2008 esteve disponível na Figueira da Foz e havia sido extinto.

Assim o Centro de Diagnóstico Pneumológico de Coimbra (CDP Coimbra) disponibilizou, nos dias 17, 18 e 19 de Setembro, este serviço tendo sido detectados seis casos “suspeitos”, dos quais cinco foram submetidos à consulta de Medicina Curativa e sujeitos a exames mais rigorosos, que permitiram determinar que não se tratava de doença, e o sexto caso, já com histórico neste âmbito, foi encaminhado para o CDP de Coimbra, onde foi sujeito a consulta, continuando ao serviço por não lhe ter sido prescrita qualquer baixa.

11.3 | MEDICINA CURATIVA

Apesar de não ser legalmente obrigatório, foi superiormente entendido implementar este serviço, na medida em que as alterações do estado de saúde detectados pelo Médico do Trabalho não podendo ser seguidas por este, Desta forma coexistindo um serviço de Medicina Curativa, à semelhança do que existiu em simultâneo com a anterior Medicina do Trabalho, todo o processo foi significativamente agilizado, sendo os resultados, pela experiência adquirida anteriormente, muito positivos.
Foram encaminhados para estas consultas, como já foi referido anteriormente, 54 Trabalhadores, aos quais foram prestadas 124 consultas, continuando ainda alguns sob vigilância médica.

12 | TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

O trabalho extraordinário (TE) efectuado durante o ano de 2012 apresenta uma diminuição significativa em relação ao ano de 2011 tanto em número de horas como em valor. Em termos de valor deverá ser tido em conta **a redução para metade do valor/hora de todos os tipos de trabalho extra executado a partir de 1 de Janeiro de 2012**.

Apresenta-se de seguida no quadro XVII os valores e o número de horas de trabalho extraordinário (TE) realizado, desde o ano de 2009 até 2012, diferenciado pelas diferentes tipologias de TE, fazendo assim uma síntese deste tipo de custo na gestão do actual executivo.

QUADRO XVII

Trabalho	2009		2010		2011		2012	
Extraordinário	Valor	Horas	Valor	Horas	Valor	Horas	Valor	Horas
T. Nocturno	10.276,47	10.314	10.294,55	10.064	9.927,38	10.066	11.201,40	11.270
H.E. 25%	753,13	146	0,00	0	0,00	0	13.035,31	2.433
H.E 37,5%	0,00	0	0,00	0	0,00	0	49.332,60	8.231
H.E. 50%	17.380,80	2.654	9.607,88	1.576	12.315,85	1.814	83.811,60	11.966
H.E. 60%	316,12	40	0,00	0	0,00	0	0,00	0
H.E. 75%	29.476,89	4.039	19.517,56	2.735	18.936,20	2.847	0,00	0
H.E. 90%	302,17	30	0,00	0	0,00	0	0,00	0
H.E. 100%	277.598,60	30.558	179.106,45	20.172	183.545,68	20.681	0,00	0
Total	336.104,18	47.780	218.526,44	34.546	224.725,11	35.409	157.380,91	33.899

Para uma melhor análise evolutiva em termos de gestão económica, calculámos taxas de variação desta rubrica em primeiro lugar tendo por base o ano de 2009 (inicio do mandato do actual executivo) até 2012. Diferenciamos ainda em trabalho extraordinário em sentido lato e trabalho nocturno.

QUADRO XVIII

Variação das Horas Extraordinárias com base no ano de 2009

	09/10	09/11	09/12
nº de horas	-28%	-26%	-29%
valor	-35%	-33%	-53%

Quer em número de horas (-28%, -26%, -29%) quer em valor (-35%, -33%, -53%) em que a redução é muito significativa principalmente em 2012 devido à redução do valor/hora estipulado na LOE de 2012.

QUADRO XIX Variação do Trabalho Nocturno com base no ano de 2009			
	09/10	09/11	09/12
nº de horas	-2,1%	-2,4%	9,3%
valor	0,2%	-3,4%	9,0%

Quanto ao trabalho nocturno a diminuição é igualmente significativa em 2010 e 2011, havendo no entanto um aumento em 2012. Apesar deste facto em termos de custos globais esta alteração observada em 2012 não diminui os bons resultados alcançados.

Quando se calculam as taxas de variação anual, tomando como base o ano anterior, verifica-se igualmente uma tendência decrescente do numero de horas de TE

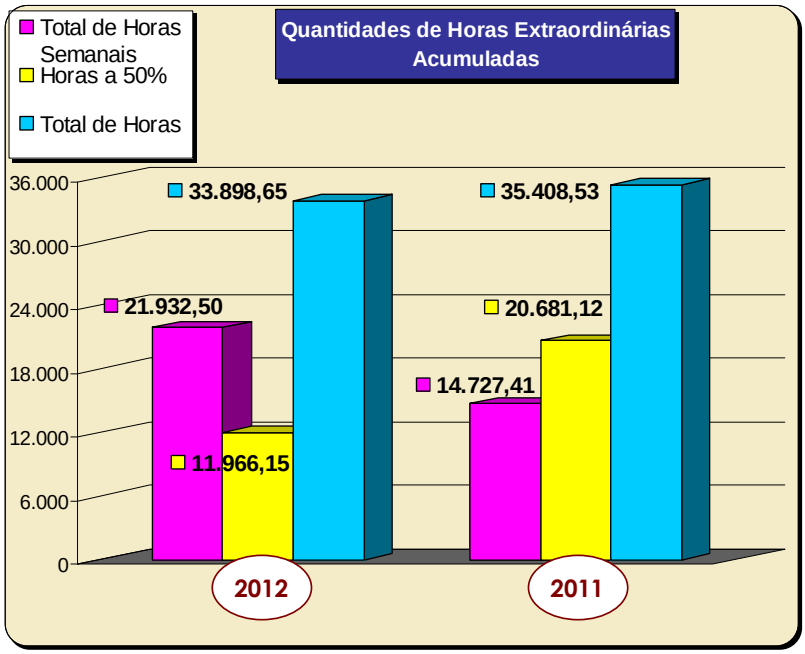
QUADRO XX Variação das Horas Extraordinárias anualmente			
	09/10	10/11	11/12
nº de horas	-28%	2%	-4%
valor	-35%	3%	-30%

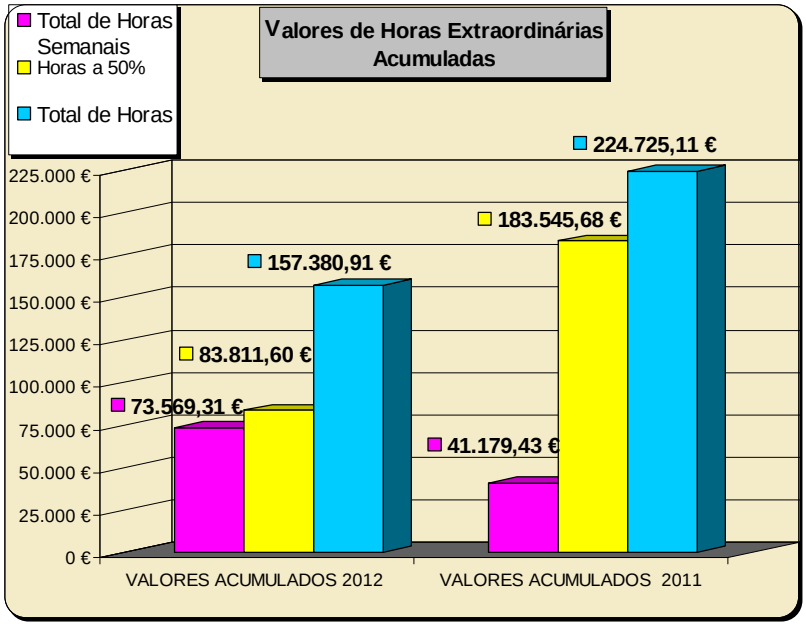
Esta variação é mais expressiva em 2010, situando-se em -28% e, embora sempre a diminuir m com menor expressão em 2011 de -2% e, volta a reduzir em -4% para 2012.Em termos de valor este impacto é elevado em 2010, fruto da grande redução operada e, embora com uma redução menos significativa em 2012 esta tem um maior impacto em termos de valor pois, como já foi expresso anteriormente, houve à redução do valor/hora estipulado.

QUADRO XXI Variação do Trabalho Nocturno anualmente			
	09/10	10/11	11/12
nº de horas	-2,4%	0,0%	12,0%
valor	0,2%	-3,6%	12,8%

Quando cingimos a análise ao Trabalho Nocturno a diminuição anual é menos significativa, tendo-se verificado em 2012 um aumento significativo, explicado pela alteração de horário praticado pelos serviços de higiene. No entanto em termos de custos globais esta alteração observada não diminui os resultados alcançados

Estas observações podem ser visualizadas nos gráficos seguidamente apresentados.





Em síntese, a contenção de despesa com pessoal que se impunha, no que concerne ao pagamento de trabalho extraordinário, foi um objectivo totalmente alcançado pelo executivo actual ao longo do seu mandato e coerente com as premissas que apresentou no seu Plano de Saneamento Financeiro.

As **Grandes Opções do Plano**, para além das despesas de capital, incluem também as despesas correntes consideradas mais relevantes em cada um dos sectores de actividade, e dividem-se em **4 Funções**:

1. Funções Gerais, que incluem:

1.1 Serviços Gerais da Administração Pública

1.2 Segurança e Ordem Pública

2. Funções Sociais, que incluem:

2.1 Educação

2.2 Saúde

2.3 Segurança e Acção Social

2.4 Habitação e Serviços Colectivos

2.5 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

3. Funções Económicas, que incluem:

3.2 Indústria e Energia

3.3 Transportes e Comunicações

3.4 Comércio e Turismo

3.5 Outras Funções

4. Outras Funções, que incluem:

4.1 Operações da Dívida Autárquica

4.2 Transferências entre Administrações

4.3 Diversas não Especificadas

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2012 estimavam um investimento municipal de Capital de cerca de **16,8 milhões de euros.**

A descrição da actividade desenvolvida ao longo do ano, encontra-se espelhada e relatada do ponto de vista da sua execução em relatório próprio - **Execução Económica e Financeira,** apenas caberá aqui realçar as acções, realizações ou investimentos que mais marcaram o ano de 2012.

Estas acções, realizações ou investimentos por questões de ordem metodológica, são focadas de acordo com a ordem do documento GOP.

1 | FUNÇÕES GERAIS

1.1 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Este sector, que abrange os *órgãos e os serviços gerais da autarquia*, tem vindo a reflectir os encargos direccionados para a melhoria das funcionalidades dos mesmos, no sentido de uma melhor qualidade do serviço prestado aos munícipes.

1.2 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Este sector de actividade compreende os serviços vocacionados para a protecção civil, a prevenção e o combate a incêndios, tendo como finalidade a prevenção de riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, ou catástrofe, atenuando os seus efeitos, protegendo as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.
Destaca-se neste sector a aprovação da candidatura ao POVT – QREN, do novo Quartel de Bombeiros o desencadear de todos os procedimentos conducentes à realização deste investimento.

2 | FUNÇÕES SOCIAIS

Este grupo de funções abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, a saúde, a acção social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, os resíduos sólidos e os serviços recreativos, culturais, religiosos e cívicos.

2.1 | EDUCAÇÃO

Neste sector, a Câmara Municipal da Figueira da Foz tem mantido um papel activo no reforço do diálogo entre docentes/encarregados de educação/autarquia para que, num trabalho conjunto, possam ser encontradas e geridas as intervenções prioritárias para melhoria das condições de trabalho e dos equipamentos existentes.

A Câmara Municipal assume um papel activo na planificação e programação, sempre com a preocupação de reforço do diálogo, colaboração e articulação entre todos os intervenientes, potenciando a função social da escola e apoiando as famílias.

2.2 | SAÚDE

A área da Saúde e Reabilitação tem tido especial prioridade para esta Câmara Municipal, procurando colaborar na protecção da população mais fragilizada, dando prioridade a acções visando a sua plena integração social, em articulação com as instituições existentes.

A adesão da Figueira da Foz à Rede de Cidades Saudáveis denota a preocupação deste executivo por esta temática no sentido de proporcionar qualidade de vida à população residente.

Importante também realçar em 2011 o envolvimento da Câmara Municipal com a ARS Centro, **preparando a instrução e apresentação de duas candidaturas ao Programa Operacional Mais Centro – QREN, de duas novas unidades de Saúde** (Centros de Saúde) uma a norte do Concelho na Freguesia das Alhadas e outra a sul, na Freguesia de Lavos, até ao momento a aguardar a abertura de um aviso de concurso para a submissão destas candidaturas.

2.3 | Acção Social

Na área da Acção Social, a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver e a consolidar programas de resposta a grupos sociais mais vulneráveis, tendo em vista a sua inclusão e fomento do desenvolvimento social. Neste sentido, a Câmara Municipal, deu continuidade às suas actividades nesta área, no sentido de estudar e identificar as causas de exclusão social, propondo a criação de projectos e desenvolvendo acções de apoio à infância, à população portadora de deficiência e à terceira idade, de forma a melhorar a sua qualidade de vida.
Estas acções serão destacadas em capítulo próprio.

2.4 | Habitação e Serviços Colectivos

Este sector de actividade inclui a *Habitação, o Ordenamento do Território, o Saneamento, os Resíduos Sólidos, a Protecção do Ambiente e a Conservação da Natureza.*

No âmbito da **Gestão Social**, destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a implementação dos vários projectos de intervenção social, nos diversos bairros sociais. Estes projectos contemplaram diversas acções, visando, globalmente, atingir os seguintes objectivos:

- Autonomia;
- Socialização;
- Promoção de relações de vizinhança;
- Promoção de competências das famílias;
- Prevenção de comportamentos de risco;
- Promoção de hábitos de vida saudáveis.

A Empresa Municipal Figueira Domus, tem neste campo uma vasta actuação contribuindo desta forma para um modelo de cidade mais inclusivo.

Estes objectivos confluem também com a adesão do Município à Rede de Cidades Saudáveis.
No sector do **Ordenamento do Território**, várias intervenções foram realizadas contribuindo para tornar o concelho num território mais coeso. De referir que no processo de revisão dos vários planos e instrumentos de ordenamento, foram reavaliados desde o ano de 2010 a 2012 e continuadamente revistos, dando origem a diversos contributos que foram remetidos para as respectivas instâncias.

No sector do **Saneamento** releva-se, uma vez mais, a comparticipação efectuada pela Câmara Municipal, no âmbito do contrato de concessão com a Empresa Águas da Figueira, em investimentos realizados nas redes de abastecimento de água e saneamento, bem como algum investimento efectuado directamente pelo Município na manutenção da rede de

saneamento de todo o Concelho. O Ano de 2012 marcou-se pela conclusão da revisão do contrato com a concessionária. Esta revisão preconizou como factos mais relevantes uma diminuição dos investimentos a suportar pelo Município neste tipo de infra-estruturas e possibilitou introduzir alguma melhoria nos tarifários designadamente criando um tarifário social.

Na área dos **Resíduos Sólidos** a Câmara Municipal desenvolveu um processo de avaliação dos processos de recolha e implementou diversas melhorias, tendo como objectivo principal o incremento da qualidade de vida dos Munícipes e a preocupação do desenvolvimento sustentável e melhoria do Meio Ambiente.

No decurso de 2012, na área da ***Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza***, foram também introduzidos novas técnicas de *manutenção, conservação e limpeza de todas as zonas verdes* e foram realizadas diversas intervenções nas zonas verdes do Concelho, incluindo *a plantação de árvores* e outras espécies vegetais, nomeadamente na zona das Abadias.

Foram também realizados em 2012, trabalhos de manutenção, limpeza e desinfecção e melhoria das praias do Concelho, através de uma prestação de serviços externa.

Foram realizadas, neste sector, diversas actividades de sensibilização ambiental destinadas, na sua maioria, a crianças e jovens.

2.5 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

No respectivo capítulo, encontra-se descrito, o vasto conjunto de iniciativas culturais realizadas na ***Biblioteca e Museu Municipais***, ***Núcleos Museológicos do Sal e do Mar***, bem como no ***Centro de Artes e Espectáculos.*** Neste ano de 2012 a Figueira da Foz pretendeu afirmar-se, numa estratégia encetada há dois anos, como **CIDADE CRIATIVA**, o que significa não ser apenas consumidora e ponto efémero de passagem de cultura, mas também centro de produção e difusão.

3 | FUNÇÕES ECONÓMICAS

3.1 | INDÚSTRIA E ENERGIA

As principais actividades levadas a cabo em 2012 neste sector, encontram-se descritas nos diferentes Relatórios de Gestão das Empresas, Figueira Paraindustria e Estruturas e Investimentos do Mondego.
Quanto à Figueira Paraindustria, no ano de 2012 esta foi objecto de deliberação de extinção, encontrando-se actualmente em fase de liquidação. Este facto relevante obriga agora a novas formas de abordagem destas funções e uma reorientação na estratégia municipal na gestão de áreas de acolhimento empresarial.

Igualmente a Figueira Paranova-Renovação e Desenvolvimento Urbano, EM. Foi objecto de dissolução encontrando-se em fase de liquidação.

3.2 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

No ano de 2012 a Câmara Municipal investiu, neste sector quer na zona urbana quer na zona rural, em diversas obras de beneficiação da rede viária, conservação e sinalização.

3.3 | COMÉRCIO E TURISMO

A *Empresa Municipal Figueira Grande Turismo* continuou, em 2012, a privilegiar os eventos tradicionais, que constituem, por si só, um importante cartaz de atracção, realçando-se, entre outros, o *Carnaval*, as *Festas da Cidade*, e a Festa da *Passagem de Ano 2012/2013*. Associando-se à **Entidade Regional de Turismo do Centro**, participou nos principais eventos de divulgação turística tais como Feiras de Turismo, cujos mercados representam interesse nos produtos que o Concelho tem para oferecer: turismo Sol/Mar, Náutico e de Negócios; Tourings; Short-breaks; e Gastronomia.
O ano de 2012 foi marcado pela realização de um novo evento náutico de Rio, o festival Navegarte, que combinou diferentes modalidades náuticas e ainda uma pequena mostra de actividades económicas relacionadas com a náutica de recreio.

Salientamos como **evento de Inverno** a passagem de ano 2012/2013, que apresentou um modelo de animação totalmente diferenciado do de anos anteriores, com a instalação de uma tenda junto à Torre do Relógio, proporcionando entrada livre a todos e o envolvimento de na maior concentração de mini-foguetes de mão servindo assim para divulgar a e Figueira.

4 | OUTRAS FUNÇÕES

4.1 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

Este capítulo contempla as transferências de verba efectuadas para as *Juntas de Freguesia*, destinadas a financiar obras ou equipamentos que sejam património daquelas Freguesias.

Esta política de descentralização tem sido direccionada não só para a realização de investimentos nas Freguesias, como também para o financiamento de manutenção de espaços públicos, manutenção de zonas verdes, limpeza de praias e programa de aquecimento em escolas.

1.1 | SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.1.1 | ADMINISTRAÇÃO GERAL

Este sector, que abrange os *órgãos e os serviços gerais da autarquia*, tem vindo a reflectir os encargos direccionados para a melhoria das funcionalidades dos mesmos, no sentido de uma melhor qualidade do serviço prestado aos munícipes.

Destaca-se, designadamente, o esforço na melhoria do sistema informático ao serviço da estrutura municipal, a permanente manutenção do parque de máquinas e viaturas e as contínuas beneficiações dos edifícios municipais onde se encontram instalados os diversos serviços da autarquia.

A implementação de aplicações informáticas já adquiridas anteriormente vieram trazer uma maior desmaterialização dos processos, embora ainda com alguns focos de resistência à mudança, que têm obstado a que alguns dos serviços ainda não integrem a totalidade dos procedimentos administrativos on-line.

Na óptica da implementação do Licenciamento Zero foram igualmente trabalhadas outras funcionalidades ligadas ao futuro estabelecimento do **Balcão Único de Atendimento,** nomeadamente as inerentes ao atendimento de Taxas e Licenças e Urbanismo, para além de outras situações relacionados com outros serviços municipais e que justifiquem a sua introdução no portal de atendimento.

Destaca-se igualmente na área das TIC a disseminação e Publicação via WEBSITES SIG em ambiente de Intranet e Internet. Foram efectuados em 2012 todos os procedimentos administrativos para o lançamento de novo site institucional e foram igualmente dados os primeiros passos para a compilação dos conteúdos a inserir.

Igualmente em 2012 a Autarquia através do Portal **"A minha Rua"** disponibilizado pela AMA – Agencia para a Modernização Administrativa. Este portal permite a todos os cidadãos reportarem de forma célere, on-line, todo um vasto conjunto de ocorrências, sugestões e melhoria, anomalias verificadas, permitindo assim uma agilização na resposta dos serviços às diferentes solicitações. Este ano registaram-se 182 solicitações a que foi dada resposta nos termos previstos.

A aproximação dos serviços do Município aos cidadãos tornou-se desta forma mais eficaz e proporcionou melhorias na capacidade de resposta e rapidez na resolução dos problemas dos munícipes.

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros Investimentos				
- Reabilitação do Edifício Castelo Engº Silva	191.646	51.937	139.708	100%
- Remodelação e/ou beneficiação de edifícios munic	18.920	0	1.150	6%
- Equipamento Informático p/ diversos Serviços	99.762	0	94.374	95%
- Software Informático p/ diversos Serviços	26.102	0	16.133	62%
- Equipamento e material diverso	37.278	0	16.192	43%
TOTAL	**373.708**	**51.937**	**267.557**	**85%**

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Serviços Gerais 2012	**267.557**	**0**	**267.557**

1.2 | SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

1.2.1 | PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS

Este sector de actividade compreende os serviços vocacionados para a protecção civil, a prevenção e o combate a incêndios, tendo como finalidade a prevenção de riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, ou catástrofe, atenuando os seus efeitos, protegendo as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A Câmara Municipal da Figueira da Foz, através do *Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)*, à semelhança de anos anteriores, adoptou e pôs em prática, um conjunto de princípios, orientações e medidas, viradas para a prossecução permanente do investimento na salvaguarda de pessoas e bens.

Durante o ano de 2012, e à semelhança de anos anteriores, foram realizados exercícios / simulacros, destacando-se as seguintes acções:

- Dia 16Fevereiro – Participação no exercício tipo CPX, promovido pela ANPC/CDOS de Coimbra para treino operacional de operacionalização do Plano Especial de Operações para Cheias no Distrito de Coimbra;
- Dia 08Maio - Teste ao Plano de Emergência Interna e procedimentos de evacuação do Centro Comercial FOZPLAZA;
- Dia 06Novembro - Simulacro de teste ao Plano de Emergência Interna do Hotel Mercure;
- Dia 08Novembro – Simulacro de teste ao Plano de Emergência Interna do Hotel Íbis;
- Dia 28.Novembro - Simulacro de teste aos procedimentos internos e externos de emergência da Central Termoeléctrica de Lares.

Segurança em estabelecimentos de ensino:

- Actualização dos Planos de Emergência Interno das EB1 e Jardins-de-Infância que apresentem alterações estruturais em relação ao anterior, verificação de conformidade de segurança contra incêndios e planos de emergência em diversos estabelecimentos de ensino; apoio à verificação das condições de segurança e à elaboração das Medidas de Autoprotecção do Centro Escolar de São Julião / Tavarede;

- 28 Fevereiro – Acções de sensibilização para os procedimentos de emergência e evacuação da EB1 de Abadias;
- 01 Março – Simulacro de teste ao Plano de Emergência Interna da EB1 de Abadias.
- 23 Março – Exercício de teste ao Plano de Emergência Interna da Escola Secundária Cristina Torres;
- 19 Abril – Exercício de teste ao Plano de Emergência Interna da Escola Secundária Dr. Bernardino Machado;
- 17 Maio – Exercício de teste ao Plano de Emergência Interna da Casa da Criança de São Julião (Creche e Jardim-de-Infância);
- 05 Junho – Exercício de Teste ao Plano de Emergência Interna do CENFORFF – Centro de Formação Profissional da Figueira da Foz;
- 23 Novembro – Explicação do Plano de Emergência Interna e procedimentos de evacuação às turmas de 1º. Ano da EB1 de Abadias.

Foi também dada continuidade, em 2012, aos programas:

PROGRAMA "CRIANÇA SEGURA"

Manteve-se durante o ano de 2012 a realização deste programa de Sensibilização, Informação e Educação para a Protecção Civil e cuidados de segurança individual e colectiva dirigido aos alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico.

PROGRAMA "JOVENS EM SEGURANÇA"

Programa dirigido aos alunos do 7º. Ano que se pretende dê continuidade ao Programa "Criança Segura". Abrangeu mais uma vez, em 2012, os alunos deste ano de escolaridade do Concelho.

PROGRAMA RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Ministrado anualmente às turmas de 5º. Ano da Escola EB 2-3 Dr. Pedrosa Veríssimo a pedido do respectivo Conselho Executivo. Abordagem dos diferentes riscos, com especial incidência nas correspondentes medidas de auto-proteção.

COORDENAÇÃO DA PREVENÇÃO DE SOCORRO A EVENTOS

- Festejos de Passagem de Ano 2011/2012
- Festejos de São João
- Festejos de Passagem de Ano 2012/2013

OUTRAS ACÇÕES

- Verificação e encaminhamento de queixas e reclamações diversas recebidas no SMPC e de situações de risco detectadas pelo Serviço;
- Processo de elaboração e aquisição da Campanha de Divulgação do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil e de Sensibilização para a Protecção Civil, financiada pelo QREN;
- Acompanhamento e apoio à revisão do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil da Figueira da Foz.
- Acompanhamento do processo de aquisição e instalação de equipamento para SIGER – Sistema de Gestão de Emergência e Riscos.
- Estágio no SMPC dos alunos do Curso Técnico-Profissional de Protecção Civil da Escola Secundária Cristina Torres – atribuição de tarefas e acompanhamento do estágio;

- Preparação, elaboração e implementação do Plano Logístico para Incêndios Florestais no Concelho da Figueira da Foz;
- Apoio à revisão de extintores de incêndios dos edifícios municipais do Concelho;
- Processo de instalação de Postos de Praia em praias não concessionadas e de selecção e contratação de Nadadores-Salvadores para a época balnear de 2012;
- Acompanhamento e gestão da actividade de vigilância balnear nas praias não concessionadas em que a Câmara Municipal, através do SMPC, assumiu a vigilância.
- Continuação do processo de identificação de imóveis degradados, com vista a vistoria pelo DMU e notificação dos respectivos proprietários para execução de obras de beneficiação;

QUADRO SÍNTESE DE OCORRÊNCIAS PONTUAIS

QUADRO I			
DATA	DESCRIÇÃO	LOCAL	FREGUESIA
28.Março	Incêndio Florestal	Vila Verde	Vila Verde
04.Junho	Apoio a visita de crianças às poças de marés	"Teimoso"	Buarcos
29.Junho	Fuga de amoníaco	Lusiaves	Marinha das Ondas
16.Julho	Incêndio Florestal	Alhais	Marinha das Ondas
18.Julho	Intervenção em casa que ruiu parcialmente	Casal Novo	Paião
27.Julho	Pré-afogamento	Orbitur	São Pedro
2 a 4.Setembro	Incêndio Florestal	Santo Amaro da Boiça e Santana	Maiorca e Santana
18.Setembro	Auxílio ao INEM em transporte de vítima na praia	Leirosa	Marinha das Ondas
08.Novembro	Incêndio Urbano com desalojamento	Rua Drª. Cristina Torres	São Julião
26.Novembro	Acidente de viação grave	IC1	São Pedro
Dezembro	Apoio às operações de identificação de causas e de remoção de peixes mortos	Lagoa da Vela	Bom Sucesso

CORPO DE BOMBEIROS MUNICIPAIS

Durante o ano de 2012 registaram-se 1.970 solicitações de socorro e outros serviços de rotina, destacando para os mesmos 32 efectivos e utilizando 10 viaturas do CBM.

Número de Ocorrências

- 255 Intervenções em incêndios florestais, mato e agrícolas, incêndios urbanos, industriais, transportes, lixeiras e contentores de lixo, na nossa área de actuação própria (AAP);
- 38 Intervenções solicitadas pelo Centro Distrital de Operações de Socorro de Coimbra, (CDOS) para incêndios Florestais, ocorridos fora da nossa área de actuação própria (AAP), nomeadamente em Soure, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Arganil, Oliveira do Hospital, Mangualde, etc.;
- 73 Ocorrências em incêndios urbanos (habitações, unid. hoteleiras e similares, etc.);
- 25 Ocorrências em incêndios em Transportes;
- 38 Ocorrências em acidentes rodoviários;
- 1239 em outros sinistros e serviços desabamentos/deslizamentos de terras, inundações, desentupimento de caleiras, cortes e queda de árvores, resgate de

animais e pessoas, acidentes aquáticos, abertura de portas com e sem socorro, deslocações oficiais, formação, participação em seminários e exercícios, apoio á população, Patrulhamentos/vigilância florestal, prevenções a espectáculos, etc..

Número de Horas Gastas

Foram gastas uma média de 4.923 horas (média de 2,5 horas por cada intervenção).

Quilómetros Percorridos

Foram percorridos uma média de 60.946 Km.

Combustível Gasto

- 14.485 Litros de gasóleo
- 466,63 Litros de gasolina

Serviços normalmente do foro interno do CBM, patrulhamentos florestais, reconhecimentos a Queimadas e Queimas, deslocações oficiais, formação externa e interna, formaturas, prevenção a espectáculos pirotécnicos, etc..

Os Incêndios Urbanos e rurais, felizmente sem grande gravidade foram 283, com maior incidência nos meses de Março, Maio Julho e Setembro (média de 17 ignições por mês) .
Na maioria destes episódios tratou-se de ignições em incêndios em povoamento misto, agrícolas e mato, contentores de lixo, lixeiras, lareiras, exaustores e anexos de habitações que prontamente foram extintos. A maioria destas intervenções ocupou seis homens e duas viaturas por intervenção, consoante o grau de risco, com excepção dos incêndios em contentores de lixo que apenas ocupou uma viatura e 2 homens por ocorrência.

Nota: De realçar o grande incêndio do ano, a 2 de Setembro de com uma área ardida de 237,540 m2, que se verificou em Santo Amaro da Boiça, Freguesia de Maiorca.

Receitas Obtidas

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
CORPO DE BOMBEIROS	
- Prestação de serviços diversos	5.402
- Subsídios de combustíveis	6.047
- Despesas extraordinárias (DECIF 2011)	6.115
- Despesas de alimentação (DECIF 2011)	1.323
TOTAL	**18.887**

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

Este gabinete é composto por dois recursos da área de engenharia florestal e pela equipa de **sapadores florestais**. Tem como principais tarefas:

- Trabalhos de silvicultura;
- Processos de arborização;
- Levantamento GPS de marcos e bocas de incêndio;
- Elaboração do POM 2012;
- Revisão do PMDFCI;
- Levantamento de áreas ardidas;
- Elaboração de relatório semestral (AFN);
- Elaboração de relatório de actividades de 2011 (ICNF);
- Elaboração de Programa de Acção de 2013 (AFN);

As observações sobre o Plano Operacional Municipal (POM) de 2012 e o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios far-se-ão em capítulo próprio 2.4.2 Ordenamento do Território.

Em termos de trabalhos de silvicultura, estes foram efectuados maioritariamente na Mata Nacional do Prazo de Santa Marinha, numa área de 60,07 ha, durante o ano de 2012.

Este gabinete é ainda responsável pelos processos de arborização, solicitados no serviço de Taxas e Licenças do Município. O GTF tem como tarefa o levantamento GPS da área dos terrenos e posteriormente elaboração de um parecer quanto à possibilidade ou não de o requerente poder proceder à mobilização do solo pretendida, tendo elaborado diversos Pareceres para mobilização de solos.

QUADRO I		
Freguesia	Nº de terrenos	Área (ha)
Alhadas	**10**	**4,09**
Alqueidão	**0**	**0**
Bom Sucesso	**3**	**0,88**
Borda do Campo	**4**	**38,03**
Brenha	**0**	**0**
Buarcos	**0**	**0**
Ferreira-a-Nova	**2**	**1,3**
Lavos	**3**	**2,13**
Maiorca	**1**	**0,92**
Marinha das Ondas	**5**	**5,63**
Moinhos de Gândara	**1**	**0,62**
Paião	**2**	**4,97**
Quiaios	**10**	**5,12**
Santana	**2**	**0,71**
São Julião	**0**	**0**
São Pedro	**0**	**0**
Tavarede	**0**	**0**
Vila Verde	**1**	**0,18**
Total	44	64,58

O GTF tem a competência de efectuar o levantamento das áreas ardidas em que os Sapadores Florestais intervêm ou quando as áreas são superiores a 1hectare. Posteriormente efectua-se o registo destas áreas nas plataformas informáticas da AFN (Sistema de Gestão de Incêndios Florestais – SGIF e Sistema de Informação de Sapadores Florestais – SISF).

OUTRAS ACÇÕES

Elaboração de Relatório de Actividades 2011 (AFN)

O relatório de actividades de 2011 foi entregue à Autoridade Florestal Nacional (AFN) a 28 de Março de 2012, com a cartografia e respectiva base de dados das áreas onde foram executados os trabalhos de silvicultura em 2011.

Elaboração do Programa de Acção 2013 (AFN)

O programa de acção de 2013 foi entregue à AFN a 27 de Novembro de 2012, com a cartografia e respectiva base de dados das áreas onde se prevê executar os trabalhos de silvicultura em 2013.

Elaboração de Relatório Semestral (ICNF)

O relatório semestral (observatórios) foi entregue em 11 de Julho de 2012, com a cartografia e respectiva base de dados das áreas onde foram executados os trabalhos de silvicultura durante o primeiro semestre de 2012.

Levantamento de Áreas Ardidas

O GTF tem a competência de efectuar o levantamento das áreas ardidas em que os Sapadores Florestais intervêm ou quando as áreas são superiores a 1 hectare e posteriormente efectua o registo destas áreas nas plataformas informáticas do Instituto de Conservação da Natureza e Floresta (Sistema de Gestão de Incêndios Florestais – SGIF e Sistema de Informação de Sapadores Florestais – SISF).

Levantamento GPS de marcos e Bocas de Incêndio

O GTF e o Serviço Municipal de Protecção Civil estão a desenvolver um projecto SIG, com informação relativa aos marcos e bocas de incêndio do concelho da Figueira da Foz.

A execução deste projecto segue as seguintes etapas:

- Levantamento GPS dos marcos e bocas de incêndio;
- Elaboração da cartografia e respectiva base de dados.

Durante este ano 2012, este projecto tem sido executado (levantamento GPS) na área da freguesia de São Julião.

Despesas Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
Bombeiros Municipais	
- Equipamento e material diverso	4.619
- Material de Transporte	235.422
Serviço Municipal de Proteção Civil	
- Equipamento e material diverso	2.044
Gabinete Técnico Florestal	
- Equipamento e material diverso	3.721
TOTAL	**245.806**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Apoio à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários (TV)	42.000
- Plano Municipal de Emergência - Ações de sensibilização/divulgação	23.992
TOTAL	**65.992**

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Segurança e Ordem Publ 2012	**245.806**	**65.992**	**311.798**

2.1 | EDUCAÇÃO

"Somos o que repetidamente fazemos. A excelência, portanto, não é um feito, mas um hábito."

Aristóteles

Na área da Educação, a Câmara Municipal da Figueira da Foz tem tido um papel activo no planeamento educativo, em parceria com as várias entidades locais, regionais e nacionais com competência nesta área, propondo e acompanhando o cumprimento de protocolos e outros procedimentos de controlo interno para a melhoria da eficiência e eficácia dos serviços e da articulação destes com as restantes entidades da comunidade educativa.

As competências do Município desenvolvidas nesta área são as de propor intervenções anuais ou pontuais de manutenção, conservação e apetrechamento dos estabelecimentos de ensino básico e do pré-escolar, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, bem como, assegurar a organização e acompanhamento de todas as acções em matéria de acção social escolar, a atribuição anual de subsídios aos alunos carenciados e do plano anual de transportes escolares.

Anualmente são elaboradas e/ou renegociadas candidaturas a diversos Programas do Ministério da Educação, sendo celebrados Protocolos entre a Autarquia, os Agrupamentos de Escolas, as IPSS's e as Juntas de Freguesia, permitindo o desenvolvimento de um vasto trabalho direccionado para a população escolar, especialmente do pré-escolar e do 1º CEB, nomeadamente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar e o Programa de generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º CEB.

Desde a elaboração das Candidaturas e de Protocolos, passando pela negociação com a comunidade educativa - com os órgãos de gestão das escolas e as associações de pais - as instituições particulares de solidariedade social e as juntas de freguesia, até a concretização dos Programas no terreno e seu acompanhamento, o Município assume um papel activo na planificação e programação, sempre com a preocupação de reforço do diálogo, colaboração e articulação entre todos os intervenientes, potenciando a função social da escola e apoiando as famílias.

2.1.1 | REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR

Agregação de Agrupamentos e Escolas não Agrupadas

No contexto da reorganização da rede escolar e de acordo com despacho do Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, exarado a 28 de Junho de 2012 foi autorizada a constituição, no Município da Figueira da Foz, de duas novas unidades orgânicas.

Os Agrupamentos de Escolas de Alhadas e Agrupamento de Buarcos foram reagrupados, respectivamente à Escola Secundária de Cristina Torres com a denominação de **Agrupamento de Escolas Figueira Norte** e à Escola Secundária Dr. Bernardino Machado que passou a ter a denominação de **Agrupamento de Escolas Figueira Mar**. Mantiveram-se a mesma estrutura orgânica o **Agrupamento de Escolas do Paião** e o **Agrupamento de Escolas da Zona Urbana** tendo a este último ficado afecto o **Centro Escolar São Julião-Tavarede**.

2.1.2 | EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A rede oficial da educação pré-escolar do Município é constituída por 23 jardins-de-infância, com um efectivo de 621 alunos, que se distribuem da seguinte forma:

QUADRO I

Agrupamento de Escolas	Número Jardins de Infância		N.º de Crianças	
	Ano Lectivo 2011/2012	Ano Lectivo 2012/2013	Ano Lectivo 2011/2012	Ano Lectivo 2012/2013
Figueira Mar	**3**	**3**	**125**	**111**
Figueira Norte	**9**	**9**	**187**	**179**
Paião	**7**	**7**	**162**	**160**
Zona Urbana	**4**	**4**	**176**	**178**
Total	**23**	**23**	**650**	**628**

Importa referir que, no presente ano lectivo 2012/2013, as crianças que frequentavam o Jardim de Infância da Bela Vista foram deslocalizados para o Centro Escolar S. Julião, Tavarede, que passou a pertencer ao Agrupamento de Escolas da Zona Urbana, por este motivo este Agrupamento de Escolas continua a ser constituído por 4 estabelecimentos de educação pré-escolar tal como no ano lectivo transacto.

Observando o quadro II, a nível global o número de crianças a frequentar os Agrupamentos de Escolas da oficial do Município apresenta uma ligeira diminuição, à excepção do Agrupamento da Zona Urbana, que mostra um aumento de crianças matriculadas na sequência da abertura do Centro Escolar S: Julião/Tavarede.

QUADRO II			
Agrupamento de Escolas	Jardim de Infância	N.º de Crianças	
		2011/2012	2012/2013
Figueira Mar	Buarcos	82	78
	Serra da Boa Viagem	22	12
	Vila Verde	21	21
Sub-Total		125	111
Figueira Norte	Tromelgo	15	14
	Camarção	10	11
	Cova da Serpe	12	9
	Ferreira-a-Nova	25	25
	Maiorca	30	29
	Morros	16	16
	Regateiros	25	20
	Ribas	21	23
	Santana	33	32
Sub-Total		187	179
Paião	Costa de Lavos	17	16
	Alqueidão	18	15
	Carvalhais	21	24
	Leirosa	40	36
	Marinha das Ondas	23	25
	Regalheiras	18	19
	Santa Luzia	25	25
Sub-Total		162	160
Zona Urbana	Conde Ferreira	94	73
	Caceira	18	16
	Cova-Gala	40	39
	Bela Vista	24	0
	S. Julião, Tavarede	0	50
Sub-Total		176	178
TOTAL		650	628

Se observarmos o quadro II a) verificamos ao longo dos quatro anos considerados a diminuição da população infantil a frequentar Jardins-de-infância da rede pública.

QUADRO II a)				
Total de crianças Jardins Infância	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
Figueira Mar	125	119	125	111
Figueira Norte	217	204	187	179
Paião	178	186	162	160
Zona Urbana	181	198	176	178
Total	701	707	650	628

Componente de Apoio à Família | PEDEPE – Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

Em 28 de Julho de 1998, foi celebrado entre o Governo, representado pelos Secretários de Estado da Administração Educativa e de Inserção Social e a Associação Nacional de Municípios Português – ANMP o Protocolo de Cooperação Foram assim criadas as condições para a participação das Autarquias locais no Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (PEDEPE).

De acordo com os princípios consagrados na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar em articulação com o Acordo de Cooperação celebrado entre a Direcção de Educação do Centro, o Centro Regional de Segurança Social e a Câmara Municipal da Figueira da Foz a 01 de Setembro de 1998, previa no seu Anexo na sua cláusula VIII, a revisão anual (inicio ano lectivo) da regulação das condições relativas à participação do Município neste Programa.

Em respeito pelos **Princípios** consagrados na **Lei Quadro da Educação Pré-Escolar,** bem como no **Protocolo de Cooperação** em que o Município se pauta pela prestação de serviços de atendimento à criança e apoio à família., proporcionando aos cidadãos do Concelho actividades educativas de excelência.

Tem sido objecto de grande empenho e preocupação, por parte deste Município, alargar a toda a comunidade infantil a possibilidade de acesso em condições de igualdade de oportunidades, a uma educação de qualidade, com intuito de as preparar para a sua integração na sociedade, designadamente experiência e vivências futuras.

Considerando ainda a conjuntura social e financeira que o País atravessa, exigindo respostas céleres e eficazes, não pode esta Autarquia alhear-se das suas competências sociais perante a comunidade.

Neste contexto, o apoio manifesta-se através da execução metódica e sistemática do serviço da Componente de Apoio à Família, que integra duas valências: o fornecimento de refeições escolares e as actividades de animação e de apoio à família, que se desenvolvem em função das necessidades expressas pelos pais e encarregados de educação, proporcionando às crianças momentos lúdicos, e simultaneamente promovendo o seu desenvolvimento pessoal, cognitivo e social.

Refeições e Actividades de Animação Sócio-Educativa

A coordenação e dinâmica da Componente de Apoio à Família devem ser cuidadosamente ponderadas, cabendo ao Município a sua supervisão para um correcto e eficaz funcionamento.

O Jardim de Infância enquanto instituição educativa integrada na comunidade, deve desenvolver a sua actividade interagindo e realizando parcerias com todas as suas estruturas, visando a aplicação de processos educativos adequados e soluções eficientes, dando uma melhor resposta à educação das crianças e às necessidades dos Pais.

È com este pressuposto e, atendendo à proximidade das Juntas de Freguesia com os estabelecimentos de educação pré-escolar bem como do conhecimento único que detém do meio e dos seus recursos, que a Câmara Municipal estabeleceu ***Protocolos de Cooperação*** com estas Autarquias, transferindo-lhes competências e meios para o fornecimento das refeições e para o funcionamento das actividades de animação sócio-educativa.

Com base nestes pressupostos e, atendendo à proximidade das Juntas de Freguesia bem como das IPSS'S, dos estabelecimentos de educação pré-escolar assim como o conhecimento único que estes detêm do meio e seus recursos, que a Câmara Municipal estabeleceu Protocolos de Cooperação com entidades e instituições, no primeiro caso transferindo competências, no segundo caso através de parcerias, bem como, para ambos, meios para o fornecimento das refeições e para o funcionamento das actividades de animação de apoio à família.

Deste modo, não obstante os serviços acima mencionados serem assegurados directamente pelas Juntas de Freguesia e Instituições de Solidariedade Social, a Câmara Municipal é responsável por todo o trabalho técnico e administrativo de preparação da Componente de Apoio à Família (CAF) bem como elaboração do Anexo ao Acordo de Cooperação, mediante o qual o Estado transfere verbas/receitas do PEDEPE, que cobrem parcialmente as despesas da Autarquia com os serviços em questão.

Como entidade delegante e parceira, a Câmara Municipal coordena e acompanha o desenvolvimento da CAF, com vista à optimização e adequação às características específicas de cada comunidade, fazendo a articulação entre os demais parceiros envolvidos neste processo como os Agrupamentos de Escolas, as Juntas de Freguesia e as Instituições de Solidariedade Social.

De referir ainda que o Anexo do **Acordo de Cooperação** que vigorará no presente ano lectivo, 2012/2013, assinado entre o Governo e a Autarquia, abrange **585 crianças inscritas** nos serviços da Componente de Apoio à Família.

QUADRO III				
Ano Letivo	Crianças inscritas no CAF	Serviço de refeições escolares	Prolongamento de Horário	Serviço de refeições escolares + Prolongamento de horário
2009/2010	628	228	9	391
2010/2011	668	290	5	373
2011/2012	595	264	6	325
2012/2013	586	209	2	375

Dos dados apresentados, observa-se que em relação aos anos lectivos transactos, no presente ano lectivo a valência das crianças com Refeições escolares e prolongamento de horário manifesta um aumento significativo, como consequência da acentuada descida do número de crianças que frequentam só uma das componentes.

Quadro da **taxa de cobertura** das crianças inscritas na **Componente de Apoio à Família no ano lectivo 2012 – 2013**:

QUADRO IV				
	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013
Crianças Inscritas no CAF / Total crianças	89,59%	94,48%	91,54%	93,31%
Serviço de refeições escolares	36,31%	43,41%	44,37%	35,67%
Prolongamento de Horário	1,43%	0,75%	1,01%	0,34%
Serviço de refeições escolares + Prolongamento de Horário	62,26%	55,84%	54,62%	63,99%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Relativamente ao ano lectivo transacto, denota-se uma ligeira descida das crianças que frequentam a CAF – Componente de Apoio à família, nas suas duas vertentes.

Observando-se alguma discrepância de valores aplicados a estas duas componentes nos jardins de infância da rede Oficial do Município, o Município, no presente ano lectivo levou a cabo uma análise destes valores tendo como princípio a aplicação do direito da igualdade de acesso à frequência das destas duas componentes. Optou-se por estipular um valor único às refeições escolares e às actividades de animação de apoio à família, sendo estes respectivamente, 2,50€ por refeição e 45,00€ mês o prolongamento de horário. O diferencial do custo deste serviço, isto é o seu valor real é suportado pelo Município.

O quadro seguinte mostra o número de alunos que independentemente da modalidade utiliza os serviços da Componente de Apoio à Família.

QUADRO V Ano lectivo 2012-20113		
Agrupamento de Escolas	**Crianças Matriculadas**	**Crianças na CAF**
Figueira Mar	**111**	**108**
Figueira Norte	**179**	**170**
Paião	**160**	**136**
Zona Urbana	**178**	**171**
Total	**628**	**585**

Importa ainda referir que no final ano lectivo 2010/2011foram revogados por mútuo acordo os Protocolos de Delegação de Competências na área da educação pré-escolar e no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, com as diversas Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia de Alhadas, Junta de Freguesia de Alqueidão, Junta de Freguesia de Bom Sucesso, Junta de Freguesia de Buarcos, Junta de Freguesia de Lavos, Junta de Freguesia de Marinha das Ondas, Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara, Junta de Freguesia de Quiaios, Junta de Freguesia de Santana, Junta de Freguesia de S. Julião, Junta de Freguesia de Vila Verde.

Desta forma, o Município da Figueira da Foz celebrou Protocolos de Cooperação, por um ano, renováveis até ao limite de dois anos com a CERCIFOZ – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas da Figueira da Foz no âmbito Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar - Componente de Apoio à Família, para fornecimento de Refeições Escolares, bem como para efectuar Prolongamento de Horário do Centro Escolar S. Julião – Tavarede.

Assim, as parcerias, através da celebração de Protocolos de Cooperação entre o Município, diversas Instituições Particulares de Solidariedade Social e respectivos agrupamentos de escolas, continuam em vigor durante o presente ano lectivo.

2.1.3 | 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (1º CEB)

A rede oficial da educação do 1º ciclo do ensino básico do Município é constituída por 29 estabelecimentos de ensino cuja população escolar ascende a 2044, que se distribuem da seguinte forma:

QUADRO VI 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) - Ano Letivo 2012/2013		
Agrupamento de Escolas	Nº Estabelecimentos Ensino	Nº Alunos
Figueira Norte	**9**	**379**
Figueira Mar	**4**	**336**
Paião	**11**	**433**
Zona Urbana	**5**	**896**
TOTAL	29	2044

Dando continuidade à reorganização da rede escolar, encerraram vários estabelecimentos de ensino no presente ano lectivo, que de seguida se elencam:

- **Fundamento do encerramento:** Integração no Centro Escolar São Julião / Tavarede
- **Agrupamento de Escolas de Buarcos:** EB1 Tavarede e EB1 Chã
- **Agrupamento de Escolas da Zona Urbana:** EB1 Bela Vista e EB1 Quatro Caminhos
- **Fundamento do encerramento:** Frequência inferior a 22 alunos
- **Agrupamento de Escolas de Alhadas -** EB1 Santo Amaro da Boiça
- **Agrupamento de Escolas de Buarcos -** EB1 Serra da Boa Viagem e EB1 Vais
- **Agrupamento de Escolas do Paião -** EB1 Calvete
- **Agrupamento de Escolas da Zona Urbana -** EB1 Caceira

Foi ainda realizada a deslocalização do JI Bela Vista/Rui Martins para o Centro Escolar São Julião-Tavarede. Desta forma foram encerrados cinco estabelecimentos de ensino por terem um número de alunos inferiores a 22 alunos, e encerrados quatro estabelecimentos de ensino para integração no Centro Escolar são Julião-Tavarede.

Ação Social Escolar (ASE) no 1º CEB – Livros e Material Escolar

Considerando a necessidade de racionalizar as despesas do Município, ajustando as medidas de apoio às famílias, face à situação de crise que actualmente atravessam, foi decidido pela Autarquia proceder à aquisição directa de manuais escolares. Em Reunião da Câmara Municipal de 28 de Agosto de 2012 foi aprovado o documento - *Normas de Atribuição de Livros e Material Escolar aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da Rede Oficial, do Município* com a sua oferta aos alunos beneficiários de Acção Social Escolar (ASE) - Escalão A e B, num total 428 e de 304 respectivamente 732 alunos.

Relativamente ao Material Escolar deu-se continuidade ao procedimento adoptado no ano anterior, com a transferência de verba definida por diploma legal, para os Agrupamentos de

Escolas. Tal opção permite que os alunos adquiram o material escolar na Papelaria da sede de Agrupamento, a preços mais acessíveis.

No ano lectivo 2012/2013 foram abrangidos pela Acção Social Escolar um total de 732 alunos, sendo 428 do escalão A e 304 do escalão B, distribuídos da seguinte forma:

QUADRO VII							
Agrupamentos	Total Alunos	Alunos c/ Subsídio	%	Escalão A	%	Escalão B	%
Figueira Norte	379	176	46%	99	56%	77	44%
Figueira Mar	336	136	40%	85	63%	51	38%
Paião	433	130	30%	68	52%	62	48%
Zona Urbana	896	290	32%	176	61%	114	39%
TOTAL GERAL	2044	732	35,81%	428	58,47%	304	41,53%

Assim o número total de alunos do Município subsidiados ascende a 35,81%.No ano lectivo 2012/2013, as despesas do Município com ASE – Livros e Material Escolar foi de 28.793,81€, sendo:

- 20.287,91€ (valores com IVA) - aquisição de manuais escolares, por procedimento concursal;
- 8.505,90€ - Verba para material escolar, transferida para os Agrupamentos de Escolas do Município, da seguinte forma:

QUADRO VIII							
Agrupamentos	Nº Alunos	Escalão A				Escalão B	
	c/ Subsídio	Nº Alunos	Despesa Material Escolar (13€)	Nº Alunos	Despesa Material Escolar Alunos Nep (1)	Nº Alunos	Despesa Material Escolar (6,5€)
Figueira Norte	176	90	1.170,00 €	9	404,90 €	77	500,50 €
Figueira Mar	136	77	1.001,00 €	8	390,09 €	51	331,50 €
Paião	130	57	741,00 €	11	534,91 €	62	403,00 €
Zona Urbana	290	176	2.288,00 €	0	0,00 €	114	741,00 €
SUB-TOTAL	732	400	5.200,00 €	28	1.329,90 €	304	1.976,00 €
DESPESA TOTAL CMFF - ASE - SUBSÍDIO MATERIAL ESCOLAR						8.505,90 €	

(1) Dada a necessidade dos alunos c/ NEP adquirirem material escolar apropriado e específico, em substituição dos manuais escolares definidos, é-lhe acrescida à verba para material escolar, o valor PVP dos livros escolares, correspondente ao ano de escolaridade que frequentam

Para podermos fazer uma análise da evolução da despesa da Autarquia com Acção Social Escolar (ASE) – Subsídios para Livros e Material Escolar -, nos quatro últimos anos lectivos, estes encontram-se expressos nos quadros que passamos a apresentar:

QUADRO IX ASE - SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS E DESPESA REALIZADA				
Ano Lectivo	Escalão A	Escalão B	Total	Despesa (Un: Euro)
2009/2010	490	358	848	66.900,00 €
2010/2011	496	381	877	48.607,11 €
2011/2012	427	412	839	29.937,23 €
2012/2013	428	304	732	28.793,81 €

2009/2010 - Valores definidos em reunião de Conselho Municipal de Educação de 14 de Julho de 2009

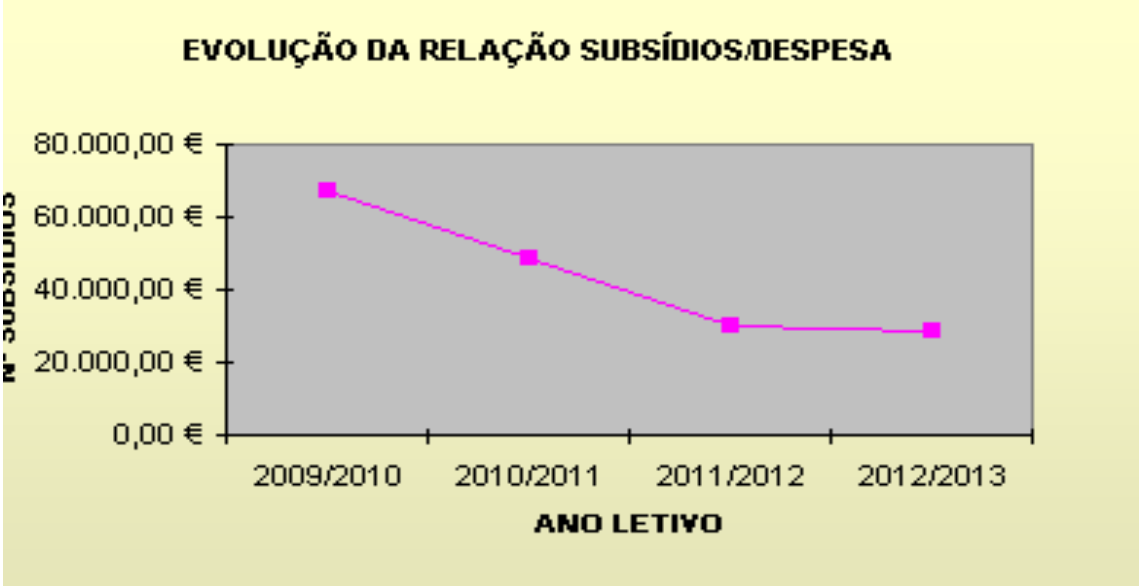
2010/2011 - Valores definidos em Despacho legal nº14368-A/2010, de 14 de Setembro

2011/2012 - Valores definidos em Despacho legal nº12284/2011, de 19 de Setembro

2012/2013 - Valores definidos em Despacho legal nº11886-A/2012, de 6 de Setembro

Através dos dados acima apresentados podemos verificar que a partir do ano lectivo 2011/2012 se verifica uma redução da despesa com ASE, decorrente da aplicação, no âmbito dos auxílios económicos dos valores legalmente definidos para o 1º Ciclo do Ensino Básico.

De referir que estes valores apenas surgiram definidos legalmente no ano lectivo 2010/2011, embora o Município, face à situação de crise, tenha decidido atribuir na íntegra no referido ano, todos os manuais escolares aos alunos do escalão B, ultrapassando por isso a despesa legalmente definida para os mesmos.



No presente ano lectivo e dando continuidade anterior, o Município atribuiu os subsídios de acordo com os valores definidos em diploma legal, situação decorrente também das suas actuais limitações financeiras. Relativamente ao ano lectivo anterior não ocorreu uma diminuição significativa das despesas com ASE.

Verbas para Expediente, Limpeza e Material de Desgaste

Foi decidido pela Câmara Municipal transferir para os Agrupamentos de Escolas, no início do presente ano lectivo, as verbas para Expediente, Limpeza e Material de Desgaste dos Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB, da rede pública, tendo sido aprovados, para o ano lectivo 2012/2013, os seguintes valores:

Expediente / lugar – professor/educador com turma

60,00 €

145 Professores

Total – 8.700,00€

Material de desgaste / lugar – professor/educador com turma

60,00€

145 Professores

Total – 8.700,00€

Limpeza / sala de aula – em uso pelo Jardim-de-infância ou Escola do 1º CEB

60,00 €

245 Salas

Total – 15.240,00 €

No presente ano lectivo o Município teve uma despesa global de 32.640,00€.

Para uma análise da evolução da despesa ao longo dos quatros anos foram elaborados os seguintes quadros:

QUADRO X										
Ano Lectivo	Expediente			Material de Desgaste			Limpeza			Total
	Nº Prof. C/ Turma	Verba Lugar €	Valor Ano €	Nº Prof. C/ Turma	Valor Lugar €	Valor Ano €	Nº Salas	Valor Sala €	Valor Ano €	€
2009/10	164	60	9.840,00	164	60	9.840,00	251	60	15.060,00	34.740,00
2010/11	160	60	9.600,00	160	60	9.600,00	253	60	15.180,00	34.380,00
2011/12	157	60	9.420,00	157	60	9.420,00	245	60	14.700,00	33.540,00
2012/13	145	60	8.700,00	145	60	8.700,00	254	60	15.240,00	32.640,00

Através da sua análise podemos concluir que desde o ano lectivo 2009/2010 tem havido um decréscimo da despesa, resultante do encerramento de estabelecimentos de ensino pelo Ministério da Educação e que representa cerca de menos 6,%.

Transportes Escolares

A Rede de Transportes Escolares assenta na utilização de carreiras públicas de passageiros através das empresas rodoviárias e ferroviárias que operam na área do Município da Figueira da Foz.

A área de influência do Plano de Transportes Escolares é a área do Município conjugada coma a zona pedagógica de influência das escolas e a rede de transportes existentes. Os alunos abrangidos são os residentes destas áreas, bem como os alunos que embora residentes no Concelho frequentam estabelecimentos de ensino na área de outro Município pelo facto de não haver nos estabelecimentos de ensino do Concelho a área vocacional escolhida.

Também se assegura Transporte Escolar aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, em transporte individualizado e que frequentam estabelecimentos de ensino fora da sua área de residência, conforme previsto no nº1, do artigo 19º, do Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro; e nos termos do nº2, do artigo 15º, do Decreto-Lei nº35/90, de 25 de Janeiro.

Em cumprimento do nº1 do artigo 25º, do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, foi apresentada em reunião extraordinária de Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz, no dia 11 de Julho de 2012, o Plano de Transportes Escolares – ano lectivo 2012 / 2013, com posterior aprovação em sede de reunião de câmara de 28 de Agosto de 2012.

Para o presente ano lectivo, 2012/2013, prevê-se que o Plano de Transportes Escolares venha a abarcar 1911 alunos com uma despesa previsível de 750.000,00€.

No âmbito do presente Plano de Transportes Escolares, a Câmara Municipal, encontra-se a assegurar com viaturas municipais, o Circuito Especial de Brenha atendendo que a zona de residência dos alunos continua a não ter cobertura a nível de carreiras de serviço público e que é da sua competência assegurar o seu transporte.

De referir que caso sejam criadas carreiras de serviço público para os circuitos ou localidades a abranger, a Câmara Municipal deixará de as assegurar, em cumprimento do estipulado no nº1, do artigo 6º, do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro.

Obras em Edifícios Escolares

Em termos de infra-estruturas escolares tem sido preocupação do Município as condições e o estado de conservação dos edifícios escolares. Com o intuito de oferecer melhores condições

de trabalho a toda a comunidade escolar iniciou-se no arranque do ano letivo 2012/2013 várias intervenções nos estabelecimentos de ensino da rede oficial do Município.

Foi criado um Guia de Procedimentos para Intervenções em Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A Câmara Municipal procedeu à construção do Centro Escolar de São Julião-Tavarede, sito na Freguesia de Tavarede, conforme previsto na Carta Educativa do Município. A sua construção permitiu a requalificação e modernização do parque escolar das Freguesias de São Julião e Tavarede. Foi realizado um investimento de 3,9 milhões de euros e teve um prazo de execução de 18 meses. No mês de Setembro foi inaugurado.

Em reunião ordinária da Câmara Municipal de 13-12-2011, foi aprovado um Protocolo de Cooperação 3 celebrado com a Junta de Freguesia de Alqueidão, tendo em vista a construção de um espaço para refeições na EB1 Alqueidão.

O Protocolo uma parceria entre o Município e a Freguesia de Alqueidão, tendo por objecto regular a cooperação financeira para a construção do referido espaço.

O conjunto de acções a apoiar foram objecto do Protocolo de Cooperação, tendo como limite global o montante de 55.000,00 € (cinquenta e cinco mil euros), sendo da responsabilidade da Junta de Freguesia contribuir com o montante de 30.000,00 € (trinta mil euros) e o Município contribuir com o restante. As obras ficaram concluídas no mês de Agosto.

Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB

Considerando a importância do desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular no 1.º CEB para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o seu sucesso escolar, e de forma a dar continuidade ao Projecto já iniciado no ano letivo 2005/2006 com a implementação das aulas de inglês para todos os alunos dos 3º e 4º anos, o Município em parceria com os Agrupamento tem dado continuidade à dinamização das AEC's com a respectiva Candidatura à Direcção Regional de Educação do Centro.

No ano lectivo 2010/2011 frequentaram as AEC's uma média de 1863 alunos, ou seja, 91,54% da população escolar.

O valor total da despesa atingiu os 529.720,44€, tendo tido o Município uma receita da DREC de 489.037,50€, o que representa um investimento da Autarquia na ordem dos 46.810,15€.

Como podemos verificar através da análise do quadro seguinte do ano lectivo 2009/2010 para 2011/2012 houve um decréscimo da despesa. Esta, explica-se pela redução de custos na contratação das empresas que leccionavam as AEC's, bem como à flexibilização de horários em algumas escolas e o encerramento de outras.

Na sequência do Despacho nº 8683/2011 (2ª série), do Ministério de Educação, de 28 de Junho, publicado no Diário da República nº 122 – II Série, a Câmara Municipal em parceria com os Agrupamentos de Escolas do Município apresentaram Candidatura ao Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º CEB, de forma a obter financiamento para a implementação do mesmo em 2011/2012.

As actividades propostas na candidatura foram o Ensino do Inglês (1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade), Expressão Musical (3º e 4º anos), Actividade Física e Desportiva (1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade), Expressão Plástica (1º e 2º anos) e Informática (1º, 2º, 3º e 4º anos das EB1's das Abadias, Gala, Serrado e Castelo).

Para a Turma de Apoio ao Autismo na EB1 Serrado, as Actividades de Enriquecimento Curricular para os nove alunos que frequentavam este estabelecimento de ensino foram Expressão Plástica e Actividade Física – Natação Adaptada.

No ano lectivo, 2011/2012, decidiu-se uniformizar o preço/hora das tarefeiras que se encontram a assegurar o acompanhamento e vigilância dos alunos no período de funcionamento das AEC's. Para o efeito foi aberto Concurso Público tendo sido adjudicado o serviço a uma empresa pelo valor de 49,168.05€, representando uma diminuição da despesa na ordem dos 44,43%.

Neste ano letivo 2011/2012 frequentaram as AEC's uma média de 1.924 alunos, ou seja, 89,48% da população escolar que envolvem cerca de 79 professores e 29 auxiliares.

O valor total da despesa atingiu os 455.706,88€, tendo tido o Município uma receita da DREC de 505.050,00€.

QUADRO XI			
Ano Letivo	**Despesa CMFF**	**Receita DREC**	**Investimento CMFF**
2009/2010	**554.563,64 €**	**492.450,00 €**	**62.113,64 €**
2010/2011	**529.720,44 €**	**489.037,50 €**	**46.810,15 €**
2011/2012	**455.706,88 €**	**505,050,00€**	

Na sequência de novas disposições legais do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, e da Lei dos Compromissos o Município estabeleceu prioridades, de acordo com as suas competências em matéria de Educação, pelo que para o ano lectivo 2012/2013, não apresentou candidatura ao Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Despesas	**2009/2010**	**2010/2011**	**2011/2012**
Custo Total (Municipio)	*554.564*	*529.720*	*455.706*
Subsideo (DREC)	*492.450*	*489.038*	*505.050*

Programa de Generalização do Fornecimento das Refeições Escolares aos alunos do 1º CEB

Conscientes da importância da alimentação na saúde, no sentido em que uma alimentação saudável se reflecte em todo o processo de desenvolvimento da criança, influenciando o seu rendimento escolar, em parceria com os Agrupamentos e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's) ou Juntas de Freguesia, consoante os casos, aderiu desde o ano de 2007 ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, promovido pelo Ministério da Educação.

QUADRO XII		
Resumo de Despesas	**Set. a Dez. 2011**	**Jan. a Jun. 2012**
IPSS	**133.711,35**	**214.484,06**
Juntas de Freguesia	**19.102,98**	**30.737,78**
Total	**152.814,33**	**245.221,84**
Total Global	**398.036,17 €**	

Pretendeu-se com isto que todos os alunos do 1º CEB tivessem acesso a uma refeição com custo idêntico ao praticado nas Escolas dos 2º e 3º Ciclos e Secundário e englobando também os alunos com necessidades económicas.

O apoio previsto no diploma legal consiste numa comparticipação financeira a conceder pelo Ministério da Educação aos municípios, nos termos de um contrato-programa, sendo concretizado através do seguinte modelo de financiamento:

Preço máximo de refeição – 2,60€ (valor correspondente ao máximo dos refeitórios concessionados, nos termos do nº4, do artigo 4º do regulamento de acesso ao financiamento do Programa).

Preço a pagar pelos alunos – definido anualmente em despacho do Ministério da Educação, para refeitórios escolares, sendo o valor igual ao praticado pelas escolas do 2º e 3º ciclos dos ensinos básicos e secundário.

Comparticipação do Município – 50% do valor da refeição, abatido ao preço pago pelos alunos.

Comparticipação do Ministério da Educação – 50% do valor da refeição, abatido ao preço pago pelos alunos.

No ano lectivo 2011/2012, beneficiaram do Programa de Generalização das Refeições Escolares uma média de 1.756 alunos dos quais: 388 alunos do Escalão A (22,10%), 358 alunos do Escalão B (20,39%) e 1.010 alunos sem escalão atribuído (57,52%).

Numa óptica de redução de custos, foi aplicado para o referido ano lectivo o preço máximo de refeição de 2,50€, conforme estipulado na alínea a), do nº3, do artigo 4º, do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa supra referenciado – Anexo V ao Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto.

O referido Programa representou uma despesa global de 398.047,56 €, distribuída da seguinte forma:

QUADRO XIII			
Comparticipações do Programa de Generalização de Refeições			
Ano Letivo 2011/2012			
Valor Comparticipação	Total Ref.	Município	DREC (3)
0,04 €	3.558	142,32 €	142,32 €
0,11 €	12.888	1.417,68 €	1.417,68 €
0,52 €	255.843	133.038,36 €	133.038,36 €
Total	272.289	134.598,36 €	134.598,36 €
Refeições fornecidas pela EB 2,3 Pintor Mário Augusto são comparticipadas a 0,11€			
Refeições adjudicadas à empresa GERTAL são comparticipadas a 0,04€			
Valor Comparticipação da CM nas refeições no âmbito do PGR 0,52€			
Ação Social Escolar	Nº Refeições	Custo	Total
Escalão A	60.584	1,46 €	88.452,64 €
Escalão B	55.340	0,73 €	40.398,20 €
Total de Comparticipação CMFF - ASE(1)	131.214		128.850,84 €
Total comparticipação CMFF (50%) (2)	272.289		134.598,36 €
Total de custo para a CMFF(1+2)			263.449,20 €
Total de custo do programa (1+2+3)			398.047,56 €

No ano lectivo 2012/2013 o Município manteve o preço máximo de refeição de 2,50€, conforme estipulado na alínea a), do nº3, do artigo 4º, do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa supra referenciado – Anexo V ao Despacho nº 18987/2009, de 17 de Agosto.

No presente ao lectivo beneficiam do serviço de refeições uma média de 1.806 alunos, ou seja, 88,36% da população escolar, sendo 396 do escalão A e 286 do escalão B.

Conclui-se através da análise dos presentes quadros que, no ano lectivo 2011/2012, a Câmara Municipal teve uma despesa com o referido Programa de 263.449,20€, atendendo que 134.598,36€ são comparticipados pelo Ministério da Educação e transferidos para a Autarquia, no decorrer do ano lectivo, em três tranches.

Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Multideficiência (UEEEAM)

Estas Unidades existem na área do nosso Município desde 2004 na EB 1 das Regalheiras e desde 2009 também na EB 2,3 Dr. Pedrosa Veríssimo – Agrupamento de Escolas do Paião.
Têm como objectivo apoiar crianças e jovens portadores de multideficiência, que apresentam acentuadas limitações no domínio cognitivo, associadas a limitações no domínio motor e/ou no domínio sensorial (visão ou audição) e que podem ainda necessitar de cuidados de saúde específicos.

QUADRO XIV			
Ano Letivo	EB 1 Regalheiras	EB 2.3 Dr. Pedrosa Veríssimo	Alunos Transportados pela CMFF
2011/2012	7	3	8
2012/2013	6	4	10

Para além do transporte que a Câmara Municipal assegura de segunda a sexta-feira, nos períodos lectivos, entre a residência dos alunos e o respectivo estabelecimento de ensino, foram ainda disponibilizadas pela Autarquia aulas de Natação Adaptada na Piscina Municipal do Paião, no âmbito do Programa "Mergulhos Diferentes".

Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo (UEEEAPEA)

Estas Unidades existem na área do nosso Município desde 2004 no Jardim-de-infância de Buarcos e na EB 1 Serrado, desde 2007 na EB 2,3 Infante D. Pedro e desde 2012 na Escola Secundária com 3.º CEB Dr. Bernardino Machado.

QUADRO XV					
Ano Letivo	J.de Infância de Buarcos	EB 1 Serrado	EB 2/3 Inf. D. Pedro	ES com 3.º CEB Dr. B. Machado	Alunos Transportados pela CMFF
2011/12	4	9	11	0	22
2012/13	3	9	8	2	19

Transporte Escolar de Alunos Portadores de Deficiência

Para além do transporte individualizado de todos os alunos que frequentam as Unidades acima mencionadas, a Autarquia assumiu ainda:
Ano Lectivo de 2011/12, o transporte de mais 15 alunos
Ano Lectivo de 2012/13 o transporte de mais 12 alunos

Portadores de deficiência para estes e outros estabelecimentos de ensino da área do Município.

O transporte assegurado pelas viaturas afectas à Divisão de Educação, Acção Social e Saúde implicou, no ano de 2012, a realização de 95.101 km, o que equivale a um custo estimado de 28.530,30€ (considerando 0,30 € por km).

Devido ao elevado número de alunos a transportar no Ano Lectivo 2011/2012, foram adjudicados quatro circuitos de transporte à Cruz Vermelha Portuguesa, tendo estes serviços sido realizados pelas Delegações da Figueira da Foz e de Maiorca.

Estas asseguraram o transporte de 11 alunos, o que implicou um custo para a Autarquia de 16.483,17 € (0,48 € por km).

No Ano Lectivo de 2012/13 foram adjudicados três circuitos de transporte à mesma entidade, estando estes a ser assegurados pelas mesmas Delegações. No presente Ano Lectivo asseguram ainda o transporte de 7 alunos, o que implicou um custo de 5.793,60 € (0,51 € por km) entre Setembro e Dezembro de 2012.

Outras Despesas de Funcionamento da Rede Escolar Municipal

Delegação de Competências para o Fornecimento de Lenha nas Escolas do 1º CEB e Jardins de Infância

Em Dezembro de 2012, foram transferidas verbas para as Juntas de Freguesia de Marinha das Ondas e Santana, a fim de procederem à aquisição de lenha para os estabelecimentos de ensino que têm em funcionamento lareira ou caldeira a lenha.

O valor em causa reporta-se a 200,00€/ano/sala de aula, tendo tido a Autarquia uma despesa no ano lectivo 2012/2013 referente a 2.000,00€.

Fornecimento de Combustíveis para Aquecimento de Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB

Através de Procedimento por Ajuste Directo, ao abrigo do regime geral, para fornecimento contínuo de gasóleo de aquecimento e gás propano para diversas Escolas do 1.º CEB e jardins-de-infância da rede oficial do Município

O fornecimento dos bens mencionados foi efectuado consoante as necessidades dos respectivos estabelecimentos de ensino Escolares e Pré-escolares, tendo sido estimadas as seguintes despesas plurianuais:

Gasóleo de Aquecimento

Valor cabimentado para o ano lectivo 2011/2012 – 24.000,00€ + IVA, repartido para o ano civil 2011 – 12.000,00€ + IVA (13%); ano civil 2012 – 12.000,00€ + IVA (23%);
Valor cabimentado para o ano lectivo 2012/2013 – 32.000,00€ + IVA, repartido para o ano civil 2011 – 14.000,00€ + IVA (23%); ano civil 2012 – 18.000,00€ + IVA (23%).

Salienta-se que, no ano 2011/2012, realizou-se uma despesa total de 17.490,00€ + IVA (23%), que representam as necessidades solicitadas pelos estabelecimentos de ensino em apreço.

No âmbito, do procedimento para fornecimento de Gasóleo de Aquecimento aos diversos estabelecimentos de ensino da rede oficial do Município, foi efectuado um estudo comparativo, relativamente ano lectivo 2010-2011 e 2011-2012, por agrupamento verificando um acréscimo da despesa, consequência da subida significativa do preço deste combustível.

Gás Propano

O valor cabimentado para o ano lectivo 2011/2012 foi de 9.000,00€ + IVA, repartido para o ano civil de 2011 em 4.500,00€ + IVA (23%) e para o ano civil 2012 em 4.500,00€ + IVA (23%).

Salienta-se que o consumo do gás propano para aquecimento representa as necessidades solicitadas pelos estabelecimentos de educação em apreço.

No âmbito do procedimento para fornecimento de Gás Propano para Aquecimento aos diversos estabelecimentos de ensino da rede oficial do Município, salienta-se que, a reabertura EB1 da Quinta dos Vigários contribuiu para o aumento do consumo deste Bem para aquecimento das suas instalações.

Gás Natural

Na sequência de Procedimentos por Ajuste Direto, simplificado, para fornecimento contínuo de gás natural para aquecimento de diversas Escolas do 1.º CEB e jardins-de-infância da rede oficial do Município, foi celebrado Contrato de Aquisição de Bens entre o Município e a empresa Lusitanea gás.

Salienta-se que, durante o ano de 2012, efectuou-se a despesa total de **14.346,52 € com** IVA incluído (23%) que representam os gasto desta energia nos estabelecimentos de educação e conforme Agrupamentos de Escolas da rede oficial do Município.

Conselho Municipal de Educação da Figueira da Foz (CMEFF)

O Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei nº41/2003, 22 de Agosto, veio regulamentar a criação dos Conselhos Municipais de Educação. Após a constituição do Conselho Municipal da Figueira da Foz (CMEFF) em 2003, o referido órgão tem prosseguido regularmente os seus trabalhos designadamente no cumprimento da sua missão*. "uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo"*.

No ano de 2012 foram realizadas duas reuniões extraordinárias, a 20 de Março, 20 de Abril e 11 de Julho, destacando-se como principais temáticas abordadas a agregação de agrupamento de escolas e escolas não agrupadas no Município da Figueira da Foz – Proposta da Direção Regional de educação do Centro; Plano de Transportes Escolares – ano letivo 2012/2013; Ação Social Escolar 1º CEB - ano letivo 2012/2013; Preparação do ano letivo 2012/2013 – Programas do Ministério de Educação com candidatura anual do Município, Encerramento de Escolas do 1º CEB, Abertura do Centro Escolar São Julião-Tavarede, Ofertas Educativas e Formativas para o Município, Projeto Educativo Local.

Rede de Bibliotecas Escolares

Consciente da importância da educação no desenvolvimento económico, social, político e cultural do Concelho, o Município, colaborando com a comunidade escolar, tem fomentado a criação e desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares. Pretende-se assegurar a racionalização do acesso à Biblioteca como centro de informação.

A criação e o desenvolvimento de uma Rede de Bibliotecas Escolares desempenha um papel fundamental nos domínios da leitura e da literacia, mas também na formação global dos alunos, no favorecimento do sucesso escolar e no aprofundamento da cultura literária, científica, tecnológica e artística. Como tal, deve assentar num trabalho de colaboração, partilha de conhecimentos e meios. Neste sentido, é essencial um planeamento integrado a nível de agrupamento e da rede escolar local, na medida em que a candidatura à rede deve ser equacionada em termos de uma rede de bibliotecas concelhia e apresentada conjuntamente entre a Autarquia e os Agrupamentos.

Neste pressuposto, foram abertas Candidaturas para a Rede de Bibliotecas Escolares 2012, tendo os Agrupamentos de Escolas de Buarcos e Paião apresentado candidatura. Para o

efeito, foi necessária a colaboração da Autarquia na elaboração de plantas de localização, implantação e distribuição de mobiliário nas respectivas salas destinadas às bibliotecas, e no preenchimento de formulário próprio, em que se estabelece o plano concelhio de intervenção, comprometendo-se a Câmara Municipal a dar apoio no desenvolvimento da rede concelhia de bibliotecas escolares e na disponibilização dos espaços a afectar em exclusividade às bibliotecas escolares, bem como as alterações necessárias para o bom funcionamento das mesmas.

Agenda 21 Local / Agenda 21 Escolar
Projeto Educativo Local

A Câmara Municipal de Figueira da Foz encontra-se a implementar a **Agenda 21 Local / Agenda 21 Escolar, a qual visa estabelecer, localmente, os princípios de desenvolvimento sustentável**, reconhecendo o importante papel das comunidades locais, da educação e das escolas, num processo abrangente onde se encontra integrado o **Projecto Educativo Local**.

A Agenda 21 Local / Agenda 21 Escolar encontra-se a ser desenvolvida por uma equipa da Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, sob a coordenação do Professor Doutor António Rochette, tendo como principal objectivo o **desenvolvimento de uma nova lógica de cidade**, a qual passa necessariamente pelo desenvolvimento deste instrumento de trabalho, onde a **educação se apresenta com primordial importância**.

No sentido de envolver toda a comunidade educativa foram já realizadas reuniões de divulgação/trabalho com os Directores dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas, bem como com os Coordenadores de Departamento desses estabelecimentos de ensino.

No sentido de promover o debate e a partilha de experiências no processo de construção/elaboração do Projecto Educativo Local, foram ainda **constituídos grupos de trabalho para discussão de diferentes temáticas**, tendo sido unânime o **envolvimento de vários agentes sociais locais neste processo de planeamento / partilha e construção, num projecto que é de todos**.

Grupo 1

TEMÁTICAS	**Adequar o parque escolar às necessidades do território educativo** **Prevenir e Combater o Abandono Escolar e a Exclusão Social**

	Promover o Sucesso Educativo
GRUPO DE TRABALHO	Directores dos Agrupamentos de Escolas (Alhadas, Buarcos, Paião e Zona Urbana) Directores das Escolas Não Agrupadas (Escolas Secundárias c/ 3º CEB – Bernardino Machado, Cristina Torres e Joaquim de Carvalho) Colégio de Quiaios Câmara Municipal da Figueira da Foz
DATAS DAS REUNIÕES 2012	29 de Fevereiro 12 de Abril 21 de Maio 28 de Maio 4 de Junho

Grupo 2

TEMÁTICAS	**Educar para a Saúde** **Educar para a Segurança Escolar** **Educar para a Cidadania**
GRUPO DE TRABALHO	Directores dos Agrupamentos de Escolas (Alhadas, Buarcos, Paião e Zona Urbana) Directores das Escolas Não Agrupadas (Escolas Secundárias c/ 3º CEB – Bernardino Machado, Cristina Torres e Joaquim de Carvalho) Colégio de Quiaios Casa Nossa Senhora do Rosário PSP GNR Protecção Civil ACES BM2 Câmara Municipal da Figueira da Foz
DATAS DAS REUNIÕES 2012	Não foram realizadas reuniões no ano de 2012

Grupo 3

TEMÁTICAS	**Promover a Elevação dos Níveis de Qualificação de Base da População Adulta e Aumentar a Taxa de Empregabilidade** **Inovação e Empreendedorismo**
GRUPO DE TRABALHO	Diretores das Escolas Secundárias (Escolas Secundárias c/ 3º CEB – Bernardino Machado, Cristina Torres e Joaquim de Carvalho) Escola Profissional da Figueira da Foz INTEP ACIFF Instituto do Emprego e Formação Profissional Gabinete de Inserção Profissional – GIP Cruz Vermelha Portuguesa – Centro de Novas Oportunidades Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho - Centro de Novas Oportunidades Câmara Municipal da Figueira da Foz
DATAS DAS REUNIÕES 2012	19 de junho

Para além destes grupos de trabalho foi ainda promovida, no dia 16 de Maio, uma reunião com dois grupos específicos – Ambiente e Cidadania.

Atelier "*O Projecto Educativo Local*"

O contributo da comunidade escolar para o desenvolvimento sustentado de um território litoral de média densidade. No âmbito da elaboração do Projecto Educativo Local foi realizado nos dias 25 de Junho e 10 de Setembro, no Centro de Artes e Espectáculos, o Atelier "O Projecto Educativo Local", iniciativa organizada pelo Município da Figueira da Foz, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Geográficos e de Ordenamento do Território e Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar.

Pretendeu-se com a realização deste atelier uma ampla participação de toda a comunidade, uma vez que o mesmo deve traduzir a vontade de todos os agentes e munícipes, envolvendo-os numa acção dinâmica de aproveitamento de todos os recursos disponíveis e mobilizáveis no território para encontrar a melhor solução educativa para os seus problemas e anseios.

Pretendeu-se ainda desafiar todos os docentes a partilhar os projectos educativos das escolas, a conhecer as bases de desenvolvimento do projecto educativo municipal e a reflectir sobre outras experiências já em desenvolvimento.

Procurando um debate mais enriquecedor, este evento foi ainda aberto à participação de técnicos autárquicos dos municípios vizinhos, a outros agentes culturais e socioeconómicos e a especialistas dos domínios da Educação e do Desenvolvimento do Território, visando uma (trans)formação pessoal e social que contribua para outras possibilidades (de base local) de ver e organizar a educação.

Associação EPIS | Empresários pela Inclusão Social

A Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social celebraram em 14/12/2012 um protocolo para o lançamento de um projecto global denominado **"Rede de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar"** no concelho da Figueira da Foz ao longo de três ciclos anuais.

A EPIS projectou uma Rede Nacional de Mediadores de Capacitação para o Sucesso Escolar, já em implementação experimental em diversos Municípios do País, com o objectivo de constituir equipas concelhias de técnicos especializados na intervenção ao nível do combate ao insucesso e abandono escolares, junto de alunos do 3.º ciclo do ensino básico, cuja metodologia preconiza os seguintes aspectos:

- Um sistema de sinalização de jovens com fatores de risco em termos de sucesso escolar, organizados em quatro grupos: aluno, família, escola e território;
- Um portfólio de métodos de capacitação específicos para cada uma destas categorias, que possibilitam a construção de planos individuais de acompanhamento em proximidade e em continuidade.

Na fase de "screenning" a rede de mediadores deverá cobrir todo o universo de alunos dos 7ºs. e 8ºs. do 3.º Ciclo de Escolaridade do Ensino Básico do Município, condição essencial para se verificarem resultados quantitativos mensuráveis e relevantes nas escolas em questão.

Na fase da capacitação para o sucesso escolar, a rede de mediadores deverá garantir sempre uma cobertura de um universo de alunos seleccionados em função do risco de insucesso ou abandono escolar no 3.º Ciclo e de acordo com os recursos disponíveis.

A sua intervenção centra-se essencialmente ao nível dos alunos do 3.º Ciclo do Ensino Básico (jovens entre os 13 e os 15 anos de idade) e tem como objectivo a plena cobertura do território municipal, o enfoque da EPIS situa-se nos alunos que configurem casos de risco em termos de sucesso escolar, nos quais as metodologias educacionais se apresentem como potencialmente efectivas, excluindo-se por isso as situações que requeiram intervenção clínica, jurídica ou no âmbito da Segurança Social, as quais pressupõem a acção concertada com as respectivas entidades especializadas.

Na fase de "screening" realizada no ano de 2012 a rede de mediadores cobriu todo o universo de alunos dos 7ºs. e 8ºs do 3.º Ciclo de Escolaridade do Ensino Básico do Município, condição essencial para se verificarem resultados quantitativos mensuráveis e relevantes nas escolas em questão.

Dos resultados obtidos junto de todos os Agrupamentos, da Escola Secundária com 3.º CEB Dr. Joaquim de Carvalho e do Colégio de Quiaios concluiu-se pela necessidade de acompanhamento em carteira de 159 alunos em proximidade, em recuperação 122 alunos e em lista de Autarquia e rede social – prevenção 30 alunos.

Os Mepis Municipais e os Mepis dos Agrupamentos iniciaram as entrevistas motivacionais aos alunos em carteira e procederam à definição dos Planos de Intervenção Individuais findo os quais assinarão um compromisso com DT e aluno e posteriormente com os EE.

Na última das fases irá ser efectuada a capacitação, trabalho individual com pais de alunos em carteira e monitorização com DT's do trabalho com EE e avaliações.

ENSINO PRÉ-ESCOLAR
Rede Escolar Oficial - Ano Letivo 2011/2012

FREGUESIA	Nº DE ESTAB.	Nº DE SALAS*	Nº DE CRIANÇAS	Nº DE EDUC.	MÉDIA CRIANÇAS /SALA	MÉDIA CRIANÇAS/ /EDUC.
Alhadas	1	2	18	1	9	18
Alqueidão	1	4	18	1	5	18
Bom Sucesso	3	6	55	3	9	18
Buarcos	1	8	83	6	10	14
Ferreira-a-Nova	2	5	37	2	7	19
Lavos	4	11	81	4	7	20
Maiorca	1	3	31	2	10	16
Marinha das Ondas	2	8	60	3	8	20
Moinhos da Gândara	1	3	21	1	7	21
Quiaios	2	4	33	2	8	17
Santana	1	3	33	2	11	17
S.Julião	2	9	119	5	13	24
S.Pedro	1	3	40	2	13	20
Vila verde	1	5	21	1	4	21
TOTAL	**23**	**74**	**650**	**35**	**123**	**261**
MÉDIA					**9**	**19**

Rede Escolar Oficial - Ano Letivo 2011/2012

FREGUESIA	Nº DE ESTAB.	Nº DE SALAS*	Nº DE ALUNOS	Nº DE PROF.	MÉDIA ALUNOS/ /SALA	MÉDIA ALUNOS/ /PROF.
Alhadas	2	5	60	4	12	15
Alqueidão	2	5	42	3	8	14
Bom Sucesso	2	7	46	3	7	15
Borda do Campo	1	5	32	2	6	16
Brenha	1	3	19	2	6	10
Buarcos	3	22	237	17	11	14
Ferreira-a-Nova	1	4	39	2	10	20
Lavos	4	16	135	8	8	17
Maiorca	2	7	84	5	12	17
Marinha das Ondas	4	15	142	9	9	16
Moinhos da Gândara	1	3	32	2	11	16
Paião	1	10	103	5	10	21
Quiaios	2	6	88	5	15	18
Santana	1	4	72	4	18	18
S.Julião	4	32	617	29	19	21
S.Pedro	1	8	116	6	15	19
Tavarede	3	10	185	11	19	17
Vila verde	1	9	56	5	6	11
TOTAL	**36**	**171**	**2105**	**122**	**202**	**294**
MÉDIA					**12**	**17**

2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Est. Ensino Particular (Polo Figueira da Foz) - Ano letivo 2011/2012

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	TOTAL
Quiaios	
Colégio de Quiaios	325
TOTAL	**325**

2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Rede Escolar Oficial - Ano Letivo 2011/2012

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	TOTAL
Alhadas	
ESCOLA EB 2,3 Pintor Mário Augusto	343
Buarcos	
ESCOLA EB 2,3 Infante D. Pedro	403
Paião	
ESCOLA EB 2,3 Dr. Pedrosa Veríssimo	463
S.Julião	
ESCOLA EB 2,3 Dr. João de Barros	834
TOTAL	**2043**

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO
Rede Escolar Oficial - Ano Letivo 2011/2012

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	TOTAL
S.Julião	
ESC.SEC.Dr.Bernardino Machado	149
ESC.SEC.Dr.Joaquim de Carvalho	339
Tavarede	
ESC.SEC.Dr.ª Cristina Torres	277
TOTAL	**765**

ENSINO SECUNDÁRIO
Rede Escolar Oficial - Ano Letivo 2011/2012

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	Nº DE ALUNOS
S.Julião	
Esc.Sec..Dr.Bernardino Machado	327
Esc.Sec.Dr.Joaquim de Carvalho	807
Tavarede	
Esc.Sec. Drª Cristina Torres	604
TOTAL	**1738**

ENSINO PROFISSIONAL
Ano Letivo 2011/2012

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	TOTAL
S.Julião	
Escola Profissional da Figueira da Foz	135
Instituto Tecnológico e Profissional	181
Buarcos	
ForMar	211
TOTAL	**527**

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Alqueidão				
- EB1 do Alqueidão	42.245	0	42.245	100%
Buarcos				
- Construção de telheiro na escola do Serrado	10.667	10.667	0	100%
- Jardim de infância de Buarcos	25.037	25.037	0	100%
Moinhos da Gândara				
- EB1 Vigários/Moinhos da Gândara	218.519	218.244	209	100%
Quiaios				
- Centro Escolar de Quiaios				
. Projecto (elaborado estudo prévio)	72.360	8.107	0	11%
S. Pedro				
- Escola Básica Integrada de S.Pedro (projecto)	84.617	34.028	0	40%
Tavarede				
- Centro Escolar S.Julião/Tavarede:				
. Obras de construção	3.893.209	3.733.661	148.296	99%
. Equipamento informático	24.723	0	22.116	89%
. Mobiliário escolar	23.934	0	23.934	100%
. Material didático	24.687	0	24.687	100%
Outros investimentos				
- Ligações de saneamento em equip. escolares	16.557	0	499	3%
- Montagens de aquecimento em JI, Esc.Prim., CE	6.625	0	4.613	70%
- Montagens de alarmes em JI, Esc.Prim., CE	1.122	0	1.122	100%
TOTAL	**4.444.301**	**4.029.744**	**267.719**	**97%**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Transportes Escolares:	
. A efetuar pelo Município	4.140
. A efetuar por Freguesias (TV)	636.566
- Ação Social Escolar:	
. Programa de refeições 1.º CEB	402.373
. Livros e material escolar	20.564
- Ação Social Escolar - Agrupamento de Escolas	
. Material de expediente, limpeza e outros (TV)	9.911
- Programa de expansão e desenvolv. da educação pré-escolar	
. Serviços de alimentação (TV)	122.827
. Prolongamento de horário (TV)	43.969
- Actividades de enriquecimento curricular	298.678
TOTAL	**1.539.030**

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Educação 2012	**267.719**	**1.539.030**	**1.806.749**

2.2 | SAÚDE

A área da Saúde tem também especial prioridade para esta Câmara Municipal, procurando colaborar na proteção da população mais fragilizada, dando prioridade a ações visando a sua plena integração social, em articulação com as instituições existentes.

A Divisão de Educação, Ação Social e Saúde tem vindo a desenvolver ações de educação para a saúde em articulação com as entidades competentes, colaborando em campanhas de profilaxia e prevenção e apoiando em questões relacionadas com a integração social de pessoas portadoras de deficiência, nomeadamente ao nível da mobilidade, acessibilidades e atividades sociais e lúdicas.

Os serviços desenvolveram esforços na elaboração do Perfil de Saúde do Município para posteriormente elaborarem o Plano de Desenvolvimento da Saúde, em articulação com o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social, de forma a promover um planeamento urbano saudável.

Especial destaque ao trabalho desenvolvido no âmbito da adesão à Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, nomeadamente o Programa Municipal Figueira Cidade Saudável, tendo como objetivo a construção de um plano estratégico que inclui um compromisso com o desenvolvimento local sustentado, assente em políticas saudáveis e articulado com os conceitos que baseiam o Projeto Cidades saudáveis, nomeadamente a abordagem holística da saúde e a importância das condicionantes sociais da saúde na melhoria da qualidade de vida.

O Projecto "PRAIA M+ - Mais mobilidade, Praia Segura para Todos"

Dirigido a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O Projecto dispõe de um **tiralô** – cadeira anfíbia que permite o banho de mar e desenvolve também actividades de adaptação ao meio aquático e de promoção da actividade física em mar.

No Posto Praia M+ há sempre uma Equipa Permanente de dois Nadadores-Salvadores para ajudar todos os interessados a tomar banho de mar, com recurso ao" tiralô" sendo a sua utilização gratuita.

Em 2012, o referido Projecto esteve em funcionamento de 16 de Julho a 31 de Agosto, na Praia de Buarcos (junto aos Balneários e ao Parque Infantil), todos os dias das 10h00 às 13h00 e das 15h00 às 19h00.

Número de utentes deste Serviço em 2012:

Semana	N.º Utentes
16 a 22 de Julho	**11**
23 a 29 de Julho	**10**
30 de Julho a 5 de Agosto	**11**
6 a 12 de Agosto	**21**
13 a 19 de Agosto	**19**
20 a 26 de Agosto	**25**
27 a 31 de Agosto	**9**

Programa Municipal "Figueira Cidade Saudável"

O Município da Figueira da Foz aderiu à Associação de Municípios Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis em Março de 2010, dado ter como objetivo a construção de um plano estratégico que inclui um compromisso com o desenvolvimento local sustentado, assente em políticas saudáveis e articulado com os conceitos que baseiam o Projeto Cidades Saudáveis, nomeadamente a abordagem holística da saúde e a importância das condicionantes sociais da saúde na melhoria da qualidade de vida.

O Programa Municipal *Figueira Cidade Saudável* tem como missão implementar no Município os princípios inerentes ao conceito de Saúde para Todos e à Carta de Otawa, adotando uma abordagem na qual estão subjacentes as determinantes ambientais, sociais e comportamentais da saúde, perspectivando a cidade num compromisso permanente e continuado com o desenvolvimento saudável do ambiente físico e social, buscando o equilíbrio na gestão e rentabilização dos recursos da comunidade - centrada nas pessoas e nas diferentes fases e dimensões da vida.

O Programa pretende contribuir de forma decisiva para a definição e afirmação do Município como um espaço dinâmico de qualidade de vida e de lazer quotidiano, planeado e construído para ser vivenciado por todos, em torno de um novo conceito de cidade com qualidade de vida,

rentabilizando os seus recursos naturais – mar, rio, serra, campo – vulgarizando as práticas saudáveis e criando novos espaços para viver, trabalhar e visitar.

Será assim possível a criação e desenvolvimento de uma rede social de apoio e interajuda, em articulação com o planeamento urbano saudável, apoiando e promovendo a saúde, o bem-estar, a segurança e a interacção social, a mobilidade e a acessibilidade de todos os cidadãos.

A Câmara Municipal, através do Departamento Municipal de Assuntos Sociais, dinamiza o Programa Municipal *Figueira Cidade Saudável*, que inclui diversos Projetos que revestem um caráter intersetorial, multidisciplinar e interinstitucional, resultando do trabalho desenvolvido em conjunto com as diversas entidades locais e parceiros, bem como do trabalho dinamizado pelos diversos serviços nas diferentes áreas de intervenção municipal.

Assentando numa visão estratégica partilhada e contratualizada, comprometida com o desenvolvimento sustentado, que assegure a participação dos cidadãos e dos agentes sociais locais, integrando e articulando competências e atribuições, as parcerias vão sendo delineadas e desenvolvidas em função das áreas de intervenção em curso, num processo de construção conjunta e partilhada.

Tendo uma dimensão interinstitucional e multidisciplinar, o Programa Municipal *Figueira Cidade Saudável* integra atualmente três grupos de trabalho, com diferentes finalidades e de composição diversificada:
- Grupo de Acompanhamento - integra Deputados Municipais, um consultor convidado e o Município.
- Grupo Técnico – integra representante do ACES Baixo Mondego e da Rede Social da Figueira da Foz, consultores convidados e técnicos municipais, tendo como objetivo fazer o apoio ao Projeto na definição de estratégias, metodologias, áreas de intervenção prioritárias e metas para a sua implementação, bem como a elaboração do PERFIL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO e o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE, que estão a ser realizados em articulação com o Diagnóstico Social e o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social.
- Grupo de Trabalho sobre Alimentação Saudável – integra nutricionistas, do ACES Baixo Mondego, do Agrupamento de Escolas Figueira Norte e do Município, técnicos municipais, a Escola Profissional da Figueira da Foz, a Confraria do Arroz e do Mar, a Associação Gastronómica Figueira com Sabor a Mar e Representante da Fundação Portuguesa de Cardiologia - Grupo de Trabalho da Dieta Mediterrânica.

A sensibilização da população para a adoção de estilos de vida saudáveis é um dos eixos prioritários de ação da V Fase (2009-2013) da Rede Europeia de Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, que a Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis, onde Município da Figueira da Foz se integra, subscreve. Neste sentido, foi constituído um Grupo de

Trabalho, no âmbito do Programa Municipal Figueira Cidade Saudável, que trabalha a temática da "Alimentação Saudável", com o objetivo de, através dos seus projetos e ações, aumentar as condições e oportunidades que apoiam a opção por uma alimentação saudável.

Durante o ano de 2012 foram realizadas várias atividades, de entre as quais se destacam:

Semana da Saúde 2012 – 9 a 13 abril de 2012

O Programa Municipal Figueira Cidade Saudável e a Unidade de Cuidados na Comunidade Farol do Mondego (Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego II) realizaram a Semana da Saúde 2012, entre os dias 9 e 13 de Abril.
Este evento celebrou o Dia Mundial da Saúde sob o tema "Envelhecimento e Saúde: "uma boa saúde dá mais vida aos anos", pretendendo dinamizar diversas actividades dedicadas à população sénior.
O programa proposto visou a sensibilização da população sénior para as práticas saudáveis regulares, com a participação de mais de uma centena de seniores nas aulas abertas de actividade física que se realizaram no *Meeting Point* e na Piscina Municipal do Paião.

Outras Actividades Realizadas

Eco-Espanta

A *Hortinha – Horta Pedagógica da Figueira da Foz*, projeto resultante de um protocolo celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a Sotiplanta – Sociedade de Atividades Florestais, Lda., com o apoio da Junta de Freguesia de Tavarede, tem vindo a desenvolver trabalho com objetivo de estimular o interesse da comunidade escolar para a agricultura, dando a conhecer as boas práticas agrícolas e as espécies autóctones, valorizando a agricultura sustentada e a sua relação com uma alimentação saudável.
Pretendendo não deixar cair no esquecimento usos e costumes de outrora, revitalizando a tradição de construção de espantalhos, a *Hortinha – Horta Pedagógica da Figueira da Foz* e o *Programa Municipal Figueira Cidade Saudável* propuseram um desafio criativo aos Jardins de Infância do Município: a construção de ecoespantalhos, através da sensibilização dos mais novos para a preservação do ambiente, colocando em prática a Regra dos três R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

O Eco-Espanta, Concurso de Espantalhos da *Hortinha – Horta Pedagógica da Figueira da Foz*, foi assim dirigido a crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, estando envolvidas mais de 600 crianças, que representam 26 salas de Jardim de Infância a concurso. Os trabalhos foram o expostos no espaço da *Hortinha – Horta Pedagógica da Figueira da Foz*, sita na Rua do Chalet, em Tavarede, junto aos Viveiros da Figueira, durante o mês de Maio.

Houve atribuição de três prémios e duas menções honrosas para os melhores ecoespantalhos. No âmbito das comemorações do Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz e da iniciativa CulturECO, os melhores ecoespantalhos estiveram ainda expostos, durante o mês de junho, nos espaços comuns do CAE.

Mês de Maio – Mês do Coração, Caminhadas pelo Coração e Sessões de Informação sobre "Alternativas à utilização de sal na confeção de alimentos" - mês de maio

O Serviço de Nutrição do ACES Baixo Mondego 2 e a Câmara Municipal da Figueira da Foz comemoraram o Mês de Maio – Mês do Coração.

Foram dinamizadas todas as terças-feiras e quintas-feiras do mês de Maio as Caminhadas de Maio dirigidas à comunidade em geral, com duas intensidades diferentes – terças-feiras, ritmo moderado a rápido e quintas-feiras, ritmo lento a moderado.

Na última terça-feira e quinta-feira do mês, realizou-se uma sessão de informação sobre "Alternativas à utilização de sal na confeção de alimentos".

Lançamento da Ementa Figueira Cidade Saudável "Arroz de Sardinha" – 31 de maio de 2012

O Programa Municipal Figueira Cidade Saudável realizou um almoço de Lançamento da Ementa Figueira Cidade Saudável, no dia 31 de maio de 2012, no Olaias Restaurante & Caffé, no Centro de Artes e Espétaculos da Figueira da Foz, enquadrado no encerramento do Mês de Maio – Mês do Coração.

Este almoço assinalou o arranque de um projeto que pretende contribuir para diversificar a oferta da restauração local, disponibilizando uma ementa(s) saudável(eis) nos restaurantes do Município, com base nos produtos e receitas que constituem a tradição e identidade gastronómica local, reconhecendo-as como Ementa Figueira Cidade Saudável.

Apresentação da Ementa Figueira Cidade Saudável "Sardinhada"com Atividade Pedagógica Inserida na Abertura do Festival da Sardinha – 22 de junho de 2012

No âmbito da Abertura do Festival da Sardinha, promovido pelos Festivais Gastronómicos "Figueira com Sabor a Mar", o Programa Municipal Figueira Cidade Saudável foi convidado para se associar ao evento através da organização de uma atividade pedagógica, que contou com a participação de alunos da Escola Básica 2º e 3º Ciclos Pintor Mário Augusto (Alhadas), e da apresentação da Ementa Figueira Cidade Saudável "Sardinhada", ambas realizadas no dia 22 de junho de 2012. Estas atividades, sob o lema "do Mar à Mesa", pretenderam dar a conhecer as potencialidades da nossa região, promovendo, ao mesmo tempo, hábitos de alimentação saudável. As atividades iniciaram-se às 9h30m com a visita ao Mercado Municipal Engenheiro Silva, seguida da visita à Lota da Figueira da Foz, incluindo a observação da chegada, descarga e expedição para os locais de consumo dos famosos peixes da nossa costa, nomeadamente a sardinha. O almoço foi servido no Restaurante Oásis onde foi apresentado o Festival da Sardinha, que decorreu entre 22 de junho a 8 de julho, e a Ementa Figueira Cidade Saudável "Sardinhada", que esteve disponível durante todo o festival nos restaurantes aderentes.

Campanha de Promoção do Consumo de Cavala -- 06 e 07 de julho de 2012

No contexto da missão da Docapesca – Portos e Lotas, S.A. da prestação de um serviço de qualidade ao setor da pesca, nomeadamente ao nível da primeira venda de pescado e no âmbito do projeto CCL – Comprovativo de Compra em Lota, a Docapesca desenvolveu uma campanha promocional dedicada à Cavala, durante os meses de verão.

Nos dias 06 e 07 de Julho esta campanha passou pela Figueira da Foz em parceria com o Programa Municipal Figueira Cidade Saudável, com a Câmara Municipal da Figueira da Foz, com a Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra e com a Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe. A campanha decorreu durante as manhãs dos respectivos dias no Mercado Municipal Engenheiro Silva (Mercado Provisório, Avenida de Espanha), com a realização de aulas de culinária e degustações gratuitas, das 10h00m às 11h00m e das 11h00m ao 12h00m, com o Chef Emanuel Faria da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra, que ensinou a confecionar receitas inovadoras com Cavala fresca e em conserva

Semana da Alimentação – 15 a 20 de outubro de 2012

O Grupo de Trabalho sobre Alimentação Saudável dinamizou no período supramencionado uma série de atividades com vista à sensibilização de diferentes populações para a importância da alimentação saudável para a promoção da saúde.

Assim, foram realizadas as seguintes atividades:

- Workshop de Culinária sobre Sopas – realizado pelo Curso de Serviço de Mesa da EB 2,3 Pintor Mário Augusto - Agrupamento de Escolas Figueira Norte, dirigido a pais, alunos e encarregados de educação da EB 1 de Brenha
- Workshop de Culinária "Peixes da nossa Costa" – realizado pela Escola Profissional da Figueira da Foz, dirigido à comunidade em geral.
- Workshop "Alimentação em Idade Sénior" – realizado pelo Curso de Serviço de Mesa da EB 2,3 Pintor Mário Augusto - Agrupamento de Escolas Figueira Norte, dirigido à comunidade em geral, principalmente com 60 ou mais anos de idade.
- Ação Informativa para a Comunidade Escolar "A Alimentação na Infância" – realizado pelo ACES Baixo Mondego, dirigido a Alunos de Jardins de Infância e de Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho da Figueira da Foz.
- Palestra "Alimentação na Infância" – realizada pelo ACES Baixo Mondego e Associação Viver em Alegria, dirigida a Pais e Cuidadores de crianças entre os 0 e os 5 anos, utentes do Centro de Apoio à Vida e/ou do SNIPI.
- Palestra "Alimentação para Atletas" – realizada pela Câmara Municipal, dirigida a Pais e Cuidadores de crianças entre os 0 e os 5 anos, utentes do Centro de Apoio à Vida e/ou do SNIPI.
- Jantar com a Confraria – realizada pela Confraria Gastronómica do Arroz e do Mar, dirigido à comunidade em geral.

No Dia Mundial da Saúde – 16 de Outubro de 2012 – foi lançado o "Almoço Saudável para Todos", uma Ementa Figueira Cidade Saudável dirigida a utentes dos Equipamentos Sociais e de Educação aderentes e a clientes dos Restaurantes do Município aderentes. Foi assim fornecida a todas as entidades aderentes uma ementa validada pelo Programa Municipal Figueira Cidade Saudável que estes confecionaram e serviram aos seus utentes neste dia.

Durante o ano de 2012 foram ainda apoiadas várias atividades promovidas por outras entidades, de entre as quais se destacam:

- Caminhada com Cristina Torres, realizada a 13 de maio de 2012
- 1ª Caminhada Mais Saúde – Diários As Beiras, realizada a 12 de agosto de 2012
- Ação Verão 2012 da Associação Portuguesa de Cancro Cutâneo, realizada de 15 de Julho a 31 de Agosto de 2012
- Comemorações do Dia da Diabetes, realizado a 17 de Novembro de 2012

Programa de Natação Adaptada "Mergulhos Diferentes"

Tendo em atenção que as atividades em meio aquático apresentam imensos benefícios, aos níveis fisiológico, psicossocial e cognitivo, em outubro de 2006 lançou o Programa de Natação Adaptada "Mergulhos Diferentes", direcionado para pessoas com necessidades especiais, dando-lhe continuidade nos anos letivos 2010/2011 e 2011/2012**.** Estas atividades desenvolvem-se nas Piscinas Municipais do Paião e Alhadas e contam com a frequência de 21 alunos.

Protocolo com as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa

A 11 de Janeiro de 2011 foram assinados os novos Protocolos com as Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa de Borda do Campo, Carvalhais de Lavos, Figueira da Foz e Maiorca, prevendo assegurar a assistência humanitária e social, contribuindo para a protecção da vida, da saúde e da dignidade humana, à população residente na área geográfica de intervenção da Delegação da CVP; prestar apoio a iniciativas promovidas pelo Município ou por outras entidades, desde que estas contem com a colaboração do primeiro para a sua realização, que decorram na área geográfica de intervenção da Delegação da CVP; assegurar o Serviço de Transporte Municipal (STM) para acesso às Unidades de Saúde Familiar e/ou Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, doravante designadas como Unidades de Saúde, da população residente na área geográfica de intervenção da Delegação da CVP, nos termos a definir em Protocolo próprio; conceder ao Município condições especiais de prestação de serviços de transporte.

Em 2012, as Delegações da Cruz Vermelha prestaram o seguinte apoio a iniciativas da Câmara Municipal ou por esta apoiadas.

O custo para o Município com estes Protocolos no ano de 2012 foi o seguinte:
1) Protocolo com a CVP de Borda do Campo – 7.467,84 €
2) Protocolo com a CVP de Carvalhais de Lavos – 7.467,84 €
3) Protocolo com a CVP de Figueira da Foz – 8.090,16 €
4) Protocolo com a CVP de Maiorca – 7.467,84 €

Projecto de Teleassistência

A Teleassistência é um serviço de assistência permanente, baseado numa central de atendimento telefónico vocacionada para responder a qualquer situação de emergência, através de um sistema de comunicação rápido e seguro sem a necessidade da existência de um telefone ao alcance da mão.

Deste modo, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) lançou no inicio de 2012 a proposta para implementação do serviço de Teleassistência a Idosos, nos 10 municípios que a integram, da qual faz parte o Município da Figueira da Foz.

Neste sentido, foram apresentadas duas empresas que futuramente viriam a prestar o serviço: Helpphone e TCare Conhecimento e Saúde, que se disponibilizaram para, a título experimental e gratuito, fornecer os seus serviços pelo período de três meses (2 de Abril a 1 de Julho), a 10 utentes por Município, 5 por cada empresa.

Atendendo à urgência na Sinalização de Idosos para assim dar inicio a esta fase de período experimental, foram realizadas visitas domiciliárias a idosos das três zonas do Município (Zona Norte, Zona Urbana e Zona Sul), contando para tal com o apoio no terreno de quatro entidades, que já tinham situações previamente sinalizadas, de idosos em situação de isolamento. Assim, na Zona Norte as visitas domiciliárias foram realizadas conjuntamente com um elemento da GNR do Destacamento Territorial de Montemor-o-Velho; na Zona Urbana realizaram-se com um representante da Comissão Social da Freguesia de Tavarede e com sinalizações apresentadas pela Junta de Freguesia de S. Julião; na Zona Sul foram realizadas visitas domiciliárias conjuntas com dois elementos da Junta de Freguesia do Paião. Após a sinalização se encontrar efectuada, foi remetida à CIM-BM, a listagem dos idosos que iriam usufruir do serviço durante o período experimental. Esta fase permitiu testar o funcionamento e operacionalidade do serviço de modo a que fosse possível a sua implementação, de forma definitiva e alargada, a um maior número de idosos em situação de risco e/ou isolamento.

Este período experimental teve o seu término no primeiro dia do mês de Junho, permitindo a cada município perceber a importância e necessidade do serviço para os idosos que dele usufruíram e o impacto que poderá ter a sua implementação definitiva.

Para dar seguimento à prospecção dos idosos, futuros utilizadores do serviço, foi realizado um levantamento a nível municipal, da responsabilidade do DMAS/DEASS, com a colaboração das Juntas de Freguesia/Comissões Sociais de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social e GNR.
Com prioridade de beneficiarem deste serviço foram considerados como critérios prioritários, mas não definitivos, os seguintes:
- Ter 65 anos ou mais;
- Usufruir de baixos recursos económicos;
- Encontrar-se em isolamento geográfico e/ou social;
- Sem rede de suporte familiar, vizinhança e/ou institucional.

Ficou definido que o Município numa fase inicial, procederia à encomenda de 10 pulseiras HelpPhone e 5 pulseiras TCare, podendo esta quantidade vir a aumentar para o máximo (25 unidades da Help Phone e 5 unidades da TCare), caso se viesse a verificar necessário.

Atendendo ao número de equipamentos solicitados na fase inicial pelo Município da Figueira da Foz, 15 equipamentos no total (10 equipamentos HelpPhone e 5 equipamentos TCare) e ao prazo de duração do Programa protocolado entre a CIM-BM e as duas empresas, prazo esse de dois anos, a quem foi adjudicado o serviço, com inicio previsto em Setembro de 2012 e términos em Agosto de 2014, foi elaborada a previsão de encargos de 4.999,68€.

A aprovação da proposta de Protocolo celebrado entre este Município e a CIM-BM em 8 de Agosto de 2012 tendo sido considerada a elaboração de proposta de alteração do Regulamento de Taxas e outras receitas, nos pontos 1 e 2 do seu artigo 9º (Isenções no âmbito de programas sociais), atendendo aos custos que o Município terá com a implementação do serviço no município e à situação financeira actual, de forma a que a Câmara Municipal possa reduzir os custos.

Construção de Unidades de Saúde

Unidade de Saúde de Alhadas

Celebrou-se com a ARS um Contrato-Programa tendo por objecto a cooperação técnica e financeira entre esta entidade e o Município a 19 de Maio de 2011.

Neste âmbito as competências atribuídas ao Município foi proceder à alienação dos terrenos para a implantação da Unidade de Saúde, realizar os levantamentos topográficos dos terrenos, contratar um estudo geotécnico, elaborar o projecto de execução de acordo com o programa funcional elaborado e, dotar o terreno de todas as infra-estruturas exteriores necessárias, bem como de acessos pavimentados. Aguarda-se oportunidade de candidatura ao Programa Operacional Regional Mais Centro a ser submetida pela ARS Centro, o que não aconteceu ainda durante o ano de 2012.

Unidade de Saúde de Lavos

Foi também celebrado um Contrato-Programa a 19 de Maio de 2011, entre o Município e a ARS de cooperação técnica e financeira para a construção e equipamento de uma Unidade de Saúde em Lavos, cabendo à Autarquia disponibilizar o terreno para a sua construção, elaborar o projecto de execução do edifício, dotar o terreno de todas as infraestruturais exteriores necessárias, bem como de acessos pavimentados, lançar os procedimentos concursais necessários à empreitada de construção do equipamento e apresentar candidatura para o efeito ao Programa Operacional Regional Mais Centro, Aguarda-se oportunidade de candidatura ao Programa Operacional Regional Mais Centro a ser submetida pelo Município o que não aconteceu ainda durante o ano de 2012.

2.3 | SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAL

ACÇÃO SOCIAL

"Somente uma vida a serviço dos demais vale a pena ser vivida."

Albert Einstein

Na área da Acção Social o Município tem vindo a desenvolver e a consolidar programas de resposta a grupos sociais mais vulneráveis, tendo em vista a sua inclusão e fomento do desenvolvimento social. Em articulação com entidades da área social, promoveu-se o atendimento, encaminhamento e acompanhamento dos cidadãos com problemas ou necessidades de apoio social numa lógica de responsabilização mútua na definição de projectos de vida e de integração social, bem como a oferta de medidas, programas e acções visando a integração social de grupos que apresentem maior vulnerabilidade, como sejam as pessoas com deficiência, toxicodependentes e pessoas em situação de sem abrigo. O ano de 2012 pelas dificuldades inerentes ao contexto nacional que se viveu obrigou a uma particular atenção às iniciativas desenvolvidas neste âmbito pelo Município.

Rede Social da Figueira da Foz

O Município da Figueira da Foz foi um dos 41 Municípios Piloto a aderir ao Programa Rede Social, o qual foi criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº197/97, de 18 de Novembro (RCM), surgindo num contexto de afirmação de políticas sociais activas e visando um esforço para a atenuação e erradicação da pobreza e da exclusão social.

A Rede Social veio impulsionar de todo um trabalho de parceria alargada, incidindo na planificação estratégica da intervenção social local procurando abarcar actores sociais de diferentes áreas de intervenção.

Desde a data de aprovação do Programa várias foram as acções desenvolvidas, destacando-se, no ano de 2012, as seguintes:

Programas de Respostas Integradas

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, que visa a redução da procura do consumo de substâncias psicoativas, procurando potenciar sinergias disponíveis no território.

Na sequência dos diagnósticos elaborados pelo Centro de Resposta Integradas de Coimbra, o CLAS da Figueira da Foz assinou quatro compromissos de colaboração no âmbito de quatro projectos dando continuidade ao Projecto Vivências, do Grupo de Instrução e Sport, o qual teve início a 1 de Novembro de 2010 e terminando a 30 de Outubro de 2012, sendo a Freguesia de

Buarcos o território a intervir. O Município fez-se ainda representar em quatro reuniões no âmbito do Projecto Vivências sendo a sua colaboração ao nível da *"Divulgação das acções do Projecto pelos parceiros"* deste órgão.

Pareceres emitidos pelo CLAS da Figueira da Foz

Nos termos do art.39º do Decreto-lei nº 115/2006 de 14 de Junho, durante o ano de 2012, o CLAS da Figueira da Foz na reunião extraordinária deste órgão, de 24 de Outubro de 2012 emitiu pareceres às seguintes candidaturas:

- Projecto "Casa Abrigo" da Associação Barca da Vida

Parecerdes emitidos no âmbito do Programa Escolhas (5ª Geração):

- Associação FigueiraViva – Projecto "Voo(s) com Rumo(s)"
- Associação Novo Olhar – Projecto *"Poder de Escolha"*
- Centro Social Bem Querer de Brenha – Projecto "Casa das Artes"
- Grupo de Instrução e Sport – Projecto *"Mar de Escolh@s"*

Base de Dados dos CLAS

Uma das acções desenvolvidas pelo Núcleo Executivo tem sido a construção da Base de Dados dos CLAS, elaborada pelo Instituto de Segurança Social, IP. Este instrumento permite colocar on-line os parceiros, respostas sociais, projectos, Diagnóstico Social, Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção dos vários Conselhos Locais de Acção Social existentes no território nacional.

Plano Sénior

Na sequência da divulgação do Programa de Emergência Social (PES) e da Comemoração do Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre Geração 2012 lançou o desafio, aos vários parceiros presentes, para a **constituição de um grupo de trabalho na área dos idosos**, nos termos da alínea c) do art.26º do Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho.

Com o objectivo de conjuntamente, se poder reflectir sobre as necessidades sentidas e sobre as prioridades de intervenção a ter junto da população mais idosa do Município da Figueira da Foz, no dia 31 de Maio de 2012, reuniram as seguintes entidades as quais integram o Grupo de Trabalho: Plano Sénior: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Centro Distrital de Coimbra do ISS, IP, Casa N.ª Sr.ª do Rosário, Agrupamento de Centros do Baixo Mondego, Centro Social S. Salvador, Centro Social e Paroquial do Paião, Associação de Desenvolvimento da Figueira da Foz, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e Universidade da Figueira da Foz.

Durante o ano de 2012, este grupo de trabalho reuniu 7 vezes tendo procedido ao levantamento dos idosos existentes no Município e que se encontram em situação de

isolamento e procedeu ainda à elaboração de um Plano de Ação, documento que procura espelhar todas as acções desenvolvidas pelas várias entidades/instituições implantadas no Município da Figueira da Foz e que se encontram dirigidas à população sénior figueirense.

Trabalho desenvolvido no âmbito da Plataforma Territorial Supra-Concelhia do Baixo Mondego

A entrada em vigor do Decreto-lei nº115/2006, de 14 de Junho, prevê a constituição de plataformas supraconcelhias, às quais compete: (nº3, do Art. 32º):
De forma a garantir a articulação e o planeamento supraconcelhio são constituídas plataformas de âmbito territorial equivalente à NUT III (o Município da Figueira da Foz pertence à Plataforma territorial supra-concelhia do Baixo Mondego).

Durante o ano de 2012, a Plataforma Territorial Supra-concelhia do Baixo Mondego reuniu no dia 15 de Março de 2012 tendo sido apresentado o Protocolo de Cooperação 2011-2012 celebrado entre o Ministério da Segurança Social e Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), União das Misericórdias e a União das Mutualidades, analisada a Rede de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais e o Plano de Prevenção de riscos para a população idosa

Estratégia Nacional para Integração de Pessoas Sem-Abrigo

A nível local, a implementação da ENIPSA deverá decorrer da forma decidida pelos diferentes CLAS, de acordo com a realidade local.

No caso concreto da Figueira da Foz procedeu ao levantamento dos sem-abrigo existentes no Município passando de seguida à recolha de alguns elementos que permitiram efectuar uma breve caracterização do tipo de público em análise.

Face ao levantamento realizado foram identificados 90 indivíduos em situação de sem-abrigo e, conscientes de que esta realidade pode ser um fenómeno em crescendo, atendendo à actual situação socioeconómica pela qual o país atravessa no dia 23 de Maio de 2012 foi assinado o Protocolo de Colaboração - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) da Figueira da Foz o qual integra os seguintes parceiros locais: Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego, Associação Fernão Mendes Pinto, Associação Novo Olhar, Centro Distrital de Coimbra do ISS,IP, Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação da Figueira da Foz, Instituto da Droga e Toxicodependência, Município da Figueira da Foz e Polícia de Segurança Pública.

Na reunião de Plenário do CLAS da Figueira da Foz de 24 de Outubro de 2012 foi aprovado o Regulamento Interno do NPISA o qual visa *"definir e dar a conhecer os princípios a que obedece a constituição, organização e funcionamento do Núcleo de planeamento e Intervenção Sem-Abrigo da Figueira da Foz".*

Actualmente, o NPISA da Figueira da Foz encontra-se a proceder à actualização do Diagnóstico Social realizado em Dezembro de 2009, procurando conhecer a realidade actual dos indivíduos em situação de sem-abrigo.

Estão ainda a ser desenvolvidos esforços para a criação do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) do Município da Figueira da Foz tendo sido elaborados os documentos que servem de base à sua constituição como o Regulamento Interno e Protocolo.

Bolsa de Voluntariado da Figueira da Foz

Criada em 2002, esta visa estimular o trabalho voluntário no Município, constituindo um espaço de aproximação entre os munícipes que pretendam realizar trabalho voluntário e as entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, que reúnam as condições para proceder à sua integração em projectos socialmente úteis. Esta Bolsa contava já com um total de inscritos de 483 voluntários. Em 2012 registaram-se 50 novas inscrições de munícipes aumentando assim **o** número total de inscritos para **533 voluntários**. Por outro lado, o número de organizações promotoras de voluntariado passou para 60, em virtude da adesão de três novas entidades em 2012.

No final de 2012, **124 voluntários encontravam-se integrados em projectos de voluntariado regular**, nas áreas da Educação, Solidariedade, Saúde, Cultura, Ambiente e Protecção Civil.
O perfil médio do voluntário inscrito na Bolsa de Voluntariado caracteriza-se por: faixa etária entre os **18 e os 34 anos** (54%), habilitações literárias ao nível do **ensino superior** (44%), preponderando entre estes a área de formação das **ciências sociais e humanas** (48%); 77% dos voluntários são do género **feminino**, 73% residem na zona **urbana** do Município, 32% encontram-se em situação de **desemprego** e 24% são trabalhadores **por conta de outrem** e 57% dos voluntários **não teve qualquer experiência prévia** de voluntariado à inscrição na Bolsa de Voluntariado; as principais motivações subjacentes à adesão ao programa prendem-se com a **vontade de ajudar os outros** (32%) e a **ocupação do tempo livre** de forma socialmente útil (22%) e as expectativas dos voluntários com a sua inscrição centram-se na **vontade de ajudar** (26%) e de integrar um **projecto específico de voluntariado** para o qual consideram apresentar o perfil adequado (23%).

Promovendo as boas práticas o Município foi convidado a partilhar a sua experiência ao nível da Bolsa de Voluntariado da Figueira da Foz, em eventos organizados por outras entidades e municípios, designadamente em:

- Palestra organizada pela Escola Secundária com 3º CEB de Cristina Torres a 12 de Outubro de 2012, para debate subordinado à temática da Protecção Civil e intervenção em contextos de catástrofe;
- Comemorações do Dia Internacional do Voluntariado, a 05 de Dezembro de 2012, a convite do Município de Moimenta da Beira.

Foi igualmente solicitada à Bolsa, a indicação de um voluntário para partilha da sua experiência pessoal de voluntariado, nas seguintes iniciativas:

- Comemorações do Dia Internacional do Voluntariado, a 05 de Dezembro de 2012, promovida pela Biblioteca Municipal, tendo sido indicada uma das voluntárias afectas à Divisão de Cultura da Câmara Municipal;
- Sessão de sensibilização para alunos do 8º ano da EB 2,3 Infante D. Pedro, no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Activo, tendo sido indicada a voluntária que dinamiza o grupo *A força e a magia da palavra*.

Em 2012, foram ainda formalizados acordos de colaboração com 27 voluntários com dezassete organizações do concelho promotoras do voluntariado No mesmo período, foram colocados 65 voluntários em diversos projectos pontuais de voluntariado, dinamizados pela Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Em 2012, retomou-se a publicação do Boletim da Bolsa de Voluntariado, em formato digital, passando a adoptar-se a designação ***e-Boletim da Bolsa***. Com efeito, nos meses de Março, Agosto e Dezembro foram lançados os números 9 a 11 deste *e-Boletim*, mantendo-se a sua distribuição gratuita e aberta à comunidade. (http://www.figueiradigital.com/municipe/?mid=3).

Gabinete de Inserção Profissional da Figueira da Foz

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) da Figueira da Foz foi criado ao abrigo da Portaria n.º 127/2009 de 30 de Janeiro. Foi celebrado um Contrato de Objectivos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, a 13 de Maio de 2009, sendo a sua vigência de dois anos a partir daquela data.

Entre Maio de 2011 e Abril de 2012, a Autarquia manteve o GIP em funcionamento, ao abrigo de uma Adenda ao Contrato de Objectivos anteriormente celebrado com o IEFP, tendo sido assinado entre as duas entidades um novo Contrato com vigência de um ano a partir do dia 02 de Maio de 2012, na sequência de aprovação da candidatura formulada pelo Município da Figueira da Foz com vista à renovação do período de funcionamento do referido Gabinete.

O trabalho desenvolvido neste âmbito em 2012 abrangeu **3.377 munícipes em situação de desemprego**, na sua maioria desempregados à procura de novo emprego (84%), do sexo feminino (62%), com habilitações ao nível do 12º ano ou ensino superior (61,5%) e idade compreendida entre 31 e 54 anos (56 %).

Ao longo de 2012, foi actualizada e divulgada semanalmente, no portal da Autarquia. Até ao final de 2012, foram divulgadas semanalmente, em média, **62 das referidas ofertas** (num total de 5.599 ofertas).
Para além da listagem de ofertas de emprego e das respectivas informações conducentes à apresentação de candidatos à oferta, o GIP divulgou também os planos de formação do Serviço de Formação Profissional de Coimbra do IEFP, IP, bem como das demais entidades formadoras que o solicitaram. Foram igualmente divulgadas pelo GIP, ofertas de emprego da Rede EURES (Rede Europeia de Ofertas de Emprego) e concursos públicos nacionais.

No final de 2012, o GIP contava com **720 inscritos** (181 dos quais afectos pelo Centro de Emprego), cujo perfil médio se caracteriza da seguinte forma: 64% do sexo feminino, 57% entre os 31 e os 54 anos, 98% à procura de um novo emprego e 66% com habilitações literárias ao nível do 12º ano ou ensino superior.

O quadro que seguidamente se apresenta, ilustra a taxa de execução técnica do contrato de objectivos estabelecidos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP para o Gabinete de Inserção Profissional da Figueira da Foz, actualmente em vigor, com dados que reportam a 31/12/2012:

QUADR0 I			
Acções contratualizadas	**Contratualizado**	**Execução**	**Diferencial**
Sessões de informação sobre medidas de apoio ao emprego, de qualificação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências	**1.200**	**1.958**	**758**
Sessões de apoio à procura de emprego	**700**	**4.021**	**3.321**
Receção e registo de ofertas de emprego	**40**	**14**	**-26**
Apresentação de desempregados a ofertas de emprego	**400**	**266**	**-134**
Colocação de desempregados em ofertas de emprego	**94**	**5**	**-89**
Integração em ações de formação em entidades externas ao IEFP, IP	**50**	**59**	**9**
Integração em ações de formação internas ao IEFP, IP	**50**	**35**	**-15**
Controlo da apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego.	**280**	**284**	**4**
Totais	**2.814**	**6.642**	**3.828**

Construir Futuros | Projecto de Promoção do Empreendedorismo na Região do Baixo Mondego

A Autarquia celebrou um Protocolo de Cooperação com a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), no âmbito do Projecto *Construir* Futuros, operação imaterial de promoção do empreendedorismo na Região do Baixo Mondego, que decorreu da candidatura efectuada no âmbito do QREN, visando a criação de uma rede de suporte e a dinamização de iniciativas promotoras do desenvolvimento económico desta Região, tendo em vista o reforço do potencial empreendedor existente e o desenvolvimento de sinergias entre entidades que desempenham um papel preponderante nesta área, como forma de estímulo a uma cultura de valores como o empreendedorismo ou a gestão do risco associação à iniciativa empresarial.

Nos termos do referido Protocolo, foi constituída uma Rede Regional de Suporte ao Empreendedorismo, materializada mediante a concretização de um conjunto de acções, divididas em duas fases de implementação (que se prolongarão até Setembro de 2013) e que são monitorizadas por um Núcleo de Implementação, composto por representantes da CIM-BM e dos municípios que a integram, bem como pelas empresas a quem foi adjudicada a supervisão técnica do projecto, que reúne trimestralmente.

A primeira diligência efectuada neste âmbito foi a criação de um GAE | Gabinete de Apoio ao Empreendedor, estrutura responsável pelo atendimento de *front office* ao empreendedor que pretenda apresentar a sua ideia de negócio ao Município, sendo a intervenção articulada com a Entidade de Apoio ao Empreendedor referenciada pela Rede a nível local – a IEFF | Incubadora de Empresas da Figueira da Foz – nomeadamente ao nível da elaboração do plano de negócios. Este serviço é ainda complementado com a consultoria técnica do ISCAC, responsável pela supervisão desta vertente do projecto *Construir Futuros*.

Entre as iniciativas desenvolvidas ao abrigo do projecto supramencionado, contam-se as seguintes:

1. **Ciclo Regional de Capacitação do Empreendedorismo**: decorreu a 09 de Outubro de 2012, sob a organização da SPI | Sociedade Portuguesa de Inovação, uma das entidades contratadas pela CIM-BM para o apoio técnico ao programa; o referido Ciclo visou a divulgação da Rede, o anúncio das acções a desenvolver pela mesma e o lançamento do Concurso Regional de Ideias;

2. **Ciclos Locais de Capacitação do Empreendedorismo | Desafio de Criação de Ideias**: realizados a 15 de Outubro de 2012, na IEFF, tendo participado 21 munícipes no conjunto das duas iniciativas, que visavam promover uma atitude empreendedora junto de potenciais empreendedores e apelar à sua participação no Concurso Regional de Ideias;
3. **Capacitação Técnica para o Empreendedorismo**: sob a organização do ISCAC | Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, entidade contratada pela CIM-BM para apoio técnico à Rede, esta Capacitação consistiu na organização de 40h de capacitação para empreendedores, replicadas pela CIM-Norte (Mealhada) e CIM-Sul (Condeixa-a-Nova), tendo os munícipes participantes sido enquadrados nesta última;
4. **Concurso Regional de Ideias**: decorreu entre 09 de Outubro de 2012 e 13 de Janeiro de 2013 e visou premiar, em cada um dos 10 municípios que integram a CIM-BM, a melhor ideia de negócio concorrente, proporcionando consultadoria personalizada ao projecto vencedor, pela SPI e, no caso da Figueira da Foz, 6 meses de incubação gratuita na IEFF; concorreram 5 projectos em toda a Rede, um dos quais oriundo do Município figueirense, tendo este sido, no entanto, desclassificado, por não reunir as condições previamente definidas pelo Regulamento que enquadrava esta iniciativa;
5. **Jornadas do Empreendedorismo nas Escolas | Creativity & Innovation Challenge:** organizada pela JAP | Júnior Achievement Portugal, entidade contratada pela CIM-BM para a vertente do Empreendedorismo nas Escolas, esta iniciativa decorreu ao longo de 5 dias, na Escola Secundária com 3º CEB Dr. Joaquim de Carvalho, abrangendo 500 alunos da Região, tendo os 50 estudantes figueirenses participado no dia 23 de Outubro de 2012; estes alunos, provenientes de turmas do 11º ano das escolas secundárias Dr. Bernardino Machado e Dr. Joaquim de Carvalho, foram submetidos a uma experiência na qual tinham de desenvolver uma ideia de negócio, a partir de um desafio que lhes era proposto no início da sessão, o qual havia previamente sido definido pelos municípios participantes (o Município de Mira participou na mesma data que o Município da Figueira da Foz); durante este processo, os alunos contavam com o apoio de diversos consultores voluntários, indicados pelos municípios (a Câmara Municipal da Figueira da Foz indicou três voluntários); a iniciativa culminou com a indicação do projecto vencedor, por um júri reunido para o efeito;
6. **Programa "A Empresa":** iniciativa que surge na sequência da anterior, envolvendo os mesmos alunos, mas em contexto de sala de aula; ao longo do ano lectivo, os docentes afectos ao projecto trabalham, em articulação com os consultores voluntários indicados para o efeito, no sentido de as duas turmas seleccionadas desenvolverem ideias de negócio, que concretizarão e poderão testar em diversas competições para jovens empreendedores, de âmbito nacional e internacional, a decorrer ao longo do ano lectivo.

Projecto “Caminhos de Igualdade”

No âmbito de uma candidatura à Tipologia 7.2. do POPH - Planos de Igualdade, o Município da Figueira da Foz encontra-se a implementar o Projecto "Caminhos de Igualdade", com vista à adopção de uma perspectiva de igualdade de género no âmbito do desenvolvimento local.

Pretende-se adoptar claramente uma dimensão de género em todas as áreas do Município, sendo fundamental estabelecer uma adequada formação dos recursos humanos.

O presente projecto pretende constituir-se como uma estratégia para a incorporação da perspectiva de género dentro da Organização Social que é o Município de Figueira da Foz, contribuindo com esta iniciativa para o Desenvolvimento Social Local.

Este passará por um conjunto de acções de sensibilização e de formação dirigidos a políticos, dirigentes e funcionários da Autarquia, mas também a entidades externas como a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, as IPSS e outras entidades sem fins lucrativos e os estabelecimentos de ensino da área do Município.
No ano de 2012 foram concretizadas as seguintes Acções do Projecto:

Acção: Formação em igualdade de género para os CLI e elementos dos Grupos de Trabalho
Objectivos: Promover uma formação adequada em Igualdade de Género para os CLI nomeados e elementos dos Grupos de Trabalho responsáveis pela execução do Plano de Igualdade de Género, com a duração de 18h. As 6h de tema opcional versaram sobre Boas Práticas na Igualdade de Género e sobre Violência de Género.
Data de Execução: 21/03, 22/03 e 30/04/2012
N.º de Participantes: 12 formandos (8 funcionários da Câmara e 4 de outras entidades)

Acção: Diagnóstico da Realidade em termos de Igualdade de Género
Objectivos: Concepção de campanhas de sensibilização destinadas aos políticos, funcionários(as), dirigentes e chefias, com o objectivo de promover um processo informativo onde se perceba o grau ou nível de informação destes sobre esta temática. Análise dos seus resultados, com vista à definição dos conteúdos das campanhas a realizar.
Data de Execução: terminado a 28/12/2012

Acção: Formação em Igualdade de Género para funcionários que fazem atendimento ao público
Objectivos: Promover uma formação adequada em Igualdade de Género para os funcionários do Município que prestam serviço de atendimento ao público, com a duração de 18h. As 6h de tema opcional devem versar sobre regras de atendimento ao público de forma não discriminatória e a carta ética da administração pública.

Data de Execução: 18/04 a 20/04/2012 e 23/04 a 26/04/2012
N.º de Participantes: 28 formandos (26 funcionários e 2 CEI)

Acção: Formação em Igualdade de Género para Profissionais da CPCJ
Objectivos: Esta acção pretende sensibilizar, capacitar e promover o desenvolvimento das capacidades dos profissionais da área da acção social - Técnicos de Serviço Social, Psicólogos, Sociólogos, Educadores Sociais e outros profissionais que desempenham funções em ONG, IPSS e Associações sem fins lucrativos, com vista à incorporação da perspectiva de género nos seus locais de trabalho com a duração de 18h. As 6h de tema opcional versaram sobre formas de violência, nomeadamente violência na infância.
Data de Execução: 26/11, 28/11 e 30/11/2012
N.º de Participantes: 16 participantes (entidades externas)

Acção: Formação em Igualdade de Género para Profissionais da área da Acção Social
Objectivos: Esta acção pretende sensibilizar, capacitar e promover o desenvolvimento das capacidades dos profissionais da área da acção social - Técnicos de Serviço Social, Psicólogos, Sociólogos, Educadores Sociais e outros profissionais que desempenham funções em ONG, IPSS e Associações sem fins lucrativos, com vista à incorporação da perspectiva de género nos seus locais de trabalho com a duração de 18h. As 6h de tema opcional versaram sobre formas de violência, nomeadamente violência doméstica e violência no idoso.
Data de Execução: 19/11 a 21/11/2012 e 10/12 a 12/12/2012
N.º de participantes: 29 participantes (entidades externas)

Acção: Formação em Igualdade de Género para Profissionais da área da Educação
Objetivos: Esta acção pretende sensibilizar, capacitar e promover o desenvolvimento das capacidades dos profissionais da área da educação - Educadores de Infância, Professores e outros profissionais que desempenham funções nos estabelecimentos de Ensino da área Município, com vista à incorporação da perspectiva de género no projecto pedagógico do seu Estabelecimento de ensino com a duração de 18h. As 6h de tema opcional devem versar sobre a Violência Escolar.
Datas de Execução: de 10/11 a 28/11/2012 - Professores e Educadores (em Regime Pós-Laboral e aos sábados).
N.º de Participantes: 37 participantes (entidades externas)

Acção: Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade
Objectivos: O Fórum será constituído por todas as entidades locais que desenvolvem acções / actividades na área da Igualdade de Género, da Violência Doméstica e do tráfico de Seres Humanos. Tem como objectivo dar continuidade a este Projecto e a outros que entretanto se iniciem, após o seu terminus, fomentando o trabalho em rede na área do Município.

Programa Municipal Figueira Solidária

Com a actual situação de crise socioeconómica, pela qual o país atravessa, torna-se impreterível a criação de respostas a nível social que reforcem e complementem as já existentes. Foi neste contexto que, durante o ano de 2012, surgiu a **urgência da criação e implementação do Programa Municipal Figueira Solidária**, o qual deverá integrar e articular diversas respostas de acção social que se revelem necessárias, adequadas e exequíveis.

Por outro lado, encontramo-nos actualmente numa fase de desenvolvimento de esforços para a actualização dos **instrumentos de planeamento do Conselho Local de Acção Social (CLAS) da Figueira da Foz**, os quais deverão ser actualizados concomitantemente com a elaboração do **Perfil de Saúde** e com o **Plano Municipal de Igualdade.**

É neste contexto que, paralelamente à recolha de dados documentais, demográficos e censitários procurou-se adoptar metodologias participativas com o objectivo de identificar problemas, interpretá-los e estabelecer prioridades de actuação no Município procurando, de igual forma, explorar qual o contributo que a Autarquia, através do Programa Municipal Figueira Solidária, pode dar para a resolução/minimização dos problemas identificados.

Entre Maio e Setembro de 2012, foram realizadas uma série de reuniões **com as Comissões Sociais de Freguesia** já criadas e nos locais onde a Comissão não se encontra ainda constituída foram marcadas reuniões com Presidentes de Junta e Técnicos de Acção Social das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS´s) aí implantadas para sensibilização.

Quadro síntese das reuniões realizadas no ano de 2012

Comissão Social de Freguesia/Área Geográfica	Dia da Reunião
S. Julião da Figueira da Foz	28-05-2012
Marinha das Ondas	31-05-2012
Paião	31-05-2012
Alqueidão	04-06-2012
Lavos	05-06-2012
S. Pedro	30-05-2012
Brenha	06-06-2012
Buarcos	12-06-2012
Quiaios	13-06-2012
J.F.Borda do Campo e Conselho Moradores da Borda do Campo	15-06-2012
Zona Norte (Juntas de Freguesia e IPSS´s das seguintes freguesias: Alhadas, Bom Sucesso, Ferreira-a-Nova, Maiorca, Moinhos da Gândara e Santana)	02-07-2012
Vila Verde	05-07-2012
Tavarede	19-09-2012

Foi também criado um **Banco de Recursos** sendo este complemento à intervenção social da autarquia na procura de respostas para as situações de precariedade social, promovendo a criação de uma resposta integrada para a comunidade mais vulnerável do ponto de vista económico e/ou social, procurando atenuar as dificuldades e colmatar as necessidades mais imediatas dos agregados familiares, através da distribuição gratuita de bens, nomeadamente mobiliário e eletrodomésticos. Tem como objectivos promover e contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias em situação de maior vulnerabilidade, potenciar o envolvimento da sociedade civil, empresas e instituições, criando um espaço no Município com regras e critérios de atribuição dos bens doados pela sociedade civil.

No ano de 2012, ao nível do Banco de recursos foram apoiadas com a cedência de mobiliário e eletrodomésticos, 9 famílias, sendo 3 residentes na Freguesia de Brenha, 3 residentes na freguesia de Tavarede, 1 Residente na Freguesia de Buarcos, 1 residente na Freguesia de S. Pedro e 1 residente na Freguesia de S. Julião.

Visitas Domiciliárias, Atendimento Social e Acompanhamento Social

A intervenção directa no apoio a munícipes surge em complementaridade das respostas sociais existentes no Município, que integram a Rede Social da Figueira da Foz, surgindo normalmente na sequência de sinalizações pontuais efectuadas por outras instituições/serviços, por munícipes ou ainda na sequência de pedidos de ajuda dos próprios.
Em 2012 realizaram-se 26 visitas domiciliárias seguidas de elaboração de relatório social e de 25 atendimentos sociais, sobretudo a munícipes residentes nas Freguesias de S.Julião, Vila Verde e S. Pedro (16%), seguindo-se a Freguesia de Tavarede (14%).

No âmbito da tipologia das situações, no ano de 2012, os atendimentos/visitas domiciliárias estiveram ligados a problemas habitacionais, insuficiência económica, isolamento social, problemas de saúde, insalubridade, doença crónica, sendo da competência deste serviço proceder à sinalização e posterior encaminhamento para as várias entidades, serviços ou programas existentes no Município procurando, desta forma, contribuir para a resolução ou minimização das várias problemáticas identificadas, numa lógica de complementaridade.

Outros Apoios concedidos

Protocolo com a APPACDM da Figueira da Foz

A APPACDM da Figueira da Foz é uma entidade sem fins lucrativos que presta apoio à população portadora de deficiência que reside na área do Município. Nos seus diversos Centros de Actividades Ocupacionais encontram-se diariamente vários jovens com mais de 15 anos e adultos que aí desenvolvem actividades lúdico-pedagógicas e terapêuticas adaptadas às suas necessidades e capacidades.

No Ano Lectivo de 2011/12, sabendo que a realização destas actividades é de grande importância para o bem estar bio-psico-social dos utentes da Instituição, todos portadores de deficiência, foi celebrado um Protocolo com a APPACDM da Figueira da Foz autorizando a utilização de espaços nas Piscinas Municipais para actividades aquáticas até um máximo de 8 horas por semana; ceder transporte em minibus / autocarro municipal, para deslocações a sessões de hipoterapia, uma vez por semana e a conceder apoio financeiro à APPACDM para comparticipar nas despesas inerentes à contratação de técnicos para o desenvolvimento de terapias adequadas às necessidades dos seus utentes.

Isto implicou um apoio logístico estimado de 8.098,30 € e um apoio financeiro 2280,00 € no Ano Letivo de 2011/12.

Por sua vez a APPACDM da Figueira da Foz comprometeu-se a integrar os alunos das Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do espectro do Autismo - UEEEAPEA e das Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Multideficiência - UEEEAM, cujos encarregados de educação o solicitem, em Actividades de Tempos Livres, de segunda a sexta-feira, após o horário escolar e/ ou em actividades de tempo livres durante os períodos de férias escolares.

Cartão Figueira Sénior

O Cartão Figueira Sénior foi lançado pela Autarquia em 2000, em 31 de Dezembro de 2012, contava com 2293 cartões emitidos e tem como objectivos permitir aos seus portadores condições mais favoráveis na aquisição de bens e serviços na área do Município e o acesso privilegiado e / ou preferencial a actividades da Autarquia para a população sénior, sendo necessário para aderir ao mesmo ter 65 ou mais anos de idade e residir na área do Município.
Este Cartão encontra-se em fase de reformulação tanto ao nível da imagem, como ao nível dos benefícios concedidos, sendo intenção da Autarquia angariar mais e melhores descontos para os seus portadores ao nível de empresas e comércio.

Ao nível dos serviços prestados pela própria Autarquia, com a entrada em vigor do Novo Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças, os seus portadores já podem beneficiar de mais descontos em mais serviços, bem como de isenção em algumas actividades, no caso de terem rendimentos inferiores ao valor do indexante de apoios sociais.

Apoio ao Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC)

O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é uma acção anualmente promovida pela Comissão Europeia e que adopta um plano de atribuição de recursos aos Estados-Membros, para o fornecimento e distribuição de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da União Europeia

A Comissão Europeia através do Regulamento (CEE) n.º 3149/92, de 29 de Outubro, estabeleceu as normas de execução para o fornecimento de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais carenciadas da Comunidade.

No ano de 2012 foram distribuídos géneros alimentícios por 19 entidades mediadoras, tendo sido abrangidas 2101 pessoas.

A Câmara Municipal da Figueira da Foz prestou apoio às instituições locais mediadoras do PCAAC, nas 3 fases que integraram o Programa, através da cedência de viatura própria com motorista, para recolha de géneros alimentícios do local de armazenamento dos mesmos para as instituições, para posterior distribuição pelas famílias mais carenciadas, nomeadamente:
- Associação Goltz de Carvalho;
- Centro Social Bem-Querer de Brenha;
- Centro Social Cova-Gala;
- Conferência da Imaculada Conceição e S. José;
- Associação de Solidariedade Social Viver em Alegria;
- Casa do Povo de Quiaios.

No dia 9/07/2012 (1ª fase), o transporte foi assegurado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, do Pavilhão da ACIC – Relvinha – Coimbra para o Município da Figueira da Foz, às seguintes entidades mediadoras: Centro Social Bem-Querer de Brenha, Centro Social Cova-Gala, Conferência da Imaculada Conceição e S. José, Associação de Solidariedade Social Viver em Alegria e Casa do Povo de Quiaios.

No dia 2/10/2012 (2ª fase) a distribuição dos géneros alimentares, ocorreu nas instalações do Centro Social e Paroquial de Ferreira-a-Nova, tendo sido garantido o transporte pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, às entidades mediadoras que solicitaram este apoio designadamente Associação de Solidariedade Viver em Alegria e Conferência da Imaculada Conceição e S. José. Foi, ainda, solicitado pelo Serviço Local da Segurança Social da Figueira da Foz pessoal para efetuar a distribuição de produtos alimentares.

Nos dias 11/12/12 e 12/12/12, o transporte foi assegurado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz, do Centro Social e Paroquial de Ferreira-a-Nova para as entidades que solicitaram esta colaboração, nomeadamente Casa Nossa Senhora do Rosário, Associação de Solidariedade Viver em Alegria. Nesta fase foi ainda cedido pessoal pela Câmara Municipal da Figueira da Foz ao Centro Local da Segurança Social da Figueira da Foz, para efectuar a separação de produtos alimentares no Centro Social de Ferreira-a-Nova.

Tarifários Especiais da Água – Tarifário Social e Tarifário Famílias Numerosas

No ano de 2012, no Município da Figueira da Foz, deu-se início a um conjunto de medidas sociais que permitirão aliviar o orçamento familiar aos mais carenciados e às famílias numerosas, através do ajustamento dos benefícios decorrentes da Renovação do Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e as Águas da Figueira, S.A., para a concessão dos Tarifários Especiais a famílias numerosas e as famílias carenciadas residentes no Município.

Deste modo, o Regulamento do Serviço de Distribuição e Abastecimento de Água, Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes do Concelho da Figueira da Foz, no seu artigo 101º (Tarifários Especiais), estipula na al.1 que "…podem beneficiar de tarifários especiais os utilizadores domésticos, residentes, de menor rendimento ou necessidades especiais, denominado tarifário social, e os utilizadores famílias numerosas, denominado tarifário para famílias numerosas.

No art. 6º, al.23 e al.24 do mesmo Regulamento, definem-se como " «Famílias Carenciadas (tarifário social)»: famílias cujo agregado familiar se encontre no 1º escalão das tabelas de IRS (rendimento de referência <=0,5 do indexante de apoios sociais) " e «Famílias Numerosas (tarifário de famílias numerosas)»: famílias cujo agregado familiar seja composto por 3 ou mais filhos dependentes".

Conforme refere o Regulamento, caso pretendam usufruir dos benefícios previstos, as famílias Carenciadas e as Famílias Numerosas, deverão apresentar requerimento, e documentos necessários comprovativos da qualidade que invocam, no Gabinete de Atendimento ao Munícipe da Câmara Municipal. As famílias carenciadas residentes no Concelho da Figueira da Foz, beneficiarão de isenção das tarifas de disponibilidade e do alargamento do 1º escalão até ao consumo de $15m^{3,}$ conforme tarifário em vigor e as famílias numerosas, beneficiarão do alargamento de escalões em função da dimensão do agregado familiar (beneficiam de mais $3m^3$ por escalão, por cada descendente além do 2º filho) e da taxação diferenciada do consumo da água, conforme tarifário em vigor.

Não serão concedidos benefícios cumulativos. Caso se verifique a existência de situações em que simultaneamente sejam cumpridos os requisitos de Família Carenciada e Família Numerosa, prevalece o benefício para Família Carenciada.

Estes benefícios são concedidos anualmente, devendo para isso, os beneficiários fazer prova anual da manutenção das referidas condições à Câmara Municipal.

No mês de Outubro procedeu-se à divulgação do Tarifário Especial pelo Município, tendo dado início a 2 de Novembro de 2012.

Deste modo compete ao DMAS/DEASS a análise e emissão de parecer técnico relativo aos requerimentos para obtenção do Tarifário Especial da Água, tendo sido recepcionados, por estes serviços, um total de 215 requerimentos até ao final do ano de 2012.

Rendimento Social de Inserção

Os Núcleos Locais de Inserção (NLI), são órgãos locais a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), conforme o instituído na Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, e no disposto no artigo 77º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de Fevereiro.

O NLI da Figueira da Foz tem como missão promover e acompanhar percursos de inserção dos beneficiários de RSI, como forma de combate à pobreza e à exclusão social, visando o aumento das suas competências pessoais, sociais, educativas e profissionais, sendo composto pelas seguintes entidades: ISS, IP - Centro Distrital de Coimbra-Figueira da Foz; IEFP,IP – Centro de Emprego da Figueira da Foz; DREC-Figueira da Foz; ARS- Agrupamento dos Centros de Saúde Baixo Mondego; Câmara Municipal da Figueira da Foz, Associação Fernão Mendes Pinto; IDT-CRI – Equipa de Tratamento da Figueira da Foz; Junta de Freguesia de S. Julião; ACIFF; Cruz Vermelha Portuguesa. São funções de cada entidade colaborar com os restantes membros na execução dos objetivos propostos, disponibilizar recursos na medida das suas disponibilidades para participar e auxiliar o trabalho desenvolvido pelo NLI, preparar e disponibilizar elementos e informações, juntando propostas tidas por adequadas. Deste modo, a representação da Câmara Municipal da Figueira da Foz no NLI visa assegurar o cumprimento dos programas de inserção na área da Habitação. Neste sentido, são estabelecidos contactos regulares com as Técnicas de Serviço Social da Empresa Municipal Figueira Domus com o objectivo de auscultar em que situações se encontram os arrendatários residentes nos Bairros Sociais, beneficiários do RSI, relativamente ao pagamento das rendas.

A Câmara Municipal participou em 22 reuniões. Ao nível das condições habitacionais dos beneficiários, no ano de 2012, 89 % dos utentes beneficiários de RSI, têm situações habitacionais regularizadas, isto é, estão em situação de não dívida perante a Figueira Domus, EM, tendo sido atribuído fogos pela Empresa Municipal Figueira Domus a 22% dos utentes beneficiários de RSI, mais de 12% do estipulado.

No ano de 2012, foram solicitadas pelos parceiros do NLI, 110 informações relativas a estes agregados.

Rede de Cooperação Interinstitucional da Figueira da Foz

A Rede de Cooperação Interinstitucional da Figueira da Foz foi criada em 2000, com o objectivo promover a reflexão sobre a realidade social local, fomentando a igualdade de

oportunidades, numa perspetiva ecológica de intervenção social, no sentido de se conjugarem esforços para apoiar os mais carenciados e/ou excluídos socialmente.

A Câmara Municipal da Figueira da Foz é, desde a sua criação, uma das entidades parceiras desta Rede, da qual fazem parte instituições como a Casa N. Sr.ª do Rosário (que preside), o Centro Social da Cova e Gala, o Centro Social de S. Martinho, o Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE, o Centro de Saúde da Figueira da Foz, a equipa local do Instituto de Reinserção Social, a Escola Secundária com 3º CEB Dr. Joaquim de Carvalho, a Junta de Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz, a Delegação Figueirense da Cruz Vermelha Portuguesa e o Agrupamento de Escolas de Buarcos.

A referida rede tem por objectivos:
Promover a reflexão partilhada da realidade social local, fomentando o encontrar de soluções integradas e conjuntas;
Promover a igualdade de oportunidades, apoiando a comunidade local e em especial as famílias (enquanto núcleos fundamentais da nossa estrutura social), sustentada por uma metodologia preventiva, interventora e integradora;
Privilegiar uma perspetiva ecológica de intervenção social, apoiando os mais carenciados e/ou excluídos socialmente, de forma a promover o desenvolvimento integral da pessoa, o bem-estar e a qualidade de vida de todos.

A actividade que marcou o ano de 2012, foi a abertura das candidaturas (23 de Fevereiro a 14 de Março) para o cultivo de uma horta no âmbito da criação de hortas biológicas urbanas e comunitárias na zona urbana do Município, em parceria com a Câmara Municipal, a qual se apresentará como Entidade Coordenadora.

Parceria no âmbito do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental da Associação Viver em Alegria

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), da Associação Viver em Alegria, visa uma intervenção preventiva no apoio a crianças e jovens (até aos 17 anos) e suas famílias em situação de crise e risco social, desenvolvendo estratégias de intervenção no contexto familiar assentes numa perspectiva sistémica.

Tem como objectivo intervir em contexto familiar, apoiando e orientando as famílias no sentido de se organizarem como tal e evitando a institucionalização das crianças e jovens e consequente afastamento das suas famílias de origem, nomeadamente proporcionando às famílias um espaço de orientação, apoio e aconselhamento às famílias com crianças e jovens em situação de risco.
O CAFAP encontra-se em funcionamento desde Janeiro de 2011, ainda que ainda não se encontre financiado pelo Instituto da Segurança Social I.P.

A nossa Autarquia assinou intenção de parceria neste âmbito, em Janeiro de 2011.

No âmbito desta parceria é competência do Município sinalizar / encaminhar situações que se enquadrem no âmbito da intervenção do CAFAP; afectar aos Projectos um Técnico interlocutor que faz a articulação com os Técnicos do Projecto, o seu acompanhamento e avaliação, participando igualmente nas reuniões de parceiros; disponibilizar viatura para a realização de visitas domiciliárias.
Em 2012 foi disponibilizada uma viatura afecta à Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, com motorista, uma manhã por mês, para a realização de visitas domiciliárias pela Equipa técnica do projecto, o que implicou a realização de 624 Km e um custo de 187,20 € (considerando 0,30€ por Km).

Protocolo de Cedência de Instalações à Associação CASA
O Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA), é uma associação sem fins lucrativos, constituída por escritura pública a 19 de Julho de 2002, inscrita na Direcção Geral de Segurança Social como Instituição de Solidariedade Social (IPSS) e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

A Instituição tem como objectivo levar a cabo acções que visem ajudar as pessoas sem abrigo e/ ou social e economicamente desfavorecidas, através de apoio médico, psicológico, alimentar, vestuário e artigos de higiene.

A nível nacional distribuem diariamente mais de 2000 refeições quentes pré-embaladas, através de equipas de voluntários que se deslocam aos locais onde os sem abrigo se encontram.
Na Figueira da Foz foi constituído um Grupo de Voluntários, que conta actualmente com mais de 20 pessoas e que, desde Novembro de 2011, distribui uma refeição quente e alguns alimentos não perecíveis a todos os que se dirigem para o efeito, às terças e quintas-feiras, por volta das 20h00, ao ponto de encontro na Rua Dr. Francisco António Diniz (por trás do Mercado Municipal).

Embora o Grupo não tenha qualquer registo dos seus utentes, estima-se que, por noite, distribui uma média de 20 refeições.

Como a CASA tem um protocolo a nível nacional com os Supermercados “Pingo Doce”, veio o Grupo local desta Instituição solicitar à Autarquia a cedência de um espaço para armazenamento de bens alimentares, uma vez que só dispondo de um espaço para o efeito poderão receber alimentos oferecidos pelos dois supermercados locais desta cadeia.
Foi então assinado Protocolo com este objectivo – reuniões do Grupo de Voluntários e Armazenamento de Bens Alimentares e Outros - entre o Município e a Associação, em 23 de

Abril de 2012, com vista à cedência de parte das instalações sitas na Rua dos Bombeiros Voluntários (antiga PSP/CVP).

Parceria no âmbito da Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

A Rede Interinstitucional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica da Figueira da Foz (RIAVVD) iniciou a sua intervenção em Junho de 2004, com 8 entidades parceiras.
No dia 7 de Dezembro de 2011 foi assinado o II Protocolo desta Rede, com 10 entidades parceiras, entre as quais a Câmara Municipal.
A Rede desenvolve a sua intervenção em todo o Município, directamente com pessoas envolvidas em situações de violência doméstica; presta apoio as vítimas mas também, sempre que possível, aos agressores e às suas famílias; promove acções de sensibilização e de informação sobre a temática, prevenindo potenciais situações deste tipo e divulgando o trabalho da Rede.
Desde a sua criação, a RIAVVD já acompanhou 170 processos, sendo que em 96% dos casos as vítimas de violência doméstica são do sexo feminino. Em 95% dos casos o agressor é o marido/companheiro e nos restantes 5% o filho, o pai, o genro e/ou a madrasta. Em 85% dos casos a situação de violência ocorre na própria residência da vítima.

A RIAVVD dispõe de uma Equipa Técnica constituída por Técnicos de Serviço Social e Psicólogos das entidades parceiras que, com o apoio e supervisão do Serviço de Violência Familiar do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra, acompanham estas situações.

Deslocações ao Banco Alimentar contra a Fome (Coimbra)

O Banco Alimentar contra a Fome é uma instituição não governamental que abastece com alimentos instituições caritativas e humanitárias de todo o país.

Recebe toda a qualidade de géneros alimentares por parte de empresas - em muitos casos excedentes de produção da indústria agroalimentar, excedentes agrícolas e da grande distribuição e ainda produtos de intervenção da União Europeia. A estas ofertas acrescentam-se os produtos oferecidos por particulares nas campanhas de recolha efetuadas nas superfícies comerciais.

A Câmara Municipal da Figueira da Foz presta apoio a instituições locais parceiras do Banco Alimentar, que não dispõem de transporte próprio para o efeito, na cedência de viatura própria com motorista, para recolha de géneros alimentícios do Banco para as instituições, para posterior distribuição pelas famílias mais carenciadas do Município. As Instituições parceiras do

Banco Alimentar vão, mensalmente, buscar géneros alimentares ao Banco Alimentar de Coimbra, em Cernache, para posterior distribuição gratuita aos seus utentes.

O Município tem vindo a apoiar esta situação, mensalmente, através da cedência de viatura adequada com motorista, para recolha de alimentos a distribuir junto dos utentes de Instituições locais

A Associação Viver em Alegria conta com este apoio em transporte desde 2007, a Conferência Vicentina da Imaculada Conceição e S. José desde 2008 e a Associação Novo Olhar desde 2010.

No ano de 2012, o transporte foi concedido, a estas instituições mensalmente, excepto no mês de Agosto, tendo sido realizadas 11 deslocações. Este apoio é articulado entre a Divisão de educação, acção social e saúde e o Departamento Municipal de Projectos, Obras e Serviços Municipais

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros Investimentos				
- Carta Social	34.212	16.800	0	49%
- Apoios financeiros a Instituições				
. IPSS (TV)	15.000	0	15.000	100%
TOTAL	**49.212**	**16.800**	**15.000**	**65%**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Programa Igualdade de Género - Projeto Caminhos da Igualdade	15.803
- Apoios Financeiros a Instituições no âmbito de Protocolos/Contratos-Programa (TV)	16.555
TOTAL	**32.358**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Segurança e Ação Social 2012	**15.000**	**32.358**	**47.358**

2.4 | HABITAÇÃO E SERVIÇOS SOCIAIS

2.4.1 | HABITAÇÃO

No âmbito do *Protocolo de Acordo* aprovado pela Câmara Municipal em Setembro de 2000, foram transferidas para a *Figueira DOMUS – EM*, competências em matéria de habitação, designadamente a gestão do parque edificado, composto por 567 fogos, gestão social dos bairros e construção de habitação social**.**, tendo como objectivo a promoção da melhoria do bem-estar da população residente.

No âmbito da Gestão Social, destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, a implementação dos vários projectos de intervenção social, nos diversos bairros sociais. Estes projectos contemplaram diversas acções, visando, globalmente, atingir os seguintes objectivos:
Autonomia;
Socialização;
Promoção de relações de vizinhança;
Promoção de competências das famílias;
Prevenção de comportamentos de risco;
Promoção de hábitos de vida saudáveis.
Com o intuito de promover uma maior ligação entre arrendatários e a empresa, bem como de incentivar relações de boa vizinhança, realizaram-se, à semelhança dos últimos anos, algumas acções de carácter social, enquadradas nos Projectos de Intervenção Social dinamizados pelas Técnicas de Serviço Social da Figueira Domus.

Em 2012, procedeu-se à abertura de 61 Processos de Pedido de Alojamento Relativamente ao ano de 2011 constatou-se um pequeno decréscimo de abertura de processos de pedido de habitação de 0,3%. No final de 2012 a lista de espera para atribuição de fogo municipal era de 408 munícipes.

Dada a existência de arrendatários devedores as técnicas do Serviço de Acção Social e Intervenção Local efectuaram contactos permanentes a arrendatários com rendas em atraso, no sentido de os sensibilizar para o cumprimento do pagamento das mesmas, nos prazos legais e para as consequências inerentes ao incumprimento. Foram efectuados 113 acordos de pagamento. Relativamente ao ano de 2011 constatou-se um aumento de acordos efectuados de 182,5%.

Dada a existência de vários fogos devolutos, foram realizadas 42 atribuições em vários empreendimentos do parque habitacional sob gestão desta Empresa Municipal
Com o intuito de adequar a dimensão do agregado familiar à tipologia do fogo, foram efectuadas 11 permutas nos diversos bairros. As permutas realizadas obedeceram a cuidadoso

estudo prévio, na ocupação provisória de fogos, já que foi necessário ter em consideração, relativamente às famílias a realojar, factores importantes como, meios de transporte, suporte familiar, entre outros.

O cumprimento dos objectivos da empresa, na elaboração de orientações estratégicas no âmbito da gestão social, da organização e orientação dos processos de atribuição de fogos, incluindo a preparação das famílias que vão residir para as novas casas, a realização da gestão social dos bairros e fogos municipais, foram os principais objectivos prosseguidos pela empresa em 2012.

Para dar resposta às problemáticas sociais, há a salientar a realização de um protocolo com a Associação Novo Olhar, tendo como finalidade a cedência àquela instituição, de um fogo municipal, de tipologia T4, no empreendimento da Gala Sidney, freguesia de S. Pedro, destinado à inserção de munícipes em situação de sem abrigo e, como tal, em carência extrema não só a nível habitacional como também a nível socioeconómico.

Foi efectuado ainda um protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa, no seguimento de um projecto desta instituição que visa dar resposta a situações de vítimas de violência doméstica, tendo sido disponibilizado pela Figueira Domus um fogo municipal, tipologia T4, sito no empreendimento da Quinta do Paço, freguesia de Tavarede.

Destaca-se ainda a continuação da implementação da estratégia de venda do património da empresa e da Câmara Municipal, com vista à diminuição do Passivo da Empresa.

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Encargos decorrentes da reestruturação do Setor Público Empres. Local	349.000
- Apoio à Figueira DOMUS - Empresa Municipal de Gestão de Habitação, EM	1.324.018
TOTAL	**1.673.018**

2.4.2 | ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Considerando o território como recurso de base e um bem colectivo, facilmente se percebe a necessidade de regulação que lhe está associado. È a essa regulação que chamamos o **Ordenamento.**

O problema da delapidação dos recursos que resulta do excesso de actividades, a desarticulação entre localizações residências e locais de emprego e a própria descoordenação e incapacidade administrativa dos organismos reguladores, são factores desequilibrantes.

Estes são os principais conflitos entre a manutenção de um modelo territorialmente equilibrado e o crescimento demográfico e económico. Foi com base nestas preocupações que o executivo desenvolveu ao longo destes três anos, processos de construção de um modelo coerente para o Concelho. Coerente no sentido em que se deve ter em conta os dados prospectivos de ocupação do território e o conhecimento da vontade das populações, bem como a consciencialização e sensibilização de todos. Este tem sido um processo colectivo e partilhado entre o executivo e toda a população do Concelho e citando *Dwight David Eisenhower "Os planos não são nada; o que conta é a planificação."*

Destacamos de seguida algumas das acções que iniciadas em 2009, tiveram continuidade ao longo destes três anos.

Revisão do PDM

A entrada em vigor da revisão do regime jurídico de gestão dos instrumentos territoriais obrigou a uma reformulação dos estudos e trabalhos já executados. Recolha e articulação dos vários relatórios sectoriais e preparação da informação de base a integrar no processo de revisão do PDM, em articulação com entidades externas, com os Serviços Municipais e com a Equipa da UC / CEGOT.

Conferência "O Contributo dos Estudos Topoclimáticos para o Ordenamento do Território da Figueira da Foz"

Colaboração na organização da conferência **na Conferência "O contributo dos estudos topoclimáticos para o ordenamento do território da Figueira da Foz", realizada no** dia 12 de abril, no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz**,** inserida no âmbito dos trabalhos de investigação associados ao processo de Revisão do "Plano Director Municipal da Figueira da Foz", nomeadamente, o seu "Atlas Ambiental Urbano", mas também das actividades relacionadas com o "Projeto Educativo Local".

Revisão do PU da Figueira da Foz

Avaliação da proposta de revisão do PU concluído em 2009, procedendo a uma análise comparativa com o PU em vigor, elaborou-se um relatório detalhado para uma futura decisão do Executivo e consequente tramitação mas com subordinação à revisão do PDM.

Aquisição de Cartografia

Escala 1/2000:

Foi concluída a execução de cartografia à escala 1/2000 para as áreas do concelho com Planos de Urbanização em vigor. Estando já em fase de homologação pelo ICP.

Escala 1/10.000:

Procedeu-se à abertura de novo concurso público, tendo sido adjudicada a elaboração da cartografia à escala 1/10.000 para a restante área do concelho não abrangida pela escala ½.000. Tendo ainda sido realizado um procedimento de aquisição de serviços para a fiscalização, obrigatória por Lei, dos trabalhos de elaboração desta cartografia. Em 2012 deu-se continuidade a este processo fazendo o acompanhamento do processo de elaboração de cartografia às escalas 1:2 000 e 1:10 000 para o Concelho, com participação nas reuniões de trabalho realizadas, nomeadamente com o IGP, e preparação de elementos para articulação do trabalho com as Empresas contratadas para a prestação de serviços.

Plano Regional Ordenamento Território Centro (PROTC)

O município da Figueira da Foz, enquanto membro da CMC (comissão mista de concertação) do PROT, continuou a acompanhar os trabalhos liderados pela CCDRC. O Município tem participado nas reuniões intermunicipais de concertação para aprovação de uma proposta final. A posição do Município foi apresentada em reunião de Câmara.

Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC)

Deu-se continuidade ao processo de revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar_ Marinha Grande, com a participação nas reuniões intermunicipais preparatórias ao lançamento do processo e posterior participação na respectiva Comissão de Acompanhamento em representação do Município, com elaboração dos necessários pareceres técnicos;

Plano de Pormenor da Costa de Lavos

Avaliação dos estudos realizados de Ordenamento do Território para a elaboração do Plano de Pormenor da Costa de Lavos, tendo em vista uma eficaz articulação com o processo de revisão do PDM e do POOC OMG. Conclusão dos trabalhos desenvolvidos de transposição da informação recolhida em trabalho de campo para a base cartográfica em vector e ligação à respectiva base de dados especificamente desenvolvida.

Elaboração do POM 2012

O GTF elaborado anualmente pelo Gabinete Técnico Florestal o Plano Operacional Municipal (POM) de 2012 foi aprovado em reunião da Comissão da Defesa das Florestas contra Incêndios em 5 de Abril de 2012.

Revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

A sua elaboração e posterior actualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) foi desenvolvida pelo Gabinete Técnico Florestal, sendo que em 2012 se iniciaram os trabalhos para a actualização/revisão do este Plano.

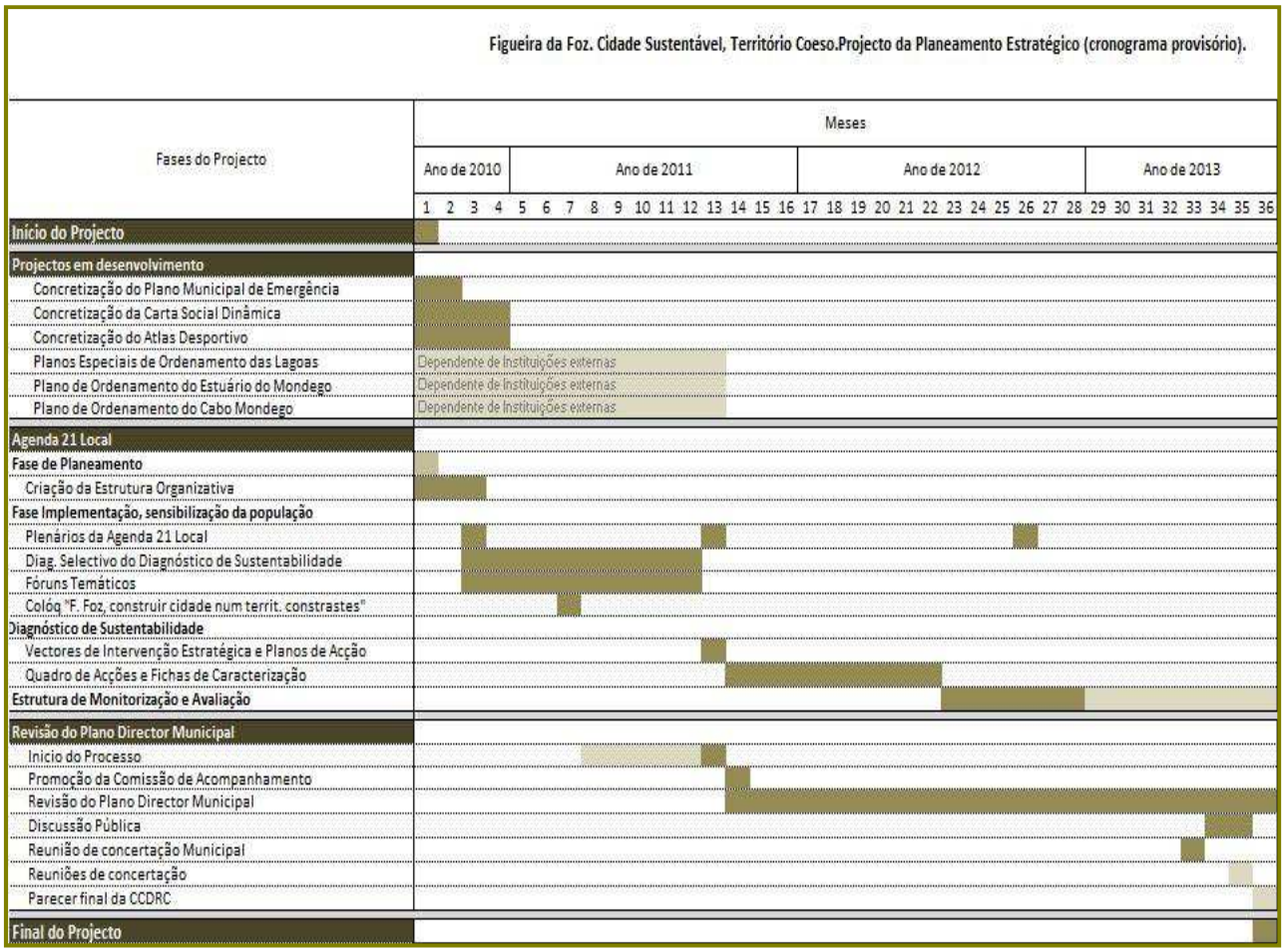
Agenda 21 Local, Plano Estratégico E P.D.M.

Continuou o desenvolvimento de trabalhos visando enquadrar o planeamento numa perspectiva global. Assim e em colaboração com a Equipa da UC / CEGOT participou-se em reuniões e disponibilizou-se de dados do Concelho, para a preparação do programa preliminar do Plano Estratégico.

Com o serviço SIG foi ainda realizada a análise técnica de toda a informação geográfica e alfanumérica de suporte à revisão do PDM, bem como acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela equipa CEGOT da Universidade Coimbra e validação topológica dos ficheiros.

No que respeita à Agenda 21 Local dado continuidade ao processo realizando-se várias reuniões tendo em vista colher elementos para o processo de revisão do Plano Director Municipal; realizando reuniões em todas as Juntas de Freguesia com as populações locais.

Procedeu-se ainda à recolha e articulação dos vários relatórios sectoriais para posterior preparação da informação de base a integrar no processo de revisão do PDM, em articulação com Entidades externas, com os Serviços Municipais e com a Equipa da UC / CEGOT;



Outros Trabalhos Desenvolvidos em Planos de Ordenamento

- Procedimento de alteração do PP do Vale de Sampaio
- Procedimento de alteração do regulamento do PDM
- Procedimento de alteração do PDM para a Quinta da Charneca, freguesias de Lavos e Marinha das Ondas

Outros Trabalhos Desenvolvidos

A Revisão do Regulamento Municipal de Urbanismo

Foi apresentada em 2012 a **proposta de projecto do regulamento urbanístico**, exclusivamente elaborada pelos serviços do DMU sem recurso a qualquer prestação/consultadoria externa.

Foi também elaborado um Memorando sobre este novo projecto de Regulamento Urbanístico de forma a possibilitar a compreensão rigorosa da proposta do novo regulamento. Em 5 de Junho de de 2012 foram aprovados em reunião do executivo o memorando e a sua nota justificativa e submetido o projecto a período de apreciação pública para cumprimento do estabelecido no artigo 118º do CPA e nº 3 do artigo 3º do RJUE.

Terminado o período de apreciação pública do projecto e analisadas as sugestões recebidas no período de apreciação pública, foi elaborada a versão final para aprovação dos órgãos A sua aprovação final em Assembleia Municipal foi realizada em Setembro de 2012 e sua publicação integral encontra-se plasmada no Diário da República, 2ª série, de 28 de Novembro de 2012 tendo entrado em vigor em 18 de Dezembro 2012.
Este novo regulamento assume especial relevância na medida em que permite ultrapassar alguns obstáculos ao PDM em vigor.

Avaliação Geral de Imóveis

Em conformidade com o estabelecido na Lei 60ª/2012 de 30/11 que veio regulamentar a avaliação geral da propriedade urbana, participou no ano em análise na operação de avaliação geral de imóveis, com a cedência de plantas de arquitectura por via electrónica em papel ou ainda procedendo com a cooperação dos proprietários, na determinação das áreas previstas no artigo 40º do CIMI.

No âmbito desta tarefa e face às necessidades e ao prazo estabelecido para a conclusão do projecto, foram criadas duas equipes de trabalho. Foram fornecidos ao portal das Finanças 12.746 dados, georeferenciaram-se 1.830 processos, e procedeu-se à digitalização parcial do Arquivo.

Um os maiores óbices ao prosseguimento célere do trabalho, foi a organização física dos processos em Arquivo que não se encontravam organizados por número de polícia indexado ao artigo matricial, deparando-nos também ao longo do projecto e com falta de inserção de processos no próprio SPO, sendo certo que a georeferenciação também só começou a acontecer a partir de 2005. Assim, e considerando a necessidade impreterível da organização eficaz do Arquivo após a sua unificação já conseguida em 2011, de forma a obtermos um fio condutor que nos permita com rapidez saber a evolução urbanística dum determinado local, pensamos levar a cabo a sua organização no decurso do ano de 2013.

A Reabilitação Urbana | Levantamento dos Edifícios Degradados

Todos comungam que a preservação do património, pelo impacto e diversidade dos efeitos económicos que gera na revitalização, atractividade e sustentabilidade das comunidades e pela reanimação do tecido económico que provoca, é essencial no combate à crise.

Sendo certo que o paradigma da expansão urbana mudou uma nova fase terá que se iniciar - a era da reabilitação: segundo dados recolhidos na CIP, a reabilitação do edificado residencial representa em Portugal cerca de 6,5% da produção total do sector, contra cerca de 15% em Espanha e 33% na Alemanha, sendo a média europeia de 23%.

Todos os estudos apontam para a necessidade de promoção da integração no mercado de edifícios devolutos e degradados, bem como a dinamização do mercado de arrendamento, incentivando-se ainda a organização da oferta para criar escala visando a sua internacionalização e a criação de emprego com um elevado nível de especialização.

Sabemos que não têm sido implementadas as condições que permitam eliminar os constrangimentos económicos, legais, administrativos e jurídicos que têm impedido a reabilitação do edificado existente. Contudo, acreditamos que mesmo perante uma teia tão complexa de entraves, que muitos estudos, teses e projectos têm originado mas com resultados parcos de execução concreta, é possível, partindo dos pressupostos do sistema existente, criar um modelo de intervenção primária e célere que sirva propósitos directos e pragmáticos, susceptível de implementação num concelho com as características do nosso, quer urbanas quer rurais, e que dê razão a outros níveis de intervenção mais complexos.

Foi com base nestes pressupostos que como objectivos directos do projecto "Levantamento concelhio de edifícios degradados e primeira intervenção ao nível do dever de conservação" definimos:

- Implementar um modelo de intervenção célere e pragmático, susceptível de ser aplicado num município com a dimensão e as características do nosso (quer urbanas quer rurais);
- Reforçar o poder de autoridade dos municípios em acentuada decadência, umas vezes por inércia outras por inépcia, levando-os a exercer as prorrogativas que o sistema legal lhes confere e impõe;
- Fazer o diagnóstico do património edificado concelhio a necessitar de obras de conservação, criando-se uma base de dados que seja o ponto de partida para o trabalho a desenvolver nos próximos tempos em todos os domínios da reabilitação urbana;
- Introdução de benefícios a nível de taxas urbanísticas atinentes às obras de reabilitação urbana, no Regulamento Urbanístico – o que foi concretizado com o RU – , que constituam um impulso significativo;
- Iniciar-se o processo de reabilitação/regeneração urbana, ao nível do exercício do dever da conservação do património edificado, designadamente no centro urbano e núcleos rurais, promovendo um movimento de vivificação da comunidade através da sua regeneração pelos vários agentes envolvidos;
- Incentivar-se a economia local na medida em que os seus proprietários são estimulados a conservar os seus imóveis e a dinamizar o mercado do arrendamento, revitalizando-se os espaços até aqui desocupados e devolutos;
- Melhorar a qualidade urbanística das comunidades e a qualidade de vida das populações;

- Apresentar lista com os imóveis qualificados como degradados à Autoridade Tributária para efeitos de majoração do IMI em 30% nos termos do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis;
- Numa fase posterior, apontarem-se outros níveis de actuação, que passem pelo papel de intermediário do Município na procura de contributos externos para ajuda aos proprietários/usufrutuários que comprovadamente não tenham recursos financeiros suficientes para proceder às obras de conservação/demolição e pretendam afastar a majoração do IMI advinda da qualificação do seu imóvel como degradado, até ao delinear de níveis mais complexos de intervenção em áreas delimitadas que pela sua dimensão e estado de conjunto assim o justifiquem.

Metodologia adoptada:

- Levantamento concelhio dos edifícios degradados e seus propósitos:
- Definição do modelo de levantamento: uma equipa inicial do SMPC, a que se seguiu a chamada dos Serviços de Fiscalização;
- Implementação de regras de estímulo nos regulamentos municipais urbanísticos, já efetuado no âmbito do novo RU;
- Sinalização e georeferenciação;
- Base de dados em SIG e suas componentes;
- Formulários a utilizarem: fichas de sinalização, autos de vistoria, informação-tipo; notificações, etc;
- Vistorias e critérios técnicos de apreciação e de orçamentos;
- Notificações das ordens de execução de trabalhos de conservação e monitorização dos prazos;
- Verificação de cumprimentos/incumprimentos;
- Mecanismos de reacção aos incumprimentos verificados das ordens de execução de trabalhos de conservação.
- Efeitos fiscais e outros;
- Incumprimentos e encaminhamento para níveis posteriores de intervenção;
- Base de dados existente (incumprimentos) e apreciação de posteriores níveis de intervenção: candidatura a apoios externos; definição de áreas delimitadas de intervenção que pela sua dimensão e estado justifiquem uma abordagem mais complexa no domínio dos mecanismos de actuação da reabilitação urbana.

Tendo por base 255 fichas de sinalização já completas com todos os dados necessários, o DMU realizou um total de 224 vistorias e 176 notificações de ordens de execução de trabalhos de conservação e/ou demolição.

No final de 2012 haviam já sido confirmadas pelo Serviço de Fiscalização, 43 cumprimentos de ordens de execução de trabalhos de conservação e/ou demolição

pelos respectivos proprietários/usufrutuários. Este projecto pela sua importância terá continuidade no ano de 2013:

Sistemas de Informação geográfica

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) aplicadas ao ordenamento do território, permitem a optimização de métodos de trabalho, de planeamento e de apoio à tomada de decisão. O gabinete SIG do Município colabora transversalmente com toda a organização na concretização dos objectivos de planeamento. Citamos apenas alguns dos serviços disponíveis e já acessíveis.

Portal SIG Online – Intranet

Site GeoAmbiente

Este website permite ter acesso a um conjunto de funcionalidades / ferramentas que vão desde a Pesquisa Interactiva, Interligação a serviços de acessos a dados provenientes de Aplicações Gestão Municipal, Impressão à Escala com preenchimento de dados. Novo serviço implementado de consulta do cadastro e análise georreferenciada de (Ecopontos / Contentores / Percursos de Recolha).

Site GeoArquivo - DMU

Site WebSIG, desenvolvido no âmbito do processo de modernização do arquivo de obras particulares. Desta forma com este site, liberta-nos da necessidade de uma licença de software para o serviço de georreferenciação do DMU, e permitiu-nos iniciar a registo histórico georreferenciado dos processos arquivados e inseri-los directamente na base de dado central ArcSDE – SIG.

Site GeoRegeneração Urbana - DMU

Plataforma WebSIG, desenvolvida para registo georreferenciado de todo o edificado degradado no município. Este projecto visa reunir numa única plataforma georreferenciada todos os levantamentos que se encontram a ser executados pelo serviço de protecção civil, fiscalização e serviço administrativo do DMU. Foram implementados modelos de dados geográficos e alfanuméricos de forma a poder ser cruzada a informação obtida pelos vários serviços municipais. Com este site foi permitida de uma forma fácil e amigável, a inserção na base de dados SIG (servidor), de todos os elementos recolhidos em campo sem obrigar a autarquia a despender novos recursos e reutilizando os existentes.

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Buarcos				
- Requalificação Rua 5 de Outubro e envolvente	716.579	691.077	25.502	100%
Vila Verde				
- Aquisição de terrenos na Qta das Recolhidas	10.000	0	10.000	100%
Outros investimentos				
- Requalificação da envolvente do Fte de Sta Catarina	3.902.758	0	1.646.925	42%
- Redef. do projeto da requalif. da envolvente ao Fte Sta C	120.827	115.550	0	96%
- Aquisição de cartografia p/ o Concelho	137.858	42.548	19.126	45%
- Arranjos diversos	24.726	24.526	200	100%
- Mobiliário urbano p/ Concelho	1.954	0	1.538	79%
Total	**4.914.702**	**873.701**	**1.703.290**	**52%**

2.4.3 | SANEAMENTO

Neste sector releva-se, uma vez mais, a comparticipação efectuada pela Câmara Municipal, no âmbito do *contrato de concessão com a Empresa* Águas da Figueira, em investimentos realizados nas redes de abastecimento de água e saneamento, bem como o investimento efectuado directamente pelo Município na manutenção da rede de saneamento de todo o Concelho.

De referir que se concluiu em 2012 a **Revisão do Contrato de Concessão** com a empresa concessionária.

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros investimentos				
- Compart. Plano Invest. Concessionária	841.450	407.346	258.298	79%
- Construção/manutenção rede saneamento	213	0	213	100%
- Rede pluvial	4.091	1.463	2.225	90%
TOTAL	**845.754**	**408.809**	**260.735**	**79%**

2.4.4 | RESÍDUOS

2.4.4.1 | Resíduos Sólidos

No ano de 2012 foi dada especial ênfase no desenvolvimento de actividades que pudessem contribuir para a garantia de qualidade de vida dos Munícipes e para um desenvolvimento sustentável do meio ambiente.

A revisão do Regulamento Municipal da Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana (RRUL), foi apresentada a proposta de projecto do regulamento de resíduos urbanos e limpeza (RRUL), elaborada integralmente pelos serviços do DMU sem recurso a qualquer prestação externa.
A proposta integra o modelo das recomendações da entidade reguladora ERSAR, o regulamento ainda em vigor (regulamento de salubridade, higiene, limpeza e recolha de resíduos sólidos na área do município) e documento intitulado "Notas sobre o RRUL – Projecto de Regulamento de Resíduos Urbanos e Limpeza", veio a merecer ajustamentos em função da proposta de tarifário, este processo encontra-se em curso estando prevista a sua conclusão apenas em 2013.

Com a reestruturação das escalas dos serviços de higiene e limpeza, no final de 2011, pretendeu-se diminuir os custos do trabalho extraordinário, sem perdas significativas de eficácia e eficiência. Esta redução de custos teve continuidade durante o ano de 2012. Embora já referido no capítulo da gestão de recursos humanos os valores foram os seguintes:

QUADRO I				
Divisão de Ambiente	**2012**	**2011**	**Diferença**	**% Redução**
Nº de horas	**6.785,50**	**8.078,50**	**1.293,00**	**-16%**
Valor (€)	**15.201,43**	**39.076,05**	**23.874,62**	**-61,10%**

Observa-se assim que durante o ano de 2012, houve uma redução de **1.293 horas (-16,0%) e de 23.874,62 € (- 61,1%)**, quando comparado com o ano de 2011.

No ano de 2012, a prestação de serviços de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), lavagem e desinfecção de contentores, decorreu com qualidade à semelhança dos anteriores anos abrangidos pelo contrato em vigor.

Procedeu-se ao reforço e substituição de contentorização no Concelho, através da aquisição de 25 novas unidades em polietileno de alta densidade - PEAD de 1.000 litros de capacidade. A título experimental a DA recorreu à reparação de contentores através de soldadura de polietileno, baixando significativamente os custos com estes equipamentos.

No que diz respeito à recolha de resíduos indiferenciada, os valores das pesagens, encontram-se resumidos no Quadro II.

QUADRO II	
RSU indiferenciados	
2012	Entrada em aterro (ton.)
Janeiro	2.077
Fevereiro	1.781
Março	2.027
Abril	1.985
Maio	2.223
Junho	2.204
Julho	2.517
Agosto	3.039
Setembro	2.188
Outubro	2.085
Novembro	1.848
Dezembro	2.020
Total	25.994

Comparando as toneladas recolhidas de indiferenciados (Novaflex|Suma) com o ano de 2011, houve um **decréscimo de 1.608 toneladas** ao qual corresponde uma **diminuição de 5,8%**.
No que diz respeito à entrada total de RSU em aterro (até 30 de Setembro) e na TMB (a partir de 1 Outubro), comparando o valor de 2011 de 30.685 toneladas com o valor de 2012 de 27.144 toneladas, houve um **decréscimo de 3.541 toneladas** ao qual corresponde uma **diminuição de 11,5 %.**

O depósito em aterro em 2012 representou uma despesa de 771.892,31 €, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, pago à ERSUC e 1.007.513,87€, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, pago à empresa Novaflex|Suma.
O valor total de despesa para o Município em 2012 foi de 1.779.406,18 € acrescido de IVA. Comparativamente com o ano de 2011, com o valor total de despesa de 1.875.785,05 €, houve uma diminuição de 96.378,87 €.

Convém ainda referir que, no âmbito do processo dos grandes produtores de RSU no Concelho, o valor da **receita obtida em 2012 foi de 107.321,20 €.**
Por último, neste item apresenta-se a tabela de quantidades de todos os resíduos depositados em aterro, incluindo monos, verdes, limpeza e sucatas.

QUADRO III RSU depositados em aterro (Inclui monos, resíduos verdes e de limpeza e sucatas)	
2012	**Entrada em aterro (ton.)**
Janeiro	**2.139**
Fevereiro	**1.852**
Março	**2.145**
Abril	**2.047**
Maio	**2.347**
Junho	**2.278**
Julho	**2.574**
Agosto	**3.242**
Setembro	**2.244**
Outubro	**2.147**
Novembro	**2.047**
Dezembro	**2.083**
Total	**27.145**

Resíduos Depositados em aterro

Os resíduos depositados em aterro, incluindo monos, verdes e de limpeza. Apresentam-se as quantidades totais de RSU e encaminhados para Aterro Sanitário.

Remoção de veículos da via pública

A Divisão, na continuidade do trabalho de remoção de veículos que se encontram em situação de estacionamento abusivo ou abandono, removeu da via pública 22 viaturas, tendo sido enviadas para tratamento/ desmantelamento **44 unidades** de acordo com a legislação ambiental em vigor. A receita obtida com o tratamento destes veículos em fim de vida foi de **4.950,00** €.

Recolha Selectiva

A recolha selectiva da responsabilidade da ERSUC, não foi reforçada no Concelho durante o ano de 2012 pois não houve acréscimo do número de ecopontos disponibilizados, mas sim reposição de unidades vandalizadas/ queimadas.

A quantidade de Recicláveis recolhidos pela ERSUC em 2012 encontra-se descriminada quadro IV:

QUADRO IV Recolha de Recicláveis no ano 2012			
	Vidrão (kg)	Papelão (kg)	Embalão (kg)
Janeiro	105.580	55.140	31.060
Fevereiro	60.400	47.360	29.540
Março	66.400	53.020	30.100
Abril	71.180	46.600	27.840
Maio	67.780	50.420	32.180
Junho	86.120	53.960	31.680
Julho	92.340	59.640	36.920
Agosto	139.860	69.900	44.780
Setembro	82.740	53.620	34.560
Outubro	72.840	59.480	33.640
Novembro	62060	50.640	29.120
Dezembro	50.520	53.780	33.720
Total	957.820	653.560	395.140

O total dos recicláveis recolhidos no nosso Concelho foi de 2.006,52 toneladas o que significa uma quebra de 5,82% relativamente a 2011 onde se recolheram 2.130,41 toneladas. Esta diminuição dos valores recicláveis está associada à diminuição do consumo privado que se verifica actualmente face às contingências de restrição do País.

Recolha de Roupa e Têxteis (Wippytex, Lda)

No âmbito do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e *a Wippytex, Lda*, para recolha e encaminhamento correcto de roupa e têxteis usados, foram instalados na zona urbana da Figueira da Foz, no mês de Fevereiro, 8 contentores (Wippy's) nos seguintes locais:

- Rua Aires de Carvalho
- Rua Cardoso Marta
- Rua Joaquim Sotto Mayor (Touril)
- Rua Joaquim Sotto Mayor
- Estacionamento da Tamargueira
- Rua D. Maria
- Av. Dr. Francisco Lopes Albuquerque
- Rua Joaquim de Carvalho

Entre Fevereiro e Dezembro de 2012 foram recolhidos pela Wippytex 17 toneldas de roupa e têxtil, tendo revertido a favor da CM uma verba de **319,04 €** ao abrigo da responsabilidade social empresarial, a qual foi transferida para o Agrupamento de Escolas do Paião.

Recolha de REEE e Sucata (*Ambitrena, SA*)

No âmbito do contrato existente entre a Câmara Municipal e *a Ambitrena – Valiorização de Resíduos, SA*, foram encaminhados para valorização 48,88 ton REEE e sucata. Com a valorização das sucatas metálicas e misturas de metais, código LER 20 01 40, a câmara municipal obteve uma receita **de 3.753,69 €** que de acordo com o contrato estabelecido, se encontra associado ao índice EUROFER.

Recolha de Óleo alimentar usado (*BioOeste, Lda*)

Foi feita uma campanha de sensibilização para a deposição de óleos nos sítios adequados e deu-se a conhecer através da comunicação social e nas sedes das Juntas de Freguesia os respectivos pontos de recolha.

Foram recolhidos, pela *BioOeste, Lda*, 3300 litros de óleo alimentar usado nos pontos de recolha seleccionados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia.

Projecto de Recolha porta-a-porta de papel e cartão – Assinatura de protocolo entre a empresa *Recicom* e a Câmara Municipal

A realização do Protocolo entre a *Recicom* e a Câmara Municipal teve como principal objectivo encaminhar correctamente a destino final o papelão e o cartão do sector da restauração e do comércio, diminuindo esta tipologia de resíduos nos próprios contentores de recolha de RSU. A recolha porta-a-porta junto dos referidos produtores (65 produtores particulares e 2 públicos) iniciou-se a 6 de Julho de 2010.

No ano de 2012 recolheram-se **18,78 ton de papel/cartão** no âmbito do referido protocolo.

Despesas Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Equipamento p/ recolha de resíduos sólidos	16.355
TOTAL	**16.355**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Recolha de resíduos sólidos	905.882
- Tratamento de resíduos sólidos	763.953
TOTAL	**1.669.835**

2.4.5 | PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Limpeza de Terrenos e Lixeiras Clandestinas

Procedeu à limpeza de alguns terrenos do Município, bem como de terrenos cujos proprietários não cumpriram com as notificações para o efeito. Neste trabalho recorreu-se a meios camarários, nomeadamente aos Serviços de Higiene e Limpeza, e também se contratou serviços a empresas privadas quando o terreno e condições do trabalho assim o exigiam. À semelhança dos anos anteriores, efectuou-se a limpeza dos taludes e valetas na Cidade e ainda a remoção de resíduos depositados clandestinamente.

Limpeza de linhas de água

Foram realizados os trabalhos de limpeza e manutenção regular das linhas de água inseridas na zona urbana, nomeadamente as linhas de água que desaguam na Praia de Buarcos e na Praia do Oásis. O DMPOSM através dos meios mecânicos que possui ao serviço, realizou uma intervenção nas principais linhas de água da cidade na zona urbana, nomeadamente em toda a zona da Várzea de Tavarede, Buarcos, Vala da Tamargueira. Mais realizou intervenção nas linhas de água da Leirosa e Costa de Lavos.

CRAFF – Centro de Recolha Animal da Figueira da Foz

O Centro de Recolha Animal tem como missão a gestão dos animais errantes do Concelho, assegurando o seu bem-estar, respeitando a legislação em vigor. A esta infra-estrutura estiverem afectos dois funcionários e a viatura de captura de animais, sob gestão e orientação directa do Médico Veterinário Municipal.

No ano de 2012 deram entrada no CRAFF 421 animais entre os quais 56 Felinos, 2 Cegonhas, 2 Pombos, 2 Texugos e 1 Caprino. Destes, entraram já cadáveres 87 canídeos, 13 felinos, 2 cegonhas, 2 Texugos, 1 Pombo e 1 Caprino.

Vacinação anti-rábica de canídeos

Procedeu-se à vacinação anti-rábica e aplicação de microchip em canídeos em todas as freguesias do concelho da Figueira da Foz.

Foram vacinados no ano de 2012 no concelho da Figueira da Foz 1115 canídeos, e foram identificados electronicamente com microchip 161 canídeos.

Acções Higiene/sanitárias

No Âmbito do PACE foram efectuadas no concelho da Figueira da Foz, no ano de 2012, vistorias aos seguintes estabelecimentos:

- Talho “Carnes Mondego”
- Talho de Augusto Godinho
- Talho “Casa de Carnes da Fonte
- Talho “Loja da Carne”

Vistoria às condições higio-sanitárias da Venda Ambulante ou do fornecimento ambulante de pequenas refeições ligeiras foram realizadas em 2012 foram vistoriados 34 veículos de venda ambulante.

RECURSOS NATURAIS

Manutenção de Espaços Verdes

No ano 2012, a manutenção das zonas verdes municipais revestiu-se de duas características distintas, em função dos meios disponíveis, e em função das áreas definidas (Lote 1 e Lote 2).
Entre 1 de Março e 31 de Dezembro, a área marginal entre o Porto Comercial e o Cabo Mondego (Lote 1) esteve sob a responsabilidade da empresa "*Vadeca Jardins SA*". A mesma empresa iniciou a manutenção da parte interior da cidade, nomeadamente o Parque das Abadias, áreas residências na sua maioria resultantes de operações de loteamento (Lote 2), no dia 1 de Agosto.
Estes serviços foram diariamente acompanhados pelo encarregado do serviço com reporte às respectivas chefias.
Até 28 de Fevereiro o Lote 1, por falta de adjudicatário, esteve sob a responsabilidade do serviço da Divisão de Ambiente (8 assistentes operacionais – jardineiros). A manutenção do Lote 2 até 31 de Julho esteve igualmente a cargo do mesmo serviço pela mesma razão.

Os jardineiros da divisão procederam ainda à manutenção das restantes áreas verdes não incluídas nos contratos de manutenção referidos e que se traduziram em:

- Jardins interiores e exteriores do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz;
- Instalações do Museu Santos Rocha e Biblioteca Municipal;
- Paço de Tavarede, Casa do Paço e Quinta das Olaias;
- Escolas do 1º ciclo do ensino básico das freguesias de S. Julião e Buarcos;
- Urbanizações diversas como: Cristina Torres, Estrada de Mira, Praça Francisco Lopes Guimarães, Quinta das Vaquinhas, Rua D. José I, Quinta das Abadias;
- Todas as rotundas da cidade;
- Zonas verdes na periferia da RU, Bacia da Vala da Quinta do Paço. Rua Gaspar de Lemos, Praceta Nogueira de Carvalho, envolvente da Cruz Vermelha, Bairro Bela Vista e Bairro da Estação.
- Fora da Zona Urbana: rotundas do IC1 na Gala, Parque Industrial da Figueira da Foz, separador central e rotunda junto à fábrica da CELBI.

Foi afecto um funcionário, três dias por semana, ao projecto da Horta Pedagógica em Tavarede para apoio de toda a actividade aí desenvolvida.
As áreas verdes nas freguesias rurais foram mantidas através dos protocolos efectuados com as respectivas Juntas de Freguesia não deixando de ter sido prestado o apoio técnico sempre que solicitado.

Requalificação de Espaços Verdes

Além das manutenções referidas, procedeu-se ainda a trabalhos pontuais de requalificação e tratamento de espaços verdes:

- Poda de formação dos arbustos da ciclovia
- Manutenção do espaço envolvente da sede da Figueira Domus
- Requalificação da zona envolvente à Escola Básica de 1º ciclo das Abadias
- Requalificação da zona envolvente ao Núcleo Museológico do Sal
- Limpeza de palmeiras na Escola Secundária Dr. Bernardino Machado
- Substituição e plantação de árvores de arruamento
- Outras (foram plantadas 70 árvores em 2012)
- Requalificação do Fortim de Palheiros
- Plantação de arbustos no jardim municipal
- Limpeza de área verde na Urbanização Vale Sampaio
- Remoção de palmeiras secas no Oásis
- Limpeza de árvores e arbustos em várias artérias da cidade que obstruíam mobiliário urbano (sinalética e iluminação).

Promoção de Arborização nas Ruas e Demais Locais Públicos

Procurando dotar a cidade de um melhor e mais abundante património arbóreo, procedeu-se à plantação de árvores em diversos locais. Estes trabalhos executados com exclusivo recurso aos meios humanos e técnicos internos, utilizando arvores já existentes no horto municipal resultantes de operações de reprodução efectuadas no horto municipal.

Para comemorar o Dia Mundial da Floresta/ Dia da árvore (21 de Março) procedeu-se em parceria com a Junta de Freguesia de São Julião à plantação de 60 árvores. Ao serviço de Espaços Verdes competiu a abertura de covas, aplicação de substrato, ajuda na plantação, tutoragem e rega, incluindo a cedência de ferramentas e todo o equipamento necessário. A manutenção desta plantação ficou a cargo da empresa prestadora de serviços Vadeca Jardins SA.

Trabalhos Desenvolvidos no Horto Municipal

A área afecta ao horto municipal que inclui as instalações do canil municipal sob responsabilidade do veterinário municipal, além de servir de base de apoio logístico aos funcionários do serviço de espaços verdes no que se refere a vestiários, balneários, refeitório e escritório de apoio à actividade, inclui ainda todo o espaço destinada a estaleiro, parque de viaturas afectas ao serviço, bem como áreas especificas de reprodução vegetal a ser utilizada nos espaços públicos. Existem ainda vasos com plantas de interior/exterior, destinados a decorações. Não obstante o grau de deterioração das plantas envasadas foram ainda por diversas vezes cedidos alguns exemplares a entidades externas (Colectividades e autarquias

locais), num total de 34 eventos realizados, incluindo as acções promovidas directamente pela CMFF.

Existe ainda uma pequena central de compostagem resultante da actividade de jardinagem com posterior reaproveitamento nas intervenções de execução e recuperação de zonas verdes.

"Verdes Campos – Hortas Biológicas Urbanas e Comunitárias"

Numa clara aposta no desenvolvimento integrado, que alie as mudanças de atitude à conservação ambiental, ao crescimento económico e às práticas salutares da vida gregária e, consciente da importância de se potenciar, junto das zonas urbanas, espaços de agricultura tradicional e biológica como forma de garantir sustentabilidade ambiental dos espaços, a Câmara Municipal manteve, em 2012, o incremento do Projecto "Verdes Campos – Hortas Biológicas Urbanas e Comunitárias".

Assim, o Município disponibilizou aos munícipes, em finais de Junho de 2012, na Horta da Várzea, situada na Av. Amália Rodrigues, entre a Rua da Várzea e a Av. Dom João Alves, no sentido Tavarede – Buarcos, 51 parcelas de terreno com dimensões que variam entre os 70 e os 85m2, que se destinavam única e exclusivamente à produção de espécies hortícolas, flores de corte e plantas aromáticas, medicinais e condimentares, bem como árvores de fruto de pequeno porte, potenciando as consonâncias dos produtos de acordo com os modos de agricultura biológicos.

Face aos constrangimentos financeiros da Autarquia e à importância de serem criadas boas condições de salubridade e segurança nas Hortas da Várzea (primeira fase de implementação do projecto de agricultura urbana), foram criadas diversas parcerias e estabelecidos inúmeros contactos, de forma integrada, sinergias que se pretendiam ambiental e economicamente sustentáveis.

Todas as entidades com quem foram estabelecidas parcerias estavam conscientes do papel e dos desafios da agricultura urbana.

Com algumas dessas entidades procurou-se efectuar intervenções integradas baseadas na introdução de práticas agrícolas mais eficazes para a saúde e de equipamentos mais rentáveis para solucionar os múltiplos problemas inerentes à criação de Hortas Urbanas.

Com as entidades gestores (Associação de Solidariedade Social Viver em Alegria, Casa Nossa Senhora do Rosário e FigueiraViva - Associação de Cooperação e Solidariedade para o Desenvolvimento), três Instituições Particulares de Solidariedade Social com quem a Autarquia estabeleceu protocolos visando a gestão partilhada de hortas, em 2011, objectivou-se a

participação e integração de todos no funcionamento bem articulado do projecto bem como a criação de uma capacidade ambiental estável e sustentável aos diferentes níveis.

Durante o ano em apreço, estabeleceram-se novas e diversas parcerias com entidades, com vista à consolidação da implantação das Hortas Urbanas, à formação dos hortelões e à gestão partilhada.

A primeira parceria estabelecida, em contexto do apoio pela Rede de Agricultura Urbana e Peri – Urbana (da qual a Câmara Municipal fazia parte desde Maio de 2011), aconteceu com a Escola Superior Agrária de Coimbra, tendo em vista, entre outros apoios, a realização de análises ao terreno das Hortas da Várzea e a organização de visitas guiadas às Hortas dependentes da ESAC (concretamente as Hortas de S. Martinho).

Esta parceria permitiu-nos ter um conhecimento sobre as características do solo para, assim, ser possível adaptar as sementeiras à respectiva tipologia do solo.

Com a perspectiva de que a maioria dos agregados familiares possuía parcos recursos económicos, levou-se a cabo um conjunto de pedidos de parceria com vista à cedência gratuita ou realização de descontos na aquisição de sementes, plantas, adubos orgânicos e as mais diversas ferramentas agrícolas.

Face às restrições financeiras que obstavam à montagem de um sistema de rega, durante o mês de Maio, providenciou-se a colocação de depósitos de água que permitissem a rega a balde. Contudo, como os mesmos estavam muito distantes de algumas parcelas, com todos os problemas de saúde que daí poderiam advir para os hortelões mais idosos, durante o mês Junho procedeu-se à realização de um conjunto de contactos, cuja colaboração possibilitasse a montagem (ou minimização dos custos com a mesma) de um sistema de rega (tubagens, saídas de água e motor para bombear).

Nesta altura, com a colaboração de alguns hortelões e na sequência da doação de uma estrutura própria, foi montada uma Picota no poço das Hortas da Várzea, permitindo uma extracção mais facilitada aos hortelões com restrições de saúde, não obstante esta forma ter-se revelado muito mais morosa.

Dos vários contactos encetados, a empresa Águas da Figueira S.A. aceitou o repto, parceria com a qual foi possível instalar todo o sistema de rega nas Hortas da Várzea, desde tubagens, bomba de extracção de água do poço e saídas adaptadas para cada 4 a 6 parcelas.

Por outro lado, considerando que a entidade coordenadora do “Verdes Campos” (Município), nem as três Entidades Gestoras possuíam os recursos humanos ou o know-how para prestar

formação adequada, sobre o modo de agricultura biológico, aos 51 hortelões, nem para prover ao acompanhamento avaliativo da gestão da Horta da Várzea, nomeadamente nas questões que se prendiam com a sementeira e/ou plantação, práticas culturais e colheita ou, mesmo, utilização de equipamentos e produtos relacionados com as atividades agrícolas e higiene, segurança e saúde no trabalho agrícola, solicitou-se à Escola Profissional Agrícola Afonso Duarte uma parceria com vista à observação das metodologias usadas pelos "Hortelões" no modo de produção biológico, bem como às questões de higiene, segurança e bom funcionamento de todos os equipamentos e infra-estruturas da Horta Urbana da Várzea e ao desenvolvimento de um programa de formação sobre as mais diversas temáticas relacionadas com o modo de produção biológico.

Visando potenciar o recurso a técnicas de compostagem, sensibilizando para a problemática da redução de resíduos, estabeleceu-se parceria com a EcoGestus Lda., empresa de Consultoria em Ambiente, Gestão de Resíduos e Limpeza Urbana com o intuito de ser prestada formação na área da compostagem e proceder-se à construção de compostores comunitários.

Face à importância de serem criadas as devidas condições de segurança e fomentar o relacionamento interpessoal entre os hortelões, a Autarquia figueirense solicitou aos 2 Grupos da Associação de Escuteiros de Portugal e aos 10 Agrupamentos do Corpo Nacional de Escutas do concelho, parceiros privilegiados pela capacidade de trabalho, sentido de responsabilidade e abnegação com que se dedicam na concretização de projectos da mais diversa índole, a colaboração na construção de equipamentos e infra-estruturas, nomeadamente cercas, degraus, corrimões em passagens sobre valas, painéis informativos, telheiro, mesas e bancos agregados.

Com os Agrupamentos do CNE 235, 939, 1215 E 1224 a aceitarem o desafio, no início de Novembro foi altura de se avaliarem e distribuírem as construções das infra-estruturas e equipamentos.

Comemorações Especiais

Dia Mundial da Floresta/Dia da árvore

Para comemorar o Dia Mundial da Floresta/ Dia da árvore (21 de Março) promoveu-se em parceria com a Junta de Freguesia de São Julião a realização de um encontro com os alunos das escolas do ensino básico da zona urbana no Parque das Abadias, tendo-se efectuado a plantação de 60 árvores.

Comemoração da "Semana Europeia da Prevenção da Produção de Resíduos" – 17 a 25 de Novembro

A Semana Europeia da Prevenção de Resíduos começou a ser dinamizada na Europa em 2010. A Câmara Municipal da Figueira aderiu, desde o início, à realização deste projecto, tendo em 2012 decidido realizar a acção **"Resultados à Vista"**, dinamizada pela SUMA.

A quantidade de lixo produzida diariamente por cada cidadão, o mau aproveitamento dos resíduos, o seu tempo de decomposição em aterro, e os benefícios obtidos pela reintrodução dos materiais no processo produtivo, constituem alguns dos argumentos utilizados para convidar à reflexão, e adoptar comportamentos que previnam a produção excessiva de resíduos. Nesse sentido, a acção "Resultados à Vista" teve como público-alvo jovens alunos do Ensino Secundário e Profissional do Concelho por ser considerado um público pré-adulto capaz de reter a informação veiculada na sessão. "Resultados à Vista" abordou a temática da produção de resíduos, recapitulando os procedimentos de redução na origem, de triagem e acondicionamento para recolha selectiva dos materiais mais comuns e inevitáveis no acto de aquisição. Destacou vantagens ambientais e económicas que advêm do simples gesto individual de produzir menos resíduos, separar mais e depositá-los correctamente.

Participaram na acção as seguintes escolas: Escola Secundária Drª Cristina Torres; Escola Secundária Dr. Bernardino Machado; INTEP e Escola Profissional da Figueira da Foz, num total de cerca de 180 alunos.

Protocolos celebrados

Protocolo "Horta Pedagógica"

Em 2012 deu-se continuidade à manutenção do protocolo da "Horta Pedagógica" com a empresa "Sotiplanta".

Protocolos com as Juntas de Freguesia

No âmbito das suas competências e com o intuito de descentralizar a manutenção de espaços públicos, a Câmara Municipal deu continuidade aos protocolos (iniciados em 2011) de manutenção e conservação de espaços verdes que se encontram geograficamente na área territorial de cada junta de freguesia, excepto os da zona urbana que, neste caso, são assegurados pela Câmara Municipal.

2.4.5 | AMBIENTE

Pretende-se com as actividades, envolver a comunidade em diferentes iniciativas de caris ambiental, visando a adopção de comportamentos ambientalmente correctos promovendo e assegurando um desenvolvimento sustentável. Das campanhas desenvolvidas no ano transacto, destacamos as seguintes:

Campanhas em parceria com a SUMA

A 9 de Novembro de 2011 o Plano Estratégico de Intervenção (PEI) 2011/2012 foi apresentado pela SUMA à Autarquia, tendo sido aprovado sem alterações. Este PEI resultou de conversações entre a SUMA e a Autarquia da Figueira da Foz, para o qual foram seleccionadas as campanhas que melhor respondiam às prioridades de ambas as entidades.

Relativamente aos critérios de selecção de campanhas teve-se em conta a continuidade do trabalho desenvolvido nos estabelecimentos de educação e ensino e de restauração, preocupações ambientais da Autarquia e serviços prestados pela SUMA. Ficou ainda decidido iniciar a sensibilização no pré-escolar.

O PEI foi então elaborado tendo em conta que seria efectuada uma campanha em cada nível escolar, desde o pré-escolar ao1º ciclo e dar continuidade à campanha para estabelecimentos de restauração.

Relativamente às temáticas a abordar, e uma vez que a SUMA executa a recolha de resíduos indiferenciados, manutenção e lavagem de contentores, optou-se por desenvolver duas campanhas sobre procedimentos de acondicionamento, deposição e triagem de RU´s (uma delas abordando o tema prevenção da saúde pública) e outra campanha de abrangência total de forma a transmitir diversos conteúdos, nomeadamente a política dos 5R's – Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Respeitar e Responsabilizar, triagem, acondicionamento e deposição de RU'S, acondicionamento e deposição de pequenos resíduos na via pública, boas práticas de Cidadania e formação pessoal.

O Plano Estratégico de Intervenção 2011/2012 ficou assim constituído por 3 campanhas:

1) Eco-Rabisca

2) Lixo Espalhado, Prato Envenenado

3) Pratos Limpos

Estas campanhas foram suportadas por materiais (sacola de compras "Lixo espalhado" e caderno de atividades "Eco-Rabisca"), com um valor estimado de 10.332,50€.

2.4.6 | PRAIAS

Bandeira Azul

No Concelho da Figueira da Foz foi atribuído o galardão Bandeira azul (BA) à Praia da Torre do Relógio, Praia da Cova Gala, Praia da Leirosa e Praia de Quiaios.

Os projectos e actividades de Educação Ambiental, que foram dinamizadas no Concelho da Figueira da Foz, entre Janeiro e Agosto de 2012, no âmbito da Candidatura das Praias referidas à Bandeira Azul foram os seguintes: "Encontro Marcado"; "Eco-Rabisca"; "Lixo Espalhado-Prato Envenenado"; "Vamos Limpar a Praia"; "Os Sentidos da Floresta"; "CulturEco"; "Pintar a Paisagem do Sal"; "Pratos Limpos"; "O Sal e a Água". Estes projectos, coordenadas pela Divisão de Ambiente, tiveram como colaboradores a SUMA e a Divisão da Cultura.

Praia Acessível

À semelhança de anos anteriores, o Município da Figueira da Foz candidatou da Praia da Torre do Relógio, de Buarcos e de Quiaios ao galardão Praia Acessível, por serem as únicas que reúnem todos os critérios (imperativos) necessários à atribuição da Bandeira. As 3 obtiveram o galardão.

Mais candidatou a Praia da Torre do Relógio, de Buarcos, de Quiaios e da Murtinheira ao Programa Praia Saudável, únicas em condições de se candidatarem à oferta de equipamento. No âmbito desta campanha foram apenas cedidos ao Município cinzeiros de praia.

Serviços de Manutenção, Limpeza e Desinfecção de Praias no Concelho da Figueira da Foz

A execução dos trabalhos de "Prestação de Serviços de Manutenção, Limpeza e Desinfecção de Praias no Concelho da Figueira da Foz", ocorreu entre o dia 1 de Maio e 30 de Setembro e foram realizados, pelo 2º ano, pela empresa SUMA, SA.

À semelhança de anos anteriores, o Município da Figueira da Foz candidatou da Praia da Torre do Relógio, de Buarcos e de Quiaios ao galardão Praia Acessível, por serem as únicas que reúnem todos os critérios (imperativos) necessários à atribuição da Bandeira. As três obtiveram o galardão.

Candidatou também a Praia da Torre do Relógio, de Buarcos, de Quiaios e da Murtinheira ao Programa Praia Saudável, únicas em condições de se candidatarem à oferta de equipamento. Apenas a Praia da Torre do Relógio foi contemplada com a oferta de passadeira móvel, equivalente à já atribuída no ano anterior

2.4.7 | OUTRAS INICIATIVAS AMBIENTAIS

CulturECO

O CulturECO foi um programa de sensibilização e educação ambiental realizado entre 4 e 15 de junho, e contou com a dinamização de encontros temáticos, ateliês, workshops, jogos ambientais, oficinas de ambiente e ações socioculturais com cariz ambiental.

Procurou-se, com o programa "CulturECO", abranger o maior número possível de áreas do domínio da educação ambiental, concretamente: a hortofloricultura, os Resíduos, a Biodiversidade, a Investigação, o Ambiente e Cidadania, o Ambiente e Sustentabilidade e, sobretudo, envolver as diversas comunidades nas Comemorações do Dia Mundial do Ambiente e do Dia Mundial dos Oceanos.

Considerando que as Escolas, além de serem veículos privilegiados na sensibilização e educação da população para o respeito e defesa do meio ambiente, têm um papel activo e empreendedor na promoção das boas práticas ambientais, fruindo de mecanismos próprios na estimulação da consciencialização ambiental dos munícipes, o CulturECO 2012 foi dirigido à população escolar do concelho da Figueira da Foz.

O CulturECO realizou-se entre o CAE, Biblioteca e Museu Municipal e Abadias, e foi programado, planeado, organizado e desenvolvido pela Divisão do Ambiente em articulação com a Divisão da Cultura.

O planeamento do CulturECO integrou a organização de 20 actividades de todas as áreas ambientais, perspectivadas para participarem 135 turmas/grupos de Jardins de Infância, de todos os níveis de ensino das Escolas do Concelho, numa média aproximada de 3000 crianças e jovens da Figueira da Foz. Participaram nas diversas actividades todos os Agrupamentos de Escolas, todas as Escolas Secundárias e as Escolas Profissionais do concelho, à excepção da FOR-MAR – Centro de Formação Profissional para o Setor das Pescas.

O Programa foi o seguinte:

- "Animais Amigos do Ambiente" (Teatro de Fantoches) e Jogo do Ambiente "Lixo é que não". Dirigido a Jardins de Infância, no CAE. Participantes: cerca de 180 crianças.
- Oficina Ambiental "Cheira bem no CAE" – plantas aromáticas em canteiros. Dirigida a alunos do 1º e 2º CEB, no espaço exterior do CAE.. Acção orientada pelos formandos do Curso de Floricultura e Jardinagem do IEFP. Participantes: cerca de 230 crianças.
- Oficina Ambiental "Musicplay" – construção de instrumentos musicais. Dirigida a Jardins de Infância e alunos do 1º CEB, no Serviço Educativo do Museu Municipal. Acção orientada pelo Tubo d' Ensaio D' Artes – Associação Cultural e Recreativa. Participantes: cerca de 90 crianças.

- Ateliê “a Sustentabilidade nas Salinas” – A salina municipal do NMSAL foi o palco de algumas conversas sobre a sustentabilidade ambiental. Em que medida podemos contribuir para a nossa sustentabilidade? Como poderá uma salina ser sustentável? Haverá um mundo sustentável?
- Ateliê de educação ambiental “Animais de Companhia” – Realizado pela empresa de formação Natureza Brincalhona, Educação Ambiental, Lda., com o apoio do Grupo Portucel Soporcel e do Município da Figueira da Foz. Esta actividade encerrou um projecto anual, sobre a temática da educação ambiental. Dirigido a Jardins de Infância e 1º CEB, na Biblioteca Municipal Participantes: cerca de 75 alunos.
- “EcoMusic” – Concertos Musicais com instrumentos ecológicos. Em diversos locais do CAE. Participantes: cerca de 120 crianças e jovens.
- “Móbil Ecológico O Oceano no CAE” – para comemorar o Dia Mundial dos Oceanos. No jardim interior do CAE. O Móbil foi construído previamente pelas Escolas com 2º e 3º CEB, Secundário e Profissional, com utilização de materiais reutilizáveis, e representa a natureza marinha. Participantes: cerca de 110 crianças.
- “Brincar com a Moda” – Workshop de criação de acessórios de moda com utilização de técnicas de tingimento com corantes naturais. Dirigido ao 2º CEB, no Serviço Educativo do Museu Municipal. Organizado pelas alunas de Design de Moda Carla Silva e Mónica Gonçalves. Participantes: cerca de 50 crianças.
- Oficina Ambiental “Quem vai ao mar, perde o lugar” – Construção de jogos tradicionais utilizando-se recursos da natureza. Dirigida ao 1º e 2º CEB, no Parque das Abadias junto à Biblioteca Municipal. Ação orientada pelo Agrupamento do CNE 1212 do Alqueidão Participantes: cerca de 90 crianças.
- Workshop “Bicharocos das Abadias” – Apresentação teórica sobre os diferentes habitats aquáticos (a vida que os habita) e passeio no Parque das Abadias para observação de organismos aquáticos e realização de alguns jogos interpretativos sobre o tema. Dirigido ao 1º e 2º CEB. Ação orientada pelo Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, no âmbito da Campanha de Educação Ambiental “Charcos com Vida”. Participantes: cerca de 320 crianças.
- “Casa do Ambiente” da ERSUC no Parque das Abadias junto ao CAE. Dirigida ao 1º e 2º CEB. Participantes: cerca de 400 criançasOficina Ambiental “Brincar com as Sombras” – Criação de sombras chinesas sobre a proteção florestal, com base na reutilização de resíduos. Dirigido ao 1º e 2º CEB, no Serviço Educativo do Museu Municipal. Ação orientada pelo Tubo d’ Ensaio D’ Artes – Associação Cultural e Recreativa. Participantes: cerca de 180 crianças.
- “Charcos com Vida” – O Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, disponibiliza-se para se deslocar à Escola com o objectivo de apresentar e, eventualmente, promover, durante o próximo ano lectivo, a

Campanha de Educação Ambiental “Charcos com Vida”. Dirigido ao 3º CEB, Secundário e Profissional.

- Workshop de Expressão Corporal “Rir com o Ambiente”. Dirigido ao 1º e 2º CEB, no CAE. Ação orientada pelos alunos do 11º ano do Curso Profissional de “Artes do Espectáculo na vertente de Interpretação”, da Escola de Teatro do Colégio de São Teotónio em Coimbra. Participantes: 130 crianças.
- Teatro “O Ambiente é nosso amigo”. Dirigido aos Jardins de Infância, no Pequeno Auditório do CAE. Ação orientada pelos alunos do 10º ano do Curso Profissional de “Artes do Espetáculo na vertente de Interpretação”, da Escola de Teatro do Colégio de São Teotónio em Coimbra. Participantes: cerca de 620 crianças.
- Workshop “Sabores ao SOL” – Exposição, construção de Fornos Solares e confecção de refeições em Fornos Solares. Promovido pelo Departamento de Mecânica do Instituto Superior de Engenharia de Coimbra e pelos alunos do Curso de Formação de “Técnico de Restauração Variante Cozinha – Pastelaria” da Escola Profissional da Figueira da Foz, no CAE. Participantes: 50 jovens.

Sem quaisquer despesas efectivas, foi possível organizar um vasto conjunto de actividades de educação ambiental, durante duas semanas.

Envolvendo a participação de, aproximadamente, 2800 crianças e jovens que frequentam os Jardins de Infância e as Escolas de todos os níveis de ensino do concelho, foi fácil perceber que, não fosse a concretização das muitas parcerias encetadas, muitas das acções desenvolvidas no CulturECO seriam, a priori, inviabilizadas.

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros investimentos				
- Equipamento diverso p/ Divisão de Ambiente	4.320	0	4.320	100%
- Ajardinamentos diversos	2.246	0	1.009	45%
- Arranjos de fontes e lavadouros	30.100	0	5.184	17%
- Limpeza e tratamento de linhas de água	2.227	0	763	34%
TOTAL	**38.893**	**0**	**11.275**	**29%**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Limpeza de praias	
. A efectuar pelo Município	116.404
- Limpeza de sanitários (TV)	7.000
- Manutenção e conservação de zonas verdes	
. A efectuar pelo Município	154.664
. A efectuar pelas Juntas de Freguesia (TV)	118.060
- Serviços diversos no âmbito do ambiente	3.670
TOTAL	**399.798**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Habitação e Serv Colet 2012	**1.991.655**	**3.742.651**	**5.734.306**

2.5 | SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS

2.5.1.| CULTURA

"Cultura é o aproveitamento social da inteligência"

Gabriel Garcia Marquez

Dotada de um assinalável conjunto de infra-estruturas ao serviço da cultura – Museu Municipal Santos Rocha, Biblioteca Pedro Fernandes Tomás, Núcleo Museológico do Mar, Núcleo Museológico do Sal, Centro de Artes e Espectáculos, Sítio das Artes, Casa do Paço – a Figueira da Foz conta, ainda, com um património edificado de grande valia cultural, como é o caso do chamado "Bairro Novo", local onde se concentra, numa área muito restrita e delimitada, um vasto património de Arte Nova e Art Deco, bem como de outros monumentos espalhados pela cidade e freguesias do concelho.

Diversidade, mostra, produção, difusão, democratização, foram princípios orientadores da programação da cultura na Figueira da Foz, entendida esta como uma riqueza que traz ao concelho e à região, atractividade e competitividade; a orientação foi colocada no sentido de concertar, complementar e integrar as intervenções dos vários agentes, desde a fase de planeamento à fase de execução/implementação e apostar na totalização da intervenção cultural que se desdobra em planear em todas as dimensões de intervenção na polis, um conteúdo cultural. Desde a organização do território à intervenção urbana, dos espaços de lazer ao *décor* urbano, desde a intervenção ambiental aos vários planos da intervenção social (planeamento, urbanismo, ambiente), a Figueira da Foz pretende ser uma cidade onde a cultura é um factor de desenvolvimento e de criação de emprego.

A Figueira da Foz conta ainda com cerca de uma centena de colectividades e agremiações de recreio e cultura, com dinamismo próprio, cujas actividades passam pela música, o teatro e o folclore, contando com 9 orquestras filarmónicas, cerca de 20 grupos com actividade teatral regular e 15 grupos folclóricos de cariz etnográfico, um deles dinamizando um núcleo museológico próprio. Foi para estes que se pensou o **Sítio das Artes**, estrutura física que alberga associações culturais e de formação e pedagogia artística e onde se instalou a Universidade Sénior no sentido de procurar cruzamentos inter-geracionais de grande valor no plano da integração e da qualidade de vida dos que vivenciam ali práticas ocupacionais de pendor artístico.

Neste ano de 2012 a Figueira da Foz pretendeu afirmar-se, numa estratégia encetada há dois anos, como **CIDADE CRIATIVA**, o que significa não ser apenas consumidora e ponto efémero de passagem de cultura, mas também **centro de produção e difusão**. Apostou-se assim nas residências de criação, no comissariado próprio de exposições, nas parcerias de co-produção,

entre outras, o que resultou, por exemplo, na criação da **Orquestra Nacional de Jovens**. Dispõe para o efeito de um espaço próprio de residência (Quinta das Olaias) anexo ao Centro de Artes e Espectáculos.

Neste espirito um dos eventos com mais impacto foi o da **CRIATIVA 2012**- **Encontro de Jovens Criadores da Figueira da Foz** foi criado com o intuito de "Valorizar a inovação e o empreendedorismo, realçar o trabalho dos jovens pensadores criativos figueirenses, enfatizar o espírito inventivo, fomentar, nos jovens, a capacidade atica, o espírito crítico e a imaginação, e estimular a capacidade de expressão." e se possível será realizado bienalmente. Na edição de estreia contámos com a participação de 195 criadores figueirenses.

> Durante dos três dias em que decorreu o evento Foram dinamizados cerca de 50 actividade/ espectáculos, que tiveram lugar nos diversos equipamentos culturais municipais e também no Sítio das Artes e deram a conhecer as mais diversas expressões artísticas – cinema, vídeo, música, artes plásticas, animação de rua, teatro, dança, design e moda, conservação e restauro, fotografia, animação digital, comunicação multimédia, aplicações multimédia e literatura – workshops, oficinas, entre muitas outras acções de carácter sociocultural e lúdico-recreativo.

Entendendo os equipamentos culturais como elementos fundamentais para a construção e aprendizagem das representações e identidades das comunidades, a programação autárquica apostou na criatividade, vitalidade e diversidade cultural, promovendo e reflectindo, simultaneamente, a mudança, o dinamismo e a transformação permanentes que caracterizam as sociedades em crescimento e mutação.

2.5.1.1 | Museu Municipal Santos Rocha

Ao encontro da sua missão e cumprindo os seus objectivos específicos, o Museu Municipal Santos Rocha desenvolve as suas funções tendo como linha orientadora estratégica os princípios delineados anualmente para a Divisão de Cultura.

Missão do Museu Municipal

Angariar, conservar, proteger, investigar, interpretar e divulgar testemunhos materiais e imateriais, legados pelos antepassados ou representativos de uma identidade mais recente, com valor patrimonial, artístico, arqueológico e etnográfico, por forma a estabelecer laços e pontes que ajudem e estimulem a formação de conhecimentos, enquadrados nos diversos contextos histórico-culturais, fortalecendo relações com a comunidade em que se insere e ao serviço da sociedade em geral.

No ano de 2012, O Museu Municipal prosseguiu os seus trabalhos museológicos e museográficos para com o seu acervo, tendo como principal preocupação o estudo e gestão integrada das suas colecções, bem como na prestação de serviço público.

O Museu Municipal Santos Rocha pôde oferecer diversas exposições, mostras, serviços e eventos direccionados aos mais diversificados públicos, quer dentro do seu espaço, quer alargando a sua acção para o exterior.

Apresentou 12 exposições ou mostras de carácter temporário, proporcionou cerca de 40 actividades no Serviço Educativo e abriu as suas portas para receber novos eventos externos que trouxeram, simultaneamente, novos públicos à instituição.

Em 2012 o Museu Municipal contou com 6409 (seis mil, quatrocentos e nove) visitantes.

Nova Imagem do Museu Municipal

Criadas as imagens que renovaram e identificam agora o museu para "fora de portas", em 2012 foi dada prioridade à renovação da imagem ao nível interno, especialmente nas exposições de carácter permanente e na recepção ao visitante, mas igualmente na zona das reservas museológicas. Algumas acções deste projecto de renovação de imagem o museu foi integrado no Plano de Obras de Jogo do Casino da Figueira da Foz 2012.

Na linha de actuação iniciada o ano transacto deu-se continuidade ao projecto de renovação e revitalização da sua imagem e do seu espaço, bem como da sua relação e abertura com a sua cidade, com os públicos e com outras instituições congéneres.

Alcançado o primeiro objectivo deste projecto, direccionado particularmente para a projecção da imagem do museu para o exterior. Em 2012 foi a vez de se reunirem esforços no sentido de promover melhorias no interior, orientadas para a museologia e museografia do acervo, quer nas Exposições Permanentes quer nas suas Reservas, assim como para a gestão integrada de colecções, através da melhoria das políticas e procedimentos relativos aos objectos museológicos.

O Serviço Educativo, já revitalizado, consolidou durante todo o ano a relação Públicos e Museu, actuando de forma mais integrada.

O Museu Municipal Santos Rocha ofereceu diversas exposições de carácter temporário, serviços e eventos direccionados aos mais diversificados públicos, quer dentro do seu espaço, quer alargando a sua ação para o exterior. Apresentou 12 exposições de carácter temporário, proporcionou cerca de 40 actividades no Serviço Educativo e abriu as suas portas para receber novos eventos externos que trouxeram, simultaneamente, novos públicos à instituição.

Em 2012 o Museu Municipal contou com 6 409 visitantes, significando um aumento de 6,25% em relação ao ano anterior.

Ao nível da Museografia:

A preocupação foi dotar os espaços de recepção dos visitantes e das exposições de melhores condições de conforto, iluminação, e novas ferramentas informativas:

- Criação de um espaço de acolhimento no hall de entrada com dois sofás e uma mesa de apoio com publicações de vários níveis;
- Introdução de textos bilingue (português e inglês) para apresentação do museu e das colecções expostas, e que foram colocadas nos seguintes locais: Hall de entrada: história, missão e planta de localização dos diversos espaços do museu: Corredor, Time-line com a história do museu desde 1894; Sala de Arte Religiosa: texto de sala; Sala de Mobiliário indo-português: texto de sala; Sala de Etnografia: texto de sala ; Sala de Arqueologia: texto de sala; Sala de Armaria: texto de sala; Sala de Numismática: texto de sala
- Introdução de tabelas autoportantes com sistema deslizante de colocação de textos, na sala de Arte Religiosa, adquiridas na Absolute Museum & Gallery Products Ltd.
- Substituição de alcatifa no piso inferior, adjudicada à empresa Paulo Jorge de Jesus Simões.
- Aquisição de iluminação led para os seguintes locais: Sala de Mobiliário Indo-Português; Vitrina do piso de entrada; Corredor do piso de entrada
- Aquisição de molduras digitais para colocação na time-line do corredor.

Reservas visitáveis

Igualmente integrados no programa de revitalização de imagem do museu, destaque para o início do projecto das Reservas Visitáveis, ainda em desenvolvimento.

A ideia de tornar as reservas de Etnografia e de Cerâmica visitáveis, recriando o ambiente do museu antigo, foi apresentada à comunicação social no dia 03 de Maio, indicando a sua abertura previsível para 2013. Procedeu-se ao zonamento das colecções, ou seja, ao agrupamento das peças dispersas e à sua colocação em determinadas zonas. Foram identificados os “monos” a remover por não fazerem parte das colecções e ficou a aguardar-se a disponibilidade de um armazém complementar às reservas do museu para receber esse

excedente. Iniciou-se o restauro do mobiliário que vai permitir recriar o ambiente do museu antigo. Mantém-se o propósito de abrir as reservas ao público durante o ano de 2013.

Ao nível da Museologia

Surgiram novos espaços com discursos expositivos renovados.

Sala de Arte Religiosa

Resulta da reformulação do discurso expositivo da sala de Escultura Religiosa, que, a partir de Agosto de 2012, passou a integrar peças de pintura, alargando o seu âmbito para uma sala de Arte Religiosa e, consequentemente, com novos conteúdos informativos.

A sala de escultura religiosa, aberta ao público em 1985, é uma exposição com uma apresentação museológica demasiadamente passiva. Apresentava já um percurso muito interrompido pelas diversas ausências de peças que, no decorrer de alguns anos, foram sendo levantadas pelo pároco da freguesia de Buarcos. Algumas peças expostas são peças de grande qualidade técnica, artística e estética mas perdem essas qualidades pela forma indiferente e repetitiva em que são apresentadas. A exposição resulta mais rica ao nível artístico e estético e igualmente didática e científica com a colocação dos melhores trabalhos de pintura religiosa existentes no acervo do museu e que, apesar de não acompanharem estilística ou geograficamente o percurso da escultura exposta, enquadram-se perfeitamente na sua cronologia e temática. No final, o complemento do percurso com a exposição dos ex-votos pictóricos (painéis de milagres) em duas paredes desta sala, justificam um olhar mais atento a este espaço renovado.

Sala de Arte Moderna

Surgiu igualmente um novo espaço expositivo para exposições de longo termo no hall da tapeçaria, que se encontrava desprovido de exposição. A partir de Agosto de 2012, este espaço passou a apresentar as peças de escultura moderna, em pedra nacional, complementadas com dois trabalhos de pintura contemporânea da coleção do museu.

Gestão do Acervo Museológico

Trabalhando para dentro do museu, a gestão integrada das colecções - constituída como função museológica central - foi uma das grandes preocupações do trabalho museológico de 2012.

Assim, e no sentido de contrariar as deficiências encontradas nos diferentes processos de gestão de colecções existentes nesta instituição, especialmente no que se refere ao registo, inventário e documentação, iniciou-se a preparação de um documento de boas práticas que oriente e normalize os procedimentos e do sistema documental para a gestão integrada das colecções do Museu Municipal Santos Rocha: ***Normas e Procedimentos para a Gestão das Coleções do Museu Municipal. Santos Rocha (junho 2012).***

As orientações de gestão e incorporação apresentadas neste documento normativo serão válidas igualmente para os núcleos museológicos.

Este documento, juntamente com o documento de ***Normas de Conservação Preventiva,*** igualmente iniciado no ano de 2012, serão os documentos chave que faltam no processo de adesão à Rede Portuguesa de Museu, iniciado o ano passado. As orientações de gestão e incorporação apresentadas neste documento normativo serão válidas igualmente para os núcleos museológicos.

No seguimento dos trabalhos de gestão integrada das colecções, a segunda grande preocupação foi a de actualizar o sistema de informatização do inventário e da documentação.
A procura de propostas dos produtos de novas tecnologias da informação na Gestão do património Cultural existentes no mercado conduziu à apresentação do programa Matriz do IPM e dos programas In Arte e In Patrimonium da empresa Sistemas de Futuro***.*** Por ser a que melhor se adaptava às necessidades do museu, alargando a sua acção, para além do acervo museológico, ao campo do património cultural, quer na vertente arqueológica como edificado, móvel, natural e paisagístico ou imaterial, optou-se pela aquisição do produto ***In Patrimonium***, num conceito de gestão global que permite integrar e relacionar o inventário museológico com o património cultural (móvel e imóvel). Constituído por dois módulos, em 2012 procedeu-se à aquisição do módulo de gestão de colecções ficando para o ano seguinte a aquisição do módulo Web.

A aquisição deste produto fez-se igualmente no âmbito do Plano de Obras de Jogo do Casino da Figueira da Foz 2012.

Acções de conservação preventiva

Procedeu-se ao diagnóstico das situações deletérias e à sua correcção imediata, sempre que possível. Monitorizaram-se as condições de ambiente, no que respeita à temperatura e humidade relativa e optimizou-se o equipamento existente (aquecedores e desumidificadores) no sentido de minimizar as condições adversas. Procedeu-se ao acondicionamento de peças que se encontravam deslocadas do seu local de colocação e, simultaneamente, melhoraram-se as condições de suporte físico das mesmas, de acordo com as suas especificidades materiais

e estado de conservação. Melhoraram-se os procedimentos de limpeza, desimpedindo áreas de passagem e escaninhos.

Não foi possível beneficiar de acções regulares de manutenção do edifício, desígnio que deve prosseguir-se, porquanto o edifício é o primeiro e mais importante "envelope" protector das colecções. Importa também, em 2013, melhorar as condições de segurança, instalando portas gradeadas no acesso às reservas. Persistem dois problemas estruturais que não foi possível resolver ainda, carecendo de decisões superiores e investimento financeiro. Trata-se de duas fontes internas de poluição. A carpintaria gera partículas voláteis que se depositam sobre as coleções, sendo particularmente perniciosas as que resultam do corte e polimento dos aglomerados de madeira, por via das resinas e solventes que entram na sua composição; igualmente perniciosas são as emissões de compostos orgânicos voláteis provenientes de tintas e solventes. Urge, pois, que se segregue a função de carpintaria, retirando-a da proximidade das colecções. A outra fonte de poluição interna está na habitação da guarda que se encontra integrada no edifício. As funções domésticas de preparação dos alimentos emitem partículas voláteis de gordura, perceptíveis no museu sob a forma de odores, sendo que tais partículas tendem a depositar-se sobre as superfícies e, em última instância, sobre as superfícies dos objetos museológicos, com prejuízo da sua conservação.

Movimentação do acervo:

Dando continuidade aos processos de documentação de peças no museu preparados em 2011, o ano em referência registou nos seus Livros de entrada e saída os seguintes movimentos:

20 registos de entradas pelos modos doação (30 peças) permuta (39 peças) e transferência (5 peças).

18 registos de saídas pelos modos transferência (13 peças), permuta (4) cedência temporária (conj.2435 +conj.463 + 44 peças), depósito (4 peças).

Nestas movimentações de objectos museológicos destacam-se as seguintes:

Entradas:

A doação de dois trabalhos de Heitor Chichorro – estudos para a obra Tamar- emoldurados na mesma moldura, oferecidos ao município pelo artista na sequência da sua exposição temporária retrospetiva "Heitor Chichorro – 50 anos de Pintura" que esteve patente no Centro de Artes e Espectáculos (de 3 de Março a 30 de Abril), em Julho de 2012.

Saídas:

A Transferência da janela em pedra do século XVI, pertencente a uma das fachadas já demolidas do Paço de Tavarede, que se encontrava há muitos anos desmontada na reserva de escultura do museu. A janela foi montada num espaço do Paço de Tavarede, pelos técnicos da autarquia, em 24 de Janeiro 2012.

O Depósito do material de artilharia que se encontrava nas instalações da antiga Universidade Internacional, para o município de Arganil, aprovado por unanimidade em reunião de Câmara de 31 de Julho, com protocolo assinado a 3 de Setembro 2012.
O Depósito da Pedra de Armas do Conde de Sortelha no Município de Góis, mediante protocolo assinado a 2 de Agosto de 2012.

A cedência temporária, para efeitos de estudo, de 427 peças da colecção de Arqueologia para o Museu D. Diogo de Sousa, Braga, em 26 de Julho.
A cedência temporária, para efeitos de estudo, de 2435 fragmentos de material osteológico para o Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra – Departamento de Ciências da Vida.

Candidatura à Credenciação do Museu Municipal Santos Rocha

Em 2011, o MMSR reiniciou o processo de adesão à Rede Portuguesa de Museus, mas carecia de alguns documentos. Em 2012, procedeu-se à elaboração de um dos documentos necessários: as *Normas e Procedimentos para a Gestão das Colecções* e iniciou-se a preparação para *documento de Normas de Conservação Preventiva.*

No entanto, em Fevereiro de 2012 a desactivação da equipa do Departamento de Museus do IMC que assegurava a coordenação da RPM, originou a interrupção dos trabalhos nas várias áreas de actuação da RPM e nos seus eixos estratégicos (Credenciação, Formação, Informação, Qualificação), o que condicionou, igualmente, as prioridades do nosso projecto de adesão. Definida que está já a orgânica institucional da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), o projecto de adesão e credenciação será oportunamente direcionado ao Departamento de Museus, Conservação e Credenciação (DMCC), na sua Divisão de Museus e Credenciação (DMC) que ficou com a competência, entre outras (Despacho nº11142/2012) pela credenciação de museus e sua integração na RPM.

Biblioteca Especializada do Museu Municipal

O Museu dispõe de uma Biblioteca Especializada/Centro de Documentação, de temática essencialmente arqueológica e artística e ainda espólio documental de manifesto interesse histórico-cultural, desde o documento escrito à imagem.

São objectivos da Biblioteca do Museu promover estudos sobre as colecções do Museu; integrar bibliografia especializada sobre as mais diversas áreas do conhecimento, que possibilitem e facilitem o estudo dos objectos que fazem parte das colecções museológicas mas, igualmente, sobre a história da própria instituição e do concelho da Figueira da Foz; proporcionar a investigadores académicos (e outros) suportes de pesquisa na área da Arqueologia, Historia da Arte, Museologia e Museografia.

Serviços de Inventário da Biblioteca Especializada:

Registos informáticos:
182 registos novos
205 registos modificados

Registos em Kardex:
5 registos novos
5 registos modificados

Registo no Livro de Entradas: 131 espécies sendo: Aquisição: 0; Doação: 103 e Permuta: 28

2.5.1.2 | Exposições Temporárias

Com o Acervo do Museu Promovidas por Outras Instituições

O Municipalismo em Montemor-o-Velho: 800 anos de História
Organização: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho com Coordenação Cientifica de Maria Helena da Cruz Coelho.
Contexto: exposição comemorativa dos 800 anos da entrega do foral ao Município de Montemor-o-Velho.
Peças cedidas: Ferros galheiros do desaparecido pelourinho de Montemor e pesos em bronze.

Exposição evocativa de Cristina Torres dos Santos (no Casino)

Cristina Torres dos Santos é uma das mais ilustres figuras femininas figueirenses. Nascida na Figueira da Foz a 21 de Março de 1891, desde cedo que frequentou as sociedades operárias, recreativas, educativas, republicanas e maçónicas, tendo festejado nas ruas a implantação da República.
Militante do Partido Republicano Português, fundou em 1911 a Fraternidade Feminina, Associação de Instrução e Beneficência responsável pelo funcionamento de uma escola noturna para raparigas
Foi docente principalmente do ensino técnico na Figueira da Foz e em Braga e simultaneamente uma das mais entusiastas defensoras e colaboradoras do projecto de fundação na Figueira da Foz de uma Delegacia da Universidade Livre de Coimbra (1929), responsável pelo funcionamento de cursos nocturnos de educação básica e por uma obra importante de divulgação cultural.

Evento âncora | MAIO é MUSEU

O mês de Maio foi para o Museu Municipal Santos Rocha (MMSR) um mês de festa, marcado com importantes celebrações, não só pelo facto de ser o mês do seu aniversário 6 de Maio) evento sobre o qual não se quis passar em branco, mas também por ser o mês em que se celebra, anualmente, há 35 anos, o Dia Internacional dos Museus (18 de Maio) e também a Noite dos Museus.

Associada a estes acontecimentos, a Divisão de Cultura, através do seu museu e núcleos museológicos, quis ainda marcar neste mês outras comemorações, igualmente decorridas em Maio.

Um dia com os media - No âmbito desta iniciativa nacional, o MMSR promoveu uma visita exclusiva para órgãos de comunicação social, às reservas do museu (a 3 de Maio).

Em dia de Aniversário – Vem coleccionar os Cromos do Museu (a 6 de Maio)

Com a Orquestra Ligeira do Centro Recreativo Atlético Santamarense | Academia de dança Kompassitos | Uhbau & companhia | Banda de Metais da Sociedade Boa União Alhadense| Escola Profissional da Figueira da Foz.

Em dia de aniversário o MMSR abriu as portas a toda da comunidade para uma tarde de diversão e cultura, que teve início às 15h na entrada principal do museu com a actuação da Orquestra Ligeira do Centro Recreativo Atlético Santamarense. A partir das 16h foi tempo de os visitantes, munidos da sua "caderneta de cromos" partirem à descoberta dos "cromos do Museu", isto é, das peças escolhidas e comentadas pelos técnicos do museu. Mas não sem antes, e em jeito de homenagem às Mães, pois que se celebrava também nesta data o Dia da Mãe, ouvirem o Vereador da Cultura, António Tavares, comentar duas peças seleccionadas da sala de escultura religiosa: precisamente os dois conjuntos que representam as "Santas Mães": à tarde, outras iniciativas surgiram, como o momento dançado pelas crianças da Academia de Dança Kompassitos.

O dia terminou próximo das 18h00 com a actuação da Banda de Metais da Sociedade Boa União Alhadense e ainda com a surpresa preparada pelos alunos da Escola Profissional da Figueira da Foz: o bolo de Aniversário do museu.

Uma noite no museu…Santos Rocha (A 11 de Maio)

Dia 11 de Maio de 2012, os 20 melhores alunos do 7º ano de escolaridade da Escola Cristina Torres passaram uma noite diferente no Museu Municipal Santos Rocha.

Para esta noite, e em jeito de viagem, tiveram direito a um passaporte, com *check in* às 20h00. Após o jantar partilhado, o início das actividades teve lugar às 21h30., com um teatro de sombras e fantoches "À noite no Museu…Santos Rocha" seguido de uma visita

ao museu, iluminado apenas com lanternas. Os visitantes descobriram os diferentes animais enumerados no teatro que se encontram dispersos pelas salas e peças do museu.

O programa prosseguiu no jardim interior, com a simulação de uma escavação arqueológica em quadrícula bastante rica em achados arqueológicos, consolidando desta forma o conteúdo programático da Pré-história. Ainda neste âmbito fizeram fogo, utilizando-o para se aquecerem e confeccionarem algumas iguarias, expressando depois a sua veia artística com pinturas feitas com carvão.

Cerca das 0h30, e após a higiene pessoal, rumaram à sala de arqueologia, para visualização de um filme. A adrenalina era muita e só pelas 03h00 o sono chegou.
A luz do dia acordou-os bem cedo e o pequeno-almoço com pão quentinho teve lugar às 08h30. Cheios de energia e boa disposição ainda tiveram tempo para coreografar e dançar ao som de várias músicas.
Check out dia 12 às 9h30, numa viagem que certamente ficará na memória.
De referir que esta ação surgiu em parceria com professoras de História da Escola Cristina Torres e que as actividades foram todas asseguradas pelos técnicos do Museu Municipal Santos Rocha.

Comemoração do Dia Internacional dos Museus

Subordinado ao tema lançado pelo ICOM "*Museus num mundo em mudança – Novos Desafios, Novas Inspirações"* o MMSR associou-se novamente a estas comemorações e os visitantes gozaram, como habitualmente, de entrada gratuita.

A 18 e 19 Maio: Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus, o vasto programa teve início na manhã de 18 com a inauguração da exposição de Bonsai "No Jardim de Zhang Huai", que foi visitada durante o dia por alunos de diversas escolas do concelho.

No dia 19, sábado, durante a tarde o MMSR foi palco de um Workshop "Iniciação Geral à Arte do Bonsai", organizado pela UHBAU & Companhia, Associação Sócio-Cultural, como complemento à exposição temporária "No jardim de Zhang Huai". Às 16h, no Espaço Chá, deu-se início a uma viagem pelos aromas, e foram servidos chás de diferentes sabores e destinos.

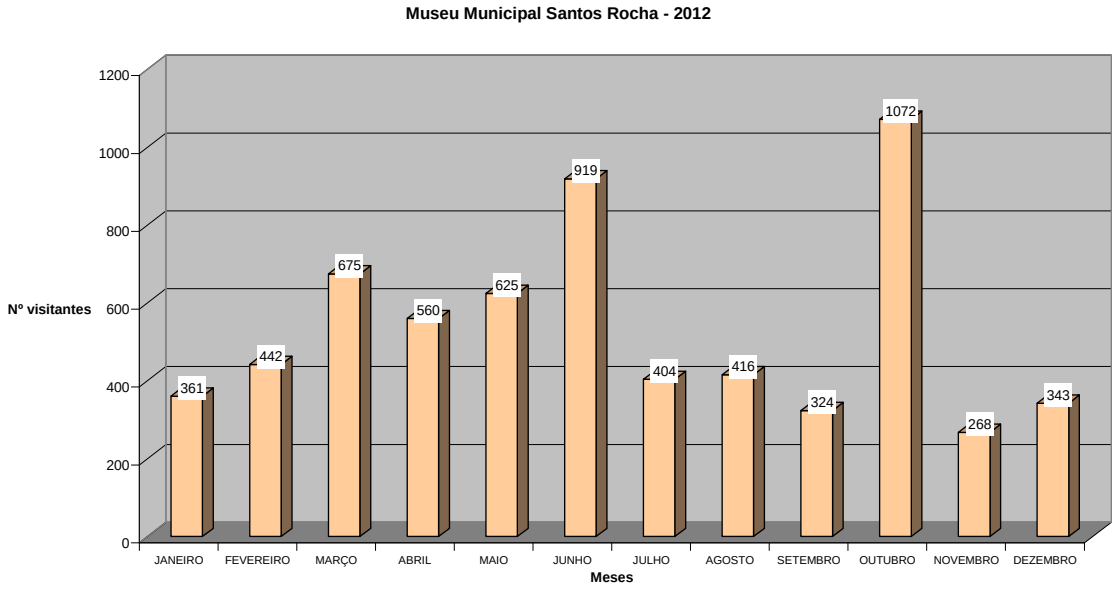
À noite, pelas 21h30, o Museu tornou a abrir as suas portas e presenteou os visitantes e convidados com uma visita musicada "Passeio de Clio num Museu Imaginário de Obras Musicais", pelo Conservatório de Música David de Sousa. Em ritmo de passeio, foi possível apreciar 10 momentos musicais em 10 locais distintos:

SALAS	MOMENTO MUSICADO
Exposição Cunha Rocha	Coro
Escultura Religiosa	Flauta solo
Numismática	Guitarra
Indo-portuguesa	Harpa e Piano
Etnografia	Marimba (Bach)
Armas	Trompa solo
Arqueologia	Flauta + Guitarra Clarinete + Piano
Hall do Coche	Canto (vozes de Mariana e Hugo)
Indo-portuguesa	Violino
Jardim da SET 2	Trompetes

No dia 20, domingo, a exposição “No Jardim de Zhang Huai” continuou a aguardar pelo olhar do visitante, nesta tarde animada ao som da guitarra.

Estatística de Visitantes

O Museu recebeu um total de seis mil, quatrocentos e nove visitantes ao longo do ano, sendo de salientar os meses de Março, Maio, Junho e Outubro como aqueles em que se verificou uma maior afluência de públicos.



Visitas Guiadas

Foram recebidos variados pedidos, de instituições diversas e de vários pontos do país, solicitando visitas guiadas ao Museu, que mereceram sempre o acompanhamento e informação adequada por parte dos seus técnicos.

Todas as actividades realizadas no âmbito do Serviço Educativo foram concebidas tendo sempre em consideração o seu enquadramento dentro das colecções do Museu Santos Rocha, quer em exposição permanente, quer em exposição temporária, bem como actividades que envolvessem temas de interesse municipal. Tal como no ano precedente, sempre que possível foram envolvidos os assistentes técnicos e operacionais destacados para o serviço ao fim-de-semana, quando as actividades se realizavam.

Serviço Educativo Museu Municipal Santos Rocha

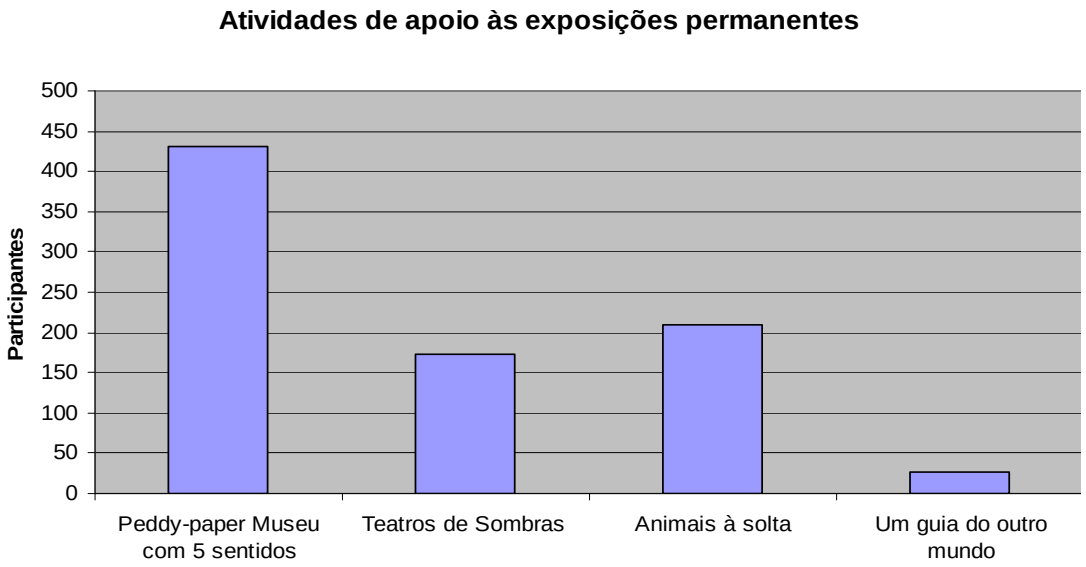
No ano 2012, salientamos a continuidade do projecto - **O Museu na Escola – Projecto de sensibilização patrimonial, divulgação e aproximação do Museu e das suas colecções às escolas do concelho (1º, 2º e 3º CEB).**

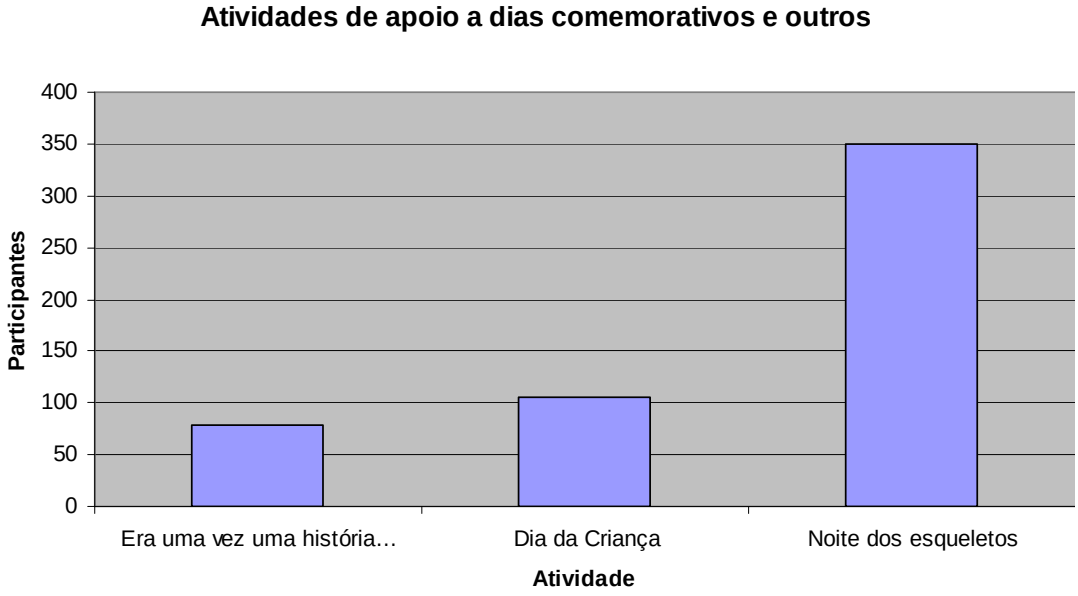
Pretendendo levar aos estabelecimentos de ensino do concelho que não têm facilidade de transporte, algumas da colecções do museu (permanentes ou que se encontram em reserva), o Museu explorou e deu a conhecer nas salas de aula as colecções de Arqueologia, Armaria e Traje, Tecidos e Adornos Pessoais a cerca de 400 alunos da Figueira da Foz.

Sem dúvida, a colecção de arqueologia continua a ser a que desperta maior interesse no público, sendo também a mais solicitada pelos professores no âmbito do projecto “O Museu na Escola”.

De todas as actividades de apoio a exposições permanentes, o Peddy-paper Museu com 5 sentidos tem sido efectuado com maior periodicidade tendo em consideração o interesse que desperta no público e a forma lúdica como levamos a história do Museu e do seu espólio aos mais jovens.

No entanto a actividade da Noite dos Esqueletos que encenou-se um cenário com guilhotina para o público ser retratado em fotografia de estúdio e poder levar uma “carte de visit” dessa noite. “Noite dos Esqueletos”, à semelhança do ano anterior, foi sem dúvida a que conseguiu cativar a atenção do maior número de público (conforme se pode constatar pela leitura do gráfico apresentado).





Fonte: Estatística da Divisão de Cultura, 2012

2.5.1.3 | Núcleo Museológico do Mar - NMM

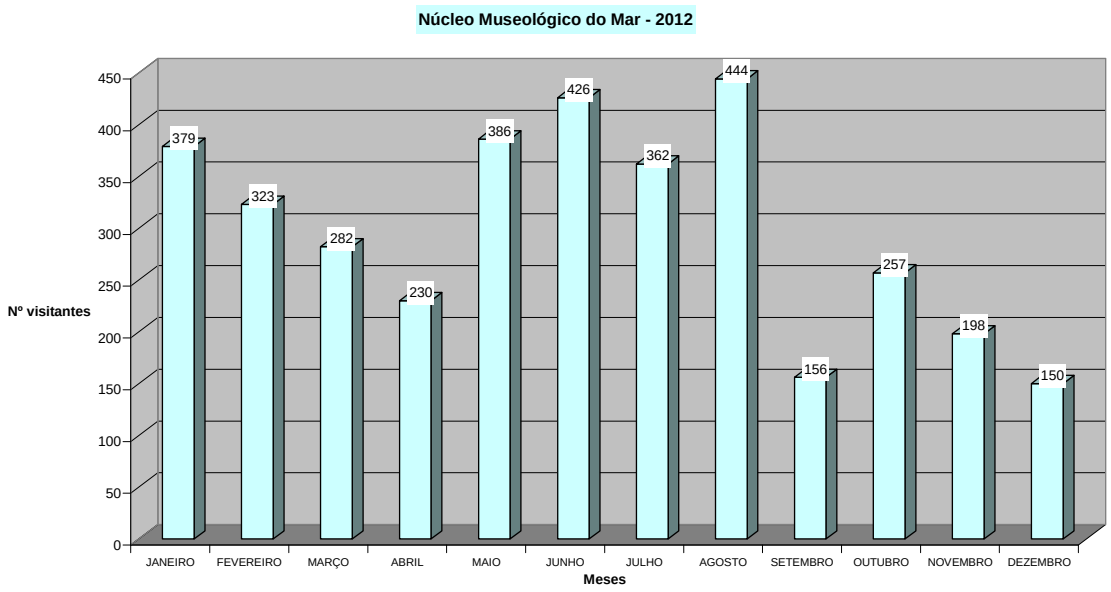
Sob a dependência orgânica do Museu Municipal Santos Rocha, o Núcleo Museológico do Mar (Buarcos) foi inaugurado, em 29 de Maio de 2003 e nasceu da necessidade - há muito sentida - de recuperar e divulgar algumas das principais memórias históricas e práticas piscatórias mais identificativas das comunidades da orla costeira do concelho da Figueira da Foz.

Assume-se, desde a sua fundação como um espaço de memória e de divulgação de testemunhos expressivos para a identificação histórico-cultural concelhia, visando a missão de:

- Preservar, valorizar e enriquecer o património à sua guarda;
- Recolher, inventariar, estudar e divulgar objectos e/ou colecções, fontes e testemunhos humanos e materiais, socioculturais, etnográficos, industriais e outros que, de algum modo, estejam ligados às actividades marítimas e piscatórias próprias do contexto local e regional;
- Criar meios de participação das comunidades envolventes e divulgação dos seus objetivos e das suas actividades aos mais diversos públicos.

Salienta-se a abertura a 3 de Abril de 2012 do núcleo expositivo dedicado à colecção de conchas e corais, ilustrando sumariamente a riqueza e variedade de espécies animais dos mares quentes do planeta Terra.

No ano 2012, visitaram o Núcleo Museológico do Mar 3593 pessoas (significando um aumento de 36% em relação ao ano anterior), destacando-se o mês de agosto como aquele que captou o maior número de visitantes (cerca de 450). A sua localização geográfica e a temática que lhe está inerente muito contribuíram para este número de visitantes em plena época balnear.



Fonte: Estatística da Divisão de Cultura, 2012

Serviço Educativo do Núcleo Museológico do Mar

O Serviço Educativo constitui-se como um programa integrado de visitas orientadas, atividades lúdicas e ateliers temáticos, assente em objectivos pedagógicos e explicativos das temáticas do Núcleo e adequado aos diferentes níveis etários e/ou de escolaridade.

Com este objectivo, desenvolveu actividades para cerca de 900 crianças de estabelecimentos de ensino da Figueira da Foz, sendo que mais de 80% são oriundas de instituições sediadas em Buarcos.

QUADRO I		
Actividade realizada	Instituição visitante	Nº de visitantes
Polvo	Jardim de Infância de Buarcos	23
Porta lápis do Peixe	Jardim de Infância de Buarcos	23
Canastra	Jardim de Infância de Buarcos	43
Canastra	Goltz de Carvalho	49
Jogo da Biodiversidade	Jardim de Infância de Buarcos	68
Jogo da Biodiversidade	Goltz de Carvalho	12
Jogo da Biodiversidade	Academia Sopa de Letras	15
Jogo da Biodiversidade	ATL Misericórdia de Buarcos	12
Hora do Conto	Jardim Infância Buarcos	25
Hora do conto + Cana de pesca e peixe	Jardim de Infância de Buarcos	23
Hora do Conto + Pinguim	ATL Misericórdia de Buarcos	12
Hora do Conto+Pinguim	CPB -Jardim de Infância	17
Hora do Conto + Patinho feio	CPB -Jardim de Infância	14
Hora do Conto + Pai natal	Jardim Infância de Buarcos	25
Mobile do Mar	Academia Sopa de Letras	15
Foquim	Jardim de Infância de Buarcos	23
Foquim	ATL Misericórdia de Buarcos	15
Algibeiras	CPB -ATL	21
Rodilha	Jardim de Infância de Buarcos	22
Jogo do Galo	ATL Misericórdia de Buarcos	15
Jogo do galo	Jardim de Infância de Buarcos	22
Jogo do Galo	ATL Traquinas (K2)	9
Dia Internacional dos Museus – Profissões do mar: Capitão do Porto	EB 1 Serrado	21
Dia Mundial do Salvamento	ATL Traquinas (K2)	10
Profissões do mar: faroleiro	EB1 Castelo – 3º e 4º anos	60
Profissões do mar: polícia marítimo	EB 1 Abadias	75
Jogo da Glória	ATL Brenha	9
Jogo da glória	ATL Traquinas (K2)	7
Origami - sapo	Centro Paroquial de Buarcos - ATL	24
Workshop de Pintura - AAAGPT	ATL Traquinas (K2)	8
Workshop de Pintura - AAAGP	CPB -ATL	25
Peça do Mês: Nêpas	CPB -ATL	20
Atelier de natal	ATL - Caritas Coimbra	60

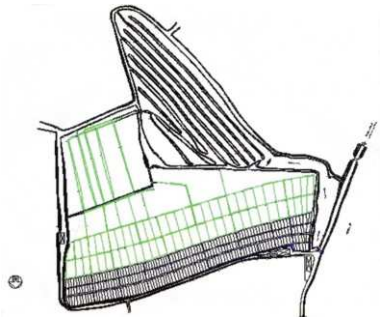
2.5.1.4 | Núcleo Museológico do Sal | Salina do Corredor da Cobra | Armazém de Sal |Revitalização do Salgado

Este espaço, inaugurado em Agosto de 2007, reflecte a essência cultural e natural de um espaço de grande identidade e carregado de simbologia e de magia das actividades ligadas ao Sal. Em seu redor as salinas (marinhas) são tratadas por dois Marnotos. Provocada pelo volume excessivo das águas do canal, a comporta de abastecimento ao viveiro sofreu danos violentos, pelo que se teve que proceder à substituição da comporta antiga. Esta intervenção foi realizada com financiamento do Programa EcosalAtlantis.

As actividades desenvolvidas pelos marnotos na Salina do Corredor da Cobra

A salina do Corredor da Cobra é o local onde assenta o Núcleo Museológico, com uma área total da salina é de 12ha que depois de aberto criou uma dinâmica de comunicação e interactividade entre os elementos Sal, Marnoto e Visitante. A salina Municipal do Corredor da Cobra obriga a um conjunto de trabalhos de manutenção (para além da extração de sal) e que são realizados pelo marnoto contratado pela CMFF, Sr. António Adão d'Almeida.

Planta da Salina do Corredor da Cobra



É ainda de realçar que, para além destes trabalhos, o marnoto ocupa algum do seu tempo na colaboração das visitas guiadas, recebendo os visitantes no armazém e orientando-os para as questões mais técnicas da produção e funcionamento da salina.

O Batel Sal do Mondego, adquirido pelo Município em 2007, foi alvo de uma profunda intervenção. Ainda em 2012 deu entrada na Capitania da Figueira da Foz o pedido de alteração da lotação do batel. Este processo implicou a alteração da tipologia de auxiliar local para marítimo-turística, por forma a aumentar o número de ocupantes (de 11 para 20 ocupantes). Ainda a este propósito foi feita a 1ª vistoria, por parte da Capitania do Porto da Figueira da Foz, com a embarcação a seco, no estaleiro, local onde a mesma se encontrava assente em cavaletes. Esta intervenção foi contemplada no plano de obras de jogo do Casino da Figueira da Foz| 2012.

Rota Pedestre das Salinas, este percurso tem surgido no panorama da Rede de Percursos como sendo o mais utilizado e o mais requisitado por parte de diversas comunidades de pedestriantes. Neste sentido houve uma particular atenção à manutenção deste trilho, especialmente porque alguns painéis e setas direccionais foram vandalizados. Foi adquirida

madeira para, nos serviços de carpintaria do Museu Municipal, serem feitas inúmeras setas direccionais. Esta rota foi alvo de vistoria, em Novembro de 2012, por parte da Federação de Montanhismo.

Projecto para um Plano de Ordenamento da Ilha da Morraceira, no âmbito da implantação de um plano de ordenamento para a Ilha da Morraceira efectuaram se diversas visitas conjuntas entre os técnicos do Município e os Técnicos do IPIMAR e ARH. Foram levantadas as necessidades e apuradas as situações que requerem fiscalização imediata e que dizem respeito a construções ilegais em território protegido, concretamente em salinas, recuperação indevida de armazéns, ou seja, utilização de materiais que não a madeira, ocupação indevida das motas, etc.

V ANIVERSARIO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DO SAL

Sempre ao correr do mote **(a)gosto com sabor a sal,** o Núcleo Museológico do Sal, assume-se cada vez mais como uma força motora para a promoção e divulgação da salicultura da Figueira da Foz, fortemente direcionado para os mais diferentes tipos de públicos. E a prova é o número crescente de visitantes que procuram este espaço.

Após um mês de actividade intensa, a programação do V Aniversario do NMSal trouxe as mais diversas temáticas, focando em particular as questões do artesanato e das tradições, até às questões da alimentação, numa perspectiva artística, transposta para a exposição de foodstyling da autoria de Martina Breidenstein.

Algumas Exposições patentes no NMSAL

- Memória do Sal - Exposição de aguarelas da pintora figueirense Tesha. Compôs esta exposição um conjunto de trabalhos em tela e em papel (aguarelas de grande e pequeno formato), tendo sido dado especial ênfase ao papel da mulher e à sua capacidade inesgotável de se multiplicar;
- Gentes do Sal - Mostra da narrativa fotográfica desenvolvida nas Salinas da Figueira da Foz, no estuário do rio Mondego, pelo fotógrafo figueirense Paulo Mesquita;
- Sal na Boca - Mostra de fotografia da autoria da Martina *Breidenstein.* O processo, que se iniciou com ingredientes simples, tornou-se um misto de sentimentos e emoções no momento de registar e provar, onde se demonstrou o amor como condimento principal.

Outras Acções Desenvolvidas

Estudo para **"Adaptação da Salina a visitantes com deficiência motora, invisual e de visão diminuída",** adjudicado à Empresa Limonium. Este estudo cumpriu o objectivo final e foi apresentado no Salão Nobre a todos os técnicos da Autarquia, interessados neste processo, bem como ao Executivo.

Estudo para **"Inventariação do Património Salícola da Figueira da Foz"**, adjudicado à empresa Sui generis. Este estudo foi composto por recolha exaustiva de todo o património material e imaterial no território das salinas da Figueira da Foz. Foi entregue um relatório inicial
Execução da obra de **"Reabilitação do acesso ao Núcleo Museológico"** – por parte da DEP
O projecto em referência incluiu não só a pavimentação como também o reforço do talude junto ao pontão e que se encontrava em ruína.

Cine'Eco na Salina Municipal. Mostra de cinema ambiental (extensão do Festival Internacional de Cinema Ambiental da Serra da Estrela).

Oficina de artesanato *Como fazer um COFINHO*. Cestos tradicionais utilizados pela comunidade de marnotos para a apanha das Enguias.

Rota Pedestre das Salinas. Percurso interpretativo aberto à comunidade.

Workshop de Fornos Solares. Palestra breve sobre fornos solares, demonstração da construção do forno solar tipo funil, degustação de alguns petiscos solares (ex: pão com salicórnia, sardinha na telha, etc.).

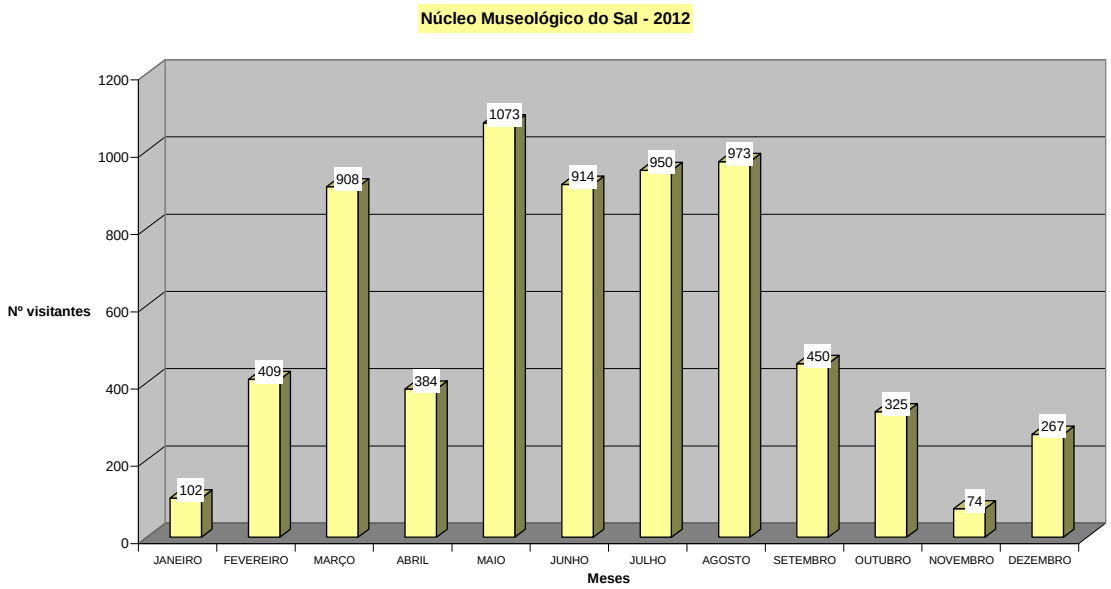
Estreia da curta-metragem ***A Dança dos Flamingos****,* do realizador Luis Albuquerque.

SAFRA à antiga, por um dia. Participação da comunidade na recolha do primeiro sal da safra 2012 da salina municipal. Partilha de merenda, conforme hábito entre a comunidade de marnotos e salineiras.
Das Salinas ao Moinho. Passeio de kayak pelo rio Pranto. Com saída do Núcleo Museológico do Sal até ao Moinho de Maré das Doze Pedras.

Palestra Marte e o Universo*,* aberta à comunidade *e com* observação de estrelas, promovida pelo Rotary Club da Figueira da Foz

Visitas solicitadas ao Núcleo

O ano de 2012 contou com 6.829 visitantes ao NMSal (significando um aumento de 7% em relação ao ano anterior), tendo sido os meses de Maio, Julho e Agosto aqueles que apresentaram maior número de visitas.



2.5.1.5 | Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás

A Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás (BPMPFT), com 101 anos de existência como unidade orgânica do Município serve uma população residente de 62 124 (HM), de acordo com os dados preliminares dos censos de 2011. Encontrando-se ainda em fase de contratualização com a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), com vista à integração na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), tem enquadramento numa tipologia BM3, para concelhos com mais de 50 000 habitantes.

As actividades de promoção da leitura e do livro realizadas em 2012 foram contínuas relevando sempre o importante contributo do serviço público para a formação cultural das populações locais.

Promoção do livro e da leitura

5as de Leitura

Fruto da colaboração estabelecida, desde 2009, entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Fundação Calouste Gulbenkian, o projecto 5as. de Leitura, tem vindo a sedimentar-se e a acontecer regularmente, nos mais diversos equipamentos culturais do Município da Figueira da Foz.

Este projecto, visa a promoção e o incentivo à leitura através da realização de encontros do público com escritores de língua portuguesa, bem como a divulgação das respectivas obras literárias junto de instituições distintas como colectividades, estabelecimentos de ensino e bibliotecas de freguesia, entre outras.

Estas acções ocorrem às quintas-feiras, excepcionalmente à sexta-feira, na Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, e pontualmente em outros equipamentos culturais do Município, nomeadamente no Museu Municipal Santos Rocha, Auditório Municipal da Figueira da Foz e no Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz.
No âmbito deste projeto já contámos com a participação de destacadas figuras do panorama intelectual nacional, nomeadamente; António Barreto, António Mega Ferreira, António Vitorino d'Almeida, Afonso Cruz, Emílio Rui Vilar, Fernando Rosas, Daniel Sampaio, Eduardo Lourenço, Fernando Dacosta, Manuel António Pina, Manuel Maria Carrilho, Gonçalo M. Tavares, Hélia Correia, Irene Flunser Pimentel, Lídia Jorge, Mário Cláudio, Eduardo Agualusa, Mia Couto, João Tordo, Valter Hugo Mãe, José-Augusto França entre outros.

Livros em Trânsito

Visando a criação de uma plataforma de distribuição de publicações, em que se articula a entrada de um crescente número de doações particulares com a resposta que se pretende dar à procura de fundos para bibliotecas de outras organizações, surge o serviço ***Livros em Trânsito*** que em 2012 procedeu à organização de mais de 3500 volumes para oferta.

Ao nível das entregas, registaram-se cerca de 75 doações de particulares, com identificação, seleção e encaminhamento dos volumes recebidos.

Quanto às ofertas, procedeu-se à entrega de um total de 2100 volumes, distribuídos por instituições locais e nacionais, bem como para uma instituição de ação humanitária que recolheu material livro para apoio ao desenvolvimento de bibliotecas na Guiné Bissau.

Parceria Cultural e de Promoção da Leitura

O Município da Figueira da Foz estabeleceu em 2012 um protocolo de colaboração com a empresa Celulose Beira Industrial (celbi) S.A., no âmbito da qual foram oferecidos exemplares do livro didático "Xadrez – Criatividade em Papel, da autoria do escritor Figueirense Miguel Babo, a escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Bibliotecas Escolares do Concelho. Foram oferecidos um total de 41 exemplares do livro.

Comunidade de Leitores da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz

Aberta à participação do público em geral, esta iniciativa promove a reunião em torno do livro e a partilha de impressões de leitura. Realiza-se mensalmente, no último sábado do mês na Biblioteca Municipal e é coordenada por Miguel Gouveia, responsável pela editora infantil Bruáa, com sede na Figueira da Foz

O Leitor do Mês

Projecto de promoção da leitura, iniciado em 2006, que tem também como objetivo a divulgação do fundo documental infanto-juvenil da Biblioteca Municipal. Em cada mês, um leitor, criança ou jovem até aos 14 anos de idade, é eleito o melhor Leitor do Mês anterior, em função dos registos de empréstimo domiciliário. O seu nome e fotografia ficam em evidência na Sala Infanto-Juvenil durante o mês seguinte e recebe a oferta de um livro.

Apresentação de Livros

A abertura à comunidade é também evidente no apoio dado à apresentação e lançamento de livros de autores locais e outros que solicitam a colaboração da Biblioteca Municipal na organização dos eventos. Durante o ano de 2012, a Biblioteca Municipal promoveu e apoiou, disponibilizando um espaço, dinamizando a divulgação e o apoio logístico necessário, a apresentação de diversos livros, numa perspectiva de abertura à comunidade e de incentivo à escrita e à leitura:

- *Riacho de Prata*, de Paula Sá
- *A Formiguinha Leonor*, de Vânia Tavares
- *A Cadeira que queria ser sofá*, de Clóvis Levi com ilustrações de Ana Biscaia
- *Gato Persa Social Clube*, de Teresa Lopes Vieira (no âmbito da apresentação a autora promoveu um worshop de escrita criativa)
- *Osvaldo enfeitiçador de cobras e lagartos*, de Helena Osório com ilustrações de José Rodrigues
- *2011: O ano em que o mundo quase acabou,* de Pedro Esgalhado

Comemorações da Semana da Leitura | A "Festa da Leitura"

A Comissão do Plano Nacional de Leitura lançou pelo sexto ano consecutivo a "***Semana da Leitura".***

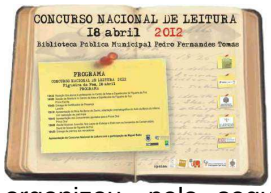
A Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás associou-se a esta iniciativa promovendo diversas actividades associando-se à comunidade escolar do concelho para assinalar a Semana da Leitura, uma iniciativa anual do Plano Nacional de Leitura, pelo sexto ano consecutivo, com organização da Biblioteca Municipal. Desenvolveu-se um conjunto diversificado de iniciativas de promoção do Livro e da Leitura, que decorreram pelas diversas escolas do concelho e equipamentos da Divisão de Cultura, entre 2 e 23 de Març, que contou com a presença de vários autores como Paula Sá, Catarina Garcia, David Machado e Helena Rosso, apresentações de livros, mostras bibliográficas e documentais, dirigidos fundamentalmente à participação da comunidade escolar, professores, pais e educadores.

Algumas das Actividades Realizadas no Âmbito das Comemorações da Semana da Leitura, de 2 a 10 de Março

- **2 de Março** – Apresentação do Livro ***Riacho de Prata***, da autoria de Paula Sá: participaram 39 alunos e professores das Escolas do 2º e 3º Ciclos Dr. João de Barros e Pintor Mário Augusto – Alhadas;
- **5 de Março** – **"Hora do Conto" com Visita Guiada à Biblioteca Municipal**: participaram 31 alunos e professores da Escolas do 1º.CEB de Matas e Matos;
- **5 de Março**, pelas 08h30 da manhã, todas as Escolas do Concelho da Figueira da Foz compartilharam um momento de leitura intitulado ***"Todos a Ler nas Escolas";***
- **6 de Março** – Actividade de Promoção da Leitura **"Histórias em Movimento",** no 2º. Jardim-Escola João de Deus da Figueira da Foz: participaram 20 crianças de 2 anos de idade e Educadores;
- **6 de Março** – **Palestra sobre BookCrossing**, realizada por **Margaret Santos** da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha; participaram 20 alunos e professores da Escola Secundária c/ 3º. Ciclo – Dr. Bernardino Machado;
- **7 de Março** –"**Hora do Conto" na Biblioteca Municipal**: participaram 23 crianças e Educadora do Jardim-de-infância Bela Vista da Figueira da Foz;
- **7 de Março** – "Hora do Conto" com Visita Guiada à Biblioteca Municipal: participaram 36 alunos e professores da Escola do 1ºCEB de Marinha das Ondas;
- **8 de Março** – Actividade **Comemorativa do Dia Mundial da Mulher em colaboração com o INTEP** da Figueira da Foz – Curso Técnico de Apoio à Infância: participaram 25 alunos e Educadora do Jardim-de-infância de Regateiros;
- **8 de Março** – Actividade **de Promoção da Leitura** dinamizada pela Escola Secundária com 3º.CEB Dr. Bernardino Machado **"Invenção Imaginação e Criatividade**"; participaram cerca de 65 alunos e professores;

- **9 de Março** – Actividade de Promoção da Leitura o **"Baú das Histórias "**, no Jardim-escola João de Deus de Alhadas: participaram 21 alunos dos 3º e 4º anos de escolaridade;
- **9 de Março** – **Encontros com Escritor David Machado:**
- **10 de Março** – Apresentação da **Peça de Teatro " Histórias de uma Recepção",** pelo **Grupo de Teatro Infantil do TASE**": participaram cerca de 60 crianças e adultos.

Concurso Nacional de Leitura – Final Distrital | Abril 2012



Projecto promovido pelo Plano Nacional de Leitura e apoiado pelo Ministério da Educação, Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas, Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e Rede de Bibliotecas Escolares. A Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás organizou, pelo segundo ano consecutivo, em parceria Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) e o Plano Nacional de Leitura (PNL), em articulação com a RTP e Rede das Bibliotecas Escolares, a fase distrital de Coimbra da *6ª. Edição do Concurso Nacional de Leitura (CNL) 2011/2012.*

As Provas de selecção tiveram lugar, no dia 18 de Abril, no Pequeno Auditório do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz. A sessão de abertura, ocorreu pelas 13:50, na mesma participaram 80 alunos do 3º. Ciclo do Ensino Básico e Secundário, bem como os seus professores.

Após a realização das provas presididas por um Júri Vereador da Cultura António Tavares, a escritora Maria João Lopo de Carvalho e a professora coordenadora inter-concelhia do Programa de Rede de Bibliotecas Escolares, os alunos envolvidos nesta iniciativa puderam assistir a actividades de âmbito cultural e lúdico, promovidas pela Divisão de Cultura da Câmara Municipal e pelo Conservatório de Musica David Sousa. Nesta iniciativa este presente a escritora Maria João Lopo de Carvalho, a mesma partilhou alguns dos seus livros e vivências com os jovens participantes.

História a Várias Mãos

História a Várias Mãos é uma iniciativa do Grupo de Trabalho Concelhio da Figueira da Foz, a desenvolver no âmbito da Semana da Leitura 2013, dirigida às Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico do concelho da Figueira da Foz, visando uma experiência de escrita criativa e colaborativa sobre o tema da leitura.

O período de redacção de *História a Várias Mãos* teve início a 29 de Outubro de 2012 e terminará a 18 de Março de 2013. A apresentação final da história será efectuada no Dia Internacional da Biblioteca Escolar de 2013 e a história "editada" on-line pela autarquia.

Palavras Andarilhas – Estafeta de Contos

A Biblioteca Municipal associa-se regularmente a iniciativas promovidas por outras bibliotecas e, sempre que possível, a todas as acções que envolvam o incentivo à leitura. A participação na Estafeta de Contos, iniciativa promovida pela Biblioteca Municipal de Beja no âmbito do encontro de contadores Palavras Andarilhas, é uma das realizações em que participa e que, em 2012, trouxe até às suas instalações a contadora da Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas de Mira, e levou a Biblioteca Municipal da Figueira da Foz à Biblioteca Escolar do Colégio Nossa senhora de Fátima, em Leiria.

Concurso Concelhio de Leitura 2012/2013

No âmbito da programação para as comemorações da Semana da Leitura 2013 o município e o grupo Concelhio de Trabalho decidiram criar o seu próprio concurso de Leitura, dando assim continuidade à organização da fase distrital do ao propósito do Concurso Nacional de Leitura, promovido pelo Plano Nacional de Leitura. Este concurso é dirigido às Escolas do Segundo Ciclo do Ensino Básico deste concelho, alargando assim a participação dos alunos deste nível de ensino num concurso de leitura. A final do mesmo terá lugar em Fevereiro de 2013.

Prémio Literário João Gaspar Simões

No âmbito da edição 2010 do Prémio Literário João Gaspar Simões, foi editado em Outubro pela editora Oficina do Livro, com o apoio do Município da Figueira da Foz, o livro com a obra premiada, *O Fotógrafo da Madeira***,** do autor António Manuel Melo Breda Carvalho.

A Câmara Municipal da Figueira da Foz promoveu a edição de 2012 do Prémio Literário João Gaspar Simões, instituído bienalmente, com a finalidade genérica de promover a produção de originais em língua portuguesa, sendo a edição deste ano a de prosa narrativa sob a forma de romance ou novela.

O prémio atribuído tem o valor de € 3.000,00 contando com o apoio da 1.ª edição da obra premiada, com prazo limite de entrega a 31 de Dezembro de 2012.

Edições Municipais

SONETOS, de António dos Santos e Silva

Integrado na série "Cadernos Municipais" (44º volume), com capa do artista plástico Jorge Pinheiro, "Sonetos" livro de António dos Santos e Silva segue-se aos doze trabalhos já publicados pelo Autor, com natural destaque para a poesia.

Natural de Coimbra (23/01/1931), licenciado em Engenharia Civil, António Fernando Rodrigues dos Santos e Silva radicou-se na Figueira da Foz, onde foi Director dos Serviços Municipalizados.

"...Bastou-me ler rapidamente os seus versos para ver tudo: um poeta autêntico, sem um deslize de estilo, sem uma nota de mau gosto.

E exprimindo-se numa linguagem lírica que, embora levemente antiquada (digo: não modernista), trai um equilíbrio, uma verdade de alma perfeitos..."

Vitorino Nemésio

Santos Rocha: A Arqueologia e a Sociedade do Seu Tempo

A obra "Santos Rocha: a Arqueologia e a Sociedade do seu Tempo", coordenada pela docente universitária Raquel Vilaça e Sónia Pinto, arqueóloga do Museu Municipal Santos Rocha foi apresentada, pelo Director do Museu Monográfico de Conímbriga Virgílio Correia, no Casino Figueira, pelas 18H30.

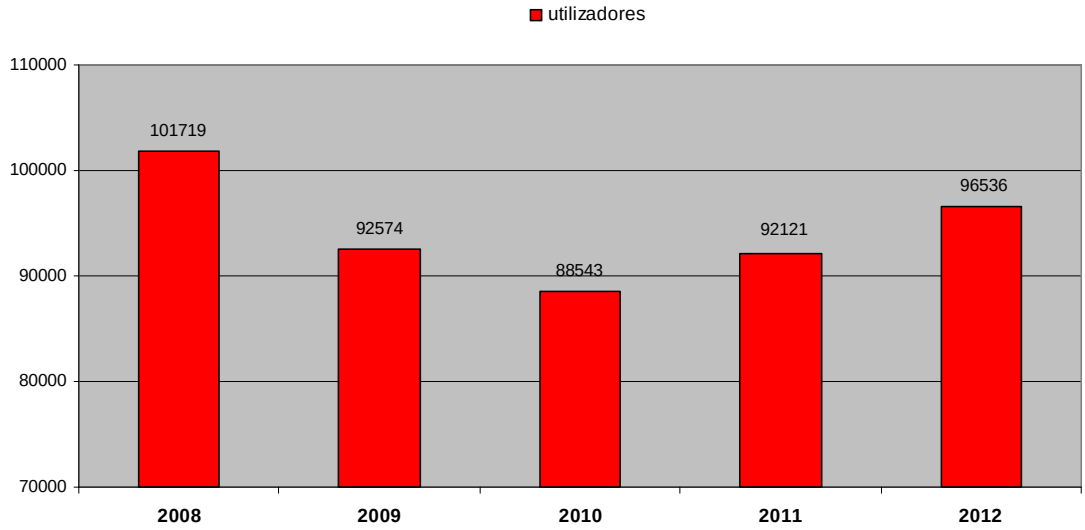
Tratou-se do resultado do Colóquio realizado pelo Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra e o Museu Municipal Santos Rocha, com o intuito de "celebrar Santos Rocha enquanto figura da Figueira de mérito e investigador".

Ao todo, a obra integra oito textos de 12 autores de seis instituições, numa publicação que não seguiu um caminho "saudosista, antes de trazer Santos Rocha ao nosso tempo (...) "

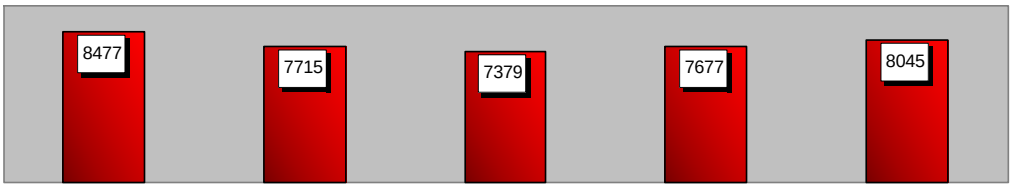
Frequência Geral

Continuou a verificar-se a tendência de aumento da estimativa de frequência geral da biblioteca municipal, iniciada no ano anterior, com um acréscimo de 5% do **número de visitas** relativamente ao ano anterior e de acordo com os dados apresentados no gráfico que se segue. Em 2012, os meses em que se verificaram os valores extremos de frequência foram Janeiro e Setembro, tendo-se registado um volume de 8830 no primeiro e de 6940 no segundo, verificando-se pela primeira vez em quatro anos uma média mensal de frequência que ultrapassa as oito mil visitas.

FREQUÊNCIA ANUAL
Biblioteca Municipal



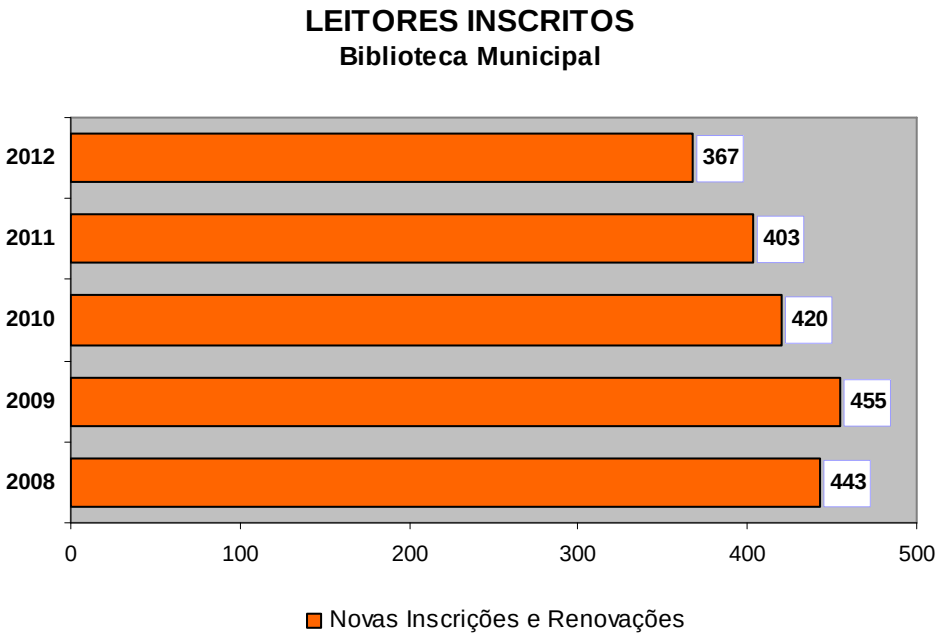
MÉDIA MENSAL



De notar que as estimativas de frequência são calculadas em conformidade com as diretrizes da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas, que em 2012 transitou para a Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 103/2012 de 16 de maio.

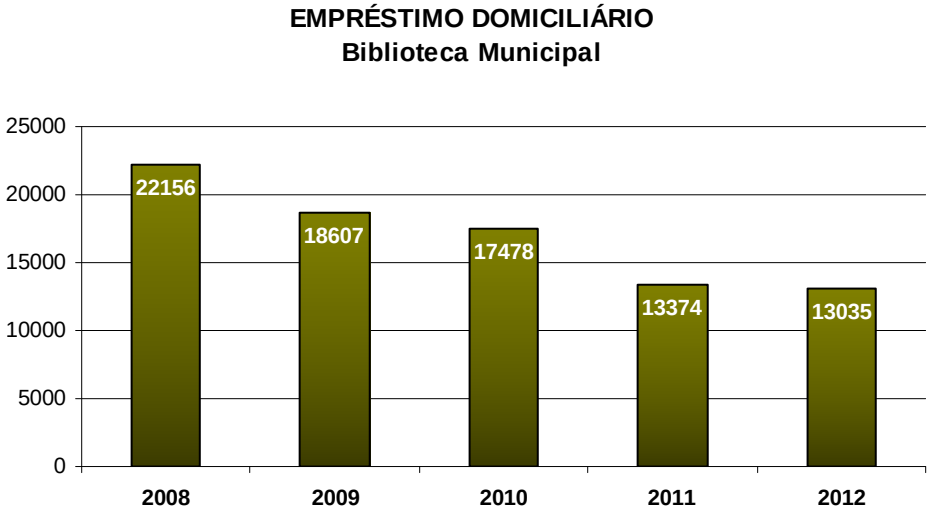
Empréstimo Domiciliário – leitores inscritos

Por outro lado, uma vez mais o aumento do número de visitas relativamente ao ano anterior não se traduziu no número de novas inscrições ou renovações registadas no serviço de empréstimo domiciliário em 2012, conforme tendência representada em gráfico. Este decréscimo resulta da diminuição do número de novos inscritos (-8%) e do número de renovações (-13%), apesar de em 2012 o número de renovações continuar a ser mais elevado relativamente às efetuadas em 2010 (+53%) e em 2009 (+45%).



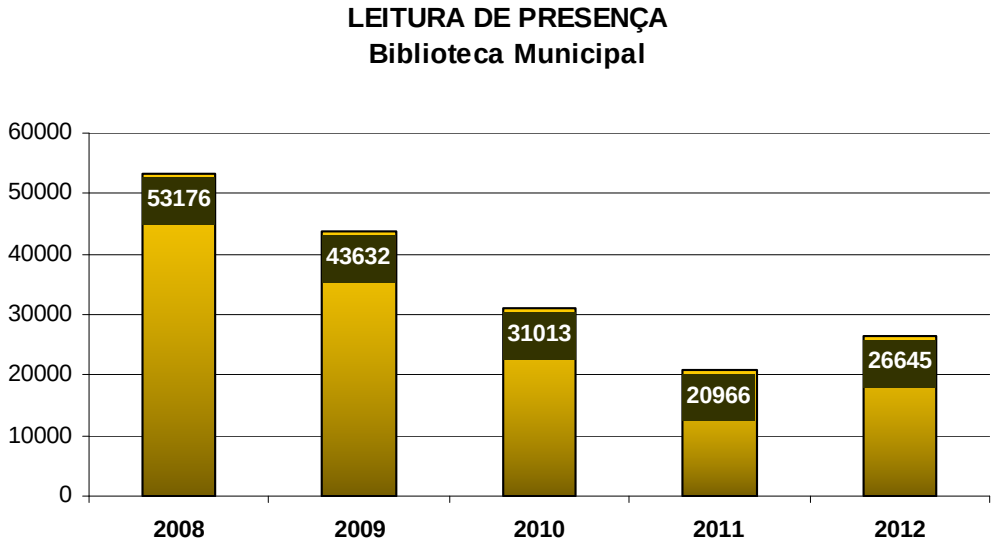
Empréstimo Domiciliário – requisições de empréstimo

O número de movimentos de empréstimo domiciliário continuou a registar nova diminuição, agora menos acentuada, com uma quebra no volume de requisições de aproximadamente 3% relativamente ao registado no ano anterior, verificando-se contudo um acréscimo no número de livros requisitados (6300, relativamente a 6212 em 2011).



Empréstimo Local − Leitura de presença

Relativamente à consulta local de publicações e outros documentos, registou-se um aumento do volume de movimentos, pela primeira vez nos últimos quatro anos, conforme gráfico que se apresenta. Esta tendência coincide com o que se verifica na frequência mensal da biblioteca municipal em 2012 que, como já referido, aumentou pela primeira vez nos últimos quatro anos.



Representando o registo de consulta da documentação do fundo local cerca de 32% do volume de toda a documentação consultada ao longo do ano de 2012, manteve-se a diminuição no registo da consulta da documentação daquele fundo embora menos acentuada do que no ano anterior, verificando-se apenas uma diminuição de 6% (a diminuição verificada no ano anterior foi de 20%) uma vez que a uma menor movimentação dos jornais e outras publicações periódicas locais (figueirenses e regionais) - menos 17% do que no ano anterior - correspondeu um aumento dos movimentos de consulta sobre as obras em sala, maioritariamente monografias - mais 30% do que no ano anterior.

Relativamente a obras entregues pelos investigadores que realizaram trabalhos a partir da documentação do fundo local, deram entrada neste ano os seguintes títulos:

Obras não publicadas:

José Maria Cardoso e Júlio Gonçalves: dois republicanos que se cruzam na história local e nacional: 15 dez.2012 a 12 jan.2013. Figueira da Foz: Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás, 2012. 23 p.

MEDINA, Vitor - *O associativismo na Terra do Limonete: memórias e tradições*. [Tavarede]: V. Medina, [2012]. 3 vol.

Obras publicadas:

AFONSO, Joaquim - *Vidreira da Fontela: histórias de uma vida*. [Figueira da Foz]: Casino Figueira, 2012. 93, [2] p. ISBN 978-989-97297-9-7

PINTO, Inês - O Mosteiro de Santa Maria de Seiça nos meados do século XIX

In: *Litorais*. - Figueira da Foz: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, 2012. - Ano 9, n.º 13 (Jun.2012). - P. 71-101

PINTO, Sónia Ferreira - O sal e o Núcleo Museológico do Sal da Figueira da Foz: identidade de uma região

In*: Arméria: boletim informativo da SETA*. - Lisboa: SETA, 2012. - N.º 22 (Nov.2012). - P. 8-10

RODRIGUES, Mélanie - A emigração feminina no concelho da Figueira da Foz com destino a França (1960-1975)

In*: Litorais*. - Figueira da Foz: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, 2012. - Ano 9, n.º 13 (Jun.2012). - P. 41-58

SIMÕES, Isabel; MAIA, Teresa - A Voz da Justiça ou uma voz amordaçada: um jornal republicano

In*: Litorais*. - Figueira da Foz: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, 2010. - Ano 7, n.º 11 (Jun. 2010). - P. 81-93. - Litorais. - Figueira da Foz: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, 2012. - Ano 9, n.º 13 (Jun.2012). - P. [7]-27

VAQUINHAS, Irene - O *Casino da Figueira: sua evolução histórica desde o Teatro-Circo à actualidade: 1884-1978*. Coimbra: Palimage, 2012. 591 p. ISBN 978-989-703-042-0

TAVARES, António, ed. lit.; FERREIRA, Isabel Cardoso, ed. lit. - *Litorais: revista de estudos figueirenses: publicação semestral da Associação Doutor Joaquim de Carvalho*. Ano 1, n.º 0 (Maio 2004) - Figueira da Foz: A.D.J.C., 2004. Il. - **Número: 13**

Acesso à Internet e Autoformação em Tecnologias da Informação

Apesar da não realização de sessões de aprendizagem e formação em TIC nos espaços Internet da biblioteca e da continuação da disponibilização de rede sem fios para acesso à Internet, verificou-se um ligeiro aumento da utilização destes espaços, nomeadamente na área reservada a jovens (a partir dos 14 anos) e adultos, relativamente à registada no ano anterior.

O gráfico que se apresenta reflecte o número de utilizações contabilizadas, tendo por referência unidades de meia hora. Em Fevereiro, Março, Maio, Agosto e Novembro registou-se uma maior actividade de consulta e utilização no espaço dedicado a jovens e adultos, com volume superior a mil unidades, sendo o volume médio de mensal de 963 utilizações para o ano de 2012. De notar que nestes meses de maior procura e utilização, nomeadamente em Março, Agosto e Novembro, registou-se ainda a avaria de um dos quatro computadores por períodos prolongados.

Biblioteca de Praia

Na praia da Torre do Relógio funcionou pelo quinto ano este pólo da biblioteca municipal nos meses de Julho e Agosto, com atendimento assegurado por técnicos da biblioteca, auxiliados por voluntários da Bolsa de Voluntariado da Figueira da Foz, no horário 10h00-16h30, todos os dias com excepção de domingos e equipamento encontra-se vocacionado para o apoio no atendimento de crianças e jovens, com o desenvolvimento de actividades de leitura individual e de grupo, complementadas por outras actividades lúdicas e recreativas.

Relativamente à frequência deste equipamento por utilizadores estrangeiros, registou-se um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior, continuando a ser na sua maioria de nacionalidade espanhola. Também foi possível obter o registo de utilizadores de outras nacionalidades, tais como polaca, francesa, angolana, brasileira e alemã. Contudo, o crescimento de frequência verificado ficou a dever-se principalmente aos utilizadores de nacionalidade portuguesa que, pela primeira vez em cinco anos, ultrapassou o milhar.

Continuando a registar-se maior procura pelo público feminino (superior em cerca de uma centena), verificou-se um aumento próximo de 40% por parte do público masculino, acompanhado de aumento igualmente verificado no público feminino (37%).

Biblioteca de Jardim

Projecto realizado em parceria com Bolsa de Voluntariado da Figueira da Foz, criada e gerida pela Divisão de Acção Social, a Divisão de Juventude e a Divisão de Cultura do Município da Figueira da Foz.

Pelo terceiro ano consecutivo, foi possível garantir o funcionamento diário da extensão da biblioteca municipal no Jardim Municipal, diariamente nos meses de Julho e Agosto, excepto aos fins-de-semana, no horário 10h00-12h00 e 14h30-16h30.

Uma vez mais contando com o apoio da Bolsa de Voluntariado da Figueira da Foz, bem como com o voluntariado jovem organizado pela Divisão de Juventude através do programa *Sou Jovem Voluntário*, desenvolveram-se ateliês de expressão plástica e horas do conto que fizeram as delícias dos mais pequenos, muitos deles utilizadores assíduos daquele espaço. Ao longo do período de abertura, a biblioteca de jardim recebeu centenas de crianças, quase sempre acompanhadas por adultos, que quase sempre participaram também das actividades dirigidas aos mais novos e orientadas pelos monitores.

Pode ainda verificar-se a grande utilização deste espaço por crianças, sendo o número de utilizadores jovens muito reduzido. O número de utilizadores registou uma diminuição de aproximadamente 14% em 2012, tendo também diminuído a utilização por parte de visitantes estrangeiros que este ano apenas se verificou para uma trintena de crianças, sendo contudo de uma maior variedade de países de origem (Espanha, Luxemburgo, França, Alemanha, China, Indonésia, Japão, Rússia e Ucrânia). De notar que este ano o apoio da Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa foi muito pontual, com actividades de pintura desenvolvidas neste espaço.

2.5.1.6 | Arquivo Fotográfico

O Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz (AFMFF), criado organicamente em 2000, é um serviço cultural dependente da Divisão de Cultura. De natureza cultural e informativa, visa unificar numa só estrutura toda a informação documental iconográfica à guarda da edilidade.

Apresentam-se de seguida algumas iniciativas realizadas em 2012 nesta área temática:

Workshop de Introdução à Fotografia de Arquitetura

Com conteúdos sobre a Luz-Cor, a Perspectiva, a Escala, a Composição, os Equipamentos e a Edição, o workshop dividiu-se em três partes: introdução teórica; actividade prática; pós edição digital.

Workshop de Fotografia de Food Styling

Workshop de Fotografia (de comida): iniciação e princípios básicos; "Food Styling": criação de um cenário ou história e preparação visual da comida.

Workshop de Iniciação à Fotografia Digital

Equipamento:
Conceitos Básicos
Exercício
Exercícios no Exterior
Exercícios de edição
Critica dos trabalhos elaborados durante o curso

V Concurso de Fotografia – Figueira da Foz: Destinos a Descobrir

Iniciado em 2000, o Concurso, tem vindo a atingir positivamente o duplo objectivo de comprometer/divulgar junto da comunidade os serviços prestados por esta instituição cultural e enriquecer/actualizar temáticas do seu espólio iconográfico, que, nas suas melhores expressões se vem editando em catálogos contribuindo para a difusão e promoção do concelho. A edição de 2012 propôs como tema "Figueira da Foz: destino a descobrir".

A Banda Desenhada Fotográfica – Workshop de Composição

Um fim-de-semana em família, uma máquina fotográfica e muita imaginação. Tudo foi permitido, a partir de uma história resultante de um exercício de escrita criativa, cada grupo/família ilustrou a sua história com fotografia, recortada, inteira, pintada, riscada ou através de outras formas. Por fim construíram a sua BD que foi apresentada em exposição.

Curso Juvenil de Fotografia (nível I)

Este curso teve como conteúdo: História, técnica, composição, estética e manipulação da imagem e permitiu saídas de campo onde os participantes colocaram em prática os conhecimentos adquiridos através de exercícios e tema livre.

Workshop de Fotografia Noturna

Avaliação de conhecimentos dos formandos; Abordagem dos principais aspectos técnicos a ter em conta em fotografia nocturna com projecção de exemplos; As diversas fontes de luz disponíveis: existente, flash, outras fontes 2 -Saída para fotografar nas proximidades do CAE acompanhados pelo formador 3 - Projecção e crítica de algumas das imagens realizadas. Abordagem às possibilidades de tratamento final destas. Diálogo aberto com os formandos.

Para além das actividades já descritas o AFMFF presta apoio de forma transversal a todos os acontecimentos levados a cabo pelo Município.

2.5.1.7 | Arquivo Histórico Municipal

Prosseguindo um papel de defesa do património documental do Concelho, compete-lhe receber, guardar, conservar e tratar os documentos produzidos pelos diferentes Serviços da Câmara Municipal da Figueira da Foz ao longo dos tempos, bem como arquivos particulares e colecções que, pela importância dos seus produtores, possam constituir património histórico do Concelho.

Periodicamente o seu acervo é enriquecido com novos documentos, o que faz dele um instrumento muito útil à investigação e ao ensino, sendo frequentemente procurado por investigadores que aqui encontram abundante material de trabalho.

O Arquivo Histórico Municipal conserva em depósito não só a documentação de valor histórico produzida pela Câmara Municipal - dando continuidade ao arquivo que vem sendo constituído desde o séc. XVIII - como conserva ainda outros arquivos de administrações municipais já extintas como a Administração do Concelho da Figueira da Foz e de Câmaras dos extintos concelhos de Lavos e Paião, Maiorca, Tavarede, Buarcos e Redondos, Quiaios e Alhadas e respectivas Administrações).

Conservam-se ainda arquivos ou partes de arquivos de instituições privadas (extintas e em actividade), instituições escolares, associações e colectividades diversas.

Regista-se relevante, pelo volume e antiguidade, o arquivo da Alfândega do porto da Figueira da Foz (séc. XVII-XX) com cerca de 400 unidades de instalação.

Conservam-se igualmente arquivos ou partes de arquivos pessoais e de família, nomeadamente de figueirenses ligados a cargos políticos, militares, educativos, a actividades literárias, musicais e outras.

O Arquivo Histórico Municipal possui um vasto espólio documental e sempre que possível, organiza mostras e exposições temáticas para o público, em 2012 estas foram as nossas escolhas:

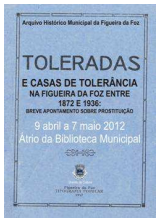
A Figueira nos Caminhos do Cinema

Com esta mostra documental a Biblioteca Municipal abriu uma janela sobre o envolvimento de figueirenses na história do cinema e a actividade da cidade como cenário e centro difusor da sétima arte. Destacaram-se personalidades e momentos particularmente significativos do panorama cinematográfico nacional.

A Mulher na Sociedade e na Cultura

Sob a égide da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, teve lugar no dia 8 de Março uma sessão pública, evocativa da entrada em vigor da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). A mostra bibliográfica que a Biblioteca Municipal organizou este mês evidencia dinâmicas sociológicas e culturais protagonizadas por mulheres ao longo do último século, com particular destaque para personalidades figueirenses.

Toleradas e Casas de Tolerância na Figueira da Foz (1872 e 1936: Breve Apontamento sobre Prostituição)



Chamam-lhe a "mais velha profissão do mundo" … Talvez seja, mas ao longo dos tempos, como as demais, também esta se foi alterando..., evoluindo…

O Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz trouxe a público, através de mostra documental, um curto período dessa dura realidade, procurando dar resposta a algumas questões: *quem eram?... de onde vinham?... porque se prostituíam?... como se organizavam?...*

130 Anos da Linha da Beira Alta - Trilhos do Progresso e Desenvolvimento na Figueira da Foz

Há 130 anos, no dia 3 de Agosto, era inaugurada a Linha da Beira Alta. Decorria então o ano de 1882.

Com início na Figueira da Foz, estende-se até Vilar Formoso, ligando estas duas extremidades do país e, entre elas, várias localidades. Na concretização deste projecto estão envolvidos vários Homens de grande visão que, acreditando nos benefícios de tal empreendimento, não pouparam esforços para mudar o previsto inicialmente, que contemplava o início na Pampilhosa, trazendo a Linha e o Progresso até à Figueira da Foz.

Que benefícios? Qual o contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural? Qual o impacto na vida e quotidiano da população? São algumas das questões a que se pretende dar resposta com esta mostra, reunindo para isso o testemunho da Biblioteca, Arquivo Histórico e Arquivo Fotográfico Municipais

Arquivos Pessoais no Arquivo Histórico

Essencialmente dirigida para a comunidade escolar, esta mostra documental, foi organizada com o principal objectivo de trabalhar o conceito *Arquivo Pessoais*.

O que são, o que significam, qual a sua importância e quais os existentes no Arquivo Histórico Municipal da Figueira da Foz, foi o tema do encontro promovido com um grupo de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, no âmbito desta Mostra, e que foi orientado por uma Técnica do Arquivo Histórico que conversou com os alunos e os alertou para a importância deste assunto.

Estatística

O Arquivo Histórico Municipal não possui um espaço de atendimento individualizado. A pesquisa e consulta pública de fontes de arquivo são realizadas na Sala Figueirense da Biblioteca vocacionada para fornecer toda a informação bibliográfica relativa ao concelho.

Dado tratar-se de um serviço público relativamente novo e porque ainda muito confundido com os conceitos e funções atribuídos à "biblioteca" oferece-se a um mesmo "público"; no entanto, por via da difusão e conhecimento crescente das diferenças documentais que cada serviço acolhe, tem recebido progressivamente as solicitações de um maior número de utilizadores especializados e com necessidades de informação bem definidas.

O apoio à investigação de fontes documentais solicitada por utilizadores resultou não só do atendimento prestado localmente, como da resposta às solicitações de pesquisas e informações recebidas por e-mail, carta, fax ou telefone.

Utilizadores

Apoio facultado a investigadores de história local, estudantes, instituições diversas e aos vários departamentos da Câmara Municipal.

Total de consultas efectuadas: **288**
Total de utilizadores: **108**
Investigadores e Estudantes – **48**
Serviços da Câmara – **44**
Instituições / Ocupações Diversas – **16**

2.5.1.8 | Auditório Municipal (AM)

O Auditório Municipal, integrado no edifício Museu/Biblioteca, possui uma capacidade de 226 lugares sentados e dois lugares para cadeira de rodas, com acesso facilitado a deficientes motores, um palco de 7 metros de profundidade e 13 de largura, encontrando-se apetrechado com o equipamento audiovisual necessário à realização dos mais diversos eventos (espectáculos, congressos, conferências e outras iniciativas de carácter cultural, artístico e científico), dispondo ainda de apoio de técnico especializado.

De acordo com o regulamento em vigor, em 2012 o Auditório Municipal foi cedido para a realização de 202 eventos promovidos essencialmente por colectividades, escolas e serviços municipais. Para além destas entidades, o Auditório foi também cedido para a Escola de Artes do CAE (num total de 100 ocupações durante o ano).

2.5.1.9 | Centro de Artes e Espectáculos (CAE)

A programação do Centro de Artes e Espectáculos (CAE), com vincada relevância cultural, insere-se numa política de descentralização da cultura, proporcionando ao público da Região Centro o acesso às grandes produções nacionais e internacionais em digressão.

Apresenta uma programação muito abrangente, variada e regular nas diversas áreas artísticas: Teatro, Dança, Ópera, Música, Cinema, Exposições, constituindo-se como um elemento crucial para a criação, educação e fidelização de públicos.

O equipamento é constituído por vários espaços e apresenta uma polivalência de soluções: Grande Auditório, Pequeno Auditório, salas polivalentes, Anfiteatro Exterior, salas de exposição, escola de artes.

Em 2012 integraram a sua programação 75 espectáculos de música, teatro, ópera e dança que contaram com 35.791 espectadores.

O CAE acolhe…

Tal como noutras áreas de intervenção, também o "target" Cedência de Espaços, constitui uma das prioridades do CAE. Assim, no ano 2012, deu palco a vários eventos promovidos por Escolas e por outras Entidades que contaram com 7000 espectadores:

Cultura em Rede

A Figueira da Foz escolheu ser uma CIDADE CRIATIVA, numa estratégia encetada em 2010, apostando fortemente na produção em rede de Eventos Culturais, Residências de Criação, no Comissariado próprio de Exposições e nas parcerias de Co-produção.

Exposições

Nos seus espaços expositivos e também na Sala Zé Penicheiro e Sala Afonso Cruz acolheu durante 2012 as seguintes:

A MAGENTA – Associação dos Artistas pela Arte, foi fundada em 2003, contando com 150 sócios artistas. Com o objectivo de promover, divulgar, dignificar e potenciar oportunidades aos

seus associados, passou a colaborar com o CAE, com uma exposição trimestral de pintura e escultura.
Esta mostra é diversa e rica no universo de criadores que é a MAGENTA.

A Persistência da Luz - Luís Oliveira Santos nasceu em Ílhavo, em 1965. Licenciado em Arquitectura, é Professor de Artes Visuais e Mestre em Criação Artística Contemporânea. Tem realizado projectos na área da fotografia de arquitectura e de produto para diversas publicações e exposições.

PROBABILIDADES - António Gonçalves -Uma exposição de pintura e desenho onde se apresenta um núcleo de 40 obras demonstrativas do seu trabalho, numa forte relação do desenho com a pintura.

CINEMA NA FIGUEIRA | MEMÓRIAS DO TEATRO PARQUE CINE - integrada no **Ciclo de Cinema do CAE**. Cinema: imagens em movimento? Imagens eternamente imóveis. Cinema: apenas um truque, um feitiço: a Grande Ilusão.
Na Figueira da Foz existem, existiram, alguns desses espaços com imagens encantadas. O Teatro Parque Cine foi um deles. Entre 1907 e 1971 foi a sala de espectáculos mais frequentada da cidade: deu-nos teatro, música, circo, desporto, e, claro… filmes mudos e fonofilmes. Em 1985 a ilusão foi demolida.

EXPOSIÇÃO INTERATIVA DE JOGOS ÓPTICOS - Um ponto de encontro para o fascínio e para a exploração da imagem em movimento, onde crianças e jovens serão convidados a interagir com **jogos ópticos** e o computador para produzir animação. Este espaço lúdico é lugar de magia e estará povoado de surpresas e desafios.

LÍDIA CARROLA - Tem vários trabalhos publicados na área do design, serigrafia, bem como intervenções escultóricas. Trabalha igualmente como designer de Jóias e é autora da pintura do certificado de garantia da colecção “Trajes Regionais de Portugal” das Colecções Orbis.

MOMENTOS! -**FERNANDO COSTA -** As fotografias apresentadas nesta exposição, **“Momentos!”**, são uma amostra de alguns dos trabalhos realizados nas mais diversas temáticas e pretendem ser a janela em que, através da sua objectiva, o visitante é convidado a partilhar registos únicos e que muitas vezes estão perto de nós, mas que facilmente ignoramos.

NADA NA MANGA - HEITOR CHICHORRO – 50 ANOS DE PINTURA - Esta é uma exposição retrospectiva do artista plástico Heitor Chichorro, a quem o Centro de Artes e Espectáculos presta uma homenagem com esta mostra dos 50 Anos de Pintura.

MÓNICA PINTO - A COMIDA E O SONHO O “Food Styling” é uma arte, um processo criativo que permite transformar a comida num sonho, que permite criar uma história, emoção ou momento especial através da elaboração de um cenário à volta de um prato que a fotografia captura e guarda para sempre.

RETROSPECTIVA PATRÍCIA DE MEDEIROS (1969-2011) - Foi sócia Fundadora da ANAP (Associação Nacional de Artistas Plásticos) com sede no Porto. Esta exposição é uma mostra do percurso da artista que pintou, até ao último sopro.

SAÍDOS DA CASCA -ZINHA SILVA - Após várias exposições itinerantes, em Setembro e Outubro de 2007 e Dezembro e Janeiro de 2009,foi no CAE que a reciclagem de garrafas de refrigerante e a Revolução do Trapo alcançaram grande êxito.

ROMERÍA DE EL ROCÍO – A SHORT STORY de JOSÉ MARIA PIMENTEL - Assim foi com El Rocío, realizado em 2002. Andaluzia, Espanha, uma pequena aldeia, uma “Romería”. Aquele misto, tão deles, de pagão e religiosidade profunda. Três dias e três noites sempre até de madrugada. Porque, no correr desses dias, El Rocío não dorme.”

PRÉMIO MÁRIO SILVA - AAAGP – ASSOCIAÇÃO DA AMIZADE E DAS ARTES GALEGO PORTUGUESA - Tendo como objectivo reconhecer o mérito, a relevância, o apoio e o contributo para as artes, foi deliberado pela Direcção da Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa, instituir um prémio aos sócios e outros artistas plásticos nacionais e internacionais, designado em 2012 por Prémio Mário Silva.

ESPELHO NOSSO - TIAGO MOTA GARCIA - Fotografias do início atribulado do século XXI, de vidas num cruzamento entre meias certezas e dias imprevisíveis, numa tentativa de criar uma legenda dos nossos dias, de fragmentos e sugestões na odisseia da miríade dos momentos humanos do quotidiano, no cenário espontâneo da vida real.

COLEÇÃO ERNST LIEBLICH - A **Colecção de Ernst Lieblich** (1914-2009) é uma compilação de arte portuguesa que reúne a totalidade de 47 obras de 22 pintores portugueses contemporâneos que representam algumas das correntes mais importantes do século XX.

FESTIVAL DAS ROSAS - **CATARINA LEAL -** É natural da Figueira da Foz. Licencia-se em Design Gráfico pela ARCA-EUAC em Coimbra e mais tarde completa o mestrado de Fotografia e Culturas Urbanas pela Goldsmiths College, Universidade de Londres. Depois de trabalhar vários anos em Londres como designer e editora de fotografia, vive desde 2006 na Bulgária.

CAVE ARTEM. OMNIA CAUSA FIUNT - JOSÉ LUÍS RIBEIRO E JOÃO RICARDO

José Luís Ribeiro nasceu em Angola, em 1957. Professor do ensino secundário (Figueira da Foz) e do ensino superior (Lisboa), é doutorado em Geografia Física e Ordenamento do Território pela Universidade de Coimbra. Esta ferramenta científica também explica a autónoma interpretação das formas e das paisagens, relevando a casualidade das geometrias e dos ambientes em mudança. Participa em exposições desde 1984.

João Ricardo Pinho da Cruz nasceu em Moçambique, em 1955. Expõe as suas obras desde 1975. Gestualista de desenho de linhas de força de traço forte e expressivo.

Desenvolve paralelamente as funções de artista gráfico no Gabinete de Comunicação e Design na Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Só em NOVA IORQUE - Félix Pagaimo "Só em NOVA IORQUE", mostra como a fotografia de rua revela essências humanas por trás de cada estranho que, rodeado de gente, decidiu não partilhar a sua atenção com outros. O congelamento fotográfico dos seus momentos solitários abre assim uma oportunidade para a conexão emocional que de outro modo não aconteceria. Afinal como é possível estar só, no meio de tanta gente?

CUNHA ROCHA E ISABEL MORA - Isabel Mora começou a criar e manufacturar bijutaria a partir de 2000, sendo os seus trabalhos solicitados essencialmente por estilistas de moda e Cunha Rocha é um artista moderno na verdadeira dimensão do termo, que evolui continuamente.

METADE DA MINHA ALMA É FEITA DE MARESIA - EDUARDO VARELA PÈCURTO A exposição "Metade da minha alma é feita de maresia" é composta por trabalhos da colecção de Eduardo Varela Pècurto doada ao Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, e pretende restituir à cidade memórias ligadas ao mar e às suas gentes.

PÁTRIA MINHA - J. ELISEU (FILHO) E SÉRGIO ELISEU - A par do trabalho de criação, conservação e restauro de obras de arte, **J. Eliseu (filho)** possui a paixão pela pintura paisagística, retratos de um Portugal quase desaparecido, costumes do mundo rural praticamente inexistente, descambando de quando em vez por outros temas, desde o retrato ao monumental, fazendo por vezes algumas "surtidas" ao campo da pintura intervencionista.

FOTOGRAFIAS DE MARIA JOÃO LIMA - TEXTOS DE AFONSO CRUZ - "Estas fotografias e estes textos também funcionam assim. Escolhemos momentos, lugares, memórias, e tentamos expressar algo do que passámos em mais de uma década de viagens pela Ásia, pelo Médio Oriente, pela Europa Central, pelo Leste, por África, pelas Américas. Por mais de sessenta países. Fazemo-lo como quem se recorda, fragmentariamente. Exactamente como a nossa memória funciona".

EXPOSIÇÃO FIGUEIRA DA FOZ- 130 ANOS - Esta exposição realizou-se no âmbito do 130.º Aniversário da Elevação da Figueira da Foz a Cidade, e foi composta por fotografias de Carlos Relvas, Manuel dos Santos, Afonso Cruz e Jorge Dias.

VIAGEM NO TEMPO - ANTONINO NEVES - Sobre a exposição "Viagem no Tempo" escreveu: "A rica e brilhante capacidade do ser humano poder "viver" o passado, a história e o tempo, faz de nós grandes sonhadores. A viagem no tempo projecta memórias no nosso imaginário. Prossigamos a viagem…".

TRANSPARÊNCIAS - ARMÉNIO – "A pintura é uma forma de regresso às origens. Tudo acontece quando pinto, vivendo os sentimentos mais profundos do ser… de todos os seres."

AZUL PERDIÇÃO - SÍLVIA DIAS - Com a exposição **"Azul Perdição"**, espera levar o espectador a um outro mundo, nem que seja por meros segundos. Espera levar outros a sentir emoções novas, que despertem a consciência para um outro mundo.

SENSIBILIDADES - EDUARDO TEIXEIRA PINTO - Desaparecido em Janeiro de 2009, Eduardo Teixeira Pinto deixou um espólio fotográfico de valor incalculável, sendo vontade da família promover a sua divulgação através das exposições itinerantes.

PINTURA À FLOR DA PELE - CONCEIÇÃO MENDES - "Situo-me no "fazer", entre os pretextos que me conduzem ao exercício da pintura e a receção por parte do observador… ele que interpreta conforme o seu modo de ver e de pensar, ele que prolonga e pluraliza a significação das imagens. É assim que "há vida" na minha pintura, para além do espaço físico…".

Musica

- Dia de S. Julião da Figueira da Foz| Banda Sinfónica do Exército
- Pianista sul-coreana Young-Choon Park
- Clã - Disco Voador

"Jardins de Inverno". no total foram 8 espectáculos em 8 dias, sempre às sextas-feiras e sábados do mês de Março:

- Be-dom
- GNR 30 Anos – Voos Domésticos
- 2ª. Edição dos Encontros Corais Lopes-Graça
- Simone - Especial Pra Você

- Phylarmonica Ançanense
- Cinderela on Ice
- Maria Bethânia Bethânia e as Palavras
- O Jazz Sai à Rua!
- 10º Aniversário do CAE - Sétima Legião
- Ver e Ouvir - (Vejam Bem…), Baladas e Canções Imortais (Zeca Afonso)
- Encontro de Coros - Pequenas Vozes da Figueira da Foz
- Festival Grande Orquestra de Verão
- Paulo de Carvalho - 50 Anos de Carreira
- Festival Art&Cult
- "Verão Também é no CAE"
- Eu Conheço-te! Com Maria João Abreu, Sónia Brazão, Mico da Câmara Pereira e Paulo Vintém
- 3D Jazz festival com OGBE - Orquestra de Guitarras e Baixos Eléctricos do Porto, António Pinho Vargas, Filipe Raposo
- José Cid
- Dia Mundial da Música com Fabio Falsetta
- Pedro Abrunhosa & Comité Caviar
- Winx em Concerto!
- ÓPERA INFANTIL - A Coragem e o Pessimismo –Participação Especial do Coro Pequenas Vozes da Figueira da Foz
- Homenagem a Whitney Houston - Harlem Gospel Choir

Teatro

Improlaroid - Uma comédia improvisada

Tal como uma fotografia **Polaroid**, cada espectáculo de improviso é único, irrepetível e inesperado, pois tudo é criado em frente à audiência no momento e sem qualquer tipo de guião.

Os Quantos Queres nascem em 2010, fruto da união de quatro profissionais da área do teatro, com o objectivo de criar conteúdos cómicos, tendo por base as técnicas do Teatro Desporto e da Comédia de Improviso.

ABERTURA DAS JORNADAS DE TEATRO AMADOR

"Shakespeare Pelas Barbas", apresentado pelo O Teatrão, é uma introdução à obra de Shakespeare na forma de um hilariante e comovente espectáculo teatral, destinado a todos os que querem conhecer melhor o teatro do Bardo, como é por vezes chamado.

Óscar e a Senhora Cor-de-Rosa - Com Lídia Franco

"Óscar e a Senhora Cor-de-Rosa" é um hino à vida e ao ser humano. Mostra-nos a amizade total entre uma criança com leucemia e a Senhora cor-de-rosa (voluntária na área da pediatria do Hospital), que todos os dias o visita.

Fuga, de Jordi Galcerán - Com Maria Rueff, José Pedro Gomes e Jorge Mourato

Um ministro demite-se na sequência de um escândalo de corrupção que lhe destrói a carreira política. A sua mulher foge com o jornalista que revelou o caso.

As Mulheres não Percebem… - Com André Nunes, Rui Unas e Aldo Lima

Tem encenação de **José Pedro Gomes** e conta com as interpretações de **André Nunes**, **Rui Unas** e **Aldo Lima**.

A Galinha da Minha Vizinha

É um projecto satélite da **Circolando**, estrutura financiada pelo Ministério da Cultura / Direção Geral das Artes, que desenvolve a sua actividade desde 1999.

"A Galinha da Minha Vizinha" é um solo de palhaço sobre a solidão.

Paisagens em Trânsito

Um projecto satélite da **Circolando**, estrutura financiada pelo Ministério da Cultura / Direcção Geral das Artes, que desenvolve a sua actividade desde 1999.

Desenvolvendo as linguagens do teatro de marionetas, do objeto e do teatro físico, a temática do exílio surge neste solo como centro de interrogações. No átrio de uma estação de comboios imaginária, há um homem carregado de malas. Viajante sem destino com uma história guardada na bagagem.

Dança

"Pickles de Chocolate" é um projecto de inclusão pela Dança. Nasceu da parceria entre a **Associação Uma Porta Amiga** e a **corpodehoje - Associação Cultural,** em Tavira, com jovens do concelho. O projecto procura estimular a promoção de um estilo de vida saudável e a prevenção de uso de toxicodependências.

Dance Celebration – Academia Roysel Alfonso

Um espectáculo cheio de ritmo, cor e alegria, com uma abordagem coreográfica que vai desde o Clássico ao Contemporâneo passando pelas Danças de Rua e Latinas.

Residências Artísticas

As residências de artistas afirmam a cidade da Figueira da Foz, o Município e a Divisão de Cultura como "entidades" que apoiam a produção e a criação artística. Os diversos equipamentos culturais municipais são posteriormente palco dos espectáculos | exposições | mostras de trabalhos resultantes das residências de Criação Artística, comunicando assim de perto com a comunidade.

Residência de Criação - Pickles de Chocolate
Residência de Criação - Pestanejar
Residência Artística - **Fabio Falsetta**
Residência CAE – Smooth Vibrations

A Gestão do CAE

No período em apreciação, realizaram-se 75 espectáculos e foram contemplados 28 com entrada livre, sendo o número de convites os, habitualmente, reservados para a Câmara Municipal – Presidência (29), os requisitados pelos produtores e artistas e os utilizados em campanhas de promoção e passatempos.

Nos quadro que se seguem, incluímos toda a informação respeitante à ocupação, avaliação trimestral e o apuramento do ano, que nos permite adiantar que a média de ocupação total, no que respeita a espectáculos da programação, se fixou em cerca de 495 espectadores.

QUADRO II					
ESPECTÁCULOS - CAE 2012					
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
DESPESA (1)	**17.195,18**	**13.131,54**	**19.742,50**	**2.444,00**	**52.513,22**
RECEITA (2)	**10.400,87**	**12.418,51**	**13,582,85**	**4.583,85**	**27.403,23**
Nº ESPECTACULOS	**20**	**16**	**18**	**21**	**75**
Bilhetes vendidos	**3271**	**7203**	**2922**	**5073**	**18469**
Convites	**1487**	**1293**	**886**	**596**	**4262**
Entrada Grátis	**1200**	**100**	**11000**	**1250**	**13550**
Total de Espectadores	**5958**	**8596**	**14808**	**6919**	**36281**
Média de ocupação	**300**	**540**	**800**	**340**	**495**
Resultado(2-1)	**-6.794,31**	**-713,03**	**-6.159,65**	**2.139,85**	**-11.527,14**
Despesas: cahets, alojamento, refeições, catering, aluguer de equipamentos. Não estão contempladas despesas com SPA. (aos valores da despesa acresce o IVA)					
Receitas - Bilheteira					

Entradas Grátis:

1º Trimestre - 8 espectáculos

Jardins de Inverno – 8

2º Trimestre - 1 espectáculo

Dança ao entardecer - Ciclo de Dança

3º Trimestre

Verão Também é no CAE 8

4º Trimestre - 11

Fabio Falsetta - 1

Criativa – 10

Apresentamos de seguida um quadro comparativo entre receitas e despesas dos dois últimos anos.

QUADRO III					
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
ESPECTÁCULOS - CAE 2012					
DESPESA	17.195,18	13.131,54	19.742,50	2.444,00	52.513,22
RECEITA	10.400,87	12.418,51	13.582,85	4.583,85	27.403,23
ESPECTÁCULOS - CAE 2011					
DESPESA	19.587,43	22.403,53	34.042,26	35.856,86	111.890,07
RECEITA	21.368,51	9.219,28	17.059,60	29.137,90	76.786,29
Variação 2012/2011					
DESPESA	-2.392,25	-9.271,99	-14.299,76	-33.412,86	-59.376,85
RECEITA	-10.967,64	3.199,23	-3.476,75	-24.554,05	-49.383,06

Apresentamos de seguida um quadro comparativo entre número de espectáculos, espectadores e taxa média de espectador por trimestre, dos dois últimos anos.

QUADRO IV					
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
ESPECTÁCULOS - CAE 2012					
Nº ESPECTACULOS	20	16	18	21	75
Total de Espectadores	5958	8596	14808	6919	36281
Média de ocupação	300	540	800	340	495
ESPECTÁCULOS - CAE 2011					
Nº ESPECTACULOS	22	14	21	19	76
Total de Espectadores	5181	3239	2947	6062	17436
Média de ocupação	366	311	521	403	425
Variação 2012/2011					
Nº ESPECTACULOS	-2	2	-3	2	-1
Total de Espectadores	777	5357	11861	857	18845
Média de ocupação	-66	229	279	-63	70

Este quadro mostra-nos a PROGRAMAÇÃO CULTURAL, as CEDÊNCIAS DE ESPAÇO e os Espectáculos realizados

QUADRO VI					
TOTAL DE PÚBLICO ESPECTÁCULOS 2012					
PROGRAMAÇÃO CULTURAL + CEDÊNCIAS DE ESPAÇO - Espectáculos					
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Nº ESPECTÁCULOS	**21**	**22**	**19**	**25**	**87**
Espectáculos Programação	**5958**	**8596**	**14808**	**6919**	**36281**
Espectáculos - Cedências de Espaço	**798**	**3091**	**800**	**2146**	**6835**
Total de Público	**6756**	**11687**	**15608**	**9065**	**43116**
Média	**321**	**530**	**800**	**360**	**500**

Despesas – Promoção e Publicidade

Como forma de promover todos os eventos realizados no CAE, foi elaborado um rigoroso Plano de Publicidade no qual se incluiu a comunicação através de outdoors, estrategicamente colocados a nível local, a afixação de mupis, a produção de cartazes, flyers e outros meios publicitários, nomeadamente jornais e rádios.

QUADRO V					
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Agenda Cultural	**1.525,00**	**0**	**0**	**0**	**1.525,00**
Mupis	**1.092,00**	**864**	**240**	**192**	**3.938,00**
Cartazes	**0**	**57**	**40**	**270**	**40**
Desdobráveis	**240**	**0**	**300**	**0**	**490**
Outdoors	**1.080,00**	**1.470,00**	**945**	**805**	**4.300,00**
TOTAL	**3.937,00**	**2.391,00**	**1.525,00**	**1.267,00**	**10.293,00**
Aos valores da despesa acresce o IVA					

Cedência de Espaços

Seminários / Congressos | Reuniões | Outros Eventos

Tal como noutras áreas de intervenção, também o "target" Cedência de Espaços, constitui uma das prioridades do Centro de Artes e Espectáculos. No ano de 2012 apresenta no quadro seis as receitas obtidas com a cedência de espaços.

QUADRO VII					
RECEITAS	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
CONGRESSOS	**5,933,10**	**11.830,60**	**12.546,00**	**3.993,30**	**28.369,90**

Escola de Artes

A Escola de Artes do CAE surge em 2011 pela necessidade de continuar a potenciar o Centro de Artes e Espectáculos na sua vertente pedagógica e formativa no domínio das diferentes artes, bem como na educação de públicos. Tendo iniciado com as áreas da Dança e Música, no ano de 2012 surgem outras áreas de aprendizagem: Teatro e Artes Plásticas.

A **área da Música**, sob direcção da professora Alexandra Curado, ministra o ensino de todos os instrumentos (em aulas individuais) e de canto. O Coro das Pequenas Vozes da Figueira da Foz nasceu na Escola de Artes do CAE e propõe-se contribuir para o desenvolvimento musical e educacional dos jovens, criando-lhes hábitos culturais, bem como acompanhar artistas que actuem na Figueira e levar a alegria da música também para fora da cidade. Ultrapassando já uma centena de elementos com idades compreendidas entre os 6 e os 20 anos, propõe-se contribuir para o desenvolvimento musical e educacional dos jovens, criando-lhes hábitos culturais. Todos os primeiros domingos de cada mês, realiza sessões de música para pais e bebés.

A Corpo de Hoje – Associação Cultural é uma estrutura residente no CAE, responsável pela coordenação da **área da Dança e Cruzamentos Disciplinares** e pelo programa de Residências de Criação Artística. Ministra o ensino da Dança Criativa, Teatro, Laboratório de Movimento Contemporâneo, Artes Plásticas e Dança Clássica. Em 2012, contou com a participação de cerca de 80 alunos.

O ensino não formal que propõe é aberto a todos, de orientação criativa - não vocacional, sendo que a ideia fulcral é dar ferramentas, desenvolver vocabulário e fomentar a consciência do corpo e das suas capacidades, sem formatar. O formador é um facilitador no processo de descoberta que cada pessoa faz de si, do outro e do movimento que cria.

Oficinas regulares artísticas:

Laboratório de Movimento Contemporâneo
Laboratório de Contacto-improvisação
Dança Criativa
Dança Clássica
Teatro
Desenho
Experimentação musical e artes plásticas (cruzamento disciplinar)

Cinema

Com a regularidade habitual o CAE apresentou em 2012 um cartaz de cinema diversificado para fruição de todos, que foram exibidos no pequeno auditório. Assim exibiram-se 41 filmes, onde o número de espectadores foi no total de 1.544, dando uma média por sessão de 38 espectadores.

QUADRO VIII		
FILME	**REALIZADOR**	**Público**
Melancolia	**Lars Von Trier**	**78**
A Pele Onde Eu Vivo	**Pedro Almodovar**	**67**
A Gruta dos Sonhos Perdidos	**Werner Herzog**	**25**
O Miúdo da Bicicleta	**Jean-Pierre e Luc Dardenne**	**41**
Drive – Risco Duplo	**Nicolas Winding Refn**	**39**
A Dívida	**John Madden**	**20**
Anónimo	**Roland Emmerich**	**32**
Jovem Adulta		**31**
Apollonide – Memórias de um Bordel	**Bertrand Bonello**	**46**
Bel Ami	**Declan Donnellan**	**47**
Moneyball – Jogada de Risco	**Bennett Miller**	**8**
J. Edgar	**Clint Eastwood**	**36**
Declaração de Guerra	**Valérie Donzelli**	**23**
Margin Call – O Dia Antes do Fim	**J. C. Chandor**	**27**
A Mulher de Negro	**James Watkins**	**14**
Uma Separação	**Asghar Farhadi**	**35**
Um Amor de Juventude	**Mia Hansen-Love**	**6**
Extremamente Alto, Incrivelmente Perto	**Stephen Daldry**	**48**
Tabu	**Miguel Gomes**	**37**
Cosmopolis	**David Cronenberg**	**51**

Marley	**Kevin Macdonald**	**13**
Amigos Improváveis	**Olivier Nakache e Eric Toledano**	**42**
Um Homem com Sorte	**Scott Hicks**	**36**
Espera Aí…Que Já Casamos	**Nicholas Stoller**	**49**
À Segunda Não me Escapas	**Julie Anne Robinson**	**33**
Apanha-me Esse Gringo	**Adrian Grunberg**	**12**
LOL	**Lisa Azuelos**	**18**
Elena	**Andrey Zvyagintsev**	**38**
As Neves de Kilimanjaro	**Robert Guédiguian**	**27**
Era uma Vez na Anatólia	**Nuri Bilge Ceylan**	**38**
O Silêncio	**Baran bo Odar**	**26**
Moonrise Kingdom	**Wes Anderson**	**50**
Adeus, Minha Rainha	**Benoit Jacquot**	**62**
As Flores da Guerra	**Zhang Yimou**	**21**
Fiel Companheiro	**Lawrence Kasdan**	**33**
Oslo, 31 de Agosto	**Joachim Trier**	**39**
Linhas de Wellington	**Valeria Sarmiento**	**186**
O Gebo e a Sombra	**Manoel de Oliveira**	**23**
César Deve Morrer	**Paolo Taviani e Vittorio Taviani**	**29**
Não Olhes Para trás	**Marina de Van**	**20**
Bellamy	**Claude Chabrol**	**38**

2.5.1.10 | Desenvolvimento da Cultura e Valorização do Património Cultural

Colectividades

Na **área das colectividades** o trabalho desenvolvido pela Divisão de Cultura é direccionado para o atendimento e esclarecimento das inúmeras questões de âmbito financeiro, organizacional e cultural colocadas pelas colectividades e associações, para a prestação de apoios às diversas iniciativas promovidas pelas mesmas no concelho da Figueira da Foz e ainda para a realização conjunta de actividades visando uma maior promoção da etnografia e cultura popular e recreativa do concelho. À Divisão compete ainda a análise e atribuição de apoios financeiros às diversas associações, assim como o acompanhamento dos protocolos assinados com diversas colectividades.

Os apoios concedidos pela Câmara Municipal da Figueira da Foz são essenciais para a gestão corrente e desenvolvimento de actividades das diversas colectividades do concelho, dadas as dificuldades de ordem diversa que o Movimento Associativo enfrenta nos nossos dias.

Pretendendo regulamentar o relacionamento do Município com as associações locais, tendo em vista racionalizar os recursos disponíveis, clarificar publicamente as normas que regulamentam o seu acesso e imprimir rigor, transparência e empenho na realização dos

diferentes projectos associativos, em 2010 foi elaborado, após um processo de discussão pública com as associações do concelho, o Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, aprovado em Reunião de Câmara de 23 de Dezembro e Assembleia Municipal de 29 de Dezembro de 2010.

Devido a restrições orçamentais e à semelhança do efectuado nos últimos dois anos, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, apenas foram atribuídos apoios à Actividade Regular. Em Reunião de Câmara de 20 de Novembro foram atribuídos apoios financeiros à Actividade Regular, a trinta e oito colectividades e associações do concelho, no valor de 38.491,50 €.

QUADRO IX		
Designação	Avaliação da candidatura	Valor do Apoio Financeiro
Associação Cultural, Recreativa, Desportiva e Social Carvalhense	127	850,90 €
Ateneu Alhadense	158	1.058,60 €
Força PSI - Núcleo de Paintball da Figueira da Foz	137	917,90 €
Sociedade Boa União Alhadense	198	1.326,60 €
Associação Jovem Fresca Coragem	123	824,10 €
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Torneira e Serrião	135	904,50 €
Conselho de Moradores da Borda do Campo	105	703,50 €
Clube União Brenhense	157	1.051,90 €
Grupo Instrução e Sport	146	978,20 €
Casa do Povo de Lavos	178	1.192,60 €
Sociedade Artística Musical Carvalhense	187	1.252,90 €
Sport Club de Lavos	175	1.172,50 €
Casa do Povo de Maiorca	169	1.132,30 €
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Matas e Cipreste	150	1.005,00 €
Conselho de Moradores do Sampaio	154	1.031,80 €
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Gândara	164	1.098,80 €
EmCantos - Associação de Inovação e Tradições	149	998,30 €
Mó - Gândara - Associação Cívica de Defesa Moinhos do Ambiente	145	971,50 €
AAAGP - Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa	196	1.313,20 €
Centro Cultural e Recreativo - OUCOFRA	164	1.098,80 €
Sociedade Filarmónica Paionense	196	1.313,20 €
Grupo Instrução e Recreio Quiaense	172	1.152,40 €
Quiaios Clube	165	1.105,50 €
Rancho Folclórico Rosas de maio	159	1.065,30 €
Soc. Musical e Recreativa, Instrutiva e Beneficiente Santanense	177	1.185,90 €
Assembleia Figueirense	160	1.072,00 €
Bruna - Tuna Universitária da Figueira da Foz	116	777,20 €
Centro de Cultura e Desporto - Município da Figueira da Foz	141	944,70 €
Imperial Neptuna Académica - Tuna da Cidade da Figueira da Foz	137	917,90 €
Sociedade Filarmónica Figueirense	150	1.005,00 €
Associação de Radioamadores da Costa de Prata	66	442,20 €
Clube Desportivo e Amizade do Saltadouro	116	777,20 €
Grupo Recreativo Escola de Samba - A Rainha	155	1.038,50 €
Grupo Musical Carritense	137	917,90 €
Grupo Musical e de Instrução Tavaredense	155	1.038,50 €
Pateo das Galinhas Teatro de Bico - Grupo Experimental de Teatro	81	542,70 €
Grupo Recreativo Vilaverdense	165	1.105,50 €
Sociedade Instrução e Recreio de Lares	180	1.206,00 €
TOTAL (valor de cada ponto atribuído = 6,7 €)	**5745**	**38.491,50 €**

No âmbito do Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, foram também efetuadas cedências de autocarros municipais a colectividades e associações do concelho. O valor do apoio logístico totalizou, ao longo do ano, 5.122,03 €.

QUADRO X

Associação beneficiária	Local da deslocação	Finalidade	Data
Pateo das Galinhas Teatro de Bico	Guimarães	Participação em Fórum de Teatro	13-01-2012
Centro Cultural Desportivo e Recreativo Matas Cipreste	Lisboa1515	Ida de elementos do Grupo de Teatro Fénix a Peça de Teatro	21-01-2012
Associação de Coletividades do Concelho	Paço de Arcos	Participação na Gala "A Voz de Portugal" da RTP	11-02-2012
Bruna - Tuna Universitária da Figueira da Foz	Teatro da Trindade - Buarcos	IX Festival Internacional de Tunas Universitárias da Figueira da Foz	10-03-2012
Sociedade Filarmónica Santanense	Góis	Atuação da Banda Filarmónica	14-04-2012
Sociedade Filarmónica Santanense	Coimbra - Vilela	Atuação da Banda Filarmónica	22-04-2012
Casa do Pessoal do H.D.F.F.	Viana do Castelo	Participação no XIV Encontro Musical Inter Hospitalar	28-04-2012
Assembleia Figueirense	Tentúgal	Visita cultural guiada à Vila de Tentúgal	05-05-2012
CCD - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município da Fig. da Foz	Lisboa	Visita ao Jardim Zoológico	05-05-2012
Imperial Neptuna Académica - Tuna da Cidade da Figueira da Foz	Fig. da Foz - Freguesias	XV Festival Internacional de Tunas Académicas da Fig. da Foz	11-05-2012
Imperial Neptuna Académica - Tuna da Cidade da Figueira da Foz	Fig. da Foz - Freguesias	XV Festival Internacional de Tunas Académicas da Fig. da Foz	12-05-2012
Sociedade Filarmónica Paionense	Caldas da Rainha	Participação em Encontro de Bandas	20-05-2012
Clube Desportivo e Recreativo do Arneiro de Fora	São Paio de Oleiros	Participação em Encontro de Folclore Infantil	03-06-2012
Conselho Moradores de Sampaio	Guimarães	Visita à Capital Europeia da Cultura	10-06-2012
AEP - Grupo 207 de Buarcos	Lisboa	Visita ao Jardim Zoológico	30-06-2012
Grupo de Instrução e Recreio Quiaiense - Rancho Folclórico Regional de Quiaios	Alcácer do Sal	Intercâmbio Cultural	07-07-2012
Ateneu Alhadense	Mafra – Sto. Estevão das Galés	Participação em Festival de Folclore	08-07-2012
Clube Desportivo e Recreativo do Arneiro de Fora	São Mamede Infesta	Participação em Encontro de Folclore Infantil	21-07-2012
Sociedade Musical e Recreativa do Alqueidão	Penacova	Participação da Filarmónica nas Festividades Hombres	22-07-2012
Grupo de Instrução e Recreio Quiaiense - Rancho Folclórico Regional de Quiaios	Porto - Paranhos	Intercâmbio Cultural	28-07-2012
CNE Agrupamento 1319 de S. Pedro	Idanha a Nova	Encontro Nacional de Escuteiros	03-08-2012
CNE Agrupamento 1224 de M. Ondas	Idanha a Nova	Encontro Nacional de Escuteiros	04-08-2012
Grupo Musical Carritense	Bombarral	Passeio de associados à Fundação Berardo	05-08-2012
CNE Agrupamento 1215 de Tavarede	Idanha a Nova	Encontro Nacional de Escuteiros	10-08-2012
Associação União Filarmónica Maiorquense	Viana do Castelo	Participação em Festival de Folclore	11-08-2012
Sociedade Boa União Alhadense	Fig. da Foz - Porto	Intercâmbio Cultural com Banda da Ilha Terceira	16-08-2012
Sociedade Boa União Alhadense	Porto - Fig. da Foz	Intercâmbio Cultural com Banda da Ilha Terceira	21-08-2012
Casa do Povo de Quiaios - Filarmónica Quiaiense	Caldas da Rainha	Participação em Encontro de Bandas	16-09-2012
Centro Cultural Desportivo e Recreativo Matas Cipreste	Lisboa	Visita à cidade e ida ao Teatro Politiama	24-11-2012
Grupo de Instrução e Sport	Figueira da Foz	Visita a Seiça e Museu do sal, no âmbito do Projeto Participação Juvenil	04-12-2012

		na Democracia Europeia	
Conselho Moradores de Sampaio	Lisboa	Ida de sócios ao Teatro Politeama para assistir à peça "Uma noite na casa de Amália"	08-12-2012
Associação União Filarmónica Maiorquense	Vila Nova de Poiares	Participação em Encontro de Bandas	09-12-2012
CNE Agrupamento em formação de Lavos	Penacova	Acampamento de Natal	28-12-2012 30-12-2012
CNE Agrupamento 9073 de Maiorca	Arganil	Acampamento de Natal	27-12-2012 28-12-2012

Nos apoios concedidos às associações devemos mencionar também o pagamento das verbas relativas aos protocolos estabelecidos entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e várias associações do concelho, nomeadamente com o Grupo Coral David de Sousa, no valor 9.000€, relativo a actuações do grupo, com Lion's Clube da Figueira da Foz, no valor de 2.500€, relativo à realização das Jornadas de Teatro Amador da Figueira da Foz e com a Assembleia Figueirense, relativo à utilização de instalações, no valor de 2.992,80€.

De referir ainda que, no âmbito de protocolo assinado com o Conservatório de Música David de Sousa, a Câmara Municipal da Figueira da Foz, tendo presente o seu programa de apoio às Colectividades do Concelho e tendo em vista contribuir, por um lado, na melhoria do nível artístico das suas Bandas e Escolas de Música e, por outro, proporcionar aos seus jovens instrumentistas a frequência de cursos de música oficiais que lhes garantam, no futuro, a capacidade de prosseguirem os seus estudos musicais a nível superior, concede anualmente bolsas de estudo a jovens instrumentistas das associações do concelho. No corrente ano foram aprovadas, em Reunião de Câmara de 6 de Novembro, doze Bolsas de Estudo a jovens instrumentistas do concelho, no Conservatório de Música David de Sousa, no valor de 9.327,50€. Para o ano lectivo 2012/13.

Conforme já referido, a Divisão de Cultura também promoveu ao longo de 2012, diversas iniciativas direccionadas e co-organizadas com as colectividades e associações do concelho. Merecem especial destaque:

Actividades

II Encontros Corais Lopes-Graça

Folclore nas Ruas

Actuação da Banda Norueguesa

Personagens à solta

Animação da Feira do Livro

Concertos de Natal

Serviço de Apoio Jurídico às Colectividades

Em 2012 foi dada continuidade ao Serviço de Apoio Jurídico às Colectividades cujo intuito é prestar apoio no processo de constituição de associações, na elaboração e alterações estatutárias, no caso de extinção ou em litígios emergentes da actividade da associação, informação e acompanhamento de candidaturas das associações e colectividades a programas ou sistemas de apoio ou incentivos relacionados com a vida associativa, no acompanhamento do processo da declaração do estatuto de utilidade pública e na criação de instrumentos que proporcionem uma maior ligação das associações entre si e dos órgãos autárquicos com o movimento associativo local.

Instalação de Associações na Ex Universidade Internacional | Sítio das Artes

A Câmara Municipal da Figueira da Foz é proprietária de um conjunto de Edifícios onde antes funcionava a Universidade Internacional, infra-estrutura que se encontra livre e encerrada desde 2009. O Município, não obstante se encontrar a diligenciar no sentido de fazer regressar ao Concelho um pólo de ensino universitário e/ou pós universitário, possui a capacidade de instalar nas Antigas Instalações do Quartel do Pinhal a Universidade Sénior e algumas Associações Concelhias.

A Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no seu art. 67º consagra a possibilidade do Município celebrar protocolos de colaboração com instituições particulares, que desenvolvam a sua actividade na área do Município. No mesmo âmbito, o disposto naquela Lei, determina que compete às Câmaras Municipais o apoio ou comparticipação pelos meios adequados a actividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outra. Determinadas Associações, sem fins lucrativos, e algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social, não possuem Sede ou, se a possuem, é exígua para provir ao desenvolvimento das suas acções.

Desta forma, aproveitando um conjunto de sinergias culturais, o antigo espaço da UI, mediante protocolos realizados com o município, alberga um conjunto de associações, tendo vindo a tornar-se num espaço temático de várias valências de Associações. O Sítio das Artes é composto actualmente pelas seguintes Associações:

- A Associação Viver em Alegria, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e Universidade Sénior;
- O Tubo d' Ensaio D' Artes – Associação Cultural e Recreativa, uma entidade sem fins lucrativos;
- A Associação de Amizade e das Artes Galego Portuguesa, instituição privada sem fins lucrativos;
- O Grupo Coral David de Sousa, instituição privada sem fins lucrativos;

- O Sporting Clube Figueirense, entidade sem fins lucrativos;

Todas estas Associações demonstram ser um dos veículos mais expressivos de Arte e Música do Concelho, espelhando claramente persistência motivação e dedicação, reunindo esforços no sentido da sua versatilidade e integração na comunidade, prosseguindo objetivos de desenvolvimento da área da cultura e das artes, estimulando o desenvolvimento das aptidões sócio – artísticas da população através da promoção das mais diversificadas ações de índole sociocultural, recreativa, lúdico – educativa e preventiva.

2.5.1.11 | Gestão de Património Cultural

Dando cumprimento à sua missão no que diz respeito ao património cultural, a Divisão de Cultura tem prosseguido e desenvolvido a sua acção no sentido de implementar as linhas orientadoras da política cultural do município, ao encontro da oferta de serviços e eventos mais atractivos, de formação, sensibilização e educação para o desenvolvimento, criatividade e produção cultural, potenciando o património cultural existente.

A promoção, divulgação, animação e protecção do património cultural concelhio, nas suas diferentes áreas e tipologias foi, ao longo do ano 2012, uma preocupação constante dos serviços culturais do município, resultando em diversas acções e eventos que se identificam no presente relatório de actividades.

Colaboração com a Universidade Sénior da Figueira da Foz

Em Outubro de 2010 foi iniciado um projecto de colaboração entre o Município da Figueira da Foz – Divisão de Cultura com a Universidade Sénior da Figueira da Foz que se pautou pela integração da **disciplina Património Local**, leccionada pela técnica superior da Divisão de Cultura, Dr.ª Manuela Silva, em horário laboral, abordando a temática do património histórico cultural, material e imaterial, do Concelho da Figueira da Foz, procedendo igualmente a algumas visitas guiadas ao museu, núcleos museológicos e restante património cultural do concelho, abordando as suas diferentes áreas e tipologias.

Esta colaboração é uma forma de promover e potenciar o património cultural do município, impulsionando um maior contacto da população com os valores e testemunhos das nossas gentes e da nossa cultura. Retribuindo a esta colaboração, o grupo de alunos da Universidade Sénior tem prestado um valioso trabalho de voluntariado no apoio à Biblioteca de Jardim e à Casa do Paço.

Em 2012 o programa da disciplina Património Local foi também direccionado para o projecto **"Caixa de Memórias"**. Trata-se de um projecto em rede, coordenado pelo município de Penela, e que se integra no projecto mais alargado da Rede de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego. Assim, para além do programa direccionado, mais concretamente ao património local, foram efectuadas com os alunos diversas deslocações aos restantes municípios aderentes ao projecto, com respectivas visitas orientadas aos locais integrantes (castelos, fortalezas, muralhas, sítios arqueológicos, museus). Por seu lado, o município da Figueira da foz recebeu igualmente as associações e grupos aderentes ao projeto "Caixa de Memórias" dos outros municípios, guiando-nos num itinerário cultural pela vila de Buarcos.

Esta visita foi orientada pela professora da disciplina, técnica da Divisão de Cultura (Manuela Silva) e pelo Técnico da Figueira Grande Turismo (João Pinto), contando também com a colaboração do Padre Carlos de Noronha e com a Misericórdia de Buarcos.

Gestão de Património Cultural

Dando cumprimento à sua missão no que diz respeito ao património cultural, a Divisão de Cultura tem prosseguido e desenvolvido a sua acção no sentido de implementar as linhas orientadoras da política cultural do município, ao encontro da oferta de serviços e eventos mais atractivos, de formação, sensibilização e educação para o desenvolvimento, criatividade e produção cultural, potenciando o património cultural existente.

A promoção, divulgação, animação e protecção do património cultural concelhio, nas suas diferentes áreas e tipologias foi, ao longo do ano 2012, uma preocupação constante dos serviços culturais do município, resultando em diversas acções e eventos que se identificam no presente relatório de actividades

O património Cultural no Plano Diretor Municipal

No âmbito da Revisão e Regulamento do PDM do Município da Figueira da Foz, a Divisão de Cultura ficou responsável pela elaboração de dois documentos fundamentais que são, nomeadamente, a Carta Arqueológica e a Carta do Património.

Carta Arqueológica

A Carta arqueológica, feita pela Dr.ª Isabel Pereira em 1986, assinala 86 sítios. A carta de servidões do PDM de 1994 assinala só os imóveis classificados, num total de 26 sítios arqueológicos que correspondem aos dólmenes e ao castro de Santa Olaia. Estes dois documentos são a nossa base de trabalho.

No dia 30 de Setembro estavam prospectados 70 sítios ou seja 80% do universo dos sítios conhecidos. Cumpriu-se, assim, o objectivo definido para o ano de 2012 e interromperam-se os trabalhos de campo que deverá ser recomeçado no início do mês de Abril.

Deste trabalho resultaram os seguintes documentos:

- Lista dos sítios prospectados e dos que falta prospectar.
- Mapa de síntese, assinalando os sítios e as zonas de grande sensibilidade arqueológica. Estão identificadas dez áreas, quatro das quais de grande importância, nas quais importa investir mais tempo de prospecção, aplicar medidas de salvaguarda e partir, a longo prazo, para projectos de investigação.

No ano de 2013, pretende-se constituir uma base de dados com uma ficha para cada sítio. Para o efeito, usar-se-á o programa de inventário *In patrimonium* que a autarquia adquiriu em 2012 para gerir as colecções do MMSR. Ao usar este programa vai ser possível tratar de forma inter-relacionada os sítios e os objectos arqueológicos existentes na colecção do museu. Durante 2013 deve também elaborar-se uma proposta de medidas de salvaguarda que será integrada no regulamento do novo PDM.

Carta Municipal do Património

A carta do património será um documento inteiramente novo, que visa registar e inventariar todos os elementos do concelho, nas suas diferentes categorias e tipologias patrimoniais, por forma a funcionar como instrumento sectorial indispensável ao planeamento integrado, à programação, controle e gestão de acções nos domínios do ordenamento, urbanismo, arquitectura e políticas de salvaguarda e valorização do património.

Após as primeiras reuniões internas de trabalho em Fevereiro e uma segunda reunião com o município de Águeda (7 de Março) para apresentação de exemplos de métodos de trabalho, iniciou-se a elaboração deste documento. Em Abril iniciaram-se as saídas de campo.

Numa primeira fase procedeu-se a uma análise geral à realidade patrimonial do concelho e o alargamento do conceito de património à escala da paisagem para articulação e integração entre as várias categorias e tipologias definidas e que resultaram, para a Figueira da Foz, nas seguintes:

- Categorias: Imóveis Classificados ou em Vias de Classificação e Imóveis ou Bens com Valor Patrimonial.
- Tipologias: Alminhas e cruzeiros, Arqueologia, Arquitectura civil, Arquitectura religiosa, Arquitectura militar, Arquitectura tradicional /popular, Arquitectura tumular, Arte *Déco*, Arte Nova, Arte pública, Conjunto arquitectónico, Estações e Apeadeiros, Fontes e chafarizes, Jardins e Praças e Miradouros, Património industrial, Património natural e paisagístico, Pontes, Marcos de propriedade.

Em Agosto estavam registadas e georreferenciados todos os imóveis classificados ou em vias de classificação, num total de 44 imóveis, e 50 imóveis integrados na tipologia Arte Nova.

Em 2013 os trabalhos de levantamento e inventário ficarão concluídos e deverá proceder-se á definição de estratégias e regulamentos de protecção e salvaguarda do património integrado no documento. Para além disso, numa fase posterior, é importante proceder-se à elaboração da Carta de Risco do Património, obrigatoriamente articulada com a Carta Municipal do Património.

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios - 18 Abril

O Dia Internacional dos Monumentos e Sítios foi criado pelo ICOMOS em 18 de abril de 1982 e aprovado pela UNESCO no ano seguinte. A partir de então, esta data comemorativa tem vindo a oferecer a oportunidade de aumentar a consciência pública relativamente à diversidade do património e aos esforços necessários para o proteger e conservar, permitindo, ainda, alertar para a sua vulnerabilidade.

Os temas anualmente sugeridos pelo ICOMOS pretendem promover o estabelecimento de uma ligação efetiva entre as realidades locais, regionais, nacionais e internacionais.

Para o ano de 2012 foi escolhido o tema: “Proteger e gerir a mudança”
O Município da Figueira da Foz associou-se novamente a esta iniciativa e, através das suas Divisão de Cultura e Divisão de Juventude e Desporto, preparou um itinerário patrimonial, desta vez na freguesia de Maiorca, “À descoberta da Rota pedestre de Maiorca”, a Divisão de Cultura preparou a interpretação da Rota dos Arrozais – Maiorca na sua vertente interpretativa: cultural e ambiental, aberta à comunidade local.

Jornadas Europeias do Património

As Jornadas Europeias do Património são uma iniciativa anual do Conselho da Europa e da União Europeia, que envolve cerca de 50 países, no âmbito da sensibilização dos cidadãos europeus para a importância da salvaguarda do Património. Cada país elabora, anualmente, um programa de actividades a nível nacional, a realizar em Setembro, na sua grande maioria acessíveis gratuitamente ao público. O IGESPAR coordena a programação anual das Jornadas Europeias do Património em Portugal e define o tema anual.

O Município da Figueira da Foz, através da sua Divisão de Cultura, associou-se em 2012, uma vez mais, a este evento, subordinado ao tema ***“O Futuro da Memória***”, com o qual se pretende promover a aproximação do público ao património cultural, no seu sentido mais amplo, realçando a sua importância enquanto memória e documento da história e do desenvolvimento das sociedades e também o seu papel para a construção do futuro.

Nesse sentido, o Município da Figueira da Foz entendeu evocar algumas das suas personalidades mais importantes. No dia 28 de setembro, pela manhã teve lugar uma ***visita ao Museu Municipal «guiada» pelo seu patrono, António dos Santos Rocha*** “ Museu ao Pormenor”. Nesta teatralização deu-se a conhecer, o espólio do museu aos alunos provenientes dos 3.º e 4.º anos do ensino básico do Concelho da Figueira da Foz.

No dia 29 de Setembro, a Divisão de Cultura, com o apoio teatral de Luís Ferreira da *Associação Viver em Alegria – Universidade Sénior da Figueira da Foz* e Ana Mesquita, promoveram a ação ***«Ao encontro da memória – Percurso Pedestre Jorge de Sena».***

Com início às 21h30, junto à estação da CP, o ***percurso Jorge de Sena*** foi um convite ao embarque numa viagem a uma Figueira da Foz cosmopolita marcada pelo *glamour*, praia, casinos e jogo, descrita no livro daquele autor “Sinais de Fogo”.

O passeio recuperou a descoberta de uma cidade sob olhar de um jovem de seu nome Jorge que parte para a Figueira da Foz para passar o verão na casa de seus tios, na década de 1930. As férias que imaginava de reencontro e boémia com os amigos de verões anteriores,

transformam-se numa aventura política, num território que se sente próximo da guerra que decorre além fronteira (Guerra Civil Espanhola).

Registo e Classificação de Imóveis

Compete à Divisão de Cultura elaborar o registo e inventário do património histórico-cultural do concelho da Figueira da Foz. A Divisão de Cultura é responsável também pelos processos de proteção legal do património através da elaboração do registo, estudo, recolha fotográfica e elaboração de pareceres de conteúdo histórico, técnico, arqueológico, artístico ou simbólico, tendo em vista a sua eventual classificação para "Interesse Municipal". Tem sido igualmente a Divisão de Cultura a dar o acompanhamento à continuidade dos processos de classificação de imóveis para "Interesse Público", dando cumprimento à elaboração de Editais, sua publicação e envio para efeitos de registo junto da entidade competente, o Igespar, I.P.

A Divisão de Cultura, dá igualmente apoio ao Igespar, I.P. no desenvolvimento de alguns processos de classificação para a pesquisa e delimitação de Zonas Especiais de Proteção de imóveis de interesse Público.

Casa da Quinta ou Casa da Baía, Freguesia de Maiorca:
Dezembro 2012:Divulgação do anúncio e respetiva planta no site municipal com informação aos proprietários e à Junta de Freguesia de Maiorca da Audiência Prévia –fixação da Zona Especial de Proteção.

Igreja Paroquial de S. Pedro, freguesia de Buarcos:
Dezembro 2012: Divulgação do anúncio e respetiva planta no site municipal com informação ao pároco e à Junta de Freguesia de Buarcos da Audiência Prévia – Classificação como monumento de interesse público e fixação da respetiva Zona Especial de Proteção.

Hotel Universal, freguesia S. Julião:
12 a 16 abril: a pedido dos proprietários e do Departamento de Urbanismo, foi elaborada a pesquisa e levantamentos documentais para uma eventual proposta de classificação do Hotel Universal, no Bairro Novo, freguesia de S. Julião. A proposta não avançou.

Intervenções / Conservação de Património Edificado

A Divisão de Cultura é consultada e intervém na emissão de pareceres ou acompanhamento de intervenções de conservação, restauro ou obra no património de valor histórico-cultural, arqueológico, arquitectónico ou outro de valor patrimonial.

Moinho de Marés, freguesia de Alqueidão

20 janeiro: Acompanhamento da visita da Dr.ª Isabel Policarpo, da Direção de Cultura do Centro, para averiguação do estado de conservação do imóvel e elaboração de novo parecer para o processo de classificação.

A Divisão de Cultura, emitiu para o Departamento de Urbanismo desta Autarquia três pareceres técnicos no âmbito da Arqueologia, sendo eles: Construção de moradia na rua do Alto da Carreira – Alhadas; Pedido de estudo e parecer arqueológico para Centro Social Paroquial de Lavos - Projeto de Obra – ampliação para Lar de Idosos e Alteração e ampliação de habitação – Rua da Escola, nº 70, Broeiras, Alhadas.

Acompanhamento de obras

Durante o ano de 2012 houve apenas uma obra para acompanhamento arqueológico, designada por *Obras na envolvente ao Forte de Santa Catarina – acompanhamento arqueológico.* Esta intervenção, por se tratar de um imóvel de Interesse Público, careceu de parecer da tutela, neste caso do IGESPAR. É uma obra financiada e liderada pela CM. Tem como dono de obra a empresa Ramos Catarino.

A Casa do Paço

A Casa do Paço, virada para a foz do rio Mondego, é uma construção dos finais do século XVII e teve como mandante o Bispo-Conde de Coimbra, D. João de Melo. Este edifício nunca chegou a ser concluído e nele denotam-se várias semelhanças com o mosteiro conimbricense de Santa Clara-a-Nova, obra finalizada pelo mesmo eclesiástico.

Pertencente ao morgadio de D. João de Melo, o Paço da Figueira da Foz foi mandado construir para casa de veraneio. Em meados do século XIX, o edifício foi comprado por Manuel dos Santos Júnior e por ele mandado restaurar. É nesta altura que o fabuloso revestimento cerâmico - a azulejos de figura avulsa de fabrico holandês, do 1.º decénio do século XVIII - se torna amplamente conhecido e desperta o interesse dos estudiosos.

No paço figueirense encontra-se a maior e mais importante colecção desta tipologia de azulejos reunida no local original. Actualmente, o antigo Paço do bispo é propriedade do Grémio do Comércio da Figueira da Foz. De planta em "U", o edifício mostra uma fachada marcada por um torreão (no projeto tinha duas e hoje ainda são visíveis) e pelo rigor da simetria, reforçada nas suas amplas janelas. A entrada é feita pelo pátio norte que é fechado.
É no seu interior que reside o excepcional interesse deste edifício, o revestimento azulejar holandês em quatro das suas dependências.

Visitantes

Em 2012, com a colaboração de diversos grupos, entre voluntários e estagiários, foi possível a (re) abertura ao público da Casa do Paço, entre 26 de abril e 13 de dezembro, num período de segunda a quinta feira e ao sábado, entre as 14h30 às 17h30.

A criação destes grupos de trabalho permitiu reunir condições para a realização de visitas guiadas e a apresentação de exposições temporárias, somando um total de **1341 visitantes**, durante o período referido.

Exposições

A 26 de abril foi inaugurada a exposição " **Ideias para a Frente de Mar**", reunindo propostas premiadas no *"Concurso Público de Concepção de Ideias para a Requalificação e Reordenamento da Praia e Frente de Mar da Figueira da Foz e Buarcos".* A inauguração foi seguida de debate público, a 27 de abril, incidindo sobre os trabalhos expostos e tendo como oradores o Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Ataíde, o Eng. Jorge Rua (Administração do Porto da Figueira da Foz), a Arquitª Ana Cristina Machado (Ordem dos Arquitectos) e a Profª Drª Fátima Alves (Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro).

A 12 de julho abriu a exposição " **Visões Urbanas para a Foz do Mondego**", reunindo propostas de 86 alunos de mestrado em Arquitectura da Universidade de Coimbra (Profs. titulares Arquitectos Nuno Grande, Paulo Cardielos e Rui Lobo), da Universidade Católica de Viseu (Prof. titular Arquitecto José Baganha) e da Universidade Francisco de Vitoria, de Madrid.
O encerramento da exposição contou com debate público, a 15 de Setembro, e as presenças do Presidente da Câmara Municipal, do Prof. Dr. António Rochette, do Arquitecto Gonçalo Byrne e dos referidos arquitetos e professores titulares.

A 17 de novembro foi inaugurada a exposição "**130 Anos da Linha da Beira Alta**", numa parceria entre a CMFF e o grupo "Em Linha", aficionados do caminho de ferro, em comemoração do 130º aniversário (03/08/1882) do mais importante corredor ferroviário de valência internacional em Portugal.

Cultura em Aprendizagem

O ano de 2012 estabeleceu novos compromissos na construção municipal de uma dinâmica cultural educativa ainda mais forte e coesa, indo ao encontro das necessidades reais do Município e de toda a sua Comunidade.

Enquanto instrumentos para a criação de espaços democráticos e inclusivos de acesso, construção e debate do saber, os equipamentos culturais cumprem ainda a dupla função de responder às exigências de lazer e fruição da sociedade de consumo contemporânea.

É justamente nesta zona de cruzamento entre a aprendizagem e o lazer que residiu um desafio e uma oportunidade para o desenvolvimento de novas estratégias de relacionamento com os públicos, repensando e reequacionando os espaços e as formas para este encontro. Neste campo, o serviço educativo dos equipamentos culturais tem vindo a assumir, cada vez mais, o papel de interface de comunicação com as audiências e de lugar privilegiado para a construção de saberes e o estabelecimento de relações duradouras e exigentes.

Serviço Educativo

Pretendendo fortalecer e consolidar os princípios e propósitos da Câmara Municipal, o serviço educativo promove uma política cultural de educação inovadora e envolve, de forma articulada e integrada, os diversos espaços culturais municipais – Biblioteca Municipal (BM), Arquivo Histórico (AH), Arquivo Fotográfico (AF), Museu Municipal (MMSR), Núcleo Museológico do Mar (NMMAR), Núcleo Museológico do Sal (NMSAL) e Centro de Artes e Espectáculos (CAE).

Serviço Educativo de Continuidade

Em 2012, a Câmara Municipal propôs às escolas do Concelho um conjunto diversificado de actividades curriculares enriquecedoras, através do Serviço Educativo de Continuidade, tendo como mote: ***Ousar, Imaginar, Criar, Estimular, Envolver, Educar.***

Hora do Conto

Local: Biblioteca Municipal

Dia: terças e quintas-feiras

A Hora do Conto realiza-se na Biblioteca Municipal à Terça e à Quinta, para grupos. Todos os meses, o Serviço Educativo tem dois novos livros do fundo infanto-juvenil da Biblioteca para leitura nestas sessões de contos.

Especialmente direccionadas para grupos de alunos de Jardim de Infância e do 1º Ciclo do Ensino Básico, as sessões, para além da leitura do conto, incluem também um atelier criativo

sobre o tema do livro, permitindo à criança materializar o conto e levar na mão uma recordação que prolonga a história.

O Baú das Histórias

Local: Escolas do 1º CEB do concelho

Projecto de promoção e incentivo à leitura e à escrita, realizado na sala de aula, de Janeiro a Junho de cada ano, em duas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico por mês. Duas Técnicas da Biblioteca Municipal levando um Baú com objectos e um livro, realizam sessões com turmas de alunos, construindo uma história colectiva em cada sessão. No final do ano escolar, a Biblioteca recolhe as histórias das várias escolas participantes e constrói uma compilação com todas as histórias, que depois oferece às escolas. A edição anual do projecto encerra em Dezembro com um encontro, na Biblioteca Municipal, das escolas participantes com o autor do livro que dava início às sessões nas escolas. Realizado desde 2007, este projecto contempla em cada ano uma média 12 escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Histórias em Movimento | A Hora do Conto Visita o Jardim de Infância

Local: Jardins de Infância do Concelho

Dia: 1 dia/ mês

Aproximando um pouco mais a Biblioteca Municipal da população escolar e contribuindo para incentivar a leitura e a proximidade ao livro desde a primeira infância, esta iniciativa leva ao espaço do Jardim de Infância sessões de leitura de contos, complementados com ateliers criativos de exploração dos contos lidos. A Biblioteca visita uma média de um jardim-de-infância por mês, sempre acompanhada por um conjunto de livros infantis que ficam na escola durante esse mês para que os alunos possam desfrutar desse contacto.

Em 2012 participaram nesta actividade de promoção e incentivo à leitura, cerca de 450 crianças de Jardins de Infância do Concelho da Figueira da Foz.

Visitas Guiadas à Biblioteca Municipal

A Biblioteca Municipal disponibiliza, para o público em geral e para a comunidade escolar, a realização e visitas guiadas ao seu espaço, acompanhadas por Técnicas que promovem o conhecimento do funcionamento e dos diversos serviços disponibilizados. Na sua maioria, estas visitas são solicitadas pela comunidade escolar. Turmas de alunos acompanhados por professores, desde o Jardim de Infância até ao Ensino Secundário, percorrem a Biblioteca Municipal ficando a conhecer melhor o seu funcionamento e descobrindo sempre algum motivo de interesse e aspeto que desconheciam. São também solicitadas visitas guiadas pelo público adulto, nomeadamente de carácter formativo para grupos integrados em acções de formação.

Peça do Mês

Local: Núcleo Museológico do Mar

Data; Janeiro a Dezembro

A cada trimestre o Núcleo Museológico do Mar dedica a sua actividade *Peça do Mês* a diferentes peças relacionadas com uma figuras | peças relacionadas com o mar e a faina.

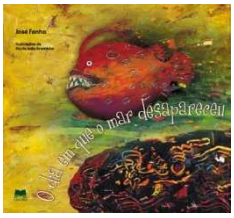
Começou-se pela canastra, um utensílio imprescindível à peixeira, passámos pela rodilha, pelo lugre, o baú do pescador, entre outras peças relevantes para as artes do mar

Histórias do Mar

Local: Núcleo Museológico do Mar

Actividade da Hora do Conto que acontece no Núcleo Museológico do Mar em que se ouvem histórias relacionadas com o mar e com os seus segredos...

Foquim das Estações



A cada estação do ano o Núcleo Museológico do Mar propõe o desenvolvimento de 3 actividades de expressão plástica. No Inverno o núcleo propôs no *Foquim das Estações:*

- Mobile do Mar – Quem não quer ter um mobile com motivos do mar no quarto?! Todas as crianças gostam e se for com estrelas do mar e conchinhas....melhor ainda!
- Animais Aquáticos – Constrói os teus animais aquáticos apenas com tiras de papel. Temos para te ensinar, polvos, peixes e estrelas-do-mar.
- Atelier de colagens – propomos a elaboração de pequenas telas em material reciclado com colagens de materiais náuticos (redes, conchas, mexilhões, e até areia).
-

Já na primavera as actividades foram:

- Jogo do galo – Quem não sabe jogar o jogo do galo? Vamos construir um em que o tabuleiro é um animal aquático.
- O Pinguim Serafim: Apresentamos-te este simpático pinguim e os amiguinhos dele. Vamos saber o que fazem os pinguins, o que comem e para que servem umas asas tão pequeninas e porque não levá-lo para casa.
- Instrumentos náuticos.: Vamos explorar a maleta pedagógica construindo alguns desses instrumentos.

Jogo da Biodiversidade do Mar

Um jogo de perguntas e respostas jogado em tamanho grande, numa versão de tabuleiro no género "jogo da glória" em que os peões são as próprias crianças.

ALGÁRIO

Vamos tentar construir um algário e pesquisar as características de cada tipo de alga.

Histórias na Horta com Livros a Cheirar a Sol

Local: Horta Pedagógica

A Horta Pedagógica é um espaço didáctico onde a Biblioteca Municipal realiza actividades de promoção e incentivo à leitura para a comunidade escolar, com sessões de leitura de contos, complementadas com uma visita ao local acompanhada por um funcionário que explica às crianças todo o processo do tratamento da terra, plantação e colheita dos frutos. Os grupos de alunos podem desfrutar o contacto direto com a natureza, e experimentar o prazer de semear uma planta. Nas sessões realizadas em 2012 naquele espaço, participaram 14 estabelecimentos de ensino, num total aproximado de 400 alunos e professores.

A Biblioteca vai à Escola

Local: Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB do Concelho

Período: Abril a Maio

Este projecto municipal de incentivo à leitura e divulgação de autores, tem sido realizado anualmente desde 2001. Em cada ano a Biblioteca Municipal leva autores portugueses de literatura infanto-juvenil a Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico para realizar sessões de promoção da leitura com os alunos. Integrado na iniciativa, o Município adquire livros dos autores visitantes, que são oferecidos, previamente, às escolas participantes para preparar as sessões com os autores e também aos alunos durante os encontros. Em 2012, as escritoras Luísa Ducla Soares e Rita Taborda Duarte acompanharam a Biblioteca Municipal em visita a dois Jardins de Infância e a duas Escolas do 1º CEB. Participaram nos encontros e receberam a oferta de um livro, mais de 100 alunos.

Histórias da Figueira

Local: Biblioteca Municipal

Período: de janeiro a dezembro

Ação para público sénior, baseada nas memórias guardadas pelos mais idosos sobre a cidade da sua juventude e as imagens da cidade atual, o seu progresso e promovendo a formação dos mais jovens.

Os Nossos Edifícios com História

Local: Biblioteca Municipal

Período: de Janeiro a Dezembro

Acção educativa baseada na temática da cultura local, direccionada para alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico e mostra a Figueira da Foz que não conhecem, a cidade onde cresceram os seus pais e avós, em paralelo com a cidade onde eles estão a crescer a partir de livros e publicações periódicas do fundo documental da Biblioteca e de textos e fotografias, sobre o concelho da Figueira da Foz.

Profissões do Mar

Local: Núcleo Museológico do Mar

Período: Maio a Dezembro

Esta actividade que teve início no Dia Internacional dos Museus, a Maio, passou posteriormente a ter como objectivo assinalar diversas datas comemorativas, nacionais e internacionais, ligadas ao mar.

A primeira palestra foi proferida pelo Sr. Capitão do Porto da Figueira da Foz, Comandante Rui Amado, assinalando o Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), seguindo-se a comemoração do Dia Mundial do Mar (28 de Setembro) com uma nova profissão, o faroleiro, e um novo local de realização: o farol do Cabo Mondego. Finalmente, a comemoração do Dia Nacional do Mar (16 de Novembro), contou com a presença de um polícia marítimo.

O Museu na Escola

Local: Escolas do 1º, 2º e 3º CEB do concelho

Período: de Janeiro a Dezembro

Iniciado em 2011 este projeto de sensibilização patrimonial, divulgação e aproximação do Museu e das suas coleções às escolas do concelho (1º, 2º e 3º CEB, pretende levar aos estabelecimentos de ensino do concelho que não têm facilidade de transporte, algumas da coleções do museu, permanentes ou que se encontram em reserva. Neste âmbito foram exploradas as coleções de Arqueologia, Armaria e Traje, Tecidos e Adornos Pessoais.

Em 2012, cerca de 350 alunos de Escolas do concelho da Figueira da Foz tiveram a oportunidade de explorar esta coleção nas suas salas de aula.

Da Ovelha ao Fio. Do Fio ao Tapete

Atelier de tear manual sobre a Tapeçaria de Tavira.

Local: Museu Municipal Santos Rocha

Período: de Janeiro a Dezembro

Partindo de um conjunto de fibras naturais e artificiais, os alunos são

convidados a descobrir os materiais, a manufactura e os intervenientes responsáveis por esta peça única no país. A confecção de tear manual consolida a parte teórica, previamente desenvolvida e adaptada aos diferentes níveis de ensino.

Visita-Jogo: Antes de Nós. Caça ao Tesouro

Local: Museu Municipal Santos Rocha | Sala de Arqueologia

Período: de Janeiro a Dezembro

Actividade desenvolvida na sala de arqueologia, com vista à descoberta dos diferentes povos que habitaram a Figueira da Foz e algumas das regiões portuguesas, tendo por base os objetos arqueológicos escavados por Santos Rocha, o fundador do Museu.

Era Uma Vez Uma História

Local: Museu Municipal Santos Rocha

Período: de Janeiro a Dezembro

Sessão de leitura de histórias e contos no Museu Municipal Santos Rocha, dirgida a crianças a partir dos 3 anos, em idade pré-escolar e do 1º CEB.

Em 2012 os livros escolhidos foram :**A Cor Instável** de João Paulo Cotrim; **Onde Perdeu a Lua o Riso?** de Miriam Sánchez; **Onze Damas Atrevidas** de Oli (Xosé M. González); **Pezinhos de lã** de Montse Rivera, Mercedes Riesco Prieto; **A grande questão?** de Wolf Eribruch; **Eu espero…**de Davide Cali; **O primeiro gomo da tangerina** de Sérgio Godinho e Madalena Matoso e **Um dia, um guarda-chuva…**de Davide Calie e Valerio Vidali.

Sombras e Fantoches

Local: Museu Municipal Santos Rocha

Período: de Janeiro a Dezembro

As Técnicas do Serviço Educativo do Museu Municipal criaram os textos, cenografaram e encenaram alguns Teatros sobre o Museu e as suas coleções: “O meu nome é Rocha... Santos Rocha”, “A Guerra Peninsular” e “À noite… no Museu Santos Rocha”. Estes teatros são dirigidos a crianças entre os 6 e os 12 anos, frequentadoras do 1º e 2º CEB.

PEDDY-PAPER “O Museu com 5 sentidos”

Local: Museu Municipal Santos Rocha

Período: de Janeiro a Dezembro

Esta actividade permite às crianças, através da exploração da temática dos sentidos, efectuar um percurso pelas várias salas da exposição permanente do museu e conhecer o espaço, assim como algumas das suas particularidades mais significativas.

Outros Projetos Educativos

Projeto de Educação Ambiental

O Município da Figueira da Foz levou a cabo no ano lectivo 2011 / 2012 (Setembro 2011 a Junho 2012) um projecto de educação ambiental fruto de uma colaboração estabelecida com o Grupo Portucel Soporcel, sedeado na Figueira da Foz. Dirigido ao ensino pré-escolar e ao 1º Ciclo do Ensino Básico, o projecto constava da realização de uma acção por mês, em duas sessões, com a participação de 60 crianças por acção. Contemplou, de Janeiro a Junho de 2012 cerca de 400 alunos, acompanhados por 38 professores, de 17 estabelecimentos de ensino do concelho da Figueira da Foz

SOU CIDADÃO | Programa juvenil de concepção de ideias para a inovação das áreas da Cultura e do Ambiente no concelho da Figueira da Foz

Período: ano 2012

Lançado em Janeiro de 2012, o programa "Sou Cidadão" teve como principal intuito o de incorporar integralmente os jovens nas políticas de desenvolvimento do concelho da Figueira da Foz, permitindo-lhes influenciar e intervir nas decisões concelhias, fomentando a mudança a vários níveis, incrementando uma comunidade de pensadores criativos, onde novas ideias contribuíssem, claramente, para o progresso do concelho.

Este programa de âmbito sociocultural, foi projectado, sobretudo, face à vontade manifestada pelos jovens em participar na construção da sociedade, exercerem os seus direitos, cumprir com as responsabilidades, manifestarem opinião, construírem soluções…

CULTURECO

O CulturECO, programa de sensibilização e educação ambiental realizado entre 4 e 15 de Junho, contou com a dinamização de 20 actividades de todas as áreas ambientais, nomeadamente encontros temáticos, ateliês, workshops, jogos ambientais, oficinas de ambiente e ações socioculturais com cariz ambiental.

Este programa resultou, claramente, numa confluência de intenções e procurou abranger o maior número possível de áreas do domínio da educação ambiental, concretamente: a hortofloricultura, os Resíduos, a Biodiversidade, a Investigação, o Ambiente e Cidadania, o Ambiente e Sustentabilidade e, sobretudo, envolver as diversas comunidades nas Comemorações do Dia Mundial do Ambiente e do Dia Mundial dos Oceanos.

Decorreu nos diversos equipamentos culturais municipais: Centro de Artes e Espectáculos, no Museu Municipal Santos Rocha, na Biblioteca Municipal, na Salina do Núcleo Museológico do

Sal, no Parque das Abadias, no Jardim Municipal e em algumas escolas do 2º e 3º CEB e Secundárias.

Participaram 135 turmas/grupos de Jardins de Infância, de todos os níveis de ensino das Escolas do Concelho, numa média aproximada de 3000 crianças e jovens da Figueira da Foz.

Férias da Páscoa

Local: Museu Municipal Santos Rocha | Complexo Molinológico da Associação Mó Gândara

Durante o período de interrupção letiva da Páscoa, o Serviço Educativo do Museu Municipal Santos Rocha (MMSR) parte do espaço do Museu como elemento present e identificativo da comunidade e, através de um conjunto diversificado de atividade dirigidas aos mais jovens, propõe a construção de uma relação mais próxima com instituições locais de áreas distintas, desejando que esse contacto propicie moment de fruição e aprendizagem inesquecíveis.
Esta Páscoa, é co(m)nnosco!!!

3ª feira | 27 março | 14h30 | Gratuito
Museu Municipal Santos Rocha
PÁSCOA COM TEATRO
O museu é o teu palco! (com a participação de Ilda Simões da SIT – Sociedade de Instrução Tavaredense)

4ª feira | 28 março | 14h30 | Gratuito
Museu Municipal Santos Rocha
PÁSCOA COM SUSTENTABILIDADE
Atelier de plantação/ sementeira.

5ª feira | 29 março | 14h30 | Pago *
Museu Municipal Santos Rocha
PÁSCOA COM HUMOR
Sessão de risoterapia (com Patrícia Baptista).

6ª feira | 30 março | hora a definir | Pago *
Moinhos da Gândara – Complexo Molinológico
PÁSCOA COM BROA
Atelier de confeção de broa e visita aos moinhos (em parceria com a Associação Mó Gândara).

3ª feira | 3 abril | 14h30 | Gratuito
Museu Municipal Santos Rocha
PÁSCOA COM ARTE
Oficina de colagem/ construção de cartão postal.

4ª feira | 4 abril | 14h30 | Pago *
Museu Municipal Santos Rocha
PÁSCOA COM CIÊNCIA
Atelier de experiências com ovos.

* € 1,00 por participante individual | €10,00 para grupos até 20 crianças.

Todas as atividades requerem marcação prévia. O programa apresentado pode sofrer alterações.
O Serviço Educativo está disponível para esclarecer quaisquer dúvidas.
Tel: 233 402 840 ext. 418 (atendimento das 9h30 às 17h30)
Fax: 233 402 857 / E-mail: servico.educativo@cm-figfoz.pt.

CARPE DIEM!

Roma e os Romanos no Verão 2012 do Museum Municipalis Santos Rocha

Local: Museu Municipal Santos Rocha | Museu Municipal Machado de Castro | Museu Monográfico e Ruínas de Conímbriga

julho

4 - Verbi gratia – Jogo de descoberta de expressões latinas no dia a dia *

A priori usamos várias expressões, das quais não conhecemos a origem, pelo que fomos descobri-las com um *cursor.*

11 - Deus Ísis et Osíris – O mito dos deuses egípcios *

Um mito que tem o amor como sentimento capaz de vencer tudo.

18 - Ludi romani – os jogos romanos *

Jogar e brincar à cabra cega, ao jogo do moinho.

20 - Via *Aeminium* – visita ao criptopórtico – MN Machado de Castro **

Uma viagem inesquecível aos bastidores da Coimbra romana. Estaremos na base do fórum de Augusto.

agosto

3 - Domus romana – A casa romana *

Como construíam os romanos as suas casas? Tinham cozinha e casa de banho?

7 - Via *Conímbriga* – visita a Conímbriga **

Viagem a uma das maiores cidades romanas na Península Ibérica.

8 – Viriatus – O defensor da Lusitânia *

O pastor lusitano que lutou contra os romanos. Terá conseguido?

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros Investimentos				
- Aq. de mobiliário e equip.- Qta das Olaias	886	0	886	100%
- Aq. Casa do Paço (Contrato Prom. PARANOVA)	1.338.700	425.784	73.144	37%
- Projeto Ecosal Atlantis - Adequação armazém sal	9.402	7.515	1.886	100%
- Batel do sal - arranjos diversos	8.421	1.081	7.339	100%
- Arranjos, benef. e/ou remodelações em edifícios	22.130	0	870	4%
- Museu				
. Software informático	6.089	0	6.089	100%
- Rede Urbana de Castelos e Muralhas Medievais do Mondego	18.250	0	18.250	100%
TOTAL	**1.403.876**	**434.381**	**108.463**	**39%**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Programação Cultural	
. Do Museu Municipal e Núcleos Museológicos	5.254
. Da Biblioteca Municipal	5.602
. Centro de Artes e Espetáculos (CAE)	274.044
- Comemorações e outras atividades lúdicas e/ou culturais	3.616
- Material de Educação e Cultura p/ a Biblioteca	6.061
- Revitalização das salinas tradicionais	164
- Projeto Ecosal Atlantis	9.908
- Apoio a Instituições culturais e/ou de suas instalações:	
. No âmbito de protocolos e/ou contratos programa (TV)	6.996
. No âmbito do Regulamento Municipal (TV)	38.492
TOTAL	**350.136**

2.5.2 | DESPORTO E LAZER

O trabalho desenvolvido na área da Juventude priorizou, fundamentalmente, a promoção e apoio a programas, projectos e acções que tenham como objectivo a participação cívica, o exercício da cidadania e o desenvolvimento e valorização de estilos de vida saudáveis.

Sou Jovem Voluntário"

O programa "Sou Jovem Voluntário" decorreu nos meses de Julho e Agosto, tendo-se candidatado 4 Associações/Colectividades do Município e, ainda, a Biblioteca Municipal, para receber jovens voluntários.

Inscreveram-se para prestar trabalho voluntário 6 jovens, os quais, após entrevista, para perceber os seus interesses e motivações, foram integrados na biblioteca de praia/jardim municipal e em actividades de âmbito lúdico-recreativo e desportivo, organizadas pela Associação de Amizade e da Arte Galego Portuguesa, Casa do Povo da Marinha das Ondas e Grupo de Instrução e Sport.

A duração do voluntariado variou em função da disponibilidade dos Jovens, cerca de 15 dias manhã/tarde, à excepção da Jovem que esteve na Casa do Povo da Marinha das Ondas que prestou trabalho voluntário na creche, durante todo o período de férias escolares.

Comemorações do Dia Internacional da Juventude

No âmbito do projeto de promoção de "estilos de vida saudáveis" e consciente da necessidade de mudar mentalidades e promover hábitos saudáveis, por parte dos jovens, comemorou-se no dia 13 de Agosto, a comemoração do Dia Internacional de Juventude.

Estiveram envolvidos cerca de 233 jovens, os quais usufruíram da oportunidade de experimentar/praticar, a título gratuito, diversas atividades recreativas e desportivas, designadamente: ateliê de pintura de desperdícios do mar (15 participantes), a prática de bodyboard (18 participantes), passeios de veleiro (33 participantes), diversões aquáticas (30 participantes), arborismo (22 participantes), equitação (10 participantes), yoga e Karaté (25 participantes), assim como o acesso gratuito às piscinas municipais descobertas (cerca de 80 participantes).

Estas atividades só foram possíveis graças à colaboração de diversas entidades, empresas, associações e Juntas de Freguesia de Quiaios, Marinha das Ondas, Alqueidão, Alhadas, Maiorca, Moinhos da Gândara, Ferreira-a-Nova e o Conselho de Moradores da Borda do Campo que neste dia proporcionaram o livre acesso às muitas atividades, as quais se realizaram um pouco por todo o Município, envolvendo centenas de Jovens.

Es-P@ÇO Jovem

O Es-P@ÇO Jovem está situado no Paço de Tavarede e presta diversos serviços à comunidade, designadamente aos mais Jovens, cujas idades estão compreendidas entre os 12 e os 35 anos. No âmbito do Associativismo, Cartão de Alberguista, Cartão Jovem, Digitalização, Emprego /Formação, Empreendedorismo, encaminhamento para a Saúde Juvenil, Impressões, acesso e utilização gratuita à Internet, Porta 65, Pousadas de Juventude e Voluntariado Jovem.

Loja Ponto JÁ - A criação deste espaço resultou de um Protocolo celebrado, em Novembro de 2006, com o Instituto Português da Juventude. Nesta Loja são prestadas informação diversificada e efectuado atendimento personalizado sobre todas as matérias na área da Juventude, designadamente: Cartão Jovem, Pousadas da Juventude, Associativismo, Voluntariado, Formação, Novas Tecnologias de Informação e todos os programas promovidos pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, IP e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, designadamente a Ocupação de Tempos Livres, candidatura à "Porta 65", acesso gratuito à Internet e um LCD onde os jovens podem ter acesso à playstation, ver filmes ou consultar revistas e livros de banda desenhada.

A procura dos serviços prestados na Loja Ponto Já da Figueira da Foz está centrada nas seguintes áreas:

- Acesso e utilização gratuita da Internet
- Cartão Jovem – pedido de informação e aquisição do Cartão Jovem;
- Programa Porta 65 Jovem - Este programa apoia o arrendamento jovem de habitação para residência permanente, atribuindo uma percentagem de valor da renda como subvenção mensal – pedido de informação e candidatura ao programa de apoio, incluindo a digitalização de toda a documentação necessária;
- Pousadas da Juventude;
- Associativismo;
- Voluntariado;
- Programas promovidos pelo IPDJ e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, designadamente a Ocupação de Tempos Livres,
- LCD com acesso à playstation e visionamento de filmes.

No ano em que se comemorou o 6º Aniversário da Loja Ponto Já recorreram aos seus serviços **4637** munícipes, dos quais **3654** para acesso e utilização da **internet**, **869** para obter informações sobre a **Porta 65**, tendo **116 concretizado a respectiva candidatura**, e, ainda, **115** jovens para pedir informações sobre o **Cartão Jovem**, dos quais **29 jovens** concretizaram a sua aquisição.

Se compararmos os três serviços com maior procura na Loja Ponto Já da Figueira da Foz, nos últimos três anos, verificamos o seguinte:

QUADRO I			
Serviços Prestados	**2010**	**2011**	**2012**
Acesso/utilização gratuita da Internet	**2089**	**3400**	**3654**
Porta 65 - Jovem	**418 Inf.**	**400 inf.**	**869 inf.**
	96 cand.	**192 cand.**	**116 cand.**
Cartão Jovem	**26**	**24**	**29**
Total Atendimentos	**5718**	**4016**	**4637**

Aproveitando o 6º Aniversário da Loja Ponto Já procurou-se aliar a comemoração do aniversário à promoção do projecto "Estilos de Vida Saudáveis", dirigido aos Jovens do Município da Figueira da Foz sensibilizando -os para a adoção de estilos de vida saudáveis, para uma alimentação equilibrada, para a prática desportiva/modalidade do Karaté e para a alimentação saudável, através da oferta de um lanche saudável.

De assinalar que para a comemoração do Aniversário da Loja Ponto Já, reunimos o contributo de diversas entidades parceiras, a saber:

- Escola do 2º, 3º CEB Pintor Mário Augusto – ofertou aos participantes o lanche saudável, cujo serviço foi prestado por 5 alunos do CEF, supervisionados pela professora ;
- Escola Profissional da Figueira da Foz – ofertou o bolo de aniversário, com ingredientes saudáveis, cujo serviço foi efectuado por 2 alunos, com a supervisão do Professor.

Ateliês:

- Deejay – Art Dj School – o DJ deu a conhecer aos jovens as técnicas que um DJ utiliza para mixar as músicas, dando oportunidade de experimentar os instrumentos.
- Goju Ryu Karaté Clube Figueirense – Karaté - pretendeu-se sensibilizar os participantes para a prática do exercício físico, designadamente para a modalidade do Karaté, enquanto atividade desportiva, para que os participantes possam usufruir dos benefícios de um estilo de vida ativo.
- ATL Cristina Torres da Cáritas Diocesana de Coimbra - "Aprender a Comer" – jogo em que os participantes testaram e melhoraram os seus conhecimentos sobre a alimentação saudável e os respetivos cuidados de higiene a ter.

"Oficina Tira Dúvidas"

A "Oficina Tira Dúvidas" funcionou no gabinete afecto à sala multiusos, no período de Novembro 2011 a Abril de 2012, deu apoio escolar em diversas disciplinas escolares do 2º e 3º CEB, designadamente a matemática e inglês, foi orientada por Voluntários licenciados e foi frequentada por 7 alunos.

"10ª Mostra de Jovens Artistas da Figueira da Foz"

A Mostra de trabalhos artísticos elaborados pelos alunos do 2º, 3º Ciclos do Ensino Básico, Secundário e Profissional das escolas do Município esteve patente ao público, na sala multiusos do Es-P@ÇO Jovem, entre os dias 12 e 27 de Abril.

No total foram expostos 217 trabalhos individuais e colectivos, elaborados a partir de diversas técnicas artísticas, como óleo sobre tela, aguarela, pintura sobre cartão e papel, pintura com lápis de cor e modelação, técnicas de rolo e placa, colagem e reutilização de materiais, entre outros, nos quais estiveram envolvidos cerca de 705 alunos, com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, integrados em 79 turmas.

Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo (RMAA)

No âmbito do RMAA, foi efectuada uma candidatura pela associação Juvenil "Associação Jovem Fresca Coragem", à qual foi atribuído um apoio financeiro à actividade regular, no valor de 824,10 €.

Ainda e, conforme previsto naquele Regulamento a Câmara Municipal cedeu transporte, conforme ponto 5 do artigo 12º às seguintes associações juvenis/agrupamentos de escuteiros:

- AEP – Grupo 207 de Buarcos – Lisboa – valor do apoio - 178,93€;
- CNE – Agrupamento 1319 de S. Pedro – Idanha-a-Nova - valor do apoio - 245,60€;
- CNE – Agrupamento 1224 de M. Ondas – Idanha-a-Nova - valor do apoio - 192,07€;
- CNE – Agrupamento 1215 de Tavarede – Idanha-a-Nova – valor do apoio - 258,22€;
- CNE – Agrupamento em formação de Lavos – Penacova – valor do apoio – 181,58€;
- CNE – Agrupamento 9073 de Maiorca – Arganil – valor de apoio – 232,56€.

Eventos Juvenis Apoiados pela Autarquia

II Festival de Juventude " Bom Sucesso Summer Fest" - A Câmara Municipal apoiou, uma vez mais, a realização do II Festival da Juventude "Bom Sucesso Summer Fest" que teve lugar no Bom Sucesso, no período de 17 a 20 de Agosto, através de apoio logístico e isenção de taxas, no valor de 899,25€.

Garraiada - MAJ – Movimento Associativo Juvenil de Vila Verde - A Câmara Municipal apoiou, uma vez mais, a já tradicional Garraiada realizada em Vila Verde, através de apoio logístico, no valor de 690,55€.

Área do Desporto

Na área do Desporto, para além do trabalho de análise técnica dos processos de apoio aos clubes e associações, organização de eventos e dinamização de programas municipais, foi dada prioridade à redução de custos na manutenção dos equipamentos desportivos e em toda a intervenção municipal, bem como na aplicação do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto, tendo ainda especial atenção ao apoio a eventos desportivos diversos, de interesse municipal, mas também para as organizações.

A criação do **Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo** surgiu da necessidade de adequar o apoio das Autarquias locais à legislação em vigor no que concerne aos apoios para desporto, conforme a Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto e Decreto Lei que define o regime jurídico dos Contratos – Programa de Desenvolvimento Desportivo, assumindo um papel mais responsável na regulação e fiscalização dos apoios concedidos.

Entendeu-se, também, que a habilitação dos técnicos assume, obrigatoriamente, um papel de relevo no percurso desportivo dos jovens atletas, contribuindo decisivamente para a sua formação integral. Por outro lado, pretendeu-se premiar aqueles que, no seu quotidiano, promovem a formação desportiva dos jovens figueirenses, desenvolvendo condições físicas, materiais, sociais e desportivas que contribuam para a melhoria das condições de prática.

O Regulamento foi composto por critérios facilmente mensuráveis, traduzidos na pontuação final a atribuir, demonstrativos do trabalho desenvolvido pelas Associações do Concelho.
No âmbito das candidaturas efectuadas em 2012, foram celebrados 23 contratos programa de desenvolvimento desportivo no valor total de 85.000.0 €, como se pode observar no quadro seguinte:

QUADRO II	
Entidade	**Valor do Apoio Financeiro**
Sociedade Boa União Alhadense	**1.392 €**
União Desportiva da Gândara	**3.578 €**
Sociedade União Operária dos Vais	**4.917 €**
Associação Bodyboard Foz do Mondego	**4.793 €**
Associação de Surf da Figueira da Foz	**2.714 €**
Clube de Radiomodelismo da Figueira da Foz	**1.657 €**
União Football de Buarcos	**1.428 €**
Clube Montanha da Figueira da Foz	**4.935 €**
Associação Karaté-Do	**3.948 €**
Associação Desportiva Cultural e Recreativa Vateca	**1.639 €**
Quiaios Clube	**564 €**
Clube áutico da Figueira da Foz	**3.736 €**
Tennis Club da Figueira da Foz	**4.212 €**
Sporting Clube Figueirense	**2.837 €**
Figueira Kayak Clube	**2.802 €**
Assembleia Figueirense	**1.428 €**
Mentor	**2.132 €**
Grupo Desportivo Cova-Gala	**1.692 €**
Clube de Pesca "A Robaleira"	**1.657 €**
Ginásio Clube Figueirense	**15.315 €**
Associação Naval 1º de Maio	**10.504 €**
Goju-Ruy Karaté Clube	**2.520 €**
Grupo Recreativo Vilaverdense	**4.600 €**
Total	**85.000.00 €**

Relativamente aos apoios financeiros no âmbito do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto, observa-se uma redução de 139.757.00 € relativamente a 2011, o que corresponde a uma redução de despesa de 63%.

Programa Municipal "Qualidade de Vida"

O Programa Municipal Qualidade de Vida, no seu 9º ano consecutivo de funcionamento, desenvolveu-se em 9 centros de actividade distribuídos pelas Freguesias de Buarcos, São Julião e Tavarede, totalizando aproximadamente 180 inscritos.

Em Outubro de 2012, foi aplicada a todos os inscritos o Protocolo de Aptidão Física Funcional "Rikli e Jones", sendo os dados obtidos registados para posteriores avaliações.
As receitas provenientes do pagamento da Taxa de Frequência Mensal foram em 2012 no valor de 8.080.00 €.

A dinamização do Programa Municipal Qualidade de Vida, continua, no entender desta Unidade Orgânica, a representar uma mais valia no socialização e ocupação dos tempos livres dos maiores de 60, a que se juntam alguns benefícios físicos, facilmente constatáveis no quotidiano dos inscritos.

A operacionalização por parte da autarquia deste Programa Municipal, representa uma aposta concreta na manutenção e melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, podendo, no entender desta Unidade Orgânica, representar um investimento nos níveis de saúde desta população específica.

World Harmony Run – Corrida da Harmonia

A World Harmony Run é um evento desportivo mundial, uma passagem de testemunho de uma tocha tipo olímpico, que promove e fortalece a amizade e a harmonia, transcendendo barreiras, politicas, culturais e económicas. Não pretende angariar dinheiro ou destacar qualquer causa.
Surgiu em 1987 e hoje percorre todos continentes e mais de 140 países ao redor do globo contando com o apoio da UNESCO.

Ao longo dos anos, inúmeras personalidades através da sua participação incentivaram e fortaleceram os seus princípios, destacando-se, Papa João PauloII, Madre Teresa de Calcutá, Arcebispo Desmond Tutu, Dalai Lama, Mikhail Gorbhachev, Nelson Mandela, Ramos Horta, Carl Lewis e Muhammad Ali.

Depois de em 2011, a World Harmony Run já ter percorrido as ruas da nossa Cidade, em 2012 na celebração do **25º aniversário da corrida**, Portugal e a Figueira da Foz foram escolhidos para acolher no dia 23 de Fevereiro a cerimónia de abertura.

Do programa constou a realização duma corrida que contou com a presença de mais de um milhar de atletas. Teve início em Buarcos e percorreu toda a avenida em direcção ao CAE, onde se realizou a sessão de abertura no grande auditório. A cerimónia foi apresentada pela jornalista Fátima Felgueiras e contou com a participação de todas as escolas da cidade. Ainda no Centro de Artes e Espectáculos foi inaugurada uma exposição alusiva ao temo da paz e harmonia no mundo, com trabalhos dos alunos.

De seguida os atletas retomaram a corrida, dirigindo-se à Marina, onde com a coordenação da Capitania do Porto da Figueira da Foz a "tocha" efectuou um breve percurso de barco, até à Praça da Europa, assinalando a ligação da nossa Cidade ao Rio e ao Mar. Na Praça da Europa simbolicamente foi inaugurado um painel de azulejos alusivos à comemoração dos 25 anos da Horld Harmony Run.

Cerca das 12h00 do dia 23 de Fevereiro com partida da Praça da Europa a "tocha" iniciou o seu percurso, transportada de mão-em-mão por todo o mundo, chegando a Viena de Áustria no dia 08 de Outubro de 2012.

1º Triathlon Por equipas do FKC

Em parceria com o Figueira Kayak Clube, realizou-se no dia 13 maio de 2012, a 1ª edição do Triathlon por Equipas. Esta prova é composta pelas modalidades de ciclismo, canoagem e corrida, sendo disputada em equipas de dois elementos.

Com saída do parque de estacionamento da Tamargueira, os atletas executaram o percurso de bicicleta até ao portinho da gala. Aí trocaram a bicicleta pelo kayak, realizando o percurso até à marina da Figueira da Foz, sempre acompanhados por embarcações e elementos da polícia marítima. Findo o percurso de kayak, as duplas iniciaram a corrida até ao parque de estacionamento da Tamargueira, dando por terminado o percurso. Seguiram-se banhos e almoço convívio com entrega de prémios aos participantes na Escola Infante D. Pedro.

Destaca-se a particularidade da participação de varias equipas mistas e/ou totalmente femininas, numa jornada de convívio e lazer, tendo a cidade as belezas naturais da cidade como pano de fundo.

O apoio logístico prestado pela autarquia totalizou 174.12 €, envolvendo a cedência de grades, caixotes do lixo, bandeiras e energia eléctrica.

Figueira Fitness 2012

Realizou-se no dia 09 de Junho, na Praceta Ledesma Criado, um evento da apresentação de novas coreografias do Grupo Les Mills, vulgarmente designada como Open Day, denominado Figueira Fitness 2012.

Foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e os ginásios Holmes Place, Health Club Portugal, Biocorpo, Training Club, Huc e Louriçal, definindo as competências dos parceiros, cabendo ao Município a cedência de espaço, a contratualização de seguro de acidentes pessoais, a cedência de grades e de energia eléctrica.

Aos ginásios coube a cedência e transporte de materiais, a instalação de palco, a instalação de aparelhagem de som e cedência de instrutores para a dinamização das aulas.

O evento decorreu entre as 09h30 e as 19h00, tendo sido leccionadas aulas nas modalidades de Body Pump, Body Jam, Body Attack, Body Combat e RPM, juntando várias centenas de amantes de fitness.

Devido ao seu carácter gratuito e à localização privilegiada, o evento atraiu o mais diversificado leque de participantes, numa jornada de convívio e de promoção de atividade física de lazer, sensibilizando todos para a importância que a prática regular do exercício físico tem no bem estar das populações, sendo as aulas leccionadas pelos mais conceituados instrutores do zona centro do País.

Meia maratona da Figueira da Foz

A Meia Maratona da Figueira da Foz Teve a sua 1º edição em 2005 e realizou-se sucessivamente tendo a sua ultima realização no dia 10 de Junho de 2009.

Nos anos de 2010 e 2011 por motivo de indisponibilidade orçamental este evento desportivo não se realizou. Em 2011 a Empresa responsável pela co-organização das edições anteriores apresentou à Câmara Municipal uma proposta para retomar a iniciativa não envolvendo custos directos.
A 6ª edição foi realizada no dia 10 de Junho de 2012, e à semelhança dos anos anteriores teve duas vertentes: Uma competitiva, com a realização da Meia Maratona, e uma de teor mais sócio/cultural, que englobou a Mini Maratona e a caminhada. No total dos dois eventos participaram cerca de um milhar de atletas.

O Percurso de 21097mt, foi avaliado pelo CNEC e encontra-se homologado pela Federação Portuguesa de Atletismo. Esta iniciativa recebeu por parte dos atletas os maiores elogios devido ao seu enquadramento paisagístico e pelo facto de ser permanentemente plano. Em dias de pouco vento é considerado por muitos o melhor do País para a obtenção de resultados desportivos.

Reunir no mesmo evento desportivo, famílias, que por norma são público, e atletas de prestígio fizeram desta edição da meia maratona uma grande festa de cor, alegria convívio, e competição.

A estrutura organizativa envolveu cerca de 100 pessoas, entre elementos da Policia de Segurança Publica, Cruz Vermelha, Grupo Recreativo Vilaverdense, Centro Recreativo Atlético Santamarense, Corpo Nacional de Escutas, Empresa Organizadora os diversos serviços da Autarquia que em conjunto asseguram o funcionamento da estrutura logística.

A Câmara Municipal suportou o evento em cerca de 3,100.00€, referentes a custos de policiamento (691,67) e apoio logístico (2,417,69€).

Enduro da Figueira da Foz

No dia 16 de Junho Figueira da Foz recebeu o XXVI Enduro Vintage. Um Enduro de 'velhas glórias' nacionais, relembrando as últimas décadas da competição em Portugal. Com a diversão e o convívio a centrarem a jornada Vintage, para os mais atrevidos as lutas foram uma constante e abriram o apetite para o jantar comemorativo final.

Campeonato Nacional de Enduro entrava na sua segunda metade e a prova na Figueira da Foz contribuiu para começar as classificações finais do Campeonato Nacional de Enduro. Foi jornada clássica na modalidade, cujo percurso foi maioritariamente traçado na Serra da Boa Viagem.

O Enduro da Figueira é a prova mais antiga que permanece no calendário da modalidade, com pergaminhos que remontam ao início dos anos 80. Desta vez teve apenas um dia de duração, embora no Sábado dia 16 tenha havido a competição Vintage.

O percurso teve 42 Km de extensão, definido para Norte da Figueira. Quanto a troços cronometrados, a "especial" de Cross situou-se na Várzea, a de Enduro nas imediações do cemitério e a "Extreme" em plena Serra da Boa Viagem, junto aos geradores eólicos. O secretariado foi instalado na Escola Secundária Dr.ª Cristina Torres, que serviu de paddock para os dois eventos.

A Câmara Municipal apoiou logisticamente a iniciativa incidindo a sua colaboração sobre a encerramento e condicionamento de trânsito entre a Escola Cristina Torres e os locais em que se realizaram as especiais cronometradas.

Surf Adaptado

Em parceria com a SURFaddict - Associação Portuguesa de Surf Adaptado, e a Associação de Bodyboard Foz do Mondego, realizou-se no dia 21 de Julho na Praia da Cova, um evento de surf adaptado para pessoas portadoras de deficiência motora, visual ou cognitiva.

O principal objectivo da acção foi a divulgação da prática de surf adaptado, tendo sido convidados vários surfistas portadores de deficiência, que demonstraram a modalidade, estando a prática aberta, de forma gratuita, a todos os que quiseram experimentar.

Para além da promoção dos desportos de ondas, o Município da Figueira da Foz assumiu como eixo estratégico não só a criação de acessibilidades, como também a eliminação de barreiras arquitectónicas, adaptando as estruturas às reais necessidades dos utilizadores, com base nos pressupostos do Programa Municipal "Figueira Cidade Saudável".

Destaque especial para os voluntários, que colaboraram com a iniciativa, possibilitando a entrada e saída na água dos participantes, que foram tecnicamente orientados por monitores credenciados pela Federação Portuguesa de Surf, fazendo os mesmo parte dos quadros técnicos da ABFM.

1ª Prova de Aguas Abertas Foz do Mondego

A Associação de Natação de Coimbra e a Câmara Municipal da Figueira da Foz, no âmbito do programa Municipal Figueira Cidade Saudável, promoveram no dia 12 de Agosto na Praia do Cabedelinho, a 1ª Prova de de Aguas Abertas da Foz do Mondego.

A Prova foi aberta a Clubes e População em geral, podendo os nadadores optarem por dois percursos. Um percurso de 1000m e outro de 500m. A Foz do Rio Mondego, nomeadamente a Praia do Cabedelinho, proporcionou um cenário excelente, tendo sido seleccionada uma maré de águas mortas, que permitiu a mais de uma centena de participantes desenvolverem a sua competição em segurança.

A Capitania do Porto da Figueira da Foz para alem de coordenar a operação de segurança necessária no mar, disponibilizou para os Jornalistas uma embarcação que permitiu acompanhar os nadadores ao longo do percurso o percurso de mar.

Apoiar a iniciativa o Ginásio Clube Figueirense, Bombeiros Municipais da Figueira da Foz, Figueira Kayak Clube com embarcações de segurança no mar, Clube Náutico da Figueira da Foz com colocação no Mar de bóias delimitadoras do percurso, Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Figueira da Foz com a colocação de meios de socorro e Administração do Porto da Figueira da Foz com as respectivas autorizações e abertura do molhe Sul a todos os meios afectos ao evento.

Yoga na praia

A Ashrama Yoga Sámkhya Coimbra, realizou nos dias 4,5,18 e 19 de Agosto, na Praia da Figueira da Foz e Buarcos aulas de yoga gratuitas dirigidas a toda a população.

Esta actividade revelou-se um complemento extraordinário à oferta sol e mar, enquadrando-se por inteiro nos objectivos estratégicos do programa municipal *Figueira Cidade Saudável.*

Também decorreu a actividade **"Yoga na Praia – Equilíbrio e Bem-Estar na Figueira da Foz"**, uma iniciativa do Tao Desenvolvimento Pessoal com o apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Esta iniciativa consistiu na realização de aulas de yoga, no **mês de Julho e Agosto,** na **Praia da Torre do Relógio** (no estrado)**,** sendo a participação gratuita, aberta aos habituais praticantes da modalidade, mas também à população em geral, que poderá experimentar.

Dia Europeu Sem Carros – Passeio Cicloturístico

No âmbito das comemorações do Dia Europeu Sem Carros, em 22 de Setembro, a Câmara Municipal da Figueira da Foz realizou um passeio cicloturístico, iniciativa aberta a todos os interessados, que percorreu algumas ruas da Cidade, desde a Praça da Europa, percorrendo a Av. Saraiva de Carvalho, A14, Av. Prof. Bissaya Barreto, Av. D. João Alves, Rotunda do Cavador, Rotunda do Limonete, Rotunda Eng. Coelho Jordão, Rotunda Baden Powell, Largo Caras Direitas, Av. Infante D. Pedro, Aqua Parque Teimoso, Av. Infante D. Pedro, Av. do Brasil, Av. 25 de Abril, Av. Foz do Mondego, Av. Saraiva de Carvalho e chegada à Praça da Europa.

O Passeio percorreu uma distância de 13,6km, com Nível de dificuldade – Fácil.

Esta iniciativa pretendeu, por um lado, sensibilizar a população e as autoridades para a redução do tráfego rodoviário dentro das cidades, de forma a aumentar a qualidade de vida das

pessoas e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais, optando por alternativas de transporte como os transportes públicos e bicicletas e, por outro, permitiu não só aproveitar e demonstrar as excelentes condições que a Figueira da Foz apresenta para a prática cicloturística, como proporcionar um momento lúdico de prática saudável e de convívio intergeracional.

2ª Etapa do XX Campeonato Ibérico em Orientação Pedestre

O Ginásio Clube Figueirense, realizou nos dias 29 e 30 de setembro de 2012, a 2ª Etapa do XX Campeonato Ibérico em Orientação Pedestre, na Freguesia de Quiaios.

Participaram aproximadamente 700 atletas, oriundos dos vários clubes nacionais e espanhóis, uma vez que a primeira etapa se realizou na cidade espanhola de Córdoba em 24 e 25 de março de 2012. Para além da componente desportiva, de interesse relevante uma vez tratar-se de um evento ibérico, o apoio a esta iniciativa representou também uma janela de oportunidade para promover o Município junto país vizinho.

Nacional de Esperanças Bodyboard

A Associação Bodyboard Foz Mondego, realizou nos dias 21,22 e 23 de Setembro de 2012, na Praia do Cabedelo, o Campeonato Nacional de Esperanças, em Bodyboard.

Esta prova dirigiu-se a atletas com idades compreendidas entre os 10 e os 18 anos, tendo participado aproximadamente 100 atletas.

Tomás Rosado (sub12), Guilherme Guerra (sub14), Miguel Graça (sub 16), Simão Monteiro (sub 18) e Madalena Pereira (sub18) venceram nesta etapa da Figueira da Foz

O melhor socre do campeonato foi alcançado por Sthepanos Kokorelis (17 pts.), assim como a melhor onda (9.50pts.) resultado esse obtido sexta-feira, primeiro dia de competição.

Eco Bike Tour 2012

O Eco Bike Tour é uma actividade que se caracteriza por ser um passeio cicloturístico que tem como principal objectivo promover a pratica desportiva, associando-se a preocupações ambientais de respeito e preservação da Natureza.

No ano de 2011 na sua 1ª Edição, alcançou o sucesso pretendido, estando presentes cerca de 300 participantes vindos de vários pontos do País.

Em 2012, a VLT, Unipessoal Lda., que detém o registo do evento “Eco Bike Tour” celebrou um Protocolo com Câmara Municipal que em 28 de Outubro, em parceria, realizaram o passeio ao longo de um percurso de cerca de 25Km, com partida da Zona Industrial da Gala e chegada ao Parque das Abadias, onde se realizou no final um churrasco de confraternização.

O Eco Bike Tour constitui um evento com potencial de crescimento e se enquadra com comprometimento do Município na construção da imagem de um novo conceito de Cidade, no âmbito do Programa Municipal Figueira Cidade Saudável.

No ano de 2012 com presença de cerca de 5 centenas de cicloturistas o Eco Bike Tour inseriu-se nas ações que a Câmara Municipal pretende promover, rentabilizando os espaços e recursos naturais, vulgarizando as práticas saudáveis e integrando a actividade desportiva como eixo de prevenção de comportamentos de risco e de incentivo à ocupação saudável de tempos livres das pessoas.

Circuito Surf Norte

A Associação de Surf da Figueira da Foz, realizou nos dias 21 e 22 de Dezembro de 2012, a etapa de encerramento do Circuito de Surf do Norte e Open ASFF 2012, na Praia do Cabedelo.

O circuito foi composto por 5 etapas, tendo antes da etapa da Figueira da Foz sido realizadas as etapas de Espinho, Aveiro, Porto e Viana do Castelo. Estiveram presentes cerca de 100 participantes, entre atletas, treinadores e acompanhantes, na etapa final onde foram conhecidos os vencedores do circuito e onde foram entregues os respectivos prémios.
Integrado neste evento, realizou-se ainda o Open ASFF2012, que reuniu aproximadamente 60 atletas, oriundos dos mais diversos pontos do País.

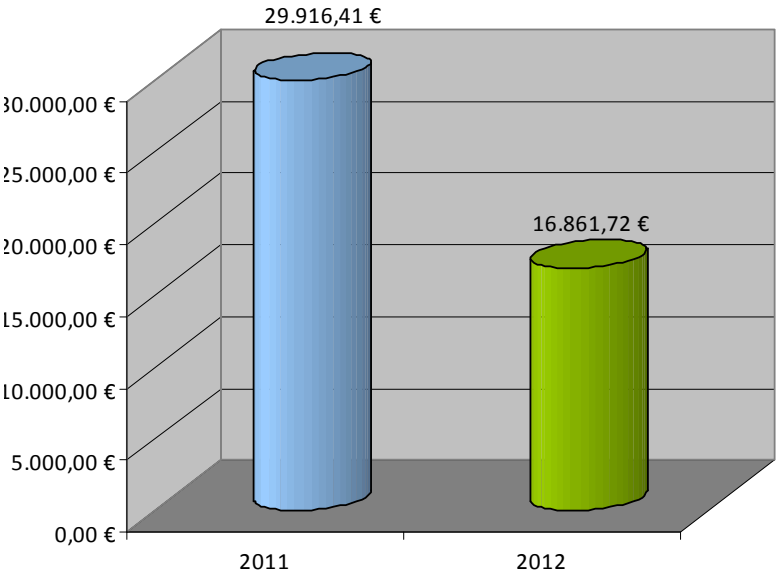
Tratando-se de uma etapa final, numa modalidade estratégica para o desenvolvimento do Município no que concerne à promoção dos desportos de ondas e potencialização dos recursos naturais, conferiu mais uma aposta ganha nos apoios realizados pela Câmara Municipal.

Rally de Fim-de-Ano

O Clube de Automóveis Antigos da Figueira da Foz (CAAFF) em pareceria com o Clube Automóvel de Centro (CAC) e apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz, organizaram nos dias 28, 29 e 30 a 7ª Edição do Rally de Fim-de-Ano, integrado nos festejos de fim de Ano da Cidade.

Com as inscrições uma vez mais lotadas, decorreu no dia 29 de Dezembro numa extensão de 170Km e partida da Avenida 25 de Abril, a prova de estrada, constituída por 8 provas de regularidade com 35Km, percorrendo vários Concelhos vizinhos da Figueira da Foz. No dia 30 de Dezembro perante imenso público, realizou-se no Parque de Estacionamento da Avenida de Espanha a tradicional prova de perícia. A Câmara Municipal associou-se e apoiou esta iniciativa com a execução de serviços logísticos, taxas de publicidade, licenças e cedência do Meeting Point, num apoio total de 2532,87€ de custos indirectos.

Tendo-se referido apenas os eventos mais significativos na área do Desporto, **em 2012 foram promovidos ou apoiados pelo Município mais de duas dezenas de eventos e actividades desportivas, em áreas diversificadas**.
Mas, apesar do aumento do número de eventos desportivos, assistiu-se a uma **redução de afectação de recursos em apoio logístico, que se situa na ordem dos 44%**.



Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Alhadas				
- Beneficiação do equipamento da piscina	105.180	0	105.180	100%
Paião				
- Beneficiação do equipamento da piscina	123.866	108.646	0	88%
- Reparação do Gimnodesportivo do Paião	101.976	90.003	0	88%
Outros investimentos				
- Carta Desportiva	41.790	33.460	0	80%
- Relva sintética no campo de treinos do Estádio - proj Municipal José Bento Pessoa	514.549	3.148	0	1%
- Beneficiações em instalações desportivas/recreativas	5.943	0	2.460	41%
- Parques infantis diversos	18.506	0	16.814	91%
TOTAL	**911.810**	**235.257**	**124.454**	**39%**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Aquecimento de Piscinas	146.878
- Consumos de eletricidade, água e outros encargos	191.602
- Apoios a Instituições recreativas e/ou desportivas:	
. No âmbito de Protocolos e/ou Contrat.Programa (TV)	29.325
. No âmbito do Regulamento Municipal (TV)	21.250
. Outros apoios (TV)	125.785
- Actividades de dinamização recreativa, lúdica, cultural e desportiva:	
. Área do desporto	692
TOTAL	**515.532**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Serv Cult, Recr e Relig 2012	**232.917**	**865.668**	**1.098.585**

3.1 | INDÚSTRIA E ENERGIA

Figueira ParaIndústria – Gestão de Parques SA

O ano de 2012 deu-se início ao processo de extinção da Empresa. Assim, foi elaborada a proposta de Revogação do Acordo de Cedência de Gestão, incluindo Promoção, Manutenção e Exploração do Designado Parque Industrial da Figueira da Foz bem como se elaborou uma nova Proposta de Novo Regulamento de Gestão, incluindo Promoção, Manutenção e Exploração do Designado Parque Industrial da Figueira da Foz. O executivo veio assim delineando uma nova estratégia na gestão de áreas de localização industrial.

IEFF Incubadora de Empresas da Figueira da Foz
Associação para o Desenvolvimento Empresarial

Ao longo do exercício de 2012 a *IEFF – Incubadora de Empresas da Figueira da Foz*, manteve os níveis de actividade registados no ano anterior. No início de 2012 a Incubadora apresentava uma taxa de ocupação na ordem dos 67% com um total de 11 entidades incubadas que ocupavam cerca de 16 dos 24 módulos existentes, não tendo havido admissão de novas empresas durante o ano transacto.

EIM – Estruturas e Investimentos do Mondego, Agência de Desenvolvimento Regional, SA.

Esta Entidade integra o *Protocolo de Parceria Local*, celebrado em 5 de Junho de 2009, integrado no Projecto para a *Regeneração Urbana da Cidade da Figueira da Foz* e aprovado no âmbito da candidatura apresentada ao Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Centro. No âmbito desta parceria, as *Estruturas e Investimentos do Mondego,* foi responsável pela elaboração do projecto técnico para a requalificação deste mesmo equipamento.

Esta entidade tem, igualmente, a responsabilidade de promover a execução dos projectos privados de reabilitação e construção nesta área, através da mediação da relação entre os proprietários e os agentes económicos.

CENTROLOGIS – Centro Logístico do Litoral, ACE

No decurso de 2009, foi iniciada a operacionalização do funcionamento do CENTROLOGIS, enquanto estrutura de promoção comum, garantindo a continuidade e o carácter evolutivo que tem caracterizado o desenvolvimento do projecto ao longo das fases anteriores.

Para isso realizou-se uma actuação em 3 vertentes estratégicas:

- Consolidação da estrutura interna do CENTROLOGIS, garantindo as condições de suporte necessárias para a sua autonomização enquanto Entidade Promotora Comum;
- Operacionalização de acções de dinamização da Rede CENTROLOGIS, em particular através da exploração do potencial de articulação com entidades externas, cujo perfil e/ou vocação potenciam a atractividade do CENTROLOGIS;

- Desenvolvimento da ZAL do Porto da Figueira da Foz, elemento nuclear da Rede CENTROLOGIS e nó logístico integrante da Rede Nacional de Plataformas Logísticas (Portugal Logístico);

Com as dificuldades financeiras surgidas e a descontinuidade de uma acessibilidade fundamental para o desenvolvimento da estratégia subjacente à criação do CENTROLOGIS, o encerramento do Ramal ferroviário da Pampilhosa, o Município desenvolveu um estudo para clarificação da prossecução dos objectivos inerentes à Plataforma Logística.

Estudo para a selecção da melhor localização para a instalação da Plataforma Logística da Figueira da Foz

Acompanhamento e participação no processo conducente ao estudo para a selecção da melhor localização para a instalação da Plataforma Logística da Figueira da Foz.

Estudo inserido na execução de uma componente do projecto de cooperação transfronteiriça Portugal-Espanha "Logística Cencyl" da responsabilidade exclusiva do Município da Figueira da Foz.

Objectivos:

a) Avaliar qual a localização mais apta e mais adequada para a instalação de uma Plataforma Logística;
b) Avaliar a capacidade/viabilidade de ligação ferroviária do Porto da Figueira da Foz a uma futura plataforma logística, a partir do terminal já existente ou de um terminal a sul a construir;
c) Avaliar a capacidade/viabilidade de ligação ferroviária da futura plataforma logística à linha UIC de Aveiro, através ou não da plataforma de Cacia;
d) Avaliar a capacidade/viabilidade de ligação ferroviária da futura plataforma logística à linha da Beira Alta (Ramal da Pampilhosa);
e) Avaliar os hipotéticos fluxos futuros que resultam do alargamento do hinterland do Porto da Figueira, por via da constituição da plataforma ou pela ligação às referidas linhas e o alargamento das actividades do nosso Porto, mediante a integração de cadeias, nomeadamente com a transformação industrial em zona industrial adjacente ao Porto;
f) Avaliar como canalizar o transporte de mercadorias para o sistema de transporte ferroviário e marítimo, possibilitando o descongestionamento nas rodovias, aumentando as opções para as empresas utilizarem o respectivo transporte de mercadorias.

Neste pressuposto, partindo de 4 alternativas de localização, serão desenvolvidas duas actividades, conducentes com os objectivos definidos:

Actividade 1**:** Caracterização da oferta actual do sistema logístico e de transportes do Concelho da Figueira da Foz, bem como a sua adequação às necessidades logísticas do tecido económico e industrial do Concelho, tendo em vista realizar o diagnóstico do sistema logístico

e de transportes do Concelho da Figueira da Foz, nomeadamente o papel desempenhado do Porto da Figueira da Foz no mesmo e sua ligação com a nova plataforma logística a construir.

Actividade 2**:** Selecção da melhor localização para a instalação de uma plataforma logística na Figueira da Foz, atendendo à sua ligação e integração com o Porto da Figueira da Foz, tendo em vista a partir da análise de quatro localizações alternativas, avaliar qual a localização mais apta e mais adequada para a instalação de uma Plataforma Logística e identificar as respectivas vantagens competitivas.

Em conclusão, pretende o Município da Figueira da Foz que, com base nas várias alternativas, se encontre aquela que apresente o mais elevado potencial para dinamizar o Concelho, atraindo novos investidores, seduzidos pela qualidade logística oferecida, indo ao encontro da necessidade da Figueira da Foz em se afirmar como um pólo empresarial de alta qualidade, capaz de aumentar o seu *hinterland*.

Estudo do corredor E-80 integrado no consórcio Porto de Aveiro, CMFF e CM da Guarda

Acompanhamento do processo que envolveu a APA – Administração do Porto de Aveiro, S.A. e as Câmaras Municipais da Guarda e da Figueira da Foz, em parceira com a Associação Cylog (entidade gestora da rede de plataformas logísticas da região de Castela e Leão) e a ZALDESA (entidade gestora da plataforma logística de Salamanca), encontram-se a realizar um estudo para a definição e/ou avaliação da estratégia de desenvolvimento integrado das respectivas plataformas logísticas.

O Modelo de Desenvolvimento Integrado das Plataformas Logísticas do Corredor E-80, pretende contribuir para o desenvolvimento da actividade logística e de transportes num corredor que, pela sua localização charneira no território nacional, integrando duas linhas ferroviárias nacionais (do Norte e da Beira Alta), diversas infra-estruturas rodoviárias estruturantes, dois portos de mar e respectivos ramais ferroviários de acesso e três plataformas logísticas (duas ainda em construção), se constitui como um elemento fundamental na prossecução da estratégia e dos objectivos nacionais definidos para o desenvolvimento do sistema de transportes e logística nacional.

Projecto Logística Cencyl

Acompanhamento do Projecto Logística CENCYL. Este é um projecto de cooperação transfronteiriça co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal 2007-2013. Tem como objectivo principal a promoção do desenvolvimento logístico do corredor E-80, através do aumento da integração das principais infra-estruturas logísticas da Região Centro de Portugal e da região de Castela e Leão, unindo em parceria a Câmara Municipal da Figueira da Foz (CMFF), Câmara Municipal da Guarda (CMG), Administração do Porto de Aveiro (APA), Ayuntamento de Salamanca e a Associação Cylog/Valladolid.

Projecto REDE DE CIDADES Cencyl

Acompanhamento do Projecto Rede de Cidades CENCYL, de cooperação transfronteiriça, que envolve as cidades identificadas como beneficiárias com o objectivo de reforçar a capacidade de afirmação e a competitividade das cidades CENCYL no contexto dos Países Ibéricos e da Europa; estabelecer sinergias entre as diferentes cidades no sentido de fomentar a qualidade de vida dos seus habitantes e dos habitantes dos territórios envolventes.

Em termos operacionais promoverá a troca de experiências entre as diferentes cidades no que se refere às suas estratégias de desenvolvimento e às acções que estejam a concretizar, com forte carácter inovador, em domínios como a mobilidade urbana, a regeneração urbana, a integração social, a promoção turística, a animação cultural, o desenvolvimento sustentável, a dinamização económica ou a gestão das infra-estruturas e redes de suporte à actividade económica; um modelo territorial para o conjunto do eixo que associe os seus pólos urbanos, as infra-estruturas e equipamentos de transporte de nível internacional e os territórios envolventes, valorizando a partilha de recursos e serviços e uma rede de cidades que dinamize projectos comuns necessários à consolidação do eixo Região Centro-Castilla y León.

Iluminação Pública

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros Investimentos				
- I.P. na Zona Urbana	24.371	0	12.894	53%
- I.P. na Zona Rural	5.331	0	3.918	73%
TOTAL	**29.703**	**0**	**16.812**	**57%**

Despesas Corrente

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR
- Consumos com Iluminação Pública	1.206.590
TOTAL	**1.206.590**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Industria e Energia 2012	**16.812**	**1.206.590**	**1.223.402**

3.2 | TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

3.2.1 | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

No ano de 2012 a Câmara Municipal investiu, neste sector de actividade, cerca de 300.00,00 *euros*, dando assim continuidade à conservação e beneficiação da rede viária do Concelho.

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Borda do Campo				
- Execução/reparação de valetas (TV)	10.000	8.489	0	85%
Lavos				
- Projeto Ecosal Atlantis:Reabilitação do acesso ao Núcleo Museológico	16.405	0	16.405	100%
Paião				
- Construção da Variante Interna do Paião	318.616	318.616	0	100%
- Remod. EM 622 e pontão s/b linha férrea	7.908	5.962	0	75%
Quiaios				
- Pavimentações e passeios na Freguesia	10.000	7.995	0	80%
S.Julião				
- Repavimentação da Travessa do Morim	6.350	6.350	0	100%
Tavarede				
- Construção de passeios	80.854	79.760	0	99%
- Tapete Rua António Graça (Saltadouro)	169.901	158.100	11.780	100%
Outros Investimentos				
- Rodovia Urbana - Aquisição de terrenos	127.570	0	119.394	94%
- Sinaliz.Viária e Reorden. Trânsito - Zona Urb.	38.595	0	13.856	36%
- Sinaliz.Viária e Reorden.Trânsito - Zona Rural	39.275	0	18.271	47%
- Conserv.Geral Rede Viária Urbana	90.010	0	29.389	33%
- Conserv.Geral Rede Viária Rural	134.758	0	38.708	29%
- Benef.Geral Rede Viária Urbana incluindo passeios	74.824	0	8.631	12%
- Execução, incluindo passeios - Z. Urbana	5.240	0	5.240	100%
- Revisões de preços de obras concluídas - Urbanas	11.780	0	11.780	100%
- Revisões de preços de obras concluídas - Rurais	7.597	0	1.997	26%
- Aquisição de abrigos p/ passageiros	4.596	0	4.596	100%
- Estudos e projetos diversos	13.530	0	13.530	100%
- Placas de identificação toponímica (TV)	1.034	0	666	64%
	1.168.841	**585.272**	**294.243**	**75%**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Transportes e Comunic 2012	**294.243**	**0**	**294.243**

3.3 | COMÉRCIO E TURISMO

3.3.1 | MERCADOS E FEIRAS

Despesas de Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
Outros investimentos				
- Requalificação do mercado municipal e espaços envolventes	3.274.108	0	1.194.413	36%
- Construção do mercado provisório	623.909	19.546	576.188	95%
TOTAL	**3.898.018**	**19.546**	**1.770.601**	**46%**

3.3.2 | TURISMO

Pela sua atratividade turística, dada a posição geoestratégica que ocupa no centro do país, na região do Baixo-Mondego e no corredor que liga a cidade a Castela e Leão, a Figueira da Foz acaba por, naturalmente, inserir-se numa fileira que atrai públicos do litoral centro e do interior, num eixo que vai de Coimbra a Viseu e de Aveiro a Leiria, e que se estende, no verão, até Espanha, enquanto estância de veraneio habitual de famílias oriundas do país vizinho.

A procura turística incentiva ao aproveitamento das potencialidades naturais do concelho: o rio, o mar, a serra, o salgado, apelando ao aproveitamento de uma natural transversalidade de conceitos que passam pela cultura (sobretudo, história e etnografia), pelo turismo e pela natureza.

A *Empresa Municipal Figueira Grande Turismo* continuou, em 2012, a privilegiar a manutenção dos eventos tradicionais, que constituem, por si só, um importante cartaz de atracção.

Para além dos tradicionais festejos de Carnaval e S. João com as festas da cidade, salientamos assim algumas actividades como o evento **Navegarte,** demonstrando assim a aposta nos desportos náuticos. A Figueira da Foz comemorou demonstrando as excelentes condições naturais e logísticas para a prática do Surf e outras modalidades do desporto de onda; o Campeonato Nacional de Motonáutica e a passagem de ano teve como destaque o estabelecimento do Record de Mini foguetes, cujo objectivo foi fixado nos 2.000 participantes.

Para além do seu objectivo primordial, a promoção da marca Figueira da Foz, a FGT EEM gere a concessão de alguns equipamentos, a piscina Praia e o Abrigo da Montanha, geradores de receita própria e que desta forma complementam as subvenções transferidas pelo Município para desenvolvimento da sua actividade.

Participa também na empresa Paço de Maiorca, SA que leva a cabo a reabilitação e adaptação a unidade hoteleira do Paço de Maiorca, tendo para o efeito realizado um contrato – programa com o Município para levar a cabo este investimento. O Ano de 2012 marcou-se pela renegociação dos contratos entre a FGT EEM, a Paço de Maiorca, SA e o BPI. No final de 2012 embora já aprovados ainda não tinha sido possível a sua concretização.

De referir também que a 31 de Agosto de 2012 foi publicada uma nova lei para o Sector Empresarial Local (Lei nº 50) que pelos critérios estabelecidos obrigam à dissolução desta empresa até 28 de Fevereiro de 2013. Assim o seu Conselho de Administração apresentou uma proposta de reflexão sobre a continuidade da promoção turística, tendo em vista a obrigatória extinção esta entidade.

O desenvolvimento das suas actividades será objecto de desenvolvimento no seu relatório de gestão.

Despesas Capital

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
- Figueira Grande Turismo - comparticipação em investimentos diversos (TV) Contrato Programa - Reab. Paço de Maiorca	629.700	0	629.700	100%
TOTAL	**629.700**	**0**	**629.700**	**100%**

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
- Apoio à Figueira Grande Turismo, EM Contrato Programa	1.296.633	0	1.060.470	82%
TOTAL	**1.296.633**	**0**	**1.060.470**	**82%**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Comércio e Turismo 2012	**629.700**	**1.060.470**	**1.690.170**

3.4 | TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES

3.4.1 | JUNTAS DE FREGUESIA

Este capítulo contempla as transferências de verba efectuadas para as *Juntas de Freguesia*, destinadas a financiar obras ou equipamentos que sejam património daquelas Freguesias. Salienta-se que as restantes transferências de verba efectuadas, se encontram distribuídas pelos diversos sectores de actividade das *Grandes Opções do Plano* e, devidamente identificadas neste *Relatório de Actividades*.

Esta política de descentralização tem sido direccionada não só para a realização de investimentos nas Freguesias, como também para o financiamento de pequenas reparações em escolas, limpeza de valetas, manutenção de zonas verdes, limpeza de praias, programa de aquecimento em escolas e ainda remuneração de pessoal.

Despesas Correntes

valores em euros

DESIGNAÇÃO	EXEC. NO ANO
- Apoios diversos às Juntas de Freguesia (TV)	95.801
TOTAL	**95.801**

valores em euros

Ano	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Transf. entre Administ 2012	**0**	**95.801**	**95.801**

3.5 | OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

3.5.1 | POLÍTICAS DE INCENTIVO AO INVESTIMENTO

Despesas Capital

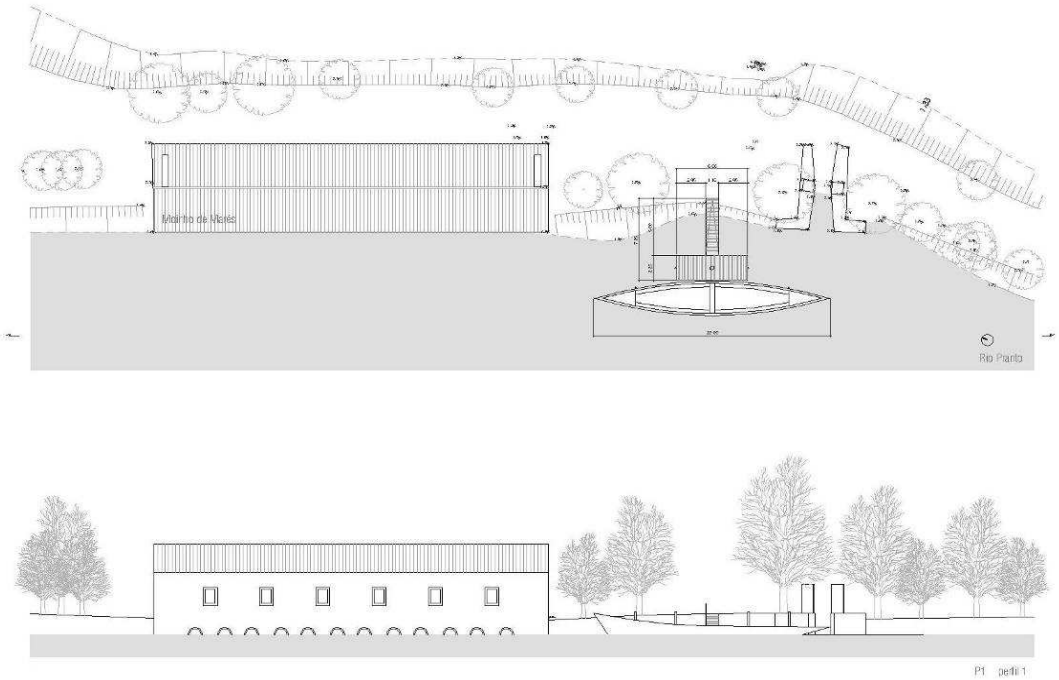
valores em euros

DESIGNAÇÃO	VALOR DO INVEST.	EXEC. ANOS ANTER.	EXEC. NO ANO	SITUAÇÃO DO INVEST.
- Aquisição das participações de capital acionista da Figueira Paraindustria	70.000	0	70.000	100%
TOTAL	**70.000**	**0**	**70.000**	**100%**

valores em euros

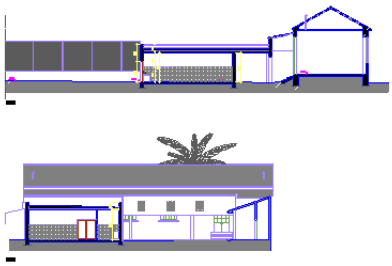
Anos	Despesas capital	Despesas correntes	TOTAL
Outras Funções Econ 2012	**70.000**	**0**	**70.000**

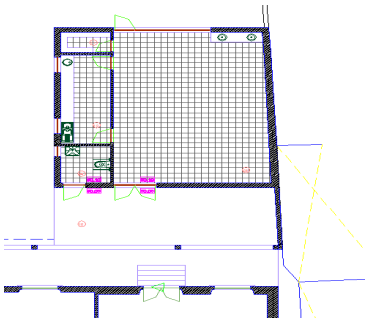
Cais de Acostagem no Moinho das Marés



Construção do Cais de acostagem Organização das peças processuais e acompanhamento do concurso nas diversas fases com colaboração da Secção Administrativa do Departamento.

EB1 Alqueidão: Alteração ao projecto de arquitectura-ampliação do edifício





Alteração ao projecto de fundações e estruturas
Alteração ao projecto de rede de abastecimento de águas
Alteração ao projecto de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais
Pormenores de construção exigidos no concurso
Organização das peças processuais e acompanhamento do concurso nas diversas fases com colaboração da Secção Administrativa do Departamento.

Balneários da Tamargueira

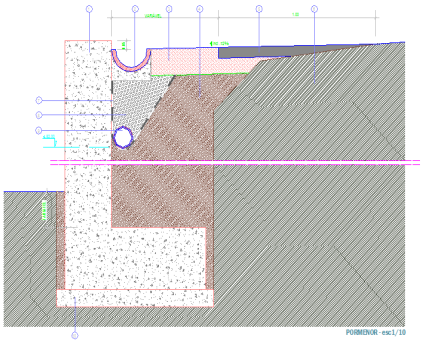
Requalificação do Balneário da Tamargueira. Projecto de rede de abastecimento de águas; Projecto de drenagem de águas residuais domesticas e pluviais; Muro da Tamargueira: Reformulação estudo da Tamargueira- Projecto de remodelação.

Projecto de Fundações e Estruturas

Projecto de drenagem da rede pluvial

Beneficiação Marginal junto ao Teimoso –Projeto

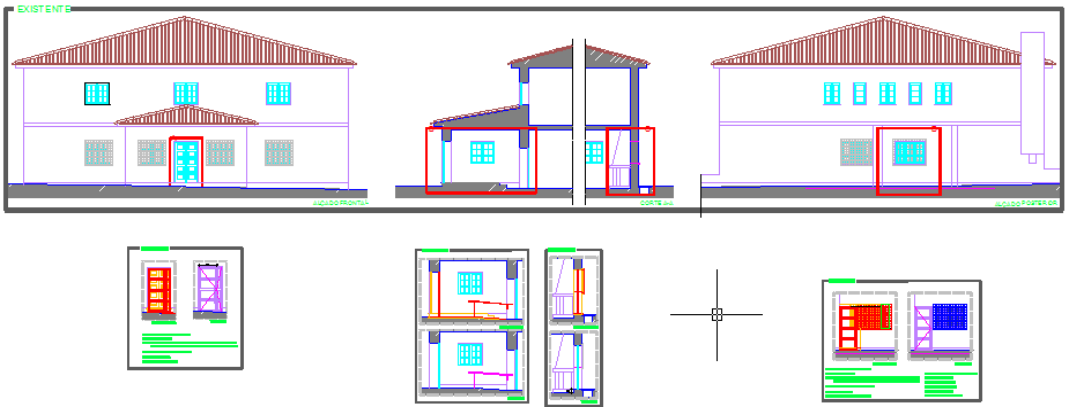
Muro de Suporte na Estrada/Rua da Serra de Castros



Projecto de fundações e estruturas

Posto da GNR do Paião

Projecto de acessibilidades e beneficiação do edifício

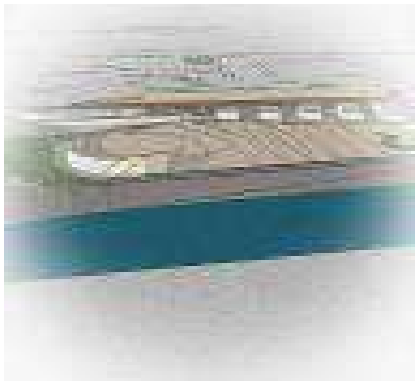


Rotunda junto das Bombas de Gasolina de Quiaios

Projecto de arruamentos

Estudo de pinturas Mercado Provisório

Elaboração de 3D do projeto da zona envolvente ao Forte de S.tª Catarina

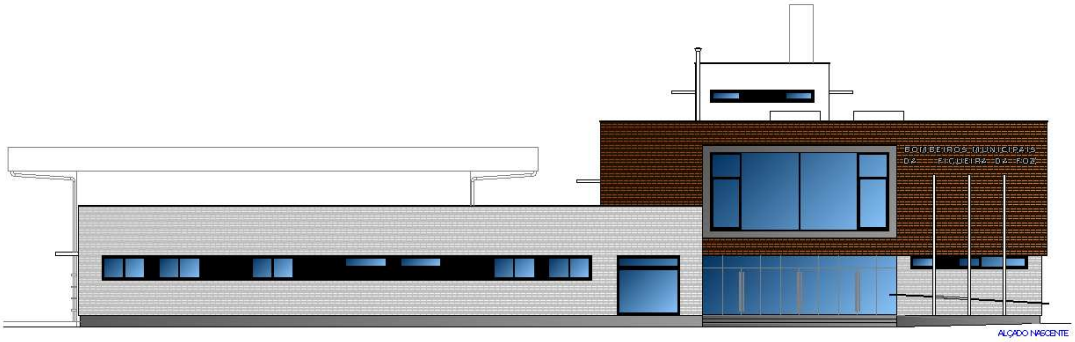


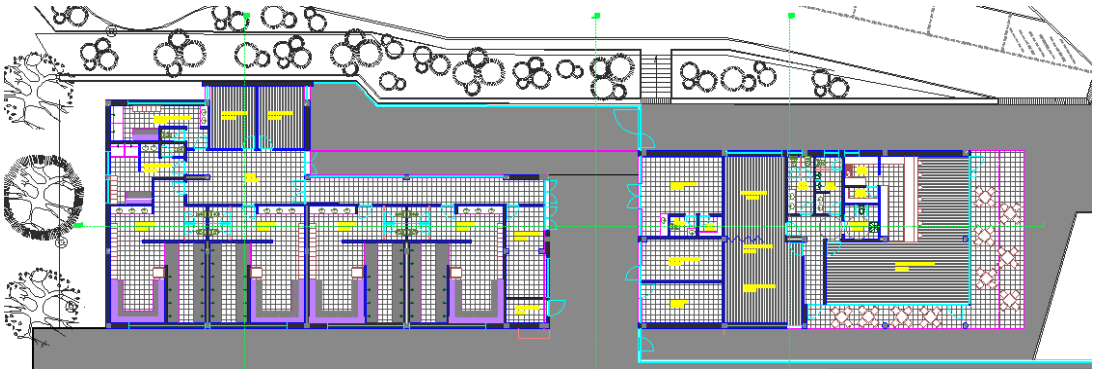
Estudos para reposição do coreto

Quartel dos Bombeiros Municipais da Figueira da Foz

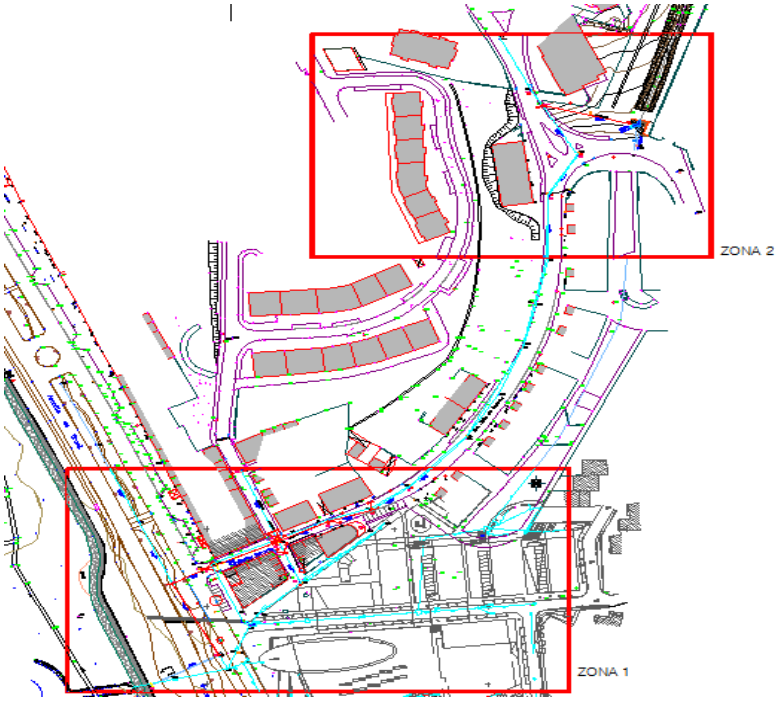
Análise do processo do Quartel dos Bombeiros sobre o estudo hidrológico e da não inclusão das paradas operacional e de honra nomeadamente no projecto, legislação, medições

Estudo prévio/ projecto de arquitectura





Projecto da Reformulação da Rede Pluvial do Vale do Galante -Projecto Infra-estruturas Hidráulicas



4.2 | OBRAS DE CONSERVAÇÃO GERAL DA REDE VIÁRIA POR FREGUESIAS | ADMINISTRAÇÃO DIRECTA

Freguesia Alhadas - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Massa asfáltica	31,34 ton	1.619,02 €
Diluente para tinta 1 componente	1 lt	46,13 €
Tinta de 1 componente amarelo/branco	120 kg	242,44 €
Tout-Venant 2ª	101,16 ton	267,53 €
TOTAL		**2.175,12 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Encarregado Operacional	176,5Horas	1.498,44 €
Assistente Operacional	70,5 horas	7.829,71 €
TOTAL		**9.328,15 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Cilindro nº 8	27 horas	94,50 €
Dumper nº34	73 horas	348,23 €
Corta sebes	66 horas	687,50 €
Retroescavadora	130 horas	1.122,63 €
Viatura Ligeira de mercadorias	182,5 horas	1.796,62 €
Viatura Pesada de mercadorias	132,5 horas	1.390,90 €
TOTAL		**5.440,38 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**16.943,65 €**

Freguesia de Alqueidão - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Aglomerado Asfáltico	2 baldes	17,84 €
Cimento	1 saco	4,55 €
Massa asfáltica	30,02 ton	1.550,84 €
Diluente para 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta para um componente	60 kg	118,82 €
Tubo corrugado 315 mm	30 ml	496,30 €
Tout venant 2ª	50,64 ton	133,92 €
TOTAL		**2.414,52 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	175,98 h	928,98 €
Assistente Operacional	252,5 h	2.911,62 €
TOTAL		**3.840,60 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº40	37 horas	129,50 €
Case nº4	65 horas	467,40 €
Case nº6	91 horas	725,34 €
Corta sebes	167 horas	1.539,00 €
Vespas	20,50 horas	36,90 €
Viatura ligeira de mercadorias	215 horas	2.652,52 €
Viatura pesada de mercadorias	48 horas	583,89 €
TOTAL		**6.134,55 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**12.389,67 €**

Freguesia de Brenha- 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Cimento	10 sacos	45,51 €
Diluente 1 componente	25 lt	46,13 €
Tinta para pintar 1 componente	30 kg	59,41 €
Massa asfáltica	16,18 ton	835,86 €
Tout-Venant de 2ª.	51,2 ton	135,40 €
Tubo Corrugado polipropileno 200	48 ml	340,08 €
Tubo Corrugado polipropileno 250	31,8 ml	368,46 €
Tubo Corrugado polipropileno 315	6 ml	99,26 €
TOTAL		**1.930,11 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	233,05 horas	2.101,21 €
Assistente Operacional	781,50 horas	5.083,20 €
TOTAL		**7.184,41 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº 34	58 horas	208,22 €
Case nº 3	123,5 horas	1.272,24 €
Case nº 4	32,5 horas	266,06 €
Corta Sebes	119 horas	973,42 €
Viatura ligeira de Mercadorias	246 horas	2.764,49 €
Viatura ligeira de pesados	25 horas	320,98 €
TOTAL		**5.805,41 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**14.919,93 €**

Freguesia de Bom Sucesso - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Massa Asfáltica	42,8 ton	0,00 €
Cimento	15 sacos	68,26 €
Diluente para tinta 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta de 1 componente	90 kg	178,23 €
Tout Venant	156,80 ton	414,66 €
Massa Asfáltica	206,64 ton	2.047,81 €
TOTAL		**2.801,21 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	281 horas	2.318,33 €
Assistente Operacional	1062,5 horas	6.596,57 €
TOTAL		**8.914,90 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Cilindro nº8	15 horas	52,50 €
Dumper nº34	186 horas	716,13 €
Case nº3	71,5 horas	733,59 €
Case nº4	39 horas	280,44 €
Case nº 6	94 horas	749,24 €
Corta sebes	139,5 horas	1.135,35 €
Viatura ligeira de Mercadorias	346 horas	3.956,19 €
Viatura pesada de Mercadorias	92,5 horas	990,63 €
TOTAL		**8.614,07 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**20.330,18 €**

Freguesia Borda do Campo		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Diluente para tinta 1 componente	4 lt	92,25 €
Tinta para pintar 1 componente	60 kg	118,82 €
Tout-venant 2ª	105,32 tn	278,52 €
TOTAL		**489,59 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	100,50 horas	838,83 €
Assistente Operacional	573 horas	3.273,33 €
TOTAL		**4.112,16 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº 40	1 hora	3,50 €
Dumper nº 26	15 horas	52,50 €
Case nº 4	46,5 horas	334,37 €
Case nº 6	115,5 horas	924,61 €
Vespa	12 horas	18,00 €
Corta sebes	90 horas	855,00 €
Viatura ligeira de Mercadorias	227 horas	1.837,63 €
Viatura Pesada de Mercadorias	102 horas	967,57 €
TOTAL		**4.993,18 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**9.594,93 €**

Freguesia de Buarcos - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Aglomerado Asfáltico	607 baldes	3.040,87 €
Cimento	31 sacos	141,05 €
Diluente de 1 componente	225 lt	415,13 €
Tinta para pintar de 1 componente	870 kg	1.706,92 €
Pó de pedra	54,48 ton	167,53 €
Disco de cortar ferro 115x3	25 un	17,87 €
Disco de cortar inox 115	25 un	21,56 €
Rolo de papel pra pintar 50mm	12 un	24,56 €
Tout venant 2ª	50,18 ton	132,70 €
TOTAL		**5.668,19 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	418,50 horas	2.454,34 €
Assistente Operacional	6390 horas	40.545,95 €
TOTAL		**43.000,29 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº34	60 horas	125,65 €
Pá carregadora	20 horas	310,41 €
Case nº2	5 horas	37,50 €
Case º4	104 horas	819,74 €
Corta sebes	216,5 horas	1.333,29 €
Viatura ligeira de Mercadorias	1108 horas	6.424,65 €
Viatura pesada de Mercadorias	199,5 horas	2.496,12 €
TOTAL		**11.547,36 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**60.215,84 €**

Freguesia de Maiorca - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Aglomerado Asfáltico	26 baldes	231,86 €
Cimento	2 sacos	9,10 €
Diluente 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta para pintar 1 componente	60 kg	118,82 €
Tout-Venant 2ª	155 ton	411,86 €
Tubo corrugado de 315mm	12 ml	198,52 €
TOTAL		**1.062,41 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	221 horas	1.855,75 €
Assistente Operacional	1152,66 horas	7.644,78 €
TOTAL		**9.500,53 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Cilindro nº 9	12 horas	42,00 €
Dumper nº 34	155 horas	556,45 €
Motoniveladora	32,5 horas	428,05 €
Case nº2	6,5 horas	48,75 €
Case nº3	195 horas	1.867,32 €
Case nº6	71,5 horas	569,91 €
Corta sebes	234,5horas	856,91 €
Viatura ligeira de Mercadorias	449,5 horas	3.803,72 €
Viatura pesada de Mercadorias	184,5 horas	2.041,95 €
TOTAL		**10.215,06 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**20.778,00 €**

Freguesia de Marinha das Ondas - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Cimento	2 sacos	9,10 €
Diluente 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta para pintar de 1 componente	90 kg	183,82 €
Massa Asfáltica	29,98 ton	1.548,77 €
Tout-Venant 2ª	100 ton	264,46 €
Tubo Corrugado 315	18 ml	297,78 €
TOTAL		**2.396,18 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	199 horas	1.638,29 €
Assistente Operacional	627,8 horas	5.205,57 €
TOTAL		**6.843,86 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº40	30 horas	105,00 €
Case nº6	181 horas	980,38 €
Case nº4	57 horas	366,73 €
Corta sebes	150 horas	1.612,50 €
Vespa	7 horas	37,50 €
Viatura Ligeira de Mercadorias	212,5 horas	2.537,65 €
Viatura Pesada de Mercadorias	206,5 horas	1.915,51 €
TOTAL		**7.555,27 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**16.795,31 €**

Freguesia de Moinhos da Gândara - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Cimento	18 sacos	81,92 €
Diluente de 1 componente	50 lt	92,25 €
Massa Asfáltica	21 ton	1.084,86 €
Tinta para pintar de 1 componente	120 kg	470,96 €
Tout-Venant 2ª	50 ton	132,23 €
TOTAL		**1.862,22 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	156 horas	1.279,98 €
Assistente Operacional	529 horas	3.294,12 €
TOTAL		**4.574,10 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Cilindro nº 9	48 horas	168,00 €
Cilindro nº8	7 horas	24,50 €
Dumper nº 34	72 horas	211,81 €
Case nº3	97,5 horas	1.000,35 €
Case nº6	28,50 horas	227,16 €
Corta sebes	83,5 horas	0,00 €
Viatura ligeira de Mercadorias	58,5 horas	494,54 €
Viatura pesada de Mercadorias	70 horas	1.118,38 €
TOTAL		**3.244,74 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**9.681,06 €**

Freguesia de Paião - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Diluente 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta para pintar 1 componente	330 kg	647,36 €
Cimento	15 sacos	68,26 €
Massa Asfáltica	54,16 ton	2.797,91 €
Tout-Venant 2ª	50,44 ton	133,39 €
Luvas tipo chefe	30 pares	91,01 €
Tubo corrugado de 200 mm	12 ml	85,02 €
TOTAL		**3.915,20 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	0	0,00 €
Assistente Operacional	577 horas	2.826,91 €
TOTAL		**2.826,91 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº40	10 horas	35,00 €
Case nº4	62 horas	445,83 €
Case nº6	102,5 horas	817,00 €
Pá carregadora	1,5 horas	23,96 €
Motoniveladora	6,5 horas	85,61 €
Corta sebes	96 horas	923,04 €
Vespa	10,5 horas	18,90 €
Viatura Ligeira de Mercadorias	209 horas	1.417,75 €
Viatura Pesada de Mercadorias	169,5horas	941,03 €
TOTAL		**4.708,12 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**11.450,23 €**

Freguesia de Quiaios - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Massa Asfáltica	56 ton	2.892,96 €
Cimento	7 sacos	31,86 €
Diluente de 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta para pintar de 1 componente	90 kg	183,43 €
Fio autal 0,8 mm semi automatica	1 rolo	1,85 €
Tout-Venant 2ª	101,20 ton	399,86 €
TOTAL		**3.602,21 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	277 horas	2.285,41 €
Assistente Operacional	1228 horas	6.154,29 €
TOTAL		**8.439,70 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº 34	116 horas	617,48 €
Pá carregadora	4 horas	63,88 €
Cilindros	58 horas	203,00 €
Case nº3	149,5 horas	1.533,87 €
Corta sebes	89 horas	562,74 €
Viatura ligeira de Mercadorias	271 horas	2.147,44 €
Viatura pesada de Mercadorias	46 horas	565,09 €
TOTAL		**5.693,50 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**17.735,41 €**

Freguesia de Santana - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Cimento	39 sacos	191,14 €
Diluente de 1 componente	50 lt	92,25 €
Tinta para pintar de 1 componente	90 kg	183,03 €
Disco de diamante grande 230	1 un	10,46 €
Massa Asfáltica	46,67 ton	2.410,97 €
Tout-Venant 2ª	105,94 ton	280,16 €
Tubo corrugado 200	30 ml	212,54 €
Tubo corrugado de 250	12 ml	139,04 €
Tubo corrugado 315	36 ml	595,44 €
TOTAL		**4.115,03 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional		
Assistente Operacional	1082 horas	7.590,13 €
TOTAL		**7.590,13 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Cilindro nº9	15 horas	52,50 €
Cilindro nº8	4 horas	14,00 €
Dumper nº34	109 horas	728,77 €
Case nº3	58,5 horas	600,21 €
Case nº6	117 horas	932,58 €
Corta sebes	62,5 horas	536,97 €
Viatura Ligeira de Mercadorias	181 horas	1.431,27 €
Viatura Pesada de Mercadorias	192 horas	2.358,64 €
TOTAL		**6.654,94 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**18.360,10 €**

Freguesia de S. Julião - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Aglomerado asfáltico	302 ton	2.693,10 €
Brita 0,5	27,08 ton	128,24 €
Brita 1	25,12 ton	118,95 €
Brita 3	25,48	120,67 €
Cimento	47 sacos	213,85 €
Diluente de 1 componente	200 lt	369,00 €
Tinta para pintar 1 componente	426 kg	960,04 €
Tout venant de 2ª	109,36	289,20 €
Pó de pedra	74,82 ton	242,28 €
Luvas tipo chefe	10 pares	12,20 €
Tubo corrugado de 200 mm	12 ml	85,02 €
Tubo corrugado de 250 mm	4,5 ml	52,14 €
Tubo corrugado de 315 mm	11 ml	181,98 €
Cimento	9 sacos	40,96 €
Luvas tipo chefe	8 pares	24,60 €
TOTAL		**5.532,23 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	844 horas	5.807,11 €
Assistente Operacional	8516 horas	54.032,49 €
TOTAL		**59.839,60 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Empilhador	6,5 horas	5,14 €
Pá Carregadora	24,5 horas	391,28 €
Case º4	68,5 horas	535,72 €
Case nº 6	16 horas	127,53 €
Corta sebes	8 horas	54,62 €
Viatura ligeira de Mercadorias	1045 horas	7.095,02 €
Viatura pesada de Mercadorias	504 horas	3.910,32 €
TOTAL		**12.114,49 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**77.486,32 €**

Freguesia de S. Pedro - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Aglomerado asfáltico	8 baldes	71,34 €
Brita 0,5	25,96 tn	122,94 €
Massa Asfáltica	0	0,00 €
Cimento	18 sacos	81,91 €
Diluente de 1 componente	10 lt	184,50 €
Tinta para pintar de 1 componente	300 kg	608,49 €
Pó de pedra	75,18 ton	231,18 €
Tout-Venant 2ª	107,74 ton	284,91 €
TOTAL		**1.585,27 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional		
Assistente Operacional	1690,5 horas	11.183,74 €
TOTAL		**11.183,74 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Dumper nº 40	28 horas	98,00 €
Empilhadora	3,5horas	20,77 €
Pá carregadora	38,5 horas	614,87 €
Motoniveladora	13 horas	171,22 €
Case nº2	12 horas	90,00 €
Case nº4	138 horas	733,45 €
Case nº 6	102,5 horas	817,00 €
Corta sebes	42 horas	399,00 €
Vespas	10 horas	19,08 €
Viatura ligeira de Mercadorias	301,5 horas	773,37 €
Viatura pesada de Mercadorias	385,5 horas	3.400,80 €
TOTAL		**7.137,56 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**19.906,57 €**

Freguesia de Tavarede- 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Aglomerado asfáltico	123 baldes	1.096,86 €
Massa asfáltica	44,81 ton	2.314,88 €
Pó de pedra	22 7 ton	69,80 €
Cimento	28 sacos	127,41 €
Tout-Venant 2ª	49,86 ton	131,85 €
Diluente de 1 componente	150 lt	276,00 €
Tinta para pintar de 1 componente	720 kg	1.413,99 €
Tubo corrugado 200 mm	48 ml	396,75 €
Tubo corrugado 315 mm	30 ml	496,31 €
TOTAL		**6.323,85 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	325 horas	2.062,48 €
Assistente Operacional	2556 horas	16.477,66 €
TOTAL		**18.540,14 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Cilindro nº8	0	0,00 €
Dumper nº40	19 horas	66,50 €
Pá carregadora	108,50 horas	1.732,75 €
Case nº2	42,5 horas	318,75 €
Case nº 3	5 horas	51,30 €
Case nº4	199 horas	1.430,81 €
Case nº6	72 horas	573,84 €
Corta sebes	40,5 horas	422,00 €
Vespa	7,5 horas	13,50 €
Viatura Ligeira de Mercadorias	1025,5 horas	374,40 €
Viatura Pesada de Mercadorias	58,5 horas	374,40 €
TOTAL		**5.358,25 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**30.222,24 €**

Freguesia de Vila Verde - 2012		
MATERIAIS	**Quantidade**	**Valor**
Cimento	24 sacos	109,22 €
Diluente de 1 componente	100 lt	184,50 €
Tinta para pintar de 1 componente	210 kg	420,66 €
Massa asfáltica	14,7 ton	759,40 €
Tout venant 2ª	48,45 ton	128,15 €
TOTAL		**1.601,93 €**
Mão de Obra	**Quantidade**	**Valor**
Enc. Operacional	147 horas	1.231,86 €
Assistente Operacional	618 horas	3.921,05 €
TOTAL		**5.152,91 €**
Equipamento	**Quantidade**	**Valor**
Vespa	22,5 horas	40,50 €
Dumper nº 40	40 horas	139,00 €
Case nº2	6,5 horas	48,75 €
Case nº4	84,5 horas	607,62 €
Case nº 6	52 horas	414,48 €
Corta sebes	169 horas	1.598,79 €
Viatura ligeira de Mercadorias	210 horas	1.430,20 €
Viatura pesada de Mercadorias	145 horas	1.629,11 €
TOTAL		**5.867,95 €**
TOTAL DA FREGUESIA		**12.622,79 €**

INTRODUÇÃO

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município da Figueira da Foz vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à actividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2012.

Num contexto desfavorável de crise financeira verificado em 2012, com a consequente quebra na cobrança de receitas, o Município da Figueira da Foz desenvolveu um grande esforço no sentido da consolidação financeira, impondo cortes na despesa orçamental, de modo a garantir que os compromissos assumidos se acomodassem aos recursos financeiros disponíveis.
Da actividade financeira do ano 2012, destacam-se os seguintes indicadores:

- A taxa de execução do orçamento da receita fixou-se em 70,27% (não considerando o saldo da gerência anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos), graças ao índice de cobrança das receitas correntes registado que foi de 99,87%;
- As receitas correntes diminuíram 2,06% (€ 637.585) comparativamente a 2011;
- O Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) registou um decréscimo de 30,43% (€ 687.797), por comparação ao exercício anterior. Também os Impostos Indirectos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades contabilizaram diminuições de 34,27% (€ 246.651) e de 11,94% (€ 71.243), respectivamente.
- Se excluirmos o produto do empréstimo de saneamento financeiro contabilizado em 2011, verifica-se que as receitas de capital aumentaram 40,56% (€ 1.708.953), comparativamente ao período homólogo, resultando do acréscimo das Transferências de Capital.
- Os Custos com o Pessoal e os Custos com Fornecimentos e Serviços Externos sofreram uma redução de 6,21% (€ 619.340) e de 4,37% (€ 386.139), respectivamente.
- A Dívida a Terceiros de Médio e Longo Prazo (decorrente da contratação de empréstimos) registou uma diminuição de 7,90% (€ 4.170.932). A Dívida a Terceiros de Curto Prazo decresceu 10,10% (€ 710.372).
- O Limite de Endividamento Líquido foi cumprido em 2012, assim como foi cumprida a redução de 10% do excesso de Endividamento de Médio e Longo Prazo registado no final de 2011.
- O Prazo Médio de Pagamentos evoluiu positivamente de 2011 para 2012, passando de 150 dias para 114 dias.
- O Resultado Líquido do Exercício é negativo, no montante de € 2.874.392, apresentando, no entanto, uma evolução favorável, comparativamente aos anos anteriores.

1 | O ORÇAMENTO MUNICIPAL

O Orçamento do Município da Figueira da Foz para 2012 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro. Foi aprovado nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela Assembleia Municipal, na Sessão Ordinária de 29 de Dezembro de 2011, sob proposta da Câmara Municipal de 20 de Dezembro de 2011.

1.1 | MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO INICIAL

O Orçamento de 2012 do Município da Figueira da Foz foi aprovado com um valor de € 51.627.953, tendo registado um decréscimo de 16,15% (€ 9.944.354), relativamente ao Orçamento do exercício de 2011.

Durante a sua execução, o Orçamento Municipal de 2012 foi aumentado em 4,43% (€ 2.285.205), encerrando com uma dotação final de € 53.913.158.

O aumento do valor do Orçamento, resultou das seguintes situações:

- Da incorporação do Saldo da Gerência de 2011;
- Da inscrição da rubrica Reposições não Abatidas nos Pagamentos, no Orçamento da Receita.

QUADRO N.º 1: EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE 2012

Un.: Euros (€)

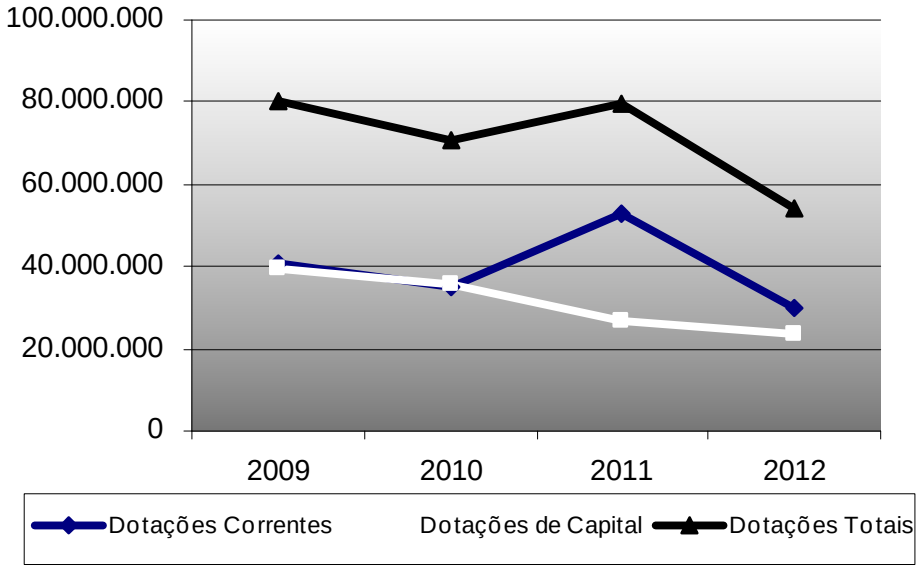
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO	DESVIO			TAXA DE EXECUÇÃO	
	Inicial (a)	Final (b)	(c)	(b)-(a)	(c)-(a)	(c)-(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
1 - SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		2.268.855	2.268.855	2.268.855	2.268.855	0		100,00%
Receitas Correntes	30.397.775	30.397.775	30.359.010	0	-38.765	-38.765	99,87%	99,87%
Receitas de Capital	21.230.178	21.230.178	5.922.065	0	-15.308.113	-15.308.113	27,89%	27,89%
Reposições não Abatidas Pagamentos		16.350	85.046	16.350	85.046	68.696		520,16%
2 - TOTAL DE RECEITAS	**51.627.953**	**53.913.158**	**38.634.976**	**2.285.205**	**-12.992.977**	**-15.278.182**	**74,83%**	**71,66%**
Despesas Correntes	27.909.130	30.191.835	24.701.089	2.282.705	-3.208.041	-5.490.746	88,51%	81,81%
Despesas de Capital	23.718.823	23.721.323	11.733.950	2.500	-11.984.874	-11.987.374	49,47%	49,47%
3 - TOTAL DE DESPESAS	**51.627.953**	**53.913.158**	**36.435.039**	**2.285.205**	**-15.192.914**	**-17.478.119**	**70,57%**	**67,58%**

O Orçamento Inicial da Receita para 2012 foi aprovado com um valor total de € 51.627.953, dos quais €30.397.775 diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e € 21.230.178 respeitavam às receitas de capital estimadas.

A receita total cobrada totalizou a importância de € 36.281.075, registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçado, de 70,27% (não considerando o saldo da gerência anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos).

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de € 51.627.953, correspondendo € 27.909.130 às despesas correntes e € 23.718.823, às despesas de capital. Como resultado de reforços ocorridos, no valor de € 2.285.205, o Orçamento da Despesa encerrou com uma dotação final de € 53.913.158, dos quais foram comprometidos € 43.886.110, realizados € 40.720.475 e pagos € 36.435.039. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 67,58%.
O Gráfico n.º 1 e o Quadro n.º 2 ilustram a evolução das dotações orçamentais nos últimos quatro anos.

Gráfico n.º 1
Evolução das Dotações Finais



QUADRO N.º 2: QUADRO COMPARATIVO DA DESPESA ORÇADA NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		2012	
	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final
1. - DESPESAS CORRENTES	**35.745.000**	**40.810.411**	**34.680.000**	**34.740.032**	**35.106.000**	**52.994.990**	**27.909.130**	**30.191.835**
1.1 - Despesas com o Pessoal	11.964.970	12.512.700	11.492.680	11.452.010	11.565.010	12.525.298	9.103.830	9.158.560
1.2 - Aquisição de Bens	2.286.250	2.347.923	1.423.550	1.462.983	1.425.480	1.542.984	981.440	1.007.360
1.3 - Aquisição de Serviços	13.498.730	17.931.505	13.976.430	13.024.768	11.236.930	18.272.361	9.488.820	11.428.705
1.4 - Juros e Outros Encargos	1.877.030	1.878.935	1.616.970	1.760.602	1.648.720	2.361.475	3.368.110	3.451.230
1.5 - Transferências Correntes	3.195.660	3.791.980	3.237.660	3.624.780	3.754.100	3.580.421	1.579.700	1.483.690
1.6 - Subsídios	1.969.940	1.344.410	2.606.050	2.835.020	4.826.730	13.601.078	2.807.020	2.732.910
1.7 - Outras Despesas Correntes	952.420	1.002.958	326.660	579.869	649.030	1.111.373	580.210	929.380
2 - DESPESAS DE CAPITAL	**39.509.000**	**39.522.000**	**33.400.000**	**35.725.700**	**26.466.307**	**26.487.468**	**23.718.823**	**23.721.323**
2.1 - Terrenos	3.927.028	2.888.150	5.490.311	5.490.311	306.200	306.200	1.620	1.620
2.2 - Habitações	2.000	2.000	2.000	2.000	300	300	300	300
2.3 - Edifícios	4.280.180	4.317.986	6.939.062	6.683.214	6.229.542	6.690.992	8.403.433	7.897.715
2.4 - Construções Diversas	4.416.320	4.548.700	332.729	337.979	96.901	97.171	515.150	515.150
2.5 - Material de Transporte	444.824	174.124	195.142	195.142	234.567	234.567	245.080	275.930
2.6 - Maquinaria e Equipamento	950.916	1.268.796	1.284.176	1.202.012	544.284	675.176	399.312	491.617
2.7 - Outros Investimentos	1.235.859	1.254.869	1.499.631	1.707.661	1.579.359	1.388.757	536.382	471.528
2.8 - Locação Financeira	201.030	211.330	143.050	143.050	147.050	147.050	284.260	339.140
2.9 - Bens de Domínio Público	15.057.330	15.241.941	9.583.876	9.419.483	8.290.187	7.947.579	6.430.793	6.676.802
2.10 - Transferências de Capital	3.638.666	4.091.057	3.147.923	3.515.923	3.647.824	3.983.711	2.193.660	1.986.048
2.11 - Activos Financeiros	1.630.500	1.780.500	816.000	762.400	641.378	666.378	120.400	120.410
2.12 - Passivos Financeiros	3.350.970	3.369.170	3.836.000	6.136.000	4.738.215	4.339.087	4.166.780	4.173.410
2.13 - Outras Despesas de Capital	373.377	373.377	130.100	130.525	10.500	10.500	421.653	771.653
TOTAL DAS DESPESAS (1+ 2)	**75.254.000**	**80.332.411**	**68.080.000**	**70.465.732**	**61.572.307**	**79.482.458**	**51.627.953**	**53.913.158**

Taxa Crescimento Previsões Orçamentais	**6,75%**	**3,50%**	**29,09%**	**4,43%**

Taxa Crescimento Orçamento		**-9,53%**	**-12,28%**	**-9,56%**	**12,80%**	**-16,15%**	**-32,17%**

Como qualquer instrumento de gestão, os documentos previsionais das autarquias são passíveis de comportar alterações ao longo do seu período de vigência. No decurso do exercício de 2012, realizaram-se vinte e três modificações orçamentais (vinte e uma alterações e duas revisões) que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de € 2.285.205, o que representa um acréscimo de 4,43%.

O Quadro n.º 3 evidencia a forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos ajustamentos das previsões.

QUADRO N.º 3: MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS, POR NATUREZA ECONÓMICA, NO ANO 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES		DOTAÇÃO FINAL		VARIAÇÃO	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. - DESPESAS CORRENTES	**27.909.130**	**54,06%**	**5.083.893**	**2.801.188**	**30.191.835**	**56,00%**	**2.282.705**	**8,18%**
1.1 - Despesas com o Pessoal	9.103.830	17,63%	687.181	632.451	9.158.560	16,99%	54.730	0,60%
1.2 - Aquisição de Bens	981.440	1,90%	151.755	125.835	1.007.360	1,87%	25.920	2,64%
1.3 - Aquisição de Serviços	9.488.820	18,38%	3.286.087	1.346.202	11.428.705	21,20%	1.939.885	20,44%
1.4 - Juros e Outros Encargos	3.368.110	6,52%	197.680	114.560	3.451.230	6,40%	83.120	2,47%
1.5 - Transferências Correntes	1.579.700	3,06%	79.730	175.740	1.483.690	2,75%	-96.010	-6,08%
1.6 - Subsídios	2.807.020	5,44%	37.890	112.000	2.732.910	5,07%	-74.110	-2,64%
1.7 - Outras Despesas Correntes	580.210	1,12%	643.570	294.400	929.380	1,72%	349.170	60,18%
2 - DESPESAS DE CAPITAL	**23.718.823**	**45,94%**	**1.153.718**	**1.151.218**	**23.721.323**	**44,00%**	**2.500**	**0,01%**
2.1 - Terrenos	1.620	0,00%	0	0	1.620	0,00%	0	0,00%
2.2 - Habitações	300	0,00%	0	0	300	0,00%	0	0,00%
2.3 - Edifícios	8.403.433	16,28%	78.810	584.528	7.897.715	14,65%	-505.718	-6,02%
2.4 - Construções Diversas	515.150	1,00%	0	0	515.150	0,96%	0	0,00%
2.5 - Material de Transporte	245.080	0,47%	30.850	0	275.930	0,51%	30.850	12,59%
2.6 - Maquinaria e Equipamento	399.312	0,77%	99.245	6.940	491.617	0,91%	92.305	23,12%
2.7 - Outros Investimentos	536.382	1,04%	20.850	85.704	471.528	0,87%	-64.854	-12,09%
2.8 - Locação Financeira	284.260	0,55%	54.880	0	339.140	0,63%	54.880	19,31%
2.9 - Bens de Domínio Público	6.430.793	12,46%	366.743	120.734	6.676.802	12,38%	246.009	3,83%
2.10 - Transferências de Capital	2.193.660	4,25%	145.700	353.312	1.986.048	3,68%	-207.612	-9,46%
2.11 - Activos Financeiros	120.400	0,23%	10	0	120.410	0,22%	10	0,01%
2.12 - Passivos Financeiros	4.166.780	8,07%	6.630	0	4.173.410	7,74%	6.630	0,16%
2.13 - Outras Despesas de Capital	421.653	0,82%	350.000	0	771.653	1,43%	350.000	83,01%
TOTAL DAS DESPESAS (1+ 2)	**51.627.953**	**100,00%**	**6.237.611**	**3.952.406**	**53.913.158**	**100,00%**	**2.285.205**	**4,43%**

As alterações ao orçamento não modificaram significativamente a sua estrutura, mantendo-se as despesas correntes e as despesas de capital nas mesmas posições relativas no orçamento inicial e no final.

Os reforços mais significativos ocorreram no agregado Aquisição de Serviços, em particular nas rubricas Encargos das Instalações, Iluminação Pública e Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho, em virtude da respectiva dívida transitada se apresentar superior, comparativamente com o valor inicialmente estimado.

Neste ponto, justifica-se uma observação sobre a distribuição das dotações orçamentais por Unidades Orgânicas, face às variações apresentadas. O Quadro n.º 4 permite-nos comparar a estrutura do correspondente orçamento inicial com a do orçamento final.

A modificação orçamental positiva registada na Unidade Orgânica Câmara Municipal resultou, sobretudo, do reforço da rubrica Iluminação Pública. O orçamento da Divisão de Ambiente - Higiene e Salubridade também foi modificado, resultando do reforço das rubricas Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos. Estes reforços ocorreram pela razão acima apresentada.

As anulações orçamentais, de que foram objecto os orçamentos das várias Unidades Orgânicas, ocorreram após o reconhecimento da existência de dotações disponíveis.

QUADRO N.º 4: MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS, POR UNIDADE ORGÂNICA, NO ANO 2012

Un.: Euros (€)

	UNIDADE ORGÂNICA	DOTAÇÃO INICIAL		ALTERAÇÕES E REVISÕES			DOTAÇÃO FINAL		VARIAÇÃO
		Valor	%	Reforços	Anulações	Total	Valor	%	%
01.01	Operações Financeiras	7.939.550	15,38%	259.200	114.560	144.640	8.084.190	14,99%	1,82%
01.02	Câmara Municipal	9.372.006	18,15%	2.492.415	1.166.502	1.325.913	10.697.919	19,84%	14,15%
01.03	Assembleia Municipal	58.160	0,11%	0	0	0	58.160	0,11%	0,00%
02	Gabinete de Apoio à Presidência	159.380	0,31%	28.580	55.850	-27.270	132.110	0,25%	-17,11%
03.01	Planeamento Estratégico e Ordenamento do Território	341.724	0,66%	13.745	54.630	-40.885	300.839	0,56%	-11,96%
03.02	Desenvolvimento Municipal	168.730	0,33%	12.505	42.500	-29.995	138.735	0,26%	-17,78%
04.01	Gabinete Técnico Florestal	115.980	0,22%	15.195	30.560	-15.365	100.615	0,19%	-13,25%
04.02	Serviço Municipal de Protecção Civil	284.190	0,55%	88.730	67.596	21.134	305.324	0,57%	7,44%
04.03	Bombeiros	821.129	1,59%	108.548	24.100	84.448	905.577	1,68%	10,28%
05.01	Divisão de Gestão Administrativa e de Património	637.062	1,23%	105.455	39.285	66.170	703.232	1,30%	10,39%
05.02	Divisão de Recursos Humanos	262.500	0,51%	39.835	43.210	-3.375	259.125	0,48%	-1,29%
05.03	Divisão de Gestão Financeira e Orçamento	529.690	1,03%	45.165	44.320	845	530.535	0,98%	0,16%
05.04	Aprovisionamento e Armazém	561.870	1,09%	57.882	112.410	-54.528	507.342	0,94%	-9,70%
05.05	Serviço de Informática e T.I.C.	439.026	0,85%	92.317	73.907	18.410	457.436	0,85%	4,19%
05.06	Serviço de Atendimento ao Munícipe	76.700	0,15%	20.320	2.500	17.820	94.520	0,18%	23,23%
06.01	Divisão de Ambiente - Higiene e Salubridade	2.680.609	5,19%	1.061.575	233.525	828.050	3.508.659	6,51%	30,89%
06.02	Divisão de Ambiente - Ambiente, Recursos Naturais e Energia	1.542.201	2,99%	180.229	299.290	-119.061	1.423.140	2,64%	-7,72%
06.03	Divisão de Gestão Urbanística	350.580	0,68%	21.955	0	21.955	372.535	0,69%	6,26%
06.04	Serviço de Apoio Administrativo	335.770	0,65%	41.515	6.900	34.615	370.385	0,69%	10,31%
07.01	Divisão de Projectos Municipais	492.325	0,95%	33.835	56.308	-22.473	469.852	0,87%	-4,56%
07.02	Divisão de Obras e Serviços Municipais	16.483.141	31,93%	497.066	752.807	-255.741	16.227.400	30,10%	-1,55%
07.03	D.O.S.M. - Parque de Máquinas e Viaturas	863.632	1,67%	104.620	8.580	96.040	959.672	1,78%	11,12%
07.04	Serviço de Apoio Administrativo	140.960	0,27%	43.975	1.600	42.375	183.335	0,34%	30,06%
08.01	D.E.A.S.S. - Educação	3.228.086	6,25%	276.780	360.540	-83.760	3.144.326	5,83%	-2,59%
08.02	D.E.A.S.S. - Acção Social e Saúde	279.572	0,54%	32.565	3.000	29.565	309.137	0,57%	10,58%
08.03	Divisão de Juventude e Desporto	1.026.290	1,99%	151.378	139.775	11.603	1.037.893	1,93%	1,13%
09.01	Museu e Núcleos Museológicos	616.938	1,19%	54.264	55.740	-1.476	615.462	1,14%	-0,24%
09.02	Biblioteca	410.070	0,79%	58.645	21.100	37.545	447.615	0,83%	9,16%
09.03	Arquivo Histórico e Fotográfico	119.342	0,23%	7.130	1.200	5.930	125.272	0,23%	4,97%
09.04	C.A.E. - Centro de Artes e Espectáculos	711.360	1,38%	199.381	36.600	162.781	874.141	1,62%	22,88%
09.05	Desenvolvimento da Cultura e Valorização do Património Cultural	160.250	0,31%	20.455	0	20.455	180.705	0,34%	12,76%
10	Divisão Jurídica e de Contratação Pública	376.140	0,73%	38.875	76.220	-37.345	338.795	0,63%	-9,93%
11	Divisão de Auditoria	42.990	0,08%	33.476	27.291	6.185	49.175	0,09%	14,39%
	TOTAL	**51.627.953**	**100,00%**	**6.237.611**	**3.952.406**	**2.285.205**	**53.913.158**	**100,00%**	**4,43%**

1.2 | MOVIMENTOS DE TESOURARIA DA GERÊNCIA DE 2012

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

O resultado dos movimentos financeiros efectuados durante a gerência de 2012, aparece consubstanciado no Quadro n.º 5, verificando-se que as entradas de fundos ascenderam a € 38.218.403. Deste montante, € 36.366.121 são provenientes de receitas orçamentais e € 1.852.282 correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a € 38.231.599, repartidas pelas despesas orçamentais (€ 36.435.039) e pela despesa de Operações de Tesouraria (€ 1.796.560).

Desta forma e, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2011, no valor total de € 2.854.370, o saldo a transitar para o ano económico de 2013, será de € 2.841.174. Este saldo da gerência de 2013 decompor-se-à em € 2.199.937, como saldo de operações orçamentais, e em € 641.236, como saldo de operações de tesouraria.

QUADRO N.º 5: RESUMO DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2012

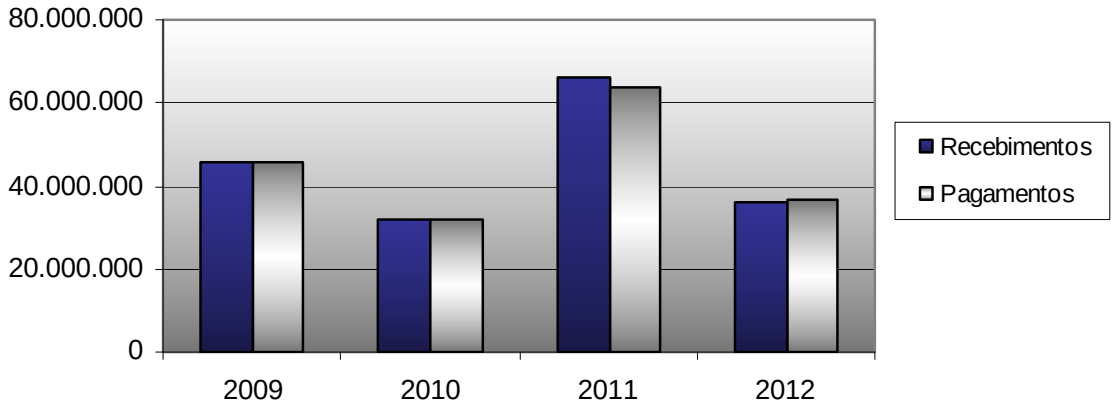
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	OPERAÇÕES TESOURARIA	TOTAL
1. Saldo Transitado de 2011 (a)	2.268.855	585.514	2.854.370
2. Receitas Arrecadadas	36.366.121	1.852.282	38.218.403
3. Despesas Pagas	36.435.039	1.796.560	38.231.599
Saldo a Transitar para 2013 (1+2-3)	2.199.937	641.236	2.841.174

(a) Incorporado em 2012

O Gráfico n.º 2 ilustra a evolução dos recebimentos e pagamentos registados no último quadriénio. Verifica-se que o ano de 2011 foi aquele em que os recebimentos e, consequentemente, os pagamentos, apresentaram o nível mais alto. Tal situação resultou da contratação do empréstimo de saneamento financeiro, no montante de € 31.000.000, que permitiu o pagamento, no mesmo montante, dos passivos de curto prazo, nomeadamente a dívida a fornecedores.

Gráfico n.º 2
Evolução dos Recebimentos e Pagamentos Orçamentais

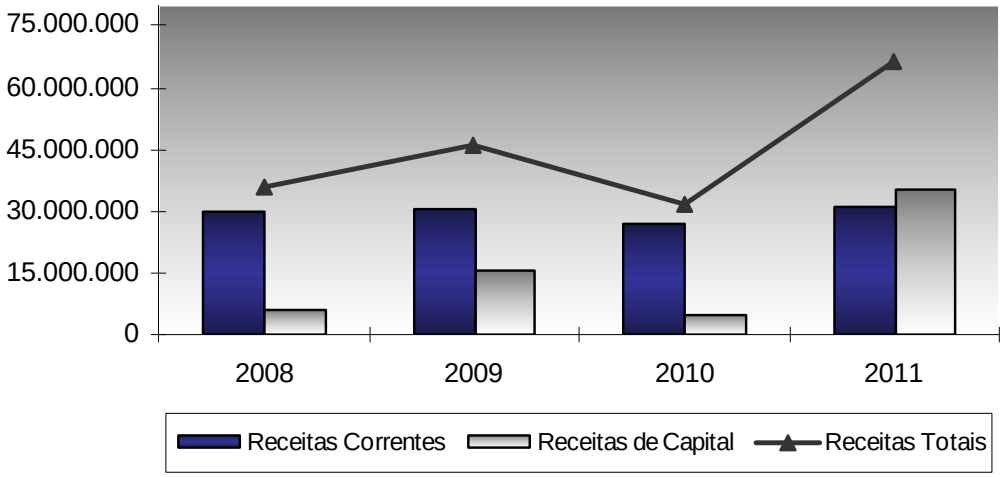


1.3 | ORÇAMENTO DA RECEITA

1.3.1 | Estrutura e Evolução

O Gráfico n.º 3 e o Quadro n.º 6 ilustram o comportamento da receita, nos últimos quatro anos.

Gráfico n.º 3
Evolução das Receitas Cobradas



No exercício de 2012, a receita arrecadada totalizou a importância de € 36.281.075 (não considerando o saldo da gerência anterior e as reposições não abatidas nos pagamentos) e apresentou uma diminuição face ao ano anterior de 45,20% (€ 29.928.633), decorrendo da utilização, em 2011, do empréstimo de saneamento financeiro. Do total da receita arrecadada, € 30.359.010 (83,68%) dizem respeito à receita corrente e € 5.922.065 (16,32%), à receita de capital.

A receita efectiva cobrada (não considerando os passivos financeiros) registou um aumento de 3,04% (€ 1.071.367).

Os Gráficos seguintes ilustram a distribuição das receitas nos anos económicos de 2011 e 2012.

Gráfico n.º 4
Distribuição das Receitas
Ano 2011

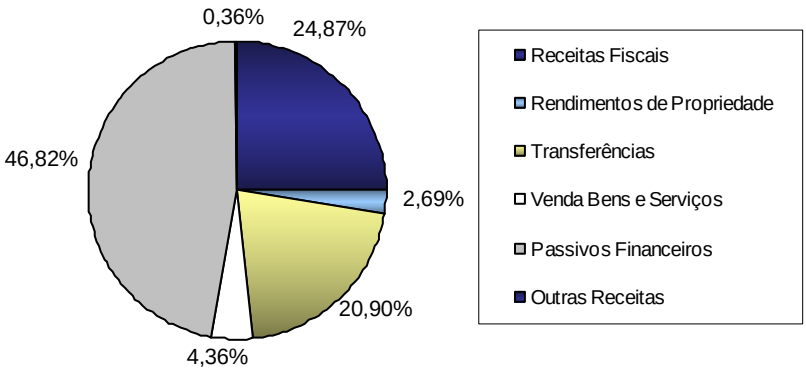
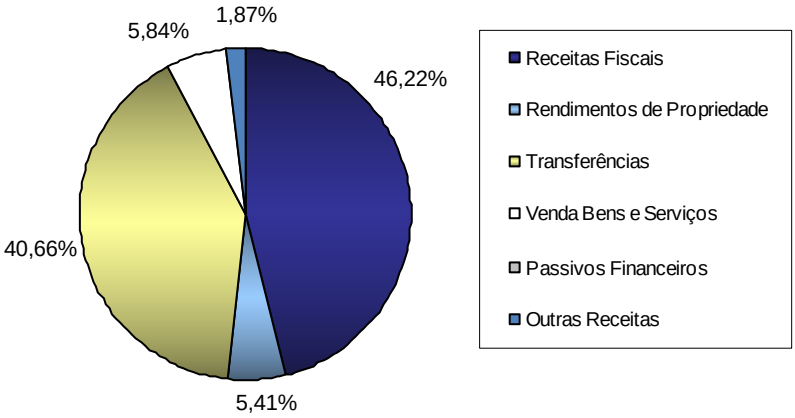


Gráfico n.º 5
Distribuição das Receitas
Ano 2012



Após um crescimento significativo das receitas correntes no ano de 2011, registou-se, em 2012, um decréscimo na sua cobrança de 2,06% (€ 637.585).

Analisando os agregados pela ordem apresentada no Quadro n.º 7, verifica-se que as Receitas Fiscais que englobam os Impostos Directos, os Impostos Indirectos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente (55,24%) e da receita total (46,22%).

Os Impostos Directos cobrados, no valor de € 15.770.974, totalizaram mais 4,10% (€ 621.495), comparativamente ao ano anterior. Tal situação explica-se pelo facto da Derrama, cobrada em 2012, se ter situado em € 4.719.017, representando mais € 845.555 do que em igual período de 2011.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Único de Circulação (IUC) contribuíram igualmente para o aumento dos Impostos Directos, tendo registado acréscimos de 3,78% (€ 299.236) e de 15,03% (€ 164.501), respectivamente.

Por seu lado, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) continuou a apresentar uma tendência de descida, passando de uma cobrança de € 2.854.562, em 2009, para uma cobrança de € 1.572.652, em 2012, contribuindo para a diminuição das receitas correntes.

Importa sublinhar que os Impostos Directos constituem a principal receita do Município, representando 43,47% do total arrecadado, pelo que qualquer variação neste agregado tem fortes implicações na situação financeira do Município.

Os Impostos Indirectos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com a ocupação da via pública e com os loteamentos e obras de urbanização. No ano de 2012, os Impostos Indirectos cobrados totalizaram a importância de € 473.132, representando menos 34,27% (€ 246.651) do que no ano anterior e menos 45,18% (€ 389.986) do que no exercício de 2010. No ano em apreço, o peso dos Impostos Indirectos nas receitas fiscais foi de apenas 2,82%.

As Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um decréscimo de 11,94% (€ 71.243).

Os Rendimentos de Propriedade totalizaram a importância de € 1.961.544, tendo contabilizado, entre outras receitas:

- A Renda relativa à Concessão do património da rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão referente ao quarto trimestre de 2011 e aos três primeiros trimestres de 2012, no montante total de € 1.343.883;
- Parte da Renda de 2012 prevista na 3.ª Alteração do Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes (€ 573.658).

QUADRO N.º 6: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS COBRADAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009			2010			2011			2012			Var 11/12	
	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE	**30.451.506**	**100,00%**	**66,60%**	**26.775.970**	**100,00%**	**84,12%**	**30.996.595**	**100,00%**	**46,82%**	**30.359.010**	**100,00%**	**83,68%**	**-637.585**	**-2,06%**
IMI e Contribuição Autárquica	7.112.232	23,36%	15,55%	7.595.468	28,37%	23,86%	7.920.872	25,55%	11,96%	8.220.108	27,08%	22,66%	299.236	3,78%
IUC e IMV	960.688	3,15%	2,10%	1.013.550	3,79%	3,18%	1.094.696	3,53%	1,65%	1.259.197	4,15%	3,47%	164.501	15,03%
IMT	2.854.562	9,37%	6,24%	2.442.179	9,12%	7,67%	2.260.449	7,29%	3,41%	1.572.652	5,18%	4,33%	-687.797	-30,43%
Derrama	3.634.375	11,93%	7,95%	1.125.583	4,20%	3,54%	3.873.462	12,50%	5,85%	4.719.017	15,54%	13,01%	845.555	21,83%
Impostos Directos Diversos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	
Impostos Indirectos	1.037.008	3,41%	2,27%	863.118	3,22%	2,71%	719.783	2,32%	1,09%	473.132	1,56%	1,30%	-246.651	-34,27%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	628.102	2,06%	1,37%	634.502	2,37%	1,99%	596.456	1,92%	0,90%	525.213	1,73%	1,45%	-71.243	-11,94%
Rendimentos de Propriedade	1.788.072	5,87%	3,91%	1.644.794	6,14%	5,17%	1.782.179	5,75%	2,69%	1.961.544	6,46%	5,41%	179.365	10,06%
Participação do Município nos Impostos do Estado	7.813.311	25,66%	17,09%	7.898.042	29,50%	24,81%	7.208.493	23,26%	10,89%	6.963.334	22,94%	19,19%	-245.159	-3,40%
Outras Transferências	2.414.041	7,93%	5,28%	1.851.547	6,91%	5,82%	2.559.103	8,26%	3,87%	2.217.555	7,30%	6,11%	-341.548	-13,35%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.065.005	6,78%	4,52%	1.467.509	5,48%	4,61%	2.885.915	9,31%	4,36%	2.118.236	6,98%	5,84%	-767.679	-26,60%
Outras Receitas Correntes	144.110	0,47%	0,32%	239.677	0,90%	0,75%	95.187	0,31%	0,14%	329.022	1,08%	0,91%	233.834	245,66%
TOTAL DA RECEITA CAPITAL	**15.272.065**	**100,00%**	**33,40%**	**5.053.701**	**100,00%**	**15,88%**	**35.213.112**	**100,00%**	**53,18%**	**5.922.065**	**100,00%**	**16,32%**	**-29.291.047**	**-83,18%**
Venda Bens de Investimento	1.062.732	6,96%	2,32%	259.425	5,13%	0,82%	141.280	0,40%	0,21%	346.007	5,84%	0,95%	204.727	144,91%
Participação do Município nos Impostos do Estado	2.413.088	15,80%	5,28%	2.433.180	48,15%	7,64%	2.606.164	7,40%	3,94%	2.360.964	39,87%	6,51%	-245.200	-9,41%
Outras Transferências	860.494	5,63%	1,88%	1.008.195	19,95%	3,17%	1.465.669	4,16%	2,21%	3.211.354	54,23%	8,85%	1.745.685	119,11%
Activos Financeiros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	
Passivos Financeiros	10.824.813	70,88%	23,67%	1.340.500	26,53%	4,21%	31.000.000	88,04%	46,82%	0	0,00%	0,00%	-31.000.000	-100,00%
Outras Receitas de Capital	110.938	0,73%	0,24%	12.401	0,25%	0,04%	0	0,00%	0,00%	3.740	0,06%	0,01%	3.740	
TOTAL DAS RECEITAS SEM REPOSIÇÕES	**45.723.570**		**100,00%**	**31.829.671**		**100,00%**	**66.209.708**		**100,00%**	**36.281.075**		**100,00%**	**-29.928.633**	**-45,20%**
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	**25.878**			**11.510**			**406**			**85.046**			**84.640**	**20826,69%**
TOTAL DAS RECEITAS	**45.749.449**			**31.841.181**			**66.210.114**			**36.366.121**			**-29.843.993**	**-45,07%**

QUADRO N.º 7: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES COBRADAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	VAR 11/12 VALOR	VAR 11/12 %
1. IMPOSTOS DIRECTOS	**14.561.857**	**12.176.780**	**15.149.478**	**15.770.974**	**621.495**	**4,10%**
Imposto Municipal sobre Imóveis e Contribuição Autárquica	7.112.232	7.595.468	7.920.872	8.220.108	299.236	3,78%
Imposto Único de Circulação e Imposto Municipal sobre Veículos	960.688	1.013.550	1.094.696	1.259.197	164.501	15,03%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e SISA	2.854.562	2.442.179	2.260.449	1.572.652	-687.797	-30,43%
Derrama	3.634.375	1.125.583	3.873.462	4.719.017	845.555	21,83%
Impostos Directos Diversos	0	0	0	0	0	
2. IMPOSTOS INDIRECTOS	**1.037.008**	**863.118**	**719.783**	**473.132**	**-246.651**	**-34,27%**
Mercados e Feiras	65.766	44.199	41.432	14.989	-26.443	-63,82%
Loteamentos/ Obras / Taxa de Infra-Estruturas	783.175	591.462	343.259	158.096	-185.163	-53,94%
Ocupação da Via Pública / Publicidade	140.592	169.676	272.804	243.524	-29.280	-10,73%
Canídeos	0	7	49	0	-49	-100,00%
Outros	47.476	57.774	62.240	56.523	-5.717	-9,19%
3. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	**628.102**	**634.502**	**596.456**	**525.213**	**-71.243**	**-11,94%**
Mercados e Feiras	38.473	67.734	71.647	42.445	-29.202	-40,76%
Loteamentos/ Obras / Taxa de Infra-Estruturas	415.640	378.433	282.331	292.833	10.502	3,72%
Ocupação da Via Pública / Canídeos	41.206	55.681	68.298	62.156	-6.142	-8,99%
Caça, Uso e Porte de Arma / Outras	66.289	84.666	108.727	95.016	-13.711	-12,61%
Multas e Outras Penalidades	66.495	47.988	65.454	32.764	-32.690	-49,94%
4. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	**1.788.072**	**1.644.794**	**1.782.179**	**1.961.544**	**179.365**	**10,06%**
Juros - Sociedades Financeiras	17.186	4.821	15.109	6.668	-8.440	-55,87%
Dividendos e Participações nos Lucros de Soc. e Quase-Soc. Não Fin.	0	0	0	14.371	14.371	
Participações nos Lucros de Administrações Públicas	0	250	0	0	0	
Rendas (Terrenos, Activos no subsolo, Habitações, Edifícios, Bens de D. Público)	37.949	50.831	12.257	9.055	-3.201	-26,12%
Concessão BT/EDP	1.296.461	1.296.461	1.308.540	1.343.883	35.343	2,70%
Concessão de Exploração de Águas e Saneamento	332.340	261.873	400.770	573.658	172.888	43,14%
Concessão do Parque de Campismo	28.756	16.015	31.413	0	-31.413	-100,00%
Concessão Explor. do Complexo Funerário Crematório	2.134	3.281	4.181	5.109	928	22,20%
Diversos	73.247	11.263	9.911	8.800	-1.111	-11,21%
5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**10.227.352**	**9.749.590**	**9.767.596**	**9.180.889**	**-586.707**	**-6,01%**
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras Públicas	0	0	0	0	0	
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras Privadas	116.640	114.721	146.667	90.273	-56.395	-38,45%
Fundo Equilibrio Financeiro	4.481.449	4.518.757	3.909.246	3.541.445	-367.801	-9,41%
Fundo Social Municipal	860.093	838.205	785.572	712.103	-73.469	-9,35%
Participação Fixa no IRS	2.471.769	2.541.080	2.513.675	2.709.786	196.111	7,80%
Outras	1.361.737	1.297.520	1.249.267	1.084.586	-164.682	-13,18%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	296.158	11.136	78.589	146.226	67.638	86,07%
Serviços e Fundos Autónomos	527.685	300.148	952.550	805.604	-146.946	-15,43%
Administração Local	0	0	0	0	0	
Famílias	111.821	128.023	132.029	90.866	-41.163	-31,18%
6. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	**2.065.005**	**1.467.509**	**2.885.915**	**2.118.236**	**-767.679**	**-26,60%**
Venda de Bens	7.923	12.922	12.653	27.129	14.475	114,40%
Serviços	124.924	304.178	379.897	375.715	-4.182	-1,10%
Serviços Específicos das Autarquias - Saneamento	16.110	0	2.217	0	-2.217	-100,00%
Serviços Específicos das Autarquias - Resíduos Sólidos	1.804.279	1.057.367	2.391.550	1.611.449	-780.101	-32,62%
Serviços Esp. das Autarquias - Trabalhos por conta de Particulares	25.221	14.108	10.778	6.082	-4.696	-43,57%
Serviços Específicos das Autarquias - Cemitérios	41.230	38.833	24.783	42.464	17.681	71,34%
Serviços Específicos das Autarquias - Mercados e Feiras	7.684	7.162	5.934	4.468	-1.466	-24,70%
Serviços Específicos das Autarquias - Parques de Estacionamento	0	0	0	85	85	
Serviços Específicos das Autarquias - Outros	8.303	13.207	12.382	14.057	1.675	13,53%
Rendas (Habitações, Edifícios, Outras)	29.332	19.733	45.722	36.787	-8.935	-19,54%
7. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**144.110**	**239.677**	**95.187**	**329.022**	**233.834**	**245,66%**
TOTAL	**30.451.506**	**26.775.970**	**30.996.595**	**30.359.010**	**-637.585**	**-2,06%**

As Transferências Correntes ascenderam a € 9.180.889, apresentando uma diminuição, comparativamente a 2011, de 6,01% (€586.707). As transferências provenientes da Administração Central, correspondentes à Participação do Município nos Impostos do Estado, totalizaram a importância de € 6.963.334, registando uma diminuição de 3,40% (€ 245.159). As Outras Transferências da Administração Central que a seguir se enumeram, também diminuíram comparativamente ao ano anterior, totalizando menos 13,18% (€ 164.682):

QUADRO N.º 8: TRANSFERÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Un.: Euros (€)

OBJECTO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR
Compensação pelos encargos com transportes escolares (3.º ciclo)	151.989
Compensação pelos encargos com as actividades de enriquecimento curricular	316.925
Compensação pelos encargos com transporte de alunos deslocados devido ao encerramento de escolas	9.300
Componente de Apoio à Família - Crianças Pré-Escolar	305.086
Ensino Pré-Escolar - Pessoal Auxiliar	140.894
Programa de Generalização de Refeições Escolares do 1.º CEB	160.392
TOTAL	**1.084.586**

O valor da Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados foi de apenas € 146.226, correspondendo às seguintes transferências:

- Transferência efectuada ao abrigo do Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) para financiamento dos Projectos "Plano Local de Promoção da Acessibilidade da Figueira da Foz – Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas" (€ 17.510), "Caminhos da Igualdade" (€ 2.094) e "Estágios Profissionais na Administração Pública – PEPAL" (€ 59.072);
- Transferência efectuada ao abrigo do Programa Operacional Regional do Centro (PORC) para financiamento dos Projectos "CULTREDE" (€ 24.640) e "Parcerias para a Regeneração Urbana – Gestão e Comunicação do Programa de Acção" (€ 33.146);
- Transferência efectuada ao abrigo do Projecto "EcoSal Atlantis" (€ 3.802);
- Transferência efectuada ao abrigo do Programa Leonardo da Vinci (€ 5.962).

As transferências provenientes de Serviços e Fundos Autónomos ascenderam a € 805.604, encontrando-se discriminadas no Quadro abaixo apresentado:

QUADRO N.º 9: TRANSFERÊNCIAS DE SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Un.: Euros (€)

OBJECTO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR
Programa Sapadores Florestais	15.750
Comparticipação nas despesas do Gabinete de Inserção Profissional	19.769
Programa "Contrato Emprego - Inserção" (Portaria n.º 128/09, de 30 de Janeiro)	2.415
Programa de Estágios Profissionais (Portaria n.º 286/02, de 15 de Março)	2.441
Verbas consignadas à Zona de Jogo da Figueira da Foz	673.798
Comparticipação nas despesas com a reparação de veículos/equipamentos (Protecção Civil)	8.102
Subsídio para combustível (Protecção Civil)	6.047
Comparticipação nas despesas com a alimentação dos sapadores florestais	1.421
Comparticipação nas despesas de funcionamento da CPCJ	35.661
Prevenção e Protecção - Apoio às Equipas de Sapadores Florestais	40.200
TOTAL	**805.604**

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 30,24%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 25,30%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de € 2.118.236, sendo que a rubrica mais significativa deste agregado foi Serviços Específicos das Autarquias – Resíduos Sólidos. Esta rubrica contabilizou a cobrança da tarifa de remoção de resíduos sólidos urbanos, correspondente ao mês de Dezembro de 2011 e aos meses de Janeiro a Setembro de 2012, totalizando o valor de € 1.499.901. Contabilizou ainda a receita referente ao serviço de recolha, lavagem e desinfecção, no âmbito dos Contratos de Utilização do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos celebrados com os grandes produtores, no montante de € 111.548.

O aumento registado no agregado Outras Receitas Correntes é justificado pelo pagamento efectuado pela Vendárea – Empreendimentos Turísticos, S.A. ao Município, no âmbito da Resolução Convencional do Contrato de Concessão de Exploração do Parque Municipal de Campismo da Figueira da Foz.

As receitas de capital cobradas no exercício de 2012 ascenderam a € 5.922.065. Se excluirmos o produto do empréstimo de saneamento financeiro contabilizado em 2011, verifica-se que as receitas de capital de 2012 aumentaram 40,56% (€ 1.708.953), comparativamente ao período homólogo, resultando do acréscimo das Transferências de Capital.

Analisando os agregados pela ordem apresentada no Quadro n.º 10, verifica-se que, com um desvio de € 5.990.998 relativamente ao valor orçado, o agregado Venda de Bens de Investimento continua a ser o reflexo da grave crise financeira registada ao longo de 2012. A receita resultante da Venda de Bens de Investimento totalizou a importância de apenas € 346.007 e diz respeito:

- À prestação, no valor de € 100.000, prevista na escritura de compra e venda celebrada em 30.12.2008 com a United Resins – Produção de Resinas, S.A.;
- À venda de um lote de terreno, sito no Parque Industrial, à Slimcei – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda, pelo montante de € 46.668;
- Ao valor que faltava receber pela venda de uma parcela de terreno, sita na Avenida Dr.º Joaquim de Carvalho, à Empreendimentos Turísticos Monte Belo – Sociedade de Turismo e Recreio, S.A. (€ 33.750);
- À venda de uma parcela de terreno confinante com a Rua da Floresta, sita no Lugar de Vais, Buarcos, na Rua Arnaldo Sobral, a um particular, pelo montante de € 180;
- À venda de uma parcela de terreno situada na Costa de Lavos, a um particular, pelo montante de € 280;
- À segunda prestação, no montante de € 138.267, relativa à venda de um armazém, sito na Rua Arnaldo Sobral à empresa Caldeira & Caldeira, Lda;
- À venda de uma fracção, sita na Leirosa, na Rua do Bairro Social, a um particular, pelo valor de € 26.862.

QUADRO N.º 10: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL COBRADAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var 11/12 Valor	Var 11/12 %
1. TERRENOS	**638.750**	**139.480**	**3.012**	**180.878**	**177.866**	**5904,77%**
2. HABITAÇÕES	**0**	**0**	**0**	**138.268**	**138.268**	
3. EDIFÍCIOS	**423.982**	**119.700**	**138.268**	**26.862**	**-111.406**	**-80,57%**
4. OUTROS BENS DE INVESTIMENTO - Soc. e Quase Soc. Não Financeiras	**0**	**245**	**0**	**0**	**0**	
Equipamento de Transporte	0	0	0	0	0	
Maquinaria e Equipamento	0	245	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	
5. OUTROS BENS DE INVESTIMENTO - Instituições sem Fins Lucrativos	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
Equipamento de Transporte	0	0	0	0	0	
Maquinaria e Equipamento	0	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	
6. OUTROS BENS DE INVESTIMENTO - Famílias	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
Equipamento de Transporte	0	0	0	0	0	
Maquinaria e Equipamento	0	0	0	0	0	
Outros	0	0	0	0	0	
7. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	**3.273.582**	**3.441.375**	**4.071.833**	**5.572.318**	**1.500.485**	**36,85%**
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras - Privadas	60.000	0	0	0	0	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.413.088	2.433.180	2.606.164	2.360.964	-245.200	-9,41%
Cooperação Técnica e Financeira	0	0	0	0	0	
Outras	0	18.500	0	0	0	
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	380.759	506.260	1.096.471	2.827.906	1.731.435	157,91%
Serviços e Fundos Autónomos	419.735	483.434	369.197	353.448	-15.750	-4,27%
Administração Local	0	0	0	30.000	30.000	
8. ACTIVOS FINANCEIROS	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
9. PASSIVOS FINANCEIROS	**10.824.813**	**1.340.500**	**31.000.000**	**0**	**-31.000.000**	**-100,00%**
10. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**110.938**	**12.401**	**0**	**3.740**	**3.740**	
TOTAL	**15.272.065**	**5.053.701**	**35.213.112**	**5.922.065**	**-29.291.047**	**-83,18%**

As Transferências de Capital totalizaram a importância de € 5.572.318, apresentando um aumento de 36,85% (€ 1.500.485) face ao ano económico de 2011. Do total das Transferências de Capital:

- € 2.360.964 correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado;
- € 2.827.906 respeitam às comparticipações comunitárias, ao abrigo do Quadro de

Referência Estratégico Nacional (QREN), dos Projectos discriminados no Quadro n.º 11:

QUADRO N.º 11: PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS

Un.: Euros (€)

OBJECTO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR
Projecto: "Novas Tecnologias nas Escolas Básicas e/ou Jardins de Infância do Concelho"	2.417
Projecto: "Centro Escolar S. Julião/Tavarede"	1.781.507
Projecto: "Construção da Variante Interna do Paião"	31.143
Projecto: "Gestão de Emergência e Riscos"	26.927
Projecto: "Centro Escolar de Vila Verde"	24.785
Projecto: "Requalificação da Rua 5 de Outubro e Zona Envolvente"	31.481
Projecto: "Requalificação da Envolvente ao Forte de Sta. Catarina"	318.078
Projecto: "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes"	611.568
	2.827.906

- € 353.448 dizem respeito às transferências efectuadas pelo Turismo de Portugal, IP, ao abrigo das verbas consignadas à Zona de Jogo da Figueira da Foz, com vista ao financiamento dos Projectos "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes" (€ 155.724) e "Requalificação da Envolvente ao Forte de Sta. Catarina" (€ 197.724);
- € 30.000 correspondem à comparticipação da Freguesia de Alqueidão na construção de refeitório na Escola EB1 de Alqueidão.

1.3.2 | Execução Orçamental

A comparação da receita prevista, em termos de orçamento final, com a receita cobrada, permite determinar os correspondentes desvios e as taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2012 previa cobranças no valor global de € 51.627.953, contribuindo para esse montante, as receitas correntes com € 30.397.775 (58,88%), e as receitas de capital com € 21.230.178 (41,12%).

Da análise da execução orçamental, verifica-se que a cobrança total verificada na receita (não considerando o saldo da gerência de 2011 e as reposições não abatidas nos pagamentos) atingiu o montante de € 36.281.075, arrecadando-se € 30.359.010 (83,68%) de receitas correntes e € 5.922.065 (16,32%) de receitas de capital.

O Quadro n.º 12 apresenta a evolução das taxas de execução das receitas, no período de 2009 a 2012.

QUADRO N.º 12: GRAUS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

RECEITAS	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	85,17%	77,12%	88,29%	99,87%
Receitas de Capital	34,35%	14,17%	79,46%	27,89%
Receitas Totais	57,01%	45,23%	83,37%	70,27%

A comparação entre os montantes de receita orçamentada e cobrada, através da sua distribuição por capítulos económicos, os desvios verificados e as correspondentes taxas de execução, encontram-se apresentados nos Quadros n.ºs 13 e 14.
O grau de execução da receita corrente foi de 99,87%, estando acima da taxa de execução registada nos exercícios de 2009 a 2011.

Os Impostos Directos registaram um índice de cobrança de 115,50%. Com excepção do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), todas as rubricas do agregado registaram taxas de execução superiores a 100%, com especial destaque para a Derrama que atingiu um índice de cobrança de 188,59%.

Os Impostos Indirectos e as Taxas, Multas e Outras Penalidades apresentaram índices de cobrança de 58,02% e 85,69%, respectivamente. Em ambos os casos, a receita referente ao licenciamento/autorização de operações urbanísticas ficou aquém do previsto.
Os Rendimentos de Propriedade registaram uma taxa de execução de 93,79%.

Contribuíram para o desvio de € 774.136 registado nas Transferências Correntes, a não concretização de receitas previstas, aquando da elaboração do Orçamento Municipal de 2012, com origem em projectos cofinanciados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e pelo Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal (POCTEP). Na sequência de uma reavaliação de prioridades, no sentido da reafectação da dotação FEDER consignada ao Município da Figueira da Foz, procedeu-se ao cancelamento de duas componentes do Projecto Regeneração Urbana ("Gestão e Monitorização do Programa de Acção" e "Comunicação, Divulgação e Animação da Parceria"), pelo que a transferência prevista, com vista ao financiamento das referidas componentes, não foi realizada. A alteração do cronograma de trabalhos previstos de alguns projectos, nomedamente, "Plano Local de Promoção da Acessibilidade – Projecto RAMPA", "Caminhos da Igualdade", "Logística Cencyl" e "Rede de Cidades Sustentáveis Cencyl", também teve como consequência a não concretização das transferências previstas, a título de comparticipação comunitária.
O agregado Venda de Bens e Serviços Correntes registou uma taxa de execução de 92,59%.

QUADRO N.º 13: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS CORRENTES EM 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	Orçamento Inicial	Dotações Corrigidas (1)	Receita Cobrada (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Índice de Cobrança (4)=(2)/(1)
1. IMPOSTOS DIRECTOS	**13.654.436**	**13.654.436**	**15.770.974**	**2.116.538**	**115,50%**
Imposto Municipal sobre Imóveis e Contribuição Autárquica	7.671.358	7.671.358	8.220.108	548.750	107,15%
Imposto Único de Circulação e Imposto Municipal sobre Veículos	1.043.741	1.043.741	1.259.197	215.456	120,64%
Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis e SISA	2.436.939	2.436.939	1.572.652	-864.287	64,53%
Derrama	2.502.198	2.502.198	4.719.017	2.216.819	188,59%
Impostos Directos Diversos	200	200	0	-200	0,00%
2. IMPOSTOS INDIRECTOS	**815.469**	**815.469**	**473.132**	**-342.337**	**58,02%**
Mercados e Feiras	42.996	42.996	14.989	-28.007	34,86%
Loteamentos/ Obras / Taxa de Infra-Estruturas	485.050	485.050	158.096	-326.954	32,59%
Ocupação da Via Pública / Publicidade	226.526	226.526	243.524	16.998	107,50%
Canídeos	28	28	0	-28	0,00%
Outros	60.869	60.869	56.523	-4.346	92,86%
3. TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	**612.921**	**612.921**	**525.213**	**-87.708**	**85,69%**
Mercados e Feiras	68.747	68.747	42.445	-26.302	61,74%
Loteamentos/ Obras / Taxa de Infra-Estruturas	338.780	338.780	292.833	-45.947	86,44%
Ocupação da Via Pública / Canídeos	61.699	61.699	62.156	457	100,74%
Caça, Uso e Porte de Arma / Outras	92.233	92.233	95.016	2.783	103,02%
Multas e Outras Penalidades	51.462	51.462	32.764	-18.698	63,67%
4. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	**2.091.495**	**2.091.495**	**1.961.544**	**-129.951**	**93,79%**
Juros - Sociedades Financeiras	4.494	4.494	6.668	2.174	148,38%
Dividendos e Participações nos Lucros de Soc. e Quase-Soc. Não Fin.	6.957	6.957	14.371	7.414	206,57%
Participações nos Lucros de Administrações Públicas	225	225	0	-225	0,00%
Rendas (Terrenos, Activos no subsolo, Habitações, Edifícios, Bens de D. Público)	54.173	54.173	9.055	-45.118	16,72%
Concessão BT/EDP	1.640.708	1.640.708	1.343.883	-296.825	81,91%
Concessão de Exploração de Águas e Saneamento	347.769	347.769	573.658	225.889	164,95%
Concessão do Parque de Campismo	26.580	26.580	0	-26.580	0,00%
Concessão Explor. do Complexo Funerário Crematório	3.732	3.732	5.109	1.377	136,90%
Diversos	6.857	6.857	8.800	1.943	128,34%
5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**9.955.025**	**9.955.025**	**9.180.889**	**-774.136**	**92,22%**
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras Públicas	100	100	0	-100	0,00%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras Privadas	131.620	131.620	90.273	-41.347	68,59%
Fundo Equilibrio Financeiro	3.543.682	3.543.682	3.541.445	-2.237	99,94%
Fundo Social Municipal	712.111	712.111	712.103	-8	100,00%
Participação Fixa no IRS	2.709.786	2.709.786	2.709.786	0	100,00%
Outras	1.223.602	1.223.602	1.084.586	-139.016	88,64%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	630.265	630.265	146.226	-484.039	23,20%
Serviços e Fundos Autónomos	884.100	884.100	805.604	-78.496	91,12%
Administração Local	100	100	0	-100	0,00%
Famílias	119.659	119.659	90.866	-28.793	75,94%
6. VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	**2.287.824**	**2.287.824**	**2.118.236**	**-169.588**	**92,59%**
Venda de Bens	12.043	12.043	27.129	15.086	225,26%
Serviços	317.570	317.570	375.715	58.145	118,31%
Serviços Específicos das Autarquias - Saneamento	39.250	39.250	0	-39.250	0,00%
Serviços Específicos das Autarquias - Resíduos Sólidos	1.817.589	1.817.589	1.611.449	-206.140	88,66%
Serviços Esp. das Autarquias - Trabalhos por conta de Particulares	12.067	12.067	6.082	-5.985	50,40%
Serviços Específicos das Autarquias - Cemitérios	32.146	32.146	42.464	10.318	132,10%
Serviços Específicos das Autarquias - Mercados e Feiras	6.741	6.741	4.468	-2.273	66,28%
Serviços Específicos das Autarquias - Parques de Estacionamento	100	100	85	-15	85,42%
Serviços Específicos das Autarquias - Outros	12.561	12.561	14.057	1.496	111,91%
Rendas (Habitações, Edifícios, Outras)	37.757	37.757	36.787	-970	97,43%
7. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**980.605**	**980.605**	**329.022**	**-651.583**	**33,55%**
TOTAL	**30.397.775**	**30.397.775**	**30.359.010**	**-38.765**	**99,87%**

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de apenas 27,89%. Para esta situação contribuíram os seguintes factores:

- A grave crise financeira que se prolongou pelo ano de 2012 condicionou a venda de terrenos e de edifícios;
- A alteração do cronograma físico das empreitadas "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes" e "Requalificação da Envolvente ao Forte de Sta. Catarina" fez com que as transferências previstas, ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), não fossem realizadas na sua totalidade. Pela mesma razão, as verbas que se previam receber do Turismo de Portugal, IP, quer ao abrigo do Programa de Intervenção do Turismo (no caso da "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes"), quer ao abrigo da Portaria n.º 384/2002, de 10 de Abril (no caso da "Requalificação da Envolvente ao Forte de Sta. Catarina"), não foram concretizadas como se tinha estimado.

QUADRO N.º 14: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL EM 2012

Un.: Euros (€)

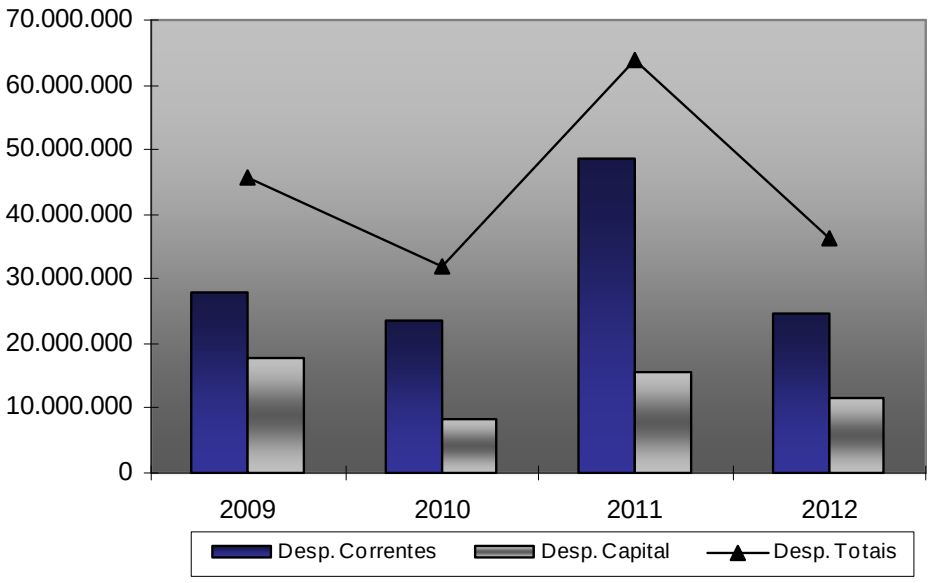
DESIGNAÇÃO	Orçamento Inicial	Dotações Corrigidas (1)	Receita Cobrada (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Índice de Cobrança (4)=(2)/(1)
1. TERRENOS	**4.903.817**	**4.903.817**	**180.878**	**-4.722.939**	**3,69%**
2. HABITAÇÕES	**128.300**	**128.300**	**138.268**	**9.968**	**107,77%**
3. EDIFÍCIOS	**1.303.988**	**1.303.988**	**26.862**	**-1.277.126**	**2,06%**
4. OUTROS BENS DE INVESTIMENTO - Soc. e Quase Soc. Não Financeiras	**300**	**300**	**0**	**-300**	**0,00%**
Equipamento de Transporte	100	100	0	-100	0,00%
Maquinaria e Equipamento	100	100	0	-100	0,00%
Outros	100	100	0	-100	0,00%
5. OUTROS BENS DE INVESTIMENTO - Instituições sem Fins Lucrativos	**300**	**300**	**0**	**-300**	**0,00%**
Equipamento de Transporte	100	100	0	-100	0,00%
Maquinaria e Equipamento	100	100	0	-100	0,00%
Outros	100	100	0	-100	0,00%
6. OUTROS BENS DE INVESTIMENTO - Famílias	**300**	**300**	**0**	**-300**	**0,00%**
Equipamento de Transporte	100	100	0	-100	0,00%
Maquinaria e Equipamento	100	100	0	-100	0,00%
Outros	100	100	0	-100	0,00%
7. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	**14.858.440**	**14.858.440**	**5.572.318**	**-9.286.122**	**37,50%**
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras - Privadas	350.000	350.000	0	-350.000	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	2.362.455	2.362.455	2.360.964	-1.491	99,94%
Outras	100	100	0	-100	0,00%
Estado - Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados	9.765.367	9.765.367	2.827.906	-6.937.461	28,96%
Serviços e Fundos Autónomos	2.060.303	2.060.303	353.448	-1.706.855	17,16%
Administração Local	320.215	320.215	30.000	-290.215	9,37%
8. ACTIVOS FINANCEIROS	**700**	**700**	**0**	**-700**	**0,00%**
9. PASSIVOS FINANCEIROS	**0**	**0**	**0**	**0**	
10. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	**34.033**	**34.033**	**3.740**	**-30.293**	**10,99%**
TOTAL	**21.230.178**	**21.230.178**	**5.922.065**	**-15.308.113**	**27,89%**

1.4 | ORÇAMENTO DA DESPESA

1.4.1 | Estrutura e Evolução

O Gráfico n.º 6 e o Quadro n.º 15 ilustram a evolução global da despesa paga, no período de 2009 a 2012, constatando-se um comportamento idêntico ao da receita no mesmo período.

Gráfico n.º 6
Evolução das Despesas Pagas



Da análise do Quadro n.º 15, verifica-se que a despesa paga em 2012 ascendeu a € 36.435.039, apresentando uma diminuição, comparativamente ao ano transacto, de 43,07% (€ 27.563.591). Esta grande variação é explicada pelo facto de se ter contratado em 2011 um empréstimo de saneamento financeiro, no montante total de € 31.000.000, que permitiu regularizar dívida de curto prazo, nomeadamente, dívida a fornecedores.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

Do valor total de pagamentos, € 24.701.089 (67,79%) dizem respeito a despesas de natureza corrente e € 11.733.950 (32,21%) correspondem a despesas de capital.

QUADRO N.º 15: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS PAGAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009			2010			2011			2012			Var 11/12	
	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	% parcelar	% global	Valor	%
TOTAL DA DESPESA CORRENTE	**28.072.634**	**100,00%**	**61,33%**	**23.654.826**	**100,00%**	**74,25%**	**48.488.918**	**100,00%**	**75,77%**	**24.701.089**	**100,00%**	**67,79%**	**-23.787.828**	**-49,06%**
Despesas com o Pessoal	11.269.268	40,14%	24,62%	10.951.435	46,30%	34,37%	12.307.914	25,38%	19,23%	8.887.375	35,98%	24,39%	-3.420.539	-27,79%
Aquisição de Bens	1.479.928	5,27%	3,23%	587.282	2,48%	1,84%	1.261.960	2,60%	1,97%	660.548	2,67%	1,81%	-601.412	-47,66%
Aquisição de Serviços	10.048.721	35,80%	21,95%	7.498.418	31,70%	23,54%	15.147.110	31,24%	23,67%	7.828.614	31,69%	21,49%	-7.318.496	-48,32%
Juros e Outros Encargos	1.449.155	5,16%	3,17%	1.163.262	4,92%	3,65%	2.271.148	4,68%	3,55%	3.356.177	13,59%	9,21%	1.085.029	47,77%
Transferências Correntes	1.671.650	5,95%	3,65%	1.136.696	4,81%	3,57%	3.011.885	6,21%	4,71%	761.278	3,08%	2,09%	-2.250.608	-74,72%
Subsídios	1.297.395	4,62%	2,83%	1.978.154	8,36%	6,21%	13.575.234	28,00%	21,21%	2.384.488	9,65%	6,54%	-11.190.745	-82,44%
Outras Despesas Correntes	856.516	3,05%	1,87%	339.580	1,44%	1,07%	913.666	1,88%	1,43%	822.610	3,33%	2,26%	-91.056	-9,97%
TOTAL DA DESPESA DE CAPITAL	**17.702.679**	**100,00%**	**38,67%**	**8.204.217**	**100,00%**	**25,75%**	**15.509.712**	**100,00%**	**24,23%**	**11.733.950**	**100,00%**	**32,21%**	**-3.775.763**	**-24,34%**
Aquisição de Bens de Capital	11.254.433	63,57%	24,59%	3.165.729	38,59%	9,94%	8.692.995	56,05%	13,58%	6.136.134	52,29%	16,84%	-2.556.861	-29,41%
Transferências de Capital	1.428.023	8,07%	3,12%	259.304	3,16%	0,81%	2.138.303	13,79%	3,34%	1.007.883	8,59%	2,77%	-1.130.420	-52,87%
Activos Financeiros	1.286.433	7,27%	2,81%	192.750	2,35%	0,61%	585.754	3,78%	0,92%	70.001	0,60%	0,19%	-515.753	-88,05%
Passivos Financeiros	3.369.133	19,03%	7,36%	4.496.938	54,81%	14,12%	4.092.660	26,39%	6,39%	4.170.932	35,55%	11,45%	78.272	1,91%
Outras Despesas de Capital	364.657	2,06%	0,80%	89.496	1,09%	0,28%	0	0,00%	0,00%	349.000	2,97%	0,96%	349.000	
TOTAL DAS DESPESAS	**45.775.313**		**100,00%**	**31.859.043**		**100,00%**	**63.998.630**		**100,00%**	**36.435.039**		**100,00%**	**-27.563.591**	**-43,07%**

QUADRO N.º 16: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES PAGAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var 11/12 Valor	Var 11/12 %
1. DESPESAS COM O PESSOAL	**11.269.268**	**10.951.435**	**12.307.914**	**8.887.375**	**-3.420.539**	**-27,79%**
Remunerações Certas e Permanentes	8.880.791	8.624.829	8.286.905	7.106.585	-1.180.321	-14,24%
Horas Extraordinárias	325.828	208.261	215.360	146.422	-68.938	-32,01%
Ajudas de Custo	32.572	15.840	11.111	30.131	19.019	171,17%
Outros Abonos Variáveis ou Eventuais	127.954	112.427	102.784	112.737	9.953	9,68%
Encargos com a Saúde	349.049	595.108	2.325.114	314.090	-2.011.024	-86,49%
Contribuições p/ Segurança Social - Regime Geral	178.991	137.319	129.784	72.367	-57.417	-44,24%
Contribuições p/ Segurança Social - Caixa Geral Aposentações	1.109.114	1.092.216	1.096.312	903.723	-192.588	-17,57%
Seguro Acidentes de Trabalho/Doenças Profissionais	109.287	37.113	51.109	59.286	8.178	16,00%
Segurança Social - Outros	155.682	128.322	89.434	142.033	52.599	58,81%
2. AQUISIÇÃO DE BENS	**1.479.928**	**587.282**	**1.261.960**	**660.548**	**-601.412**	**-47,66%**
Combustíveis e Lubrificantes	412.684	404.704	501.337	408.156	-93.181	-18,59%
Limpeza e Higiene	41.145	11.076	62.284	12.185	-50.099	-80,44%
Vestuário e Artigos Pessoais	56.522	2.570	37.511	12.011	-25.500	-67,98%
Consumos de Secretaria	59.648	17.376	40.099	22.740	-17.359	-43,29%
Papel e Consumíveis para Reprografia	35.567	2.065	30.506	4.628	-25.878	-84,83%
Consumíveis de Informática	120.386	25.366	59.240	2.608	-56.632	-95,60%
Material de Desenho	2.891	0	994	0	-994	-100,00%
Outros Bens para Rep/Conservação	366.987	65.571	337.017	155.933	-181.084	-53,73%
Artigos Honoríficos e de Decoração	0	0	0	0	0	
Material de Educação, Cultura e Recreio	32.225	17.194	28.102	7.832	-20.270	-72,13%
Diversos	351.873	41.361	164.871	34.455	-130.416	-79,10%
3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	**10.048.721**	**7.498.418**	**15.147.110**	**7.828.614**	**-7.318.496**	**-48,32%**
Encargos das Instalações	1.017.516	643.732	1.675.629	992.812	-682.818	-40,75%
Conservação de Bens	251.696	46.059	260.693	167.693	-93.000	-35,67%
Locação Operacional	316.208	158.057	261.337	235.633	-25.703	-9,84%
Comunicações e Transportes	283.525	207.722	290.548	207.051	-83.498	-28,74%
Seguros	148.609	161.684	197.102	119.560	-77.542	-39,34%
Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	299.977	45.245	351.742	87.612	-264.130	-75,09%
Formação	55.108	3.966	9.161	8.004	-1.157	-12,63%
Publicidade	125.524	17.627	39.519	10.401	-29.118	-73,68%
Vigilância e Segurança	557.645	196.863	517.843	107.015	-410.828	-79,33%
Assistência Técnica	252.941	148.630	207.976	140.642	-67.334	-32,38%
Encargos de Cobrança de Receitas	263.227	271.449	299.221	271.142	-28.080	-9,38%
Iluminação Pública	1.000.412	989.187	1.242.089	1.126.637	-115.451	-9,29%
Transportes Escolares	735.474	387.821	1.093.992	538.895	-555.097	-50,74%
ASE - EB1 - Fornecimento de refeições	383.244	345.212	440.818	303.654	-137.164	-31,12%
Actividades de enriquecimento curricular	551.123	476.094	558.954	331.498	-227.456	-40,69%
Limpeza das Praias	88.959	48.216	309.906	270.222	-39.684	-12,81%
Conservação e manutenção de espaços verdes	694.617	357.829	604.617	225.286	-379.331	-62,74%
Recolha de RSU no Concelho	1.569.143	1.125.921	2.625.758	1.003.008	-1.622.750	-61,80%
Tratamento de RSU	374.462	1.243.396	2.417.585	713.094	-1.704.491	-70,50%
Realização de Espectáculos	0	153.404	225.278	217.229	-8.049	-3,57%
Diversos	1.079.310	470.305	1.517.342	751.526	-765.816	-50,47%
4. JUROS E OUTROS ENCARGOS	**1.449.155**	**1.163.262**	**2.271.148**	**3.356.177**	**1.085.029**	**47,77%**
Juros da dívida pública	861.180	451.425	599.907	2.976.979	2.377.072	396,24%
Juros de Locação Financeira	32.674	18.105	17.747	10.156	-7.591	-42,77%
Outros Juros	546.423	681.041	1.643.822	366.148	-1.277.674	-77,73%
Encargos Financeiros Diversos	8.878	12.691	9.672	2.893	-6.779	-70,09%
5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**1.671.650**	**1.136.696**	**3.011.885**	**761.278**	**-2.250.608**	**-74,72%**
Sociedades e Quase Sociedades Financeiras - Privadas	177.771	0	339	6.528	6.189	1825,68%
Administração Central	0	0	0	0	0	
Administração Local	781.364	587.190	648.694	324.717	-323.977	-49,94%
Instituições sem Fins Lucrativos	712.515	549.507	2.332.559	429.418	-1.903.142	-81,59%
Famílias	0	0	30.293	615	-29.678	-97,97%
6. SUBSÍDIOS	**1.297.395**	**1.978.154**	**13.575.234**	**2.384.488**	**-11.190.745**	**-82,44%**
7. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**856.516**	**339.580**	**913.666**	**822.610**	**-91.056**	**-9,97%**
Impostos e Taxas	437.738	201.334	286.742	218.563	-68.178	-23,78%
Iva Pago	23.307	35.620	54.245	55.401	1.156	2,13%
ASE - Livros e Material Escolar	75.785	15.604	28.201	40.345	12.144	43,06%
Indemnizações	176.505	23.676	439.220	167.690	-271.530	-61,82%
Diversas	143.181	63.347	105.258	340.611	235.352	223,59%
TOTAL	**28.072.634**	**23.654.826**	**48.488.918**	**24.701.089**	**-23.787.828**	**-49,06%**

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representaram 35,98%. No entanto, fazendo uma análise comparativa com o exercício de 2010 (uma vez que o ano de 2011 tem o efeito do empréstimo de saneamento financeiro), verifica-se que o peso das Despesas de Pessoal no total das despesas correntes pagas diminuiu de 46,30% para 35,98%.

No ano de 2012, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de € 8.887.375, apresentando uma diminuição de 27,79% (€ 3.420.539), face ao ano transacto. Esta diminuição resultou do facto de se ter efectuado, em 2011, a regularização da dívida à ADSE, relativa a encargos com a saúde, no montante de € 2.242.826. Para esta variação das Despesas de Pessoal contribuíram igualmente as alterações legislativas em matéria de recursos humanos, conforme se pode verificar pela análise do Quadro seguinte.

O Quadro n.º 17 discrimina as Remunerações Certas e Permanentes e apresenta a respectiva evolução no período de 2009 a 2012.

QUADRO N.º 17: EVOLUÇÃO DAS REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var 11/12 Valor	Var 11/12 %
Titulares Órgãos Soberania e Membros Órgãos Autárquicos	179.726	176.464	157.043	134.335	-22.708	-14,46%
Pessoal dos Quadros - RCIT	5.928.186	5.800.896	5.747.564	5.526.244	-221.320	-3,85%
Pessoal contratado a Termo	420.677	384.387	259.819	54.486	-205.334	-79,03%
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	173.430	198.586	113.426	172.177	58.751	51,80%
Pessoal aguardando aposentação	16.702	14.299	13.402	19.211	5.809	43,34%
Pessoal em qualquer outra situação	106.276	78.905	123.659	86.219	-37.440	-30,28%
Representação	81.768	75.854	54.483	64.923	10.440	19,16%
Suplementos e Prémios	0	6.185	4.995	715	-4.279	-85,68%
Subsídio de Refeição	585.617	565.833	550.550	510.577	-39.973	-7,26%
Subsídio de Férias e de Natal	1.120.383	1.091.777	1.054.548	335.824	-718.724	-68,15%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	268.026	231.641	207.415	201.874	-5.541	-2,67%
TOTAL	**8.880.791**	**8.624.829**	**8.286.905**	**7.106.585**	**-1.180.321**	**-14,24%**

Da observação do Quadro anterior, verifica-se que as Remunerações Certas e Permanentes têm apresentado uma tendência de descida desde 2009. Em relação ao ano de 2011, as Remunerações diminuíram 14,24% (€ 1.180.321), fruto das profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, designadamente a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012) que, além das alterações ao regime legal de recrutamento, manteve, entre outras medidas, a redução das remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a € 1.500 e a suspensão das valorizações remuneratórias.

Acrescem ainda a suspensão ou redução do pagamento de subsídios de férias e de Natal, conforme o valor da remuneração base mensal, a redução do pagamento do trabalho

extraordinário, a redução de trabalhadores nas autarquias locais e as alterações em matéria de prestações sociais.

A diminuição das Despesas de Pessoal fica também a dever-se à redução do número de efectivos ao serviço do Município. Como resultado de aposentações e cessações de contratos a termo, o número de efectivos passou de 524, em 31 de Dezembro de 2011, para 501, em 31 de Dezembro de 2012. O objectivo da redução de trabalhadores, imposta em sede de Orçamento Geral do Estado, foi, assim, cumprido.

Sobre as Despesas com o Pessoal, importa ainda destacar o decréscimo de 32,01% (€ 68.938) registado nas Horas Extraordinárias e a diminuição de 20,39% (€ 250.005) registada nas Contribuições para a Segurança Social, resultando, este último caso, da redução do valor das Remunerações.

Os agregados Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços representaram no seu conjunto 34,37% do total das despesas correntes pagas. As diminuições que registaram, por comparação ao exercício anterior, resultaram do pagamento de dívidas a fornecedores que ocorreu em 2011, através do empréstimo de saneamento financeiro.

Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos, os encargos financeiros com os contratos de locação financeira e outros juros. No ano económico em apreço, foi registado um acréscimo neste agregado de 47,77% (1.085.029), tendo resultado do pagamento das prestações de juros do empréstimo de saneamento financeiro, as quais totalizaram a importância de € 2.624.707.

Sobre esta questão, importa referir que, o empréstimo de saneamento financeiro foi contratado junto de três Instituições Bancárias (Sindicato Bancário): a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (€ 16.000.000), o Banco BPI, S.A. (€ 10.000.000) e o Banco Espírito Santo, S.A. (€ 5.000.000). No caso das operações contratadas com as duas primeiras Instituições, foi solicitado em 2012 um ajustamento das datas das prestações de juros, previstas nos respectivos contratos, tendo em conta as datas definidas no Plano de Saneamento Financeiro que tinham em consideração os meses de cobrança das receitas mais significativas do Município. Como resultado deste ajustamento, foram pagas três prestações de juros, em cada uma operações, ao invés das duas prestações inicialmente previstas. Assim se explica este acréscimo registado no agregado Juros e Outros Encargos.

As Transferências Correntes e os Subsídios apresentaram grandes diminuições, por comparação ao ano transacto, tendo em conta que, nesse ano, foi regularizada dívida a Instituições sem Fins Lucrativos e às Entidades Empresarias Municipais Figueira Grande Turismo e Figueira Domus, através do empréstimo de saneamento financeiro.

Os Gráficos seguintes ilustram a estrutura da despesa corrente nos anos 2011 e 2012.

Gráfico n.º 7
Estrutura da Despesa Corrente
Ano 2011

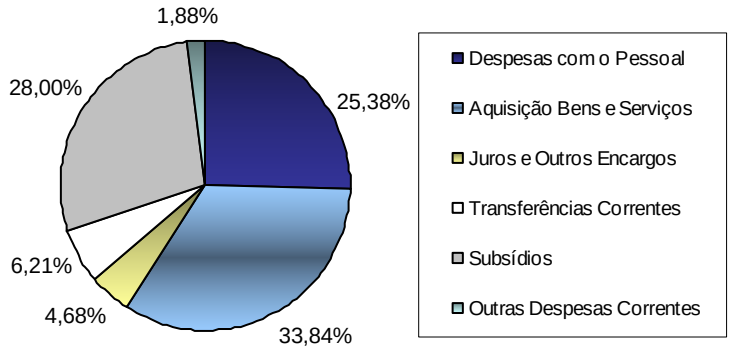
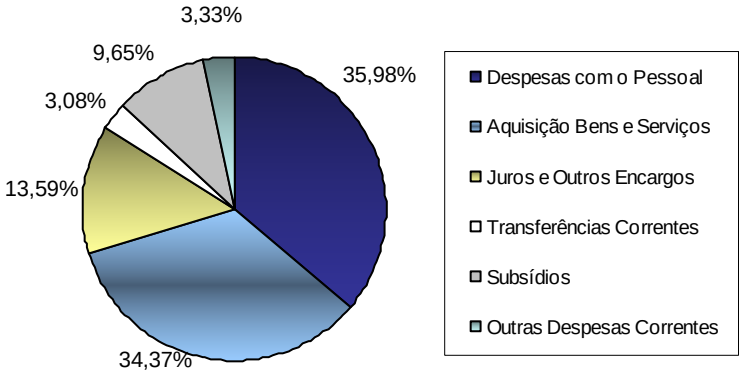


Gráfico n.º 8
Estrutura da Despesa Corrente
Ano 2012



Da observação do Quadro n.º 18, verifica-se que as despesas de capital pagas totalizaram a importância de € 11.733.950, registando um decréscimo, em termos homólogos, de 24,34% (€ 3.775.763). Esta evolução é explicada, igualmente, pelo pagamento, efectuado em 2011, de dívidas a fornecedores/entidades, no âmbito do empréstimo de saneamento financeiro.

As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2012, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de € 4.170.932.

Os Gráficos n.ºs 9 e 10 ilustram a estrutura da despesa de capital nos anos 2011 e 2012.

Gráfico n.º 9
Estrutura da Despesa de Capital
Ano 2011

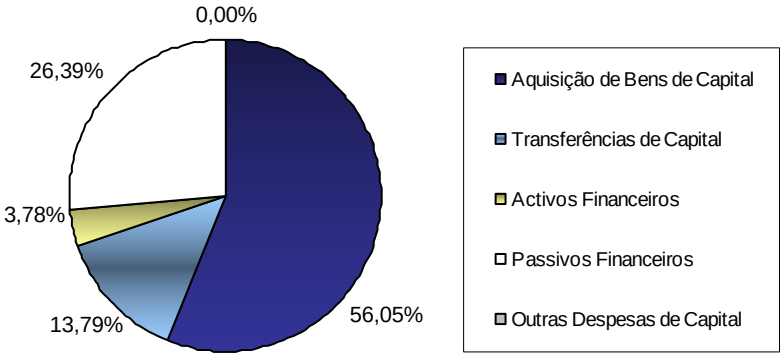
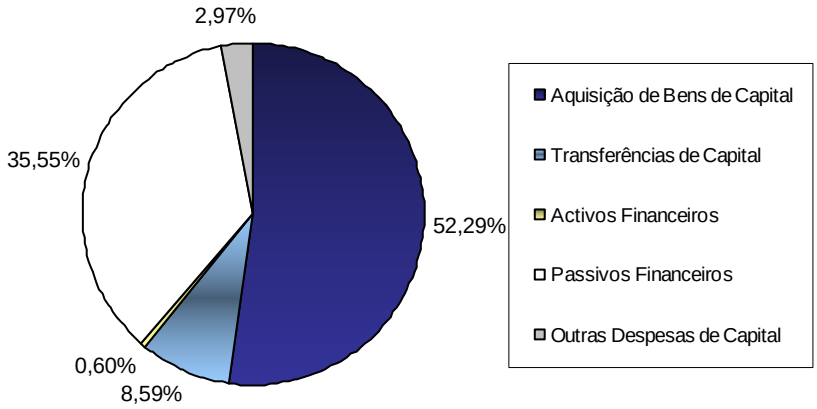


Gráfico n.º 10
Estrutura da Despesa de Capital
Ano 2012



QUADRO N.º 18: EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL PAGAS NO PERÍODO DE 2009 A 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var 11/12 Valor	Var 11/12 %
1. TERRENOS	**125.786**	**497.465**	**0**	**0**	**0**	
2. HABITAÇÕES	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	
3. EDIFÍCIOS	**2.079.288**	**933.436**	**3.229.762**	**3.941.794**	**712.033**	**22,05%**
Instalações de Serviços	264.105	206	54.628	2.515	-52.113	-95,40%
Instalações Desportivas e Recreativas	6.024	0	202.502	105.180	-97.322	-48,06%
Mercados e Instalações Fiscalização Sanitária	25.260	0	59.028	1.419.377	1.360.349	2304,58%
Escolas	1.443.941	866.678	2.747.593	2.198.844	-548.749	-19,97%
Outros	339.959	66.552	166.010	215.878	49.868	30,04%
4. CONSTRUÇÕES DIVERSAS	**790.374**	**0**	**22.664**	**0**	**-22.664**	**-100,00%**
Instalações Desportivas e Recreativas	742.327	0	4.147	0	-4.147	-100,00%
Outras	48.046	0	18.517	0	-18.517	-100,00%
5. MATERIAL DE TRANSPORTE	**53.458**	**76.850**	**0**	**235.422**	**235.422**	
6. MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	**438.403**	**186.424**	**383.976**	**222.799**	**-161.177**	**-41,98%**
Equipamento e Software Informáticos	255.192	98.013	276.645	121.539	-155.106	-56,07%
Equipamento Administrativo	17.388	55.340	40.787	42.169	1.382	3,39%
Equipamento Básico	162.893	32.433	56.935	58.459	1.524	2,68%
Ferramentas e Utensílios	2.931	638	9.609	632	-8.977	-93,42%
7. OUTROS INVESTIMENTOS	**466.832**	**39.987**	**590.054**	**61.582**	**-528.472**	**-89,56%**
8. LOCAÇÃO FINANCEIRA	**197.211**	**142.480**	**145.604**	**284.310**	**138.706**	**95,26%**
9. BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	**7.103.080**	**1.289.085**	**4.320.936**	**1.390.226**	**-2.930.709**	**-67,83%**
Terrenos e Recursos Naturais	823.173	16.587	0	129.394	129.394	
Edifícios	35.715	0	282	347	65	23,10%
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	2.791.730	648.516	2.739.805	97.496	-2.642.308	-96,44%
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	284.223	14.995	75.699	213	-75.486	-99,72%
Iluminação Pública	270.030	5.453	138.887	27.557	-111.330	-80,16%
Parques e Jardins	46.146	0	27.571	2.246	-25.325	-91,85%
Instalações Desportivas e Recreativas	313.334	73.949	90.991	11.801	-79.190	-87,03%
Viação Rural	1.568.593	417.910	608.445	52.394	-556.051	-91,39%
Sinalização e Trânsito	221.741	65.754	203.923	32.202	-171.721	-84,21%
Cemitérios	300.778	22.121	119.512	0	-119.512	-100,00%
Outras Construções e Infraestruturas	220.841	23.800	135.683	1.025.609	889.925	655,88%
Outros Bens de Domínio Público	226.778	0	180.137	10.968	-169.169	-93,91%
10. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**1.428.023**	**259.304**	**2.138.303**	**1.007.883**	**-1.130.420**	**-52,87%**
Soc. e Quase-Soc. não Financeiras Públicas	375.000	0	1.026.900	629.700	-397.200	-38,68%
Soc. e Quase-Soc. não Financeiras Privadas	232.753	184.672	323.877	360.017	36.140	11,16%
Administração Central	0	0	0	0	0	
Administração Local	681.472	74.633	515.565	666	-514.899	-99,87%
Instituições sem Fins Lucrativos	138.798	0	271.960	17.499	-254.461	-93,57%
11. ACTIVOS FINANCEIROS	**1.286.433**	**192.750**	**585.754**	**70.001**	**-515.753**	**-88,05%**
12. PASSIVOS FINANCEIROS	**3.369.133**	**4.496.938**	**4.092.660**	**4.170.932**	**78.272**	**1,91%**
13. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	**364.657**	**89.496**	**0**	**349.000**	**349.000**	
TOTAL	**17.702.679**	**8.204.217**	**15.509.712**	**11.733.950**	**-3.775.763**	**-24,34%**

1.4.2 | Estrutura e Evolução, por Orgânica

Neste ponto, desagregam-se os meios financeiros dispendidos por cada serviço municipal, conforme o Quadro n.º 19. O apuramento das despesas, de acordo com a respectiva Unidade Orgânica, permite identificar os recursos financeiros afectos à satisfação de um conjunto de necessidades públicas locais.
A Unidade Orgânica Câmara Municipal concentra um conjunto de despesas de funcionamento de grande vulto, com gastos significativos ao nível da Aquisição de Serviços, acompanha a execução financeira dos contratos programa celebrados com as Entidades Empresariais Municipais e contabiliza os encargos com a cobrança de impostos. Por estes motivos, é a Unidade que absorve a maior percentagem da despesa corrente municipal paga (26,24%).

Fazendo uma análise dos grandes agregados da despesa corrente, verifica-se que os Encargos com o Pessoal têm maior incidência no Departamento Municipal de Projectos, Obras e Serviços Municipais, o qual absorve 21,88% do conjunto destas despesas.
Cerca de 35% das despesas resultantes da Aquisição de Bens foram realizadas também pelo Departamento Municipal de Projectos, Obras e Serviços Municipais. Tal situação explica-se pelo facto da despesa com a aquisição de combustíveis e de material de transporte ser contabilizada pela sua sub-unidade orgânica D.O.S.M. Parque de Máquinas e Viaturas.

Importa salientar que as Divisões de Ambiente - Higiene e Salubridade e Ambiente, Recursos Naturais e Energia realizaram 33,42% das despesas com Aquisição de Serviços. É nestas Unidades Orgânicas que são contabilizadas as prestações de serviços de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho, de Limpeza das Praias e de Conservação e Manutenção de Espaços Verdes.

Cerca de 17% das despesas com Aquisição de Serviços foram realizadas pela D.E.A.S.S. - Educação. Tal situação explica-se pelo facto desta Unidade Orgânica contabilizar os encargos com os transportes escolares e com o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB e do Programa de Generalização de Refeições Escolares do 1.º Ciclo.
Da leitura do Quadro n.º 19, verifica-se, ainda, que as Transferências Correntes têm uma maior incidência na D.E.A.S.S. – Educação (31,24%) e na Divisão de Juventude e Desporto (23,25%). O primeiro caso explica-se, sobretudo, pelo facto da D.E.A.S.S. - Educação acompanhar as transferências para as Freguesias, decorrentes da delegação de competências municipais, de contratos programa no domínio da educação pré-escolar (Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar) e do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1.º CEB. O segundo caso justifica-se pelo facto da Divisão de Juventude e Desporto acompanhar a execução dos apoios financeiros atribuídos a Instituições do Concelho, na área do Desporto.

QUADRO N.º 19: DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES PAGAS POR UNIDADE ORGÂNICA

Un.: Euros (€)

	UNIDADE ORGÂNICA	DESPESAS COM O PESSOAL		AQUISIÇÃO DE BENS		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS		JUROS E OUTROS ENCARGOS		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		SUBSÍDIOS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		TOTAL DESPESAS CORRENTES	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
01	**ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA**	**669.204**	**7,53%**	**10.575**	**1,60%**	**2.571.187**	**32,84%**	**3.356.177**	**100,00%**	**105.129**	**13,81%**	**2.384.488**	**100,00%**	**778.584**	**94,65%**	**9.875.343**	**39,98%**
01.01	Operações Financeiras	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.356.177	100,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	3.356.177	13,59%
01.02	Câmara Municipal	630.770	7,10%	10.218	1,55%	2.571.187	32,84%	0	0,00%	105.129	13,81%	2.384.488	100,00%	778.584	94,65%	6.480.375	26,24%
01.03	Assembleia Municipal	38.434	0,43%	356	0,05%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	38.791	0,16%
02	**GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA**	**128.264**	**1,44%**	**0**	**0,00%**	**80**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**128.344**	**0,52%**
03	**EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES**	**273.834**	**3,08%**	**0**	**0,00%**	**8.736**	**0,11%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**282.569**	**1,14%**
03.01	Planeamento Estrategico e Ordenamento do Territorio	140.986	1,59%	0	0,00%	8.736	0,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	149.722	0,61%
03.02	Desenvolvimento Municipal	132.848	1,49%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	132.848	0,54%
04	**SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS**	**745.505**	**8,39%**	**29.605**	**4,48%**	**47.936**	**0,61%**	**0**	**0,00%**	**54.040**	**7,10%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**877.086**	**3,55%**
04.01	Gabinete Técnico Florestal	73.332	0,83%	5.416	0,82%	697	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	79.445	0,32%
04.02	Serviço Municipal de Protecção Civil	105.253	1,18%	2.310	0,35%	12.885	0,16%	0	0,00%	54.040	7,10%	0	0,00%	0	0,00%	174.488	0,71%
04.03	Bombeiros	566.921	6,38%	21.879	3,31%	34.354	0,44%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	623.153	2,52%
05	**DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**	**1.440.105**	**16,20%**	**209.693**	**31,75%**	**163.896**	**2,09%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**1.813.694**	**7,34%**
05.01	Divisão de Gestão Administrativa e de Património	379.039	4,26%	0	0,00%	34.406	0,44%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	413.445	1,67%
05.02	Divisão de Recursos Humanos	212.724	2,39%	109	0,02%	13.809	0,18%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	226.641	0,92%
05.03	Divisão de Gestão Financeira e Orçamento	446.359	5,02%	193	0,03%	44.760	0,57%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	491.312	1,99%
05.04	Aprovisionamento e Armazém	125.614	1,41%	209.257	31,68%	3.374	0,04%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	338.246	1,37%
05.05	Serviço de Informática e T.I.C.	184.719	2,08%	135	0,02%	67.547	0,86%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	252.400	1,02%
05.06	Serviço de Atendimento ao Munícipe	91.650	1,03%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	91.650	0,37%
06	**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE URBANISMO**	**1.466.334**	**16,50%**	**10.022**	**1,52%**	**2.623.803**	**33,52%**	**0**	**0,00%**	**125.060**	**16,43%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**4.225.219**	**17,11%**
06.01	Divisão de Ambiente - Higiene e Salubridade	509.524	5,73%	2.640	0,40%	1.805.218	23,06%	0	0,00%	7.000	0,92%	0	0,00%	0	0,00%	2.324.383	9,41%
06.02	Divisão de Ambiente - Ambiente, Recursos Naturais e Energia	247.834	2,79%	7.382	1,12%	811.210	10,36%	0	0,00%	118.060	15,51%	0	0,00%	0	0,00%	1.184.486	4,80%
06.03	Divisão de Gestão Urbanística	370.061	4,16%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	370.061	1,50%
06.04	Serviço de Apoio Administrativo	338.914	3,81%	0	0,00%	7.374	0,09%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	346.288	1,40%
07	**DEP. MUNICIPAL DE PROJECTOS, OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS**	**1.944.237**	**21,88%**	**232.289**	**35,17%**	**287.755**	**3,68%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**2.464.281**	**9,98%**
07.01	Divisão de Projectos Municipais	272.506	3,07%	0	0,00%	5.059	0,06%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	277.565	1,12%
07.02	Divisão de Obras e Serviços Municipais	1.114.647	12,54%	5.599	0,85%	118.400	1,51%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.238.646	5,01%
07.03	D.O.S.M. - Parque de Máquinas e Viaturas	382.684	4,31%	226.609	34,31%	163.805	2,09%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	773.098	3,13%
07.04	Serviço de Apoio Administrativo	174.400	1,96%	80	0,01%	491	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	174.972	0,71%
08	**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSUNTOS SOCIAIS**	**714.460**	**8,04%**	**154.641**	**23,41%**	**1.550.114**	**19,80%**	**0**	**0,00%**	**431.562**	**56,69%**	**0**	**0,00%**	**40.345**	**4,90%**	**2.891.121**	**11,70%**
08.01	D.E.A.S.S. - Educação	407.753	4,59%	24.870	3,77%	1.353.723	17,29%	0	0,00%	237.832	31,24%	0	0,00%	40.345	4,90%	2.064.523	8,36%
08.02	D.E.A.S.S. - Acção Social e Saúde	135.083	1,52%	494	0,07%	8.911	0,11%	0	0,00%	16.755	2,20%	0	0,00%	0	0,00%	161.243	0,65%
08.03	Divisão de Juventude e Desporto	171.624	1,93%	129.277	19,57%	187.480	2,39%	0	0,00%	176.975	23,25%	0	0,00%	0	0,00%	665.355	2,69%
09	**DIVISÃO DE CULTURA**	**1.193.281**	**13,43%**	**13.723**	**2,08%**	**552.525**	**7,06%**	**0**	**0,00%**	**45.487**	**5,98%**	**0**	**0,00%**	**3.681**	**0,45%**	**1.808.698**	**7,32%**
09.01	Museu e Núcleos Museológicos	418.766	4,71%	1.993	0,30%	67.527	0,86%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	1.032	0,13%	489.319	1,98%
09.02	Biblioteca	391.126	4,40%	9.897	1,50%	13.866	0,18%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	414.889	1,68%
09.03	Arquivo Histórico e Fotográfico	111.077	1,25%	0	0,00%	268	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	111.345	0,45%
09.04	C.A.E. - Centro de Artes e Espectáculos	173.803	1,96%	1.833	0,28%	466.227	5,96%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	2.649	0,32%	644.512	2,61%
09.05	Desenvolvimento da Cultura e Valorização do Património Cultural	98.509	1,11%	0	0,00%	4.637	0,06%	0	0,00%	45.487	5,98%	0	0,00%	0	0,00%	148.634	0,60%
10	**DIVISÃO JURÍDICA E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**	**270.014**	**3,04%**	**0**	**0,00%**	**22.584**	**0,29%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**292.598**	**1,18%**
11	**DIVISÃO DE AUDITORIA**	**42.137**	**0,47%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**42.137**	**0,17%**
	TOTAL	**8.887.375**	**100,00%**	**660.548**	**100,00%**	**7.828.614**	**100,00%**	**3.356.177**	**100,00%**	**761.278**	**100,00%**	**2.384.488**	**100,00%**	**822.610**	**100,00%**	**24.701.089**	**100,00%**

1.4.3 | Execução Orçamental

O orçamento final da despesa de 2012 ascendeu a € 53.913.158, dos quais € 30.191.835 são afectos a despesas correntes (56%) e € 23.721.323 (44%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais pagas ascenderam a € 36.435.039, sendo € 24.701.089 (67,79%) despesas de natureza corrente e € 11.733.950 (32,21%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de € 17.478.119, relativamente ao valor orçado e num índice de pagamento de 67,58%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 81,81%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 49,47%.

QUADRO N.º 20: MAPA RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	DESVIO	INDICE DE PAGAMENTO
DESPESA CORRENTE	30.191.835	24.701.089	-5.490.746	81,81%
DESPESA DE CAPITAL	23.721.323	11.733.950	-11.987.374	49,47%
TOTAL	**53.913.158**	**36.435.039**	**-17.478.119**	**67,58%**

O Quadro n.º 21 apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2009 a 2012.

QUADRO N.º 21: GRAUS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DESPESAS	2009	2010	2011	2012
Despesas Correntes	68,79%	68,09%	91,50%	81,81%
Despesas de Capital	44,79%	22,96%	58,55%	49,47%
Despesas Totais	56,98%	45,21%	80,52%	67,58%

Os Quadros n.ºs 22 e 23, a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da despesa corrente.

Verifica-se que a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçado (€ 3.946.903).

QUADRO N.º 22: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS CORRENTES

Un.: Euros (€)

DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	ÍNDICE DE PAGAMENTO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
1. DESPESAS COM O PESSOAL	9.158.560	8.910.609	8.887.375	97,04%	97,29%
2. AQUISIÇÃO DE BENS	1.007.360	839.096	660.548	65,57%	83,30%
3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	11.428.705	10.750.467	7.828.614	68,50%	94,07%
4. JUROS E OUTROS ENCARGOS	3.451.230	3.402.881	3.356.177	97,25%	98,60%
5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.483.690	1.198.345	761.278	51,31%	80,77%
6. SUBSÍDIOS	2.732.910	2.732.727	2.384.488	87,25%	99,99%
7. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	929.380	891.881	822.610	88,51%	95,97%
TOTAL	**30.191.835**	**28.726.006**	**24.701.089**	**81,81%**	**95,14%**

QUADRO N.º 23: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS CORRENTES EM 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	Orçamento Inicial	Dotações Corrigidas (1)	Despesa Paga (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Índice de Pagamento (4)=(2)/(1)
1. DESPESAS COM O PESSOAL	**9.103.830**	**9.158.560**	**8.887.375**	**-271.185**	**97,04%**
Remunerações Certas e Permanentes	7.278.440	7.235.625	7.106.585	-129.040	98,22%
Horas Extraordinárias	108.860	159.805	146.422	-13.383	91,63%
Ajudas de Custo	18.790	35.630	30.131	-5.499	84,57%
Outros Abonos Variáveis ou Eventuais	121.740	130.480	112.737	-17.743	86,40%
Encargos com a Saúde	367.610	466.915	314.090	-152.825	67,27%
Contribuições p/ Segurança Social - Regime Geral	91.600	74.930	72.367	-2.563	96,58%
Contribuições p/ Segurança Social - Caixa Geral de Aposentações	908.280	905.685	903.723	-1.962	99,78%
Seguro Acidentes de Trabalho/Doenças Profissionais	54.000	60.200	59.286	-914	98,48%
Segurança Social - Outros	154.510	89.290	142.033	52.743	159,07%
2. AQUISIÇÃO DE BENS	**981.440**	**1.007.360**	**660.548**	**-346.812**	**65,57%**
Combustíveis e Lubrificantes	423.850	500.290	408.156	-92.134	81,58%
Limpeza e Higiene	29.390	28.390	12.185	-16.205	42,92%
Vestuário e Artigos Pessoais	39.470	14.670	12.011	-2.659	81,87%
Consumos de Secretaria	31.840	30.845	22.740	-8.105	73,72%
Papel e Consumíveis para Reprografia	22.150	6.650	4.628	-2.022	69,60%
Consumíveis de Informática	31.510	4.010	2.608	-1.402	65,03%
Material de Desenho	1.040	630	0	-630	0,00%
Outros Bens para Rep/Conservação	303.190	295.410	155.933	-139.477	52,79%
Artigos Honoríficos e de Decoração	100	100	0	-100	0,00%
Material de Educação, Cultura e Recreio	32.660	17.660	7.832	-9.828	44,35%
Diversos	66.240	108.705	34.455	-74.250	31,70%
3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	**9.488.820**	**11.428.705**	**7.828.614**	**-3.600.091**	**68,50%**
Encargos das Instalações	994.680	1.514.790	992.812	-521.978	65,54%
Conservação de Bens	162.590	273.285	167.693	-105.592	61,36%
Locação Operacional	258.540	277.555	235.633	-41.922	84,90%
Comunicações e Transportes	232.360	267.765	207.051	-60.714	77,33%
Seguros	157.860	159.255	119.560	-39.695	75,07%
Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	497.080	355.295	87.612	-267.683	24,66%
Formação	4.770	12.240	8.004	-4.236	65,39%
Publicidade	40.100	22.650	10.401	-12.249	45,92%
Vigilância e Segurança	208.120	254.020	107.015	-147.005	42,13%
Assistência Técnica	236.900	209.298	140.642	-68.656	67,20%
Encargos de Cobrança de Receitas	223.050	289.920	271.142	-18.778	93,52%
Iluminação Pública	870.980	1.460.750	1.126.637	-334.113	77,13%
Transportes Escolares	770.860	777.905	538.895	-239.010	69,28%
ASE - EB1 - Fornecimento de refeições	474.900	496.255	303.654	-192.601	61,19%
Actividades de enriquecimento curricular	475.660	348.570	331.498	-17.072	95,10%
Limpeza das Praias	342.420	296.420	270.222	-26.198	91,16%
Conservação e manutenção de espaços verdes	545.700	306.110	225.286	-80.824	73,60%
Recolha de RSU no Concelho	1.256.340	1.642.715	1.003.008	-639.707	61,06%
Tratamento de RSU	767.490	1.148.790	713.094	-435.696	62,07%
Realização de Espectáculos	193.990	252.005	217.229	-34.776	86,20%
Diversos	774.430	1.063.112	751.526	-311.586	70,69%
4. JUROS E OUTROS ENCARGOS	**3.368.110**	**3.451.230**	**3.356.177**	**-95.053**	**97,25%**
Juros da dívida pública	2.967.260	2.997.260	2.976.979	-20.281	99,32%
Juros de Locação Financeira	11.680	29.920	10.156	-19.764	33,94%
Outros Juros	376.970	417.650	366.148	-51.502	87,67%
Encargos Financeiros Diversos	12.200	6.400	2.893	-3.507	45,21%
5. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	**1.579.700**	**1.483.690**	**761.278**	**-722.412**	**51,31%**
Sociedades e Quase Sociedades Financeiras - Privadas	107.310	121.305	6.528	-114.777	5,38%
Administração Central	100	100	0	-100	0,00%
Administração Local	542.750	510.590	324.717	-185.873	63,60%
Instituições sem Fins Lucrativos	916.160	850.915	429.418	-421.497	50,47%
Famílias	13.380	780	615	-165	78,80%
6. SUBSÍDIOS	**2.807.020**	**2.732.910**	**2.384.488**	**-348.422**	**87,25%**
7. OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**580.210**	**929.380**	**822.610**	**-106.770**	**88,51%**
Impostos e Taxas	244.430	248.080	218.563	-29.517	88,10%
Iva Pago	45.000	59.500	55.401	-4.099	93,11%
ASE - Livros e Material Escolar	46.190	46.190	40.345	-5.845	87,35%
Indemnizações	187.350	211.950	167.690	-44.260	79,12%
Diversas	57.240	363.660	340.611	-23.049	93,66%
TOTAL	**27.909.130**	**30.191.835**	**24.701.089**	**-5.490.746**	**81,81%**

No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respectivo valor pago totalizou menos € 11.987.374, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

O grau de execução registado nos Passivos Financeiros revela o integral cumprimento das obrigações financeiras por parte do Município perante as instituições financeiras.

QUADRO N.º 24: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL

Un.: Euros (€)

DESPESAS DE CAPITAL	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA COMPROMETIDA	DESPESA PAGA	ÍNDICE DE PAGAMENTO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
1. TERRENOS	1.620	0	0	0,00%	0,00%
2. HABITAÇÕES	300	0	0	0,00%	0,00%
3. EDIFÍCIOS	7.897.715	5.509.528	3.941.794	49,91%	69,76%
4. CONSTRUÇÕES DIVERSAS	515.150	514.549	0	0,00%	99,88%
5. MATERIAL DE TRANSPORTE	275.930	235.422	235.422	85,32%	85,32%
6. MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	491.617	280.772	222.799	45,32%	57,11%
7. OUTROS INVESTIMENTOS	471.528	226.439	61.582	13,06%	48,02%
8. LOCAÇÃO FINANCEIRA	339.140	284.310	284.310	83,83%	83,83%
9. BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.676.802	2.495.720	1.390.226	20,82%	37,38%
10. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.986.048	1.023.431	1.007.883	50,75%	51,53%
11. ACTIVOS FINANCEIROS	120.410	70.001	70.001	58,14%	58,14%
12. PASSIVOS FINANCEIROS	4.173.410	4.170.932	4.170.932	99,94%	99,94%
13. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	771.653	349.000	349.000	45,23%	45,23%
TOTAL	**23.721.323**	**15.160.104**	**11.733.950**	**49,47%**	**63,91%**

QUADRO N.º 25: EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL EM 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	Orçamento Inicial	Dotações Corrigidas (1)	Despesa Paga (2)	Desvio (3)=(2)-(1)	Índice de Pagamento (4)=(2)/(1)
1. TERRENOS	**1.620**	**1.620**	**0**	**-1.620**	**0,00%**
2. HABITAÇÕES	**300**	**300**	**0**	**-300**	**0,00%**
3. EDIFÍCIOS	**8.403.433**	**7.897.715**	**3.941.794**	**-3.955.921**	**49,91%**
Instalações de Serviços	259.751	159.241	2.515	-156.726	1,58%
Instalações Desportivas e Recreativas	132.049	132.049	105.180	-26.869	79,65%
Mercados e Instalações Fiscalização Sanitária	4.880.502	4.564.687	1.419.377	-3.145.310	31,09%
Escolas	2.542.583	2.486.385	2.198.844	-287.541	88,44%
Outros	588.548	555.353	215.878	-339.475	38,87%
4. CONSTRUÇÕES DIVERSAS	**515.150**	**515.150**	**0**	**-515.150**	**0,00%**
Instalações Desportivas e Recreativas	514.750	514.750	0	-514.750	0,00%
Outras	400	400	0	-400	0,00%
5. MATERIAL DE TRANSPORTE	**245.080**	**275.930**	**235.422**	**-40.508**	**85,32%**
6. MAQUINARIA E EQUIPAMENTO	**399.312**	**491.617**	**222.799**	**-268.818**	**45,32%**
Equipamento e Software Informáticos	163.806	232.851	121.539	-111.312	52,20%
Equipamento Administrativo	84.098	91.898	42.169	-49.729	45,89%
Equipamento Básico	142.706	158.166	58.459	-99.707	36,96%
Ferramentas e Utensílios	8.702	8.702	632	-8.070	7,27%
7. OUTROS INVESTIMENTOS	**536.382**	**471.528**	**61.582**	**-409.946**	**13,06%**
8. LOCAÇÃO FINANCEIRA	**284.260**	**339.140**	**284.310**	**-54.830**	**83,83%**
9. BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	**6.430.793**	**6.676.802**	**1.390.226**	**-5.286.576**	**20,82%**
Terrenos e Recursos Naturais	167.402	254.617	129.394	-125.223	50,82%
Edifícios	3.829	3.829	347	-3.482	9,06%
Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1.160.932	1.236.120	97.496	-1.138.624	7,89%
Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	28.283	90.723	213	-90.510	0,23%
Iluminação Pública	46.956	82.126	27.557	-54.569	33,55%
Parques e Jardins	3.548	3.548	2.246	-1.302	63,30%
Instalações Desportivas e Recreativas	44.484	57.084	11.801	-45.283	20,67%
Viação Rural	422.232	334.833	52.394	-282.439	15,65%
Sinalização e Trânsito	272.641	300.581	32.202	-268.379	10,71%
Cemitérios	1.400	1.400	0	-1.400	0,00%
Outras Construções e Infraestruturas	3.972.266	3.975.766	1.025.609	-2.950.157	25,80%
Outros Bens de Domínio Público	306.820	336.175	10.968	-325.207	3,26%
10. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	**2.193.660**	**1.986.048**	**1.007.883**	**-978.165**	**50,75%**
Soc. e Quase-Soc. não Financeiras Públicas	1.229.700	879.690	629.700	-249.990	71,58%
Soc. e Quase-Soc. não Financeiras Privadas	298.259	428.959	360.017	-68.942	83,93%
Administração Central	566.000	566.000	0	-566.000	0,00%
Administração Local	9.009	5.707	666	-5.041	11,67%
Instituições sem Fins Lucrativos	90.692	105.692	17.499	-88.193	16,56%
11. ACTIVOS FINANCEIROS	**120.400**	**120.410**	**70.001**	**-50.409**	**58,14%**
12. PASSIVOS FINANCEIROS	**4.166.780**	**4.173.410**	**4.170.932**	**-2.478**	**99,94%**
13. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	**421.653**	**771.653**	**349.000**	**-422.653**	**45,23%**
TOTAL	**23.718.823**	**23.721.323**	**11.733.950**	**-11.987.374**	**49,47%**

1.4.4 | Fases da Despesa e Responsabilidades Transitadas

Em 2012, a despesa facturada totalizou a importância de € 40.720.475, registando um decréscimo, comparativamente ao ano económico anterior, de 40,60% (€ 27.837.391).

Do total da facturação de 2012, € 4.514.558 correspondem a facturação de 2011 e € 36.205.917 respeitam a facturação com data de emissão de 2012.

O Quadro n.º 26 mostra que, em termos de execução orçamental, o valor da despesa facturada por liquidar em 2012 e que transitou em dívida para o exercício de 2013 foi de € 4.285.436. O valor da dívida a terceiros situou-se fundamentalmente ao nível da Aquisição de Bens e Serviços e da Aquisição de Bens de Capital, com facturação por pagar de € 2.339.361 e de € 1.309.589, respectivamente.

O mesmo Quadro mostra ainda que os valores de encargos comprometidos no ano de 2012, nos termos das respectivas contratualizações, e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da actividade correspondente, cifrou-se em € 3.165.636.

QUADRO N.º 26: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DIFERENTES FASES DA DESPESA

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	DESPESA					
	ORÇADA	COMPROMETIDA	REALIZADA	PAGA	REALIZADO E NÃO PAGO	COMPROMETIDO POR REALIZAR
1. - DESPESAS CORRENTES	**30.191.835**	**28.726.006**	**27.676.569**	**24.701.089**	**2.975.479**	**1.049.437**
1.1 - Despesas com o Pessoal	9.158.560	8.910.609	8.904.719	8.887.375	17.344	5.891
1.2 - Aquisição de Bens	1.007.360	839.096	785.147	660.548	124.599	53.949
1.3 - Aquisição de Serviços	11.428.705	10.750.467	10.043.376	7.828.614	2.214.762	707.091
1.4 - Juros e Outros Encargos	3.451.230	3.402.881	3.401.489	3.356.177	45.312	1.392
1.5 - Transferências Correntes	1.483.690	1.198.345	981.801	761.278	220.523	216.544
1.6 - Subsídios	2.732.910	2.732.727	2.732.727	2.384.488	348.239	0
1.7 - Outras Despesas Correntes	929.380	891.881	827.311	822.610	4.701	64.570
2 - DESPESAS DE CAPITAL	**23.721.323**	**15.160.104**	**13.043.906**	**11.733.950**	**1.309.957**	**2.116.198**
2.1 - Terrenos	1.620	0	0	0	0	0
2.2 - Habitações	300	0	0	0	0	0
2.3 - Edifícios	7.897.715	5.509.528	4.468.543	3.941.794	526.749	1.040.984
2.4 - Construções Diversas	515.150	514.549	0	0	0	514.549
2.5 - Material de Transporte	275.930	235.422	235.422	235.422	0	0
2.6 - Maquinaria e Equipamento	491.617	280.772	271.935	222.799	49.136	8.837
2.7 - Outros Investimentos	471.528	226.439	71.947	61.582	10.365	154.492
2.8 - Locação Financeira	339.140	284.310	284.310	284.310	0	0
2.9 - Bens de Domínio Público	6.676.802	2.495.720	2.113.565	1.390.226	723.338	382.155
2.10 - Transferências de Capital	1.986.048	1.023.431	1.008.250	1.007.883	368	15.181
2.11 - Activos Financeiros	120.410	70.001	70.001	70.001	0	0
2.12 - Passivos Financeiros	4.173.410	4.170.932	4.170.932	4.170.932	0	0
2.13 - Outras Despesas de Capital	771.653	349.000	349.000	349.000	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (1+ 2)	**53.913.158**	**43.886.110**	**40.720.475**	**36.435.039**	**4.285.436**	**3.165.636**

Gráfico n.º 11
Fases das Despesas Correntes

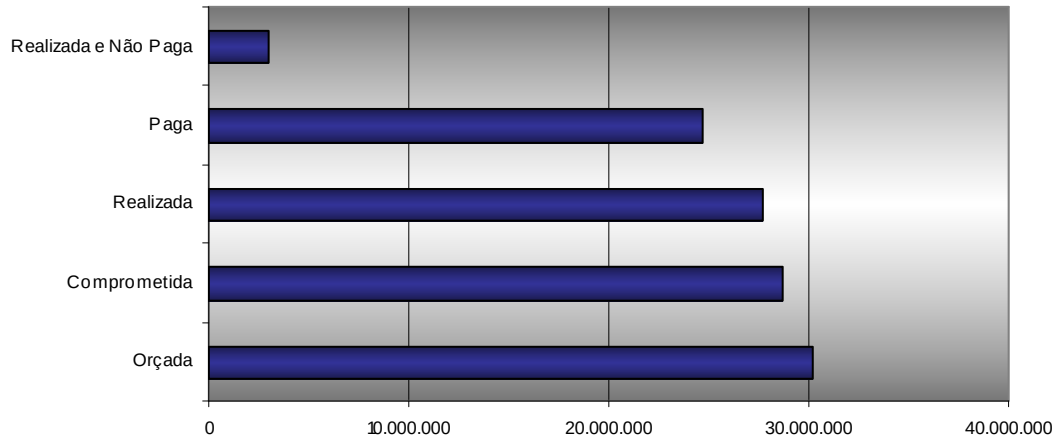
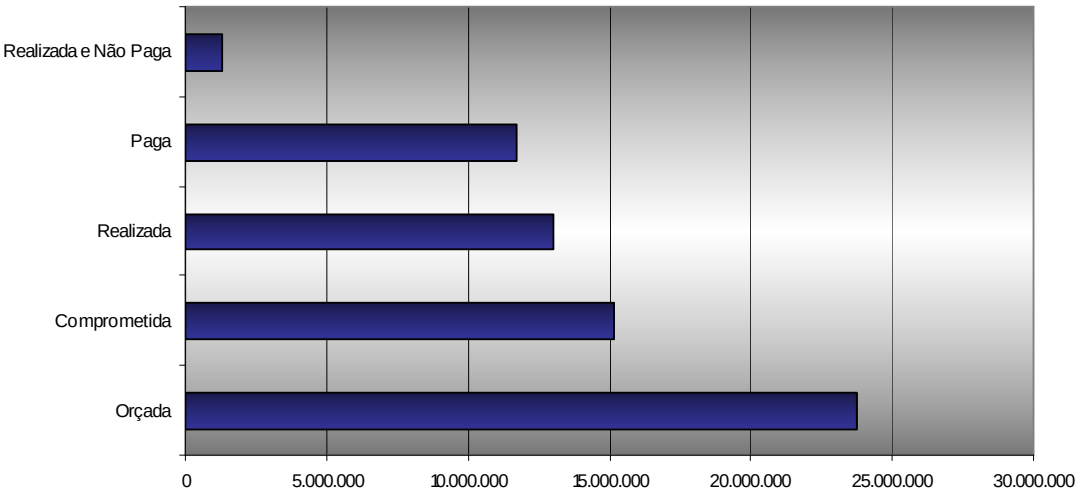


Gráfico n.º 12
Fases das Despesas de Capital



2 | TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

2.1 TRANSFERÊNCIAS EFECTUADAS PARA AS FREGUESIAS

Nos termos da alínea s) do n.º 2 do artigo 53.º e do artigo 66.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o Quadro de Competências dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias, foi autorizado à Câmara Municipal delegar competências próprias nas Juntas de Freguesia, "mediante a celebração de protocolo, onde figuram todos os direitos e obrigações de ambas as partes, os meios financeiros, técnicos e humanos".

É no agregado Transferências Correntes que são contabilizadas as transferências para as Freguesias que se destinam a apoiar o funcionamento das suas actividades e que visam a concretização de acções de natureza corrente, correspondentes à execução de protocolos celebrados com o Município.

As Transferências Correntes concedidas às Freguesias totalizaram, em 2012, a importância de € 314.806, discriminam-se no Quadro n.º 27 os valores das transferências por Freguesia, com a indicação da respectiva natureza.

No que respeita às Transferências de Capital, apenas foi efectuada uma transferência para a Freguesia de Tavarede, no montante de € 666, para a execução de placas de identificação toponímica.

QUADRO N.º 27:TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR FREGUESIA

Un.: Euros (€)

FREGUESIA	Objecto										
	Limpeza Praias E Equipamentos De Apoio	Pequenas Reparações Em Escolas	Manutenção Zonas Verdes	PEDEPE Serviços De Alimentação	PEDEPE Prolongamento De Horário	ASE Programa De Refeições 1.º CEB	Transportes Escolares	Gestão De Espaços Públicos	Gestão Piscina Municipal Descoberta	Outras	Total
Alhadas	0	656	5.400	0	0	0	0	4.725	0	0	10.781
Alqueidão	0	625	6.640	0	0	0	0	0	3.000	0	10.265
Bom Sucesso	0	1.088	1.780	0	0	0	0	4.488	0	0	7.356
Borda do Campo	0	275	0	0	0	0	0	5.834	0	0	6.109
Brenha	0	275	0	0	0	0	0	5.989	0	0	6.264
Buarcos	0	2.132	0	218	563	0	0	6.877	0	0	9.789
Ferreira-a-Nova	0	725	11.880	8.914	1.543	5.839	2.880	2.976	3.000	480	38.236
Lavos	2.000	1.650	11.500	0	0	0	0	9.723	0	0	24.873
Maiorca	0	950	13.600	5.615	1.334	13.201	0	3.814	3.000	0	41.513
Marinha das Ondas	1.000	1.488	9.280	0	0	0	0	0	3.000	0	14.768
Moinhos da Gândara	0	450	3.020	0	245	0	630	2.941	3.000	840	11.126
Paião	0	600	10.740	0	0	0	630	3.486	0	0	15.456
Quiaios	1.000	825	11.240	151	0	0	0	4.577	0	0	17.793
Santana	0	675	5.680	0	0	0	0	2.931	0	0	9.286
S. Julião	0	3.262	0	88	450	0	0	0	0	0	3.800
S. Pedro	3.000	913	15.020	9.557	5.500	16.277	0	3.597	0	0	53.863
Tavarede	0	1.055	0	0	0	0	0	14.940	0	0	15.995
Vila Verde	0	1.050	12.280	0	0	0	0	3.904	0	0	17.234
São Caetano (Cantanhede)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	300	300
TOTAL	**7.000**	**18.692**	**118.060**	**24.543**	**9.634**	**35.316**	**4.140**	**80.801**	**15.000**	**1.620**	**314.806**

2.2 | TRANSFERÊNCIAS EFECTUADAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

As transferências efectuadas para os Estabelecimentos de Educação do 1.º CEB, a título de subsídios para material escolar, totalizaram, em 2012, a importância de € 9.911, conforme se pode verificar pelo Quadro abaixo indicado. Deste valor total, € 872 respeitam ao ano lectivo de 2010/2011, e € 9.911, correspondem ao ano lectivo de 2011/2012.

QUADRO N.º 28:TRANSFERÊNCIAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	OBJECTO	VALOR
Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz	Material Escolar	2.841
Agrupamento de Escolas de Alhadas	Material Escolar	2.040
Agrupamento de Escolas de Buarcos	Material Escolar	2.637
Agrupamento de Escolas do Paião	Material Escolar	2.394
TOTAL		**9.911**

2.3 | TRANSFERÊNCIAS EFECTUADAS PARA INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Com a atribuição de apoios financeiros, o Município pretende ter uma participação no processo de desenvolvimento dos sectores cultural, desportivo e de acção social, beneficiando o conjunto do território municipal.

No âmbito do processo de atribuição destes apoios, foram criados o Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo e o Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto, de modo a eliminar a subjectividade na atribuição de apoios, promovendo a igualdade de oportunidades, e de modo a observar melhor a utilização dos apoios concedidos e permitir a avaliação dos resultados alcançados.

Conforme os Quadros n.ºs 29 e 30, abaixo apresentados, foram pagos € 93.684 referentes a apoios atribuídos no âmbito do Regulamento Municipal de Apoios ao Associativismo, dos quais € 55.192 dizem respeito a apoios atribuídos em 2011, e € 38.492 correspondem a apoios concedidos em 2012. No âmbito do Regulamento Municipal de Apoios ao Desporto, foram pagos € 88.843, dos quais € 67.593 respeitam a apoios atribuídos no ano económico de 2011, e € 21.250 correspondem a apoios financeiros de 2012.

No exercício de 2012, foram ainda regularizados os apoios financeiros discriminados no Quadro n.º 31, os quais totalizam a importância de € 6.450.

O Quadro n.º 32 resume os apoios financeiros atribuídos a Instituições, ao abrigo de Protocolos celebrados.

QUADRO N.º 29: APOIOS ATRIBUÍDOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO ASSOCIATIVISMO

Un.: Euros (€)

ENTIDADE BENEFICIADA	Referentes a		MONTANTE TRANSFERIDO EM 2012
	2011	2012	
AAAGP - Associação de Amizade e das Artes Galego Portuguesa	1.424	1.313	2.737
Agita - Associação Guadalupe de Instrução Trabalho e Amizade	328	0	328
Assembleia Figueirense	1.144	1.072	2.216
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Torneira e Serrião	0	905	905
Associação Cultural, Recreativa Desportiva e Social Carvalhense	1.024	851	1.875
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Gândara	1.384	1.099	2.483
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Matos	1.208	0	1.208
Associação de Radioamadores da Costa de Prata	480	442	922
Associação dos Antigos Alunos, Prof., Func., Escola Secundária Dr.º Bernardino Machado	408	0	408
Associação Jovem Fresca Coragem	0	824	824
Associação Musical União Filármónica Maiorquense	1.384	0	1.384
Ateneu Alhadense	1.168	1.059	2.227
Bruna, Tuna Académica da Universidade Internacional	640	777	1.417
Casa do Povo de Lavos	1.320	1.193	2.513
Casa do Povo de Maiorca	1.344	1.132	2.476
Casa do Povo de Quiaios	1.240	0	1.240
Cavalo Amigo, Associação Portuguesa de Terapia e Formação Equestre	1.496	0	1.496
C.C.D. - Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município	1.128	945	2.073
Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Matas	1.320	1.005	2.325
Centro Cultural e Recreativo Oucofra	0	1.099	1.099
Centro Recreativo Atlético Santamarense	1.280	0	1.280
Centro Recreativo Cultural Carvalhense	1.360	0	1.360
Clube Desportivo Amizade do Saltadouro	848	777	1.625
Clube União Brenhense	1.128	1.052	2.180
Conselho de Moradores da Borda do Campo	824	704	1.528
Conselho de Moradores do Sampaio	952	1.032	1.984
Emcantos - Associação de Inovação e Tradição	1.232	998	2.230
Força PSI-Núcleo de Paintball da Figueira da Foz	1.056	918	1.974
Grupo Desportivo e Recreativo da Chã	1.288	0	1.288
Grupo Instrução e Recreio Quiaense	1.392	1.152	2.544
Grupo Instrução e Sport	1.088	978	2.066
Grupo Instrução União Caceirense	1.240	0	1.240
Grupo Musical Carritense	944	918	1.862
Grupo Musical e de Instrução Tavaredense	872	1.039	1.911
Grupo Recreativo Escola de Samba - A Rainha	1.216	1.039	2.255
Grupo Recreativo Vilaverdense	1.440	1.106	2.546
Imperial Neptuna Académica da Universidade Internacional da Figueira da Foz	776	918	1.694
Mó - Gândara, Associação Cívica de Defesa dos Moinhos da Gândara	1.088	972	2.060
Nuficol - Núcleo Figueirense de Colecionadores	792	0	792
Pateo das Galinhas - Teatro de Bico	664	543	1.207
Quiaios Clube	1.312	1.106	2.418
Rancho Folclórico Rosas de Maio de Santana	1.160	1.065	2.225
Sociedade Artística Musical Carvalhense	1.368	1.253	2.621
Sociedade Boa União Alhadense	1.512	1.327	2.839
Sociedade de Instrução e Recreio de Lares	1.480	1.206	2.686
Sociedade de Instrução Tavaredense	1.448	0	1.448
Sociedade Filarmónica Figueirense	1.200	1.005	2.205
Sociedade Filarmónica Paionense	1.560	1.313	2.873
Sociedade Musical Recreativa de Alqueidão	1.296	0	1.296
Sociedade Musical Recreativa I. Beneficiente Santana	1.520	1.186	2.706
Sport Clube de Lavos	1.416	1.173	2.589
TOTAL	**55.192**	**38.492**	**93.684**

QUADRO N.º 30: APOIOS ATRIBUÍDOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS AO DESPORTO

Un.: Euros (€)

ENTIDADE BENEFICIADA	Referentes a		MONTANTE TRANSFERIDO EM 2012
	2011	2012	
Assembleia Figueirense	1.746	357	2.103
Associação Bodyboard Foz Mondego	3.359	1.198	4.557
Associação Cultural, Recreativa e Desportiva Ferreira-a-Nova	1.260	0	1.260
Associação Desportiva C. R. Vateca	2.232	410	2.642
Associação de Surf da Figueira da Foz	4.155	679	4.834
Associação Karaté-Do da Figueira da Foz	5.348	987	6.335
Associação Naval 1.º de Maio	0	2.626	2.626
Clube de Montanha da Figueira da Foz	5.061	1.234	6.295
Clube de Pesca "A Robaleira"	0	414	414
Clube de Radiomodelismo da Figueira da Foz	1.370	414	1.784
Clube Náutico da Figueira da Foz	4.376	934	5.310
Clube Recreativo Instrução Alhadense	1.967	0	1.967
Figueira Kayak Clube	2.785	701	3.486
Ginásio Clube Figueirense	0	3.829	3.829
Goju-Ryu Karate Clube Figueirense	1.448	630	2.078
Grupo Desportivo da Cova Gala	3.492	423	3.915
Grupo Juvenil de S. Tomé	1.746	0	1.746
Grupo Recreativo Vilaverdense	5.171	1.150	6.321
Mentor - Academia de Desenvolvimento de Competências Pessoais e Desportivas	1.923	533	2.456
Quiaios Clube	0	141	141
Sociedade Boa União Alhadense	2.497	348	2.845
Sociedade União Operária dos Vais	6.696	1.229	7.925
Sport Clube de Lavos	2.387	0	2.387
Sporting Clube Figueirense	2.298	709	3.007
Ténis Clube da Figueira da Foz	4.398	1.053	5.451
União Desportiva da Gândara	0	894	894
União Foot-Ball de Buarcos	1.879	357	2.236
TOTAL	**67.593**	**21.250**	**88.843**

QUADRO N.º 31: APOIOS ATRIBUÍDOS POR DELIBERAÇÃO DE CÂMARA

Un.: Euros (€)

ENTIDADE BENEFICIADA	OBJECTO DO APOIO	MONTANTE TRANSFERIDO EM 2012
Banco Alimentar Contra a Fome - Coimbra	Financiamento da sua actividade de 2011	200
Jovem Associação SemprAndar	Realização do XV Grande Prémio de Atletismo em 2008	2.000
	Financiamento das suas despesas correntes de 2008	1.000
Lions Clube da Figueira da Foz	Realização das XXXV Jornadas de Teatro Amador da Figueira da Foz	2.500
Rotary Club da Figueira da Foz	Atribuição de Bolsa de Estudo - Ano lectivo 2011/2012	750
TOTAL		**6.450**

QUADRO N.º 32: APOIOS ATRIBUÍDOS AO ABRIGO DE PROTOCOLOS

Un.: Euros (€)

ENTIDADE BENEFICIADA	OBJECTO DO APOIO	MONTANTE TRANSFERIDO EM 2012
Assembleia Figueirense	Utilização das Instalações	3.242
Associação Fernão Mendes Pinto	Fornecimento de Refeições, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	3.547
	Prolongamento de Horário, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	2.815
Associação de Concessionários de Praia do Concelho da Figueira da Foz	Colaboração na Vigilância das Praias da Figueira da Foz e Buarcos	12.040
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz	Serviço de transporte de carenciados	42.000
Associação para o Desenvolvimento Social e Cultural de Santana	Fornecimento de Refeições, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	8.115
	Prolongamento de Horário, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	2.624
Centro Paroquial Solidariedade Social do Alqueidão	Fornecimento de Refeições, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	3.140
Centro Social e Paroquial de Lavos	Fornecimento de Refeições, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	11.615
	Prolongamento de Horário, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	3.359
Centro Social Vela Azul	Fornecimento de Refeições, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	10.852
	Prolongamento de Horário, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	2.236
Cercifoz - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas	Fornecimento de Refeições, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	61.016
	Prolongamento de Horário, no âmbito do PEDEPE - Componente de Apoio à Família	24.208
Associação Cultural Recreativa Desportiva e Social Carvalhense	Gestão do Posto Médico do Carvalhal	3.805
Conselho de Moradores da Borda do Campo	Utilização da Piscina de Borda do Campo	15.501
Conservatório de Música David de Sousa	Bolsas de Estudo a Jovens Instrumentistas das Colectividades do Concelho	7.828
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação da Figueira da Foz	Apoio a Munícipes Carenciados	1.950
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Borda do Campo	Assegurar a Assistência de Urgência na Área Geográfica das Freg. de Borda Campo, Alqueidão e M. Ondas	2.400
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Carvalhais	Assegurar a Assistência a Utentes das Freguesias de Lavos, Paião e Marinha das Ondas	4.200
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Maiorca	Assegurar Assistência a Utentes das Freguesias de Alhadas, Ferreira-a-Nova, Maiorca e Santana	4.200
Grupo Coral David de Sousa	Realização de Actuações	9.750
TOTAL		**240.441**

Nota: PEDEPE: Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar

2.4 | SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS ÀS ENTIDADES EMPRESARIAIS MUNICIPAIS

Os Contratos-Programa celebrados com a Figueira Domus, EEM representam um encargo anual de € 1.344.915. Deste montante, foi pago, em 2012, um total de Subsídios de € 1.247.092.
O Município efectuou ainda uma transferência financeira para a Figueira Domus, EEM, no montante de € 76.926, com vista a equilibrar os resultados de exploração operacional do exercício de 2011 daquela EEM, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local).

No ano económico em análise, foi celebrado um Contrato-Programa com a Figueira Grande Turismo, EEM que previa o pagamento de uma comparticipação financeira no montante de € 1.250.000. Como contrapartida, aquela EEM tinha como principais objectivos a promoção turística da Figueira da Foz, a realização do Plano de Animação definido pela Câmara Municipal e o desenvolvimento de acções conducentes à valorização do património histórico e natural. Do valor previsto naquele Contrato-Programa, foi paga a importância de € 1.013.838.

O Município efectuou ainda uma transferência financeira para a Figueira Grande Turismo, EEM, no montante de € 46.632, com vista a equilibrar os resultados de exploração operacional do exercício de 2011 daquela EEM, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local).

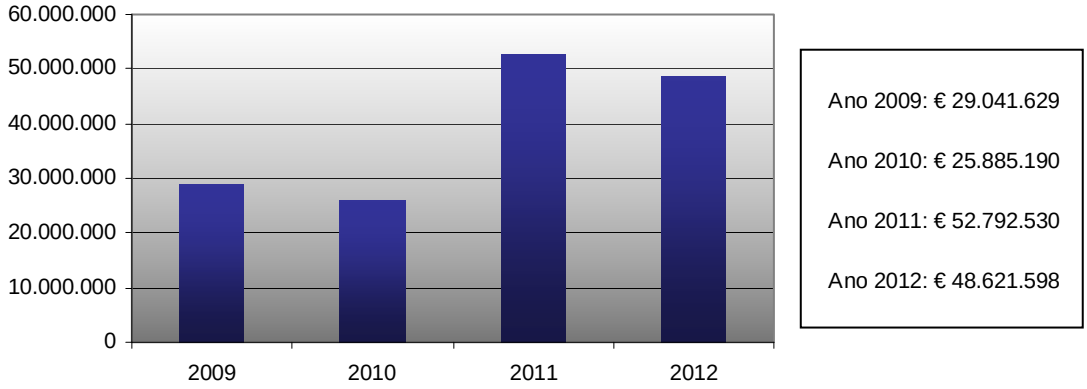
No âmbito do Contrato-Programa celebrado em 22 de Abril de 2008 com a Figueira Grande Turismo, EEM, relativo à reabilitação patrimonial e exploração turística do Paço de Maiorca, o Município efectuou a transferência financeira definida para 2012, no montante de € 629.700.

3 | EVOLUÇÃO E ESTRUTURA DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

3.1 | EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

O Gráfico n.º 13 ilustra a evolução do valor da dívida, resultante da contratação de empréstimos de médio e longo prazos, no período de 2009 a 2012.

Gráfico n.º 13
Evolução da Dívida de Empréstimos de M/L Prazos



O mapa de empréstimos de médio e longo prazos, que a seguir se apresenta, pormenoriza a dívida bancária, à data de 31 de Dezembro de 2012, referenciando os montantes de financiamento utilizados, as amortizações e os juros de cada um dos empréstimos.

QUADRO N.º 33: MAPA DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Un.: Euros (€)

CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO		DATA DA	PRAZO DO	ANOS	CAPITAL		ENCARGOS DO ANO 2012			DÍVIDA EM	DÍVIDA EM
INSTITUIÇÃO FINANCIADORA	FINALIDADE	CONTRATAÇÃO	CONTRATO	DECORRIDOS	CONTRATADO	UTILIZADO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL	01 DE JANEIRO	31 DE DEZEMBRO
CGD	Construção Fogos Hab. Leirosa	21-07-94	25 Anos	18	924.806,21	924.806,21	47.892,47	6.195,43	54.087,90	532.367,29	484.474,82
INH	Aquis. 8 Fracções Habitacionais na Quinta das Recolhidas - V. Verde	19-06-90	25 Anos	22	167.845,49	167.845,49	9.647,46	345,99	9.993,45	33.962,33	24.314,87
CGD	Rede Viária Estruturante da Zona Urbana - 1.ª e 2.ª Fases	20-08-98	15 Anos	14	570.914,09	570.914,09	49.592,50	2.954,21	52.546,71	100.842,89	51.250,39
CGD	Aproveitamento de água do Rio Mondego	20-08-98	15 Anos	14	1.140.935,34	1.140.935,34	99.107,42	5.903,81	105.011,23	201.528,06	102.420,64
CGD	Águas Residuais	20-08-98	15 Anos	14	373.863,98	373.863,98	32.475,72	1.934,57	34.410,29	66.037,12	33.561,40
CGD	Benef.Mercado Municipal F.Foz	04-05-00	15 Anos	12	349.557,57	349.557,57	29.381,35	2.549,98	31.931,33	90.567,49	61.186,14
CGD	Aq. Terreno p/const.habitacional	24-05-00	15 Anos	12	498.797,90	498.797,90	42.719,38	2.061,95	44.781,33	152.212,62	109.493,24
CGD	Ligação IP3 à V3, incl. acesso Rua Heróis do Ultramar	20-07-01	20 Anos	11	143.184,92	143.184,92	8.179,36	1.643,62	9.822,98	81.793,68	73.614,32
CGD	Arruamentos e passeios no Vale Galante	20-07-01	20 Anos	11	72.794,57	72.794,57	4.158,35	835,61	4.993,96	41.583,50	37.425,15
CGD	Construção Piscina Zona Sul Fig.Foz	20-07-01	20 Anos	11	122.360,11	122.360,10	6.601,44	1.326,54	7.927,98	66.014,39	59.412,95
CGD	Centro Artes e Espectáculos Fig. Foz	20-07-01	20 Anos	11	2.185.098,91	2.185.098,91	124.822,66	25.082,80	149.905,46	1.248.226,57	1.123.403,91
CGD	Abrigos para passageiros Transportes Públicos	20-07-01	20 Anos	11	63.212,66	63.212,66	3.410,38	685,31	4.095,69	34.103,78	30.693,40
CGD	Rep. prejuízos causados p/intempéries ocorridas a partir Nov/00 (Parte Bonif.)	03-09-01	20 Anos	11	548.064,08	548.064,08	32.490,40	3.292,34	35.782,74	339.799,89	307.309,49
CGD	Rep. prejuízos causados p/intempéries ocorridas a partir Nov/00 (Parte não Bonif.)	03-09-01	20 Anos	11	1.696.526,46	1.696.526,46	100.431,87	21.264,98	121.696,85	1.098.875,63	998.443,76
CGD	Concepção/construção via ligação nó - R.U. - Rua Montalto	20-09-01	20 Anos	11	468.446,05	468.446,05	32.503,92	5.673,56	38.177,48	325.039,26	292.535,34
	A TRANSPORTAR				**9.326.408,34**	**9.326.408,33**	**623.414,68**	**81.750,70**	**705.165,38**	**4.412.954,50**	**3.789.539,82**

QUADRO N.º 33: MAPA DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Un.: Euros (€)

CARACTERIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO		DATA DA	PRAZO DO	ANOS	CAPITAL		ENCARGOS DO ANO 2012			DÍVIDA EM	DÍVIDA EM
INSTITUIÇÃO FINANCIADORA	FINALIDADE	CONTRATAÇÃO	CONTRATO	DECORRIDOS	CONTRATADO	UTILIZADO	AMORTIZAÇÃO	JUROS	TOTAL	01 DE JANEIRO	31 DE DEZEMBRO
	A TRANSPORTAR				**9.326.408,34**	**9.326.408,33**	**623.414,68**	**81.750,70**	**705.165,38**	**4.412.954,50**	**3.789.539,82**
CGD	Construção 24 fogos em S.Pedro	17-12-01	20 Anos	11	350.021,45	350.021,45	18.448,25	1.348,85	19.797,10	190.595,21	172.146,96
CGD	Construção 14 fogos Qta Recolhidas - Vila Verde	17-12-01	20 Anos	11	292.030,21	292.030,21	15.059,28	1.101,07	16.160,35	155.582,67	140.523,39
CGD	Investimento/liquidação de despesas	26-03-02	12 Anos	10	4.738.580,02	4.738.580,02	597.061,67	20.154,11	617.215,78	1.357.868,10	760.806,43
BES	Financiamento de Investimentos	14-06-02	20 Anos	10	5.500.000,00	5.454.413,54	303.024,00	63.631,42	366.655,42	3.181.733,54	2.878.709,54
CGD	Aquisição 10 Fogos na Gala/Sidney	21-06-02	25 Anos	10	211.043,39	211.043,39	8.408,33	1.284,33	9.692,66	141.884,48	133.476,15
CGD	Saneamento Financeiro	24-07-02	12 Anos	10	9.500.000,00	9.500.000,00	1.177.771,08	58.173,88	1.235.944,96	3.296.072,58	2.118.301,50
BES	Qualificação Vias Municipais - Z. Sul	12-09-02	20 Anos	10	121.245,85	79.076,54	4.273,34	1.134,12	5.407,46	47.006,77	42.733,43
BES	Qualificação Vias Municipais - Z. Norte	12-09-02	20 Anos	10	99.977,25	91.689,14	4.817,30	1.278,49	6.095,79	52.990,27	48.172,97
BES	Infra-estruturas diversas Zona Industrial Gala	12-09-02	20 Anos	10	545.577,65	497.184,91	26.121,82	6.932,65	33.054,47	287.340,11	261.218,29
BES	Construção Feira Quinta Madalena	12-09-02	20 Anos	10	98.660,47	98.660,47	5.183,56	1.375,70	6.559,26	57.019,26	51.835,70
CGD	Aquisição de 13 fogos habitacionais	03-10-02	20 Anos	10	282.169,96	282.169,96	14.396,16	1.425,97	15.822,13	165.509,58	151.113,42
BES	Alarg. Rect. EM600 entre Estação CF e Ligação IP3, na Fontela	23-10-02	20 Anos	10	219.414,01	185.792,10	9.767,24	2.443,10	12.210,34	107.439,66	97.672,42
BES	Reforço da Estrutura da Esplanada Silva Guimarães	23-10-02	20 Anos	10	95.617,64	88.541,93	4.654,72	1.164,29	5.819,01	51.201,91	46.547,19
BPI	Aquisição de 5 Moradias T2 no Empreendimento Hab. Leirosa	21-10-04	25 Anos	8	100.196,00	100.196,00	4.385,23	666,15	5.051,38	72.727,59	68.342,36
CGD	Rede Saneamento de Ferreira-a-Nova, Santana e Moinhos da Gândara	20-10-05	20 Anos	7	675.855,38	636.569,47	31.391,06	7.964,39	39.355,45	439.474,86	408.083,80
CGD	Remod. Rede Saneamento de Buarcos - Urb. Patracol e Poço da Vila	20-10-05	20 Anos	7	118.745,63	102.118,69	5.035,76	1.277,65	6.313,41	70.500,72	65.464,96
BST	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)	03-06-09	5 Anos	3	6.494.888,00	6.494.888,00	1.317.718,51	99.165,89	1.416.884,40	3.374.703,11	2.056.984,60
DGTF	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)	03-06-09	10 Anos	3	4.329.925,00	4.329.925,00	0,00	0,00	0,00	4.329.925,00	4.329.925,00
CGD	Saneamento Financeiro	07-07-11	12 Anos	1	16.000.000,00	16.000.000,00	0,00	1.441.597,78	1.441.597,78	16.000.000,00	16.000.000,00
BPI	Saneamento Financeiro	15-07-11	12 Anos	1	10.000.000,00	10.000.000,00	0,00	836.275,72	836.275,72	10.000.000,00	10.000.000,00
BES	Saneamento Financeiro	01-07-11	12 Anos	1	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	346.833,05	346.833,05	5.000.000,00	5.000.000,00
	TOTAL				**74.100.356,25**	**73.859.309,15**	**4.170.931,99**	**2.976.979,31**	**7.147.911,30**	**52.792.529,92**	**48.621.597,93**

3.2 | ESTRUTURA DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Importa enquadrar o endividamento de médio e longo prazos da Autarquia à luz do estabelecido na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), quanto à capacidade de endividamento estabelecida para os municípios.

Atendendo a que a Lei do Orçamento do Estado para 2012 não é clara quanto às regras de cálculo do limite de endividamento de médio e longo prazo, foi solicitado um esclarecimento à Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) sobre esta matéria.

Segundo a DGAL, no caso dos municípios que em 31 de Dezembro de 2011 tinham excesso de endividamento relativamente ao limite legal definido pelo Orçamento de Estado daquele ano (o caso do Município da Figueira da Foz), o valor do limite de endividamento de médio e longo prazo para o ano de 2012 corresponde ao valor do limite de 2011, deduzido de 10% do excesso verificado. Esta regra coaduna-se com o critério adoptado para o cálculo do limite de endividamento líquido e com a redução progressiva do endividamento constante da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais).

Deste modo, no exercício de 2012, o limite dos empréstimos de médio e longo prazos situou-se em € 19.518.734, conforme o Quadro seguinte:

QUADRO N.º 34: LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2012
1) Limite de Endividamento de Médio e Longo Prazo 2011	21.981.852
2) 10% do Excesso de Endividamento de Médio e Longo Prazo registado em 31.12.2011	2.463.118
2.1) Endividamento de Médio e Longo Prazo registado em 31.12.2011	46.613.030
2.2) Limite de Endividamento de Médio e Longo Prazo 2011	21.981.852
Limite de Endividamento de Médio e Longo Prazos (1)-(2)	**19.518.734**

O Quadro n.º 35 permite visualizar a composição e a evolução da dívida de médio e longo prazos, nos exercícios de 2009 a 2012, com a desagregação dos montantes que relevam e dos que não relevam para efeitos da verificação do cumprimento do limite de endividamento.

QUADRO N.º 35: EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012
1. Dívida de Empréstimos de Médio e Longo Prazos no início do ano	**21.585.789**	**29.041.629**	**25.885.190**	**52.792.530**
1.1 Releva para o Limite de Endividamento	12.939.298	21.313.412	18.930.769	46.613.030
1.2 Não releva para o Limite de Endividamento	8.646.491	7.728.217	6.954.421	6.179.500
2. Empréstimos utilizados no ano	**10.824.813**	**0**	**31.000.000**	**0**
2.1 Relevam para o Limite de Endividamento	10.824.813	0	31.000.000	0
2.2 Não relevam para o Limite de Endividamento	0	0	0	0
3. Amortizações efectuadas no ano	**3.369.133**	**3.156.438**	**4.092.660**	**4.170.932**
3.1 Relevam para o Limite de Endividamento	2.450.859	2.382.643	3.317.739	3.399.960
3.2 Não relevam para o Limite de Endividamento	918.274	773.796	774.921	770.972
4. DÍVIDA NO FINAL DO ANO	**29.041.469**	**25.885.190**	**52.792.530**	**48.621.598**
4.1 Releva para o Limite de Endividamento	21.313.252	18.930.769	46.613.030	43.213.069
4.2 Não releva para o Limite de Endividamento	7.728.217	6.954.421	6.179.500	5.408.529
5. VARIAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA		**-10,87%**	**103,95%**	**-7,90%**
5.1 Releva para o Limite de Endividamento		-11,18%	146,23%	-7,29%
5.2 Não releva para o Limite de Endividamento		-10,01%	-11,14%	-12,48%

(a) - O valor do capital em dívida em 31-12-2009 inclui uma reposição não abatida no valor de € 159,92

Verifica-se que a dívida, ascendendo no final do ano a € 48.621.598, registou uma diminuição de 7,90% (€ 4.170.932), comparativamente ao ano 2011.

Da observação do Quadro n.º 35, verifica-se que o montante da dívida referente a empréstimos de médio e longo prazos que relevam para o limite de endividamento se situou, em 31 de Dezembro de 2012, em € 43.213.069, representando quase 89% do total. Este valor encontra-se acima do limite de endividamento de médio e longo prazo de 2012. No entanto, foi cumprida a redução de 10% do excesso de endividamento registado em 31 de Dezembro de 2011, conforme obriga o n.º 3 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais. Esta obrigação implicava uma redução de € 2.463.118 mas a diminuição efectuada foi de € 3.399.960 (13,8%).

O Quadro n.º 36 apresenta a evolução do serviço da dívida, nos anos 2009 a 2012, dos empréstimos contratados pelo Município.

QUADRO N.º 36: EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DO SERVIÇO DA DÍVIDA

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012
SERVIÇO DA DÍVIDA	**4.230.313**	**4.948.363**	**4.692.567**	**7.147.911**
Juros	861.180	451.425	599.907	2.976.979
Amortizações	3.369.133	4.496.938	4.092.660	4.170.932
RÁCIOS RELATIVOS AO SERVIÇO DA DÍVIDA				
Juros/Receita Total Efectiva	2,47%	1,48%	1,70%	8,21%
Juros/Despesa Total	1,88%	1,42%	0,94%	8,17%
Serviço da Dívida/Receita Total Efectiva	12,12%	16,23%	13,33%	19,70%
Serviço da Dívida/Despesa Total	9,24%	15,53%	7,33%	19,62%
Juros/Receita Fiscal	5,31%	3,30%	3,64%	17,75%
Serviço da Dívida/Receitas Correntes	13,89%	18,48%	15,14%	23,54%
Juros/Despesa Corrente	3,07%	1,91%	1,24%	12,05%

O total do serviço da dívida em 2012 ascendeu a € 7.147.911. No decurso da gerência foram pagos juros, no montante de € 2.976.979, e foram efectuadas amortizações, no valor de € 4.170.932, as quais representam 58,35% do total do serviço da dívida.

Da observação do Quadro n.º 36, verifica-se que o peso do serviço da dívida aumentou relativamente ao total da receita efectiva, por comparação a 2011. Tal variação explica-se pelo facto do serviço da dívida ter registado um aumento de 52,32% (€ 2.455.344), em relação ao ano transacto. O peso do serviço da dívida em relação à despesa total paga também aumentou.

4 | ANÁLISE DOS RÁCIOS ORÇAMENTAIS

No Quadro n.º 37 é apresentado o comportamento da receita e da despesa, nos exercícios de 2009 a 2012.

Importa salientar que a comparação com os valores registados em 2011 deve ser efectuada com as devidas reservas, uma vez que a contratação do empréstimo de saneamento financeiro alterou o comportamento dos rácios da receita e da despesa.

Fazendo a análise comparativa com o ano de 2010, verifica-se que a receita de natureza corrente diminuiu o seu peso no total da receita cobrada. Tal situação é explicada pela diminuição de 2,06% registada na cobrança das receitas correntes.

Os Impostos Directos continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes do Município.

Sobre a estrutura da receita de capital, importa ainda realçar o aumento da importância das Transferências. Recorde-se que este agregado registou um acréscimo, em relação a 2011, de 36,85%.

Como resultado das medidas impostas, em sede de Orçamento Geral do Estado, em matéria de recursos humanos, verifica-se que o peso das Despesas com o Pessoal, no total da despesa corrente, diminuiu.

QUADRO N.º 37: RÁCIOS ORÇAMENTAIS

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012
Impostos Directos/Receita Corrente	47,82%	45,48%	48,87%	51,95%
Transferências Correntes/Receita Corrente	33,59%	36,41%	31,51%	30,24%
Transferências de Capital/ Receita de Capital	21,44%	68,10%	11,56%	94,09%
Receita de Empréstimos/Receita Total	23,67%	4,21%	46,82%	0,00%
Receita Corrente/Receita Total	66,60%	84,12%	46,82%	83,68%
Despesas de Pessoal/Despesa Corrente	40,14%	46,30%	25,38%	35,98%
Despesas de Pessoal/Fundos Municipais Correntes	144,23%	138,66%	170,74%	127,63%
Despesas de Pessoal/Receita Corrente	37,01%	40,90%	39,71%	29,27%
Despesa Corrente/Despesa Total	61,33%	74,25%	75,77%	67,79%
Amortização e Juros de Empréstimos/Despesa Total	9,24%	15,53%	7,33%	19,62%
Aquisição Bens Capital/Despesa de Capital	63,57%	38,59%	56,05%	52,29%
Aquisição Bens Capital/Despesa Total	24,59%	9,94%	13,58%	16,84%
Fundos Municipais/Despesa Total	22,34%	32,43%	15,34%	25,59%
Amortização e Juros de Empréstimos/Receita Total	9,25%	15,55%	7,09%	19,70%
Despesa Corrente/Receita Corrente	92,19%	88,34%	156,43%	81,36%
Despesa de Capital/Receita de Capital	115,92%	162,34%	44,05%	198,14%
Receita Total/Despesa Total	99,89%	99,91%	103,45%	99,58%
Fundos Municipais/População Residente (Euros/Habitante)	163,36	165,03	158,03	150,14
Impostos Directos/População Residente (Euros/Habitante)	232,61	194,51	243,93	253,94
Receitas Fiscais/População Residente (Euros/Habitante)	259,21	218,44	265,13	270,02
Despesas de Pessoal/População Residente (Euros/Habitante)	180,02	174,94	198,18	143,10
Venda de Bens de Investimento/Aquisição de Bens de Capital	9,44%	8,19%	1,63%	5,64%
Fundos Comunitários Capital/Aquisição de Bens de Capital	3,38%	15,99%	12,61%	46,09%
Aquisição Bens Capital/Receita Total	24,61%	9,95%	13,13%	16,91%
Aquisição Bens Capital/População Residente (Euros/Habitante)	179,78	50,57	139,97	98,80

1 | ANÁLISE DA ESTRUTURA DO BALANÇO

O Balanço constitui um mapa financeiro de grande importância porque espelha de forma adequada e substantiva a situação patrimonial da Autarquia, no final de cada exercício.
A estrutura patrimonial do Município, no final do ano económico de 2012, bem como a sua comparação com a dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, estão apresentadas no Quadro n.º 38.
O Activo Líquido registou uma variação negativa de apenas 0,10% (€ 246.404), comparativamente ao valor registado no exercício de 2011. A diminuição do valor do Imobilizado foi compensada pelo aumento do montante de Acréscimos de Proveitos contabilizado em 2012.

Desde 2011 que, por recomendação do Revisor Oficial de Contas, tem sido aplicado o Princípio da Especialização na contabilização do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), da Derrama e da Participação do Município no IRS. De acordo com a alínea d) do Ponto 3.2 (Princípios Contabilísticos) do POCAL, "*os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem*".

O IMI é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios, sendo devido por quem for proprietário, usufrutuário ou superficiário em 31 de Dezembro do ano a que os mesmos prédios respeitarem. Assim, o IMI que se prevê cobrar em 2013 constitui um proveito referente ao exercício de 2012. Da mesma forma, a Derrama a cobrar em 2013 incide sobre rendimentos de 2012 e a Participação do Município no IRS a arrecadar em 2014 respeita a rendimentos igualmente de 2012. Desta forma, estes proveitos foram reconhecidos e incluídos nas demonstrações financeiros de 2012, totalizando a importância de € 15.608.977.

Dos restantes acréscimos de proveitos contabilizados no ano em análise e que se encontram discriminados no Quadro n.º 41, destacam-se as comparticipações comunitárias que se encontravam por receber à data de 31 de Dezembro, no montante total de € 1.375.101.

À semelhança do ano anterior, foi utilizado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) na valorização dos Investimentos Financeiros, conforme recomendação do Revisor Oficial de Contas. Este método de contabilização consiste na substituição no Balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Como resultado da utilização do MEP, o valor dos Investimentos Financeiros registou uma diminuição de 14,87% (€ 937.905), comparativamente a 2011. O MEP foi aplicado em todas as participações de capital superiores a 20%. Para os restantes casos, manteve-se a utilização do Método do Custo.

As Dívidas de Terceiros de Curto Prazo totalizaram, no final de 2012, a importância de € 3.259.828.

O valor contabilizado em Doações inclui o montante de € 2.914.989 que corresponde aos bens e equipamentos que integram o denominado "Núcleo Piscatório da Gala". No ano económico de 2011, a Câmara Municipal deliberou receber a título definitivo estes bens e equipamentos, nos termos do Contrato de Cessão outorgado com a APFF – Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A..

Do conjunto das novas doações que tiveram lugar em 2012, destaca-se a doação de um terreno, sito na Quinta da Ribeira, Freguesia de Vila Verde, efectuada pelas sociedades C.M.E. – Construção e Manutenção Electromecânica, S.A. e Cobra instalaciones Y Servicios, S.A.. O terreno, avaliado em € 83.930, destina-se à implementação, desenvolvimento e execução de um projecto urbanístico, em Lares, que inclui uma área desportiva e de lazer, uma área para hortas biológicas, uma área para uma quinta biológica, um centro hípico, bem como os respectivos acessos e circulação.

Em relação à distribuição do Resultado Líquido de 2011, foi dado cumprimento ao aprovado pela Assembleia Municipal, transferindo-se o valor negativo de € 4.449.594 para Resultados Transitados.

O Resultado Líquido de 2012 apresenta um valor negativo de € 2.874.392, registando-se, no entanto, uma variação favorável, comparativamente com o Resultado Líquido do exercício anterior.

As Provisões para Riscos e Encargos correspondem a eventuais responsabilidades derivadas dos processos judiciais em curso. As Provisões criadas respeitam ao montante da indemnização ou encargo que a Autarquia prevê suportar. No exercício de 2012 foram constituídas Provisões no valor de € 67.700.

O Passivo que inclui as Provisões para Riscos e Encargos, as Dívidas a Terceiros e os Acréscimos e Diferimentos, totalizou a importância de € 75.576.881, registando um aumento de 9,46% (€ 6.533.657), relativamente ao ano anterior. No entanto, esta variação não resultou de um acréscimo das Dívidas a Terceiros mas sim do valor contabilizado em Proveitos Diferidos, cuja justificação se apresenta no Ponto 1.8 do presente Relatório.

QUADRO N.º 38: ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		2012		Variação 11/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	**225.933.699**	**97,18%**	**219.276.940**	**96,49%**	**217.385.269**	**91,58%**	**209.872.539**	**88,51%**	**-7.512.730**	**-3,46%**
1.1 Bens de Domínio Público	123.387.112	53,07%	118.390.240	52,10%	113.731.701	47,91%	106.584.788	44,95%	-7.146.914	-6,28%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	843.203	0,36%	870.833	0,38%	887.499	0,37%	887.499	0,37%	0	0,00%
1.3 Imobilizações Corpóreas	95.272.035	40,98%	95.246.058	41,91%	96.460.419	40,64%	97.032.507	40,92%	572.088	0,59%
1.4 Investimentos Financeiros	6.431.348	2,77%	4.769.809	2,10%	6.305.649	2,66%	5.367.745	2,26%	-937.905	-14,87%
2. Circulante	**5.292.211**	**2,28%**	**5.868.719**	**2,58%**	**5.721.422**	**2,41%**	**6.254.344**	**2,64%**	**532.922**	**9,31%**
2.1 Matérias-Primas, subsídiárias e de consumo	151.678	0,07%	115.146	0,05%	96.132	0,04%	153.343	0,06%	57.211	59,51%
2.2 Dívidas de Terceiros de Curto Prazo	4.220.171	1,82%	5.016.641	2,21%	2.770.920	1,17%	3.259.828	1,37%	488.908	17,64%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	920.362	0,40%	736.933	0,32%	2.854.370	1,20%	2.841.174	1,20%	-13.196	-0,46%
3. Acréscimos e Diferimentos	**1.254.882**	**0,54%**	**2.106.593**	**0,93%**	**14.257.411**	**6,01%**	**20.990.815**	**8,85%**	**6.733.404**	**47,23%**
ACTIVO (1+2+3)	**232.480.792**	**100,00%**	**227.252.253**	**100,00%**	**237.364.102**	**100,00%**	**237.117.697**	**100,00%**	**-246.404**	**-0,10%**
4. Património	**198.658.520**	**122,81%**	**199.350.418**	**128,16%**	**199.396.804**	**118,46%**	**199.492.180**	**123,49%**	**95.376**	**0,05%**
5. Ajustamento de Partes de Capital em Empresas	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**11.895**	**0,01%**	**-1.552.545**	**-0,96%**	**-1.564.440**	**-13152,08%**
6. Subsídios	**0**	**0,00%**	**333.652**	**0,21%**	**333.652**	**0,20%**	**333.652**	**0,21%**	**0**	**0,00%**
7. Doações	**187.722**	**0,12%**	**187.878**	**0,12%**	**3.102.867**	**1,84%**	**3.212.986**	**1,99%**	**110.119**	**3,55%**
8. Reservas decorrentes de transferência de activos	**165.480**	**0,10%**	**165.480**	**0,11%**	**165.480**	**0,10%**	**165.480**	**0,10%**	**0**	**0,00%**
9. Resultados Transitados	**-28.809.112**	**-17,81%**	**-37.249.232**	**-23,95%**	**-30.240.227**	**-17,97%**	**-37.236.545**	**-23,05%**	**-6.996.318**	**23,14%**
10. Resultado Líquido do Exercício	**-8.440.120**	**-5,22%**	**-7.239.996**	**-4,65%**	**-4.449.594**	**-2,64%**	**-2.874.392**	**-1,78%**	**1.575.202**	**-35,40%**
FUNDOS PRÓPRIOS (4+5+6+7+8+9+10)	**161.762.490**	**100,00%**	**155.548.200**	**100,00%**	**168.320.877**	**100,00%**	**161.540.816**	**100,00%**	**-6.780.061**	**-4,03%**
11. Provisões para Riscos e Encargos	**0**	**0,00%**	**0**	**0,00%**	**121.415**	**0,18%**	**67.700**	**0,09%**	**-53.715**	**-44,24%**
12. Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos	**29.041.629**	**41,07%**	**25.885.190**	**36,10%**	**52.792.530**	**76,46%**	**48.621.598**	**64,33%**	**-4.170.932**	**-7,90%**
12.1 Dívidas a Instituições de Crédito	29.041.629	41,07%	25.885.190	36,10%	52.792.530	76,46%	48.621.598	64,33%	-4.170.932	-7,90%
13. Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	**33.293.627**	**47,08%**	**36.171.230**	**50,45%**	**7.035.145**	**10,19%**	**6.324.773**	**8,37%**	**-710.372**	**-10,10%**
13.1 Fornecedores c/c	6.579.808	9,30%	5.398.781	7,53%	2.299.062	3,33%	2.258.985	2,99%	-40.077	-1,74%
13.2 Fornecedores - Facturas em Recepção e Conferência	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	412.507	0,55%	412.507	
13.3 Clientes e Utentes c/ Cauções	34.678	0,05%	36.028	0,05%	38.481	0,06%	38.891	0,05%	409	1,06%
13.4 Fornecedores de Imobilizado, c/c	2.004.817	2,83%	3.287.865	4,59%	887.298	1,29%	558.413	0,74%	-328.885	-37,07%
13.5 Estado e Outros Entes Públicos	2.159.449	3,05%	1.960.861	2,73%	12.201	0,02%	60.690	0,08%	48.489	397,41%
13.6 Outros Credores	16.052.408	22,70%	8.443.554	11,78%	1.642.211	2,38%	1.861.365	2,46%	219.155	13,35%
13.7 Associações	3.294	0,00%	9	0,00%	0	0,00%	2	0,00%	2	
13.8 Fornecedores de Imobilizado - Leasing	875.602	1,24%	733.121	1,02%	587.517	0,85%	303.207	0,40%	-284.310	-48,39%
13.9 Fornecedores - Factoring	4.951.821	7,00%	15.679.261	21,87%	936.625	1,36%	830.714	1,10%	-105.911	-11,31%
13.10 Adiantamentos por conta de vendas	631.750	0,89%	631.750	0,88%	631.750	0,92%	0	0,00%	-631.750	-100,00%
14. Acréscimos e Diferimentos	**8.383.047**	**11,85%**	**9.647.632**	**13,45%**	**9.094.135**	**13,17%**	**20.562.810**	**27,21%**	**11.468.675**	**126,11%**
PASSIVO (11+12+13+14)	**70.718.303**	**100,00%**	**71.704.053**	**100,00%**	**69.043.225**	**100,00%**	**75.576.881**	**100,00%**	**6.533.657**	**9,46%**
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	**232.480.792**		**227.252.253**		**237.364.102**		**237.117.697**		**-246.404**	**-0,10%**

A análise da estrutura do Balanço permite destacar os seguintes indicadores de gestão patrimonial:

QUADRO N.º 39: INDICADORES DO BALANÇO

INDICADORES	2009	2010	2011	2012	Variação
1. Equilíbrio de Curto Prazo					
1.1 Liquidez Geral: Activo Circulante/Passivo Circulante	15,90%	16,22%	81,33%	98,89%	17,56%
1.2 Liquidez Imediata: Disponibilidades/Passivo Circulante	2,76%	2,04%	40,57%	44,92%	4,35%
2. Imobilizações					
2.1 Capitais Alheios de MLP/Imobilizado Líquido	12,85%	11,80%	24,29%	23,17%	-1,12%
2.2 Capitais Alheios de CP/Imobilizado Líquido	14,74%	16,50%	3,24%	3,01%	-0,22%
2.3 Imobilizado Líquido/Activo Líquido	97,18%	96,49%	91,58%	88,51%	-3,07%
2.4 Imobilizado de Domínio Público Líquido/Activo Líquido	53,07%	52,10%	47,91%	44,95%	-2,96%
3. Endividamento					
3.1 Endividamento: Passivo/Activo Líquido	30,42%	31,55%	29,09%	31,87%	2,79%
3.2 Endividamento de MLP: Dívidas de MLP/Activo Líquido	12,49%	11,39%	22,24%	20,51%	-1,74%
3.3 Endividamento Empréstimos de MLP: Empréstimos de MLP/Activo Líquido	12,49%	11,39%	22,24%	20,51%	-1,74%
3.4 Endividamento de CP: Dívidas de CP/Activo Líquido	14,32%	15,92%	2,96%	2,67%	-0,30%
3.5 Endividamento Empréstimos de CP: Empréstimos de CP/Activo Líquido	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
3.6 Estrutura de Endividamento: Dívida de MLP/Passivo	41,07%	36,10%	76,46%	64,33%	-12,13%
3.7 Estrutura de Endividamento: Dívidas de CP/Passivo	47,08%	50,45%	10,19%	8,37%	-1,82%

O Índice de Liquidez Geral mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo Activo Circulante, ou seja, mede a capacidade do Município para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo, utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências. De 2011 para 2012, este rácio apresentou uma evolução muito significativa. No entanto, continua inferior a 100%, mostrando a impossibilidade do Município de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo.

O indicador Liquidez Imediata é idêntico ao anterior mas considera apenas o valor das Disponibilidades para fazer face ao Passivo Circulante. Também neste caso, apesar da variação positiva do Índice, verifica-se que as disponibilidades existentes à data de 31 de Dezembro de 2012, apenas suportavam 44,92% do Passivo de Curto Prazo.

O peso dos capitais alheios de curto prazo, no total do Imobilizado Líquido, apresenta uma diminuição desde 2010, decorrendo da alteração do grau de exigibilidade dos créditos que, com a contratação do empréstimo de saneamento financeiro, passou de curto prazo para longo prazo.

A importância relativa do Imobilizado, no conjunto do Activo Líquido do Município apresentou uma diminuição de 3,07%.

Da observação dos Indicadores do Endividamento, verifica-se que o grau de dependência do Activo Líquido Total, relativamente ao capital alheio de MLP, aumentou de 11,39%, em 2010, para 20,51%, em 2012. Por seu lado, o peso do Passivo Circulante no Activo Líquido Total registou uma variação negativa de 15,92%, em 2010, para 2,67%, em 2012.

No que respeita à estrutura do Endividamento, verifica-se que as Dívidas a Terceiros de MLP representam 64,33% do total do Passivo e as Dívidas a Terceiros de CP representam apenas 8,37%.

1.1 | Estrutura e Evolução do Imobilizado Bruto

O Imobilizado Bruto, constituído pelos Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas e pelos Investimentos Financeiros, apresenta um acréscimo de 0,96% (€ 3.135.942), em relação ao exercício transacto. Esta variação justifica-se, sobretudo, pelas duas empreitadas em curso relativas à "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes" e à "Requalificação da Envolvente ao Forte de Sta. Catarina".

QUADRO N.º 40: IMOBILIZADO BRUTO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	VALOR
Imobilizado Inicial	**327.260.334**
Reavaliações e/ou Ajustamentos	-865.716
Sub-Total (1)	326.394.618
Aumentos	5.172.847
Alienações	941.060
Sub-Total (2)	330.626.405
Sinistros, Abates e Transferências	-230.130
Imobilizado a 31 de Dezembro de 2012	**330.396.275**

1.2 | Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As Dívidas de Terceiros de Curto Prazo totalizaram, à data de 31 de Dezembro de 2012, a importância de € 3.259.828.

Do conjunto das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo importa destacar os seguintes valores a receber:

- € 498.798 relativos ao apoio previsto na Cláusula 3.ª do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Cultura e o Município da Figueira da Foz, para financiamento das obras do CAE – Centro de Artes e Espectáculos e da respectiva aquisição de equipamento;
- € 290.215 referentes à comparticipação da Câmara Municipal de Soure relativa à obra "Construção de Ponte sobre o Rio Pranto";
- € 338.580 correspondentes à Renda da Concessão do património da rede de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão do quarto trimestre de 2012;
- € 128.489 resultantes da venda de lotes de terreno do loteamento da Gala/Sidney (1.ª Fase B) à Efimóveis – Imobiliária, S.A.;
- € 200.000 da United Resins – Produção de Resinas, S.A., pela venda de um lote do Parque Industrial da Gala;
- € 565.637 da Lagoa da Vela – Empreendimentos Imobiliários e Turístico Desportivos, S.A., pela alienação de uma parcela de terreno da Mata Nacional de Quiaios, destinada à instalação de estabelecimentos hoteleiros e conjuntos de aldeamentos turísticos, bem como a equipamentos de lazer de natureza desportiva e cultural.

1.3 | DISPONIBILIDADES

O valor das Disponibilidades ascendeu a € 2.841.174, à data de 31 de Dezembro de 2012, sendo que € 2.839.166 respeitam a Depósitos em Instituições Financeiras e € 2.008 correspondem aos valores em Caixa. Importa salientar que o total de Disponibilidades compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de € 2.199.937, e o saldo da gerência de operações de tesouraria, no valor de € 641.236.

1.4 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores.
Os Acréscimos de Proveitos, no valor de € 20.970.497, encontram-se discriminados no Quadro seguinte.

QUADRO N.º 41: DECOMPOSIÇÃO DA CONTA ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

Un.: Euros (€)

ENTIDADE	NATUREZA	2012
Águas da Figueira, S.A.	Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos referente aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2012	421.714
	Parte da Renda de Concessão prevista na 3.ª Alteração do Contrato celebrado com a Águas da Figueira, S.A.	349.974
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Juros credores das contas de Depósitos à Ordem referentes ao mês de Dezembro de 2012	5
	Juros bonificados relativos a empréstimos de médio e longo prazo	4.353
Direcção-Geral das Autarquias Locais	Participação do Município nos Impostos do Estado: Participação no IRS referente aos anos de 2011 e 2012	5.419.572
Direcção-Geral dos Impostos	Impostos Municipais referentes ao ano de 2012: Imposto Municipal sobre Imóveis	8.602.951
	Impostos Municipais referentes ao ano de 2012: Derrama	4.296.240
	Impostos Municipais referentes ao mês de Dezembro de 2012: Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis	164.750
	Impostos Municipais referentes ao mês de Dezembro de 2012: Imposto Único de Circulação	92.181
	Juros compensatórios referentes ao mês de Dezembro de 2012, relativos a cobrança de IMI e IMT	102
Direcção Regional de Educação do Centro	Transf. de verba para comparticipação das despesas com o transporte de alunos deslocados devido ao encerramento de escolas	7.650
	Transf. de verba ao abrigo do Programa de Generalização de Refeições do 1.º CEB	82.452
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	Transf. de verba ao abrigo do Programa dos Sapadores Florestais	17.500
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.	Juros bonificados relativos a empréstimo de médio e longo prazo	11
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P.	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Centro Escolar de Vila Verde"	22.176
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Requalificação da Rua 5 de Outubro e Zona Envolvente"	28.166
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Novas Tecnologias Escolas Básicas e Jardins Infância"	2.162
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "CULTREDE"	13.090
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Construção da Variante Interna do Paião"	13.255
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Sistema de Gestão de Emergência e Riscos"	1.506
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes"	437.921
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Requalificação da Envolvente ao Forte de Santa Catarina"	690.143
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Aquisição da Viatura dos Bombeiros (VUCI)"	162.690
	Transf. de verba ao abrigo do QREN para financiamento do Projecto "Plano Municipal de Emergência"	3.992
Sociedade Figueira Praia, S.A.	Concessão da Exploração de Jogos de Fortuna ou Azar da Zona de Jogo - Mês de Dezembro de 2012	7.346
Turismo de Portugal, I.P.	Transferência de verba ao abrigo da Portaria 384/2002 para financiamento do Projecto "Reabilitação do Castelo Engenheiro Silva"	96.296
Várias Entidades	Outros Acréscimos de Proveitos	32.298
TOTAL		**20.970.497**

1.5 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – CUSTOS DIFERIDOS

A conta Custos Diferidos compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respectivas despesas tenham ocorrido em 2012. O valor dos Custos Diferidos, no ano económico em análise, ascendeu a € 20.317, respeitando, na sua maior parte, a despesas antecipadas de seguros.

1.6 | PASSIVO

No final do ano 2012, o Passivo total ascendeu a € 75.576.881, registando um aumento de 9,46% (€ 6.533.657), relativamente ao ano transacto. Importa esclarecer que esta variação não resultou de um acréscimo das Dívidas a Terceiros, justificando-se pelo valor que foi contabilizado na conta Proveitos Diferidos.

Analisando o Quadro n.º 38, verifica-se que a Dívida a Instituições de Crédito, resultante da contratualização de empréstimos de médio e longo prazos, diminuiu 7,90% (€ 4.170.932), no período em análise. O valor desta diminuição corresponde às amortizações efectuadas no exercício.

As Dívidas a Terceiros de Curto Prazo totalizaram a importância de € 6.324.773, tendo sofrido uma diminuição no valor de 10,10% (€ 710.372), em relação a 2011. Do total das Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, € 625.005 correspondem a facturação da obra "Requalificação da Envolvente ao Forte de Sta. Catarina" e € 392.931 respeitam a facturação da empreitada "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes".

A conta Outros Credores, no montante de € 1.861.365, encontra-se discriminada no Quadro seguinte:

QUADRO N.º 42: DECOMPOSIÇÃO DA CONTA OUTROS CREDORES

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO 11/12	
					VALOR	%
Instituições e Freguesias	1.534.293	2.135.821	294.733	215.106	-79.627	-27,02%
Credores por Depósitos de Garantia	625.449	568.171	524.622	497.541	-27.081	-5,16%
Figueira Grande Turismo, EEM	8.638.800	3.395.000	0	236.162	236.162	
Figueira Domus, EEM	3.364.135	685.389	13.592	112.076	98.485	724,59%
Instituições Financeiras - Garantias Bancárias	89.071	0	0	0	0	
Credores Diversos	1.800.661	1.659.173	809.264	800.480	-8.784	-1,09%
TOTAL	**16.052.408**	**8.443.554**	**1.642.211**	**1.861.365**	**219.155**	**13,35%**

Neste ponto, importa enquadrar o endividamento líquido da Autarquia à luz do estabelecido na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), quanto à capacidade de endividamento estabelecida para os municípios.

De acordo com o n.º 1 do artigo 66.º da Lei do Orçamento do Estado para 2012, o limite para 2012 é igual ao valor do endividamento líquido registado a 31 de Dezembro de 2011, mantendo-se a obrigatoriedade da redução de 10% do excesso de endividamento verificado nessa data.

No caso do Município, não se registou excesso de endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2011, pelo que o valor do limite para 2012 é igual ao stock de endividamento líquido registado nessa data, ou seja, tem o valor de € 28.300.877.

Da observação do Quadro n.º 43, verifica-se que o valor do endividamento líquido, no final do exercício de 2012, situou-se em € 18.449.593, apresentando uma diminuição de 34,81% (€ 9.851.284), comparativamente a 2011. Tal situação explica-se, por um lado, pelo aumento dos activos financeiros, em particular das contas de acréscimos de proveitos. Por outro lado, justifica-se pela diminuição dos passivos financeiros, em particular do valor dos empréstimos bancários. O Quadro n.º 43 permite ainda observar que o limite de endividamento líquido, definido pela LOE, foi cumprido.

QUADRO N.º 43: ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO EM 2012

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO POCAL		2011		2012		Variação 11/12	
		Activos	Passivos	Activos	Passivos	Activos	Passivos
1	**Disponibilidades**						
11	Caixa	2.033		2.008		-25	
12	Depósitos em instituições financeiras	2.852.337		2.839.166		-13.171	
2	**Terceiros**						
211	Clientes, c/c		3.850	12.176		12.176	-3.850
212	Contribuintes, c/c	487.124		487.124		0	
213	Utentes, c/c	27.472		28.832		1.360	
217	Clientes e utentes c/ cauções		38.481		38.891		409
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	134.940		184.644		49.704	
221	Fornecedores, c/c		2.294.318		2.255.024		-39.294
223	Fornecedores por vendas a dinheiro		4.744		3.961		-783
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		0		412.507		412.507
23111	Empréstimos bancários - De curto prazo		0		0		0
23121	Empréstimos bancários - De m/l prazos		52.758.568		48.597.283		-4.161.285
23123	Outros Empréstimos Obtidos - De m/l prazos		33.962		24.315		-9.647
24	Estado e outros entes públicos		11.874		60.682		48.808
251	Devedores pela execução do orçamento	0	0	0	0	0	0
252	Credores pela execução do orçamento	0	0	0	0	0	0
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		887.298		558.413		-328.885
2615	Fornecedores de imobilizado - Leasing		587.517		303.207		-284.310
262	Pessoal		82		0		-82
263	Sindicatos		0		0		0
265	Associações		0		2		2
268	Devedores e credores diversos		318.907		2.673		-316.234
269	Adiantamentos por conta de vendas		631.750		0		-631.750
2711	Acréscimo de Proveitos - Juros a receber	2.945		4.471		1.527	
2712	Acréscimo de Proveitos - IMI	7.665.659		8.602.951		937.292	
2713	Acréscimo de Proveitos - Derrama	2.502.198		4.296.240		1.794.042	
2714	Acréscimo de Proveitos - Participação no IRS	2.709.786		5.419.572		2.709.786	
2719	Outros acréscimos de proveitos	1.286.151		2.647.263		1.361.112	
2725	Despesas antecipadas de Seguros	17.414		17.319		-95	
2729	Outros custos diferidos	73.258		2.998		-70.260	
2731	Seguros a liquidar		0		0		0
2732	Remunerações a liquidar		714.191		1.046.103		331.912
2733	Juros a liquidar		36.588		201.825		165.238
2736	Telecomunicações		0		29		29
2739	Outros acréscimos de custos		273.644		314.612		40.968
4	**Imobilizações**						
411	Partes de capital	6.316.580		5.379.139		-937.441	
412	Obrigações e títulos de participação	37.500		37.501		1	
	Total	**24.115.397**	**58.595.774**	**29.961.404**	**53.819.526**	**5.846.008**	**-4.776.248**
	1. Passivos Financeiros - Activos Financeiros	**34.480.377**		**23.858.122**		**-10.622.255**	
	2. Excepções	**6.179.500**		**5.408.529**		**-770.972**	
	3. Endividamento Líquido (1)-(2)	**28.300.877**		**18.449.593**		**-9.851.284**	
	4. Limite Legal do Endividamento Líquido (Art.º 37.º, n.º 1 da LFL)	**26.257.102**		**29.352.142**			
	5. Limite Legal do Endividamento Líquido (De acordo com LOE)	**41.599.476**		**28.300.877**			
	6. Situação do Endividamento Líquido no Exercício (4)-(3)	**2.043.776**		**10.902.549**			
	7. Situação do Endividamento Líquido no Exercício (5)-(3)	**-13.298.599**		**9.851.284**			

No cálculo do endividamento líquido foi utilizado o valor do activo bruto, de acordo com as orientações da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL). No entanto, o Tribunal de Contas recomenda que se considere o valor do activo líquido no cálculo.

Considerando a recomendação do Tribunal de Contas, o montante do endividamento líquido seria de € 18.640.852, pelo que o respectivo limite seria igualmente cumprido.

1.7 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

A conta Acréscimos de Custos serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a incorrer em exercício ou exercícios posteriores.
O saldo desta conta, que se encontra discriminado no Quadro n.º 44, compreende essencialmente os encargos com férias (mês e subsídio de férias), acrescidos dos respectivos encargos sociais, a pagar em 2013, em obediência ao Princípio Contabilístico da Especialização dos Exercícios.

Importa referir que o custo relativo aos encargos com férias a pagar em 2013 foi reconhecido, tendo em consideração o acórdão do Tribunal Constitucional relativo aos pedidos de fiscalização de normas da Lei do Orçamento do Estado para 2013, nomeadamente no que respeita ao pagamento do subsídio de férias.

QUADRO N.º 44: DECOMPOSIÇÃO DA CONTA ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Un.: Euros (€)

NATUREZA	2012
Encargos com férias e respectivos encargos sociais a pagar em 2013	1.211.932
Juros a Liquidar	201.825
Telecomunicações	29
Consumos de Electricidade referentes a 2012	25.966
Consumos de Água referentes a 2012	25.019
Outros Acréscimos de Custos	97.799
TOTAL	**1.562.570**

1.8 | ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – PROVEITOS DIFERIDOS

A conta Proveitos Diferidos compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, embora as respectivas receitas sejam creditadas no ano económico em vigor.
O saldo registado nesta conta compreende os subsídios para investimentos, no montante de € 19.000.241, a que a Autarquia teve direito, já contabilizados como receita, mas que só irão ser imputados como proveitos, nos exercícios em que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

O aumento registado na conta Proveitos Diferidos, que é responsável pelo aumento do total do Passivo, resultou da contabilização de um conjunto de subsídios para investimentos, cuja receita foi arrecadada antes da entrada em vigor do POCAL. Como estes subsídios não tinham sido considerados no Balanço Inicial do ano 2003, procedeu-se agora à sua contabilização, para que os respectivos proveitos passem a ser imputados nos exercícios em que forem contabilizadas as amortizações do respectivo imobilizado. São exemplos, os subsídios

destinados ao financiamento dos investimentos “Construção do Centro de Artes e Espectáculos da Figueira da Foz”, “ Concepção/Construção da Via de Ligação do Nó RU – Rua Montalto”, “Ligação do IP3 à V3, incluindo acesso à Rua Heróis do Ultramar” e “Arruamentos e Passeios no Vale Galante”.

Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados é apresentado um Mapa relativo aos Subsídios para Investimentos.

Os Gráficos n.ºs 14 e 15, que a seguir se apresentam, ilustram a estrutura do Património e do Passivo, nos anos económicos de 2011 e 2012.

Gráfico n.º 14
Estrutura do Património e do Passivo
Ano 2011

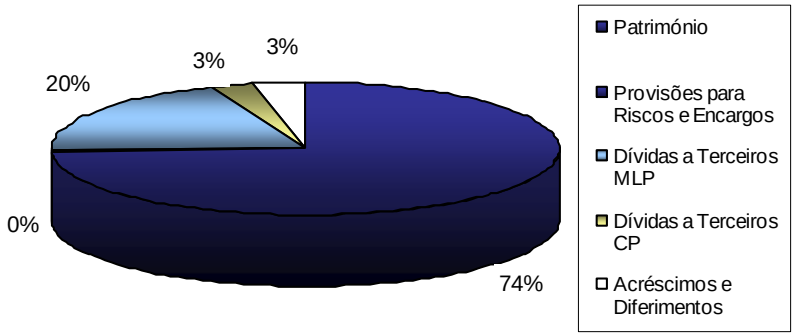
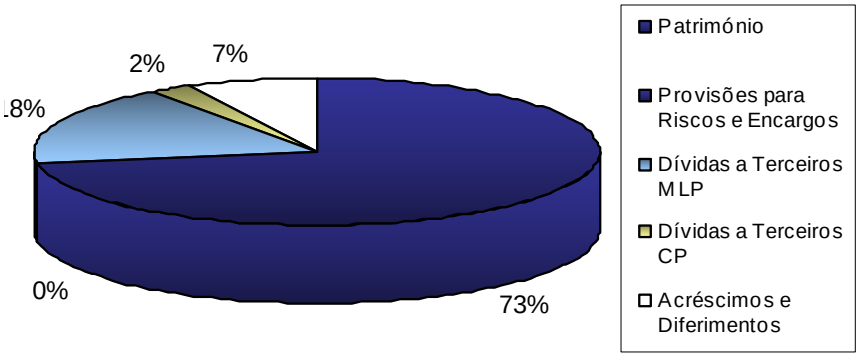


Gráfico n.º 15
Estrutura do Património e do Passivo
Ano 2012



2 | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da actividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respectiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que os custos são reconhecidos no exercício económico em que são reconhecidos os proveitos.

2.1 | CUSTOS

No que respeita à actividade desenvolvida ao longo do ano 2012, registou-se um total de custos, no valor de € 37.528.407, representando menos 2,15% (€ 826.043) do valor dos custos do exercício de 2011. Conforme se pode verificar pela leitura do Quadro n.º 45, os custos têm apresentado uma tendência de descida desde 2009, o que demonstra o esforço do Município no sentido da contenção da despesa.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizaram a importância de € 8.455.031, representando cerca de 23% do total dos custos. Comparativamente a 2011, os FSE registaram uma diminuição no valor de 4,37% (€ 386.139).

As Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, discriminados no Quadro n.º 46, totalizaram a importância de € 3.347.854, dos quais € 1.250.000 correspondem ao Contrato-Programa celebrado em 2012 com a Figueira Grande Turismo, EEM e € 46.632 respeitam à transferência financeira efectuada para aquela EEM, com vista a equilibrar os seus resultados de exploração operacional do exercício de 2011, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local).

Do valor total das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos, € 1.345.576 correspondem aos custos de 2012 dos vários Contratos-Programa celebrados com a Figueira Domus, EEM e € 76.926 respeitam à transferência financeira efectuada para aquela EEM, com vista a equilibrar os seus resultados de exploração operacional do exercício de 2011, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local).

À semelhança do ano transacto, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 24,91% e 22,53%, respectivamente.

Importa salientar que os Custos com o Pessoal registaram uma diminuição de 6,21% (€ 619.340), fruto das profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, matéria já abordada neste Relatório. A diminuição apresentada não é maior porque foi reconhecido o custo relativo aos encargos com férias, tendo em consideração o acórdão do Tribunal Constitucional sobre a não suspensão do pagamento do subsídio de férias em 2013.

O aumento apresentado nos Custos e Perdas Financeiros justifica-se pelo acréscimo dos juros suportados relativos a empréstimos bancários, nomeadamente do empréstimo de saneamento financeiro, como já foi referido no presente Relatório.

Os custos com Transferências de Capital Concedidas totalizaram a importância de € 679.372, dos quais € 629.700 correspondem às transferências efectuadas para a Figueira Grande Turismo, EEM, ao abrigo do Contrato Programa relativo ao Paço de Maiorca.

QUADRO N.º 45: ESTRUTURA DE CUSTOS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		2012		Var 11/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	479.855	1,11%	252.276	0,64%	298.475	0,78%	292.616	0,78%	-5.859	-1,96%
Fornecimentos e Serviços Externos	9.538.694	22,06%	8.915.723	22,48%	8.841.170	23,05%	8.455.031	22,53%	-386.139	-4,37%
Aquisição Serviços - Trabalho Temporário	239.078	0,55%	8.842	0,02%	14.079	0,04%	0	0,00%	-14.079	-100,00%
Electricidade	1.544.596	3,57%	1.562.763	3,94%	1.710.922	4,46%	1.743.631	4,65%	32.709	1,91%
Combustíveis	287.889	0,67%	254.554	0,64%	278.837	0,73%	250.007	0,67%	-28.830	-10,34%
Água	471.868	1,09%	493.068	1,24%	463.737	1,21%	397.050	1,06%	-66.687	-14,38%
Rendas e Alugueres	219.444	0,51%	164.678	0,42%	195.505	0,51%	196.765	0,52%	1.260	0,64%
Comunicação	262.715	0,61%	225.625	0,57%	235.033	0,61%	216.870	0,58%	-18.163	-7,73%
Seguros	172.897	0,40%	161.527	0,41%	142.302	0,37%	117.897	0,31%	-24.405	-17,15%
Honorários	48.390	0,11%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	
Conservação e Reparação	879.373	2,03%	736.216	1,86%	640.916	1,67%	428.036	1,14%	-212.880	-33,22%
Publicidade e Propaganda	11.472	0,03%	504	0,00%	7.989	0,02%	2.446	0,01%	-5.543	-69,39%
Vigilância e Segurança	235.183	0,54%	236.908	0,60%	188.359	0,49%	198.625	0,53%	10.266	5,45%
Trabalhos Especializados	947.346	2,19%	1.102.596	2,78%	891.263	2,32%	798.601	2,13%	-92.663	-10,40%
Tratamento de Resíduos Sólidos	706.576	1,63%	864.132	2,18%	904.590	2,36%	817.914	2,18%	-86.676	-9,58%
Recolha e Transporte de RSU	1.176.075	2,72%	1.087.198	2,74%	1.086.989	2,83%	1.070.407	2,85%	-16.583	-1,53%
Encargos de Cobrança	253.289	0,59%	271.449	0,68%	291.548	0,76%	261.497	0,70%	-30.051	-10,31%
Transportes Escolares	629.102	1,45%	592.987	1,50%	724.887	1,89%	622.119	1,66%	-102.768	-14,18%
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	1.453.402	3,36%	1.152.676	2,91%	1.064.215	2,77%	1.333.168	3,55%	268.953	25,27%
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	6.420.281	14,85%	3.736.857	9,42%	3.169.180	8,26%	3.347.854	8,92%	178.675	5,64%
Custos com o Pessoal	11.349.013	26,25%	11.033.006	27,82%	9.968.849	25,99%	9.349.509	24,91%	-619.340	-6,21%
Outros Custos e Perdas Operacionais	79.937	0,18%	75.822	0,19%	69.879	0,18%	49.547	0,13%	-20.333	-29,10%
Amortizações do Exercício	11.025.345	25,50%	11.103.811	28,00%	10.898.201	28,41%	11.000.843	29,31%	102.642	0,94%
Provisões do Exercício	0	0,00%	0	0,00%	249.655	0,65%	22.333	0,06%	-227.322	-91,05%
Custos e Perdas Financeiros	1.741.889	4,03%	959.948	2,42%	1.247.977	3,25%	2.836.363	7,56%	1.588.386	127,28%
Transferências de Capital Concedidas	1.281.151	2,96%	323.095	0,81%	1.564.607	4,08%	679.372	1,81%	-885.235	-56,58%
Outros Custos e Perdas Extraordinários	1.325.454	3,07%	3.262.929	8,23%	2.046.458	5,34%	1.494.939	3,98%	-551.519	-26,95%
TOTAL DE CUSTOS	**43.241.619**	**100,00%**	**39.663.469**	**100,00%**	**38.354.450**	**100,00%**	**37.528.407**	**100,00%**	**-826.043**	**-2,15%**

QUADRO N.º 46: TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var 11/12	
					Valor	%
Soc. e Quase Soc. não Financeiras Privadas	177.771	0	339	6.528	6.189	1825,68%
Administração Local (Municípios)	0	0	0	0	0	
Administração Local (Freguesias e Agrupamento de Escolas)	746.807	687.359	479.054	285.962	-193.091	-40,31%
Administração Local (Associações de Municípios)	0	0	59.306	0	-59.306	-100,00%
Instituições sem Fins Lucrativos, no âmbito dos Protocolos e Contratos-Programa	855.159	636.292	200.408	247.373	46.964	23,43%
Instituições sem Fins Lucrativos - Outros Apoios Financeiros	390.409	145.308	304.865	88.242	-216.623	-71,06%
Famílias	0	0	30.293	615	-29.678	-97,97%
Subsídios - Figueira Grande Turismo, EEM	2.700.000	750.000	750.000	1.296.632	546.632	72,88%
Subsídios - Figueira Domus, EEM	1.550.134	1.517.898	1.344.915	1.422.502	77.587	5,77%
TOTAL	**6.420.281**	**3.736.857**	**3.169.180**	**3.347.854**	**178.675**	**5,64%**

O valor indicado nos Outros Custos e Perdas Extraordinários corresponde, sobretudo, a um conjunto de correcções efectuadas a exercícios anteriores e à indemnização paga à Somague - Engenharia, S.A., no âmbito da Resolução do Contrato de Concepção/Construção do Parque Desportivo de Buarcos.

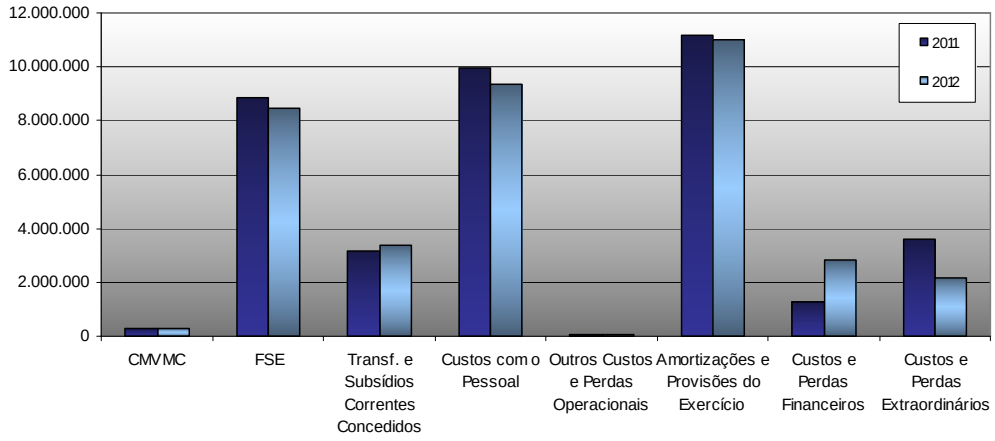
QUADRO N.º 47: OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2012
Perdas em Existências - Quebras	1.768
Perdas em Imobilizações - Alienação e Abates	108.022
Aumentos de Provisões	7.569
Correcções relativas a Exercícios Anteriores	1.271.143
Outros Custos e Perdas Extraordinários	5.834
Indemnizações	100.603
TOTAL DE CUSTOS	**1.494.939**

O Gráfico n.º 16 ilustra o que aqui foi apresentado sobre a evolução dos custos.

Gráfico n.º 16
Evolução dos Custos



2.2 | PROVEITOS

A actividade desenvolvida no ano económico de 2012 originou um total de Proveitos, no valor de € 34.654.015, os quais aumentaram 2,21% (€ 749.159), comparativamente a 2011, conforme o Quadro n.º 48. O aumento justifica-se pelo valor de proveitos reconhecido em 2012, respeitante aos Impostos Directos IMI e Derrama, cuja cobrança de receita irá ocorrer em 2013. No caso do IMI foram reconhecidos mais € 974.458 e no caso da Derrama foram contabilizados mais € 1.794.042.

QUADRO N.º 48: ESTRUTURA DOS PROVEITOS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009		2010		2011		2012		Var 11/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Bens e Prestações de Serviços	1.995.344	5,73%	1.958.573	6,04%	2.235.804	6,59%	2.263.918	6,53%	28.113	1,26%
Impostos Directos	13.239.723	38,04%	11.762.183	36,28%	13.246.351	39,07%	15.457.197	44,60%	2.210.846	16,69%
Impostos Indirectos	1.781.383	5,12%	1.275.322	3,93%	779.144	2,30%	487.709	1,41%	-291.435	-37,40%
Taxas	709.095	2,04%	587.963	1,81%	529.388	1,56%	491.830	1,42%	-37.557	-7,09%
Transferências e Subsídios Obtidos	12.950.331	37,21%	12.737.672	39,29%	11.812.577	34,84%	11.573.335	33,40%	-239.242	-2,03%
Trabalhos para a própria Entidade	812.303	2,33%	891.938	2,75%	573.306	1,69%	0	0,00%	-573.306	-100,00%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	131.475	0,38%	292.302	0,90%	80.882	0,24%	42.488	0,12%	-38.394	-47,47%
Proveitos e Ganhos Financeiros	2.202.542	6,33%	1.877.613	5,79%	1.869.154	5,51%	2.955.223	8,53%	1.086.069	58,10%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	979.304	2,81%	1.039.907	3,21%	2.778.250	8,19%	1.382.315	3,99%	-1.395.935	-50,25%
TOTAL DE PROVEITOS	**34.801.500**	**100,00%**	**32.423.472**	**100,00%**	**33.904.856**	**100,00%**	**34.654.015**	**100,00%**	**749.159**	**2,21%**

A Venda de Bens e as Prestações de Serviços representaram 6,53% dos proveitos contabilizados, totalizando a importância de € 2.263.918. Registaram um acréscimo de 1,26% (€ 28.113), face a 2011, e respeitam, na sua maior parte, a receitas provenientes da recolha de resíduos sólidos.

Os Impostos e Taxas, no valor de € 16.436.736, são responsáveis por 47,43% do total de Proveitos do exercício, tendo registado um aumento de 12,93% (€ 1.881.855), comparativamente ao ano de 2011.

As Transferências e Subsídios Obtidos totalizaram a importância de € 11.573.335, representando 33,40% do total dos proveitos.
Importa referir que, nas Transferências, o proveito contabilizado em 2012 referente à Participação do Município no IRS respeita ao valor que se estima arrecadar em 2014, como resultado da aplicação do Princípio da Especialização.

O valor total dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em € 2.955.223, dos quais € 2.299.516 correspondem aos rendimentos das concessões.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários, no valor de € 1.382.315, representaram 3,99% do total da estrutura dos proveitos, encontrando-se discriminados no Quadro n.º 49.

QUADRO N.º 49: PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

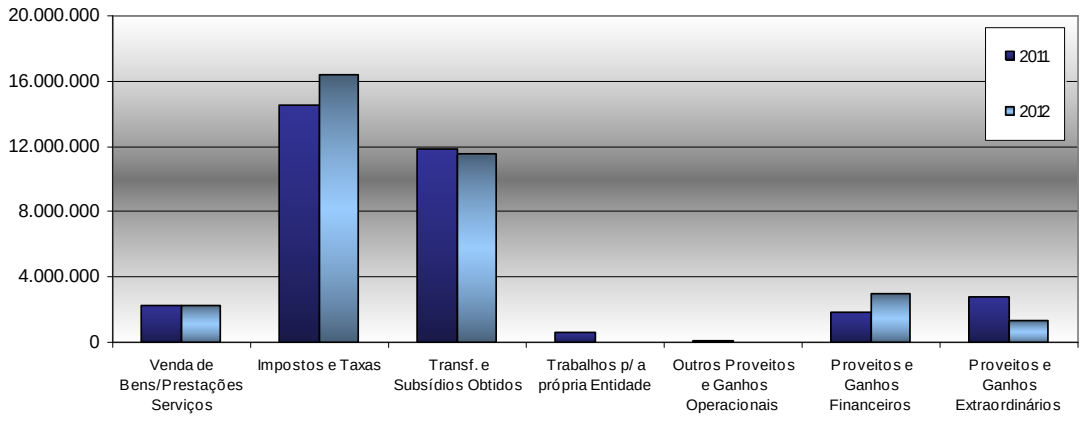
Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2012
Ganhos em Existências - Sobras	3.795
Ganhos em Imobilizações - Alienação	103.453
Benefícios de Penalidades Contratuais - Multas e Juros de Mora	31.727
Correcções relativas a Exercícios Anteriores	340.081
Transferências de Capital	481.456
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	421.803
TOTAL DE PROVEITOS	**1.382.315**

O saldo indicado na conta Transferências de Capital corresponde aos subsídios para investimentos a que a Autarquia teve direito, já contabilizados como receita em exercícios anteriores, mas que só agora são imputados como proveitos, uma vez que foram contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

O Gráfico n.º 17, abaixo apresentado, apresenta a evolução dos proveitos.

Gráfico n.º 17
Evolução dos Proveitos



3 | RESULTADOS

O Quadro n.º 50 apresenta a evolução dos Resultados, nos exercícios de 2009 a 2012.

QUADRO N.º 50: RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var 11/12	
					Valor	%
Resultados Operacionais	-7.273.471	-5.611.544	-4.237.957	-2.201.256	2.036.701	-48,06%
Resultados Financeiros	460.653	917.665	621.177	118.860	-502.318	-80,87%
Resultados Correntes	-6.812.819	-4.693.879	-3.616.779	-2.082.396	1.534.383	-42,42%
Resultado Líquido do Exercício	-8.440.120	-7.239.996	-4.449.594	-2.874.392	1.575.202	-35,40%

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Activo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Como o Resultado Líquido do Exercício de 2012 é negativo, no valor de € 2.874.392, não haverá lugar à sua distribuição, nos termos acima referidos, pelo que o mesmo será integralmente transferido para a conta 59 – Resultados Transitados.

Município da Figueira da Foz

BALANÇO — ANO : 2012

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercícios			
		2012			2011
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	3.341.799,73		3.341.799,73	3.164.840,74
452	Edifícios	555.052,08	30.065,34	524.986,74	552.739,36
453	Outras construções e infra-estruturas	188.018.104,47	88.865.307,89	99.152.796,58	107.982.532,50
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	103.522,65		103.522,65	101.715,60
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso	3.461.682,01		3.461.682,01	1.929.873,17
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		195.480.160,94	88.895.373,23	106.584.787,71	113.731.701,37
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento				
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso	887.498,99		887.498,99	887.498,99
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpórea				
		887.498,99	0,00	887.498,99	887.498,99
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	30.872.339,22		30.872.339,22	31.595.705,72
422	Edifícios e outras construções	72.673.235,91	15.826.676,05	56.846.559,86	57.862.802,94
423	Equipamento básico	8.954.676,65	8.696.484,50	258.192,15	325.986,20
424	Equipamento de transporte	3.564.036,01	3.197.112,47	366.923,54	213.799,76
425	Ferramentas e utensílios	203.888,04	198.568,17	5.319,87	7.605,82
426	Equipamento administrativo	3.383.544,01	2.793.805,09	589.738,92	548.240,66
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	1.048.836,97	866.821,33	182.015,64	208.533,78
442	Imobilizações em curso	7.412.490,22		7.412.490,22	5.271.960,23
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	498.928,00		498.928,00	425.784,00
		128.611.975,03	31.579.467,61	97.032.507,42	96.460.419,11
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	5.379.139,49	11.395,88	5.367.743,61	6.305.330,63
412	Obrigações e títulos de participação	37.501,00	37.500,00	1,00	
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				318,54
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		5.416.640,49	48.895,88	5.367.744,61	6.305.649,17
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	153.342,84		153.342,84	96.132,15
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produto acabados e intermédios				

Município da Figueira da Foz

BALANÇO — ANO : 2012

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2012			2011
		AB	AP	AL	AL
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		153.342,84	0,00	153.342,84	96.132,15
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	12.176,07		12.176,07	-3.850,25
212	Contribuintes, c/c	487.124,13		487.124,13	487.124,13
213	Utentes, c/c	28.832,27		28.832,27	27.472,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidos	184.643,51	142.362,83	42.280,68	
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	8,20		8,20	327,17
264	Administração autárquica				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	2.689.406,34		2.689.406,34	2.259.847,10
		3.402.190,52	142.362,83	3.259.827,69	2.770.920,15
	Titulos negociáveis				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00		0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	2.839.165,53		2.839.165,53	2.852.336,80
11	Caixa	2.007,97		2.007,97	2.032,77
		2.841.173,50		2.841.173,50	2.854.369,57
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	20.970.497,27		20.970.497,27	14.166.739,06
272	Custos diferidos	20.317,25		20.317,25	90.671,93
		20.990.814,52		20.990.814,52	14.257.410,99
	Total de amortizações		120.474.840,84		
	Total de provisões		191.258,71		
	Total do activo	357.783.796,83	120.666.099,55	237.117.697,28	237.364.101,50

Município da Figueira da Foz

BALANÇO — ANO : 2012

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2012	Exercícios 2011
	Fundos próprios		
51	**Património**	199.492.179,74	199.396.803,57
55	**Ajustamento de partes de capital em empresas**	-1.552.545,26	11.895,00
56	**Reservas de reavaliação**		
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	333.652,27	333.652,27
576	Doações	3.212.985,92	3.102.866,53
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	165.480,00	165.480,00
59	**Resultado transitados**	-37.236.544,51	-30.240.226,56
88	**Resultado líquido do exercício**	-2.874.392,15	-4.449.593,97
		161.540.816,01	168.320.876,84
	Passivo		
292	**Provisões para riscos e encargos**	67.700,00	121.414,70
		67.700,00	121.414,70
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	48.621.597,93	52.792.529,92
		48.621.597,93	52.792.529,92
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas		631.750,00
221	Fornecedores, c/c	2.258.984,57	2.299.061,71
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	412.506,59	
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções	38.890,82	38.481,46
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	558.413,06	887.297,79
24	Estado e outros entes públicos	60.689,74	12.201,21
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1.861.365,40	1.642.210,87
265	Associações	2,49	
2615	Fornecedores de Imobilizado - Leasing	303.206,61	587.517,04
268714	Fornecedores - Factoring	830.713,71	936.625,07
2618	Fornecedores de Imobilizado-Facturas em recepção e		
		6.324.772,99	7.035.145,15
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.562.569,81	1.024.422,69

Município da Figueira da Foz

BALANÇO — ANO : 2012

Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios 2012	Exercícios 2011
274	Proveitos diferidos	19.000.240,54	8.069.712,20
		20.562.810,35	9.094.134,89
	Total dos fundos próprios e do passivo	237.117.697,28	237.364.101,50

ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
Em .... de ..... de	Em .... de ..... de .....
.....	.....

Município da Figueira da Foz

Demonstração de resultados

ANO : 2012

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2012		2011	
	Custos e Perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias	292.615,50	292.615,50	298.474,88	298.474,88
62	Fornecimentos e serviços externos	8.455.031,28		8.841.170,31	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7.770.010,56		8.358.212,68	
643 a 648	Encargos sociais	1.579.498,65	17.804.540,49	1.610.636,40	18.810.019,39
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3.347.854,30	3.347.854,30	3.169.179,57	3.169.179,57
66	Amortizações do exercício	11.000.842,98		10.898.200,59	
67	Provisões do exercício	22.332,74	11.023.175,72	249.654,60	11.147.855,19
65	Outros custos e perdas operacionais	49.546,78	49.546,78	69.879,39	69.879,39
	(A)		32.517.732,79		33.495.408,42
68	Custos e perdas financeiras	2.836.363,41	2.836.363,41	1.247.976,97	1.247.976,97
	(C)		35.354.096,20		34.743.385,39
69	Custos e perdas extraordinárias	2.174.311,28	2.174.311,28	3.611.064,87	3.611.064,87
	(E)		37.528.407,48		38.354.450,26
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-2.874.392,15	0,00	-4.449.593,97
			34.654.015,33		33.904.856,29
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	2.240.188,09		2.276.834,74	
7114+715	Venda de Bens	23.729,46	2.263.917,55	-41.030,33	2.235.804,41
72	Impostos e taxas	16.436.736,46		14.554.881,86	
	Variação da produção	0,00		0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		573.305,93	
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74	Transferências e subsídios obtidos	11.573.334,94		11.812.577,24	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	42.488,16	28.052.559,56	80.882,24	27.021.647,27
	(B)		30.316.477,11		29.257.451,68
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.955.223,08	2.955.223,08	1.869.154,27	1.869.154,27
	(D)		33.271.700,19		31.126.605,95
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.382.315,14	1.382.315,14	2.778.250,34	2.778.250,34
	(F)		34.654.015,33		33.904.856,29

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A);	-2.201.255,68	-4.237.956,74
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A);	118.859,67	621.177,30
Resultados correntes: (D)-(C);	-2.082.396,01	-3.616.779,44
Resultados líquido do exercício: (F)-(E).	-2.874.392,15	-4.449.593,97

Orgão executivo	Orgão deliberativo
Em .... de ..... de	Em .... de ..... de .....
.....	.....

Enquadramento

As notas que a seguir se apresentam "visam facultar aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo", como está definido no ponto 2.4 do Decreto-Lei n.º54-A/99.

A sua exigibilidade está expressa no ponto 2,art.º6 do Decreto-Lei n.º54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou para cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e definidos no ponto 3.2 do POCAL.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações do Município (entidade contabilística), segundo os princípios do custo histórico, prudência, especialização dos exercícios, materialidade e da não compensação.

O princípio da forma prevaleceu sobre o da substância em consonância com o disposto no POCAL, excepto para a contabilização das aquisições de bens através de contratos de locação financeira.

8.2 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Geral

Estão omissas as notas 8.2.1, 8.2.2, 8.2.4, 8.2.5, 8.2.6, 8.2.10, 8.2.11, 8.2.17, 8.2.18, 8.2.19, 8.2.20, 8.2.21, 8.2.23, 8.2.24 e 8.2.30 por não existirem situações em que se aplique ou não existir informação que justifique a sua divulgação.

8.2.3 - Critérios Valorimétricos Adoptados

Imobilizado Corpóreo e Bens do Domínio Público

Para efeitos de actualização e avaliação dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público da Autarquia e em cumprimento das disposições previstas no ponto 4.1 do POCAL, foi aprovado pela Câmara Municipal em 19/09/2003 o Regulamento de Cadastro e Inventário do Imobilizado da Autarquia (RCIIA) que estabelece as regras, critérios, métodos e procedimentos para a inventariação e valorização dos bens do Município. O RCIIA faz parte integrante da Norma de Controlo Interno da Autarquia.
Os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao imobilizado corpóreo e bens de domínio público, foram os que constam desse regulamento, estando os critérios de acordo com as disposições do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

a 1) As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição ou de produção, incluindo todas as despesas com a compra, liquido das amortizações acumuladas.

a 2) As amortizações são calculadas em função da vida útil de cada tipo de activo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE através do método das quotas constantes por duodécimos.

Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com grau de acabamento e faturação das obras e trabalhos específicos (Imobilizado Incorpóreo).
Os autos de recepção provisória de 2012 foram regularizados através da inserção dos seus valores nas respectivas contas de imobilizações corpóreas.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são registados ao custo de aquisição, excepto para os casos em que as participações financeiras são superiores a 20%. Neste caso deixou de se utilizar o método de custo, passando a utilizar-se o método de equivalência patrimonial.
Os investimentos financeiros estão expressos no mapa de Activos de Rendimento Fixo e na nota 8.2.16.

Existências

As Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos.

Acréscimos e Diferimentos / Especialização dos exercícios

As receitas são reconhecidas nos exercícios a que dizem respeito independentemente do seu recebimento.

As despesas são igualmente reconhecidas quando ocorrem, independentemente do seu pagamento. As diferenças resultantes são relevadas nas rubricas de " Acréscimos e Diferimentos": Acréscimos de Proveitos; Custos Diferidos; Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos.

Incluem-se nestas contas, seguros a liquidar, remunerações a liquidar, consumos de água, electricidade, telecomunicações, despesas antecipadas de seguros, especialização de custos diversos, juros a receber, especialização de proveitos diversos e subsídios ao investimento (FEDER e outros).

Em anexo mapa com os bens que obtiveram subsídios de investimento

Aquisições em locação financeira

Os valores de capital indicados nos contratos de aquisição de bens em regime de locação financeira são registados nas respectivas contas de imobilizado, e de fornecedores de imobilizado. Os encargos financeiros debitados são relevados nas adequadas contas de custo do exercício.

8.2.7/8.2.8 Movimentos ocorridos em contas do Activo Imobilizado e respectivas Amortizações e Provisões

Mapas (Activo Bruto/ Amortizações e Provisões) - Em anexo às notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Informações relativas à nota 8.2.8 encontram-se anexas às notas ao balanço e à demonstração de resultados no relatório da SCAB- Secção de Cadastro e Administração de Bens (todos os dados estão inseridos na base de dados informática SIC).

8.2.9 Custos com empréstimos para financiar imobilizações

Informação incluída no documento 8.3.6.1 do POCAL em anexo.

Nota: Os valores contratados determinam **responsabilidades de capital** vincendas, a 31 de Dezembro de 2012, no valor de **€ 48.621.597,93.**

Empréstimos para Financiar Imobilizações								
Capital		Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Juros Mora			
74.100.356,25	73.859.309,15	4.170.931,99	2.976.979,31	7.147.911,3	0	0	52.792.529,92	48.621.597,93

8.2.12 Imobilizações em poder de terceiros

Imobilizações em poder de terceiros - Bens do Domínio Público				
Conta POCAL	Designação	Valor Imobilizado Líquido (€)	Motivo	Entidade
453	Outras Construções e Infra-estruturas - Redes de saneamento	4.662.829,24	Contrato de concessão	Águas da Figueira, SA
453	Outras Construções e Infra-estruturas - Redes de Água	345.525,21	Contrato de concessão	Águas da Figueira, SA
453	Outras Construções e Infra-estruturas - Redes Eléctricas	2.180.596,97	Contrato de concessão	EDP-Distribuição de Energia, SA
	TOTAL	**7.188.951,42**		

Imobilizações em poder de terceiros - Bens do Domínio Privado				
Conta POCAL	Designação	Valor Imobilizado Líquido (€)	Motivo	Entidade
421	Terrenos	7.238.161,78	Vários	Várias
4221	Edifícios	23.216.132,64	Vários	Várias
4222	Outras construções	1.803.479,27	Vários	Várias
	TOTAL	**32.257.773,69**		

Nota: As informações pormenorizadas sobre estas cedências, motivos e entidades, encontram-se no relatório da SCAB- Secção de Cadastro e Administração de Bens.

8.2.13 Bens utilizados em regime de locação Financeira

Bens Utilizados Em Regime de Locação Financeira – Valores Contabilísticos						
Designação	**N.º Contrato**	**Locador**	**Data do Contrato**	**Valor** *(Conta 42)*	**Amortizações Acumuladas** *(Conta 48)*	**Valor Contabilístico** *(Imob.Líquido)*
Prédio Urbano p/serviços-Rua Fernandes Tomás	960402	BPI	11-12-1996	€ 2.534.341,27	€ 293.439,17	€ 2.240.902,10
Prédio Urbano p/serviços-Rua do Mato	1106424	TOTTA	30-09-2002	€ 579.188,66	€ 66.983,13	€ 512.205,53
			TOTAL	**€ 3.113.529,93**	**€ 360.422,30**	**€ 2.753.107,63**

Bens utilizados em regime de locação financeira – Perspectiva financeira

Em 31 de Dezembro de 2012, existe um contrato em execução em regime de locação financeira, refere-se a edifício p/serviços e o seu valor ascende a **€ 530.706,00**.

Estes valores contratados determinam responsabilidades de capital vincendas, a 31 de Dezembro de 2012, no valor de € **303.206,61**, dos quais responsabilidades de curto prazo no valor de € **18.109,50**.

a) Isento de IVA

Bens em Locação Financeira							
Designação	**N.º Contrato**	**Locador**	**Data do Contrato**	**Valor**	**Capital em dívida (FIM 2012)**	**Capital em dívida médio longo prazo**	**Capital em dívida curto prazo (a pagar em 2013)**
Prédio Urbano p/serviços-Rua do Mato – a)	1106424	TOTTA	30-09-2002	530.706,00	303.206,61	285.097,11	18.109,50
			TOTAIS	**530.706,00**	**303.206,61**	**285.097,11**	**18.109,50**

8.2.14 Relação dos bens de imobilizado que não foi possível valorizar

Na data de elaboração do presente relatório e contas, encontra-se por inventariar ou valorizar os seguintes grupos de bens adquiridos ou produzidos até 31/12/2002:

- Livros e outro espólio da Biblioteca Municipal;
- Objectos de arte localizados nos diversos museus e edifícios municipais;
- Bens cedidos por contratos de concessão, nomeadamente redes de saneamento e redes de águas (Águas da Figueira, SA).

8.2.15 Bens de domínio público que não são objecto de amortização

Os bens de domínio público inseridos na conta 451- Terrenos e Recursos Naturais e 455- "Bens do património histórico, artístico e cultural, não foram objecto de amortização de acordo com o art.º 36 do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

8.2.16 Entidades Participadas

Utilização método de custo

Método do Custo						
Denominação Social	**N.P.C.**	**Cod. Jur.**	**Capital Social (2012)**	**Capital Próprio (2012)**	**Participação (2012)**	**Part. (%)**
WRC-WEB para a Região Centro-Ag. de Des. Regional, S A	506053628	SA	1.368.250,00	714.054,73	17.500,00	1,28
Associação Sal do Mondego (*)	506619451	ASS			3.250,00	
Associação Informática da Região Centro- AIRC	501378669	ASS	1.041.759,04	4.656.908,76	18.056,48	1,73
Ersuc- Resíduos Sólidos do Centro S.A.	503004405	SA	8.500.000,00	17.130.581,00	114.005,25	1,34
Municípia-Empresa Cartografia e Sist. Inf. E.M., S.A.	504475606	SA	3.236.678,67	3.750.351,22	74.819,68	2,31
Associação Coimbra Região Digital (**)	506394930	ASS	256.250,00	(265.111,71)	37.500,00	14,63
				TOTAL	**265.131,41**	

(*) sem elementos

(**) dados do ano anterior

Utilização método de equivalência Patrimonial

Participação em Entidades Societárias e não Societárias							
Método de Equivalência Patrimonial							
Denominação Social	**N.P.C.**	**Cod. Jur.**	**Resul.Líquido (2012)**	**Capital Social (2012)**	**Capital Próprio (2012)**	**Participação (2012)**	**Part. (%)**
Sodenfor- Soc. Difusora de Ensino da Fig da Foz	504695037	Lda	101.498,62	50.000,00	225.104,44	45.020,89	20,00
Figuera Paraindústria- Gestão de Parques E.M.	504973959	EM	7.486,09	100.000,00	646.548,25	646.548,25	100,00
Estruturas e Inv. Des. Mondego- Ag. Desenv. Regional, S.A.	507179080	S.A.	(7.842,95)	865.215,00	1.424.768,77	465.614,43	32,68
CENFORFF- Centro de Formação Profissional Fig. Da Foz	507286782	Lda	15.891,81	5.000,00	81.850,68	16.371,13	20,00
					TOTAL	**1.173.554,70**	

Participação em Empresas Municipais							
Método de Equivalência Patrimonial							
Denominação Social	**N.P.C.**	**Cod. Jur.**	**Resul.Líquido (2012)**	**Capital Social (2012)**	**Capital Próprio (2012)**	**Participação (2012)**	**% Part.**
Figueira Grande Turismo, Empresa Municipal	504431145	EM	354.926,22 €	3.689.999,71 €	750.504,28 €	750.504,28 €	100,00%
Figueira Domus- Empresa Municipal de Gestão Habitação	505003929	EM	10.699,33 €	1.790.217,00 €	2.729.759,43 €	2.729.759,43 €	100,00%
Figueira Parques- Emp.Púb.Mun.Estac. Fig.Foz-EM (*)	507276078	EM	13.901,11 €	514.000,00 €	710.579,21 €	497.689,67 €	70,04%
					TOTAL	**3.977.953,38 €**	

(*) dados previsionais

Nota: Ao conjunto de participações acima indicadas acresce ainda a participação de capital de 52% da Figueira Paranova, adquirida à Figueira Domus pelo valor de 1€. Em reunião de Câmara de 10 de Abril de 2012 foi deliberado aprovar a dissolução da Figueira Paranova cujo processo ainda se encontra em curso.

8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2012, as dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa que se incluem em dívidas a receber ascendem a € 184.643,51 encontrando-se provisionadas de acordo com o ponto 2.7.1 do POCAL.

Cobranças em Litígio					
Entidade		Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
		134.939,90 €	**49.703,61 €**	**0,00 €**	**184.643,51 €**
2182001151	Guitarrinha - Marketeer Unipessoal,Ldª.	2.726,00 €			2.726,00 €
2182004994	Inforpedros - Informática,Telecomunicações e Servi	192,00 €			192,00 €
2182005087	Vendárea-Empreendimentos Turísticos, S.A	124.280,75 €	49.703,61 €		173.984,36 €
2182008069	J.Ribeiro-Administrações, Lda	1.881,00 €			1.881,00 €
2182008077	Decor X-Publicidade e Decoração	62,18 €			62,18 €
2182008260	Miguel Ângelo de Melo	2.612,86 €			2.612,86 €
2182008262	Heidrun Margot Witzke Paul	903,05 €			903,05 €
2182008321	Nuno Alexandre Carracho Jordão	188,17 €			188,17 €
2182008430	Luís Gomes Alves	738,79 €			738,79 €
2182008521	Scurra Representações Têxteis, Lda	159,00 €			159,00 €
2182008540	Vasco Mendes Batista	402,52 €			402,52 €
2182008779	Tiago Augusto Teixeira de Azevedo Bensusan	793,58 €			793,58 €

8.2.25 Dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos"

A 31 de Dezembro de 2012 existe um saldo credor no montante de € 60.681,54 na conta 24 – "Estado e outros entes públicos".

Como dívidas desta Autarquia, incluem-se as retenções de impostos sobre rendimentos referentes a Dezembro e por regularizar a 31/12/2012, no montante de € 54.643,23. A conta relativa ao imposto sobre o valor acrescentado apresenta um saldo credor de € 209,53 referente a IVA a pagar do apuramento do mês de Dezembro. Inclui-se também Imposto de Selo cobrado e ainda não entregue a 31/12/2012, no montante de € 181,31.

Relativamente ás contribuições para a Segurança Social, existe um saldo credor de € 5.647,47 ainda não entregue a 31/12/2012: inclui-se o valor de € 5.276,01 referente a assistência na doença dos funcionários públicos; inclui-se o montante de € 96,89 referente a retenções aos funcionários – Caixa Geral de Aposentações; e inclui-se o montante de € 274,57 referente a retenções aos funcionários – Segurança Social.

8.2.26 Responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

8.2.26 – CONTAS DE ORDEM							
Contas		Saldo Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo Gerência Seguinte	
Código	Designacão	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	2.514.856,31		872.498,91		3.387.355,22	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c						
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	2.514.856,31		872.498,91		3.387.355,22	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				1.131.974,89		1.131.974,89
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				1.131.974,89		1.131.974,89
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		**2.514.856,31**		**872.498,91**	**1.131.974,89**	**2.255.380,33**	
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	151.244,21				151.244,21	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança		**151.244,21**				**151.244,21**	
TOTAL		**2.666.100,52**		**872.498,91**	**1.131.974,89**	**2.406.624,54**	

De acordo com o POCAL é necessário a desagregação das Garantias e Cauções por fornecedores de Imobilizado e Credores Diversos, obrigatoriedade essa que foi seguida na contabilização desses movimentos.

As garantias prestadas em numerário, constam do mapa de operações de tesouraria, uma vez que deram origem a registos na contabilidade patrimonial.

8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas

Provisões				
CONTAS	Saldo Inicial 2012	Aumento	Diminuições	Saldo Final 2012
291 Provisões para cobrança duvidosa				
2911 Divida clientes contribuintes e utentes	134.939,90	7.422,93		142.362,83
292 Para riscos e encargos				
2921 Processos judiciais em curso	114.714,70	22.332,74	76.047,44	61.000,00
2928 Outros riscos e encargos	6.700,00			6.700,00
491 Partes de capital				
4913 Empresas Privadas ou Cooperativas	11.249,49	146,39		11.395,88
492 Obrigações e titulos de participação				
4922 Empresas Privadas ou Cooperativas	37.500,00			37.500,00

a) Os movimentos da conta 291 referem-se provisões de valores para clientes considerados de cobrança duvidosa.

b) Os movimentos da conta 292 referem-se a estimativa das responsabilidades resultantes de sentenças a proferir sobre alguns processos em curso bem como de estimativa de taxas de justiças a liquidar em 2013.

c) As provisões para investimentos financeiros justificam-se pelo uso do método de custo, nos casos onde, o valor da aquisição é superior à percentagem de capital próprio detido.

8.2.28 Movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 "Fundo Patrimonial"

Fundo Patrimonial				
CONTAS	Saldo Inicial 2012	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2012
51 Património	199.396.803,57	190.201,16	94.824,99	199.492.179,74
551 Ajustamentos de transição	-349.417,00	0,43		-349.416,57
553 Outras variações do capital próprio	361.312,00	4,57	1.564.445,26	-1.203.128,69
575 Subsídios	333.652,27			333.652,27
576 Doações	3.102.866,53	110.119,39		3.212.985,92
577 Reservas decorrentes da transferência de activos	165.480,00			165.480,00
59 Resultados Transitados	-30.240.226,56	6.539.025,18	13.535.343,13	-37.236.544,51
88 Resultado Líquido	-4.449.593,97	4.449.593,97	2.874.392,15	-2.874.392,15

a) Os movimentos de aumento da conta 51 Património referem-se a regularizações ao Balanço Inicial. Todos os movimentos foram autorizados por despacho do Sr. Presidente de Câmara ou por Deliberação.

b) Os movimentos da conta 551 e 553 devem-se a utilização do Método de Equivalência Patrimonial na valorização das participações financeiras superiores a 20%.

c) Os valores mais significativos que contribuíram para a alteração da conta 576-Doações referem-se a:

- Terreno destinado à implementação, desenvolvimento e execução de um projecto urbanístico em Lares, freguesia de Vila Verde cedido pelas empresas C.M.E.- Construções e Manutenção Electomecânica, S.A. e Cobra Instalaciones Y Serviços S.A- Sucursal em Portugal;
- Bens resultantes da cessão do contrato de exploração do Parque Municipal de Campismo pela empresa Vendárea.

d) Os movimentos na conta 59-Resultados Transitados referem-se à aplicação do Resultado Líquido negativo do exercício 2011 bem como a correcções efectuadas no âmbito da especialização dos exercícios referente a contabilização de subsídios atribuídos (aumentos e diminuições) que deveriam ter sido reconhecidos em anos anteriores. O IRS recebido em 2012 é referente ao ano de 2010 sendo também considerado nesta conta, bem como os valores de IMI e Derrama recebidos em 2012 não considerados em acréscimos de proveitos no ano de 2011.

e) Os movimentos na conta 88-Resultado Líquido do Exercício referem-se à aplicação do resultado líquido de 2011 e ao apuramento do resultado líquido de 2012.

8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		
Movimentos	**Mercadorias**	**Matérias-primas subsidiárias e de consumo**
Existências Iniciais	0,00	96.132,15
Compras	0,00	347.799,49
Regularizações de Existências	0,00	2.026,70
Existências Finais	0,00	153.342,84
Custos no Exercício		**292.615,50**

8.2.31 Demonstração dos resultados financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros suportados	2.481.705,88	1.090.125,03	781	Juros obtidos	4.527,06	17.634,72
682	Perdas em entidades participadas	351.998,19	147.714,00	782	Ganhos em entidades participadas	569.837,19	25.801,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	43.111,70	48.150,65
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	11.722,96	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	2.168,14	2.154,95	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
689	Outros custos financeiros	491,20	7.982,99	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	2.326.024,17	1.777.567,90
Resultados Financeiros		**118.859,67**	**621.177,30**	789	Reembolsos & Restituições	0,00	0,00
TOTAL		**2.955.223,08**	**1.869.154,27**	**TOTAL**		**2.955.223,08**	**1.869.154,27**

8.2.32 Demonstração dos resultados extraordinários

Demonstração dos Resultados Extraordinários							
Código das Contas	**Custos e Perdas**	**Exercícios**		**Código das Contas**	**Proveitos e Ganhos**	**Exercícios**	
		2012	**2011**			**2012**	**2011**
691	Transferências de capital concedidas	679.372,19	1.564.606,96	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	1.768,15	16.650,27	793	Ganhos em existências	3.794,85	0,00
694	Perdas em imobilizações	108.021,69	2.378,09	794	Ganhos em imobilizações	103.452,50	138.267,50
695	Multas e Penalidades	0,00	700,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	31.727,09	65.135,95
696	Aumentos de amortizações e de provisões	7.569,32	21.094,86	796	Reduções de amortizações e de provisões	2,75	1.659.934,45
697	Correções relativas a exercícios anteriores	1.271.143,00	1.664.762,40	797	Correções relativas a exercícios anteriores	340.081,40	413.629,12
698	Outros custos e perdas extraordinárias	5.834,23	4.536,49	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	903.256,55	501.283,32
699	Outros custos extraordinários	100.602,70	336.335,80				
	Resultados extraordinários	**-791.996,14**	**-832.814,53**				
	TOTAL	**1.382.315,14**	**2.778.250,34**		**TOTAL**	**1.382.315,14**	**2.778.250,34**

Notas Finais:

Não existem outras informações a adicionar às anteriormente mencionadas.

Município da Figueira da Foz

Ano: 2012

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	3.164.840,74	47.564,95	129.394,04	0,00	0,00	3.341.799,73
452	Edifícios	555.052,08	0,00	0,00	0,00	0,00	555.052,08
453	Outras construções e infraestruturas	187.839.946,36	0,00	51.452,69	0,00	126.705,42	188.018.104,47
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	101.718,35	0,00	1.804,30	0,00	0,00	103.522,65
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	1.929.873,17	0,00	1.675.071,14	0,00	-143.262,30	3.461.682,01
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		193.591.430,70	47.564,95	1.857.722,17	0,00	-16.556,88	195.480.160,94
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	887.498,99	0,00	0,00	0,00	0,00	887.498,99
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		887.498,99	0,00	0,00	0,00	0,00	887.498,99
421	Terrenos e recursos naturais	31.595.705,72	94.478,50	0,00	804.575,00	-13.270,00	30.872.339,22
422	Edifícios e outras construções	72.215.482,16	0,00	117.074,61	136.485,00	477.164,14	72.673.235,91
423	Equipamento básico	8.911.094,64	0,00	81.384,78	0,00	-37.802,77	8.954.676,65
424	Equipamento de transporte	3.480.868,40	0,00	235.422,00	0,00	-152.254,39	3.564.036,01
425	Ferramentas e utensílios	202.701,90	0,00	1.993,77	0,00	-807,63	203.888,04
426	Equipamento administrativo	3.294.182,68	0,00	122.795,72	0,00	-33.434,39	3.383.544,01
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	1.029.225,49	0,00	19.783,94	0,00	-172,46	1.048.836,97
442	Imobilizações em curso	5.271.960,23	0,00	2.593.525,44	0,00	-452.995,45	7.412.490,22
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	425.784,00	0,00	73.144,00	0,00	0,00	498.928,00
		126.427.005,22	94.478,50	3.245.124,26	941.060,00	-213.572,95	128.611.975,03
411	Partes de capital	6.316.580,12	-1.007.440,63	70.000,00	0,00	0,00	5.379.139,49
412	Obrigações e títulos de participação	37.500,00	0,00	1,00	0,00	0,00	37.501,00
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	318,54	-318,54	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		6.354.398,66	-1.007.759,17	70.001,00	0,00	0,00	5.416.640,49

(Euros)

Município da Figueira da Foz

Ano: 2012

Amortizações e Provisões

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	2.312,72	27.752,62	0,00	30.065,34
Outras construções e infraestruturas	4853	79.857.413,86	9.007.894,03	0,00	88.865.307,89
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	2,75	0,00	2,75	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		79.859.729,33	9.035.646,65	2,75	88.895.373,23
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	11.661.634,26	1.297.258,62	112.500,00	12.846.392,88
Outras construções	48222	2.691.044,96	289.238,21	0,00	2.980.283,17
Equipamento básico	4823	8.585.108,44	167.396,21	56.020,15	8.696.484,50
Equipamento de transporte	4824	3.267.068,64	79.424,03	149.380,20	3.197.112,47
Ferramentas e utensílios	4825	195.096,08	4.279,72	807,63	198.568,17
Equipamento administrativo	4826	2.745.942,02	81.297,46	33.434,39	2.793.805,09
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	820.691,71	46.302,08	172,46	866.821,33
		29.966.586,11	1.965.196,33	352.314,83	31.579.467,61
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	11.249,49	146,39	0,00	11.395,88
Obrigações e títulos de participação	492	37.500,00	0,00	0,00	37.500,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		48.749,49	146,39		48.895,88

Obras com Subsídio ao Investimento

Designação	Contas Lançamento		Valor Total Obra	Tx. Amort Sic	1.ºAno Amort.	Anos Amort.	Contas 2745...	Subsídio				
	Rec.Fact	Rec.Obra						Subsídio atribuido no Ano	Total Subsídio atribuido	Proveito do Ano	Proveito Total Reconhecido	Saldo Contas 2745...
								4.324.635,14 €	22.232.905,38 €	481.456,23 €	3.232.664,84 €	19.000.240,54 €
01 Iluminação do Estádio José Bento Pessoa	442001203	4222	128.705,86 €	5,26	2003	19	2745112	0,00 €	128.705,86 €	6.773,99 €	67.739,93 €	60.965,93 €
02 Passeios e Arruamentos no Vale Galante	44500030019	453	573.193,69 €	2,78	2003	36	274541	0,00 €	254.785,94 €	7.077,39 €	70.773,87 €	184.012,07 €
03 Jardim Infancia Buarcos	442000401	4221	1.067.136,14 €	1,27	2003	79	274541	0,00 €	164.343,85 €	2.080,30 €	20.803,02 €	143.540,83 €
04 Jardim Infancia Conde Ferreira	442000402	4221	617.081,19 €	1,43	2003	70	274541	0,00 €	150.875,92 €	2.155,37 €	21.553,70 €	129.322,22 €
05 Const.Centro Artes e Espetáculos	442000201	4221	0,00 €	1,25	2003	80	2745112	0,00 €	498.797,90 €	6.234,97 €	62.349,74 €	436.448,16 €
06 Const.Centro Artes e Espetáculos	442000201	4221	10.558.998,31 €	1,25	2003	80	274541	0,00 €	7.458.631,86 €	93.232,90 €	932.328,98 €	6.526.302,88 €
07 Ligação IP3/V3	445000301801	453	88.851,32 €	2,78	2003	36	274541	0,00 €	569.673,38 €	15.824,26 €	158.242,61 €	411.430,77 €
08 Ligação IP3/V3	445000301802	453	629.803,26 €	2,78	2004	36	274541	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
09 Const.RU c/lig.Rua Montalto	44500050002	453	2.647.907,67 €	5	2008	20	274541	0,00 €	2.522.593,93 €	126.129,70 €	630.648,48 €	1.891.945,45 €
10 Esplanada Silva Gimarães-Arr.Urbanistico	445000101	453	528.610,50 €	5	2004	20	274512	0,00 €	273.375,77 €	13.668,79 €	123.019,10 €	150.356,67 €
11 Arranj.Urb.Largo Igreja Matriz	44500070015	453	149.805,06 €	2,78	2004	36	274512	0,00 €	149.805,06 €	4.161,25 €	37.451,27 €	112.353,80 €
12 Rede Saneamento Ferreira, Moinhos e Sant	44500070019	453	2.306.826,88 €	5	2005	20	274541	0,00 €	848.759,30 €	42.437,97 €	339.503,72 €	509.255,58 €
13 Rede Saneamento de Salmanha	44500040001	453	244.548,62 €	2,5	2003	40	274541	0,00 €	110.304,31 €	2.757,61 €	27.576,08 €	82.728,23 €
14 Rede Saneamento de Buarcos - Poço Vila	44500040018	453	226.372,19 €	5	2005	20	274541	0,00 €	136.158,26 €	6.807,91 €	54.463,30 €	81.694,96 €
15 Rede Saneamento de Buarcos - Patracol	44500040020	453	130.606,27 €	5	2006	20	274541	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
16 Aerodromo	4420022					1	274512	0,00 €	81.827,78 €	0,00 €	0,00 €	81.827,78 €
17 Núcleo Museologico do Sal	442000701	4221	531.330,89 €	5	2008	20	274512	0,00 €	436.888,56 €	21.844,43 €	109.222,14 €	327.666,42 €
18 Recuperação Paço Tavarede	4420009	4221	979.466,03 €	1,25	2007	80	274512	0,00 €	528.488,40 €	6.606,11 €	39.636,63 €	488.851,77 €
19 Urbcom-Rua da Rep./Av.Saraiva de Carvalho	44500070026	453	212.852,97 €	5	2005	20	274512	0,00 €	160.883,01 €	8.044,15 €	64.353,20 €	96.529,81 €
20 Parque Estacionamento são Julião	44500030051	453	470.657,07 €	5	2009	20	274512	0,00 €	375.313,21 €	18.765,66 €	75.062,64 €	300.250,57 €
21 Rede Saneamento Bom Sucesso	44500040024	453	1.004.480,87 €	5	2006	20	274541	0,00 €	578.330,69 €	28.916,53 €	202.415,74 €	375.914,95 €
22 Tapete Diversas Ruas das Alhadas 2ªfase	44500020152	453	232.998,47 €	5	2007	20	274541	0,00 €	151.449,00 €	7.572,45 €	45.434,70 €	106.014,30 €
23 Centro Escolar Vila Verde	44200048	4221	501.039,40 €	1,25	2010	80	274541	42.784,21 €	443.528,95 €	5.544,11 €	16.632,34 €	426.896,61 €
24 Parque Infanti da Cidade	44200017	453	87.998,97 €	5	2010	20	274512	0,00 €	87.998,00 €	4.399,90 €	13.199,70 €	74.798,30 €
25 Centro Escolar de São Julião/Tavarede	4420004501	4221	3.905.190,37 €			1	274541	1.541.143,68 €	2.600.489,32 €	0,00 €	0,00 €	2.600.489,32 €
26 Requalificação da Rua 5 Outubro	445000070042	453	715.135,20 €	5	2010	20	274541	59.647,57 €	563.351,41 €	28.167,57 €	84.502,71 €	478.848,70 €
27 requalificação mercado municipal espaços envolv	442001001		1.611.852,53 €			1	274541	1.019.595,80 €	1.019.595,80 €	0,00 €	0,00 €	1.019.595,80 €
28 requali forte santa cararina	44500070044		2.436.114,54 €			1	274541	1.358.079,67 €	1.358.079,67 €	0,00 €	0,00 €	1.358.079,67 €
29 Construção Variante Interna Paião	445000200176	453	318.615,81 €	5	2011	20	274541	44.398,36 €	269.966,78 €	13.498,34 €	26.996,68 €	242.970,10 €
30 Reabilitação Edifício Castelo Eng.Silva	442002301	4221	189.885,69 €	2	2012	50	274512	96.295,85 €	147.213,46 €	2.944,27 €	2.944,27 €	144.269,19 €
34 Aquisição Viatura de Bombeiros		425	235.422,00 €	7,14	2013	14	274541	156.879,70 €	156.879,70 €	0,00 €	0,00 €	156.879,70 €
34 Aquisição Viatura de Bombeiros (1ºAno)		425	0,00 €	100	2012	1	274541	5.810,30 €	5.810,30 €	5.810,30 €	5.810,30 €	0,00 €

EMPRÉSTIMOS

Ano: 2012 (Unidade: Euro)

Instituição Finan-ciadora	Caracterização do empréstimo Finalidade	Data da aprovação pela AM	Data da contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decor-ridos	Visto do TC N.º de registo	Visto do TC Data	Finalidade do emprés-timo (c)	Capital Contratado	Capital Utilizado	Taxa de Juro Inicial	Taxa de Juro Actual	Encargos do ano Amortização	Encargos do ano Juros	Encargos do ano Total	Encargos do ano Juros de mora	Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 01 de janeiro	Dívida em 31 de dezembro
	MÉDIO E LONGO PRAZOS:																		
CGD	Construção Fogos Hab. Leirosa	30-04-94	21-07-94	25 Anos	18	56844/94	27-06-94	(I)	924.806,21	924.806,21	7,700%	0,87%	47.892,47	6.195,43	54.087,90	0,00	0,00	532.367,29	484.474,82
INH	Aquisição 8 Fracções Habitacionais na Quinta das Recolhidas - Vila Verde	28-12-89	19-06-90	25 Anos	22	__	__	(I)	167.845,49	167.845,49	9,000%	0,95%	9.647,46	345,99	9.993,45	0,00	0,00	33.962,33	24.314,87
CGD	Rede Viária Estruturante da Zona Urbana - 1.ª e 2.ª Fases	17-06-98	20-08-98	15 Anos	14	26157/98	21-07-98	(I)	570.914,09	570.914,09	1,000%	2,51%	49.592,50	2.954,21	52.546,71	0,00	0,00	100.842,89	51.250,39
CGD	Aproveitamento de água do Rio Mondego	17-06-98	20-08-98	15 Anos	14	26155/98	21-07-98	(I)	1.140.935,34	1.140.935,34	1,000%	2,29%	99.107,42	5.903,81	105.011,23	0,00	0,00	201.528,06	102.420,64
CGD	Águas Residuais	17-06-98	20-08-98	15 Anos	14	26156/98	21-07-98	(I)	373.863,98	373.863,98	1,000%	2,51%	32.475,72	1.934,57	34.410,29	0,00	0,00	66.037,12	33.561,40
CGD	Benef.Mercado Municipal F.Foz	29-12-99	04-05-00	15 Anos	12	1147/00	19-04-00	(I)	349.557,57	349.557,57	1,175%	2,68%	29.381,35	2.549,98	31.931,33	0,00	0,00	90.567,49	61.186,14
CGD	Aq. Terreno p/const.habitacional	29-09-99	24-05-00	15 Anos	12	0379/00	23-03-00	(I)	498.797,90	498.797,90	3,583%	1,05%	42.719,38	2.061,95	44.781,33	0,00	0,00	152.212,62	109.493,24
CGD	Ligação IP3 à V3, incl. acesso Rua Heróis do Ultramar	23-02-01	20-07-01	20 Anos	11	1962/01	12-07-01	(I)	143.184,92	143.184,92	4,772%	1,28%	8.179,36	1.643,62	9.822,98	0,00	0,00	81.793,68	73.614,32
CGD	Arruamentos e passeios no Vale Galante	23-02-01	20-07-01	20 Anos	11	1962/01	12-07-01	(I)	72.794,57	72.794,57	4,772%	1,28%	4.158,35	835,61	4.993,96	0,00	0,00	41.583,50	37.425,15
CGD	Construção Piscina Zona Sul Fig.Foz	23-02-01	20-07-01	20 Anos	11	1964/01	12-07-01	(I)	122.360,11	122.360,10	4,772%	1,28%	6.601,44	1.326,54	7.927,98	0,00	0,00	66.014,39	59.412,95
CGD	Centro Artes e Espectáculos Fig. Foz	23-02-01	20-07-01	20 Anos	11	1965/01	12-07-01	(I)	2.185.098,91	2.185.098,91	4,772%	1,28%	124.822,66	25.082,80	149.905,46	0,00	0,00	1.248.226,57	1.123.403,91
CGD	Abrigos para passageiros Transportes Públicos	23-02-01	20-07-01	20 Anos	11	1963/01	12-07-01	(I)	63.212,66	63.212,66	4,772%	1,28%	3.410,38	685,31	4.095,69	0,00	0,00	34.103,78	30.693,40
CGD	Rep. prejuízos causados p/intempéries ocorridas a partir Nov/00 (a)	25-06-01	03-09-01	20 Anos	11	__	__	(I)	548.064,08	548.064,08	2,232%	0,51%	32.490,40	3.292,34	35.782,74	0,00	0,00	339.799,89	307.309,49
CGD	Rep. prejuízos causados p/intempéries ocorridas a partir Nov/00 (b)	25-06-01	03-09-01	20 Anos	11	__	__	(I)	1.696.526,46	1.696.526,46	4,464%	1,03%	100.431,87	21.264,98	121.696,85	0,00	0,00	1.098.875,63	998.443,76
CGD	Concepção/construção via ligação nó - R.U. - Rua Montalto	23-02-01	20-09-01	20 Anos	11	2505/01	30-08-01	(I)	468.446,05	468.446,05	1,000%	0,84%	32.503,92	5.673,56	38.177,48	0,00	0,00	325.039,26	292.535,34
CGD	Construção 24 fogos em S.Pedro	28-09-01	17-12-01	20 Anos	11	3208/01	15-11-01	(I)	350.021,45	350.021,45	1,473%	0,57%	18.448,25	1.348,85	19.797,10	0,00	0,00	190.595,21	172.146,96
CGD	Construção 14 fogos Qta Recolhidas - Vila Verde	28-09-01	17-12-01	20 Anos	11	3209/01	15-11-01	(I)	292.030,21	292.030,21	1,473%	0,57%	15.059,28	1.101,07	16.160,35	0,00	0,00	155.582,67	140.523,39
CGD	Investimento/liquidação de despesas	19-12-01	26-03-02	12 Anos	10	294/01	21-03-02	(N)	4.738.580,02	4.738.580,02	4,083%	1,15%	597.061,67	20.154,11	617.215,78	0,00	0,00	1.357.868,10	760.806,43
BES	Financiamento de Investimentos **(Várias acções: Ver Nota I)**	27-03-02	14-06-02	20 Anos	10	1073/02	31-05-02	(N)	5.500.000,00	5.454.413,54	4,186%	1,6060%	303.024,00	63.631,42	366.655,42	0,00	0,00	3.181.733,54	2.878.709,54
CGD	Aquisição 10 Fogos na Gala/Sidney	27-03-02	21-06-02	25 Anos	10	1074/02	31-05-02	(I)	211.043,39	211.043,39	1,800%	0,77%	8.408,33	1.284,33	9.692,66	0,00	0,00	141.884,48	133.476,15
CGD	Saneamento Financeiro	27-03-02	24-07-02	12 Anos	10	1092/02	06-05-02	(N)	9.500.000,00	9.500.000,00	4,250%	1,53%	1.177.771,08	58.173,88	1.235.944,96	0,00	0,00	3.296.072,58	2.118.301,50
BES	Qualificação Vias Municipais - Z. Sul	27-03-02	12-09-02	20 Anos	10	1868/02	22-08-02	(I)	121.245,85	79.076,54	1,000%	1,4810%	4.273,34	1.134,12	5.407,46	0,00	0,00	47.006,77	42.733,43
BES	Qualificação Vias Municipais - Z. Norte	27-03-02	12-09-02	20 Anos	10	1870/02	22-08-02	(I)	99.977,25	91.689,14	1,000%	1,4810%	4.817,30	1.278,49	6.095,79	0,00	0,00	52.990,27	48.172,97
BES	Infra-estruturas diversas Zona Industrial Gala	27-03-02	12-09-02	20 Anos	10	1869/02	22-08-02	(I)	545.577,65	497.184,91	1,000%	1,4810%	26.121,82	6.932,65	33.054,47	0,00	0,00	287.340,11	261.218,29
BES	Construção Feira Quinta Madalena	27-03-02	12-09-02	20 Anos	10	1871/02	22-08-02	(I)	98.660,47	98.660,47	1,000%	1,4810%	5.183,56	1.375,70	6.559,26	0,00	0,00	57.019,26	51.835,70
CGD	Aquisição de 13 fogos habitacionais	29-04-02	03-10-02	20 Anos	10	2195/02	05-09-02	(I)	282.169,96	282.169,96	1,700%	0,59%	14.396,16	1.425,97	15.822,13	0,00	0,00	165.509,58	151.113,42
BES	Alarg. Rect. EM600 entre Estação CF e Ligação IP3, na Fontela	27-03-02	23-10-02	20 Anos	10	2410/02	03-10-02	(I)	219.414,01	185.792,10	1,000%	1,4810%	9.767,24	2.443,10	12.210,34	0,00	0,00	107.439,66	97.672,42
BES	Reforço da Estrutura da Esplanada Silva Guimarães	27-03-02	23-10-02	20 Anos	10	2411/02	03-10-02	(I)	95.617,64	88.541,93	1,000%	1,4810%	4.654,72	1.164,29	5.819,01	0,00	0,00	51.201,91	46.547,19
BPI	Aquisição de 5 Moradias T2 no Empreendimento Hab. Leirosa	16-12-02	21-10-04	25 Anos	8	3509/02	05-08-04	(N)	100.196,00	100.196,00	1,2212%	1,354%	4.385,23	666,15	5.051,38	0,00	0,00	72.727,59	68.342,36
CGD	Rede Saneamento de Ferreira-a-Nova, Santana e Moinhos da Gândara	30-06-04	20-10-05	20 Anos	7	2552/05	20-10-05	(I)	675.855,38	636.569,47	1,000%	0,87%	31.391,06	7.964,39	39.355,45	0,00	0,00	439.474,86	408.083,80
CGD	Remod. Rede Saneamento de Buarcos - Urb. Patracol e Poço da Vila	30-06-04	20-10-05	20 Anos	7	2128/05	29-09-05	(I)	118.745,63	102.118,69	1,000%	0,87%	5.035,76	1.277,65	6.313,41	0,00	0,00	70.500,72	65.464,96
BST	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)	10-03-09	03-06-09	5 Anos	3	__	__	(N)	6.494.888,00	6.494.888,00	3,355%	3,909%	1.317.718,51	99.165,89	1.416.884,40	0,00	0,00	3.374.703,11	2.056.984,60
DGTF	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)	10-03-09	03-06-09	10 Anos	3	__	__	(N)	4.329.925,00	4.329.925,00	__	__	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.329.925,00	4.329.925,00
CGD	Saneamento Financeiro	21-01-11	07-07-11	12 Anos	1	351/11	01-07-11	(N)	16.000.000,00	16.000.000,00	7,24%	6,54%	0,00	1.441.597,78	1.441.597,78	0,00	0,00	16.000.000,00	16.000.000,00
BPI	Saneamento Financeiro	21-01-11	15-07-11	12 Anos	1	407/11	01-07-11	(N)	10.000.000,00	10.000.000,00	7,2490%	6,5400%	0,00	836.275,72	836.275,72	0,00	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00
BES	Saneamento Financeiro	21-01-11	01-07-11	12 Anos	1	408/11	01-07-11	(N)	5.000.000,00	5.000.000,00	7,2970%	6,4490%	0,00	346.833,05	346.833,05	0,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00
	TOTAIS								74.100.356,25	73.859.309,15			4.170.931,99	2.976.979,31	7.147.911,30	0,00	0,00	52.792.529,92	48.621.597,93
Limite dos empréstimos de médio e longo prazos (De acordo com informação da DGAL)															19.518.734,00				
Montante da Dívida em 2012-12-31 (Considerando as excepções previstas no n.º 2 do artigo 61.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro)															43.213.069,43				

(a) - Parte bonificada

(b) - Parte não bonificada

(c) - Utilizou-se a sigla (I) para os empréstimos que estão isentos do limite de endividamento e a sigla (N), para os que contam para esse limite

Caracterização do empréstimo		Observações (Legislação aplicável para os empréstimos isentos do limite de endividamento)
Instituição Finan-ciadora	Finalidade	
C.G.D.	Construção Fogos Hab. Leirosa	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
I.N.H.	Aquisição 8 Fracções Habitacionais na Quinta das Recolhidas - Vila Verde	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
B.P.I.	Prejuízos causados no Município pelas intempéries de Dez/95 e Jan/96	Decreto-Lei n.º 47/96, de 15.05 (N.º 2 do art.º 22.º da Lei n.º 10-B/96, de 26.03 - LOE/1996)
C.G.D.	Rede Viária Estruturante da Zona Urbana - 1.ª e 2.ª Fases	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Aproveitamento de água do Rio Mondego	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Águas Residuais	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Benef.Mercado Municipal F.Foz	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Aq. Terreno p/const.habitacional	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
C.G.D.	Ligação IP3 à V3, incl. acesso Rua Heróis do Ultramar	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Arruamentos e passeios no Vale Galante	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Construção Piscina Zona Sul Fig.Foz	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Centro Artes e Espectáculos Fig. Foz	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Abrigos para passageiros Transportes Públicos	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Rep. prejuízos causados p/intempéries ocorridas a partir Nov/00	Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 08.02 (art.º 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 08.02)
C.G.D.	Rep. prejuízos causados p/intempéries ocorridas a partir Nov/00	Decreto-Lei n.º 38-C/2001, de 08.02 (art.º 4.º da Lei n.º 2-A/2001, de 08.02)
C.G.D.	Concepção/construção via ligação nó - R.U. - Rua Montalto	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
C.G.D.	Construção 24 fogos em S.Pedro	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
C.G.D.	Construção 14 fogos Qta Recolhidas - Vila Verde	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
C.G.D.	Investimento/liquidação de despesas	
B.E.S.	Financiamento de Investimentos	
CGD	Aquisição 10 Fogos na Gala/Sidney	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
CGD	Saneamento Financeiro	
BES	Qualificação Vias Municipais - Z. Sul	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
BES	Qualificação Vias Municipais - Z. Norte	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
BES	Infra-estruturas diversas Zona Industrial Gala	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
BES	Construção Feira Quinta Madalena	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
CGD	Aquisição de 13 fogos habitacionais	Lei n.º 42/98, c/ as alterações introduzidas pelas: Lei n.º 87-B/98, de 31.12; Lei n.º 3-B/2000, de 04.04; Lei n.º 15/2001, de 05.06; Lei n.º 94/2001, de 20.08 e Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28.08
BES	Alarg. Rect. EM600 entre Estação CF e Ligação IP3, na Fontela	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
BES	Reforço da Estrutura da Esplanada Silva Guimarães	Art.º 32.º da Lei n.º 42/98, na redacção dada pelo art.º 28.º da LOE/2000 e n.º 6 do art.º 20.º da Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro - LOE/2004
BPI	Aquisição de 5 Moradias T2 no Empreendimento Hab. Leirosa	
CGD	Rede Saneamento de Ferreira-a-Nova, Santana e Moinhos da Gândara	Art.º 19.º , n.º 6 da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 - LOE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29/7 (1.ª alteração à LOE/2005)
CGD	Remod. Rede Saneamento de Buarcos - Urb. Patracol e Poço da Vila	Art.º 19.º , n.º 6 da Lei n.º 55-B/2004, de 30.12 - LOE/2005, na redacção da Lei n.º 39-A/2005, de 29/7 (1.ª alteração à LOE/2005)
BST	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)	
DGTF	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE)	
CGD	Saneamento Financeiro	
BPI	Saneamento Financeiro	
BES	Saneamento Financeiro	

Nota I:

. GOP: 25 202 2000/28 - Construção da Piscina do Alqueidão (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)
. GOP: 25 207 2000/9 - Construção da Piscina de Ferreira-a-Nova (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)
. GOP: 25 209 2000/10: Construção da Piscina de Maiorca (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)
. GOP: 25 210 2000/11: Construção da Piscina da Marinha das Ondas (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)
. GOP: 24 214 2003/173: Arranjo Urbanístico do Largo Envolvente do Centro Saúde de Santana (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)
. GOP: 34 113 2001/16: Construção do Mercado de Quiaios (Obra concluída)
. GOP: 33 108 2002/85: Construção de Passeios na Antiga EN 109, junto aos armazéns de Lavos (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)
. GOP: 33 115 1999/16: Pavimentação de várias ruas da Cidade (Obra concluída, pelo que já não consta nas GOP 2012)

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____de _____ de 2013

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____de _____ de 2013

_____

De acordo com o n.º 7 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais, durante o período de vigência do contrato de empréstimo de saneamento financeiro, "*a apresentação anual de contas à assembleia municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro*".

Para efeitos de avaliação do Plano de Saneamento Financeiro (PSF), foram adoptados os seguintes indicadores, cujo cumprimento importa assegurar no final de cada ano:

a) Endividamento financeiro de médio e longo prazo;
b) Endividamento de curto prazo
c) Endividamento líquido;
d) Prazo Médio de Pagamento;
e) Despesa com Pessoal e racionalização do quadro de pessoal.

O presente relatório aborda a execução orçamental correspondente ao período de Janeiro a Dezembro de 2012, sendo este o primeiro ano subsequente à contratação e utilização do empréstimo.

Atendendo às obrigações do Município em sede de controlo e redução de endividamento e de custos com pessoal, far-se-á a análise ao grau de cumprimento relativamente a objectivos estabelecidos na LOE 2012, como é o caso de aspectos atinentes aos recursos humanos.

1 | EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Atendendo à acentuada degradação da situação financeira do Município, a Câmara Municipal deliberou em 19.11.2010 reconhecer a situação de desequilíbrio financeiro conjuntural do Município e propor à Assembleia Municipal a aprovação de estudo fundamentado sobre a situação financeira da autarquia.

Deliberou também, naquela mesma reunião, propor à Assembleia Municipal a aprovação do Plano de Saneamento Financeiro e, consequentemente, a contratação de um empréstimo de saneamento financeiro no valor de € 31.000.000.

Na sequência de consulta a várias instituições de crédito, a Câmara Municipal deliberou em 04.01.2011 aprovar o relatório de análise das propostas relativo à contratação do empréstimo de saneamento financeiro, no montante global de € 31.000.000, junto de três instituições financeiras, e submeter o projecto de decisão a audiência prévia.

Decorrido o período de audiência prévia, sem que houvesse qualquer intervenção dos interessados, a Câmara Municipal deliberou em 18.01.2011 contratar o empréstimo de saneamento financeiro, no valor global de € 31.000.000,00, junto das seguintes instituições financeiras:

a) € 16.000.000 à Caixa Geral de Depósitos, S.A.;
b) € 10.000.000 ao Banco BPI, S.A.;
c) € 5.000.000 ao Banco Espírito Santo, S.A..

Na sessão extraordinária de 21.01.2011, a Assembleia Municipal deliberou autorizar a contratação de empréstimo de saneamento financeiro até ao montante de € 31.000.000 e aprovar a proposta da Câmara Municipal no sentido de adjudicar a contratação do empréstimo às referidas instituições de crédito.

Em 11.02.2011, a Câmara Municipal deliberou aprovar as cláusulas contratuais correspondentes aos contratos de mútuo a celebrar com a CGD, o Banco BPI e o BES.

Em 25.02.2011 os contratos de empréstimos celebrados com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (€ 16.000.000), com o Banco BPI, S.A. (€ 10.000.000) e com o Banco Espírito Santo, S.A. (€ 5.000.000) foram remetidos ao Tribunal de Contas para efeitos de Visto.

Em 01.07.2011 os referidos contratos de empréstimo de saneamento financeiro foram visados pelo Tribunal de Contas e só após essa data puderam os mesmos ser considerados perfeitos e em condições de utilização.

A utilização do empréstimo e o processamento dos pagamentos decorreu ao longo de todo o 2.º semestre de 2011.

A situação actual do empréstimo de saneamento financeiro é a seguinte:

EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO
Situação em 31.12.2012

Designação	Empréstimo contratado junto CGD	Empréstimo contratado junto Banco BPI	Empréstimo contratado junto Banco BES	TOTAL
A - Evolução do Endividamento				
1. Valor do empréstimo	16.000.000,00 €	10.000.000,00 €	5.000.000,00 €	31.000.000,00 €
2. Amortização anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
3. Amortização em 2012	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4. Dívida em 31.12.2012 (1-2-3)	**16.000.000,00 €**	**10.000.000,00 €**	**5.000.000,00 €**	**31.000.000,00 €**
B - Custos com o Empréstimo				
1. Juros pagos em anos anteriores	0,00 €	0,00 €	154.047,78 €	154.047,78 €
2. Juros pagos em 2012	1.441.597,78 €	836.275,72 €	346.833,05 €	2.624.706,55 €
3. Total de juros suportados	**1.441.597,78 €**	**836.275,72 €**	**500.880,83 €**	**2.778.754,33 €**
4. Outros encargos em anos anteriores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
5. Outros encargos em 2012	4,00 €	0,00 €	0,00 €	4,00 €
6. Total de encargos	**4,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**4,00 €**
7. Total custos com o empréstimo	**1.441.601,78 €**	**836.275,72 €**	**500.880,83 €**	**2.778.758,33 €**

2 | EXECUÇÃO DA RECEITA

O cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro depende do nível de execução da receita, em especial do seu grau de cobrança face às estimativas orçamentais. Daí que se revista de importância a avaliação do comportamento da receita para melhor compreensão dos resultados obtidos e do nível de cumprimento dos objectivos periódicos em matéria de ajustamento orçamental.

Do ponto de vista da receita global, e conforme se pode observar no quadro seguinte, a execução orçamental no ano de 2012 apresenta um grau de cobrança das receitas face aos valores constantes do Orçamento de 70,3%.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO (1)	ESTIMATIVA PSF (2)	COBRANÇA (Jan./Dez.) (3)	Grau de realização	
				Orçamental (4=3/1)	PSF (5=3/2)
RECEITAS CORRENTES	**30.397.775**	**27.187.000**	**30.359.010**	**99,9%**	**111,7%**
01. Impostos Directos	13.654.436	12.633.000	15.770.974	115,5%	124,8%
02. Impostos Indirectos	815.469	854.000	473.132	58,0%	55,4%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	612.921	730.000	525.213	85,7%	71,9%
05. Rendimentos de Propriedade	2.091.495	1.694.000	1.961.544	93,8%	115,8%
06. Transferências Correntes	9.955.025	9.559.000	9.180.889	92,2%	96,0%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	2.287.824	1.468.000	2.118.236	92,6%	144,3%
08. Outras Receitas Correntes	980.605	249.000	329.022	33,6%	132,1%
RECEITAS DE CAPITAL	**21.230.178**	**8.276.200**	**5.922.065**	**27,9%**	**71,6%**
09. Venda de Bens de Investimento	6.337.005	0	346.007	5,5%	
10. Transferências de Capital	14.858.440	8.276.200	5.572.318	37,5%	67,3%
11. Activos Financeiros	700	0	0	0,0%	
12. Passivos Financeiros	0	0	0		
13. Outras Receitas de Capital	34.033	0	3.740	11,0%	
TOTAL DAS RECEITAS	**51.627.953**	**35.463.200**	**36.281.075**	**70,3%**	**102,3%**

O comportamento dos dois grandes agregados da receita não foi homogéneo. Assim, a **receita corrente** registou um grau de cobrança de 99,9%, enquanto a **receita de capital** apresentou um grau de cobrança de 27,9%.

Para esta diferença, contribuiu o fraco nível de cobrança do agregado correspondente a *Venda de Bens de Investimento*, com apenas 5,5% de taxa de cobrança.

As *Transferências de Capital* também registaram um grau de cobrança relativamente afastado das previsões orçamentais, situando-se em 37,5%.

Admitindo que a obtenção das comparticipações em investimentos acompanham de perto a emergência de dívida relativa à execução de obras comparticipadas, a baixa taxa de cobrança registada ao nível desta conta pode não implicar um impacto significativo na génese de divida

de curto prazo, mas tão só significar um nível de execução de investimento mais baixo do que o previsto.

Contudo, o mesmo já não acontece com a *Venda de Bens de Investimento*, cujo diferencial ao nível da cobrança pode implicar o acréscimo de endividamento, cuja relevância depende, por um lado, do nível do diferencial e, por outro, do grau de assunção de encargos presumidamente cobertos por aquela receita previsional.

Como se pode observar, as **receitas correntes** registaram um nível de cobrança de 99,9%, embora os respectivos agregados tenham registado comportamentos divergentes. Contudo, é de assinalar o bom comportamento dos *Impostos Directos*, que registaram um grau de cobrança superior a 100%, como se pode verificar no quadro seguinte, o que é de assinalar atendendo a que se trata de um agregado com grande importância na estrutura da receita corrente.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL (1)	ESTIMATIVA PSF (2)	COBRANÇA (Jan./Dez.) (3)	Grau de realização	
				Orçamental (4=3/1)	PSF (5=3/2)
IMPOSTOS DIRECTOS	**13.654.436**	**12.633.000**	**15.770.974**	**115,5%**	**124,8%**
01. IMI	7.665.659	8.133.000	8.220.108	107,2%	101,1%
02. IUC	1.043.741	1.054.000	1.259.197	120,6%	119,5%
03. IMT	2.424.889	2.343.000	1.572.652	64,9%	67,1%
04. Derrama	2.502.198	1.103.000	4.719.017	188,6%	427,8%
05. Impostos Abolidos/Outros	17.949	0	0	0,0%	

Comparando com os períodos homólogos dos anos transactos, verifica-se uma evolução positiva do grau de cobrança das receitas, quer em termos globais, quer ao nível de cada um dos dois grupos, em especial das **receitas de capital** [receitas efectivas].

GRAU DE COBRANÇA				
Designação	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	85,2%	77,1%	88,3%	99,9%
Receitas de Capital	11,3%	11,1%	15,9%	27,9%
TOTAL	46,4%	44,8%	57,2%	70,3%

Relativamente aos valores estimados no PSF para o ano de 2012, as receitas registaram um comportamento que superou as perspectivas daquele documento, registando em termos globais um grau de cobrança de 102,3%.

As **receitas correntes** registaram uma cobrança superior em 11,7% relativamente às estimativas do PSF, sendo de destacar o nível de cobrança dos *Impostos Directos*, que registou um incremento de 24,8% relativamente às perspectivas do PSF.

As **receitas de capital** registaram uma taxa de cobrança de cerca de 71,6% em relação às estimativas do PSF, contribuindo para este desvio o diferencial de cobrança de *Transferências de Capital* face às perspectivas do PSF.

Como se pode verificar no quadro seguinte, a receita teve um desempenho muito próximo do desempenho verificado em 2011, verificando-se mesmo uma redução da cobrança da **receita corrente** face ao ano de 2011, embora as receitas efectivas tenham registado uma evolução positiva, em resultado do bom comportamento das **receitas de capital**.

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012	Var % 2011/2012
RECEITAS CORRENTES	**30.451.506**	**26.775.970**	**30.996.595**	**30.359.010**	**-2,1%**
01. Impostos Directos	14.561.857	12.176.780	15.149.478	15.770.974	4,1%
02. Impostos Indirectos	1.037.008	863.118	719.783	473.132	-34,3%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	628.102	634.502	596.456	525.213	-11,9%
05. Rendimentos de Propriedade	1.788.072	1.644.794	1.782.179	1.961.544	10,1%
06. Transferências Correntes	10.227.352	9.749.590	9.767.596	9.180.889	-6,0%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	2.065.005	1.467.509	2.885.915	2.118.236	-26,6%
08. Outras Receitas Correntes	144.110	239.677	95.187	329.022	245,7%
RECEITAS DE CAPITAL	**15.272.065**	**5.053.701**	**35.213.112**	**5.922.065**	**-83,2%**
09. Venda de Bens de Investimento	1.062.732	259.425	141.280	346.007	144,9%
10. Transferências de Capital	3.273.582	3.441.375	4.071.833	5.572.318	36,9%
11. Activos Financeiros	0	0	0	0	
12. Passivos Financeiros	10.824.813	1.340.500	31.000.000	0	-100,0%
13. Outras Receitas de Capital	110.938	12.401	0	3.740	
TOTAL DAS RECEITAS	**45.723.570**	**31.829.671**	**66.209.708**	**36.281.075**	**-45,2%**
TOTAL DAS RECEITAS EFECTIVAS	**34.898.758**	**30.489.171**	**35.209.707**	**36.281.075**	**3,0%**

3 | REALIZAÇÃO DA DESPESA

O ano de 2012 corresponde ao primeiro ano de execução orçamental no âmbito do PSF, posterior à regularização de toda a dívida objecto do empréstimo de saneamento financeiro, efectuada no 2.º semestre de 2011.

Por conseguinte, do ponto de vista teórico, a execução orçamental em 2012 ao nível das despesas abrangeria um valor residual correspondente a dívida assumida em 2011 e não vencida naquele ano e as responsabilidades assumidas ao longo de 2012.

Como se pode verificar no quadro seguinte, o orçamento da despesa em 2012 cifrou-se em 53,9 milhões de euros, correspondendo 30,2 milhões a **Despesas Correntes** e 23,7 milhões de euros a **Despesas de Capital**.

O enquadramento da despesa no PSF, para o ano de 2012, foi definido pelo valor de 36,7 milhões de euros, sendo 23,9 milhões de euros referentes a **Despesa Corrente** e 12,8 milhões de euros referentes a **Despesas de Capital**.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO (rectificado) (1)	ESTIMATIVA PSF (2)	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			
			COMPROMISSOS (Jan./Dez.) (3)	PAGAMENTOS (Jan./Dez.) (4)	Grau de realização	
					Orçamental (5=4/1)	PSF (6=4/2)
DESPESAS CORRENTES	**30.191.835**	**23.873.000**	**28.726.006**	**24.701.089**	**81,8%**	**103,5%**
01. Despesas com Pessoal	9.158.560	10.404.000	8.910.609	8.887.375	97,0%	85,4%
02. Aquisição de Bens e Serviços	12.436.065	7.686.000	11.589.563	8.489.162	68,3%	110,4%
03. Juros e Outros Encargos	3.451.230	2.540.000	3.402.881	3.356.177	97,2%	132,1%
04. Transferências Correntes	1.483.690	1.137.000	1.198.345	761.278	51,3%	67,0%
05. Subsídios	2.732.910	1.936.000	2.732.727	2.384.488	87,3%	123,2%
06. Outras Despesas Correntes	929.380	170.000	891.881	822.610	88,5%	483,9%
DESPESAS DE CAPITAL	**23.721.323**	**12.847.600**	**15.160.104**	**11.733.950**	**49,5%**	**91,3%**
07. Aquisição de Bens de Capital	16.669.802	7.400.000	9.546.740	6.136.134	36,8%	82,9%
08. Transferências de Capital	1.986.048	1.698.100	1.023.431	1.007.883	50,7%	59,4%
09. Activos Financeiros	120.410	0	70.001	70.001	58,1%	
10. Passivos Financeiros	4.173.410	3.749.500	4.170.932	4.170.932	99,9%	111,2%
11. Outras Despesas de Capital	771.653	0	349.000	349.000	45,2%	
TOTAL DAS DESPESAS	**53.913.158**	**36.720.600**	**43.886.110**	**36.435.039**	**67,6%**	**99,2%**
Divida de curto prazo (PSF)		5.100.000				
TOTAL	**53.913.158**	**41.820.600**	**43.886.110**	**36.435.039**	**67,6%**	**87,1%**

Embora as dotações orçamentais da despesa fossem maiores do que as estimadas no PSF, a execução orçamental acompanhou de perto os valores estimados no PSF. Ao nível da **Despesa Corrente**, a execução orçamental foi superior em 828.089 euros, equivalente a uma variação de 3,5% em relação aos valores do PSF. Ao nível da **Despesa de Capital**, a execução orçamental foi inferior em 1.113.651 euros, equivalente a uma variação negativa de 8,7% face aos valores do PSF.

Considerando os compromissos assumidos, a execução orçamental continua a acompanhar de perto os valores do PSF, se se considerar o valor da dívida de curto prazo indicado no PSF no final de 2012 e reflectido no respectivo balanço previsional, no montante de 5.100.000 euros.

Importa destacar o comportamento do agregado correspondente a *Despesas com Pessoal*, que registou uma execução substancialmente inferior à dotação definida no Orçamento e ainda mais baixa face ao valor definido no PSF, embora neste documento não esteja contemplado a redução correspondente ao subsídio de férias e de Natal que entretanto se operou.

4 | ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida de médio/longo prazo no final de 2012 ascendeu a € 48.621.598, a que correspondeu uma redução de € 4.170.932 relativamente à dívida da mesma natureza verificada no final de 2011. Em relação aos empréstimos relevantes para cálculo do endividamento legal de médio e longo prazo, a redução foi no valor de € 3.399.960, aspecto que se reveste de importância, como abaixo se referirá.

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011	2012
Dívida Financeira de Médio/Longo Prazo	29.041.629	25.885.190 -10,9%	52.792.530 103,9%	48.621.598 -7,9%
Divida Financeira de Médio/Longo Prazo, [Relevante para Endividamento M/L Prazo]	21.313.412	18.930.769 -11,2%	46.613.030 146,2%	43.213.069 -7,3%

Para a redução da dívida financeira de médio e longo prazo contribuiu a elevada maturidade da generalidade dos empréstimos, embora o empréstimo com o valor mais significativo ainda não tenha contribuído com qualquer amortização. Esta situação alterar-se-á a partir de 2013, quando se iniciar o plano de amortização do empréstimo de saneamento de financeiro, perspectivando-se para o ano de 2013 e 2014 um serviço da dívida pesado, reduzindo-se a partir de 2015, em resultado da liquidação de vários empréstimos.

Impõe-se, contudo, aferir o cumprimento das metas estabelecidas no PSF. Neste documento estimou-se para o final de 2012 uma dívida financeira de médio/longo prazo total de € 49.604.000 e uma dívida financeira de médio/longo prazo, relevante para o endividamento legal de médio/longo prazo, no valor de € 44.161.000.

Assim, da execução do orçamento de 2012 resultou uma redução do endividamento de médio/longo prazo superior ao previsto no PSF.

DESIGNAÇÃO	Previsão PSF [31.12.2012]	Execução Orçamento 2012 [31.12.2012]	Var Euros	Var %
Dívida Financeira de Médio/Longo Prazo	49.604.000	48.621.598	-982.402	-2,0%
Divida Financeira de Médio/Longo Prazo, [Relevante para Endividamento M/L Prazo]	44.161.000	43.213.069	-947.931	-2,1%

Para efeito de determinação do limite legal de endividamento de médio/longo prazo, estão excepcionados empréstimos com um valor total de 5.408.529. Assim, o endividamento legal de médio/longo prazo (empréstimos) situou-se no final de 2012 em € 43.213.069.

O limite legal do endividamento de empréstimos de médio e longo prazo para 2012, calculado nos termos definidos no artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro [LFL], corresponde ao valor de € 23.481.714.

Uma vez que em 2011 se ultrapassou o limite definido para aquele ano [€ 21.981.852], por força da contratação do empréstimo de saneamento financeiro, o município estava obrigado a reduzir em 10% do montante que excede o limite de empréstimos, o qual se reflecte no ajustamento do limite legal de endividamento de médio e longo prazo para 2012. De acordo com a DGAL, esse limite foi estabelecido em € 19.518.734, com a obrigação de o Município reduzir em 2012 a dívida de médio e longo prazo em € 2.463.118.

O excesso de endividamento de médio/longo prazo deve-se exclusivamente à contratação do empréstimo de saneamento financeiro. Contudo, importa ter em consideração o carácter especial do empréstimo de saneamento financeiro, o qual visa exclusivamente converter dívida de curto prazo em dívida de médio/longo prazo, não contribuindo para o aumento do endividamento líquido.

Por outro lado, o município cumpriu e ultrapassou largamente a obrigação de redução da dívida de médio e longo prazo, a qual se concretizou pelo valor de € 3.399.960, isto é, 38,0% superior ao valor a que estava obrigado.

DESIGNAÇÃO	Limite Legal Endividamento M/L Prazo 2012	Execução Orçamento 2012 [31.12.2012]	Obrigação de redução divida M/L Prazo	Redução Efectuada em 2012
Dívida Financeira de Médio/Longo Prazo [Relevante para Endividamento M/L Prazo]	19.518.734	43.213.069	2.463.118	3.399.960

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Em 31 de Dezembro de 2012 o endividamento líquido do Município situou-se em € 18.449.593, considerando as excepções legais.

O limite legal de endividamento líquido, calculado nos termos do n.º 1 do artigo 37.º da LFL para o ano de 2012, corresponde ao valor de € 29.352.142.

Contudo, para efeitos de efectivo controlo de endividamento municipal, prevalece para o ano de 2012 o disposto na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro [LOE 2012].

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 66.º da citada lei, o endividamento líquido de cada município no final de 2012 não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro de 2011.

Uma vez que o endividamento líquido do município da Figueira da Foz observado em 31.12.2011 foi de € 28.300.877, é este o limite legal que prevalece para 2012.

Assim sendo, verifica-se que o endividamento líquido do Município registado em 31.12.2012 foi inferior em € 9.851.284 relativamente ao limite legal constante da LOE 2012.

Importa, também, aferir o grau de cumprimento do endividamento líquido do município face ao previsto no PSF. No entanto, importa fazer algumas considerações prévias para melhor enquadrar a avaliação a efectuar.

Para o valor do endividamento líquido observado em 31.12.2012, contribuiu a alteração de critério de contabilização de alguns impostos directos, alteração esta verificada em 2011 e que consiste no registo em acréscimo de proveitos de impostos a receber no ano **n+1**, mas que se reportam ao ano **n**, como são os casos do IMI, Derrama e Participação no IRS [neste caso particular, o proveito do ano **n** é recebido em **n+2**].

Em 2012, o acréscimo de proveitos relativos àqueles impostos corresponderam a € 18.318.763.

Uma vez que a alteração de critério contabilístico não está reflectido nos mapas do PSF, ter-se-á que proceder ao ajustamento do correspondente mapa do PSF em função daquele montante de acréscimo de proveitos.

De acordo com a Tabela 19 do PSF, estimou-se um excesso de endividamento líquido de € 13.441.000 no final de 2012.

Para este valor concorreu um limite de endividamento líquido previsional de € 26.694.000 e um endividamento líquido no final de 2012 de € 40.134.000. Ajustando este valor em função da contribuição positiva dada pelo acréscimo de proveitos, o endividamento líquido deveria ser de € 21.815.237. Isto é, de uma situação de excesso de endividamento, passava-se para uma situação de endividamento líquido abaixo do limite em € 4.878.763.

Assim, ponderando o endividamento líquido previsto o PSF nos termos indicados, o endividamento líquido verificado no final de 2012 registou um comportamento substancialmente melhor do que aquele que estava perspectivado no PSF.

Designação	Valor definido no PSF [31.12.2012]	Execução Orçamental 2012 [31.12.2012]	Var %
1. Endividamento Líquido	21.815.237	18.449.593	-15,4%
2. Limite Endividamento Líquido [1]	26.694.000	28.300.877	6,0%
3. Situação do Endividamento (2-1)	4.878.763	9.851.284	101,9%

[1] = Para o PSF, o valor é o previsto à data da sua elaboração.
Para o ano de 2012, é o que resulta da LOE 2012.

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO

O plano de saneamento financeiro está estruturado de "…*forma a não ser observada em qualquer momento a criação de dívidas a fornecedores e dívidas não creditícias que levem o Município a deter prazos médios de pagamento superiores a 60 dias, prazo alvo máximo de pagamento no Município para o futuro. Esta imposição implica assim que a despesa efectuada*

é despesa paga no imediato, e limita assim a dívida a fornecedores e outros credores de curto prazo no Município a aproximadamente a 5 milhões de euros…".

Relativamente ao ano de 2012, foi estimada no PSF uma dívida de curto prazo no valor de 5,1 milhões, detalhada no quadro seguinte. Também de forma detalhada, é apresentado o valor da dívida a fornecedores e credores de curto prazo constante do balanço do Município à data de 31.12.2012, no montante de € 5.677.223, isto é, superior ao estimado no PSF em 11,3%.

Designação	Valor definido no PSF 2012	Valor Contas MFF (31.12.2012)	Var. em relação PSF
Fornecedores c/c	1.530.000	2.671.491	74,6%
Fornecedores Imobilizado c/c	1.020.000	861.620	-15,5%
Credores de Transferências das Autarquias Locais	510.000	215.106	-57,8%
Outros credores	2.040.000	1.929.006	-5,4%
TOTAL	**5.100.000**	**5.677.223**	**11,3%**

Importa, contudo, referir que o saldo de gerência de operações orçamentais estimado no PSF para o final de 2012 foi de 715 mil euros, quando o saldo efectivo de operações orçamentais no final de 2012 foi de 2.199.937 euros, isto é, mais 207,68% do que o saldo previsto.

Acresce, ainda, que no início de 2013 entrou uma receita no valor de € 1.128.064, correspondente a pedidos de pagamento de comparticipações, efectuados em Novembro e Dezembro de 2012.

A referida comparticipação refere-se à obra "Requalificação do Mercado Municipal e Espaços Envolventes", no valor de € 437.921 e à obra "Requalificação da Envolvente ao Forte de Santa Catarina", no valor de € 690.143.

Importa, referir, ainda, que a comparticipação reporta-se a 4 Autos de Medição, dos quais 2 estavam pagos à data de 31.12.2012, nos valores de € 269.542 [comparticipação de € 216.142] e no valor de € 468.728 [comparticipação de 398.210].

5 | PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Um dos objectivos do PSF é "*assegurar a não ultrapassagem do prazo médio de pagamentos a fornecedores, a fornecedores de imobilizado e outros credores de curto prazo, com um máximo definido de 60 dias, o qual corresponde a uma dívida máxima de aproximadamente 5 milhões de euros, se considerando a actual receita anual do Município*."

Embora o PSF não apresente um PMP por cada ano, não há dúvidas que estabelece como objectivo que o PMP passe a ser igual ou inferior a 60 dias, num prazo relativamente curto. Aliás, o valor estimado do exigível a curto prazo para 2012 foi calculado de forma a corresponder a dívida com 60 dias ou menos de maturidade.

Com referência à data 30.12.2012, o PMP do município foi de 114 dias, ainda superior ao objectivo constante no PSF. Este indicador foi calculado nos termos previstos no Despacho n.º 9.870/2009, de 13 de Abril.

O PMP observado no final de 2012 reflecte uma melhoria face ao observado no final de 2011

Dado o peso deste agregado no conjunto da despesa municipal, o PSF preconiza um conjunto de medidas, tendo em vista obter uma gradual redução desta despesa, a saber:

a) Melhoria dos procedimentos de gestão;
b) Redução do número de colaboradores, nomeadamente por via da aposentação, sem substituição directa;
c) Não renovação dos contratos de trabalho a termo, excepto quando estritamente necessário, devido a transferência de competências;
d) Manutenção da política de redução de horas extraordinárias e ajudas de custo;
e) Incremento do nível de qualificação dos recursos humanos;
f) Melhoria das condições de trabalho.

No Orçamento de 2012, o agregado correspondente a *Despesas com Pessoal* foi dotado com €9.103.830, enquanto no PSF foi estimado para aquele agregado o montante de € 10.404.000. Isto é, à partida definiu-se para a realização de despesas com pessoal um valor inferior [-12,5%] ao previsto no PSF.

Contudo, importa ter em consideração que para a determinação da dotação orçamental inicial contribuiu fortemente a redução do subsídio de férias e de Natal, correspondente a cerca de 600 mil euros, que também se veio a reflectir ao nível da execução orçamental, aspecto que naturalmente não estava previsto no PSF.

A despesa com pessoal efectuada foi no valor de € 8.887.375, a que corresponde uma taxa de execução orçamental de 97,0%.

Os encargos com pessoal efectivamente realizados foram inferiores em 14,6% em relação aos valores previstos no PSF.

Relativamente ao quadro de pessoal, verifica-se uma evolução que corresponde aos objectivos constantes do PSF.

Assim, e com referência ao final do ano de 2010, o número de pessoal remunerado registou uma redução de 78 pessoas, a que corresponde uma diminuição de 13,5%, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Vínculo	Situação 31.12.2010 PSF (1)	Situação em 31.12.2012 (2)	Var. em relação ao PSF	
			Quant. (3=2-1)	% (4=3/1)
Eleito Local	4	4	0	0,0%
Nomeado Cargo Politico Local	1	1	0	0,0%
Comissão de Serviço LVCR - Dirigentes	9	15	6	66,7%
CTFP por tempo indeterminado	519	474	-45	-8,7%
Contrato termo resolutivo certo (Cod T)	45	7	-38	-84,4%
Contrato termo resolutivo incerto (Cod T)	1	0	-1	-100,0%
TOTAL	579	501	-78	-13,5%
Movimentações:				
- Entradas			14	2,4%
- Saídas			92	-15,9%

Para este resultado, contribuíram as movimentações a seguir indicadas:

Tipo de Entradas	Quant.			Vínculo Entrados em 2012
	Até 31.12.2011	Em 2012	Total	
Recrutamento externo - Comissão de serviço	4	2	6	Comissão de Serviço - Pessoal Dirigente
Recrutamento externo - Comissão de serviço	0	1	1	Comissão Serviço - Nomeação Política [Chefe de Gabinete]
Recrutamento externo - Mobilidade	1	1	2	CTFP - Tempo Indeterminado
Regresso de Licença sem remuneração	1	1	2	CTFP - Tempo Indeterminado
Recrutamento Externo - Concurso - Assist. Operacional	0	1	1	CTFP - Tempo Indeterminado
Recrutamento Externo - Concurso - Téc. Superior	0	1	1	CTFP - Tempo Indeterminado
Regresso de Outra Entidade - Mobilidade	1	0	1	
TOTAL	7	7	14	

Tipo de Saída	Quant.			Vínculo Saídos em 2012
	Até 31.12.2011	Em 2012	TOTAL	
Aposentação	20	19	39	Contrato a tempo indeterminado
Cedência de Interesse Público	7	0	7	
Comissão de Serviço noutra entidade	1	0	1	
Exoneração	1	0	1	
Falecimento	1	1	2	Contrato a tempo indeterminado
Licença sem remuneração	1	2	3	Contrato a tempo indeterminado
Mobilidade Interna noutra entidade	1	0	1	
Caducidade do Contrato	28	7	35	Contrato a Tempo Certo
Despedimento por justa causa	1	0	1	
Rescisão de Comissão de Serviço	0	1	1	Chefe de Gabinete - Nomeação Política
Rescisão de contrato	1	0	1	
TOTAL	62	30	92	

Um aspecto que importa verificar ao nível da gestão dos recursos humanos, embora esteja para além da avaliação do cumprimento dos objectivos estabelecidos no PSF, é o grau de cumprimento relativamente aos objectivos definidos no LOE para 2012 [Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro de 2011].

A referida Lei estabelecia três grandes objectivos, que na prática se reconduziram a dois, atendendo à publicação da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, que veio proceder a adaptação à Administração Local do regime jurídico relativo ao estatuto do pessoal dirigente.

Assim, subsistiram dois grandes objectivos, a saber:

a) Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais (Art.º 46.º da LOE2012);
b) Redução dos trabalhadores nas autarquias locais (Art.º 48.º da LOE2012

Relativamente ao primeiro objectivo, conforme se pode verificar no quadro seguinte, foram lançados em 2012 seis procedimentos concursais, para contratação de 14 trabalhadores, sendo 3 para Técnicos Superiores e 11 para Assistentes Operacionais.

Relativamente aos procedimentos abertos, dois têm em vista estabelecer uma Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado [RJEPTI] e os outros 4 têm em vista

estabelecer uma Relação Jurídica de Emprego Público, por Tempo Determinável, a Termo Incerto [RJEMTDTI].
A efectivação de contrato no ano de 2012 respeitou apenas aos dois procedimentos para estabelecimento de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado.

Procedimentos concusais abertos em 2012					
Tipo de Vínculo	**N.º de Concursos**	**Categoria**	**N.º de Pessoas a contratar**	**Contratos celebrados em 2012**	**Fundamento**
RJEPTI	2	Técnico Superior [Planeamento Regional]	1	Sim	Del. CM 20/04/2011; Despacho SEAP de 19/11/2011
		Assistente Operacional [Canalizador]	1	Sim	Del. CM 20/04/2011; Despacho SEAP de 19/11/2012
RJEPTDTI	4	Técnico Superior [Gestão de Empresas]	1	Não	Del. CM 20/04/2011; Del. CM 15.05.2012; Del. AM 29/06/2011
		Técnico Superior [Engenharia Geográfica]	1	Não	Del. CM 15/05/2012; Del. AM 29/06/2012
		Assistentes Operacionais [Acção Educativa]	5	Não	Del. CM 15/05/2012; Del. AM 29/06/2012
		Assistentes Operacionais [Sapadores florestais]	5	Não	Del. CM 15/05/2012; Del. AM 29/06/2012
TOTAL	**6**		**14**		

Quanto ao segundo objectivo, atendendo à redução de pessoal concretizado de 2009 a 2011, competia ao município concretizar em 2012 uma redução, no mínimo, de 1% de trabalhadores relativamente à situação observada em 31.12.2011.
Ora, em 2012 o município reduziu o seu número de trabalhadores em 23, a que corresponde uma redução de cerca de 4,4%, isto é, quatro vezes superior ao exigido ao Município.

Vinculo	Categoria	31-Dez-09 Qt.	31-Dez-10 Qt.	31-Dez-11 Qt.	31-Dez-12 Qt.
Eleito Local	Presidente de Câmara	1	1	1	1
	Vereador	3	3	3	3
Eleito Local Total		***4***	***4***	***4***	***4***
Nomeado Cargo Politico	Chefe de Gabinete	1	1	1	1
Nomeado Cargo Politico Total		***1***	***1***	***1***	***1***
Comissão Serviço LVCR - dirigentes	Chefe de Serviço	0	0	1	1
	Chefe de Equipa	0	0	2	2
	Chefe de Divisão	13	5	7	7
	Comandante Bombeiros	1	1	0	1
	Director de Departamento	4	3	4	4
Comissão Serviço LVCR - dirigentes Total		***18***	***9***	***14***	***15***
CTFP por tempo indeterminado	Assistente Operacional	244	237	219	207
	Assistente Técnico	128	127	124	121
	Bombeiro 1ª Cl	1	1	1	1
	Bombeiro 2ª Cl	12	11	11	11
	Bombeiro 3ª Cl	19	19	18	18
	Chefe Bombeiros	1	1	1	1
	Coordenador Técnico	12	11	9	9
	Encarregado Brigada Serviços de Limpeza	1	1	1	1
	Encarregado Geral Operacional	1	1	1	1
	Encarregado Operacional	11	9	9	8
	Especialista Informatica de Grau 1	1	1	1	1
	Especialista Informatica de Grau 2	1	1	1	1
	Fiscal Municipal 2ª Cl	1	1	1	1
	Fiscal Municipal Esp.	3	3	3	3
	Fiscal Municipal Pr.	6	6	6	6
	Subchefe Bombeiros	1	1	1	0
	Tecnico de Informatica de Grau 1	1	1	1	1
	Tecnico de Informatica de Grau 2	7	7	7	7
	Tecnico de Informatica de Grau 3	2	2	2	2
	Técnico Superior	63	78	74	74
CTFP por tempo indeterminado Total		***516***	***519***	***491***	***474***
Contrato termo resol certo (Cod T)	Assistente Operacional	34	39	14	7
	Assistente Técnico	4	2	0	0
	Técnico Superior	5	4	0	0
Contrato termo resol certo (Cod T) Total		***43***	***45***	***14***	***7***
Cont. termo resol incerto	Técnico Superior	0	1	0	0
Contrato termo resol incerto Total		***0***	***1***	***0***	***0***
TOTAL		**582**	**579**	**524**	**501**

7 | CONCLUSÃO

Tendo por referência os indicadores acima identificados, os quais constituem elementos adequados de medida do grau de cumprimento do PSF, conclui-se que a execução orçamental de 2012 assegurou um grau de cumprimento adequado dos objectivos para 2012. Isto é, em 5 objectivos, cumpriu 4 e naquele que não cumpriu, verificou-se uma melhoria em relação ao ano de 2011.

DÍVIDA FINANCEIRA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.

Situação em 31.12.2012: Cumprimento dos objectivos.

DESIGNAÇÃO	Previsão PSF [31.12.2012]	Execução Orçamento 2012 [31.12.2012]	Var Euros	Var %
Dívida Financeira de Médio/Longo Prazo	49.604.000	48.621.598	-982.402	-2,0%
Divida Financeira de Médio/Longo Prazo, [Relevante para Endividamento M/L Prazo]	44.161.000	43.213.069	-947.931	-2,1%

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Situação em 31.12.2012: Cumprimento dos objectivos.

Designação	Valor definido no PSF [31.12.2012]	Execução Orçamental 2012 [31.12.2012]	Var %
1. Endividamento Líquido	21.815.237	18.449.593	-15,4%
2. Limite Endividamento Líquido [1]	26.694.000	28.300.877	6,0%
3. Situação do Endividamento (2-1)	4.878.763	9.851.284	101,9%

[1] = Para o PSF, o valor é o previsto à data da sua elaboração.
Para o ano de 2012, é o que resulta da LOE 2012.

ENDIVIDAMENTO DE CURTO PRAZO

Situação em 31.12.2012: considera-se que os objectivos do PSF foram atingidos, atendendo ao facto de o saldo orçamental de gerência verificado no final do ano de 2012 ser superior ao estimado no PSF em cerca de 1,5 milhões de euros, valor mais do que suficiente para cobrir o excesso da dívida de curto prazo [+ € 577.223].

Designação	Valor definido no PSF 2012	Valor Contas MFF (31.12.2012)	Var. em relação PSF
Fornecedores c/c	1.530.000	2.671.491	74,6%
Fornecedores Imobilizado c/c	1.020.000	861.620	-15,5%
Credores de Transferências das Autarquias Locais	510.000	215.106	-57,8%
Outros credores	2.040.000	1.929.006	-5,4%
TOTAL	**5.100.000**	**5.677.223**	**11,3%**

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Situação em 31.12.2012: Incumprimento dos objectivos, embora tenha registado uma evolução muito positiva relativamente ao observado no final de 2011.

RECURSOS HUMANOS

Situação em 31.12.2012: Cumprimento dos objectivos.
Relativamente à situação existente em 31.12.2010, verificou-se uma redução acumulada de 78 trabalhadores. Quando comparada com a situação em 31.12.2011, a redução foi de 23 trabalhadores, a que corresponde uma variação de -4,4%, sedo superior a taxa de redução exigível ao município de acordo com o estipulado na LOE para 2012.

Vínculo	Situação 31.12.2011 (1)	Situação em 31.12.2012 (2)	Var. 2011/2012	
			Quant. (3=2-1)	% (4=3/1)
Eleito Local	4	4	0	0,0%
Nomeado Cargo Politico Local	1	1	0	0,0%
Comissão de Serviço LVCR - Dirigentes	14	15	1	7,1%
CTFP por tempo indeterminado	491	474	-17	-3,5%
Contrato termo resolutivo certo (Cod T)	14	7	-7	-50,0%
Contrato termo resolutivo incerto (Cod T)	0	0	0	#DIV/0!
TOTAL	524	501	-23	-4,4%
Movimentações:				
- Entradas			7	1,3%
- Saídas			30	-5,7%

ENQUADRAMENTO

De acordo com o disposto no POCAL, "a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.
O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos directos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.
A imputação dos custos indirectos efectua-se, após o apuramento dos custos directos por função, através de coeficientes.
O coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total geral dos custos directos apurados em todas as funções.
O coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada bem ou serviço corresponde à percentagem do total
dos respectivos custos directos no total dos custos directos da função em que se enquadram.
Os custos indirectos de cada função resultam da aplicação do respectivo coeficiente de imputação ao montante total dos custos indirectos apurados.
Os custos indirectos de cada bem ou serviço obtêm-se aplicando ao montante do custo indirecto da função em que o bem ou serviço se enquadra o correspondente coeficiente de imputação dos custos indirectos.
O custo de cada função, bem ou serviço apura-se adicionando aos respectivos custos directos os custos indirectos calculados"

Desta forma, no exercício de 2012, continuou-se a utilizar e aprofundar um sistema de contabilidade de custos que visa a possibilidade de apurar os custos do Município, por Funções, Centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços.

Para efeitos de análise, apresentam-se os quadros e gráficos seguintes que disponibilizam informação sobre a distribuição dos custos do Município por Funções.

A análise é feita de forma comparativa entre as várias Funções, de forma a apresentar a importância absoluta e comparativa que cada uma das Funções tem na distribuição dos custos Municipais.

Apresenta-se também, uma distribuição dos custos por Funções repartindo a Função 111, que se considera uma Função de apoio às Funções operativas, pelas outras Funções em função do peso absoluto que cada uma delas tem no valor global de custos.
Finalmente apresenta-se uma análise comparativa da distribuição dos custos por funções entre o ano de 2011 e 2012, com a consequente análise evolutiva.

Custos Não Incorporados:

	2012	2011
DR(Total de Custos) **(1)**	37.528.407,48	38.354.450,26
CC(custos imputados) **(2)**	34.012.248,94	35.582.290,95
Custos não incorporados (1-2)	**3.516.158,54**	**2.772.159,31**

Os custos Municipais foram todos tratados, mas dos custos apresentados na Demonstração de Resultados no valor de € 3.516.158,54 foram considerados não incorporáveis por se tratarem de valores relacionados com operações extraordinárias dificilmente enquadráveis nas Funções apresentadas.

Do valor total de € 37.528.407,48 de custos incorridos no ano 2012 pelo Município € 34.012.248,54 (90,63%) foram custos imputados de forma directa ou indirecta às respectivas Funções.

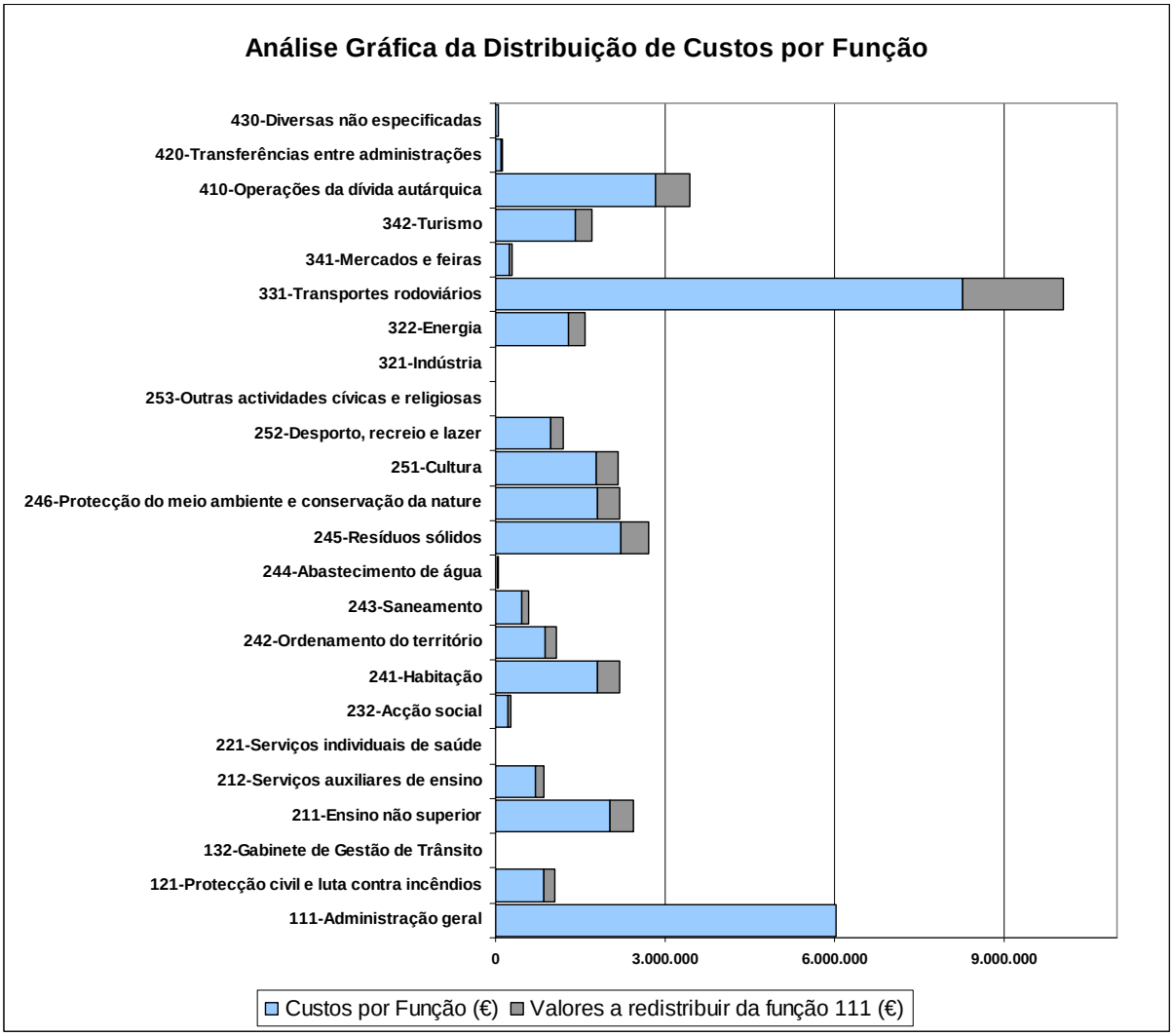
ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES – ANO 2012

Funções			Custos por Função (€)	%	Valores a redistribuir da função 111 (€)	Custos por função com distribuição da Func.111 (€)
1	**Funções Gerais**		**6.893.764,78**	**3,07%**	**185.360,35**	**1.044.771,83**
	110	Serviços gerais de administração pública				
		111 Administração geral	6.034.353,30	-	-	-
		Diretos a Bens e Serviços	756.698,20			
		Indiretos a Bens e Serviços	5.249.532,90			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 13,22 %	28.122,20			
	120	Segurança e ordem públicas				
		121 Protecção civil e luta contra incêndios	859.276,18	3,07%	185.331,17	1.044.607,35
		Diretos a Bens e Serviços	58.896,74			
		Indiretos a Bens e Serviços	796.018,78			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 2,43 %	4.360,66			
		123 Gabinete de Gestão de Trânsito	135,30	0,00%	29,18	164,48
		Diretos a Bens e Serviços				
		Indiretos a Bens e Serviços	135,30			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,00 %				
2	**Funções Sociais**		**12.936.982,45**	**46,24%**	**2.790.285,72**	**15.727.268,17**
	210	Educação				
		211 Ensino não superior	2.015.692,96	7,20%	434.750,48	2.450.443,44
		Diretos a Bens e Serviços	927.842,87			
		Indiretos a Bens e Serviços	1.078.319,66			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 5,00 %	9.530,43			

Funções		Custos por Função (€)	%	Valores a redistribuir da função 111 (€)	Custos por função com distribuição da Func.111 (€)
212	Serviços auxiliares de ensino	700.915,11	2,51%	151.175,39	852.090,50
	Diretos a Bens e Serviços	696.508,93			
	Indiretos a Bens e Serviços	946,15			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 3,27 %	3.460,03			
220	Saúde				
221	Serviços individuais de saúde	16.122,57	0,06%	3.477,36	19.599,93
	Diretos a Bens e Serviços	282,91			
	Indiretos a Bens e Serviços	15.804,15			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,02 %	35,51			
230	Segurança e acção sociais				
232	Acção social	224.328,11	0,80%	48.383,73	272.711,84
	Diretos a Bens e Serviços	179,33			
	Indiretos a Bens e Serviços	224.080,08			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,00 %	68,70			
240	Habitação e serviços colectivos				
241	Habitação	1.812.110,37	6,48%	390.841,20	2.202.951,57
	Diretos a Bens e Serviços	1.429.917,21			
	Indiretos a Bens e Serviços	373.703,42			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 3,27 %	8.489,74			
242	Ordenamento do território	879.756,60	3,14%	189.748,44	1.069.505,04
	Diretos a Bens e Serviços	49.741,09			
	Indiretos a Bens e Serviços	825.780,09			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 1,67 %	4.235,42			
243	Saneamento	473.162,47	1,69%	102.053,05	575.215,52
	Diretos a Bens e Serviços	68.344,75			
	Indiretos a Bens e Serviços	403.296,68			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 1,00 %	1.521,04			
244	Abastecimento de água	35.044,37	0,13%	7.558,47	42.602,84
	Diretos a Bens e Serviços	0,00			
	Indiretos a Bens e Serviços	35.044,37			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,00 %	0,00			
245	Resíduos sólidos	2.219.471,15	7,93%	478.701,94	2.698.173,09
	Diretos a Bens e Serviços	2.199.325,12			
	Indiretos a Bens e Serviços	7.626,32			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 9,13 %	12.519,71			
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	1.796.180,78	6,42%	387.405,46	2.183.586,24
	Diretos a Bens e Serviços	455.027,20			
	Indiretos a Bens e Serviços	1.332.468,22			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 4,71 %	8.685,36			
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos				
251	Cultura	1.778.496,91	6,36%	383.591,35	2.162.088,26
	Diretos a Bens e Serviços	1.301.456,25			
	Indiretos a Bens e Serviços	461.239,77			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 4,38 %	15.800,89			
252	Desporto, recreio e lazer	980.873,72	3,51%	211.557,68	1.192.431,40
	Diretos a Bens e Serviços	421.330,38			
	Indiretos a Bens e Serviços	554.490,80			
	C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 3,36 %	5.052,54			

Funções			Custos por Função (€)	%	Valores a redistribuir da função 111 (€)	Custos por função com distribuição da Func.111 (€)
	253	Outras actividades cívicas e religiosas	4.827,33	0,02%	1.041,17	5.868,50
		Diretos a Bens e Serviços	3.326,81			
		Indiretos a Bens e Serviços	1.468,47			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,05 %	32,05			
3	**Funções Económicas**		**11.221.095,93**	**40,11%**	**2.420.198,36**	**13.641.294,29**
310		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	-	-	-	-
320		Indústria e energia				
	321	Indústria	14.484,79	0,05%	3.124,12	17.608,91
		Diretos a Bens e Serviços	5.497,75			
		Indiretos a Bens e Serviços	8.851,08			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,21 %	135,96			
	322	Energia	1.294.835,52	4,63%	279.273,86	1.574.109,38
		Diretos a Bens e Serviços	1.214.445,97			
		Indiretos a Bens e Serviços	73.114,80			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 7,72 %	7.274,75			
330		Transportes e comunicações				
	331	Transportes rodoviários	8.265.045,90	29,54%	1.782.628,96	10.047.674,86
		Diretos a Bens e Serviços	460.512,77			
		Indiretos a Bens e Serviços	7.766.136,68			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 15,65 %	38.396,45			
340		Comércio e turismo				
	341	Mercados e feiras	241.675,41	0,86%	52.125,25	293.800,66
		Diretos a Bens e Serviços	149.700,58			
		Indiretos a Bens e Serviços	90.847,42			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,32 %	1.127,41			
	342	Turismo	1.405.054,31	5,02%	303.046,17	1.708.100,48
		Diretos a Bens e Serviços	1.393.049,78			
		Indiretos a Bens e Serviços	1.035,56			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 11,88 %	10.968,97			
4	**Outras Funções**		**2.960.405,78**	**10,58%**	**638.508,86**	**3.598.914,64**
	410	Operações da dívida autárquica	2.826.373,92	10,10%	609.600,49	3.435.974,41
		Diretos a Bens e Serviços	0,00			
		Indiretos a Bens e Serviços	2.826.373,92			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,00 %	0,00			
	420	Transferências entre administrações	93.020,50	0,33%	20.062,93	113.083,43
		Diretos a Bens e Serviços	0,00			
		Indiretos a Bens e Serviços	93.020,50			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,00 %	0,00			
	430	Diversas não especificadas	41.011,36	0,15%	8.845,45	49.856,81
		Diretos a Bens e Serviços	40.511,69			
		Indiretos a Bens e Serviços	301,50			
		C. Indiretos a Funções: 52732,74. Coef. Imputação: 0,10 %	198,17			
TOTAL			**34.012.248,94**	**100,00%**	**6.034.353,30**	**34.012.248,94**

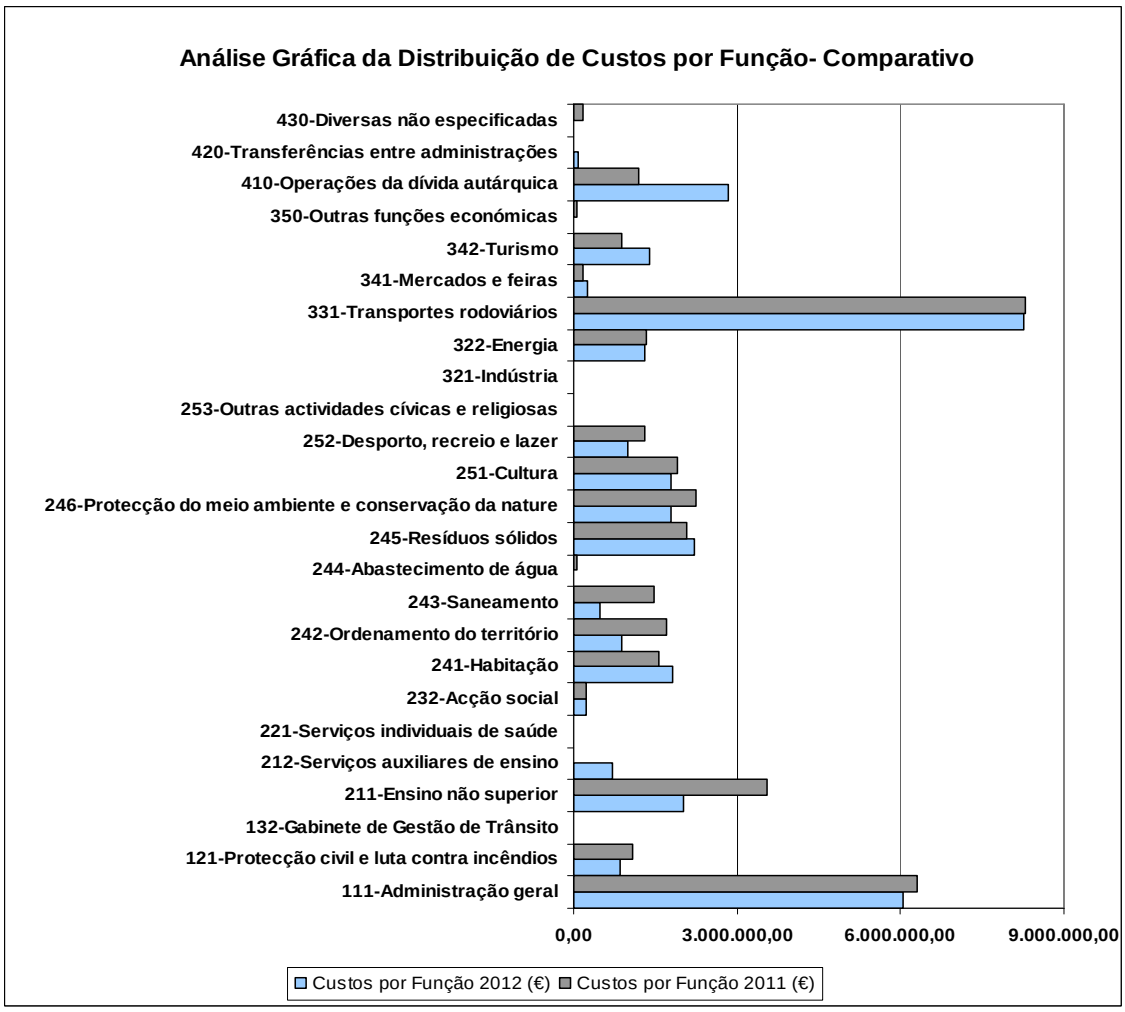
ANÁLISE GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

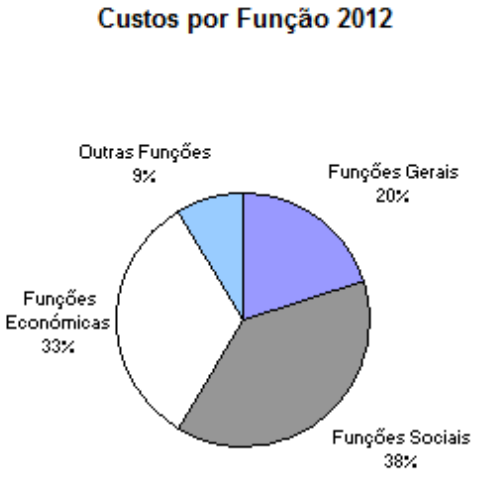


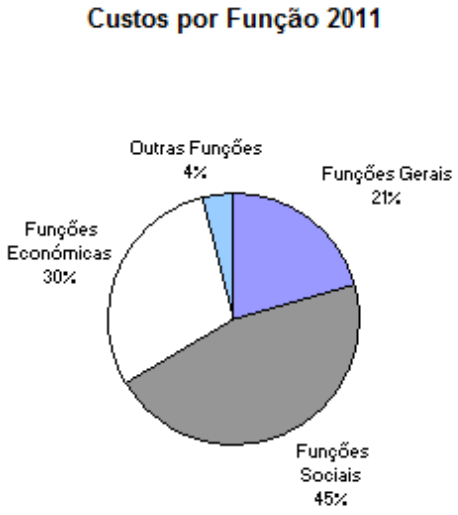
Da análise do presente gráfico verifica-se que os custos da **Função 111 redistribuídos** recaem numa maior incidência sobre a **Função 331- Transportes Rodoviários** e sobre a função e **410-Operações da Dívida Autárquica**, precisamente funções com maior peso na estrutura dos custos do Município. Como inicialmente se referiu os valores da **Função 111** foram redistribuídos em função do peso absoluto que cada uma das funções tem no valor global de custos.

COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS POR FUNÇÕES DO ANO 2011 E 2012

Funções		Custos por Função 2012 (€)		Custos por Função 2011 (€)		Variação
1	**Funções Gerais**	**6.893.764,78**	**20,27%**	**7.378.357,52**	**20,74%**	**-0,47%**
110	Serviços gerais de administração pública					
111	Administração geral	6.034.353,30	17,74%	6.290.864,28	17,68%	0,06%
120	Segurança e ordem públicas					
121	Protecção civil e luta contra incêndios	859.276,18	2,53%	1.087.493,24	3,06%	-0,53%
123	Gabinete de Gestão de Trânsito	135,30	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
2	**Funções Sociais**	**12.936.982,45**	**38,04%**	**16.111.225,50**	**45,28%**	**-7,24%**
210	Educação					
211	Ensino não superior	2.015.692,96	5,93%	3.554.927,46	9,99%	-4,06%
212	Serviços auxiliares de ensino	700.915,11	2,06%	23.159,25	0,07%	2,00%
220	Saúde					
221	Serviços individuais de saúde	16.122,57	0,05%	19.005,95	0,05%	-0,01%
230	Segurança e acção sociais					
232	Acção social	224.328,11	0,66%	230.186,14	0,65%	0,01%
240	Habitação e serviços colectivos					
241	Habitação	1.812.110,37	5,33%	1.553.269,97	4,37%	0,96%
242	Ordenamento do território	879.756,60	2,59%	1.696.027,16	4,77%	-2,18%
243	Saneamento	473.162,47	1,39%	1.473.664,22	4,14%	-2,75%
244	Abastecimento de água	35.044,37	0,10%	46.371,94	0,13%	-0,03%
245	Resíduos sólidos	2.219.471,15	6,53%	2.065.648,18	5,81%	0,72%
246	Protecção do meio ambiente e conservação da nature	1.796.180,78	5,28%	2.234.346,74	6,28%	-1,00%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos					
251	Cultura	1.778.496,91	5,23%	1.905.138,70	5,35%	-0,13%
252	Desporto, recreio e lazer	980.873,72	2,88%	1.309.479,79	3,68%	-0,80%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	4.827,33	0,01%	0,00	0,00%	0,01%
3	**Funções Económicas**	**11.221.095,93**	**32,99%**	**10.724.984,85**	**30,14%**	**2,85%**
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca					
320	Indústria e energia					
321	Indústria	14.484,79	0,04%		0,00%	0,04%
322	Energia	1.294.835,52	3,81%	1.340.273,89	3,77%	0,04%
330	Transportes e comunicações					
331	Transportes rodoviários	8.265.045,90	24,30%	8.286.585,59	23,29%	1,01%
340	Comércio e turismo					
341	Mercados e feiras	241.675,41	0,71%	160.006,97	0,45%	0,26%
342	Turismo	1.405.054,31	4,13%	869.426,84	2,44%	1,69%
350	Outras funções económicas	0,00	0,00%	68.691,56	0,19%	-0,19%
4	**Outras Funções**	**2.960.405,78**	**8,70%**	**1.367.723,08**	**3,84%**	**4,86%**
410	Operações da dívida autárquica	2.826.373,92	8,31%	1.205.803,90	3,39%	4,92%
420	Transferências entre administrações	93.020,50	0,27%	0,00	0,00%	0,27%
430	Diversas não especificadas	41.011,36	0,12%	161.919,18	0,46%	-0,33%
	TOTAL	**34.012.248,94**	**100,00%**	**35.582.290,95**	**100,00%**	


Análise Gráfica da Distribuição de Custos por Função- Comparativo
430-Diversas não especificadas
420-Transferências entre administrações
410-Operações da dívida autárquica
350-Outras funções económicas
342-Turismo
341-Mercados e feiras
331-Transportes rodoviários
322-Energia
321-Indústria
253-Outras actividades cívicas e religiosas
252-Desporto, recreio e lazer
251-Cultura
246-Protecção do meio ambiente e conservação da nature
245-Resíduos sólidos
244-Abastecimento de água
243-Saneamento
242-Ordenamento do território
241-Habitação
232-Acção social
221-Serviços individuais de saúde
212-Serviços auxiliares de ensino
211-Ensino não superior
132-Gabinete de Gestão de Trânsito
121-Protecção civil e luta contra incêndios
111-Administração geral
0,00
3.000.000,00
6.000.000,00
9.000.000,00
Custos por Função 2012 (€)
Custos por Função 2011 (€)


Custos por Função 2012
Outras Funções 9%
Funções Gerais 20%
Funções Económicas 33%
Funções Sociais 38%


Custos por Função 2011
Outras Funções 4%
Funções Gerais 21%
Funções Económicas 30%
Funções Sociais 45%

Comparando os custos entre os anos 2011 e 2012 conclui-se que houve uma diminuição no montante global no valor de 1.569.992,01 euros, verificando-se que a sua distribuição por cada uma das funções reparte-se pelas funções sociais económicas e gerais. As funções sociais continuam a absorver a maioria dos recursos municipais, com aproximadamente 38 % dos custos totais, diminuindo em relação ao ano anterior.

A função 331 – Transportes Rodoviários contínua a ser a função operativa com maior volume de recursos consumidos, com aproximadamente 25% dos custos totais, seguida da função 410 – Operações da dívida autárquica com aproximadamente 9% dos custos totais.

A função 111 – Administração Geral, que serve de apoio às funções operativas, representa 18% dos custos totais.

O volume global de custos do Município da Figueira da Foz, incorporados na Contabilidade de Custos situa-se nos € 34.012.248,94, ou seja 90,63% dos custos apurados na demonstração de resultados.

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), veio determinar (n.º 1 do artigo 45.º) que "*as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de empresas municipais devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados*". Contudo, o n.º 2 do artigo 45.º da Lei das Finanças Locais remete para o POCAL no que respeita aos procedimentos contabilísticos para a consolidação de contas. Ora, o POCAL é omisso relativamente aos procedimentos específicos de consolidação de contas do Sector Empresarial Local (SEL).

A Portaria n.º 474/2010, de 01 de Julho veio estabelecer uma orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo. Esta Portaria destina-se especialmente a entidades sujeitas ao POCP, mas tem sido entendimento que a mesma se aplica, com as devidas adaptações, aos municípios e a entidades do SEL.

A Lei das Finanças Locais define que o perímetro de consolidação abrange apenas as entidades do SEL cujo capital seja totalmente detido pelo Município. Nesta perspectiva, são apresentadas as contas consolidadas do Grupo Município da Figueira da Foz, Figueira Grande Turismo, EEM, Figueira Domus, EEM e Figueira Paraindústria – Gestão de Parques, EM (Grupo Municipal).

O Método de Consolidação utilizado foi o Método de Consolidação Integral que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados da entidade consolidante, neste caso, o Município, dos elementos respectivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Depois da acumulação das contas do balanço e da demonstração de resultados do conjunto de entidades que integram o perímetro de consolidação, procedeu-se:

1. ao cálculo da Diferença de Consolidação que corresponde à diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no activo do Município e a correspondente fracção que lhe cabe nos capitais próprios das entidades Figueira Grande Turismo, EEM, Figueira Domus, EEM e Figueira Paraindústria – Gestão de Parques, EM;
2. à eliminação do valor das participações financeiras do Município e da correspondente fracção nos capitais próprios daquelas entidades empresariais municipais;
3. à anulação de todas as operações entre as entidades do grupo, bem como dos resultados e demais saldos de contas delas decorrentes.

.

1 | ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A Figueira Grande Turismo, EEM, constituída no ano 2000, tem por objecto a promoção turística da Figueira da Foz, a realização do plano de animação definido pela Câmara Municipal e o desenvolvimento de todas as acções conducentes à valorização do património histórico e natural da Figueira da Foz. Tem ainda por objecto o desenvolvimento de actividades regulares nos domínios cultural, artístico e outros, nomeadamente, congressos, colóquios, workshops, o cinema, o teatro, a ópera, o bailado e a gestão de equipamentos públicos e privados.

A Figueira Domus, EEM, constituída igualmente no ano 2000, tem por objecto a gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social da Câmara Municipal e da empresa. Tem ainda por objecto a promoção de habitação a custos controlados, a aquisição de fogos e terrenos, promovendo compras, permutas ou vendas que a Câmara Municipal determinar, a execução de obras que a gestão dos empreendimentos municipais exigir e a construção de novos fogos a custos controlados.

A Figueira Paraindústria – Gestão de Parques, EM foi constituída em 2011, tendo por objecto contribuir para o desenvolvimento ordenado e sustentado do complexo industrial do Concelho da Figueira da Foz, através da gestão e manutenção de áreas industriais, infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio do designado Parque Industrial da Figueira da Foz, e, ainda, da instalação de parques ou loteamentos industriais.

No início de 2012, o capital social da Figueira Paraindústria – Gestão de Parques, EM era detido pelo Município da Figueira da Foz (65%), pela AICEP Global Parques (30%) e pela ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (5%). Durante o exercício de 2012, o Município adquiriu a totalidade da participação do capital social, detida por aquelas duas entidades, ficando, assim, com uma participação de 100%.

2 | SÍNTESE DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA DO EXERCÍCIO

2.1 | ANÁLISE DO BALANÇO CONSOLIDADO

O Balanço Consolidado e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade, espelhando a situação patrimonial do Grupo Municipal à data de 31 de Dezembro de 2012.

O Balanço Consolidado apresenta uma variação pouco significativa, face ao ano anterior, e quando comparado com o Balanço do Município da Figueira da Foz, verifica-se o forte peso da Autarquia, enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 90%.

Neste contexto, verifica-se que o Activo Consolidado registou uma diminuição de apenas 0,29%, próximo da variação negativa de 0,1% registada no Activo do Município, pelo efeito de idênticas variações na generalidade das componentes, conforme já descrito na análise ao Balanço do Município.

O Passivo Consolidado registou um aumento de 6,7% (€ 5.798.692), aproximando-se do acréscimo registado no Passivo do Município que foi de 9,46% (€ 6.533.657). Tal como foi referido aquando da análise do Balanço do Município, a evolução do Passivo não resultou do aumento das Dívidas a Terceiros, mas sim do valor contabilizado em Proveitos Diferidos.

As Dívidas a Terceiros Consolidadas de médio e longo prazo sofreram uma diminuição de 8,61% (€ 5.406.448) e as de curto prazo diminuíram 1,35% (€ 187.964).

QUADRO N.º 1: BALANÇO CONSOLIDADO

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		2012		Variação 11/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	236.234.160	95,96%	232.590.419	91,41%	224.140.063	88,34%	-8.450.356	-3,63%
2. Existências	816.308	0,33%	685.169	0,27%	352.644	0,14%	-332.526	-48,53%
3. Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	5.941.881	2,41%	3.311.135	1,30%	4.136.068	1,63%	824.933	24,91%
4. Disponibilidades	761.228	0,31%	3.173.884	1,25%	4.009.162	1,58%	835.278	26,32%
5. Acréscimos e Diferimentos	2.434.292	0,99%	14.697.308	5,78%	21.072.697	8,31%	6.375.389	43,38%
ACTIVO (1+2+3+4+5)	**246.187.869**	**100,00%**	**254.457.915**	**100,00%**	**253.710.634**	**100,00%**	**-747.282**	**-0,29%**
6. Património	199.350.418	127,61%	199.396.804	118,78%	199.492.180	123,66%	95.376	0,05%
7. Diferença de Consolidação	1.180.564	0,76%	-363.953	-0,22%	175.109	0,11%	539.062	-148,11%
8. Ajustamentos de partes de capital em empresas	0	0,00%	748.180	0,45%	386.626	0,24%	-361.554	-48,32%
9. Reservas	687.010	0,44%	3.649.437	2,17%	3.760.296	2,33%	110.859	3,04%
10. Resultados Transitados	-37.249.232	-23,85%	-30.991.482	-18,46%	-39.571.135	-24,53%	-8.579.653	27,68%
11. Resultado Líquido do Exercício	-7.755.008	-4,96%	-4.565.311	-2,72%	-2.915.375	-1,81%	1.649.936	-36,14%
FUNDOS PRÓPRIOS (6+7+8+9+10+11)	**156.213.752**	**100,00%**	**167.873.675**	**100,00%**	**161.327.701**	**100,00%**	**-6.545.974**	**-3,90%**
12. Provisões para Riscos e Encargos	0	0,00%	121.415	0,14%	87.700	0,09%	-33.715	-27,77%
13. Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazos	36.888.336	41,00%	62.825.480	72,56%	57.419.032	62,15%	-5.406.448	-8,61%
14. Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	42.249.569	46,96%	13.880.968	16,03%	13.693.004	14,82%	-187.964	-1,35%
15. Acréscimos e Diferimentos	10.836.212	12,04%	9.756.378	11,27%	21.183.196	22,93%	11.426.819	117,12%
PASSIVO (12+13+14+15)	**89.974.117**	**100,00%**	**86.584.241**	**100,00%**	**92.382.933**	**100,00%**	**5.798.692**	**6,70%**
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	**246.187.869**		**254.457.915**		**253.710.634**		**-747.282**	**-0,29%**

2.2 | INDICADORES DO BALANÇO CONSOLIDADO

Os Indicadores do Balanço Consolidado, à excepção dos Indicadores de Liquidez, apresentam variações idênticas às dos Indicadores do Balanço do Município.

Destaca-se a estrutura do Passivo com uma redução significativa do passivo exigível por efeito da redução do passivo de longo prazo, o que continua a evidenciar a capacidade do Grupo Municipal responder aos seus compromissos perante as instituições financeiras.

QUADRO N.º 2: INDICADORES DO BALANÇO CONSOLIDADO

INDICADORES	2010	2011	2012	Variação
1. Equilíbrio de Curto Prazo				
1.1 Liquidez Geral: Activo Circulante/Passivo Circulante	17,80%	51,65%	62,06%	10,41%
1.2 Liquidez Imediata: Disponibilidades/Passivo Circulante	1,80%	22,87%	29,28%	6,41%
2. Imobilizações				
2.1 Capitais Alheios de MLP/Imobilizado Líquido	15,62%	27,01%	25,62%	-1,39%
2.2 Capitais Alheios de CP/Imobilizado Líquido	17,88%	5,97%	6,11%	0,14%
2.3 Imobilizado Líquido/Activo Líquido	95,96%	91,41%	88,34%	-3,06%
3. Endividamento				
3.1 Endividamento: Passivo/Activo Líquido	36,55%	34,03%	36,41%	2,39%
3.2 Endividamento de MLP: Dívidas de MLP/Activo Líquido	14,98%	24,69%	22,63%	-2,06%
3.3 Endividamento Empréstimos de MLP: Empréstimos de MLP/Activo Líquido	14,31%	24,11%	22,13%	-1,98%
3.4 Endividamento de CP: Dívidas de CP/Activo Líquido	17,16%	5,46%	5,40%	-0,06%
3.5 Endividamento Empréstimos de CP: Empréstimos de CP/Activo Líquido	3,24%	2,04%	2,11%	0,08%
3.6 Estrutura de Endividamento: Dívida de MLP/Passivo	41,00%	72,56%	62,15%	-10,41%
3.6 Estrutura de Endividamento: Dívidas de CP/Passivo	46,96%	16,03%	14,82%	-1,21%

3 | ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A Demonstração de Resultados Consolidada adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do Grupo Municipal durante o exercício de 2012.

QUADRO N.º 3: DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Un.: Euros (€)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		2012		Var 11/12	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas								
Custo Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	1.489.210	3,53%	393.636	0,95%	662.310	1,64%	268.674	68,25%
Fornecimentos e Serviços Externos	10.068.159	23,85%	9.470.877	22,97%	9.104.630	22,61%	-366.247	-3,87%
Custos com o Pessoal	11.421.604	27,05%	10.424.324	25,28%	9.855.036	24,48%	-569.288	-5,46%
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	1.689.374	4,00%	3.169.180	7,69%	3.347.854	8,31%	178.675	5,64%
Amortizações do Exercício	11.604.254	27,49%	11.389.598	27,62%	11.486.766	28,53%	97.167	0,85%
Ajustamentos	13.013	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	0	
Provisões do Exercício	0	0,00%	267.795	0,65%	42.333	0,11%	-225.462	-84,19%
Impostos	105.664	0,25%	109.657	0,27%	18.236	0,05%	-91.421	-83,37%
Outros Custos e Perdas Operacionais	82.462	0,20%	92.575	0,22%	82.966	0,21%	-9.610	-10,38%
Custos e Perdas Financeiros	1.802.192	4,27%	2.266.419	5,50%	3.399.319	8,44%	1.132.900	49,99%
Custos e Perdas Extraordinários	3.942.022	9,34%	3.654.161	8,86%	2.265.532	5,63%	-1.388.628	-38,00%
Total	**42.217.952**	**100,00%**	**41.238.222**	**100,00%**	**40.264.982**	**100,00%**	**-973.239**	**-2,36%**
Proveitos e Ganhos								
Vendas e prestações de serviços	3.370.331	9,82%	4.066.719	11,07%	4.235.539	11,30%	168.820	4,15%
Impostos e Taxas	13.625.468	39,71%	14.554.882	39,61%	16.436.736	43,83%	1.881.855	12,93%
Trabalhos para a própria Entidade	891.938	2,60%	573.306	1,56%	0	0,00%	-573.306	-100,00%
Proveitos suplementares	242.617	0,71%	0	0,00%	0	0,00%	0	
Transferências e Subsídios Obtidos/Subsídios à Exploração	12.737.672	37,12%	12.629.777	34,37%	12.830.153	34,22%	200.377	1,59%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	274.060	0,80%	150.425	0,41%	119.605	0,32%	-30.820	-20,49%
Proveitos e Ganhos Financeiros	1.877.613	5,47%	1.861.319	5,07%	2.387.014	6,37%	525.695	28,24%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.296.330	3,78%	2.907.081	7,91%	1.489.287	3,97%	-1.417.794	-48,77%
Total	**34.316.028**	**100,00%**	**36.743.508**	**100,00%**	**37.498.335**	**100,00%**	**754.827**	**2,05%**
Resultado antes de Impostos	**-7.901.925**		**-4.494.713**		**-2.766.647**		**1.728.066**	**-38,45%**
Imposto sobre o rendimento do exercício	9.330		81.411		65.068		-16.343	-20,07%
Impostos Diferidos	-153.730		-10.813		83.661		94.473	-873,74%
Resultado líquido do exercício consolidado	**-7.757.524**		**-4.565.311**		**-2.915.375**		**1.649.936**	**-36,14%**

À semelhança do Balanço Consolidado, também na Demonstração de Resultados Consolidados, o Grupo Municipal apresenta uma variação idêntica na generalidade das rubricas, face ao ano anterior, tendo em conta o peso do Município da Figueira da Foz, enquanto entidade-mãe.

Os custos e perdas registados no exercício de 2012 apresentam, no seu conjunto, uma diminuição no valor de 2,36% (€ 973.239), relativamente ao ano 2011. Também os custos do Município tinham registado uma diminuição de 2,15% (€ 826.043).

O decréscimo dos Custos com Fornecimentos e Serviços Externos e dos Custos com o Pessoal explicam, em parte, a variação registada no total dos custos.

Os proveitos e ganhos apresentaram igualmente uma estrutura similar à do Município, registando um aumento de 2,05% (€ 754.827), sendo de destacar o acréscimo de 12,93% (€ 1.881.855) dos Impostos e Taxas.

O Resultado Líquido do Exercício Consolidado é negativo no valor de € 2.915.375, aproximando-se do Resultado Líquido do Município (negativo no montante de € 2.874.392).

BALANÇO CONSOLIDADO

Un: Euros

Código das contas POCAL/POC	Activo	Exercícios			
		2012			2011
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451 - POCAL	Terrenos e recursos naturais	3 341 799,73	0,00	3 341 799,73	3 164 840,74
452 - POCAL	Edifícios	555 052,08	30 065,34	524 986,74	552 739,36
453 - POCAL	Outras construções e infra-estruturas	188 018 104,47	88 865 307,89	99 152 796,58	107 982 532,50
455 - POCAL	Bens do património histórico, artístico e cultural	103 522,65	0,00	103 522,65	101 715,60
459 - POCAL	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445 - POCAL	Imobilizações em curso	3 461 682,01	0,00	3 461 682,01	1 929 873,17
446 - POCAL	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		195 480 160,94	**88 895 373,23**	**106 584 787,71**	**113 731 701,37**
	Imobilizações incorpóreas:				
431 - POCAL/POC	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432 - POCAL/POC	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433 - POCAL/POC	Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
434 - POC	Trespasses	0,00	0,00	0,00	0,00
443 - POCAL/443 a 446 - POC	Imobilizações em curso	887 498,99	0,00	887 498,99	887 498,99
449 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Diferenças de consolidação	0,00	0,00	0,00	0,00
		887 498,99	**0,00**	**887 498,99**	**887 498,99**
	Imobilizações corpóreas:				
421 - POCAL/POC	Terrenos e recursos naturais	31 256 780,62	0,00	31 256 780,62	31 980 147,12
422 - POCAL/POC	Edifícios e outras construções	95 462 949,87	20 764 348,95	74 698 600,92	76 213 900,85
423 - POCAL/POC	Equipamento básico	9 033 872,33	8 775 680,12	258 192,21	326 021,26
424 - POCAL/POC	Equipamento de transporte	3 667 139,24	3 282 816,21	384 323,03	213 799,76
425 - POCAL/POC	Ferramentas e utensílios	238 294,05	232 974,18	5 319,87	7 605,82
426 - POCAL/POC	Equipamento administrativo	3 556 484,62	2 964 796,60	591 688,02	551 656,69
427 - POCAL/POC	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429 - POCAL/POC	Outras imobilizações corpóreas	1 202 843,50	1 013 978,09	188 865,41	219 222,24
442 - POCAL/441 a 446 - POC	Imobilizações em curso	7 412 490,22	0,00	7 412 490,22	6 201 200,08
448 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	498 928,00	0,00	498 928,00	425 784,00
		152 329 782,45	**37 034 594,15**	**115 295 188,30**	**116 139 337,82**
	Investimentos financeiros:				
411 - POCAL/POC	Partes de capital	1 383 982,53	11 395,88	1 372 586,65	1 631 561,92
412 - POCAL/POC	Obrigações e títulos de participação	37 501,00	37 500,00	1,00	0,00
413 - POC	Empréstimos de financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
414 - POCAL/POC	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	200 000,00
415 - POCAL/POC	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441 - POCAL/443 a 446 - POC	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	318,54
447 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 421 483,53	**48 895,88**	**1 372 587,65**	**1 831 880,46**
	Circulante:				
	Existências:				
36 - POCAL/POC	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	153 342,84	0,00	153 342,84	96 132,15
35 - POCAL/POC	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34 - POCAL/POC	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33 - POCAL/POC	Produtos acabados e intermédios	169 371,94	0,00	169 371,94	538 661,81
32 - POCAL/POC	Mercadorias	29 928,94	0,00	29 928,94	50 375,51
37 - POCAL/POC	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		352 643,72	**0,00**	**352 643,72**	**685 169,47**
	Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazos: a)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	Dívidas de Terceiros - Curto prazo:				
28 - POCAL	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211 - POCAL/POC	Clientes, c/c	326 133,53	0,00	326 133,53	288 347,75
212 - POC	Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
212 - POCAL	Contribuintes, c/c	487 124,13	0,00	487 124,13	487 124,13
213 - POCAL	Utentes, c/c	28 832,27	0,00	28 832,27	27 472,00
218 - POCAL/POC	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	184 643,51	142 362,83	42 280,68	0,00
252 - POC	Empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
253+254 - POC	Empresas participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
251+255 - POC	Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
229 - POCAL/POC	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619 - POCAL/POC	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - POCAL/POC	Estado e outros entes públicos	1 873,56	0,00	1 873,56	9 004,67
264 - POCAL	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268 - POCAL / 264 - POC	Outros devedores	3 249 824,30	0,00	3 249 824,30	2 499 186,80
	Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
		4 278 431,30	**142 362,83**	**4 136 068,47**	**3 311 135,35**
	Títulos negociáveis:				
151 - POCAL/POC	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152 - POCAL/POC	Obrigações e títulos de participações	0,00	0,00	0,00	0,00
153 - POCAL/POC	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
158 - POC	Instrumentos derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
159 - POCAL/POC	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - POCAL/POC	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	Depósitos em instituições financeiras/bancários e caixa:				
12 - POCAL/12+13+14 - POC	Depósitos em instituições financeiras/Depósitos bancários	4 004 722,36	0,00	4 004 722,36	3 170 958,53
11 - POCAL/POC	Caixa	4 439,56	0,00	4 439,56	2 925,55
		4 009 161,92	**0,00**	**4 009 161,92**	**3 173 884,08**
	Acréscimos e diferimentos				
271 - POCAL/POC	Acréscimos de proveitos	21 040 583,30	0,00	21 040 583,30	14 293 056,91
272 - POCAL/POC	Custos diferidos	32 113,50	0,00	32 113,50	102 646,05
	Activos por Impostos Diferidos	0,00	0,00	0,00	301 604,76
		21 072 696,80	**0,00**	**21 072 696,80**	**14 697 307,72**
	Total de amortizações		**125 929 967,38**		
	Total de provisões/ajustamentos		**191 258,71**		
	Total do activo	**379 831 859,65**	**126 121 226,09**	**253 710 633,56**	**254 457 915,26**

BALANÇO CONSOLIDADO

Un: Euros

Código das contas POCAL/POC	Fundos próprios/capital próprio e passivo		Exercícios	
			2012	**2011**
	Fundos próprios/capital próprio			
51 - POCAL/POC	Património/capital		199 492 179,74	199.396.803,57
521 - POC	Acções (quotas) próprias - valor nominal		0,00	0,00
522 - POC	Acções (quotas) próprias - descontos e prémios		0,00	0,00
53 - POC	Prestações suplementares		0,00	0,00
54 - POC	Prémios de emissão de acções (quotas)		0,00	0,00
	Diferenças de consolidação		175 109,46	-363.952,70
55 - POCAL/POC	Ajustamentos de partes de capital em empresas		386 625,78	748.180,00
56 - POCAL/POC	Reservas de reavaliação		0,00	0,00
	Reservas:		0,00	0,00
571 - POCAL/POC		Reservas legais	- 86 232,39	-86.972,34
572 - POCAL/POC		Reservas estatutárias	0,00	0,00
573 - POCAL/POC		Reservas contratuais	0,00	0,00
574 - POCAL/POC		Outras Reservas livres	133 676,61	133.676,61
575 - POCAL/POC		Subsídios	333 652,27	333.652,27
576 - POCAL/POC		Doações	3 212 985,92	3.102.866,53
577 - POCAL		Reservas decorrentes de transferência de activos	165 480,00	165.480,00
578+579 - POCAL/ 577+578+579 - POC	Outras reservas		733,67	733,67
59 - POCAL/POC	Resultados transitados		-39 571 134,92	-30.991.481,50
		Subtotal	**164 243 076,14**	**172 438 986,11**
88 - POCAL/POC	Resultado Líquido do exercício		-2 915 375,43	-4.565.311,37
89 - POC	Dividendos antecipados		0,00	0,00
		Total dos fundos próprios/capital próprio	**161 327 700,71**	**167 873 674,74**
	Passivo			
292 - POCAL/29 - POC		Provisões para riscos e encargos	**87 700,00**	**121.414,70**
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo			
2312 - POCAL / 231 - POC		Empréstimos de médio e longo prazo	56 151 032,27	61.353.480,24
2611 - POCAL / POC		Fornecedores de imobilizado, c/c	1 268 000,00	1.472.000,00
264 - POCAL		Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268 - POCAL / 262+263+265+267+268+211 - POC		Outros credores	0,00	0,00
			57 419 032,27	**62 825 480,24**
	Dívidas a terceiros - Curto prazo			
232 - POC		Empréstimos por obrigações	0,00	0,00
233 - POC		Empréstimos por títulos de participação	0,00	0,00
2311 - POCAL/231+12 - POC		Empréstimos de curto prazo/Dívidas a instituições de crédito	5 361 666,38	5.186.568,87
239 - POC		Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
269 - POCAL/POC		Adiantamentos por conta de vendas	0,00	666.750,00
221 - POCAL/POC		Fornecedores, c/c	2 597 777,68	2.809.504,84
228 - POCAL/POC		Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	412 506,59	0,00
222 - POC		Fornecedores - Títulos a pagar	0,00	0,00
2612 - POC		Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0,00	0,00
253+254 - POC		Empresas participadas	0,00	0,00
251+255 - POC		Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00
219 - POCAL/POC		Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611 a 2618 - POCAL/POC		Fornecedores de imobilizado	1 625 758,33	2.303.388,93
24 - POCAL/POC		Estado e outros entes públicos	111 004,59	98.123,41
264 - POCAL		Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268 - POCAL / 262+263+265+267+268+211 - POC		Outros credores	3 545 399,80	2.778.150,56
217 - POCAL		Clientes e utentes com cauções	38 890,82	38.481,46
			13 693 004,19	**13 880 968,07**
	Acréscimos e diferimentos			
273 - POCAL/POC	Acréscimos de custos		1 850 207,15	1.245.990,19
274 - POCAL/POC	Proveitos diferidos		19 332 989,24	8.510.387,32
			21 183 196,39	**9 756 377,51**
	Total do passivo		**92 382 932,85**	**86 584 240,52**
	Total dos fundos próprios/capital próprio e do passivo		**253 710 633,56**	**254 457 915,26**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Un: Euros

Código das contas POCAL/POC	Custos e Perdas	2012		2011	
61 - POCAL/POC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	662 310,15		393 636,16	
62 - POCAL/POC	Fornecimentos e serviços externos	9 104 630,20	9 766 940,35	9 470 876,76	9 864 512,92
	Custos com o pessoal				
641+642 - POCAL/POC	Remunerações	8 129 875,31		8 724 623,50	
643 a 648 - POCAL/POC	Encargos sociais	1 725 160,36		1 699 700,00	
63 - POCAL	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3 347 854,30	13 202 889,97	3 169 179,57	13 593 503,07
66 - POCAL/662+663 -POC	Amortizações do exercício/imobilizado corpóreo e incorpóreo	11 486 765,75		11 389 598,34	
666+667 - POC	Ajustamentos	0,00		0,00	
67 - POCAL/POC	Provisões do exercício	42 332,74	11 529 098,49	267 794,84	11 657 393,18
63 - POC	Impostos	18 236,43		109 657,38	
65 - POCAL/POC	Outros custos e perdas operacionais	82 965,52	101 201,95	92 575,20	202 232,58
	(A) Custos e perdas operacionais		**34 600 130,76**		**35 317 641,75**
68 - POCAL/POC	Custos e perdas financeiros		3 399 319,09		2 266 419,26
	(C) Custos e perdas correntes		**37 999 449,85**		**37 584 061,01**
691 - POCAL	Transferências de capital concedidos	0,00		0,00	
692 a 699 - POCAL	Outros custos e perdas extraordinarios	0,00		0,00	
69 - POC	Custos e perdas extraordinarios	2 265 532,35	2 265 532,35	3 654 160,54	3 654 160,54
	(E) Custos e perdas do exercício		**40 264 982,20**		**41 238 221,55**
86 - POC	Imposto sobre o rendimento do exercício		65 067,82		81 410,66
	Impostos Diferidos		83 660,60		- 10 812,52
	(G) Custos e perdas+Impostos sobre o rendimento do exercício		**40 413 710,62**		**41 308 819,69**
	Resultado líquido consolidado do exercício				
88 - POCAL/POC			**- 2 915 375,43**		**- 4 565 311,37**
	Proveitos e Ganhos				
	Vendas e prestações de serviços				
7111 - POCAL/711 - POC	Vendas de mercadorias	1 557,64		2 813,28	
7112+7113 - POCAL/ 712+713 - POC	Vendas de produtos	298 729,46		38 969,67	
712 - POCAL/72 - POC	Prestações de serviços	3 935 251,57	4 235 538,67	4 024 935,85	4 066 718,80
72 - POCAL	Impostos e taxas	16 436 736,46		14 554 881,86	
a)	Variação da produção	0,00		0,00	
75 - POCAL/POC	Trabalhos para a própria entidade	0,00		573 305,93	
73 - POCAL/POC	Proveitos suplementares	0,00		0,00	
74 - POCAL/POC	Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	12 830 153,47		12 629 776,67	
76 - POCAL/POC	Outros proveitos e ganhos operacionais	119 605,42		150 425,18	
77 - POC	Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	29 386 495,35	0,00	27 908 389,64
	(B) Proveitos e ganhos operacionais		**33 622 034,02**		**31 975 108,44**
78 - POCAL/POC	Proveitos e ganhos financeiros		2 387 014,31		1 861 319,27
	(D) Proveitos e ganhos correntes		**36 009 048,33**		**33 836 427,71**
79 - POCAL/POC	Proveitos e ganhos extraordinários		1 489 286,86		2 907 080,61
	(F) Proveitos totais		**37 498 335,19**		**36 743 508,32**

Resumo:		
Resultados Operacionais (B) - (A) =	**- 978 096,74**	**- 3 342 533,31**
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A) =	**- 1 012 304,78**	**- 405 099,99**
Resultados Correntes (D) - (C) =	**- 1 990 401,52**	**- 3 747 633,30**
Resultados antes de impostos (F) - (E)=	**- 2 766 647,01**	**- 4 494 713,23**
Resultado Líquido consolidado do exercício (F) - (G) =	**- 2 915 375,43**	**- 4 565 311,37**

INTRODUÇÂO

O Município da Figueira da Foz apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de Dezembro de 2012.

A obrigatoriedade da consolidação de contas decorre do nº 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais, o qual estipula que "*as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos*".

De acordo com a Portaria n.º 474/2010, de 01 de Julho, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos sectoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o sector público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contida.
As entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo, que são exigidos pelo n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais.

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

DENOMINAÇÃO	% do capital detido em 2012
Município da Figueira da Foz	Entidade-mãe
Figueira Grande Turismo, EEM	100%
Figueira Domus, EEM	100%
Figueira Paraindústria - Gestão de Parques, EM	100%

Número médio de trabalhadores ao serviço

No exercício de 2012, o número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 523.

Diferenças de Consolidação

A anulação dos investimentos financeiros nas empresas do Grupo, efectuada para efeitos de consolidação, originou as seguintes diferenças de consolidação:

Un.: Euros (€)

ENTIDADE	Diferença Consolidação
Município da Figueira da Foz	—
Figueira Grande Turismo, EEM	-1.643.408,12
Figueira Domus, EEM	1.279.455,42
Figueira Paraindústria - Gestão de Parques, EM	539.062,16
Total	**175.109,46**

As diferenças de consolidação calculadas reportam-se à data do início do primeiro ano de consolidação.

Consistência na aplicação dos critérios valorimétricos

São consistentes os principais critérios de valorimetria seguidos pelas entidades do Grupo incluídas na consolidação, considerando-se que os aspectos particulares que diferenciam o POCAL do SNC não implicaram alterações significativas na valoração do património.

Bases de Apresentação e Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das entidades indicadas no Ponto 1., realizados de acordo com os princípios de contabilidade estabelecidos no POCAL e no POC/SNC, tendo-se utilizado os procedimentos de consolidação a seguir descritos.

Procedimentos de consolidação

A consolidação das entidades referidas em 1 efectuou-se pelo Método da Consolidação Integral. As transacções e os saldos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. Atendendo a que o Município da Figueira da Foz, enquanto entidade-mãe, detém 100% do capital das entidades consolidadas, não há interesses minoritários a reportar.

Os investimentos financeiros representativos de partes do capital em empresas associadas, encontram-se valorizadas no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas são originalmente registadas ao custo de aquisição ou produção.
O Município da Figueira da Foz está subordinado aos princípios contabilísticos consignados no POCAL, em resultado do qual as imobilizações corpóreas são originalmente registadas ao custo de aquisição ou produção, incluindo todas as despesas de compra e depreciadas em função das taxas preconizadas pelo Cadastro e Inventário de Bens do Estado (CIBE), através do método das quotas constantes por duodécimos. As restantes entidades consolidadas estão subordinadas aos princípios consignados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), designadamente na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7, segundo o qual os activos fixos tangíveis são registados pelo respectivo custo menos a depreciação e perdas de imparidade acumuladas. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados nas demonstrações financeiras no exercício em que são incorridos.
As intervenções que aumentam a utilidade económica dos activos imobilizados, são registados em imobilizações corpóreas e amortizadas durante a vida útil remanescente dos mesmos.

Contratos de Locação Financeira

Os bens adquiridos em regime de locação financeira encontram-se relevados na situação patrimonial como estabelecem as normas contabilísticas. Assim, o valor dos bens é registado em imobilizado corpóreo, sendo depreciado em conformidade com a vida útil esperada e as responsabilidades para com terceiros, pela parte de capital incluída nas rendas vincendas, é evidenciado no passivo.

Existências

No Município da Figueira da Foz, as Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumos são valorizadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de valorização das saídas ou consumos é utilizado o custo médio ponderado. Nas restantes entidades englobadas na consolidação, subordinadas ao SNC, as existências (inventários) estão relevadas em balanço pelo mais baixo preço entre o custo e o valor realizável líquido de acordo com a revisão que, no fim de cada período de relato, foi efectuada à sua quantia recuperável em face das condições de mercado.

Especialização de exercícios

As entidades do Grupo Municipal registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios em resultado do qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as

correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O mapa seguinte apresenta o endividamento consolidado de médio e longo prazo (n.º 1 do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais):

ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO DE MEDIO E LONGO PRAZOS

Município da Figueira da Foz — Un.: Euros (€)

Código/Designação das Contas	Dividas a terceiros de médio/longo prazos					Eliminação de créditos/ dividas reciprocas	Grupo Publico Consolidado
	Município Figueira Foz	Figueira Grande Turismo, EEM	Figueira Domus, EEM	Figueira Paraindústria, EM	Total		
1	2	3	4	5	6 = 2+3+4+5	7	8 = 6-7
2312 - POCAL / 231 - POC - Empréstimos de médio e longo prazo	48.621.597,93	587.833,39	6.941.600,95	0,00	56.151.032,27	0,00	56.151.032,27
2611 - POCAL / POC - Fornecedores de Imobilizado, c/c	0,00	0,00	1.268.000,00	0,00	1.268.000,00	0,00	1.268.000,00
Total	**48.621.597,93**	**587.833,39**	**8.209.600,95**	**0,00**	**57.419.032,27**	**0,00**	**57.419.032,27**

Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação (n.º 1, artigo 46.º da Lei das Finanças Locais):

SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES DO GRUPO PUBLICO

Município da Figueira da Foz — Un.: Euros (€)

Tipo de Fluxos	Município Figueira Foz/Figueira Grande Turismo, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6 = (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11 = (7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	629.700,00	0,00	629.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1.296.632,64	0,00	1.060.470,42	236.162,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	767,54	452,72	0,00	1.220,26	0,00	45.952,18	33.410,29	0,00	0,00	79.362,47
Total	**767,54**	**1.926.785,36**	**0,00**	**1.691.390,68**	**236.162,22**	**45.952,18**	**33.410,29**	**0,00**	**0,00**	**79.362,47**

Município da Figueira da Foz — Un.: Euros (€)

Tipo de Fluxos	Município Figueira Foz/Figueira Domus, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6 = (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11 = (7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	13.591,71	1.422.502,31	0,00	1.324.017,74	112.076,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.589,07	956,19	0,00	265,95	3.279,31
Total	**13.591,71**	**1.422.503,31**	**0,00**	**1.324.018,74**	**112.076,28**	**2.589,07**	**956,19**	**0,00**	**265,95**	**3.279,31**

Município da Figueira da Foz — Un.: Euros (€)

Tipo de Fluxos	Município Figueira Foz/Figueira Para indústria, EM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6 = (2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11 = (7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	14.168,35	0,00	14.168,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	**0,00**	**14.168,35**	**0,00**	**14.168,35**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 1 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Comissão de Serviço	M	,00	2,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	1,00	**4,00**
	F	,00	3,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**3,00**
	Total	,00	5,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	1,00	**7,00**
CTFP por tempo indeterminado	M	,00	4,00	20,00	41,00	157,00	30,00	7,00	,00	9,00	**268,00**
	F	,00	3,00	56,00	89,00	60,00	1,00	5,00	,00	1,00	**215,00**
	Total	,00	7,00	76,00	130,00	217,00	31,00	12,00	,00	10,00	**483,00**
CTFP a termo resolutivo certo	M	,00	,00	,00	,00	6,00	,00	,00	,00	,00	**6,00**
	F	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	7,00	,00	,00	,00	,00	**7,00**
CTFP a termo resolutivo incerto	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Outra	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Totais	M	**0,00**	**6,00**	**20,00**	**41,00**	**163,00**	**31,00**	**7,00**	**0,00**	**10,00**	**278,00**
	F	**0,00**	**6,00**	**56,00**	**89,00**	**61,00**	**1,00**	**5,00**	**0,00**	**1,00**	**219,00**
	Total	**0,00**	**12,00**	**76,00**	**130,00**	**224,00**	**32,00**	**12,00**	**0,00**	**11,00**	**497,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 1.1 - Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços

		Quantidades	**Total**
Tarefa	M	,00	**0,00**
	F	,00	**0,00**
	Total	,00	**0,00**
Avença	M	12,00	**12,00**
	F	4,00	**4,00**
	Total	16,00	**16,00**
Totais	M	**12,00**	**12,00**
	F	**4,00**	**4,00**
	Total	**16,00**	**16,00**

Quadros 2 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Menos de 20 anos	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
20-24	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
25-29	M	,00	,00	,00	,00	1,00	6,00	,00	,00	,00	**7,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	1,00	7,00	,00	,00	,00	**8,00**
30-34	M	,00	,00	1,00	,00	1,00	16,00	1,00	,00	,00	**19,00**
	F	,00	,00	2,00	6,00	2,00	,00	,00	,00	1,00	**11,00**
	Total	,00	,00	3,00	6,00	3,00	16,00	1,00	,00	1,00	**30,00**
35-39	M	,00	2,00	1,00	6,00	9,00	5,00	1,00	,00	2,00	**26,00**
	F	,00	3,00	13,00	18,00	5,00	,00	2,00	,00	,00	**41,00**
	Total	,00	5,00	14,00	24,00	14,00	5,00	3,00	,00	2,00	**67,00**
40-44	M	,00	,00	7,00	9,00	17,00	,00	1,00	,00	1,00	**35,00**
	F	,00	1,00	12,00	12,00	3,00	,00	1,00	,00	,00	**29,00**
	Total	,00	1,00	19,00	21,00	20,00	,00	2,00	,00	1,00	**64,00**
45-49	M	,00	1,00	3,00	6,00	28,00	3,00	1,00	,00	4,00	**46,00**
	F	,00	1,00	15,00	21,00	9,00	,00	1,00	,00	,00	**47,00**
	Total	,00	2,00	18,00	27,00	37,00	3,00	2,00	,00	4,00	**93,00**
50-54	M	,00	2,00	3,00	9,00	45,00	1,00	3,00	,00	1,00	**64,00**
	F	,00	,00	10,00	18,00	19,00	,00	,00	,00	,00	**47,00**
	Total	,00	2,00	13,00	27,00	64,00	1,00	3,00	,00	1,00	**111,00**
55-59	M	,00	1,00	4,00	9,00	47,00	,00	,00	,00	2,00	**63,00**
	F	,00	1,00	2,00	13,00	10,00	,00	1,00	,00	,00	**27,00**
	Total	,00	2,00	6,00	22,00	57,00	,00	1,00	,00	2,00	**90,00**
60-64	M	,00	,00	1,00	2,00	14,00	,00	,00	,00	,00	**17,00**
	F	,00	,00	2,00	,00	11,00	,00	,00	,00	,00	**13,00**
	Total	,00	,00	3,00	2,00	25,00	,00	,00	,00	,00	**30,00**

Município da Figueira da Foz

Quadros 2 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
65-69	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	1,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**3,00**
	Total	,00	,00	,00	1,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**3,00**
70 ou mais anos	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Totais	M	**0,00**	**6,00**	**20,00**	**41,00**	**163,00**	**31,00**	**7,00**	**0,00**	**10,00**	**278,00**
	F	**0,00**	**6,00**	**56,00**	**89,00**	**61,00**	**1,00**	**5,00**	**0,00**	**1,00**	**219,00**
	Total	**0,00**	**12,00**	**76,00**	**130,00**	**224,00**	**32,00**	**12,00**	**0,00**	**11,00**	**497,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 3 - Contagem de trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
até 5 anos	M	,00	,00	3,00	,00	6,00	1,00	,00	,00	1,00	**11,00**
	F	,00	,00	1,00	1,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**3,00**
	Total	,00	,00	4,00	1,00	7,00	1,00	,00	,00	1,00	**14,00**
5-9	M	,00	1,00	,00	1,00	2,00	17,00	,00	,00	,00	**21,00**
	F	,00	,00	4,00	8,00	4,00	1,00	,00	,00	1,00	**18,00**
	Total	,00	1,00	4,00	9,00	6,00	18,00	,00	,00	1,00	**39,00**
10-14	M	,00	1,00	10,00	6,00	27,00	9,00	3,00	,00	3,00	**59,00**
	F	,00	3,00	24,00	13,00	15,00	,00	1,00	,00	,00	**56,00**
	Total	,00	4,00	34,00	19,00	42,00	9,00	4,00	,00	3,00	**115,00**
15-19	M	,00	2,00	3,00	8,00	45,00	,00	1,00	,00	,00	**59,00**
	F	,00	1,00	10,00	15,00	13,00	,00	2,00	,00	,00	**41,00**
	Total	,00	3,00	13,00	23,00	58,00	,00	3,00	,00	,00	**100,00**
20-24	M	,00	1,00	1,00	7,00	32,00	,00	3,00	,00	1,00	**45,00**
	F	,00	1,00	11,00	26,00	21,00	,00	1,00	,00	,00	**60,00**
	Total	,00	2,00	12,00	33,00	53,00	,00	4,00	,00	1,00	**105,00**
25-29	M	,00	,00	,00	5,00	32,00	2,00	,00	,00	3,00	**42,00**
	F	,00	,00	5,00	12,00	4,00	,00	1,00	,00	,00	**22,00**
	Total	,00	,00	5,00	17,00	36,00	2,00	1,00	,00	3,00	**64,00**
30-34	M	,00	,00	3,00	9,00	11,00	1,00	,00	,00	2,00	**26,00**
	F	,00	1,00	1,00	8,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**12,00**
	Total	,00	1,00	4,00	17,00	13,00	1,00	,00	,00	2,00	**38,00**
35-39	M	,00	,00	,00	5,00	8,00	1,00	,00	,00	,00	**14,00**
	F	,00	,00	,00	6,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**7,00**
	Total	,00	,00	,00	11,00	9,00	1,00	,00	,00	,00	**21,00**
40 ou mais anos	M	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
Totais	M	**0,00**	**6,00**	**20,00**	**41,00**	**163,00**	**31,00**	**7,00**	**0,00**	**10,00**	**278,00**
	F	**0,00**	**6,00**	**56,00**	**89,00**	**61,00**	**1,00**	**5,00**	**0,00**	**1,00**	**219,00**
	Total	**0,00**	**12,00**	**76,00**	**130,00**	**224,00**	**32,00**	**12,00**	**0,00**	**11,00**	**497,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 4 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira, nível de escolaridade e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Menos de 4 anos de escolaridade	M	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
4 anos de escolaridade	M	,00	,00	,00	,00	69,00	1,00	,00	,00	,00	**70,00**
	F	,00	,00	,00	,00	14,00	,00	,00	,00	,00	**14,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	83,00	1,00	,00	,00	,00	**84,00**
6 anos de escolaridade	M	,00	,00	,00	,00	52,00	1,00	,00	,00	,00	**53,00**
	F	,00	,00	,00	,00	10,00	,00	,00	,00	,00	**10,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	62,00	1,00	,00	,00	,00	**63,00**
9º ano ou equivalente	M	,00	1,00	,00	12,00	26,00	16,00	,00	,00	5,00	**60,00**
	F	,00	,00	,00	22,00	18,00	1,00	,00	,00	,00	**41,00**
	Total	,00	1,00	,00	34,00	44,00	17,00	,00	,00	5,00	**101,00**
11º ano	M	,00	,00	,00	9,00	2,00	,00	,00	,00	1,00	**12,00**
	F	,00	,00	,00	12,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**13,00**
	Total	,00	,00	,00	21,00	3,00	,00	,00	,00	1,00	**25,00**
12º ano ou equivalente	M	,00	,00	,00	14,00	10,00	9,00	5,00	,00	2,00	**40,00**
	F	,00	,00	,00	43,00	17,00	,00	2,00	,00	,00	**62,00**
	Total	,00	,00	,00	57,00	27,00	9,00	7,00	,00	2,00	**102,00**
Bacharelato	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	1,00	1,00	,00	,00	2,00	,00	,00	**4,00**
	Total	,00	,00	1,00	1,00	,00	,00	2,00	,00	,00	**4,00**
Licenciatura	M	,00	4,00	19,00	6,00	2,00	3,00	2,00	,00	1,00	**37,00**
	F	,00	5,00	53,00	10,00	1,00	,00	1,00	,00	1,00	**71,00**
	Total	,00	9,00	72,00	16,00	3,00	3,00	3,00	,00	2,00	**108,00**
Mestrado	M	,00	1,00	1,00	,00	,00	1,00	,00	,00	1,00	**4,00**
	F	,00	1,00	2,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	**4,00**
	Total	,00	2,00	3,00	1,00	,00	1,00	,00	,00	1,00	**8,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 4 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira, nível de escolaridade e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Doutoramento	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Totais	M	**0,00**	**6,00**	**20,00**	**41,00**	**163,00**	**31,00**	**7,00**	**0,00**	**10,00**	**278,00**
	F	**0,00**	**6,00**	**56,00**	**89,00**	**61,00**	**1,00**	**5,00**	**0,00**	**1,00**	**219,00**
	Total	**0,00**	**12,00**	**76,00**	**130,00**	**224,00**	**32,00**	**12,00**	**0,00**	**11,00**	**497,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 5 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo/carreira segundo a nacionalidade e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
União Europeia	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
CPLP	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
De Outros Países	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
Totais	M	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	F	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**
	Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 6 - Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo/carreira segundo o género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Menos de 20 anos	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
20 - 24	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
25 - 29	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
30 - 34	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
35 - 39	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
40 - 44	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
45 - 49	M	,00	,00	,00	1,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	F	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	,00	,00	2,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**3,00**
50 - 54	M	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
55 - 59	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
60 - 64	M	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 6 - Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo/carreira segundo o género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
65 - 69	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
70 ou mais anos	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Totais	M	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**6,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**7,00**
	F	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**
	Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**	**6,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8,00**

Quadro 7 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo o modo de ocupação do posto de trabalho e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Procedimento concursal	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	,00	1,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
Cedência de interesse público	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Mobilidade interna a órgãos ou serviços	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	,00	1,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
Regresso de licença	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
Comissão de serviço	M	,00	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	1,00	**2,00**
	F	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	1,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	1,00	**3,00**
CEAGP/CEAGPA	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Outras situações	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Totais	M	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**5,00**
	F	**0,00**	**1,00**	**2,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3,00**
	Total	**0,00**	**1,00**	**2,00**	**0,00**	**3,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**8,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 8 - Contagem das saídas de trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo de saída e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Caducidade	M	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	F	,00	,00	,00	,00	5,00	,00	,00	,00	,00	**5,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	7,00	,00	,00	,00	,00	**7,00**
Revogação (mútuo acordo)	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Sanção disciplinar	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Outros	M	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
Conclusão sem sucesso do período experiemental	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Fim da situação de mobilidade interna	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Fim da situação de cedência de interesse público	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Morte	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 8 - Contagem das saídas de trabalhadores por cargo/carreira segundo o motivo de saída e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Reforma/aposentação	M	,00	,00	2,00	2,00	7,00	1,00	,00	,00	,00	**12,00**
	F	,00	,00	,00	1,00	6,00	,00	,00	,00	,00	**7,00**
	Total	,00	,00	2,00	3,00	13,00	1,00	,00	,00	,00	**19,00**
Limite de idade	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Cessação da comissão de serviço	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	1,00	**1,00**
	F	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	Total	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	1,00	**2,00**
Totais	M	**0,00**	**0,00**	**2,00**	**2,00**	**12,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**18,00**
	F	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**1,00**	**11,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**13,00**
	Total	**0,00**	**1,00**	**2,00**	**3,00**	**23,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**31,00**

Quadro 10 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por cargo / carreira segundo a dificuldade de recrutamento

	Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Não abertura de procedimento concursal	,00	13,00	,00	1,00	3,00	,00	,00	,00	,00	**17,00**
Impugnação do procedimento concursal	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Falta de aprovação do órgão executivo	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Procedimento concursal improcedente	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Procedimento concursal em desenvolvimento	,00	1,00	2,00	10,00	,00	,00	,00	,00	,00	**13,00**
Totais	**0,00**	**14,00**	**2,00**	**11,00**	**3,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**30,00**

Quadros 11 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Promoções (carreiras não revistas e carreira subsistentes)	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Procedimento concursal	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Consolidação da mobilidade na categoria	M	,00	,00	,00	,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**1,00**
	F	,00	,00	1,00	1,00	,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	Total	,00	,00	1,00	1,00	1,00	,00	,00	,00	,00	**3,00**
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Alteração do posic. remun. por opção gestionária (regra)	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Alteração do posic. remun. por opção gestionária (exceção)	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Totais	M	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1,00**
	F	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2,00**
	Total	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3,00**

Quadro 14.2 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o género

		Valor	Total
Extraordinário diurno	M	4.344,00	4.344,00
	F	,00	0,00
	Total	4.344,00	4.344,00
Extraordinário noturno	M	,00	0,00
	F	,00	0,00
	Total	,00	0,00
Totais	M	4.344,00	4.344,00
	F	0,00	0,00
	Total	4.344,00	4.344,00

Quadro 14.2 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o género

		Valor	Total
Extraordinário diurno	M	10.751,00	**10.751,00**
	F	,00	**0,00**
	Total	10.751,00	**10.751,00**
Extraordinário noturno	M	,00	**0,00**
	F	,00	**0,00**
	Total	,00	**0,00**
Totais	M	**10.751,00**	**10.751,00**
	F	**0,00**	**0,00**
	Total	**10.751,00**	**10.751,00**

Quadro 14.3 - Contagem das horas em dias de descanso semanal e feriados segundo o género

		Valor	**Total**
Descanso semanal obrigatório	M	2.896,00	**2.896,00**
	F	520,50	**520,50**
	Total	3.416,50	**3.416,50**
Descanso semanal complementar	M	2.622,00	**2.622,00**
	F	271,00	**271,00**
	Total	2.893,00	**2.893,00**
Feriados	M	839,00	**839,00**
	F	184,50	**184,50**
	Total	1.023,50	**1.023,50**
Totais	M	**6.357,00**	**6.357,00**
	F	**976,00**	**976,00**
	Total	**7.333,00**	**7.333,00**

Quadro 15 - Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo da ausência e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	Total
Casamento	M	,00	,00	,00	,00	,00	15,00	,00	,00	,00	**15,00**
	F	,00	15,00	,00	30,00	30,00	,00	,00	,00	,00	**75,00**
	Total	,00	15,00	,00	30,00	30,00	15,00	,00	,00	,00	**90,00**
Proteção na parentalidade	M	,00	,00	7,00	32,00	12,00	30,00	,00	,00	,00	**81,00**
	F	,00	,00	336,00	350,00	122,00	,00	8,00	,00	,00	**816,00**
	Total	,00	,00	343,00	382,00	134,00	30,00	8,00	,00	,00	**897,00**
Falecimento de familiar	M	,00	,00	8,00	5,00	43,00	,00	,00	,00	,00	**56,00**
	F	,00	6,00	30,00	30,00	12,00	,00	,00	,00	,00	**78,00**
	Total	,00	6,00	38,00	35,00	55,00	,00	,00	,00	,00	**134,00**
Doença	M	,00	,00	287,00	175,00	2.924,00	469,00	77,00	,00	132,00	**4.064,00**
	F	,00	30,00	763,00	918,00	1.461,00	,00	16,00	,00	,00	**3.188,00**
	Total	,00	30,00	1.050,00	1.093,00	4.385,00	469,00	93,00	,00	132,00	**7.252,00**
Por acidente em serviço ou doença profissional	M	,00	,00	,00	2,00	288,00	7,00	,00	,00	,00	**297,00**
	F	,00	,00	11,00	29,00	333,00	30,00	,00	,00	,00	**403,00**
	Total	,00	,00	11,00	31,00	621,00	37,00	,00	,00	,00	**700,00**
Assistência a familiares	M	,00	,00	,00	12,00	30,00	,00	,00	,00	,00	**42,00**
	F	,00	,00	18,00	18,00	15,00	,00	,00	,00	,00	**51,00**
	Total	,00	,00	18,00	30,00	45,00	,00	,00	,00	,00	**93,00**
Trabalhador-estudante	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Por conta do periodo de férias	M	,00	10,50	34,50	101,50	284,50	2,00	22,50	,00	21,00	**476,50**
	F	,00	5,00	153,00	216,00	148,00	,00	3,50	,00	1,00	**526,50**
	Total	,00	15,50	187,50	317,50	432,50	2,00	26,00	,00	22,00	**1.003,00**
Com perda de vencimento	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
Cumprimento de pena disciplinar	M	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	F	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	**0,00**

Quadro 15 - Contagem dos dias de ausência ao trabalho durante o ano por cargo/carreira segundo o motivo da ausência e género

		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	**Total**
Greve	M	,00	,00	8,00	21,00	46,00	,00	2,00	,00	7,00	**84,00**
	F	,00	,00	9,00	20,00	18,00	,00	,00	,00	,00	**47,00**
	Total	,00	,00	17,00	41,00	64,00	,00	2,00	,00	7,00	**131,00**
Injustificadas	M	,00	,00	,00	,00	45,00	,00	,00	,00	,00	**45,00**
	F	,00	,00	,00	,00	2,00	,00	,00	,00	,00	**2,00**
	Total	,00	,00	,00	,00	47,00	,00	,00	,00	,00	**47,00**
Outros	M	,00	,00	1,00	124,00	145,00	,00	,00	,00	27,00	**297,00**
	F	,00	1,00	2,00	22,50	40,00	,00	,00	,00	,00	**65,50**
	Total	,00	1,00	3,00	146,50	185,00	,00	,00	,00	27,00	**362,50**
Totais	M	**0,00**	**10,50**	**345,50**	**472,50**	**3.817,50**	**523,00**	**101,50**	**0,00**	**187,00**	**5.457,50**
	F	**0,00**	**57,00**	**1.322,00**	**1.633,50**	**2.181,00**	**30,00**	**27,50**	**0,00**	**1,00**	**5.252,00**
	Total	**0,00**	**67,50**	**1.667,50**	**2.106,00**	**5.998,50**	**553,00**	**129,00**	**0,00**	**188,00**	**10.709,50**

Município da Figueira da Foz

Quadro: Quadro 18 - Total dos encargos com pessoal durante o ano

Tipos de Encargos	Valor
Remunerações base	5.942.808,90
Suplementos remuneratórios	283.476,27
Prémios de desempenho	,00
Prestações sociais	603.253,28
Outros encargos com pessoal	,00
Total:	**6.829.538,45**

Município da Figueira da Foz

Quadro: Quadro 18.1 - Encargos com suplementos remuneratórios

Tipos de Suplementos Remuneratórios	Valor
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	63.369,10
Trabalho normal noturno	11.201,40
Trab. dias desc. semanal, compl. e feriados (n incluído em trab. ext.)	82.880,19
Disponibilidade permanente	,00
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	,00
Risco, penosidade e insalubridade	,00
Fixação na periferia	,00
Trabalho por turnos	51.629,77
Abono para falhas	7.313,50
Participação em reuniões	,00
Ajudas de custo	9.135,94
Representação	52.726,34
Secretariado	,00
Outros suplementos remuneratórios	5.220,03
Total:	**283.476,27**

Município da Figueira da Foz

Quadro: Quadro 18.2 - Prestações sociais

Tipos de Prestações Sociais	Valor
Abono de família	31.019,13
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	22.775,71
Subsídio de educação especial	,00
Subsídio mensal vitalício	2.121,12
Subsídio de refeição	466.275,71
Subsídio de funeral	,00
Subsídio por morte	,00
Benefícios sociais	,00
Outras prestações sociais	81.061,61
Total:	**603.253,28**

Município da Figueira da Foz

Quadro 18.2.1 - Benefícios de apoio social

Tipos de Prestações de Ações Sociais Complementares	Valor (Euros)
Grupos desportivos / casa de pessoal	,00
Refeitórios	,00
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	,00
Colónias de férias	,00
Apoio a estudos	,00
Apoio socioeconómico	,00
Outros benefícios sociais	,00
Total:	**,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 19.1 - Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (No local de trabalho)

		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais	
Número total de acidentes	M	14,00	7,00	4,00	3,00	,00	
	F	14,00	4,00	8,00	3,00	,00	
	Total	28,00	11,00	12,00	6,00	,00	
Número de acidentes com baixa	M	7,00	,00	4,00	3,00	,00	
	F	11,00	1,00	7,00	3,00	,00	
	Total	18,00	1,00	11,00	6,00	,00	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	223,00	,00	54,00	169,00	,00	
	F	315,00	3,00	166,00	146,00	,00	
	Total	538,00	3,00	220,00	315,00	,00	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	,00	,00	,00	,00	,00	
	F	55,00	,00	,00	55,00	,00	
	Total	55,00	,00	,00	55,00	,00	

Município da Figueira da Foz

Quadro 19.2 - Contagem dos acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa por género (In Itinere)

		Total	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortais	
Número total de acidentes	M	2,00	,00	1,00	1,00	,00	
	F	1,00	,00	1,00	,00	,00	
	Total	3,00	,00	2,00	1,00	,00	
Número de acidentes com baixa	M	2,00	,00	1,00	1,00	,00	
	F	1,00	,00	1,00	,00	,00	
	Total	3,00	,00	2,00	1,00	,00	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	67,00	,00	30,00	37,00	,00	
	F	11,00	,00	11,00	,00	,00	
	Total	78,00	,00	41,00	37,00	,00	
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	,00	,00	,00	,00	,00	
	F	19,00	,00	19,00	,00	,00	
	Total	19,00	,00	19,00	,00	,00	

Município da Figueira da Foz

Quadro: Quadro 20 - Contagem dos casos de incapacidade declarados durante o ano relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente

Casos de Incapacidade	Valor
Casos de incapacidade permanente absoluta	,00
Casos de incapacidade permanente parcial	,00
Casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	,00
Casos de incapacidade temporária e absoluta	21,00
Casos de incapacidade temporária e parcial	,00
Total:	**21,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 21 - Contagem das situações de doença profissional registadas durante o ano

Doença Profissional	Códigos D. Profissional	N.º de Casos	Dias de Ausência
Doenças provocadas por agentes químicos		,00	,00
Doenças do aparelho respiratório		,00	,00
Doenças cutâneas e outras		,00	,00
Doenças provocadas por agentes físicos		,00	,00
Doenças infecciosas e parasitárias		,00	,00
	Totais:	**,00**	**,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 22 - Contagem das atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos

Atividades de Medicina	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efectuados	,00	,00
Exames de admissão	1,00	11,00
Exames periódicos	424,00	4.664,00
Exames ocasionais e complementares	2,00	,00
Exames de cessação de funções	,00	,00
Despesas com medicina no trabalho		13.662,70
Visitas aos postos de trabalho	,00	
Totais:	**427,00**	**18.337,70**

Município da Figueira da Foz

Quadro 23 - Contagem das intervenções das comissões de higiene e segurança ocorridas durante o ano, por tipo

Tipos de Intervenção de Higiene e Segurança	Número
Reuniões da Comissão	,00
Visitas aos Locais de Trabalho	,00
Outras	,00
Total:	**,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 24 - Contagem dos trabalhadores sujeitos a mobilidade interna durante o ano em resultado de acidentes de trabalho ou doença incapacitante

Mobilidade Interna	N.º Trab.
Alteração das funções exercidas	
Formação profissional	
Adaptação do posto de trabalho	
Alteração do regime de trabalho	
Mobilidade Interna	

Município da Figueira da Foz

Quadro 25 - Contagem das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Ações de Formação em Higiene e Segurança	Nº Ações
Ações de formação e de sensibilização realizadas	1,00
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	4,00
Total:	**5,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 26 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais

Tipos de Custo de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	18.337,70
Equipamentos de proteção	7.138,21
Formação em prevenção de riscos	,00
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	,00
Total:	**25.475,91**

Município da Figueira da Foz

Quadro 27 - Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação

	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 Horas ou mais	Total
Internas	57,00	7,00	,00	1,00	**65,00**
Externas	29,00	4,00	,00	1,00	**34,00**
Totais	**86,00**	**11,00**	**0,00**	**2,00**	**99,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 28 - Contagem relativa às participações em ações de formação durante ano por cargo/carreira segundo o tipo de ação e género

	Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Internas	,00	32,00	123,00	133,00	39,00	,00	31,00	,00	7,00	**365,00**
Externas	,00	22,00	34,00	9,00	3,00	1,00	,00	,00	,00	**69,00**
Totais	**0,00**	**54,00**	**157,00**	**142,00**	**42,00**	**1,00**	**31,00**	**0,00**	**7,00**	**434,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 29 - Contagem relativa às horas dispendidas em ações de formação durante ano por cargo/carreira segundo o tipo de ação e género

	Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Bombeiros	Informática	Policia Municipal	Outros	**Total**
Internas	,00	1.951,00	2.642,00	2.819,00	936,00	,00	893,00	,00	168,00	**9.409,00**
Externas	,00	145,50	237,00	125,00	90,00	,00	,00	,00	,00	**597,50**
Totais	**0,00**	**2.096,50**	**2.879,00**	**2.944,00**	**1.026,00**	**0,00**	**893,00**	**0,00**	**168,00**	**10.006,50**

Município da Figueira da Foz

Quadro: Quadro 30 - Despesas anuais com formação profissional

Tipos de Ação de Formação para Despesas	Valor
Internas	,00
Externas	1.344,00
Total:	**1.344,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 31 - Relações Profissionais

Tipos de Relação Profissional	Número
Número de trabalhadores sindicalizados	278,00
Número de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	,00
Total de votantes para comissões de trabalhadores	,00

Município da Figueira da Foz

Quadro 32 - Disciplina

Tipos de Processo	Número
Processos Transitados do Ano Anterior	1,00
Processos Instaurados durante o Ano	1,00
Processos Transitados para o Ano Seguinte	1,00
Processos Decididos	
Arquivados	,00
Repreenção escrita	1,00
Multa	,00
Suspensão	,00
Despedimento por facto imputável ao funcionário	,00
Cessação da comissão de serviço	,00

Município da Figueira da Foz

Quadro 33 - Eleitos

	Regime permanência - tempo inteiro - câmara municipal - presidente e vereadores	Regime permanência - meio tempo - câmara municipal - vereadores	Regime não permanência - câmara municipal	Regime não permanência - assembleia municipal
Nº de eleitos	4,00	,00	5,00	45,00

Município da Figueira da Foz

Quadro 34 - Gabinetes de Apoio Pessoal

	Do mapa de pessoal do município	De outra entidade pública, com vínculo à Administração Pública	Sem vínculo à Administração Pública	**Total**
Chefe do gabinete	,00	,00	1,00	**1,00**
Adjuntos	,00	,00	,00	**0,00**
Secretários	,00	,00	,00	**0,00**
Totais:	**0,00**	**0,00**	**1,00**	**1,00**

Município da Figueira da Foz

Quadro 35 - Dirigentes e Equiparados

	Dirigente superior	Dirigente intermédio de 1.º grau	Dirigente intermédio de 2.º grau	Dirigente intermédio de 3.º grau ou inferior	Chefe de equipa multidisciplinar (Dir. Dep.)	Chefe de equipa multidisciplinar (Chefe Div. Mun.)	**Total**
N.º de cargos previstos em regulamento municipal	,00	4,00	12,00	9,00	,00	2,00	**27,00**
N.º de cargos providos em 31/12	,00	4,00	7,00	1,00	,00	2,00	**14,00**